



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

PADRÕES DE CRESCIMENTO E DIFERENCIAÇÃO ECONÔMICA
EM SANTA CATARINA

Alcides Goularti Filho

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas – área de concentração: História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Alcides Goularti Filho em 22/05/2001 e orientada pelo Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.

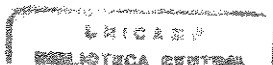
CPG, 22/05/2001

A handwritten signature in black ink, appearing to be "José Jobson de Andrade Arruda", written over a horizontal line.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Campinas, 2001

0120109



CIVIDADE: U. C.
N.º CHAMADA: T/ UNICAMP
6729p
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC/ 46712
PROC. 16-392101
C D
PREC. R\$ 11,00
DATA 25/10/01
N.º CPD _____

ii

CM00160457-9

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

G729p Goularti Filho, Alcides
Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa
Catarina/ Alcides Goularti Filho. – Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Jose Jobson de A. Arruda.
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Economia – História – Santa Catarina. 2. Santa Catarina -
Condições econômicas. 3. Santa Catarina – Indústria. 4. Santa
Catarina – Política. I. Arruda, Jose Jobson de A. (Jose Jobson de
Andrade), 1942-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Meu agradecimento especial não poderia deixar de ser, em primeiro lugar, às trabalhadoras e aos trabalhadores do Brasil, que financiaram esta pesquisa mediante recursos repassados pela CAPES.

Aos meus professores do Instituto de Economia da UNICAMP, em especial Fernando Novais, Ligia Osório Silva, Wilma Peres Costa, João Manuel Cardoso de Mello, Wilson Cano e Frederico Mazzucchelli. Ao meu orientador José Jobson Arruda Andrade. Aos membros da banca examinadora Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Silvio Cario, Fernando Novais e Armén Mamigonian. Aos funcionários da manutenção, do CPD, da biblioteca e da secretaria.

Aos meus amigos, daquela que seria a primeira turma de Doutorado em História Econômica, em especial à Angelita, à Verónica e ao Silvio que, mesmo no calor das conversas privadas, nunca perdiam a classe.

À turma de Mestrado em História Econômica, ao Wilson, Anderson, Claudia e Izabel. Aos demais colegas do Instituto, principalmente ao Eduardo César Marques, Fernando Macedo e Ronaldo Herrlein pela contribuição ao debate. À Ana Funtino pelas constantes acolhidas, apesar dos infinitos gatinhos. Ao Lauro Mattei, companheiro da partilha, da convivência e das caminhadas. Ao amigo Silvio Cário, que pacientemente leu e sugeriu valiosas contribuições ao texto.

Ao Renato e à Janine, grandes amigos com quem aprendi que somos condenados a ser livres. Viva o existencialismo! Não posso negar que a culpa pelas minhas tentativas de querer aproximar o

olhar sobre alguns aspectos mais particulares da história econômica é do Renato e da Lili. Ainda bem!

À UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense), uma universidade democrática, crítica e propositiva, que estamos construindo. Aos meus amigos da UNESC, que estão ajudando a construir o sonho de uma universidade comunitária: Gildo, Carlos Magno, Maurício, Carlyle, Félix, Leila e tantos outros. À aluna do curso de economia Ângela Maria do Livramento. À equipe da Gestão 1993-2001.

À adorável turma de Economia Catarinense 2000/B da UNISUL.

À minha amada família, à minha mãe Ana, que sempre acreditou e acreditará em mim. Como é bom te ter ao meu lado mãe, transmitindo-me segurança e fé! Aos meus irmãos: Plínio, Jorge, Silvana e Juliano. Em memória de meu pai.

Às mulheres da minha vida. Giani, como é bom te amar, como é bom ser amado! Melhor ainda é que vieste com a Luani. De coração.

Somente a vocês. Tudo por vocês.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Se os economistas pudessem dar um jeito de serem considerados como pessoas humildes e competentes, num mesmo nível que os dentistas, seria excelente!

J. M. Keynes, 1930

Os economistas e os historiadores vivem em incômoda coexistência. Imagino que isso seja insatisfatório para ambos. Os economistas precisam reintegrar a história, e isso não pode ser *feito* mediante sua simples transformação em economia retrospectiva.

Eric Hobsbawm, 1980

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: ANÁLISES INTERPRETATIVAS SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTA CATARINA.....	7
1 – As linhas teóricas sobre a economia catarinense	7
a) Formação sócio-espacial	7
b) Desenvolvimentista conservadora.....	10
c) Abordagem schumpeteriana.....	13
2 – Crescimento articulado	16
3 – Em busca de uma nova periodização	24
a) CEAG/SC: século XVII a 1960.....	29
b) Idaulo José Cunha: 1746 a 1990.....	30
CAPÍTULO II: ORIGEM E CRESCIMENTO DO CAPITAL INDUSTRIAL 1880 A 1945.....	37
1 – Colonização e mudanças sociais	40
a) A imigração européia	40
b) O movimento migratório no oeste.....	44
2 – A integração comercial catarinense no mercado nacional.....	48
3 – As indústrias originárias	51
a) Extrativismo	52
i) Erva-mate	52
ii) Carvão	53
iii) Madeira	56
b) Têxtil	60
c) Alimentos	64
4 – O tropeirismo e as atividades pastoris	71
5 – A origem da mão-de-obra: caboclos, colonos e pescadores.....	75
6 – Positivistas, liberais e coronéis no Palácio Rosado	90
CAPÍTULO III: DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA BASE PRODUTIVA 1945 A 1962.....	101
1 – Ampliação da base produtiva	102
2 – A expansão dos setores consolidados	104
a) Madeira	105
b) Carvão	107
c) Alimentos	110
d) Têxtil	113
3 – As novas indústrias	114
a) Cerâmica	115
b) Papel, papelão e pasta mecânica.....	118
c) Metal-mecânica.....	121
4 – Metamorfose do capital: do mercantil para o industrial	127
5 – As deficiências estruturais e institucionais.....	130
a) O estrangulamento de energia elétrica	132
b) A deficiência nos transportes rodoviários.....	135
c) A falta de linha de crédito.....	138
6 – Oligarquias brancas e capitães de indústrias	141

CAPÍTULO IV: INTEGRAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL 1962 A 1990.....	149
1 – O planejamento estadual.....	151
a) Aproximação à política de desenvolvimento.....	153
b) A política de desenvolvimento.....	155
c) A continuação de uma época.....	165
2 – O novo sistema de crédito.....	171
a) As agências de fomento.....	171
i) BDE: 1962-1969.....	171
ii) BRDE: pós-1962.....	174
iii) BADESC: pós-1975.....	176
b) Os programas de incentivos.....	178
i) FUDESC: 1970-1975.....	179
ii) PROCAPE: 1975-1982.....	179
iii) PRODEC: pós-1988.....	180
3 – O desempenho recente: uma análise setorial e espacial.....	183
a) Revestimentos cerâmicos.....	184
b) Carbonífero.....	191
c) Complexo papel e celulose, mobiliário e madeireiro.....	193
i) Papel e celulose.....	194
ii) Mobiliário.....	199
iii) Madeira.....	202
d) Eletro-metal-mecânico.....	210
f) Têxtil e vestuário.....	220
g) Matérias plásticas.....	226
4 – A modernização conservadora da agricultura catarinense.....	230
a) A pequena propriedade e a safra agrícola.....	233
b) Formação dos complexos agroindustriais.....	236
i) Carne.....	237
ii) Maçã.....	245
5 – A atuação dos sindicatos e os movimentos sociais.....	247
a) Tecelões e mineiros.....	248
b) Sem terra e excluídos.....	252
 CAPÍTULO V: DESARTICULAÇÃO POLÍTICA E REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA PÓS-1990.....	 255
1 – Desarticulação política: o regresso liberal e a quebra do comando.....	256
2 – Reestruturação produtiva e patrimonial.....	261
a) A reestruturação da indústria cerâmica.....	262
b) O desmonte do setor carbonífero.....	266
c) A reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico.....	269
d) A desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário.....	271
e) A desnacionalização no complexo agroindustrial.....	274
3 – Partidos e sindicatos: avanços e recuos.....	277
 CAPÍTULO VI: DINÂMICA REGIONAL RECENTE.....	 279
1 – Aspectos gerais.....	279
2 – Anos 80: na contramão da recessão.....	282
3 – A integração comercial e produtiva ativa.....	286
4 – O esquema interdepartamental.....	288
5 – Diversificação das estruturas produtivas microrregionais.....	292
 CONCLUSÃO.....	 303
 FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	 307

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População nas colônias catarinenses selecionadas 1850-1920.....	41
Tabela 2: População estrangeira e naturalizada em Santa Catarina 1850-1900.....	41
Tabela 3: Número de estabelecimentos das principais atividades artesanais nos respectivos núcleos coloniais.....	44
Tabela 4: Produção de erva-mate em Santa Catarina (em t) e a participação nacional (em %) 1910-1948.....	53
Tabela 5: Produção acumulada de carvão das minas no sul do Brasil de 1884 a 1920.....	55
Tabela 6: Municípios de origem dos mineiros das carboníferas sul-catarinenses.....	77
Tabela 7: Participação dos Estados selecionados no comércio interestadual catarinense 1942-1949 (em %).....	103
Tabela 8: Renda interna do Brasil e Santa Catarina 1947-1960 (em %).....	104
Tabela 9: Participação da madeira sobre o total das exportações catarinenses 1945-1970 (em %).....	106
Tabela 10: Área de concessão (em 1945) e produção bruta de carvão (em 1956) por empresa.....	109
Tabela 11: Exportações catarinenses de papel para o mercado interno 1914-1959.....	120
Tabela 12: Exportações catarinenses de pasta mecânica para o mercado interno 1939-1947.....	120
Tabela 13: Produção catarinense de celulose (em t) e a participação nacional 1953-1962.....	121
Tabela 14: Participação nos gastos totais previstos no POE para o período 1956-1965 (em %).....	154
Tabela 15: Participação nos gastos totais previstos no PLAMEG (em %).....	158
Tabela 16: Participação nos gastos totais previstos no PLAMEG II (em %).....	160
Tabela 17: Participação nos gastos totais previstos no PCD (em %).....	163
Tabela 18: Participação nos gastos totais previstos do orçamento plurianual do PG (em %).....	164
Tabela 19: Aplicações globais do BDE no período 1962-1969 (a preço constante de 1969).....	174
Tabela 20: Liberações do BRDE realizadas aos Estados membros 1980-1996 (em US\$ milhões e em %).....	176
Tabela 21: Contratações do BADESC em valor 1991-1999 (em US\$ mil).....	177
Tabela 22: Empréstimo do BADESC por setores 1975-1999 (em %).....	178
Tabela 23: Participação no total das aplicações do BADESC por mesorregião no período 1975-1999 (em %).....	178
Tabela 24: Percentuais do ICMS recolhido a partir da entrada em operação do empreendimento implantado.....	180
Tabela 25: Maiores incentivos do PRODEC destinados às empresas nos períodos 1988-1996 e 1998-1999 (em reais, março de 1999) e a participação em cada período sobre o total liberado (em %).....	181
Tabela 26: Participação nos incentivos do PRODEC por mesorregião (em reais, março de 1999).....	182
Tabela 27: Distribuição dos recursos liberados pelos programas de incentivos e agências de fomento em Santa Catarina por setores (em %).....	183
Tabela 28: Produção e exportações sobre o total produzido dos grupos Eliane e Cecrisa 1985-1999.....	188
Tabela 29: Exportações catarinenses de pisos e azulejos (em mil US\$) e a participação nacional (em %) 1979-1999.....	189
Tabela 30: Número de trabalhadores na indústria carbonífera catarinense 1940-2000.....	193
Tabela 31: Participação dos principais fabricantes de papel na produção estadual 1970-1999 (em %).....	197
Tabela 32: Participação dos principais fabricantes de celulose na produção estadual 1970-1998 (em %).....	197
Tabela 33: Exportações catarinenses de móveis (em US\$ 1.000) e a participação nas exportações nacionais 1979-1999 (em %).....	200
Tabela 34: Participação dos Estados selecionados na exportação de móveis 1999 (em %).....	201
Tabela 35: Origem das máquinas, equipamentos e principais matérias-primas utilizadas na indústria moveleira catarinense (em %).....	202
Tabela 36: Exportações de madeira, cortiça e suas obras em Santa Catarina 1970-1999 (em US\$ 1.000 FOB).....	208
Tabela 37: Exportações de portas e respectivos caixilhos (aberturas) em Santa Catarina 1987-1999 (em US\$ 1.000 FOB).....	209
Tabela 38: Participação da Busscar na produção nacional de carroçarias para ônibus 1971-2000 (em %).....	216
Tabela 39: Desempenho da indústria do vestuário na Região Carbonífera 1970-2000.....	226
Tabela 40: Desempenho da indústria de matérias plásticas no sul de Santa Catarina 1965-2000.....	229
Tabela 41: Participação dos frigoríficos no abate estadual de suínos 1968 e 1984 (em %).....	239

Tabela 42: Participação dos gastos totais previstos no item investimentos do Plano SIM(em%).....	258
Tabela 43: Produtividade do setor cerâmico em Santa Catarina 1965-1998.....	264
Tabela 44: Perdas salariais da categoria dos ceramistas na região carbonífera 1995-2000	265
Tabela 45: Produtividade das empresas de revestimentos cerâmicos selecionadas 1983-1999 (em mil m ² /homem).....	266
Tabela 46: Transporte de carvão pelo Porto de Imbituba 1970-1996 (em t).....	267
Tabela 47: Participação dos têxteis e vestuários nas exportações catarinenses e nacionais 1970-1999 (em %).....	271
Tabela 48: Desempenho da indústria têxtil e do vestuário no Vale do Itajaí 1990-1998	272
Tabela 49: Participação de Santa Catarina no PIB nacional 1939-1998 (em %).....	279
Tabela 50: Participação de Santa Catarina no VTI nacional 1970-1997 (em %).....	280
Tabela 51: Índice de produção industrial acumulado no ano Santa Catarina e Brasil 1982-1990 (Base: ano anterior=100)	280
Tabela 52: Variação anual do Produto Interno Bruto de Santa Catarina 1971-1998.....	280
Tabela 53: Evolução do PIB <i>per capita</i> brasileiro e catarinense 1970-1997 (em dólares)	281
Tabela 54: Exportações catarinenses por fatores agregados e a participação nacional 1970-1999 (em %).....	282
Tabela 55: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais em Lages 1955-2000.....	292
Tabela 56: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais em Caçador 1955-2000.....	293
Tabela 57: Número de trabalhadores nos complexos agroindustriais de carne e de frutas em Videira e Fraiburgo 1955- 2000.....	294
Tabela 58: Participação da principal atividade industrial em Chapecó e Blumenau sobre o total da indústria de transformação em relação ao número de trabalhadores 1955-2000 (em %).....	295
Tabela 59: Número de trabalhadores na indústria moveleira no planalto norte 1965-2000.....	295
Tabela 60: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais em Joinville 1955-2000	296
Tabela 61: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais em Jaraguá do Sul 1965-2000	297
Tabela 62: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais na Região Carbonífera e Vale do Araranguá 1960-2000	299

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de funcionários de algumas empresas catarinenses nos anos 20 a 40	49
Quadro 2: Decretos e Leis que beneficiaram o carvão catarinense.....	56
Quadro 3 :Divisões dentro do Partido Republicano Catarinense durante a Primeira República	92
Quadro 4: Cisões dentro da política catarinense e no Partido Republicano Catarinense durante a Primeira República....	96
Quadro 5: Cisões na política catarinense 1930-1935.....	97
Quadro 6: Número de funcionários de algumas empresas catarinenses nos anos 40 a 60	131
Quadro 7: Governadores catarinenses e a divisão oligárquica 1935-1960.....	145
Quadro 8: Processo de aquisições no setor cerâmico	188
Quadro 9: Processo de aquisições no setor de papel e celulose	195
Quadro 10: Processo de aquisições no setor eletro-metal-mecânico	218
Quadro 11: Participação no mercado nacional das empresas catarinenses do complexo eletro-metal-mecânico por produto (em %).....	218
Quadro 12: Localização das unidades das indústrias têxteis e do vestuário de Blumenau e Jaraguá do Sul	223
Quadro 13: Aquisições da Tupy no setor de plástico.....	227
Quadro 14: Evolução da estrutura fundiária em Santa Catarina 1920-1996 (em %).....	234
Quadro 15: Processo de aquisições no complexo agroindustrial de carne	242
Quadro 16: Posição dos maiores produtores de maçã em Santa Catarina 1999.....	246
Quadro 17: Situação dos sindicatos dos trabalhadores nas indústrias (STI) mais representativos de Santa Catarina 2000	248
Quadro 18: Governadores catarinenses e a divisão oligárquica 1961-2002.....	258
Quadro 19: Relação de indústrias de 300 a 5.500 trabalhadores por municípios 2000.....	300

ANEXOS

Anexo 1: Valor da Transformação Industrial segundo os principais gêneros 1905-1995 (em %)	324
Anexo 2: Pessoal ocupado segundo os principais gêneros 1905-1985 (em %)	325
Anexo 3: Principais produtos exportados por Santa Catarina 1894-1943 (em mil réis)	326
Anexo 4: Produção catarinense de carvão mineral 1915-1998	327
Anexo 5: Destino das exportações catarinenses por cabotagem por estado 1908-1941 (em %)	328
Anexo 6: Comércio exterior e de cabotagem em Santa Catarina 1945-1969 (a preço corrente em Cr\$)	329
Anexo 7: Produção catarinense de papel por empresa e a participação nacional 1937-1966 (em t)	330
Anexo 8: População das cidades pólos microrregionais de Santa Catarina 1872-2000	331
Anexo 9: Processo de aquisições dos bancos catarinenses	332
Anexo 10: Participação de Santa Catarina nos recursos liberados pelo BNDES 1965-1996 (em %)	333
Anexo 11: Participação de Santa Catarina nos saldo dos empréstimos às atividades econômicas do Banco do Brasil 1947-1996 (em %)	333
Anexo 12: Potência das usinas geradoras em Santa Catarina 1930-1996 (em KW)	334
Anexo 13: Balanço energético da CELESC 1955-1998	335
Anexo 14: Situação das rodovias federais e estaduais em Santa Catarina 1955-1998 (em km)	336
Anexo 15: Terminais telefônicos e municípios atendidos 1907-1997	337
Anexo 16: Movimentação de carga dos portos catarinenses 1970-1999 (em mil t)	338
Anexo 17: Aplicações do BDE por setores da economia e total 1962-1969 (a preços deflacionados)	339
Anexo 18: Operações contratadas pela agência do BRDE de Florianópolis por atividades econômicas 1963-1986 (em %)	340
Anexo 19: Contratações do BADESC por ramos de atividade 1980-1999 (em %)	341
Anexo 20: Liberações de recursos do FUNDESC por atividades econômicas 1970-1978 (em %)	342
Anexo 21: Incentivos do PROCAPE por atividades econômicas 1975-1980	342
Anexo 22: Incentivos do PRODEC por atividades econômicas 1988-1999 (em reais, março de 1999)	343
Anexo 23: Realizações dos governos nas áreas de infra-estrutura, financeira e social 1951-1998	344
Anexo 24: Produção anual de revestimentos cerâmicos por empresa 1960-1999 (em mil/m ²)	345
Anexo 25: Produção catarinense de papel (em t) e a participação nacional (em %) 1969-1999	346
Anexo 26: Produção catarinense de celulose (em t) e a participação nacional (em %) 1969-1999	346
Anexo 27: Exportações catarinense de papel (em t) e a participação nacional (em %) 1975-1997	347
Anexo 28: Exportações catarinense de pasta mecânica e a participação nacional 1976-1997	348
Anexo 29: Reflorestamentos executados em Santa Catarina pelos associados da ANFPC 1973-1998 (em ha)	349
Anexo 30: Produção catarinense de papel por empresas selecionadas 1967-1999 (em t)	350
Anexo 31: Produção catarinense de celulose (pasta química e semiquímica de fibra longa) por empresas selecionadas 1967-1998 (em t)	351
Anexo 32: Produção catarinense de pasta mecânica (mecânica e/ou mecânico-química alto rendimento) por empresas selecionadas 1967-1999 (em t)	352
Anexo 33: Trabalhadores na indústria de papel e celulose (pasta química e semiquímica de fibra longa) em Santa Catarina e a participação nacional 1969-1999 (em %)	353
Anexo 34: Produção catarinense de celulose fibra longa (em t) e a participação nacional (em %) 1969-1999	353
Anexo 35: Produção catarinense de pasta mecânica (mecânica e/ou mecânico-química alto rendimento) (em t) e a participação nacional 1967-1999 (em %)	354
Anexo 36: Exportações de madeira em Santa Catarina 1925-1999 (em t)	355
Anexo 37: Resultados da Consul, WEG, Tupy, Busscar, Embraco e Marisol 1950-1999	356
Anexo 38: Safra catarinense de grãos 1947-1999 (em mil t)	357
Anexo 39: Participação da produção agropecuária por mesorregião 1970-1995 (em %)	358
Anexo 40: Área plantada (em mil ha) e produção agrícola (em mil t) em Santa Catarina de 1947-1999	359

Anexo 41: Área plantada (em mil ha) e produção agrícola (em mil t) em Santa Catarina de 1947-1999.....	360
Anexo 42: Abate (em mil cabeças) e produção (em t) de suínos, aves e bovinos em Santa Catarina 1945-2000.....	361
Anexo 43: Crédito agrícola liberado pelo Banco do Brasil para Santa Catarina 1970-1994	362
Anexo 44: Resultados da Perdigão 1970-2000	363
Anexo 45: Resultados da Sadia S.A. 1945-1999.....	364
Anexo 46: Resultados da Aurora 1973-2000	365
Anexo 47: Resultados da Chapecó 1955-2000.....	366
Anexo 48: Indicadores da produção industrial por classes e gêneros Santa Catarina 1988/2000 (Base: ano anterior=100)	367
Anexo 49: Número de trabalhadores no setor de revestimentos cerâmicos (empresas selecionadas) 1965-1998.....	368
Anexo 50: Número de trabalhadores no setor de papel e celulose (empresas selecionadas) 1965-1998.....	368
Anexo 51: Número de trabalhadores no setor mobiliário (empresas selecionadas) 1965-1998.....	369
Anexo 52: Número de trabalhadores no setor madeireiro (empresas selecionadas) 1960-1998.....	369
Anexo 53: Número de trabalhadores no setor eletro-metal-mecânico (empresas selecionadas) 1960-1998	370
Anexo 54: Número de trabalhadores no complexo agroindustrial de carne (empresas selecionadas) 1960-1998	370
Anexo 55: Número de trabalhadores no setor têxtil-vestuário (empresas selecionadas) 1965-1998	371
Anexo 56: Número de trabalhadores no setor carbonífero (empresas selecionadas) 1965-1998	372
Anexo 57: Número de trabalhadores no setor de matérias plásticas (empresas selecionadas) 1960-1998	372
Anexo 58: Número de trabalhadores de outras indústrias representativas em Santa Catarina (empresas selecionadas) 1960-1998.....	373
Anexo 59: Principais produtos exportados por Santa Catarina 1970-1980 (em %)	374
Anexo 60: Principais produtos exportados por Santa Catarina 1983-1999 (em %)	375
Anexo 61: Exportações catarinenses por seções 1982-1999 (em %).....	376
Anexo 62: Participação de Santa Catarina no comércio interestadual brasileiro 1948-1988 (em %).....	377
Anexo 63: Mapa histórico-econômico de Santa Catarina final século XIX.....	378
Anexo 64: Mapa histórico-econômico de Santa Catarina anos 20.....	379
Anexo 65: Mapa histórico-econômico de Santa Catarina meados dos anos 40.....	380
Anexo 66: Mapa histórico-econômico de Santa Catarina início dos anos 60	381
Anexo 67: Mapa econômico de Santa Catarina final dos anos 90	382
Anexo 68: Visitas, entrevistas e bibliotecas pesquisadas	383

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é discutir a formação econômica de Santa Catarina pós-1880. Inicialmente, é feita uma discussão sobre as linhas interpretativas sobre a economia catarinense (formação sócio-espacial, desenvolvimentista-conservadora e schumpeteriana), para em seguida ser construída uma análise com base no crescimento articulado de Santa Catarina dentro do movimento geral da industrialização brasileira.

Em seguida, é construída uma nova periodização que leva em conta a mudança do padrão de crescimento da economia catarinense. A periodização é a seguinte: os anos de 1880 a 1945 caracterizam-se pela origem e crescimento do capital industrial. Nesse período predominava a pequena produção mercantil e a extração da erva-mate, madeira, carvão e as indústrias têxtil e alimentar. Os anos de 1945 a 1962 foram marcados pela diversificação e ampliação da base produtiva. Nessa fase houve uma ampliação quantitativa dos setores consolidados e uma diversificação para ramos mais dinâmicos como papel e pasta mecânica, metal-mecânico e cerâmico. Esta é uma fase transitória em que ainda perduram elementos do antigo padrão e elementos de um novo padrão baseado no médio e grande capital industrial. O crescimento acelerado da velha e da nova indústria catarinense começou a ser limitado pelas deficiências na infra-estrutura social básica e pela falta de recursos financeiros. O terceiro período começa depois de 1962 quando há a integração e a consolidação da indústria catarinense. A partir deste momento, o comando da acumulação será determinado pelo grande capital industrial dos setores consolidados e pelo Estado, por meio de planejamento, que fará vultosos investimentos que integrarão a economia catarinense. Pode-se dizer que, até 1962, Santa Catarina tinha uma formação desintegrada, na qual cada mesorregião era especializada num determinado setor com forte ligação à economia nacional. Com as políticas intervencionistas e o fortalecimento do grande capital de origem local, rapidamente as mesorregiões se integraram. O último período inicia-se em 1990 a partir da abertura comercial e financeira e da desregulamentação da economia com o esfacelamento do Estado.

Destaca-se também a política das oligarquias catarinenses, que começou na Primeira República sob o manto do positivismo, do liberalismo e do coronelismo e que se estendeu até o final

dos anos 70; a origem da mão-de-obra com os colonos, pescadores e caboclos; e a atuação dos sindicatos e dos movimentos populares. Por último, será feita uma análise da dinâmica regional recente, destacando o crescimento nos anos 80, a integração produtiva, o esquema interdepartamental e a diversificação econômica das microrregiões.

ABSTRACT

This thesis studies the economic formation of Santa Catarina after 1880. Firstly, it discusses the interpretative branches of economy in Santa Catarina (the social and spatial formation, the developmentist-conservative view, and the Schumpeterian approach), and in the sequence it presents an analysis based on the interconnected growth of State of Santa Catarina in the context of Brazil industrial history.

Next, a new historical arrangement is built, considering the change in the economic growing pattern in Santa Catarina. The time-scale is as the following: from 1880 to 1945 we have the origin and the growing of the industrial capital, a period characterized by small market production and by the extraction of maté, wood, coal, and textile and food industry. From 1945 to 1962 the years were marked the diversification and amplification of the productive base. During this phase an increase in the consolidate sectors and a diversification toward a more dynamic branches such as paper and mechanic paste, steel and machine, and ceramic industry occurred. This is a transitory phase in which elements of the old pattern still remain together with the elements of a new pattern based on medium and large industrial capital. The accelerated growth of both the old and new industry in Santa Catarina started to be limited by basic social infrastructure deficiencies and by lack of financial resources. The third period starts after 1962, when the integration and the consolidation of the industry in Santa Catarina takes place. This time hence, the force of the accumulation process will be determined by great industrial capital of the consolidate sectors and by the State planning, with huge investments integrating the economy in Santa Catarina. Until 1962, Santa Catarina had a disintegrate economy, in which each region was specialized in a certain sector directed linked to the national economy. With the State interventionist policies and the strengthening of the great local capital, the regions were rapidly integrated. The last period begins in 1990 starting from the commercial and financial opening and of the deregulation of the economy with the sphacelament of the State.

It is important to consider the political influence of oligarchies in Santa Catarina, which started in the First Republic under the cover of positivism, liberalism, and authoritarianism, until de

1970s; the origin of the colonist, fishermen, and mestizo's labour, the activity of the unions and the popular movements. Finally, this thesis will analyse the recent regional dynamics, highlighting the growth in the 1980s, the productive integration, the interdepartmental scheme, and the economic diversification in the regions.

INTRODUÇÃO

Analisando a produção histórica catarinense, é possível pontuar alguns trabalhos que tratam da formação geral de Santa Catarina e que deram contribuições para o debate acadêmico, servindo como referências para outras pesquisas. Entre os trabalhos que seguem uma linha “tradicional” da descrição dos acontecimentos, estão as obras de Oswaldo Cabral, **História de Santa Catarina** (1968), e Walter Piazza, **Santa Catarina: sua história** (1983). Ambos dão uma contribuição significativa no que diz respeito às informações quantitativas, localização, datas e personagens que se destacaram. Dentro de uma abordagem histórico-antropológica, destaca-se Silvio Coelho dos Santos, que, além de ter um farto estudo sobre as populações indígenas em Santa Catarina, escreveu um pequeno livro intitulado **Nova história de Santa Catarina** (1974). Ainda entre os “tradicionais”, mas dentro da geografia, destacam-se dois autores: Paulo Fernando Lago, **Santa Catarina: a terra, o homem e a economia** (1968) e **Santa Catarina: dimensões e perspectivas** (1978), e Victor Antônio Peluso Júnior, **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina** (1991).

Dentro da história econômica, podemos destacar alguns trabalhos que não seguiram propriamente uma linha tradicional, mas se abstiveram do olhar crítico sobre a formação econômica de Santa Catarina. São eles: a tese de Ondina Pereira Bossle, **História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro** (1988), que abrange o período de 1880 a 1945 e segue uma linha schumpeteriana do empresário inovador; e os dois livros de Idaulo José Cunha, **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina** (1982) e **O salto da indústria catarinense : um exemplo para o Brasil** (1992), que, apesar do rigor no levantamento dos dados, carecem de fundamentação teórica mais sólida, tomando-se difícil enquadrá-lo dentro de uma linha de pensamento. Recentemente, a FIESC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), para comemorar os seus 50 anos, encomendou uma pesquisa histórica sobre a indústria catarinense intitulada **Fiesc 50 anos: uma história voltada para a industrialização catarinense**

(2000), que na verdade é “um olhar sobre a história pelo viés do jornalismo”, sem uma preocupação acadêmica.

A pesquisa do CEAG/SC, **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudos das alterações estruturais (século XVII-1960)**, coordenada por Américo Augusto da Costa Souto, de certa forma rompeu com a lógica positivista dominante na produção histórica catarinense. O texto segue uma linha braudeliana de análise conjuntural e estrutural das mudanças históricas.

Os trabalhos que se enquadram dentro de uma linha mais crítica, infelizmente analisam períodos curtos ou estão circunscritos a uma determinada região do Estado, como é o caso das pesquisas de Armén Mamigonian (1965) e Paul Singer (1977), ambas sobre Blumenau.

Se tomarmos como referência as pesquisas realizadas na Universidade Federal de Santa Catarina, dentro do mestrado de História, é possível demarcar dois períodos antagônicos. O primeiro, quando predominava a história tradicional, iniciou no final dos anos 70 e perdurou até o final dos anos 80; e o segundo, que abrange os anos 90 e dá um salto para a Nova História. No entanto, ficou um vácuo que poderia ter sido preenchido pela história econômica marxista, de onde poderiam ter brotado pesquisas que analisassem a formação econômica de Santa Catarina. Dentro do mestrado em Geografia, iniciado em meados dos anos 80, as dissertações que têm uma incursão na economia e na história e seguem uma linha crítica são as orientadas principalmente pelo professor Armén Mamigonian. Estas, porém estão circunscritas a uma microrregião específica do Estado ou tratam de determinados setores da economia.

As contribuições mais recentes, produzidas por economistas heterodoxos sobre a economia catarinense, seguem uma abordagem neoschumpeteriana, que faz um recorte espacial (*cluster* e distritos indústrias) e setorial, centrando na inovação tecnológica.

Diante da análise feita, é perceptível a existência de uma lacuna na historiografia econômica catarinense. É nítida a falta de um trabalho que discuta a formação econômica de Santa Catarina dentro de uma perspectiva marxista. Que caminho devemos percorrer para fazer uma tese dentro desta perspectiva? Para entendermos as transformações estruturais e o movimento da acumulação capitalista em Santa Catarina, desde 1880, utilizaremos séries históricas, como as exportações, a potência de energia instalada, as rodovias pavimentadas, a safra agrícola, a produção de carvão, os recursos públicos destinados ao capital privado, a evolução do número de funcionários, a evolução da produção industrial de vários setores e inúmeras outras. É mister esclarecer que a utilização de séries e dados estatísticos não transformam a história econômica numa história técnica e matemática,

que segundo Arruda (1980, p. 47), “descarta as preocupações marxistas e acaba por apresentar uma História linear, sem conflito de classes e que sob uma aparência científica refinada surge, na verdade, uma História apologética do crescimento eterno do capitalismo eterno”. Segue o autor: “a aplicação da matemática às ciências sociais é útil, desde que permita um aprofundamento das questões analisadas” (*Ibid.*). As análises quantitativas, portanto, não são um fim em si mesma, apenas um meio para aprofundar nossas análises, pois “o quantitativo aqui é um instrumento através do qual adensaremos a análise qualitativa” (p. 48).

Ao mesmo tempo que nos utilizamos de séries históricas para entendermos as transformações estruturais, recorreremos às esferas política, cultural e social. Na política, veremos as relações entre o Estado, enquanto uma forma superior de organização capitalista, com os grupos econômicos e as elites locais, para a consolidação de planos e metas elaboradas no seio da burocracia estatal. Para a concretização das metas governamentais de cada período histórico, é formado um tipo de organização estatal a partir dos interesses da valorização máxima do capital. Um Estado ora liberal, ora planejador, porém sempre comandado por oligarquias que, aparentemente, passam a imagem de inconciliáveis refugiando-se em partidos conservadores. Um Estado que se molda à ordem econômica.

No cultural, a análise perpassa a origem étnica da mão-de-obra, além da influência cultural trazida pelos imigrantes nas diversas regiões. No social, merecem destaque os movimentos sociais, sobretudo os excluídos do processo de modernização conservadora na agricultura, e a atuação política dos sindicatos mais representativos.

Para entender as predominâncias no processo de formação econômica de Santa Catarina, elaboramos uma periodização com base no padrão de crescimento. O nosso primeiro período começa em 1880 e se estende até 1945, momento em que nasce e cresce o capital industrial, predominando um padrão de crescimento baseado na pequena produção e no capital mercantil. O critério utilizado para iniciar a periodização foi a chegada de novos imigrantes no norte e sul do Estado e a fundação e ocupação da Colônia Militar de Chapecó no oeste, ou seja, um critério demográfico e social. A segunda periodização vai de 1945 a 1962 e é marcada pela ampliação e diversificação da base produtiva, quando começam a surgir elementos de um novo padrão de crescimento, baseado no médio e grande capital industrial, porém ainda perdurando elementos do padrão anterior, ou seja, trata-se de uma fase transitória. O critério utilizado foi econômico, baseado nas transformações da base produtiva. O terceiro período inicia em 1962, com base num critério

político, quando começam efetivamente as realizações do Plano de Metas do Governo, elaborado no governo Celso Ramos (1961-1965). É a politização das relações econômicas. A partir desse momento, o capital industrial se consolida e promove, juntamente com o Estado, a integração produtiva em Santa Catarina. O último período inicia em 1990, com base num critério econômico (abertura comercial e financeira) e político (desregulamentação estatal). Com o esfacelamento e o enfraquecimento do Estado e formular políticas industriais o padrão de crescimento baseado no grande capital industrial e no Estado sofre uma profunda alteração no seu comando político. É a despolitização das relações econômicas.

Portanto, tendo como eixo o processo de acumulação capitalista, a valorização do capital, nosso propósito é entender a formação econômica de Santa Catarina desde 1880, perpassando pelas vertentes sociológicas, geográficas e antropológicas. Dentro do movimento de mudança secular e lenta, buscaremos compreender a forma pela qual Santa Catarina deixou de ser uma economia de subsistência para se inserir no capitalismo brasileiro, um capitalismo específico, tardio e desorganizado. Dentro desta formação econômica, vamos procurar entender a integração de Santa Catarina no sistema nacional de economia, a complementaridade da economia catarinense ao mercado nacional, a especialização regional e as dinâmicas internas.

As mudanças estruturais podem ser melhor entendidas nas suas particularidades, quando observadas com um caleidoscópio e quando a imagem é aproximada para se entender as nuances das transformações num nível conjuntural e fátual. Em vários momentos, deixamos as análises globalizantes de lado para narrarmos a história de empresas, de municípios, de movimentos sociais, de instituições públicas e de trabalhadoras e trabalhadores. São histórias que muitas vezes passam despercebidas, principalmente pelos economistas que se “aventuram” no estudo da história. É uma tentativa de se aproximar daquilo que Arruda (1998) denominou de “uma síntese de elementos modernos e pós-modernos”, que assimila novos valores da subjetividade humana “sem perder de vista os fenômenos estruturais, as classes, os grupos, as formas de vida coletiva” (p. 184).

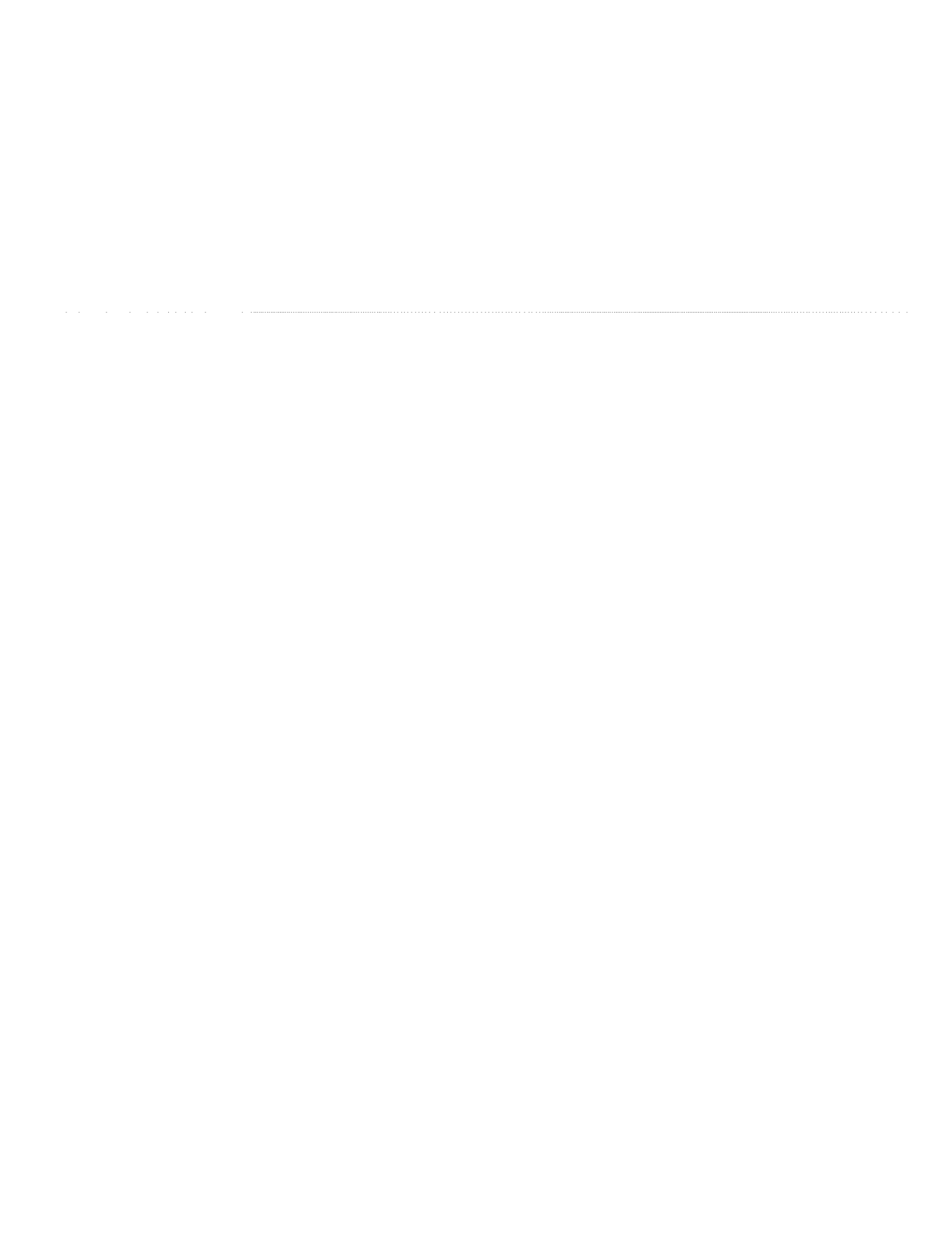
Para chegar à redação final do texto, literalmente percorri um longo caminho. Foram feitas sete viagens pelo Estado, passando por todas as mesorregiões. No planalto serrano estive em Lages, Otacílio Costa e Correia Pinto; no Alto Vale do Rio do Peixe em Caçador e Videira; no planalto norte, em Canoinhas, Três Barras, Mafra, Rio Negrinho e São Bento do Sul; no Vale do Itajaí em Blumenau e Brusque; no norte em Joinville e Jaraguá do Sul; no oeste, em Chapecó, Itá, Seara, Concórdia e Joaçaba; e no sul do Estado em Criciúma, Içara, Tubarão, Cocal do Sul e Urussanga.

Ao todo, foram 22 municípios, sem contar as inúmeras viagens para Florianópolis. Fiz pesquisas em 47 bibliotecas do Estado: 18 bibliotecas universitárias, quatro arquivos históricos, quatro centros de memórias, 15 institucionais, seis municipais, duas privadas e o Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Também recorri às fontes de pesquisa orais para a construção do texto, com 83 entrevistas. Destas entrevistas, 33 foram feitas junto às empresas localizadas em todo território catarinense, nos diversos ramos industriais, das quais em 12 empresas tive a oportunidade de conhecer o processo produtivo.

Os materiais utilizados para a construção das séries históricas foram os relatórios de empresas, de estatais, de autarquias, de agências de fomento, de secretarias estaduais, de associações de classe, mensagens de governadores, planos de governos, prestação de contas de governos, históricos de empresas, históricos de municípios, anuários estatísticos, censos econômicos e demográficos, revistas e folhetos. Além da pesquisa em dissertações de mestrado e teses de doutorado, também utilizei monografias de graduação e de especialização.

A proposta inicial de trabalho era tão somente pesquisar a diversificação produtiva ocorrida nos anos 80 no sul de Santa Catarina, que era uma extensão da minha dissertação de mestrado. As conversas com o meu primeiro orientador, Carlos Américo Pacheco, fizeram-me mudar de tema, ampliando o espaço de abrangência para todo o Estado, delimitando o período para os anos 80 e 90. Após iniciar a pesquisa, comecei a me deparar com a diversidade de material que existia e, ao mesmo tempo, com a falta de um trabalho que contemplasse a formação econômica de Santa Catarina numa perspectiva marxista. Fiquei admirado e não conseguia entender por que ainda não havia sido defendida uma tese ou alguém escrito um livro sobre o tema.

Durante a pesquisa, descobri outros motivos que impediram a escrita desse trabalho de fôlego: a amplitude do tema, a dificuldade de acesso a algumas fontes, a distância e a disponibilidade de tempo. Nestes tempos, em que a história se afasta da economia e se aproxima das mentalidades e do cotidiano, e em que o marxismo sofre uma enorme debandada, falar em história do movimento geral da acumulação capitalista em Santa Catarina durante o século XX, para alguns historiadores, virou uma heresia e entrou em desuso. Este talvez seria outro motivo por que este tema ainda não havia sido estudado. Creio que é possível falar do movimento geral, da longa duração, sem perder o contato com as particularidades, sem deixar de lado a memória, a fala dos excluídos e dos vencidos.



CAPÍTULO I: ANÁLISES INTERPRETATIVAS SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTA CATARINA

“A industrialização, desde o começo, foi um imperativo político”.
David Landes, 1994

1 – As linhas teóricas sobre a economia catarinense

Dentre as linhas interpretativas sobre a formação econômica de Santa Catarina, podemos destacar três abordagens: o paradigma da formação sócio-espacial, a desenvolvimentista conservadora e a schumpeteriana.

a) Formação sócio-espacial

Formação sócio-espacial é uma categoria marxista que, segundo Milton Santos (1977), “diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso” (p. 81-82). Como toda história não se escreve fora do espaço, “o espaço, ele mesmo, é social” (p. 81). A mesma base de explicação da formação sócio-espacial é a produção, ou seja, “o trabalho do homem para transformar (...), o espaço com o qual o grupo se confronta” (p. 82). É necessário entender que a categoria formação sócio-espacial não se aplica a uma “sociedade em geral”, mas a uma “sociedade dada” (p. 84). Segundo Santos:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado de sua evolução. (...) É preciso definir as especificidades de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da formação sócio econômica, a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (p. 84).

Há uma intercalação e junção de três categorias para analisar a história econômica de uma determinada região: modo de produção, formação social e espaço: “Todos os processos que, junto, formam o modo de produção são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social” (p. 86)

Foi dentro da abordagem da formação sócio-espacial que Armén Mamigonian estudou a geografia industrial de Blumenau, desde a sua origem até o início dos anos 60. Em seu trabalho clássico, **Estudos geográficos das indústrias de Blumenau** (1965), Mamigonian começa analisando a "industrialização" de Blumenau a partir da pequena produção mercantil. Inicialmente, o autor divide Santa Catarina em três tipos de zonas industriais: a) a zona de colonização alemã, que engloba Blumenau e Joinville; b) a zona do carvão no sul do Estado, de colonização italiana; e c) a zona pioneira do oeste, de colonização alemã e italiana, provenientes do Rio Grande do Sul. Em seguida, Mamigonian divide a história econômica de Blumenau em três fases. A primeira fase vai de 1880 a 1914 e caracteriza-se pelo início da imigração e pela implantação de pequenas atividades artesanais. Pequenas atividades como:

pequenos moinhos, alambiques, cervejarias, curtumes, fabricação de charutos, assim como certo número de artesanatos não agrícolas: tipografias, marcenarias, ferrarias; certos artesanatos citados ascenderam à condição de indústria, os curtumes por exemplo, outros desapareceram, como as cervejarias, outros, enfim, continuaram no Estado artesanal, tais como os pequenos moinhos e várias marcenarias (Mamigonian, 1965, p. 68).

Nessa fase, o “fundamento material da vida em Blumenau” (p. 71) era o sistema *colônia-venda*, cuja essência era a produção para o consumo e para a comercialização. Os colonos produziam “além das suas necessidades” (*Ibid.*). Na gênese industrial de Blumenau, destacavam-se principalmente dois mercados: o mercado local e o nacional; e eventualmente o externo. Muitos dos produtos agrícolas eram vendidos para o Rio de Janeiro, Salvador e Recife; a madeira e o fumo, às vezes, eram exportados até para a Alemanha. Blumenau tornava-se um centro urbano regional de porte médio, fornecendo mercadorias para todo o Vale do Itajaí.

A segunda fase vai de 1914 a 1939 e é “caracterizada pela consolidação das indústrias existentes”. Nessa fase, o artesanato agrícola, com destaque para a produção da banha e da carne de porco, passa a ser mais valorizado. A partir de 1919, chegam novos imigrantes, uns mais abastados, outros com alguma experiência fabril, que iniciam novas atividades industriais na produção de “tecidos, confecção, fábrica de cadarços, chapéu, gaitas de boca, móveis” (p. 69). Segundo Mamigonian, “na véspera da Segunda Guerra Mundial, Blumenau já era uma cidade industrial poderosa (2.000 operários aproximadamente), a metrópole regional do Vale do Itajaí, sede de sucursais de bancos nacionais e possuía seu próprio banco” (*Ibid.*).

A terceira fase inicia em 1940 e se estende até 1961. Nesse período, a “atração industrial da cidade aumenta sempre: verifica-se uma tendência para a independência técnica e novas indústrias se instalam: preparação do tabaco, balões de borracha, cristais, porcelanas e, evidentemente, tecidos e confecções” (p. 69).

As iniciativas locais e a origem modesta – “capitalistas sem capital” – são uma marca da origem da indústria de Blumenau. Segundo Mamigonian, pode-se diferenciar dois tipos de indústrias: uma de acordo com a profissão anterior de seu proprietário (artesão, mestre de ofício e engenheiro) e outra de acordo com a origem do capital. A origem de muitos industriais eram: “1) gente que já era industrial [na Europa]; 2) gente ligada ao comércio de importação e exportação do sistema colônia-venda; 3) representantes comerciais, quadros e empregados de escritórios e comerciantes varejistas; 4) mão-de-obra qualificada: mestres, operários qualificados e artesãos” (p. 73-74).

Mamigonian conclui que o tipo de imigração e a presença da pequena produção mercantil propiciaram o nascimento de algumas indústrias e a ampliação da divisão social do trabalho, permitindo a formação de um relativo mercado de consumo. Boa parte do excedente permaneceu em Blumenau e foi repartido entre os pequenos industriais e os pequenos comerciantes, possibilitando “a constituição de uma base financeira indispensável a todo início industrial” (p. 72).

Apesar da análise de Mamigonian ser restrita a Blumenau, sua metodologia pode ser ampliada para todo o Estado de Santa Catarina, onde a imigração européia e a pequena produção mercantil se fizeram presentes. Num texto publicado no **Atlas de Santa Catarina**, em 1986, discutindo sobre o processo de constituição da indústria barriga-verde, Mamigonian associa o bom desempenho econômico das regiões catarinenses a um tipo específico de imigração e à presença da pequena produção. No norte, destaca a presença da Hering, Sulfabril, Consul, Hanse-Tigre,

Fundição Tupy, WEG, Kohlbach, entre outras, e grupos familiares que tiveram origens modestas e que conquistaram o mercado nacional e internacional. No oeste, destaca a Sadia, Perdigão e Seara, que atualmente dominam o mercado nacional de carne de suínos e frangos. No sul, destaca as iniciativas dos Freitas, Guglielmi e Zanette, que iniciaram em atividades ligadas ao carvão e em seguida diversificaram para outros ramos, surgindo a indústria cerâmica.

O surgimento de vários pequenos comerciantes e industriais nas zonas de colonização européia, inicialmente, engendrou uma acumulação pulverizada e uma concorrência mais acirrada, permitindo a prosperidade de alguns capitalistas, em detrimento de outros, gerando, em seguida, uma diferenciação social dentro da pequena propriedade. Nesse universo de pequenos proprietários, começam a surgir capitalistas, que passam a liderar o processo de consolidação da indústria local e que se tornam grandes industriais.

Dentro do paradigma da formação sócio-espacial, foram elaboradas várias pesquisas, enfocando regiões e setores específicos da economia catarinense: Kaesemodel (1990), que pesquisou a indústria moveleira em São Bento do Sul; Goularti Filho (1995), a inserção da indústria do vestuário no sul catarinense; Vieira (1996), a indústria de alta tecnologia em Florianópolis; Rocha (1997), a indústria joinvillense; Silva (1997), a indústria de equipamento elétrico do litoral norte catarinense; e Espíndola (1999), que escreveu sobre a agroindústria no oeste, o caso da Sadia. Esses estudos mostram que cada região de Santa Catarina tem uma formação econômica específica dentro de um modo de produção maior e que o “local torna-se assim, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular” (Santos, 1977, p. 89). Afinal, o espaço não é neutro e não serve apenas de tela de fundo inerte.

b) Desenvolvimentista conservadora

Ao contrário de alguns intelectuais paulistas ou cariocas, formados pelos cursos da CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina e Caribe) nos anos 50 e 60, que atualmente lecionam na UNICAMP e UFRJ, os desenvolvimentistas catarinenses assumiram uma postura conservadora. Segundo a CEPAL, ou melhor, o **Estudio económico de la América Latina 1948** e o de **1949**, escritos por Raul Prebisch, os países periféricos tinham bases produtivas diferentes em relação ao centro, porque a inserção da periferia na Primeira e na Segunda Revolução Industrial deu-se de

forma atrasada, tornando-a dependente e reflexa. O centro tinha estrutura industrial homogênea e diversificada e a periferia, heterogênea e descontinuada, com um setor moderno e outro atrasado, e especializada em produtos primários voltados para a exportação. O setor moderno era alicerçado nas exportações e comportava-se conforme a demanda externa. O setor atrasado era composto pela agricultura, que abastecia os centros urbanos e pela agricultura de subsistência. Não havia uma relação articulada entre os dois setores; ao contrário, o atrasado tornou-se um entrave ao livre desenvolvimento do moderno. A única maneira de romper com esta economia dual seria a industrialização e a reforma agrária. Como as demandas sociais aumentavam exponencialmente e havia uma inércia empresarial para fazer os vultosos investimentos necessários para o país sair de sua condição de periferia, o Estado constituía-se no único agente capaz de alavancar o desenvolvimento econômico.

Os desenvolvimentistas catarinenses eram conservadores por que não analisavam criticamente as questões sociais, a concentração fundiária e o mando e desmando das oligarquias catarinenses (inclusive aliavam-se a elas). Além disso, faziam uma leitura um pouco diferenciada da CEPAL, transportavam a análise cepalina, utilizada para entender a deterioração das relações de trocas entre nações, para compreender o atraso da economia catarinense. Destacaremos os trabalhos de Fernando Marcondes de Mattos. Segundo Mattos, em **A industrialização catarinense: análise e tendências** (1968), no período de 1949 a 1962, Santa Catarina não estava numa condição de periferia, tinha apenas indústrias do setor dinâmico, menos desenvolvidas em relação aos Estados mais industrializados. Os três ramos de maiores destaques em Santa Catarina, em relação ao seu produto industrial em 1949, eram: madeira com 27,4%, têxtil com 21,5% e produtos alimentares com 20,1%. Em 1962, a base industrial pouco tinha se alterado: madeira com 26,8%, têxtil com 20,8% e produtos alimentares com 14,6% do produto industrial. No conjunto, o setor tradicional em 1949 representava 80,6% do produto industrial, caindo, em 1962, para 73,3%; os dinâmicos representavam 19,4%, subindo para 26,7%, respectivamente. Para o país, os dados para o ramo de tradicionais em 1949 eram de 63,5% e em 1962 caíram para 43,3% do produto industrial; os dinâmicos, respectivamente, passaram de 36,5% para 56,7%. Segundo Mattos, essa realidade representava para Santa Catarina uma estrutura industrial pouco integrada e “menos desenvolvida do que poderia esperar dado o seu nível de renda” (p. 85). Durante o período analisado, “Santa Catarina perdeu para o Brasil no confronto entre os ramos ‘dinâmicos’ e ganhou em relação aos ramos ‘tradicionais’” (p. 102). Segundo Mattos, “não restam dúvidas de que a estrutura do produto

industrial de Santa Catarina equipara-se à de países escassamente desenvolvidos” (p. 118). Em compensação, “o crescimento industrial brasileiro dos anos 50 resultou na criação do mais *integrado e diversificado parque industrial da América Latina*” (p. 120). Onde residia o problema do nosso atraso industrial? Para Mattos, nas “intensas relações [de Santa Catarina] com o resto do país, o que a caracteriza como fortemente aberta e dependente do exterior” (p. 86). Segue o autor, afirmando que estamos “exportando notadamente bens de consumo não-duráveis e importando bens de consumo duráveis, intermediários e de capital, principalmente o primeiro. Dessas relações de troca resulta, certamente, uma deterioração relativa nos preços das mercadorias estaduais” (p. 94). Neste ponto, Mattos aplica a abordagem cepalina em âmbito regional. Além disso, “faltou, antes de tudo, por parte das autoridades públicas, entidades de classe e dos próprios industriais, uma clara consciência do processo de transformação que tomava conta do país e que iria definitivamente traçar os rumos do futuro desenvolvimento industrial” (p.121).

Como estratégia para o desenvolvimento industrial para os próximos anos (pós-61), Mattos recomenda a ampliação dos investimentos no setor dinâmico, principalmente, no ramo mecânico. E com relação ao papel do Estado na indução da indústria catarinense, Mattos argumenta: “para que a industrialização seja possível no ritmo reclamado pela urgência do desenvolvimento, torna-se imprescindível que os governos desempenhem uma função voltada para esses objetivos, muito mais ativa do que a que exerceram até agora” (p. 145). Mattos foi um dos integrantes da equipe que elaborou e executou o PLAMEG (Plano de Metas do Governo) durante o governo Celso Ramos (1961-1965), portanto, um homem que fazia parte do poder estatal.

Num trabalho posteriormente publicado em 1973 – **Santa Catarina: nova dimensão** –, Mattos volta a reafirmar sua posição quanto ao papel do Estado na economia. Já no primeiro parágrafo, o autor afirma:

nas sociedades capitalistas é o governo, o produtor e o consumidor que determinam quais as necessidades que devem ser atendidas prioritariamente. Visto de outro ângulo, são eles que decidem sobre a utilização a ser dada aos limitados recursos de que dispomos. (...) [o poder público] é o elemento de equilíbrio e promotor da ascensão social. Este, sim, tem por obrigação, porque essa é a razão fundamental de sua existência no mundo moderno, cuidar de que as necessidades primárias do indivíduo sejam prioritariamente consideradas. (Mattos, 1973, p. 29)

Neste trabalho, Mattos faz apologia do planejamento estadual em Santa Catarina, destacando o POE (Plano de Obras e Equipamentos, 1956-1960¹), o PLAMEG (Plano de Metas do Governo, 1961-1965), o PLAMEG II (1966-1970) e o PCD (Projeto Catarinense de Desenvolvimento, 1971-1974). Para o autor, planejamento integral é quando o planejamento passa a ser um “processo contínuo de todos os órgãos que direta ou indiretamente integram a administração pública. (...) a administração passa, em conjunto, agir planejadamente” (*ibid.*).

Esta postura a favor do planejamento, o autor reforça em **Santa Catarina: tempos de angústia e esperança** (1986), quando afirma que “por força de uma série, talvez excessiva, de equívocos cometidos por este Brasil afora, o planejamento para muitos chega a ser uma palavra detestável” (p. 177). Segundo Mattos, não há alternativa ao planejamento, ou se planeja bem ou se planeja mal.

c) Abordagem schumpeteriana

A abordagem schumpeteriana que destacamos neste trabalho é a que faz apologia ao empresário inovador, elegendo-o como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico, o indivíduo cuja função é realizar as novas combinações dos empreendimentos, descrito no capítulo segundo de **A teoria do desenvolvimento econômico** (1988), de Joseph Alois Schumpeter. É uma análise próxima da neoclássica, pois concentra na figura do indivíduo a força transformadora sócio-econômica². Essa abordagem ganhou força na historiografia econômica catarinense, por conta do sucesso de alguns grupos empresariais de origem européia, cuja história de vida de seus fundadores confunde-se com o sucesso das suas empresas. Podemos destacar alguns exemplos: Atílio Fontana, fundador da Sadia; Saul Brandalise, da Perdigão; Plínio Arlino De Nes, do Frigorífico Chapecó; Diomício Freitas, da Cecrisa; Maximiliano Gaidzinski, da Eliane; Albano Schmidt, da Tupy; João Hansen Jr., da Tigre; Augusto Bruno e Eugênio Nielson, da Busscar; Eggon João da Silva, Wener

¹ Inicialmente, o POE foi previsto para 1956-1965, mas ficou restrito apenas aos cinco primeiros anos em razão da troca de comando político nas eleições para governador em 1960.

² Com isso, não queremos afirmar que Schumpeter se enquadra como um economista neoclássico. É de conhecimento de todos que uma das melhores contribuições sobre desenvolvimento tecnológico e formação de oligopólio numa perspectiva crítica foram formuladas por Schumpeter. Juntamente com Marx, Kalecki e Keynes, Schumpeter forma a base do pensamento heterodoxo.

Ricardo Voigt e Geraldo Werninghaus, da WEG; Wolfgang Weege da Malwee; Hermann Hering e Bruno Hering, da Cia. Hering; Teófilo B. Zadrozny, da Artex; e Augusto Klimmek, da Condor.

Em **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento** (1987), Maria Luiza Renaux Hering busca fundamentos em Schumpeter e nos economistas da Escola Clássica, para explicar as origens da indústria no Vale do Itajaí. Hering estuda o período de 1820 a 1945, que vai do início da colonização europeia em Santa Catarina à expansão das indústrias têxteis, e a sua integração com o mercado nacional. O período está subdividido da seguinte forma: 1820-1880, antecedentes da “industrialização catarinense”; 1880-1914, nascimento da indústria catarinense; e 1914-1945, período de expansão das empresas têxteis tradicionais.

O seu ponto de partida “é a hipótese de que o desenvolvimento da economia do Vale do Itajaí obedeceu a dinâmica interna própria. O crescimento gradativo da indústria, a partir de recursos autogerados e de mercados internos, teve por base o isolamento regional” (p. 11). De início, a autora rejeita qualquer tese que condicione o crescimento industrial catarinense à expansão da indústria paulista. Leia-se a tese do capitalismo tardio e da CEPAL, aplicadas em âmbito regional. Para Hering, o isolamento de Santa Catarina no século XIX e início do XX:

determinou a existência de mercados regionais fechados, com uma população de imigrantes fornecedores de mão-de-obra e demais recursos para a atividade econômica local. Em decorrência, afirmamos que Santa Catarina não se desenvolveu como área periférica, nem em sua primeira fase, a fase colonial, que caracterizamos como de produção agrícola e comercial (1850-1880), com excedente muito reduzido, nem quando se inicia a pequena indústria (1880-1914), cuja produção se limita ao mercado catarinense, aproximadamente até o final daquele período (p. 12).

O mercado de São Paulo surgiu como principal centro consumidor das mercadorias do Vale do Itajaí somente na década de 50. A partir dessa conclusão, a autora passa a trabalhar com a idéia de “dinâmica própria”. Para se pautar empiricamente, Hering baseou-se no sucesso empresarial de três empresas, duas em Blumenau e duas em Brusque. Em Blumenau a Indústria Têxtil Companhia Hering, fundada por Hermann Hering e Bruno Hering, e a Companhia Têxtil Karsten, fundada por Johann Karsten, Heinrich Hadlich e Gustav Roeder; e em Brusque a autora destaca a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, fundada por Carlos Renaux e a Buettner & Cia., fundada por Eduardo Von Buettner.

A influência da Escola Clássica em suas análises pode ser percebida quando a autora apela constantemente para a poupança individual dos imigrantes como determinante para os investimentos globais na região. Segundo Hering:

graças à poupança inicial dos colonos e em seguida, à ênfase no investimento de recursos próprios, com produção voltada para o mercado regional, nasceram, se desenvolveram e solidificaram dentro de modelo comum, as empresas têxteis tradicionais da região, Indústria Têxtil Companhia Hering, Companhia Industrial Karsten, Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser e outras de criação mais recente (p. 318).

Hering conclui que esse tipo de povoamento e colonização “permite identificar modelo próprio de desenvolvimento” (p. 317) em Santa Catarina. É uma generalização do “modelo” identificado em Blumenau e Brusque para todas as regiões de Santa Catarina.

Na mesma linha de interpretação schumpeteriana, também se destacam os trabalhos de Ondina Pereira Bossle. Em **Henrique Lage e o desenvolvimento sul catarinense** (1981), Bossle destaca o empenho de Henrique Lage, um industrial carioca, na ampliação da Ferrovia Dona Teresa Cristina, na ampliação do Porto de Imbituba e na abertura de novas minas pós-1917, que constituíram-se no tripé necessário para o crescimento da região sul. A persistência de Henrique Lage, junto ao governo, para proteger e financiar a mineração nos anos 30 e 40, segundo Bossle, fez dele um homem de “visão”, atributo necessário para o desenvolvimento da região carbonífera. Em **História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro** (1988), Bossle amplia sua análise schumpeteriana para todo o Estado no período de 1880 a 1945. De início, a autora nega as análises pautadas nas teses do capitalismo tardio, nas dos choques adversos e no paradigma cepalino, para explicar a gênese da indústria catarinense e sua integração no mercado nacional. Segundo Bossle:

a industrialização catarinense não teve suas raízes implantadas nas inter-relações binômicas do café-indústria, mas sim na relação do comércio importador e exportador, adicionada à experiência e visão empresarial dos imigrantes. De uma economia de subsistência criaram-se excedentes, proporcionando o surgimento do comércio, primeiro entre o campo e a cidade e posteriormente interestadual (p. 136)

Com relação à visão empreendedora, Bossle cita o exemplo da Buettner, Renaux, Hoepcke, Hering, Karsten e Schlösser, e afirma: “é de consenso geral entre os autores catarinenses que a inovação empresarial (segundo a teoria de Schumpeter), ligada a outros fatores de maior importância, promoveu a industrialização em Santa Catarina” (p. 35). Em seguida, ela ressalta que paralelamente ao empreendedorismo, que o comércio importador-exportador foi um forte componente que contribuiu para a formação da indústria catarinense.

2 – Crescimento articulado

A classificação acima apresentada, desenvolvimentistas e schumpeterianos, em certa medida, se diferencia da feita por Michels (1998), que tenta fazer crítica ao "modelo catarinense de desenvolvimento", dividindo sua pesquisa em três momentos. Primeiramente, faz uma revisão crítica daquilo que chamou de "economia política catarinense", dividindo em quatro correntes alguns autores – e duas pesquisas institucionais – que pensaram a economia catarinense. São eles: os periféricos (Etienne Luiz Silva e CEAG/SC), os schumpeterianos (Idaulo José Cunha, Maria Luiza Renaux Hering, Ondina Pereira Bossle e Ady Vieira Filho), as "outras contribuições" (Armen Mamigonian, Paul Singer e Antonio Barros de Castro) e os desenvolvimentistas (Alcides Abreu, Fernando Marcondes de Mattos, Paulo Fernando Lago e SED/SC). Michels não percebeu com clareza a análise do paradigma da formação sócio-espacial feita por Mamigonian e simplesmente o classificou como "outras contribuições" dentro do "modelo catarinense de desenvolvimento". Mamigonian é crítico do "modelo", segundo o próprio autor:

Falar em modelo catarinense de desenvolvimento nos parece restritivo, pois o fator fundamental, a pequena produção mercantil transplantada da Europa do século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo Paraná e seu êxito industrial contrasta com a fraqueza da industrialização, até recentemente, nas áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaúcha, Campos de Lages, etc.) (Mamigonian, 1986, p. 104).

Mamigonian segue fazendo crítica às interpretações schumpeterianas: "o apelo à interpretação schumpeteriana (o papel dos empreendedores) também nos parece pobre, pois a multiplicação dos empreendedores não pode se dar numa sociedade de base latifundiária fraca de pequena produção mercantil" (p. 104).

Num segundo momento, Michels passa a analisar os planos de governo desde o POE (Plano de Obras e Equipamentos) até o "caso das letras" no governo Paulo Afonso. A análise é precária e apresenta poucas informações quantitativas, desprezando por completo a importância que o planejamento estadual teve para integrar e consolidar a indústria catarinense. É bom lembrar que as desigualdades sociais não foram solucionadas com o planejamento nem em Santa Catarina nem no Brasil. O Estado e os planos sempre foram conduzidos pela burguesia industrial aliada à oligarquia

agrária. Ora, mas o que se espera de um Estado autoritário e conservador? O Estado atendeu apenas os interesses da classe que estava tornando-se hegemônica: os industriais. Solucionar os problemas sociais no capitalismo, só é possível com uma forte intervenção política sobre a lógica econômica ou via superação do próprio sistema. Com relação ao assalto ao poder do Estado, pela burguesia catarinense, trata-se de um reflexo do processo de modernização conservadora da economia brasileira e da extensão dos laços familiares e do compadrio para a esfera estatal.

E por último, Michels chega à conclusão geral de que os autores por ele analisados não enfocaram a questão central para entender a “industrialização catarinense”, a saber: a superexploração do trabalho e a apropriação de recursos públicos por parte dos grupos econômicos. Ora, a superexploração do trabalho é uma característica do modo de produção capitalista e não uma exclusividade do capitalismo em Santa Catarina. Com relação à apropriação dos recursos públicos, é bom lembrar que uma das funções do Estado é ser orientador e indutor da industrialização, seja ela por meio de investimentos diretos ou de finanças industrializantes, senão corremos o risco de cairmos no discurso liberal.

As três linhas de interpretações (formação sócio-espacial, desenvolvimentista conservadora e schumpeteriana), ao mesmo tempo que contemplam alguns aspectos da formação econômica de Santa Catarina, desconsideram fatos determinantes que contribuíram para expandir, integrar e consolidar a indústria barriga-verde.

O paradigma da formação sócio-espacial responde às dinâmicas internas da economia catarinense, dando ênfase no papel da pequena produção mercantil. No entanto, subestima o papel que teve a economia do centro do sistema econômico nacional – São Paulo – em consolidar a indústria catarinense. Durante os períodos de industrialização restringida (1933-1955) e de industrialização pesada (pós-1955), o potencial da economia paulista estimulava o crescimento das economias regionais. O desempenho da pequena produção mercantil só foi possível porque a economia catarinense estava estreitando os laços comerciais e produtivos com a economia nacional. Sérgio Silva (1980), analisando a expansão cafeeira, as origens da indústria no Brasil e o papel que a burguesia industrial de origem europeia desempenhou na industrialização brasileira, argumenta que:

as origens do grupo social que forma o núcleo da burguesia industrial nascente é (...) uma questão subordinada. Isto não significa negar a sua importância. (...) As origens do grupo de imigrantes definido por “burguesia industrial” só nos interessa na medida em que contribuem para a nossa questão central e esclarecem o *modo de inserção desse grupo na sociedade brasileira*. Não podemos colocar em primeiro plano a situação social desse grupo em seus países de origem ou mesmo no momento de

sua chegada ao Brasil, porque a formação da burguesia industrial brasileira só pode ser corretamente explicada pela dinâmica interna do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil (Silva, 1980, p. 94-95).

O mesmo pode-se aplicar a Santa Catarina. O bom desempenho da pequena produção, matriz da pequena burguesia industrial e comercial de origem europeia, só pode ser entendido dentro da expansão industrial catarinense e, sobretudo, nacional. As dinâmicas internas da economia catarinense devem ser entendidas dentro de um contexto nacional de crescimento articulado com o centro dinâmico e com os demais Estados periféricos, ou seja, a partir do movimento geral da industrialização brasileira. É bom lembrar que há vários municípios em Santa Catarina que foram colonizados por imigrantes europeus num regime de pequena propriedade e que ainda não dinamizaram suas estruturas e continuam apresentando baixíssimo desempenho econômico. Para citar alguns exemplos no sul do Estado: São Martinho, Rio Fortuna, Treze de Maio, Pedras Grandes e Armazém. Nessa região, não houve uma atividade econômica que exercesse um comando e dinamizasse a pequena produção, como o carvão fez em Criciúma, a erva-mate em Joinville e a madeira no oeste e planalto norte.

Nem toda região industrial no Brasil teve como base a pequena produção mercantil. É o caso das cidades industriais do interior paulista, que, em boa medida, tem a ver com investimentos em infra-estrutura e com o ciclo de investimentos dos anos 70 e 80, dentro do recente movimento de desconcentração industrial (Negri, 1996).

A tese schumpeteriana do empresário inovador é questionável porque um empresário só pode ser inovador quando as condições sociais, institucionais e financeiras permitem a externalização do seu dinamismo. Schumpeter avança mais na discussão em **Capitalismo, socialismo e democracia**, quando elegeu a inovação tecnológica como o elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. Além do mais, no capitalismo monopolista, as tomadas de decisões, numa grande empresa, sempre ficam a cargo da burocracia. A função empresarial torna-se obsoleta e o “trabalho de equipes e comissões tende a substituir a ação individual” (Schumpeter, 1984, p. 174).

Dissertando sobre a atuação política da burguesia industrial têxtil em Blumenau, Tomio (2000) faz uma crítica consistente à tese schumpeteriana. Segundo o autor, “o privilégio concedido ao empresário/imigrante inovador, como única ou principal causa eficiente, parece servir muito mais a uma autenticação acadêmica de um preconceito ou de uma posição ideológica da elite local” (p. 70). A tese do empresário inovador serviu como um respaldo científico mais elegante e convincente

do que as abordagens racistas do evolucionismo spenceriano, em que os mais aptos ou os mais dinâmicos sobrevivem à seleção natural. Associado à figura do empresário inovador, vem o mito do “espírito de iniciativa”, da forte “ideologia do trabalho” e da disciplina. Essa interpretação serve para reforçar ainda mais a segregação social e regional no Brasil, ou seja, o sujeito é pobre e explorado porque não tem descendência alemã ou italiana, portanto, não tem amor ao trabalho e prefere o ócio ao negócio. Se quisermos construir uma abordagem crítica da formação econômica de Santa Catarina, jamais podemos cair no reducionismo individualista e na visão preconceituosa spenceriana.

Quanto ao fato de a origem da riqueza ser proveniente da poupança, defendida por Hering (1987) e também por Hillesheim (1979) – quando discutem a formação do mercado interno em Blumenau de 1850 a 1880 –, esta tese já foi largamente criticada pelas abordagens heterodoxas, segundo a qual, a renda é gerada pelo gasto capitalista e o investimento é *ex ante* a poupança. A riqueza proveniente da parcimônia pode ser realidade em casos isolados, mas não é realidade para uma região ou para um país.

Com relação aos desenvolvimentistas catarinenses, apesar de verem a economia do Estado como um todo articulado e destacarem os setores dinâmicos e a importância da atuação do Estado na economia, suas análises são limitadas por uma visão conservadora, que não lhes permite ver a estrutura agrária concentrada no planalto catarinense, a degradação ambiental; a baixa remuneração dos trabalhadores e os excluídos da terra. Mattos (1968) cai no erro de querer aplicar a análise cepalina entre centro e periferia em âmbito regional, afirmando que Santa Catarina internamente exportava bens de consumo não duráveis e importava dos Estados mais industrializados, bens de consumo duráveis, intermediários e de capitais, gerando uma deterioração relativa dos meios de troca. Esta foi a mesma análise feita pelo GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), coordenado por Celso Furtado em 1958 e que deu origem à SUDENE (Superintendência Para o Desenvolvimento do Nordeste). Segundo Cano (1985), o problema teórico desta análise "se refere às tentativas de aplicá-lo à dimensão regional de uma nação, consiste em que a concepção 'centro-periferia' só é válida quando aplicada ao relacionamento *entre Estados-Nações* politicamente independentes, e não entre regiões de uma mesma nação" (p. 23). As relações entre as unidades subnacionais devem ser vistas como relações de complementaridade mútuas, tendo como objetivo o desenvolvimento nacional.

Além das críticas feitas às abordagens schumpeteriana e desenvolvimentista conservadora, e das considerações feitas ao paradigma da formação sócio-espacial, vale a pena destacar mais duas visões: a autonomista e a endogenista. A visão autonomista é defendida por Schmitz: “a industrialização de Santa Catarina aconteceu de forma autônoma. Ocorreu, informalmente, no âmbito das famílias imigrantes, herdeiras da cultura empresarial e industrial européia” (1991, p. 3). Para Schmitz, o processo de colonização de Santa Catarina “permite identificar modelo próprio de desenvolvimento” (p. 4). A visão endogenista é defendida por Colombi (1979), quando discute a indústria de Blumenau e os primeiros anos da Cia. Hering (Gebrüder Hering) de 1880 a 1915. Segundo Colombi, “a industrialização de Blumenau foi de natureza endógena. As indústrias estruturaram-se em torno e em função do mercado interno” (p. 16).

Além de serem visões reducionistas e desarticuladas do movimento geral da industrialização nacional, da integração do mercado interno e da urbanização, os autores confundem o conceito de indústria com o de industrialização. Depois da integração do mercado nacional e da constituição do D1 (Departamento de bens de produção) pós-55, não é mais possível falar em industrialização autônoma, ou melhor, não existe a “industrialização catarinense”. O que existe é a industrialização brasileira, que está circunscrita aos marcos do Estado-Nação e que forma um sistema nacional de economia.

Diante das críticas feitas, resta fazer a seguinte pergunta: que caminho devemos tomar? Ao mesmo tempo que não podemos subestimar a dinamicidade gerada pela pequena propriedade, como condição necessária para a formação do parque industrial catarinense, não podemos negar a importância que teve o movimento geral da industrialização brasileira, comandado por São Paulo pós-30. Santa Catarina foi se ajustando à expansão da economia nacional graças à integração do mercado interno, ao processo de industrialização e à urbanização acelerada. Endogenamente, o salto e a reestruturação da indústria e da agroindústria catarinense só pode ser entendido a partir de três movimentos: a) quando algumas empresas locais começam a se impor no cenário nacional; b) quando o Estado passa a formular políticas industriais para impulsionar os setores dinâmicos; e, c) quando a grande e média indústria passam por uma reestruturação produtiva e patrimonial e o Estado por uma desarticulação política. Os dois primeiros movimentos iniciaram-se nos anos 50 e 60 e estão dentro de um movimento mais geral que é o da industrialização brasileira; e o último, está dentro do modelo neoliberal em que Brasil embarcou a partir de 1990. Por um lado, a formação sócio-espacial, a articulação da economia catarinense na economia nacional, a especialização

regional e a participação do Estado formam um todo que explica a integração e a consolidação da indústria catarinense. Por outro lado, o regresso ao modelo liberal com a abertura comercial e financeira e a desregulamentação estatal, despolitizando as relações econômicas, explicam a reestruturação patrimonial e produtiva da indústria e da agroindústria catarinense e a desarticulação política do Estado.

Analisando os desequilíbrios regionais e a concentração industrial no Brasil, de 1930 a 1970, Cano (1985) argumenta que no período de industrialização restringida e da integração do mercado nacional ditada a partir de São Paulo, as economias periféricas sofreram efeitos de estímulo, de inibição e de destruição na sua base comercial e produtiva: “o capital industrial sediado basicamente em São Paulo, sendo o elemento dominante no novo padrão de acumulação, também seria dominante na propagação desses efeitos” (p. 191). Esses efeitos poderiam ser amortecidos pelos gastos públicos ou por meio de investimentos privados regionalmente direcionados.

O efeito de estímulo ocorre quando a “demanda anteriormente satisfeita por importações do exterior e que agora é cativada à indústria nacional; e pela expansão da demanda urbana (regional e/ou nacional) que se dá pela dinâmica do processo de recuperação e crescimento” (*Ibid.*). O efeito de bloqueio se dá quando bens produzidos na região e que são comercializados localmente passam a ser substituídos por bens produzidos no centro (São Paulo). O efeito de destruição atuou tanto no período de industrialização restringida como no posterior de industrialização pesada e ocorreu quando a indústria do centro dominou o mercado regional periférico. No entanto, Cano (1985) conclui que:

à medida que algum grau de integração do mercado nacional fosse se desenvolvendo em todas as regiões poderiam manifestar-se tanto efeitos de destruição como de bloqueio ou de estímulo (...). Essa manifestação dar-se-á com distintas intensidades em cada uma das regiões impactadas pelo desenvolvimento capitalista da região que lidera o processo de integração. Quer por sua proximidade geográfica, por sua disponibilidade e grau de ocupação de determinados recursos naturais e, principalmente, por sua capacidade em “assimilar e propagar internamente” o desenvolvimento de relações capitalistas de produção mais avançadas emanadas a partir do “pólo”, uma região poderá se beneficiar mais que outra durante o processo de integração (p. 207).

As áreas mais próximas de São Paulo foram as que mais receberam “impactos positivos de integração”. As áreas relativamente vazias, como Mato Grosso, Goiás, Triângulo Mineiro e Paraná, “praticamente constituíram parte de uma *frente avançada* do ‘capitalismo paulista’” (p. 207) via setor agrário. As áreas mais próximas e mais antigas, como Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de

Janeiro, “receberam impactos positivos via complementaridade industrial num sentido amplo, isto é, não apenas pela oferta de bens de produção, mas também de consumo” (*Ibid.*). As áreas mais distantes sofreram efeitos de estímulo e de destruição, é o caso da Amazônia e do Nordeste. Nessas regiões, a penetração das relações capitalistas de produção, em parte, foram bloqueadas pelas arcaicas estruturas oligárquicas locais. O movimento da industrialização pesada, de 1955 a 1970, reforçou a concentração industrial em São Paulo e exigiu “maior grau de complementaridade agrícola e industrial” (p. 252) das áreas mais próximas. A partir de 1962, as regiões Norte e Nordeste passam a receber uma série de investimentos privados, atraídos pelos incentivos fiscais dentro de vários programas governamentais. Com a instalação da indústria pesada, não teria mais lógica falar de “industrialização autônoma”. O país passava a funcionar como um todo articulado e ditado pelo núcleo dinâmico da indústria: bens de produção e de consumo duráveis, que maioritariamente concentravam-se em São Paulo.

Apesar dos efeitos de bloqueio e de destruição, Cano conclui que “a análise do processo – de 1930 a 1970 – nos permite concluir que os efeitos de estímulos superaram largamente os de destruição” (p. 302). Com a integração do mercado nacional, os efeitos de complementaridade proporcionaram uma expansão considerável de produtos agrícolas e industriais nas regiões periféricas. Com o advento da industrialização pesada, “esses efeitos ensejariam considerável expansão também aos compartimentos produtores de bens de consumo duráveis e de capital” (p. 304).

Segundo Cano, com a integração do mercado nacional, a industrialização periférica começa a assistir dois movimentos: o antigo e o novo.

O antigo, decorrente da manutenção das antigas atividades primárias exportadoras que continuavam a imprimir efeitos dinâmicos sobre o compartimento industrial periférico, sobre sua produção terciária e sobre a construção civil, via urbanização. O novo, determinado pelo movimento de acumulação do centro dominante nacional, (...) atuantes no compartimento periférico urbano e rural (p. 305).

Dentro dos dois movimentos ocorreu a expansão da urbanização que imprime uma expansão tanto na indústria como na agropecuária. Para analisar a questão regional no período 1970-1995, Cano (1997), estabelece dois movimentos: a acentuada desconcentração produtiva no período 1970-1985 e a inflexão da desconcentração com tendência reconcentradora de 1985-1995. No período 1970-1985, assistimos à aceleração da interiorização da indústria paulista, o desenvolvimento de mega-projetos exportadores regionais (Complexo Carajás-Ferrovia do Aço no Pará, Alumina no

Maranhão, Zona Franca de Manaus, fronteira agrícola no Centro-Oeste, irrigação no Vale do São Francisco na Bahia e no sul do Maranhão e Piauí, Pólo Petroquímico de Camaçari e o Complexo Cloroquímico de Alagoas e Sergipe) e a expansão das economias dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já na última década (1985-1995), em função do enfraquecimento do Estado-Nação e da abertura comercial e financeira, vem ocorrendo uma inflexão do processo de desconcentração econômica regional. É visível um processo de reconcentrando econômica regional nos Estados ou nas microrregiões que apresentam uma economia mais dinâmica e uma infra-estrutura social básica mais atrativa. Com a abertura econômica e a reestruturação produtiva, os estados que tiveram bom desempenho nos anos 80, não tiveram condição de sozinhos enfrentarem a concorrência internacional e reestruturarem suas economias.

Segundo Pacheco (1998), nos anos 80 e 90 como um todo, houve um processo de desconcentração econômica regional, porém foi "estreito", "pontual" e "pífio". A desconcentração se manifestou sob forma de uma fragmentação da economia nacional, do que no crescimento articulado dos Estados. Conclui: "Isto significa que a trajetória da economia brasileira nos anos oitenta e noventa sobredeterminou as possibilidades regionais, circunscrevendo-as, no que tinha de dinâmico, aos poucos incentivos ao incremento da atividade exportadora". Portanto, assistimos nos últimos vinte anos a desconcentração e fragmentação da economia nacional. O principal motivo dessa fragmentação foi o enfraquecimento do Estado-Nação enquanto agente formulador de políticas econômicas nacionais regionalizadas.

Afirmar que Santa Catarina é a periferia do sistema nacional não significa subestimar a dinamicidade do seu parque industrial, a capacidade interna de conquistar mercados e a competitividade de alguns grupos econômicos de origem local. Em **O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina** (1978), Etienne Luiz Silva cai neste erro, alegando que há em Santa Catarina uma relação de dependência e de inferioridade em relação ao Sudeste. Segundo o autor, no período de 1930 a 1950, "os condicionantes históricos e o processo de desenvolvimento, impulsionados pelos requerimentos externos, particularmente do centro do país, conduzem à especialização regional voltada para fora, reforçando a desintegração econômica" (Silva, 1978, p. 81). As transformações estruturais catarinenses pós-50, no seio da industrialização nacional, segundo Silva, refletem a "articulação dependente" de Santa Catarina "com o centro da economia nacional" (p. 77). Esta dependência em relação ao centro "rompe a sua relativa estabilidade estrutural" (p. 102). A pergunta é: que estabilidade estrutural era esta? Apesar de não

estar explícita na dissertação de Silva, suas conclusões se aproximam das famosas teses difundidas nos anos 50 e 60 do “imperialismo paulista sanguessuga”, e que já foram criticadas por Cano (1985).

Pretendemos entender a formação da economia catarinense na longa duração a partir das múltiplas determinações: as dinâmicas internas e externas, dentro do movimento geral da industrialização brasileira, e entender a formação econômica de Santa Catarina como a formação de um sistema econômico, articulado regionalmente dentro do capitalismo brasileiro, um capitalismo tardio e desorganizado.

3 – Em busca de uma nova periodização

Fazer uma periodização da formação econômica de Santa Catarina, necessariamente, deverá ter como referência os marcos da formação econômica do Brasil, afinal Santa Catarina é uma unidade subnacional dentro de um sistema nacional. Em última instância, é o Estado-Nação que imprime aos seus entes federados o ritmo e a capacidade de crescimento. Crescimento econômico depende fundamentalmente de políticas econômicas, e a maioria é gerada e ditada pelo Estado-Nação. Política monetária, cambial, protecionista, industrial e parte das políticas fiscais são de responsabilidade do governo federal e têm impactos decisivos sobre as unidades federadas. Querer entender a formação econômica de um Estado somente a partir das dinâmicas internas próprias é supor que as unidades subnacionais têm absoluta autonomia em relação às políticas macroeconômicas, executadas pelo poder central – por exemplo: imprimir moeda e controlar importados. Portanto, a origem, a diversificação, a ampliação, a integração e a consolidação da indústria em Santa Catarina devem ter como referência os marcos da industrialização nacional.

Quando falamos em industrialização, entendemos como um sistema integrado comercial e produtivamente articulado e com capacidade endógena de gerar, em grande medida, seus próprios ciclos de crescimento, a partir da dinâmica interdepartamental. Este estágio de integração só é possível quando, primeiramente, o setor de bens de produção é internalizado num país, seguido pelo

de bens de consumo duráveis, constituindo um modo “especificamente capitalista de produção”. Como o setor de bens de produção tem alta capacidade de difusão tecnológica e de encadeamento industrial à jusante e à montante da cadeia produtiva, as grandes encomendas do setor público e das empresas privadas forçam a inovação e a expansão de vários ramos industriais, promovendo a concentração e a desconcentração econômica regional.

Dentro dos marcos da tese do capitalismo tardio, elaborada por João Manuel Cardoso de Mello (1988), Maria da Conceição Tavares (1998) e depois trabalhado por Wilson Cano (1985), dentro de uma perspectiva regional, temos a seguinte periodização para a história econômica brasileira:

a) Nascimento e consolidação do capital industrial, 1880-1933: basicamente é um período dominado pelo capital mercantil agrário exportador, cuja expansão da renda estava condicionada ao desempenho do complexo cafeeiro. Esta dependência começa a se alterar somente nos anos vinte, quando assistimos a uma diversificação da base industrial brasileira. São Paulo foi o Estado mais beneficiado com a expansão do complexo cafeeiro, dadas as suas condições materiais e institucionais disponíveis.

b) Industrialização restringida, 1933-55: a partir de 1933 altera-se o padrão de acumulação do mercantil agrário exportador para o industrial. Já podemos falar em industrialização, porém ela é limitada pela capacidade de importar e pelas débeis bases técnicas e financeiras, cuja acumulação era horizontal, incapazes, portanto, de comandarem e financiarem os investimentos necessários para o país constituir “forças especificamente capitalistas de produção”. Há, nesse período, um crescimento do departamento de bens de produção. No entanto, ainda é insuficiente para atender as necessidades da economia que estava em franca expansão. Nesse período, a economia paulista foi novamente a mais beneficiada com os investimentos, até porque, no passado, a expansão do complexo cafeeiro concentrou-se mais em São Paulo. Algumas regiões, não suportando a concorrência com a indústria paulista, foram sufocadas e outras beneficiadas em função do aumento das articulações comerciais estabelecidas com a economia paulista.

c) Industrialização pesada, a partir de 1956 (1ª etapa de 1956 a 1962 e 2ª etapa de 1967 a 1980): o nascimento tardio da indústria pesada gerou “descontinuidade tecnológica” e exigia investimentos de grandes dimensões. Com o maciço bloco de investimentos, capitaneado pelo Estado no período 1956-62, finalmente o país internaliza parte dos adventos da Segunda Revolução Industrial, implantando o setor de bens de produção e de consumo duráveis, gerando capacidade

interna de alavancar o crescimento industrial. É a autodeterminação do capital e a subsunção real do trabalho no capital. A partir de 1962, intensifica-se a articulação produtiva de São Paulo com os outros Estados da união, gerando efeitos de estímulo às indústrias regionais, e se inicia um lento processo de desconcentração econômica regional. Somente com o bloco de investimentos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), na segunda metade dos anos 70, finalmente o país internalizou por completo os adventos da Segunda Revolução Industrial. No bojo do II PND, estavam explícitas várias políticas de desconcentração econômica regional, priorizando investimentos estatais pesados fora do eixo Rio-São Paulo.

Esta periodização ajuda a entender porque nosso desenvolvimento é tardio. É bom lembrar que a industrialização brasileira sempre esteve condicionada aos dois lados da economia: o interno, que dependia da integração e da expansão do mercado, os quais dependiam da capacidade de investimento do setor público e privado; e o externo, que ditava as macros mudanças tecnológicas e financeiras. Quando os países de industrialização atrasada (EUA, Japão, Alemanha, Bélgica, França e Itália), no último quartel do século XIX e início do XX, começaram a incorporar os adventos da Segunda Revolução Industrial – que estava pautada na indústria química, no aço, na eletricidade, na produção em larga escala, na grande concentração de capital e no capital financeiro (banco + indústria) formando, segundo Hilferding, o capitalismo organizado (capital financeiro, Estado e oligopólio nacional regulando e planejando a economia e a concorrência) –, o Brasil estava deixando de ser escravocrata. Quando finalmente internalizamos os adventos da Segunda Revolução, durante a execução do II PND, os países do centro estavam entrando na chamada Terceira Revolução Industrial (Cardoso de Mello, 1992). Para eliminar defasagem, saindo de uma estrutura agrária arcaica para uma base industrial diversificada e moderna em menos de 40 anos, exigiram queimas de etapas e comando estatal que realizava investimentos vultosos, os quais demandavam enormes aportes financeiros com retorno a longo prazo (Arruda, 1984; Landes, 1994). Sem dúvida, essas mudanças estruturais tiveram impactos decisivos na formação econômica de todas as unidades da federação e são elas que, em última instância, determinam a dinâmica das formações econômicas regionais.

Tendo isso em mente, como se deram as mudanças nos padrões de crescimento na economia de Santa Catarina? Até que ponto os fatores endógenos foram determinantes para a consolidação e integração da indústria catarinense? Há uma integração industrial em Santa Catarina?

Entendemos a história como o acontecer humano que está em constante movimento. Como este acontecer é espacializado e temporizado, as dinâmicas endógenas têm peso considerável nas diversas formações econômicas. A imigração, a tradição, a presença da pequena produção mercantil e a acumulação pulverizada são alguns exemplos de fatores endógenos que influenciaram no desempenho industrial de Santa Catarina.

Para montar uma periodização da formação econômica de Santa Catarina, dentro dos marcos teóricos desenvolvidos por Cardoso de Mello, Tavares e Cano, temos que levar em consideração que se o Brasil desenvolveu tardiamente e de forma desorganizada e incompleta as forças especificamente capitalistas, dentro de uma relação centro-periferia, essa relação também se fez presente no processo de industrialização nacional, porém longe de ser nos moldes entre nações. A relação foi entre Estados com mais indústrias e Estados menos industriais, numa mútua relação de complementaridade. Portanto, só podemos entender o desenvolvimento da indústria catarinense a partir do processo de industrialização da economia nacional, articulando o centro do sistema (São Paulo) com as unidades subnacionais e as unidades entre si. Associam-se a esta dinâmica os fatores endógenos das subunidades. É uma via de mão dupla.

Sabemos que a industrialização deve ser pensada nacionalmente dentro das suas múltiplas relações e desdobramentos. E é justamente nestes desdobramentos que pretendemos desenvolver uma periodização para a formação econômica catarinense. Mesmo que o centro dinâmico passe a imprimir o ritmo da acumulação nacional e force as unidades subnacionais a se ajustarem à sua dinâmica, este processo não ocorre de forma uniforme. Nas regiões em que ainda perduram relações sociais arcaicas e o capital mercantil não se metamorfoseou para o capital industrial, necessário para romper as barreiras do atraso, a reação e a resposta à economia central serão diferentes daquelas regiões onde o capital mercantil cumpriu sua função dinâmica. As regiões atrasadas são mais suscetíveis e estão mais expostas à lógica imposta pelo capital central, em que uma área fica reservada ao capital mercantil arcaico local e a outra necessariamente será preenchida pelo capital externo à região, privado ou estatal. Até porque, a ausência do capital industrial nas regiões atrasadas prejudica a reprodução ampliada do capital nacionalmente comandado (Cano, 1985). Por exemplo, a necessidade de recursos naturais força o capital privado ou estatal a fazer investimentos mais modernos, mesmo onde predomina o capital mercantil.

Por outro lado, nas regiões em que o capital acompanha a dinâmica da acumulação ditada pela economia do centro, a resposta será outra. Nas articulações com o centro, os Estados com mais

indústrias serão os mais beneficiados e sua economia cada vez mais modernizada. Mesmo obedecendo uma hierarquia, esta articulação permite uma expansão e diversificação das estruturas produtivas das economias periféricas mais dinâmicas. Portanto, mesmo dentro do movimento geral da industrialização nacional, temos que levar em conta as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais de cada região.

Tendo isso posto, qualquer periodização para a história econômica de Santa Catarina necessariamente tem de ter como referência uma macroperiodização e ao mesmo tempo deve obedecer a sua formação regional. A macroperiodização não pode ser uma camisa-de-força. Isso implica que, quando termina um período e começa outro, em algumas regiões ainda perdura o padrão do período anterior. A mudança do padrão de acumulação na economia central não uniformiza a mudança na periferia, apenas acelera esta mudança. A forma de inserção da periferia no novo padrão vai depender das suas estruturas sociais e econômicas, ou seja, a periodização é nacional, mas quando observada regionalmente, fora do centro dinâmico da economia, ela assume contornos diferenciados e as datas que servem para marcar as mudanças no padrão de acumulação podem ser mais elásticas.

Se quisermos entender a mudança do padrão de acumulação na economia brasileira a partir da constituição da indústria de bens de produção, mesmo quando este setor ainda não estava instalado por completo no país, leia-se São Paulo. De 1933 até 1955 não podemos olhar para os Estados periféricos imaginando o mesmo movimento. As restrições que limitavam a industrialização no centro do sistema até os meados dos anos 50, na periferia eram acrescidas de outros elementos, como a falta de integração intra-regional, a presença de relações sociais de produção arcaicas, a falta de planejamento estadual e a deficiência na infra-estrutura social básica.

É claro que, com o novo padrão de acumulação, de um jeito ou de outro as economias periféricas ajustavam-se a este movimento, porém, de formas diferenciadas. Quando o padrão em São Paulo passou do agrário para o industrial, em vários Estados periféricos ainda perduravam, ou até mesmo se ampliaram os elementos do antigo padrão. Mesmo estando subordinado ao capital industrial do centro do sistema, a subordinação local ainda era ditada pelo capital mercantil, que definia o padrão de crescimento estadual. Padrão de acumulação é um conceito que explica o processo de acumulação capitalista dentro de um sistema nacional de economia, a reprodução ampliada do capital, a subsunção real do trabalho no capital e a dinâmica interdepartamental. Para entender o processo de acumulação em nível estadual, utilizaremos o conceito de padrão de

crescimento que envolve a dinâmica de crescimento dos setores da indústria regional dentro do sistema nacional de economia.

Na literatura de história econômica em Santa Catarina foram feitas basicamente duas macroperiodizações: a do CEAG/SC (1980) e a de Cunha (1982; 1992). Vejamos as contribuições destas duas periodizações:

a) CEAG/SC: século XVII a 1960

Seguindo uma linha braudeliana de análise conjuntural e estrutural das mudanças históricas, em 1980 o CEAG/SC (Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina), publicou uma pesquisa realizada por professores da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)**. O primeiro período estudado é o da economia de subsistência à subsidiária – território de passagem, cisão litoral-planalto (século XVII-1850). Nesse momento, as capitanias no sul da colônia tinham apenas a função estratégica de definir o território e protegê-lo da invasão espanhola. Em meados do século XVII, são fundadas as primeiras vilas no litoral de “Santa Catarina”: no norte, São Francisco, em 1658; no centro, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) em 1681, e no sul, Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em 1682. Desterro servia apenas como base militar e Laguna como entreposto para as conquistas que seguiam para o Sul. Como parte de uma estratégia militar, em 1738 foi criada a capitania de *Santa Chatarina*, que recebeu um contingente de aproximadamente 5.000 açorianos, que ocuparam todo o litoral. De simples economia de subsistência, a capitania começa a adquirir feição comercial, com o surgimento de atividades agrícolas e pesqueiras, praticadas pelos açorianos, com a produção de farinha de mandioca, aguardente, melado e a pesca da baleia. No planalto, em 1738, é aberto o caminho das tropas que ligava Sacramento-Laguna-Lagen-Curitiba-Sorocaba, por onde passavam os tropeiros que levavam muares, cavalos e gado vacum. Após a vinda da Família Real, em 1808, chegaram alguns imigrantes europeus que passaram a ocupar terras no Sul da colônia. No entanto, essa tentativa de povoar foi fracassada, e em 1850, novos imigrantes foram deslocados para a província de Santa Catarina, onde ocupam terras no norte e no atual Vale do Itajaí.

O segundo período é o da economia subsidiária e primário-exportadora à indústria tradicional (1850-1914). De acordo com o estudo, é nessa fase “que se definem as pré-condições para a

primeira transformação estrutural, ou seja, a entrada na indústria tradicional” (p. 32). A partir de 1875, começam a chegar, com mais intensidade, novos imigrantes europeus que ocupam terras no litoral norte, no Vale do Itajaí e no sul da província. Do ponto de vista econômico, as mudanças estruturais ocorrem devido aos seguintes fatores: a) produção de têxteis, alimentos, carvão, madeira e erva-mate; b) instalação de casas bancárias e dos mecanismos de crédito (1908-1915); c) geração de energia elétrica (1909-1915); e, d) construção de ferrovias e da estrada Dona Francisca, ligando Joinville a Mafra (1852-1873).

A última fase estudada pela pesquisa foi a do apogeu da indústria tradicional à ascensão da indústria dinâmica, abrangendo os anos de 1914 até 1960. A mudança de período é dada pelo a) Conflito do Contestado (1912-1916); b) reformas administrativas e fiscais do governo Hercílio Luz; e c) aumento das exportações catarinenses para São Paulo. Com a Primeira Guerra, aumentam consideravelmente as exportações catarinenses de têxteis para o mercado nacional, sobretudo para São Paulo; o mesmo ocorre com a manteiga e a banha. Nessa fase, o estudo também destaca o crescimento dos ramos dinâmicos no norte do Estado, a diversificação da indústria madeireira para pasta mecânica papel e papelão, o surgimento da indústria alimentar no oeste e a expansão das atividades carboníferas no sul.

b) Idaulo José Cunha: 1746 a 1990

Em **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**, Cunha (1982) analisa a história econômica de Santa Catarina de 1746 a 1945. O autor a divide em cinco fases, abordando os aspectos demográficos, dando ênfase ao papel da imigração, nos aspectos econômicos, destacando a evolução da agropecuária e da pequena atividade industrial, e à origem e o papel do empresário catarinense.

O primeiro período é o da economia de subsistência de 1746 a 1850, que se inicia com a chegada dos imigrantes açorianos ao litoral e se encerra com a chegada dos imigrantes alemães. Nesse momento, segundo o autor, Santa Catarina desenvolveu um “modelo predominantemente de subsistência, calcada num sistema fundiário em que imperava a pequena propriedade” (p. 20)³. O

³ Ao contrário do estudo do CEAG/SC (1980), que afirma que nesse momento Santa Catarina não foi apenas economia de subsistência, mas que sua produção servia para manter as tropas e administração local e o excedente era exportado para o centro da colônia (até 1822) e depois do Império (pós-1822).

destaque era a produção de farinha, da aguardente e da pesca. Além de pescarem para o sustento, os açorianos também praticavam a pesca da baleia⁴. Cunha conclui que para esse período:

Santa Catarina, em boa parte do período, sustentou a segurança regional, servindo aos interesses de Portugal, sem outra contrapartida do que a sua própria segurança. Outrossim, a única atividade passível de gerar excedentes significativos operou em benefício único dos detentores dos monopólios [pesca da baleia] (p. 35).

De 1810 até 1847, chegou a primeira leva de imigrantes europeus, em torno de 770, provenientes, na sua maioria, do Império Germânico, e que fundaram a colônia de São Pedro de Alcântara, próxima a Desterro. Esta primeira tentativa de colonização européia foi fracassada⁵.

A segunda fase vai de 1850 a 1880 e é denominada de agricultura diversificada e de desenvolvimento artesanal. Segundo Cunha (1982), essa fase é marcada

pelo desenvolvimento de uma base artesanal e pela diversificação da agricultura de pequena propriedade. (...) A organização econômica foi fundamentada na agricultura de pequena propriedade, inicialmente voltada para o auto-abastecimento, tendendo a se diversificar à medida que as colônias iam se desenvolvendo. O artesanato logo se desenvolveu, à base do processamento dos produtos oriundos da agropecuária e da extração da madeira e posteriormente da erva-mate (p. 76).

Nesse período, chegam os primeiros imigrantes para o Vale do Itajaí e norte do Estado, onde fundam as colônias de Blumenau, em 1850, Dona Francisca (atual Joinville), em 1851, e Itajahy-Brusque (atual Brusque), em 1869. Ao contrário da imigração européia da primeira metade do século XIX, que não obteve muito êxito, a da segunda metade floresceu com relativo sucesso.

O terceiro período vai de 1880 a 1914 e é caracterizado pela primeira fase do desenvolvimento industrial. Nesse momento, intensifica-se a vinda de imigrantes para o país e novas levadas de europeus são alocadas em Santa Catarina, sobretudo os alemães, no norte e Vale do Itajaí, e os italianos, no sul do Estado. O que diferencia a primeira leva de imigrantes da segunda, além da intensidade e do apoio oficial, é a experiência fabril dos novos imigrantes. Nesse período, Cunha assinala os seguintes fatores que contribuíram para o “novo momento da economia estadual”: “a) a

⁴ A pesca da baleia deixou de ser monopólio régio em 1776, abrindo possibilidade para a exploração privada e para algumas comunidades pesqueiras. A partir de 1801, em função da prática pesqueira dos norte-americanos no Atlântico Sul próximo às Ilhas Malvinas – que impediam a subida das baleias em direção ao norte –, a pesca entrou em declínio, e em 1825 praticamente foi extinguida.

⁵ As causas do fracasso dessa primeira tentativa de colonização, segundo Cunha (1982), foram: a) isolamento e a má escolha dos sítios para localizar os empreendimentos; b) a falta de assistência governamental e a má gestão das colônias;

constituição de núcleos urbanos em alguns pontos do Estado; b) a geração de maior volume de excedente; e, c) o aprimoramento do sistema de transporte” (p. 115).

A última fase é a do desenvolvimento da pequena e média indústria de 1914 a 1945. Destacam-se as seguintes mudanças no período: a) Blumenau começa a se destacar nacionalmente com a produção de têxtil; b) a pequena indústria metalúrgica em Joinville dá os primeiros passos em direção ao mercado nacional; c) o carvão no sul do Estado é beneficiado pelas políticas protecionistas e pelo nascimento das primeiras siderúrgicas nacionais; d) surgem as frentes pioneiras no oeste; e) e, a exportação da erva-mate sofre um abalo com a crise na Argentina.

Na continuação de sua pesquisa, **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**, Cunha (1992) completa a periodização do texto anterior da seguinte forma:) Diversificação industrial e substituição das importações de bens de consumo duráveis (1945-1963). Nessa fase, enquanto alguns Estados ampliaram maciçamente os ramos dinâmicos e executaram projetos de grandes vultos na produção de bens intermediários, segundo Cunha (1992),

Santa Catarina obteve êxito na industrialização, explorando vantagens comparativas em ramos de indústrias tradicionais, apesar do menor ritmo de expansão desses mercados, aproveitando a disponibilidade de recursos naturais (madeira e carvão), a experiência e conhecimento acumulado e a inquestionável capacidade empreendedora (indústria têxtil) e a geração de excedentes agrícolas (caso das agroindústrias). (p. 83).

Os setores mais dinâmicos ainda eram incipientes, porém contavam com um forte *know-how* acumulado pelos imigrantes nas pequenas metalúrgicas, que souberam explorar as brechas abertas pela expansão dos ramos tradicionais e da economia nacional. Até o início dos anos 60, Santa Catarina, segundo Cunha, não acompanhou as metas impostas pela industrialização brasileira, por faltarem “pré-condições, pois as circunstâncias históricas, geográficas e econômicas foram adversas, desde a dotação de infra-estrutura até as condições naturais e de concentração de mercado e capitais, entre outras” (p. 83-84).

A segunda fase é denominada de retomada do desenvolvimento e grande impulso da industrialização, que vai de 1963 a 1980, quando Santa Catarina se apresenta com uma estrutura industrial diversificada, competitiva e, de certa forma, concentrada. Os fatores que possibilitaram este salto dinâmico foram as experiências industriais, a mão-de-obra de qualidade e a capacidade

e c) os reflexos negativos decorrentes das dificuldades que passavam a economia brasileira e catarinense no subperíodo (p. 35).

inovadora dos empresários catarinenses. Os grandes grupos catarinenses, que reinvestiam nos seus próprios negócios, “também contribuem muito para a viabilização do notável desempenho industrial” do Estado (p. 174).

A última fase é o declínio da atividade econômica e ajustamento à crise de 1980 a 1990, quando o Estado é duramente atingido pela crise econômica da “década perdida”, porém aumenta as exportações e a sua participação no mercado nacional. Para Cunha, “em geral, as categorias dinâmicas realizaram expansões, significativas de seus parques produtivos. Associando-se a esses fatos a constatação de que os ramos dinâmicos conseguiram imprimir maior velocidade de crescimento da produção entre 1980 e 1989” (p. 224).

Apesar de sempre relativizar e até mesmo desconsiderar o ajustamento da economia catarinense em relação ao centro dinâmico e a subordinação do Estado ao movimento geral da economia brasileira, o autor afirma que nos anos 80 Santa Catarina “fortaleceu o grau de complementaridade à nacional e tornou-se mais dependente do movimento da economia brasileira” (p. 225). O surgimento de grandes grupos locais mudou o perfil da indústria catarinense, “rompendo o equilíbrio entre os diferentes estratos da indústria” (*Ibid.*). “Equilíbrio” dado pela participação, quase que uniforme, no VIT estadual nos setores de alimentos, madeiras e têxteis.

Por fim, fazendo crítica às análises que privilegiam “os estudos do pólo industrial do centro-leste” do país, Cunha procurou montar uma periodização que levasse mais em conta “as peculiaridades do processo de industrialização de Santa Catarina em relação ao Brasil e de alguns Estados” (p. 4). O problema é que o autor não define qual periodização nacional em que o Estado transita, tornando complicado observar a relação entre Santa Catarina e a economia nacional.

O estudo do CEAG/SC (1980) não faz a mesma subdivisão de Cunha (1982), de 1850 a 1880 e de 1880 a 1914. Ele toma todo o período. Além disso, Cunha destaca essencialmente o dinamismo interno da economia barriga-verde e despreza a forte influência que teve a economia paulista sobre o ajustamento das economias complementares, sobretudo pós-30, ao contrário do CEAG/SC, que dá uma certa ênfase à relação centro-periferia. Segundo Cunha, em Santa Catarina “o café não desempenhou papel estratégico no desenvolvimento das relações capitalistas” (p. 4). Diretamente, o café não desempenhou um papel estratégico em Santa Catarina, mas indiretamente sim, afinal, o que pensar das relações comerciais entre o Vale do Itajaí e o oeste, comercializando têxteis e alimentos com a economia paulista pós-1920? O que não havia em Santa Catarina era apenas grandes plantações de café.

Podemos apontar dois problemas nas periodizações elaboradas por CEAG/SC e Cunha. Em primeiro lugar, o que define a passagem de um período para outro é a mudança quantitativa da produção. Eles não observaram as mudanças qualitativas do padrão de crescimento. O regime de propriedade, baseado na pequena atividade mercantil e artesanal, continuou o mesmo desde os meados do século XVII, com a fundação de Laguna, Desterro e São Francisco, não se alterando com a chegada dos açorianos em meados do século XVIII e dos imigrantes europeus na primeira metade do século XIX. A fundação das colônias alemãs no Vale do Itajaí e no norte do Estado em nada alterou o padrão de crescimento. Nestas colônias, funcionava o sistema colônia-venda e o raio de abrangência das trocas comerciais ficavam circunscritos a *hinterland*. Portanto, naquele momento ainda era impossível conquistar outras regiões mais dinâmicas do país de forma consistente, com fortes relações mercantis, como era o caso do charque gaúcho e dos laticínios mineiros.

Com a chegada dos açorianos, começam a produção e exportação, para o centro da Colônia (Rio de Janeiro), da farinha de mandioca, do açúcar, do melado, da aguardente e dos derivados de baleias (especialmente o óleo). Com a vinda dos imigrantes europeus, a partir de 1850 e, sobretudo pós-1880, fundando importantes núcleos coloniais, são introduzidas novas mercadorias na pauta de exportação da província: derivados de suínos, fumo e milho. O aumento da produção e o aparecimento de novos produtos alimentares, tanto no comércio da intra-provincial como para exportação de cabotagem, não alterou o regime de propriedade no litoral e nas colônias. O que mais diferencia o sistema dos açorianos das colônias européias pós-1880 é o instinto capitalista. Os açorianos também comercializam o excedente, porém a agressividade comercial e o domínio das técnicas industriais dos alemães e italianos eram maiores. Não podemos esquecer que as colônias européias receberam apoio oficial para abrirem estradas, construírem prédios oficiais e demarcarem terras, além da ajuda financeira aos imigrantes, cobrindo todos os custos da viagem.

Ora, o padrão de crescimento em nada se alterou em Santa Catarina, simplesmente porque, até 1930, o padrão nacional era comandado pelo capital mercantil agrário.

O corte feito por Cunha em 1980, não revela a mudança brusca na condução da política econômica. Bem ou mal, durante os anos oitenta, o parque industrial brasileiro manteve-se integrado, sem a destruição e a desnacionalização de setores importantes, e o Estado conservou algumas políticas que impediram o desmantelamento da indústria e da agroindústria nacional como o câmbio favorável, as alíquotas de importações e os subsídios, além alguns de investimentos à frente da demanda, como os investimentos em energia. A ruptura brusca ocorreu em 1990 com o

esfacelamento do Estado, a entrega do patrimônio público ao capital privado nacional e, principalmente, externo e a entrada das unidades federativas numa lógica perversa de “dane-se o vizinho”, numa guerra de “todos contra todos”. Foi o fim de uma Era e o início de um novo padrão de acumulação comanda pelo grande capital privado externo, em especial o financeiro, sem a articulação política do Estado-Nação. Uma completa despolitização das relações econômicas.

O segundo problema é que os autores não têm em mente uma periodização nacional em que a periodização local possa transitar. A formação econômica de Santa Catarina só pode ser entendida dentro do contexto da formação econômica do Brasil. O ano de 1850, marca o fim do tráfico de escravos e a promulgação da Lei de Terras. Com o intuito de ampliar o mercado de trabalho, demarcar terras e, em menor escala, promover o “branqueamento da raça”, estimulou-se a imigração européia para a região cafeeira e para o Brasil meridional⁶. Até 1850, entraram em Santa Catarina 773 imigrantes; de 1850 a 1872, somente em Blumenau e Dona Francisca, entraram 13.305; e de 1873 a 1880, mais 10.200 (Cunha, 1982, p. 37). Sem sombra de dúvidas, isso alterou profundamente as bases demográficas da província e teve repercussões econômicas, porém, o sistema de produção continuou o mesmo.

Nos anos 20, a base industrial brasileira passa por uma profunda diversificação, com o nascimento de pequenas siderurgias, cimenteiras, oficinas montadoras de automóveis, pequenas fábricas de produtos químicos e o surgimento de algumas pequenas hidroelétricas. Esta diversificação abre novas oportunidades de mercado para a periferia se engajar no fluxo comercial, permitindo a ampliação da sua base produtiva. Santa Catarina começa a expandir as indústrias têxteis, e os engenhos de beneficiamento da erva-mate, estimula o aparecimento de pequenas oficinas de reparos e aumenta a produção de carvão nas minas.

Em resumo, apesar dessas duas periodizações nos apontarem alguns caminhos, elas apresentam falhas porque tratam apenas da mudança quantitativa e não qualitativa, da produção e não têm como referência uma periodização nacional que lhes sirva como parâmetro.

⁶ Antes de 1850, algumas colônias de alemães, italianos e franceses foram fundadas em Santa Catarina. Em 1829, chegaram os alemães e fundaram as colônias de São Pedro Alcântara e Rio Negro; em 1847 chegaram mais alemães e fundaram Armação e Santa Izabel; os italianos chegaram em 1836 e fundaram Nova Itália em São João Batista; os franceses fundaram Sai em São Francisco em 1842 (Piazza, 1994). É claro que, se compararmos o total de imigrantes que entraram para os dois períodos há uma enorme diferença.

CAPÍTULO II: ORIGEM E CRESCIMENTO DO CAPITAL INDUSTRIAL 1880 A 1945

“A diferença entre os liberais e os conservadores é que um vai à missa das seis e o outro à missa das sete”.

*Gabriel García Márquez
O amor nos tempos do cólera*

Mesmo não havendo uma integração comercial e produtiva intra-regional em Santa Catarina até o início dos anos 60, podemos tomar o Estado na sua totalidade a partir de 1880 e iremos constatar que havia características que o unificavam. Como o objetivo é estudar o Estado na sua totalidade, o marco inicial de nosso estudo começa em 1880. Vejamos os motivos que nos levaram a partir de 1880.

A vinda de novos imigrantes para as lavouras de café e para o Brasil meridional tornou-se uma política econômica deliberada pelo governo imperial somente a partir do último quartel do século XIX. Com a chegada de novos e de mais imigrantes a Santa Catarina, a ocupação e a fundação de novos núcleos colônias começaram a se dispersar, saindo do eixo norte-Vale, chegando até o sul da província. Antes da chegada dos imigrantes ao sul da província já havia os municípios de Laguna, fundado em 1682; de Tubarão, fundado em 1836 e elevado à categoria de município em 1870; de Araranguá, fundado em 1848 e elevado à categoria de município em 1880; de Jaguaruna, fundado em 1867 e elevado à categoria de município em 1891; e outras pequenas localidades. Tanto Araranguá, como Jaguaruna e as outras localidades no litoral, foram colonizadas basicamente por açorianos, que praticavam as atividades de pesca, e artesanato afins, e agricultura de subsistência.

A ocupação pelos imigrantes, primeiro os italianos, seguidos dos poloneses e alemães, no sul da província iniciou-se em 1877. Eles desembarcavam em Desterro e desciam até Laguna e Tubarão, estabelecendo-se próximos aos rios, onde fundaram os primeiros núcleos coloniais: Azambuja (1877), Urussanga (1878), São José de Cresciúma (1880), Cocal (1885), Nova Veneza (1890), Nova Belluno (1891) e outras (Dall'Alba, 1982). Mesmo com a presença de alguns municípios e vilas, ao

longo do litoral sul e de núcleos colônias mais no interior, a região passou a ter um destaque econômico somente com o início das atividades carboníferas e com o início da construção da ferrovia pós-1880.

O oeste da província foi definitivamente demarcado após o conflito diplomático entre Brasil e Argentina, conhecido como a Questão do Palmas, encerrado em 1895. Em 1850, o governo imperial já havia determinado a criação de uma colônia militar na região de Palmas. No entanto, somente com o agravamento do conflito diplomático é que foi apressada a ocupação na região, e em 1882 foi fundada a Colônia Militar de Chapecó. Um ano após a assinatura do Tratado, começam as negociações entre o governo e os agentes privados para a conclusão da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, que cortava todo o oeste no sentido norte-sul (Heinsfeld, 1996). Com a inauguração do trecho ferroviário, em 1910, e com a colonização da região por imigrantes ítalo e teuto-brasileiros, provenientes do Rio Grande do Sul, pós-1916, é que a região efetivamente passa a ter um destaque econômico mais expressivo, devido à exploração da madeira e da erva-mate e de pequenas atividades agropecuárias. Na realidade, a região oeste integrou-se definitivamente ao território catarinense somente depois de assinado o Acordo de Limites com o Paraná em 1916. Mesmo assim, tomaremos como data inicial o ano de 1880, para termos uma unidade espacial de análise em Santa Catarina. Quando foi fundada a Colônia Militar e demarcado o território para a construção da ferrovia, já havia claras intenções do governo catarinense em anexar a região oeste, tanto que, na questão dos Limites, foi dado ganho de causa para Santa Catarina.

Com base nestes fatos: imigração e atividades carboníferas no sul, fundação da Colônia Militar de Chapecó e da exploração da madeira e o aumento do fluxo de imigrantes para o norte e Vale do Itajaí, podemos tomar como ponto de partida o ano de 1880 para traçarmos uma nova periodização da formação econômica de Santa Catarina, que terá como base a mudança no padrão de crescimento. Como o objetivo é estudar o Estado como um todo e entendê-lo dentro de uma unidade de análise, a partir de 1880 já podemos identificar elementos unificadores da sua formação econômica. CEAG/SC e Cunha, num certo período, começam um novo período em 1850 e ficam limitados apenas à região de Blumenau e Dona Francisca, pois o litoral sul era esparçamente ocupado por açorianos e o oeste por fazendeiros e caboclos. Essa data tem algum significado apenas para essas duas colônias de imigrantes alemães. Nos anos que se estendem até 1880, as colônias desenvolveram um mercado interno e ficaram limitadas apenas à sua *hinterland*; o nascimento da

indústria têxtil, que para nós tem um significado importante, se dá apenas em 1880, principalmente com a chegada de mestres tecelões da Saxônia.

Quando afirmamos que no período que vai de 1880 a 1945 predominou o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais, não estamos excluindo o planalto serrano. É sabido que a grande propriedade pecuária e extrativista mercantil constituiu a base econômica do planalto serrano por um longo período. O padrão hegemônico no Estado era o da pequena propriedade, que ditava o ritmo de grande parte da economia catarinense. Em ambos os regimes de propriedades (grande e pequena) porém, predominava o capital mercantil.

Antes de iniciarmos a discussão sobre a formação econômica de Santa Catarina, é mister fazer um pequeno relato do extermínio da população indígena. Sempre que é contada a história econômica, é tomado como partida o paradigma de civilização do “homem branco”. Não é demais lembrar que as terras onde se situa o atual Estado de Santa Catarina já foram povoadas por tribos indígenas: os carijós, que faziam parte do tronco tupi-guarani, e os xokleng e kainkang, que pertenciam ao tronco Jê. A população carijó que ocupava o litoral, era sedentária e praticava a agricultura e a pesca. Os xokleng eram nômades, transitavam entre o litoral e o planalto e viviam da pesca e da caça. Já os kainkang, que habitam o planalto, eram seminômades, alimentavam-se do pinhão, praticavam uma agricultura rudimentar, caçavam e coletavam mel e frutos (Santos, 1995).

O extermínio da população indígena seguiu a lógica da colonização branca. Com a chegada dos portugueses, os carijós foram parcialmente exterminados, aprisionados e transformados em escravos. Entre as próprias aldeias foram estimulados conflitos para que os prisioneiros fossem trocados por bugigangas. Mas a maior arma utilizada contra os índios foram as doenças transmitidas pelos colonizadores: tuberculose, gripe, varíola e outras (Santos, 1995). Com a chegada dos imigrantes, no final do século XIX, foram exterminados os últimos redutos de carijós, no sul da província, pelos bugreiros que caçavam índios indefesos. No oeste, havia uma certa convivência “pacífica” entre os índios xokleng e fazendeiros, mas com a colonização capitalista, no início do século XX, a população indígena começa a ser rapidamente dizimada (*Ibid.*). Os colonos queriam derrubar a mata para comercializar a madeira e a erva-mate, e os índios queriam preservá-la, por ser a floresta a sua maior fonte de alimentos. O conflito estava declarado e o resultado é por demais conhecido.

1 – Colonização e mudanças sociais

Durante o período de 1880 a 1945, podemos dizer que se originam e crescem em Santa Catarina as indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil. A metal-mecânica e moveleira também nascem nesse período, porém partem para um crescimento mais acelerado somente nos anos posteriores. Nesse período, ocorreram duas grandes mudanças sociais-demográficas em Santa Catarina: a primeira com a entrada de imigrantes europeus, de 1875 a 1900, no Vale do Itajaí, norte e sul, e que se estende em ritmo desacelerado até o início dos anos 20; e a segunda com o movimento migratório de imigrantes e descendentes provenientes do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos 50, e que fazia parte das frentes pioneiras de colonização capitalista.

a) A imigração européia

A entrada de imigrantes em Santa Catarina no século XIX acelerou-se pós-1875, com a política imigratória financiada pelo governo imperial, principalmente de imigrantes alemães e italianos, em menor proporção poloneses, austríacos, árabes, eslavos e espanhóis. Os alemães concentraram-se mais na região do Vale do Itajaí e norte; os italianos no sul e também no Vale do Itajaí⁷; e os poloneses no Alto Vale do Rio Tijucas e no planalto norte. De 1850 a 1870, entraram em Blumenau 4.370 imigrantes, dos quais somente 947 no período em que a colônia era privada (1850-1860). De 1870 a 1890, entraram 5.438 imigrantes, ou seja, em apenas dez anos entraram mais do que nos vinte anos anteriores. No total populacional, em 1872 a colônia de Blumenau tinha 8.922 habitantes, saltando para 14.981 em 1880. Em Joinville, a população salta de 7.650 habitantes em 1872 para 18.000 em 1880. Em Brusque, a população saltou de 1.728 habitantes em 1870 para 7.543 em 1886. Em 1880, foi fundada a vila de São José de Cresciúma, por 141 imigrantes italianos, e vinte anos mais tarde a população da vila já era de 1.200 habitantes e em 1910 de 3.600. Em 1890,

entraram no Vale do Rio Tijucas 143 imigrantes poloneses, que fundaram as colônias de Nova Trento e Boitexburgo (atual Major Gercino), e em 1910 a população, em ambas as localidades, já era de 5.038 habitantes (Barreto, 1983; Hering, 1987; Milanez, 1991; Vidor, 1995).

Tabela 1: População nas colônias catarinenses selecionadas 1850-1920

Ano	Blumenau	Joinville	Brusque	Crescúma
1850	17	394 (1)		
1860	947	2.885	657	
1872	8.922	7.650	1.728 (2)	
1880	14.981	18.600		141
1890	27.752	13.996	8.094	274
1900	35.421	18.587	9.105	1.200
1910	48.223	30.744	10.242	3.600
1916	60.000	40.000	16.000	
1920	72.213	42.852	13.203	8.500 (3)

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, vários anos; Diretoria Geral de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, 1916; Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1890; Hering, 1988; Vidor, 1995; Milanez, 1991; Piazza, 1994.
Obs.: (1) 1851; (2) 1870; (3) 1925

De 1872 a 1890, houve um crescimento de 77,6% no total da população catarinense, e de 12,8% de 1890 a 1900, causado principalmente pelo forte incremento populacional de imigrantes. O número de estrangeiros e naturalizados saltou de 1.342 em 1850 para 6.444 em 1858, de 15.974 em 1872 para 29.550 em 1900. Em 1850, os estrangeiros representavam 1,8% da população, passando para 9,2% em 1900. De 1872 a 1900, o aumento da população estrangeira no Estado foi de 84,9%.

Tabela 2: População estrangeira e naturalizada em Santa Catarina 1850-1900

Ano	Total	% sobre total da população
1850	1.342	1,8
1858	6.444	5,0
1872	15.974	10,0
1890	6.198	2,2
1900	29.550	9,2
1920	31.243	4,7
1940	27.532	2,3

Fonte: Bosle, 1988; IBGE, Censos Demográficos, vários anos.

⁷ Mais precisamente, os italianos foram para o Vale do Itajaí-açú – Rio dos Cedros, Rodeio, Ascurra, Apiúna e Luís Alves – e Itajaí-mirim – Nova Trento (Piazza, 1994).

Para os imigrantes se instalarem, necessitavam basicamente de três suportes essenciais: financiamento governamental, terras disponíveis e companhias colonizadoras. A viagem e a instalação eram feitas por companhias colonizadoras, que faziam contratos com o Governo Imperial que se responsabilizava por financiar as viagens. Aos imigrantes foram distribuídas terras devolutas – Lei 601/1850 e Decreto 528/1890 –, as quais podiam ser pagas em espécie, dinheiro ou serviços prestados ao governo, como abertura de estradas e construções de pontes ou prédios públicos. A distribuição dos lotes se dava de maneira diversa, tanto para as colônias do governo como para as privadas. Nas colônias do sul do Estado, por exemplo, os lotes variavam de 25 a 30 hectares. Os preços também variavam de 200 mil réis a 700 mil réis. Em muitos casos o Governo Imperial concedia, aos imigrantes, empréstimos de até 250 mil réis (Dall’Alba, 1983).

As companhias colonizadoras desempenharam um papel fundamental para fixar os imigrantes nas colônias catarinenses, no final do século XIX, nas regiões de Blumenau, Joinville e Criciúma; e nos anos 20 até os anos 50, no oeste. A primeira companhia a ser montada foi a Sociedade Colonizadora de 1849, criada em Hamburgo, no Império Germânico, que ficou encarregada de trazer os primeiros imigrantes alemães para o Brasil, fundando em Santa Catarina a Colônia Dona Francisca e São Bento do Sul. Segundo Richter, “a partir de 1890 se tornara evidente que a Sociedade não seria capaz de continuar o seu programa de colonização, a não ser que fundisse com uma empresa mais abastada” (1992, p. 15). Em 1895, foi firmado um acordo entre a Sociedade e o governador Hercílio Luz, que tinha sido Comissário de Terra em Blumenau, “estabelecendo a base de uma futura colonização em larga escala” (p. 20). Foram concedidos 650 mil hectares de terra, a concessão para a construção de uma ferrovia, a transferência de 5 mil hectares da colônia Dona Francisca e de São Bento e os edifícios da antiga Sociedade. A partir da concessão desses direitos, foi criada, em 1897, a Sociedade Colonizadora Hanseática, responsável pela colonização do interior da região de Blumenau e Joinville (Richter, 1992).

No sul do Estado, basicamente todas as colônias eram oficiais. A única a ser demarcada por uma companhia privada foi a de Nova Veneza em 1891, colonizada pela Companhia Metropolitana, que tinha adquirido os direitos da empresa norte-americana Angelo Fiorita & Cia. A colônia de Nova Veneza ficou sob administração da Cia. Metropolitana até 1894, quando foi completamente abandonada pela companhia, que passou a se dedicar à exploração de carvão (Dall’Alba, 1983; Bortolotto, 1992).

Além das companhias colonizadoras, a construção de estradas carroçáveis e de ferrovias também foi de fundamental importância para fixar os imigrantes, desenvolver o mercado local e integrar a região ao mercado nacional. Em 1904, a Cia. Colonizadora Hanseática recebeu a concessão para construir e explorar uma estrada de ferro na região de Blumenau, porém, após dois anos, a concessão foi repassada à S.A. Estrada de Ferro Santa Catarina, com sede em Berlim. Em 1910, foi entregue o primeiro trecho ligando Blumenau a Hammonia (atual Ibirama). Pelo fato de a ferrovia pertencer à capital alemã, no final da Primeira Guerra, ela foi encampada pelo governo federal e repassada ao estadual em 1921⁸. Seu trecho foi ampliado em direção ao leste até o porto de Itajaí e em direção ao oeste até Trombudo Central numa extensão de 192km que transportava passageiros, madeiras, animais e cereais (Kroetz, 1975). Em 1970, a ferrovia foi desativada por completo.

Para transportar o carvão no sul do Estado, foi construída por uma empresa britânica a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, iniciada em 1880 e inaugurada em 1884, ligando Passo Dois (atual Lauro Müller) aos portos de Laguna e Imbituba, numa extensão de 117,6km. Em 1903, o governo encampa a ferrovia e três anos mais tarde repassa a concessão à EFSPRG, que a repassa, em 1918, para a CBCA, que fica com o direito de exploração até 1957, quando a RFFSA a assume definitivamente. Em 1919, chega o ramal em Cresciúma, em 1925 em Urussanga e em 1927 em Araranguá, num total de 239,5km (Zumblick, 1987).

Para escoar a produção da erva-mate do planalto norte de Santa Catarina e do sudeste do Paraná e para promover a colonização na região foi construída a Estrada Dona Francisca, ligando São Bento a Joinville, iniciada em 1852 e concluída em 1873, numa extensão de 100km, que na época era considerada a segunda estrada carroçável e a segunda maior obra rodoviária do Império (Kormann, 1989). A estrada foi fundamental para fixar os colonos na região de São Bento, que estavam se transferindo para outras regiões. Com a construção do ramal ferroviário, ligando São Francisco a Porto União/EFSPRG, concluído em 1917, com extensão de 471km cortando todo planalto norte catarinense e transportando a madeira e a erva-mate, a Estrada Dona Francisca foi abandonada – atual SC-301 – (Thomé, 1983).

A chegada de novos imigrantes, depois de 1870, contribuiu para diversificar a economia na província, com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais (pequena produção). A

⁸ Juntamente com a ferrovia, também foi encampada a Companhia de Navegação Fluvial a Vapor Itajaí-Blumenau que explorava os serviços de transporte de passageiros e cargas (Kroetz, 1975, p. 43).

tabela a seguir mostra as principais atividades em Blumenau, Brusque, Joinville, Cresciúma e São Bento do Sul.

Tabela 3: Número de estabelecimentos das principais atividades artesanais nos respectivos núcleos coloniais

Especificação	Blumenau (1883)	Brusque (1874)	Joinville (1874)	São Bento (1899)	Cresciúma (1900)
Engenho de arroz	6		7		1
Engenho de açúcar	150	34	42		
Engenho de mandioca	152	22	44		
Moinho de milho		11	8		14
Olarias	12		16	3	7
Cervejaria	8	2	3	8	1
Madeireira	38	18	7	6	16
Marcenaria				12	6
Alambique	73				1
Fábrica têxtil	2				7
Fundição			1	16	16
Charutaria		5	20		
Barricarias				7	

Fonte: Arns 1985; Cunha, 1982; Mafra, 1993; Piazza, 1994.

A presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras (artesanato, pequena indústria) contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta. Por um lado, fundamental para criar uma base produtiva diversificada, e por outro, em razão da lentidão da acumulação, um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva. O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália.

b) O movimento migratório no oeste

As frentes pioneiras, o extrativismo vegetal e a construção da EFSPRG (Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande), no oeste do Estado, se resumem num só elemento que explica a introdução de relações capitalistas de produção no oeste e no Contestado. Apesar da existência de índios kaingang

e xokleng, da presença de algumas fazendas de criação e de pequenas roças de caboclos, foi somente com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e com a demarcação das terras feita pelas companhias colonizadoras, que o oeste, o Vale do Rio do Peixe e o planalto norte passaram a ser efetivamente ocupados de forma capitalista. Até então, a região era esparçadamente povoada e fracamente monetizada. A ocupação das terras no oeste do Estado fazia parte da estratégia do governo federal para demarcar as terras após a Questão de Palmas, ou de Misiones para Argentina, em 1895 (Heinsfeld, 1996)⁹. Paralelamente e após a construção da ferrovia, as terras da região de Palmas foram sendo demarcadas por companhias colonizadoras e pela empresa responsável pela construção da ferrovia. Faltava apenas o trecho que cortava todo o meio oeste catarinense para fazer a ligação entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS). O trecho catarinense, que ligava Porto União a Marcelino Ramos, numa extensão de 313km, foi inaugurado em 1910 e ficou sob responsabilidade da *Brazil Railway Company* até 1930, quando foi encampada pelo governo federal (Thomé, 1983). Segundo Heinsfeld “a EFSPRG pode ser incluída no rol das ferrovias chamadas colonizadoras” (1996, p. 148).

Entre as companhias colonizadoras, a maior era a *Brazil Development and Colonization*, que recebeu 569.057 hectares de terra, e que fazia parte do poderosíssimo truste norte-americano Farquhar, que também era proprietária da ferrovia e da Serraria Lumber. Destacavam-se também as firmas gaúchas Bertano, Maia & Cia., que receberam 224.924ha, que colonizou Chapecó; a Empresa Chapecó Peperly Ltda., com 345.254há, que colonizou Mondaí; a Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, com 76.473ha; a Firma Companhia Territorial Sul Brasil, com 30.576há, que assumiu os ativos da Oeste Catarinense e colonizou Palmitos e São Carlos; e a Sociedade Popular para os Católicos da Língua Alemã, com 58.000há, que colonizou Itapiranga. Ao todo, essas seis companhias detinham mais de 1,3 milhões de hectares (Piazza, 1994; Hass, 1997).

Após a Questão de Palmas, o governo catarinense teve de resolver o problema de limites com o Estado do Paraná, o chamado Acordo de Limites, em que o governo paranaense reivindicava todo o território oeste catarinense, alegando que essas terras já faziam parte de seu território quando a província tinha sido desmembrada de São Paulo. O problema se arrastou até 1916, quando foi dado ganho de causa para Santa Catarina. No entre meio desses dois acordos, ocorreu a Guerra do Contestado (1912-1916), uma sangrenta batalha entre o exército e os fazendeiros locais contra

⁹ A Questão de Palmas, ou de Misiones, fazia parte de um projeto geopolítico da Argentina e do Brasil, em que ambos reivindicavam territórios, onde hoje situa-se o oeste catarinense e sudoeste paranaense, para “impor um projeto de

caboclos despossuídos e marginalizados. Com a colonização e a construção da ferrovia, muitos caboclos foram expulsos de suas terras para darem espaços às novas frentes pioneiras de colonização capitalista. Os caboclos desamparados criaram uma irmandade permeada por idéias religiosas e sociais, na busca de suas terras que haviam perdido. Surgem na região várias figuras lendárias que representavam os ideais da massa de caboclos excluídos e que passaram a desestabilizar os objetivos capitalistas da colonização. Segundo Auras (1995, p. 169), “o conflito armado ocorreu como resposta do poder republicano à ousadia dos sertanejos de procurar fazer frente ao avanço das relações capitalistas na região. Uma questão de cunho eminentemente social foi considerada pelos governantes um caso de polícia”.

Com o término da Guerra do Contestado, dando vitória para os colonizadores, e com a assinatura do Acordo de Limites, começou efetivamente a colonização no oeste catarinense, por colonos gaúchos de origem ítalo e teuto-brasileiros, que saíram do noroeste do Rio Grande do Sul basicamente por dois motivos: a falta de novas áreas a serem colonizadas e as transformações da economia fumageira em Santa Cruz nos anos 40 e 50. A esses fatos, soma-se a promessa do "eldorado" que representava as terras catarinenses. Segundo Radin (1997):

As novas terras do meio-oeste e oeste catarinense, absorveram o grande excedente populacional das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Assim, na medida em que eram ocupadas as terras em Santa Catarina, por um lado aliviava-se a pressão demográfica naquele Estado, diminuindo a preocupação dos latifundiários, indispostos a dividirem suas propriedades; e, por outro, fomentava-se o lucro das empresas, com vendas de lotes (p. 156).

Desenvolveu-se no oeste barriga-verde uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente, estimulando desde cedo a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia. Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas, sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e ao mesmo tempo o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tomando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos.

Todo o oeste foi colonizado por colonos gaúchos, descendentes de italianos e alemães de segunda e terceira geração, filhos da legítima imigração européia que colonizou a serra gaúcha. A Companhia Sul Brasil fez alguns ensaios para trazer imigrantes portugueses, belgas e italianos, mas só conseguiu atrair 300 famílias de teuto-russos, descontentes com a Revolução Russa de 1917 (Werlang, 1999).

A ocupação do oeste catarinense, que se estendeu até os anos 50, faz parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil no século XX, que chegou até o Norte, passando pelo Paraná, todo o Centro-Oeste e deslocando-se até o sul do Maranhão¹⁰. A ocupação do oeste catarinense não deve ser vista apenas do ponto de vista estratégico territorial para demarcar terras comandadas pelo governo federal. Terra é um recurso que incorpora valor e se valoriza, portanto, fonte de acumulação capitalista. As fronteiras no oeste têm uma ligação direta entre o capital industrial, representado pelo truste Farquhar, e o capital mercantil, representado pelas companhias colonizadoras, que atuavam simultaneamente e em comum acordo com os governos locais, no sentido de buscar a valorização máxima de seu capital, utilizando a terra como fonte de acumulação. Portanto, o objetivo não é apenas demarcar terras, mas também acumular capital por meio da venda da terra.

Para demarcar terras foram criados municípios e vilas; para escoar a produção foram abertas estradas, ferrovias e construídos portos fluviais; e para acabar com a violência, do ponto de vista dos colonizadores, foram exterminados os índios e subordinados os caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, foram dadas as condições materiais e sociais para a reprodução capitalista. A fertilidade do solo, a mata existente, a ferrovia, as companhias colonizadoras e a chegada dos colonos inicialmente formaram uma nova e diferente vida econômica na região.

¹⁰ Segundo Padis (1981), a fronteira agrícola servia como uma "válvula de segurança" que amortecia as tensões sociais no Brasil pós-30 até os anos 70: "a fronteira agrícola, por sua vez, é capaz de absorver durante um certo período uma parte dessa força de trabalho [exército de reserva] que está fora no mercado. (...) Como ao mesmo tempo ela funciona como um reservatório de força de trabalho, ela cria uma situação favorável à manutenção de baixos níveis de salário" (p. 74). A "disponibilidade" de terras a serem desbravadas e o movimento migratório camuflavam as pressões sociais nos grandes centros urbanos. Com o fechamento da fronteira e a redução do crescimento econômico nos anos 80, as feridas ficaram expostas e não havia mais como esconder a situação caótica de milhares de pessoas abandonadas às margens das rodovias; o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é resultado deste descaso e desta secular concentração fundiária.

2 – A integração comercial catarinense no mercado nacional

No início do século XX, começam a se consolidar os setores que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 60: têxtil, madeireiro e alimentar. Segundo o Censo Industrial de 1905 e 1920, entre 1880 e 1899, foram fundados apenas 86 novos estabelecimentos industriais em Santa Catarina. Em compensação, de 1900 a 1914, surgiram 392 novos estabelecimentos. A questão, a saber, é se o surgimento desses novos estabelecimentos mudou o padrão de crescimento da economia catarinense, que era ditado pelas pequenas atividades mercantis e fabris. O Censo de 1905 mostra que o setor de alimentos (incluindo banha e açúcar) era responsável por 30,82% do valor da produção industrial catarinense, seguido da erva-mate, 26,62%. Em 1905, as indústrias madeireira e têxtil apresentavam baixos índices, 5,64% e 3,77% respectivamente. Porém, a têxtil representava 19,74% da mão-de-obra empregada e a madeireira 6,04%. Mesmo antes de 1905, ambos os setores tinham alta representatividade na economia barriga-verde (Anexo 1).

O aumento da quantidade produzida de madeira, têxtil e alimentos não alterou o padrão de crescimento baseado no capital mercantil. Além do mais, seria impossível Santa Catarina alterar seu padrão de crescimento porque o padrão de acumulação nacional ainda era o mercantil. O Censo Industrial de 1920 mostra claramente que os setores citados aumentaram a participação no valor da produção: a madeira salta de 5,64% em 1905 para 17,32% em 1920 e a têxtil de 3,77% para 14,28%, respectivamente. A indústria alimentar passou de 30,82% para 34,83%. Os três setores eram responsáveis, em 1920, por 69,87% da força de trabalho empregada na indústria. A indústria extrativa (erva-mate) teve uma queda considerável no valor da produção, de 26,62% em 1905 para 19,45% em 1920, não representando queda na produção nem nas exportações (Anexos 1 e 2).

O Censo Industrial de 1939 reafirma a posição de Santa Catarina nos setores tradicionais em relação ao Censo de 1920. A participação da indústria madeireira no VTI (Valor da Transformação Industrial) passa de 17,32% em 1920, para 18,08% em 1939. O setor têxtil passa de 14,28% em 1920 para 21,95% em 1939. Já a indústria alimentar caiu de 34,83% para 22,45%. A queda é em função do aumento da participação de outros produtos, pois é justamente nesse momento que a região oeste do Estado começa a se constituir como um pólo nacional de produtos alimentares

derivados de suínos. A queda mais expressiva é da indústria de extração vegetal (erva-mate) que caiu de 19,45% para 5,21% do VTI estadual (Anexos 1 e 2).

Até os meados dos anos 40, a base produtiva da economia catarinense era comandada pelo pequeno e médio capital mercantil. A presença de indústrias com mais de 80 funcionários era possível ser verificada em vários setores, mas representava uma pequena parcela no conjunto, tanto na produção como na geração de emprego. Podemos citar alguns exemplos que podem ser acompanhados no quadro a seguir:

Quadro 1: Número de funcionários de algumas empresas catarinenses nos anos 20 a 40

Empresa	Ano	Número de funcionários
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux	1925	450
	1930	454
	1935	852
	1940	1.154
Indústria Têxtil Cia. Hering	1929	500
	1940	771
	1945	878
Companhia Carbonífera Urussanga	1923	269
	1930	168
	1935	358
	1940	258
Companhia Nacional de Mineração Barro Branco	1925	225
Mina Barro Branco Velho	1938	500
Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá	1938	355
Companhia Minas do Rio Carvão	1938	123
Sociedade Brasileira Carbonífera Progresso Ltda.	1938	80
Fundição Tupy	1938	60
	1939	150
	1940	320
	1942	490
	1944	510
Indústrias Augusto Klímek S.A. – Escovas Condor	1934	60
	1938	128
	1939	209
	1942	246

Fonte: Rocha, 1928; Rocha, Soorza, 1940; Fundição Tupy, 1963; Heidemann, 1981; Hering, 1988; Ternes, 1989.

A partir da segunda metade dos anos 10 até o final dos anos 20, o valor das exportações catarinense aumentou em seis vezes, ritmo que se manteve nos anos 30 (Anexos 3 e 5). Se tomarmos como referência os anos de 1915 e 1929 e acompanharmos a evolução do valor exportado de alguns principais produtos, é possível identificar as seguintes mudanças:

- A madeira aumentou em mais de 22 vezes. Os motivos foram o início da colonização do oeste e do Vale do Rio do Peixe, o aumento das exportações para Argentina, via Rio Uruguai, e das exportações para o Rio de Janeiro e a construção da ferrovia.
- A erva-mate aumentou em mais de 13 vezes. Os motivos foram o aumento das exportações para o Uruguai e Argentina e a estruturação do complexo ervateiro no litoral norte, com a construção da ferrovia e dos engenhos de beneficiamento.
- Os têxteis (camisas de algodão, fio de algodão, meias de algodão e de seda) aumentaram oito vezes. Os motivos foram o aumento das exportações para São Paulo e Rio de Janeiro e o surgimento de novas fábricas no Vale do Itajaí, principalmente nos anos 20.
- Os alimentos em geral aumentaram como um todo: o feijão oito vezes, a banha cinco vezes, a manteiga quatro vezes e meia, o arroz duas vezes e meia e o queijo nos anos vinte aumentou três vezes e meia. O motivo foi principalmente o aumento das vendas para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba.
- O polvilho e a mandioca mantiveram-se estáveis – apesar da forte concorrência com a mandioca do Nordeste.
- O carvão surge na pauta de exportação durante a Primeira Guerra e mantém-se num ritmo de crescimento até 1927, quando começa a perder espaço para o carvão importado. O aumento na oferta de carvão foi favorecido pela formação das grandes companhias carboníferas, pela expansão ferroviária e pelos melhoramentos nos dois portos do sul.

No geral, o aumento das exportações catarinenses para o mercado interno de 1915 a 1929 deve ser entendido a partir das seguintes mudanças: a) a expansão do complexo cafeeiro e seus desdobramentos na expansão urbana em São Paulo; b) o forte processo de diversificação econômica ocorrido nos anos 20 em São Paulo e no Rio de Janeiro; c) a expansão urbana na capital federal; d) a construção das ferrovias integrando a região Sul ao Sudeste e de ferrovias ligando o interior catarinense aos portos; e) e a proximidade com duas praças importantes em nível regional: Curitiba

e Porto Alegre. A oferta de mão-de-obra sempre foi relativamente elástica em Santa Catarina, não chegando ao ponto de estrangular por completo a produção das principais mercadorias exportadas. O mercado de trabalho para todos os setores era formado por colonos imigrantes, pescadores açorianos, caboclos do planalto e mão-de-obra oriunda de outros Estados.

Santa Catarina respondeu positivamente ao aumento da demanda nacional pós-1915. O forte dinamismo interno facilmente interagiu com os novos dinamismos da economia nacional.

3 – As indústrias originárias

Dada a estrutura agrária concentrada, as relações escravocratas, o espírito aventureiro das oligarquias toscas, a imitação dos estilos de vida e a falta de objetivo nacional da burguesia, o Brasil chega no final do século XIX com uma forte base agrária-mercantil e com uma fraca base industrial. Na região cafeeira, as indústrias que mais se destacavam eram as ligadas ao complexo cafeeiro exportador e as de bens assalariados. Nas economias regionais, fora do complexo cafeeiro, predominavam basicamente dois setores: o extrativismo e o alimentar. A indústria têxtil era forte apenas nas capitais. A expansão da renda do complexo exportador pós-1918 estimulava o surgimento, no entremeio, dos setores tradicionais, segmentos mais dinâmicos, que se estendem até 1933, quando começa efetivamente a ser pensado um projeto “nacional” de industrialização.

Em Santa Catarina, a indústria originária está no segmento extrativo – erva-mate, madeira e carvão –, alimentar – farinha, açúcar e derivados de suínos – e têxtil. Além desses setores manufatureiros também se destacava a pecuária extensiva nos Campos de Lages. Vejamos como esses segmentos surgiram.

a) Extrativismo

Dentro da indústria extrativista em Santa Catarina, inicialmente destacavam-se a ervateira, a madeireira e a carbonífera.

i) Erva-mate

A erva-mate cobria todo o Brasil meridional e Mato Grosso, a província de Misiones na Argentina e o Paraguai. Em Santa Catarina a erva concentrava-se no Alto Vale do Rio Uruguai e no planalto norte – desde o atual município de Campo Alegre até Xanxerê –, onde a extração teve início no último quartel do século XIX.

A produção, consumo e exportação da erva-mate em Santa Catarina sempre esteve ligada à produção do vizinho Estado do Paraná, por interesses comerciais, por fontes de produção, por similaridades de tipos de produto exportado e ainda por colheita da matéria-prima na região do “Contestado”, Rio Negro e Rio Preto (Almeida, 1979, p. 10).

A erva-mate foi responsável, em boa medida, pela fixação inicial dos imigrantes de Joinville e de São Bento e pela construção da Estrada Dona Francisca e ramal ferroviário da EFSPRG ligando, Porto União ao Porto de São Francisco. Segundo Almeida (1979, p. 14), “da exportação ao engenho para a industrialização do mate foi um passo rápido e Joinville tornou-se o maior centro de comercialização, industrialização e exportação de mate”.

Formou-se um corredor do mate entre São Bento e Joinville, ambas subordinadas à praça de Curitiba, que gerenciava grande parte dos negócios na região. A região era, na verdade, uma extensão da economia ervateira do Paraná. A produção teve uma forte ascensão nos anos 10, iniciando com 5.761t em 1910, passando para 19.852t em 1920. A produção se estabilizou nos anos 20 e 30 e começou a declinar nas décadas seguintes, chegando a 12.177t em 1948.

Tabela 4: Produção de erva-mate em Santa Catarina (em t) e a participação nacional (em %) 1910-1948

Ano	Produção	SC/BR	Ano	Produção	SC/BR
1910	5.761		1930	19.812	7,1
1912	5.303		1932	20.859	16,5
1914	2.918		1934	16.089	18,6
1916	4.978		1936	14.490	15,1
1918	11.629		1938	21.645	23,0
1920	19.852		1940	8.987	10,7
1922	16.815		1942	12.390	15,3
1924	17.675	7,4	1944	14.060	21,2
1926	19.461	9,9	1946	13.050	20,9
1928	32.503	12,2	1948	12.177	18,5

Fonte: Kroetz, 1975; IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos.

Basicamente, 80,0% da produção exportada era destinada ao mercado exterior, tendo o Chile e a Argentina como grandes consumidores. Com a crise do capitalismo nos anos 30, a Argentina acelera o cultivo e a produção da erva para atender seu próprio mercado, gerando uma queda na produção e nas exportações catarinenses. Em 1929, a erva representava 16,2% das exportações, caindo para 2,1% em 1943 (Anexo 3).

ii) Carvão

A descoberta do carvão mineral em território catarinense deu-se no início do século XIX, “dizem que foram descobertas as jazidas pelos tropeiros, quando por esse leito [córrego do Barro Branco] passava uma estrada de Lages à Laguna” (Campos, Messeder, Rego, 1890, p. 49). Na década de 30 do século XIX, foram feitas várias expedições na região a fim de pesquisar a qualidade do mineral descoberto. Na década de 50, inicia-se a exploração próxima à Laguna de forma artesanal e em pequena escala, “não representando nada para o país e para a província” (Heidemann, 1981, p. 28). Em fevereiro de 1861, foi aprovado o decreto n. 2.737 que fez concessão ao Visconde de Barbacena para explorar e minerar o carvão catarinense nas margens do Passa Dois. No ano de 1874 o contato foi robustecido “pela concessão de um caminho de ferro para servir as minas, garantindo-se o juro de 7% em ouro sobre o capital empregado” (Campos, Messeder, Rego, 1890, p. 71). Por dez vezes a concessão para minerar foi prorrogada, sendo a última em 19 de junho de 1876. Em 4 de dezembro de 1880, Barbacena, obteve nova permissão para explorar as suas concessões.

Tratava-se de um contrato de duplo alcance: “o da venda de terras por parte do governo e o de concessão do privilégio de lavrar na área vendida” (*Ibid.*).

No final do século, o carvão despertou interesse dos ingleses que, por intermédio do Visconde de Barbacena, organizaram em 1876 a *The Donna Thereza Christina Railway Company Limited*, para construir a ferrovia, e em 1883 a *The Tubarão Brazilian Coal Mining Company Limited*, para explorar o carvão. Ambas tiveram vida curta: a primeira foi dissolvida em 1903 e a segunda abandonada em 1887.

No Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1890, pelos engenheiros Campos, Messeder e Rego observa-se a seguinte conclusão sobre o abandono das minas pelos ingleses em 1887:

Tendo resolvido suspender os trabalhos em maio de 1887, entrou em liquidação [a *The Tubarão Brazilian Coal*], abandonando de vez o campo de lavra em dezembro do mesmo, sem comunicação alguma ao governo. A concessão deve pois indubitavelmente ser declarada caduca. Foi também deixado em abandono na localidade material de mineração em boa cópia, cuja conservação, devida aos esforços do Sr. engenheiro fiscal da estrada de ferro, e em parte onerosa áquella companhia, pelo espaço occupado em edificio seu; outra parte acha-se sob abrigo já em ruínas. Parece-nos portanto que o melhor alvitre seria vender aquelle material e pôr á disposição de quem de direito o producto da venda (p. 72).

O Relatório segue apresentando as seguintes recomendações:

- Que seja abandonada, por inoportuna e prejudicial ao interesse público, toda e qualquer tentativa, por parte do Estado, de melhoramento da enseada de Imbituba;
- que seja realizado melhoramento do porto e barra de laguna de accordo com o projecto apresentado, pelo meio que o governo julgar mais acertado;
- encaminhar a colonisação estrangeira para o valles de Tubarão e Araranguá, abrindo, desde logo, vias de comunicação fáceis dos núcleos coloniaes para a estação de Pedras Grandes da estrada de ferro (p. 75).

Durante a curta existência a *Tubarão*, empregou 265 mineiros, que extraíram 700 toneladas de carvão, destinadas a Buenos Aires (Dall’Alba, 1986). Na verdade, os ingleses abandonaram a área pelo fato do carvão catarinense ser de baixa qualidade, apresentando um alto teor de rejeito piritoso comparando com o carvão europeu. O Relatório de 1890, trazia as seguintes análises do carvão catarinense: camada Barro Branco Novo: 76,8% de carvão, 10,8% de pirita e 12,4% de xisto; camada Barro Branco Velho: 65,0% de carvão, 28,2% de xisto e 6,8% de pirita.

Com o abandono da área pelos ingleses, a concessão das terras foi transferida à firma carioca Lage & Irmãos e a ferrovia encampada pelo governo federal e repassada à Cia. EF São Paulo-Rio Grande e em seguida para a CBCA. Até 1914, a exploração seguiu de forma artesanal por pequenas iniciativas locais. Somente com os adventos da Primeira Guerra, devido à queda nas importações, foi que efetivamente começaram as atividades carboníferas de uma forma mais racional. Entre 1917 e 1922, foram fundadas cinco companhias carboníferas: a CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), a CCU (Companhia Carbonífera Urussanga S.A.), a Companhia Carbonífera Próspera S.A., a Companhia Ítalo-Brasileira Ltda. e a Companhia Nacional Mineração Barro Branco. Apenas a Cia. Próspera e a Ítalo-Brasileira tinham sede em Cresciúma, as demais no Rio de Janeiro¹¹. Nos anos 30, surgem mais quatro companhias, nos anos 40 mais 30 e nos 50 mais oito, todas de pequenos proprietários locais (Heidemann, 1981; Bossle, 1981). No final dos anos 30, havia quatro companhias carboníferas que tinham mais de 100 funcionários: CCU, Barro Branco Velho, CBCA e Rio Carvão.

Tabela 5: Produção acumulada de carvão das minas no sul do Brasil de 1884 a 1920

Minas	Toneladas	Valor (em reis)
São Jeronymo	1.037.789	30.047:000
Butiá	85.682	3.424:000
Tubarão	72.770	3.238:000
Jacuihy	70.064	360:000
Cresciúma	53.596	2.951:000
Candiota	53.000	1.310:000
Rio Negro	25.000	600:000
Caçapava	9.000	315:000
Total	1.406.901	42.160:000

Fonte: Projeto de Iniciação Científica da UNESCO “Memória e Cultura do Carvão”, 2000. Extraído do Jornal A Noite de 10/02/1922.

Por ser um mineral básico para a industrialização, em 1931 o governo Vargas decretou a obrigatoriedade do consumo de 10,0% de carvão nacional. Em 1937 a cota foi elevada para 20,0%. Além desses dois decretos foram editados outros que beneficiaram diretamente o carvão catarinense, como o Decreto 4.613 de 1942 que, dentro do “esforço de guerra”, encampou toda produção, elevando-a de 204.181 toneladas em 1939 para 815.678 toneladas em 1945 (Anexo 4). Além das

¹¹ Entres os empresários provenientes do Rio destacavam-se Henrique Lage, Cândido Caffreê, Paulo de Frontin,

medidas institucionais, foram feitos investimentos estatais diretos, como o reaparelhamento do Porto de Imbituba e a construção do Lavador de Capivari e da UTEC (Usina Termelétrica de Capivari, que fornecia energia ao Lavador), responsável pelo beneficiamento do carvão destinado à CSN (Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda).

Quadro 2: Decretos e Leis que beneficiaram o carvão catarinense

Decreto ou Lei/Ano	Objetivo
12.875/18	Dispõe sobre a aquisição do mercado interno, distribuição, racionalização e uso do carvão pelo governo
12.943/18	Autoriza a concessão de empréstimos às carboníferas que produzissem 150 toneladas diárias, ou que no período de dois anos, alcançassem essa cota.
15.829/21	Realiza novas pesquisas, métodos e processos de exploração
20.089/31	Obriga o consumo de 10% do carvão nacional
1.828/37	Obriga o consumo de 20% do carvão nacional
2.667/40	Dispõe sobre o melhor aproveitamento do carvão nacional
6.605/41	Reserva para o consumo do país a produção de carvão de Santa Catarina
4.613/42	Encampa toda a produção instituindo, como medida de emergência, a entrega obrigatória ao governo federal de todo o carvão nacional
6.771/44	Cria a Coordenação de Mobilização Econômica que é incumbida de organizar, racionalizar e expedir a produção

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão, 1961

A região carbonífera compreende os municípios de Criciúma, Içara, Araranguá, Urussanga, Lauro Müller, Nova Veneza, Morro da Fumaça, Orleans, Tubarão e Imbituba. Em Tubarão e Imbituba não há minas, mas fazem parte do complexo carbonífero por meio do beneficiamento (Lavador de Capivari e Usina Termelétrica Jorge Lacerda) e do porto (Porto de Imbituba).

iii) Madeira

Para entendermos a origem do complexo madeireiro em Santa Catarina, sua formação e desdobramento, a premissa maior encontra-se na disponibilidade abundante de recursos florestais, com destaque para a araucária. A extração da madeira constituía-se, na época, a fonte mais rápida, fácil e disponível de acumulação capitalista.

Segundo Klein *et al* (1979), em traços gerais:

o pinheiro [araucária] se encontra formando agrupamentos densos, principalmente na parte leste e central do planalto meridional do Brasil, abrangendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, ocorrendo ainda, como manchas esparsas, também no sul do Estado de São Paulo e na Serra da Mantiqueira, internando-se até o sul de Minas Gérias e Rio de Janeiro (...) atravessa para a província argentina de Misiones (p. 247-248)

No início do século XX, a reserva brasileira de pinheiro era de aproximadamente a 200.000km² de superfície, o que corresponde quatro vezes à superfície da região Sul. Em 1955, Santa Catarina representava 12,2% da área total de floresta araucária (1.350.000ha). Segundo Lago, "a quantidade estimada de pinheirais [1955] seria de 27 milhões de indivíduos com diâmetro superior a 40 cm, enquanto, na mesma época, o Paraná deveria possuir 128 milhões e o Rio Grande do Sul apenas 6 milhões" (1968, p. 70). Além do pinheiro, também era explorada, em menor proporção, a imbuíua e a canela. Inicialmente, a exploração da madeira ocorreu nas colônias do Vale do Itajaí e litoral. Segundo Griggs (1974)

a abundância de madeira de lei, na região litorânea e a necessidade de desmatamento para lavoura, proporcionaram a devastação florestal que se processou nesta área. Os imigrantes, ao se instalarem nas terras, logo estabeleceram grande número de serrarias, aproveitando os rios para transporte e as cachoeiras e queda da água para mover as serras nas diversas colônias fundadas a partir de 1850. Isto ocorreu principalmente no Vale do Itajaí, onde a madeira era transportada em toras, pelo rio até o porto de Itajaí (p. 21).

Além da disponibilidade de recursos naturais, o surgimento de atividades ligadas à exploração da madeira tem a ver com a expansão da produção artesanal que estava vinculada ao alargamento do mercado interno. Em 1865, havia na colônia de Brusque quatro carpinteiros e dois marceneiros; em 1876, já eram 16 carpinteiros, 11 marceneiros e 21 serradores. No ano de 1916, foram registradas 68 serrarias (Seyferth, 1973, p. 121-122). Do total dos produtos exportados em mil réis pelas colônias do Vale do Itajaí em 1887, 48,6% foi de madeira, em seguida vinha a manteiga (13,5%) e a banha (11,6%). Segundo Vidor (1995, p. 47), na colônia de Blumenau "a exportação da madeira ocupa, a partir de 1866, o primeiro lugar entre os produtos exportados". Nos primeiros vinte anos da colônia de Joinville, a madeira constitui-se na opção econômica mais viável. A Serraria do Príncipe "destacou-se pelo porte, movida à força hidráulica, a madeira cortada era levada, por meio de barcos, ao porto de São Francisco do Sul e daí para o Rio de Janeiro, Porto Alegre e Montevideú" (Rocha, 1997, p. 25). Com a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina, entre Blumenau e

Hammonia (Ibirama) a madeira constituiu-se no principal produto transportado, representado, em 1913, em mil réis, 39,5% (Richter, 1992, p. 70).

Entre as colônias fundadas por imigrantes, as localizadas no Vale do Rio do Peixe e planalto norte, dada a abundância de recursos florestais para fomentar a acumulação capitalista, foram as que continuaram dedicando-se às atividades madeireiras e que serão analisadas em seguida. Interessamos, no momento, as regiões que dedicaram-se especialmente às atividades madeireiras e que ampliaram para outros setores derivados da madeira, a saber: planalto norte, planalto serrano e oeste. Apesar de a região oeste não se dedicar mais à extração da madeira, até final dos anos 40 era a principal atividade econômica.

Desenvolveram-se duas atividades extrativistas na região oeste: a extração da erva-mate e da madeira. A primeira era exercida mais ao noroeste, na divisa com o Paraná, e a segunda nos vales próximos ao Rio Uruguai, tendo Chapecó como município pólo. A madeira fixava o homem na terra, pois "existia uma imensa e inóspita floresta, cujas características eram tentadoras, tanto em termos de qualidade como em quantidade. A madeira definiu a atividade econômica principal até os anos 50/60" (Bellani, 1991, p. 99). Foi altamente rendosa para vários colonizadores e eles tiveram "uma participação direta ou indireta, mas a vida econômica regional, por mais de 40 anos, circulou em torno do que a mata oferecia" (p. 100). A maior parte da produção da madeira do oeste era destinada ao mercado argentino e uruguaio, transportada por meio do Rio Uruguai, em forma de balsa, durante o período de cheias.

Segundo Campos (1987, p. 115), "salvo algumas afiliadas à empresas colonizadoras gaúchas, a grande maioria dos estabelecimentos comerciais e industriais se formaram com capitais localmente acumulados, ou em alguns casos, transferidos para a região junto a seus proprietários". Bellani (1991) destaca a atuação da companhia colonizadora Empresa Bertaso, que além de serrarias tinha olarias e usinas de geração de energia. Os responsáveis pelo corte eram pequenos proprietários, empreiteiros e prestadores de serviços braçais, os peões (p. 102). Em 1948, foram registrados na região 115 empresas madeireiras e uma produção total de 80.000m³. O aumento da produção gerou grandes estoques nos três Estados do sul, que, segundo Griggs (1974, p. 71), "estão mais ligados aos problemas de transportes internos e marítimos, agravados pelas circunstâncias da guerra, do que pela diminuição das exportações".

A queda das atividades madeireiras no oeste, no final dos anos 50, está ligada basicamente a dois fatores: o esgotamento das reservas e a redução drástica das importações argentinas. Com relação ao segundo fator, segundo Griggs (1974),

a progressiva baixa nas importações argentinas pode ser resultado da política protecionista desenvolvida na Argentina, incluindo o florestamento e o reflorestamento, notadamente na região de Misiones. Estas medidas tiveram início nos anos 40 quando, em consequência da guerra, a Argentina viu-se impossibilitada de importar madeira (p. 82).

A extração e a comercialização da madeira marcam o início das atividades industriais e da acumulação de capital na região, porque, segundo Campos (1987)

ao contrário das [companhias] colonizadoras, as madeireiras eram sediadas na própria região. Isto fez com que os capitais nela acumulados posteriormente se destinassem a outras atividades produtivas na região, bem como junto as colonizadoras promoveram a colonização da região. No entanto, a maior transformação operada pelas madeireiras, reside na implantação de relações de trabalho capitalista, com a conseqüente formação de um mercado de trabalho paralelo às atividades eminentemente agrícolas locais (p. 112-113).

Bellani (1991) conclui que "houve uma intensa destruição da floresta nativa, apesar de ter sido, por muitas décadas, a única opção de vida e sobrevivência da região (...) e incrementou mudanças ímpar na vida regional" (p. 249). Do ponto de vista comercial, a madeireira foi o elemento integrador da região ao mercado nacional. Na região oeste, a atividade madeireira basicamente esgotou-se no início do anos 50. Ao contrário do planalto norte e serrano, a região oeste não partiu para o reflorestamento. A diversificação para o setor alimentício manteve a expansão da renda, evitando uma crise, porém exigia novas relações de trabalho e novos espaços para a sua contínua ampliação.

No planalto norte e Alto Vale do Rio do Peixe, tendo Caçador como município pólo, a madeira ainda é a principal atividade industrial na região. Parte dessa região também é conhecida como a Região do Contestado. A colonização teve início com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e do Ramal Porto União-São Francisco. Após a Guerra do Contestado e do Acordo de Limites, as companhias colonizadoras intensificaram a colonização na região. Segundo Thomé (1993)

A notícia de que as terras do Alto Vale do Rio do Peixe não eram favoráveis ao desenvolvimento da agricultura chegou às colônias italianas do Rio Grande do Sul já entre 1918 e 1920, através de diversos

colonos que vieram conhecer os lotes oferecidos pela Empresa Theodoro Capelle & Irmãos e pela EFSPRG. Diziam eles para seus familiares que, ao invés de terras férteis e em condições de ser cultivadas, haviam visto grandes pinhais, onde os pinheiros eram enormes e em número excessivo. Comentavam que a floresta de araucária era muito densa, com o que cada lote colonial sobravam poucos espaços para o plantio (p. 49).

O esgotamento das reservas florestais no nordeste e no Alto Uruguai no Rio Grande do Sul expulsou os colonos que se deslocaram para Santa Catarina na busca do "eldorado prometido". A venda de lotes no Alto Vale do Rio do Peixe coincidiu "com o interesse de muitos italianos, já com experiência no ramo madeireiro, ávidos em encontrar novos pinhais para desenvolverem suas atividades" (p. 50). A indústria madeireira, por um lado, teve início com a instalação da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, instalada próxima à estação ferroviária de Calmon, para fornecer dormentes à EFSPRG e tábuas para a construção de estações e casas. A maior unidade da serraria concentrava-se em Três Barras, na época a maior da América Latina, onde "reinava absoluta, sem concorrência" (p. 43). Por outro lado, as primeiras pequenas serrarias foram de propriedade dos colonos imigrantes, que inicialmente se instalaram como comerciantes e que se transformaram em industriais. Esses comerciantes compravam a madeira de outros colonos e a revendiam serrada. Até os meados dos anos 30, "metade da madeira produzida em Caçador era vendida à *Lumber Company* que, por trem, a transportava para Três Barras e, daí, a exportava" (Thomé, 1995, p. 105). É a subordinação do grande capital, comandada pela *Lumber*, sobre a pequena propriedade extrativista. No ano de 1937, havia na região 201 serrarias, que produziram em torno de 1,96 milhões de dúzias de tábuas, que correspondia a 48,5% da produção do Estado, sendo que a maior parte pertencia a *Lumber*¹² (p. 106). Somente no município de Caçador, em 1936, havia 87 serrarias, passando para 75 em 1940 e 92 em 1944.

b) Têxtil

A indústria têxtil em Santa Catarina está basicamente circunscrita ao Vale do Itajaí, centrada nas cidades de Blumenau e Brusque, em Joinville e Jaraguá do Sul, e data do final do século XIX. Na literatura econômica de Santa Catarina, encontra-se vários estudos sobre a origem da indústria no Vale do Itajaí: Mamigonian (1966), Singer (1977), Castro (1980), Seyferth (1973), Colombi (1979), Hillesheim (1979), Hering (1987) e Vidor (1995), além de monografias, históricos de empresas,

¹² A *Lumber*, após ser encampada pelo governo Vargas durante a II Guerra Mundial, encerrou suas atividades em 1948.

álbuns comemorativos, contos e pequenos artigos. Sobre a indústria em Joinville destacam-se Almeida (1979), Ternes (1984, 1986) e Rocha (1997). E sobre Jaraguá destacam-se Silva (1975), Moretti (1988) e Schörner (2000).

No período que vai de 1850 a 1880, a colônia de Blumenau dedicou-se quase que exclusivamente à produção de produtos agrícolas (fumo, café, mamona, raízes de plantas úteis, laranja, cana-de-açúcar, pêssago e goiaba), alimentos (farinha de mandioca, manteiga, queijo, banha e salame), bebida (vinho, cerveja, aguardente) madeira e tijolos. A produção era destinada ao mercado local e regional (Hillesheim, 1979). Num primeiro momento, a indústria têxtil surgiu somente com a chegada de novos imigrantes pós-1875, que eram provenientes da Saxônia, uma região industrial na Alemanha recém unificada. Em 1880 é fundada a Gebrüder Hering, pelos irmãos Hermann Hering (mestre tecelão) e Bruno Hering, base da atual Cia. Hering. Em 1882, Johann Karsten comprou seis teares alemães e montou uma pequena tecelagem, surgindo a Karsten. Em seguida, 1884, foi fundada a Garcia. Todas ficavam em Blumenau (Mamigonian, 1966).

Em Brusque, surgiu a Buettner em 1875 e a Renaux em 1892. Sobre a origem da Renaux e da Buettner, Hering (1987) faz o seguinte relato: Eduardo Von Buettner se instalou em Brusque no ano de 1875, explorando inicialmente madeira, plantando café e cana-de-açúcar. Em seguida abriu uma loja de fazenda, secos e molhados e armarinhos. Muitos dos produtos vendidos na sua loja eram produzidos por ele mesmo, por exemplo, os bordados, aventais e toalhas. Em 1898, Buettner colocou uma fábrica de bordados com técnicas alemãs, trazidas pelo filho que fora estudar na Alemanha, e matéria-prima inglesa. A Renaux iniciou com uma casa comercial em Blumenau e Brusque durante dez anos (1882-1892). Em seguida, Carlos Renaux, juntamente com outros sócios e contando com mão-de-obra especializada, montou uma fábrica de tecidos em Brusque.

Em Joinville, em 1881, surge a Döhler, fundada por Karl G. Döhler, um mestre tecelão, que trouxe da Saxônia alguns fios e começou a fabricar tecidos num pequeno tear de madeira feito por ele mesmo. Portanto, antes da virada do século, já estavam estabelecidas a Hering, Karsten, Garcia, Renaux, Döhler e Buettner. Excluindo a Garcia, que foi adquirida pela Artex em 1973, as demais marcas ainda permanecem e representam parte significativa da indústria têxtil catarinense.

Em Joinville, segundo Rocha (1997), até a Primeira Guerra surgiram novas fábricas têxteis como a Cia. Fabrill Lepper (1907), Centauro Meias e Malhas (1910), Tricotagem Alfredo Marquardt (1911) e Indústria Colin (1913). Em Brusque, a Schlösser foi fundada em 1911. Nos anos 20, ocorreu uma expansão no setor, com o surgimento de novas fábricas. A expansão da renda

promovida pelo complexo cafeeiro e a diversificação industrial dos anos 20 abriam novos mercados para os têxteis catarinenses. Nesse período, que se estende também pelos anos 30, são fundadas em Blumenau a Acolchoados Altenburg (1922), Bordados e Cadarços Haco (1924), Tecelagem Kuehnrich – TEKA – (1926), Malhas Thiemann (1927), Malharia Blumenau – Mafisa – (1929), Cremer Gazes Medicinais (1935), Artex (1936) e Linhas Círculos (1938) (Mamigonian, 1966). Em Joinville, surgem a Casseiro Silva (1924), Fiação Joinvillense (1926), Têxtil Schmalz (1926) e a Malharia Manz (1929) (Rocha, 1997).

A indústria têxtil, juntamente com a máquina a vapor e o carvão, foram o carro-chefe da Primeira Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra durante a fase do capitalismo concorrencial. Ao contrário da grande indústria pesada da Segunda Revolução Industrial, a indústria têxtil tinha um alto grau de difusão técnica, o que permitia a cópia com facilidade, não exigindo alto comando e vultosos recursos financeiros. Bastava trabalhar numa tecelagem inglesa, depois atravessar o Atlântico e repassar todos os ensinamentos a um industrial para ter um sistema fabril têxtil completo. Dada esta facilidade, os imigrantes trouxeram para o Brasil habilidades técnicas, as quais foram transferidas às indústrias têxteis que surgiram em algumas cidades. A iniciativa de Karl G. Döhler, em 1881, em Joinville é um exemplo. Mesmo com toda facilidade de cópia, segundo Cardoso de Mello (1992), “levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil” (p. 59).

Nas primeiras décadas do século XX, Blumenau já apresenta traços de um pequeno centro fabril periférico, com inúmeras malharias e tecelagens, algumas de pequeno e outras de médio porte. Na verdade, segundo Castro (1980), Blumenau é uma experiência bem sucedida de indústria regional-nacional, onde se assistiu um “precoce desenvolvimento voltado para dentro” (p. 42). Um dos primeiros grandes impulsos dado à indústria têxtil catarinense não foi gerado pelas suas forças endógenas locais, mas veio do outro lado do continente: a Primeira Guerra. Com a queda nas exportações de bens assalariados, a indústria têxtil barriga-verde começa a conquistar o mercado nacional. As exportações catarinenses de têxteis para o mercado interno de 1896 a 1912 seguiam de forma irregular, representavam em 1912 menos de 2,0% do total exportado (150:713\$000). Com a Primeira Guerra e a diversificação econômica dentro do complexo cafeeiro, as exportações de têxteis chegam a 2.137:710\$000 em 1920 (5,6%) e a 7.041:483\$000 em 1929 (8,5%), colocando-se ao lado da erva-mate, madeira e banha (Anexo 3).

Isso não significa dizer que os chamados “choques externos” (Primeira Guerra Mundial) são responsáveis pela expansão industrial no Brasil. Os têxteis catarinenses jamais conseguiriam se manter no mercado paulista e carioca até 1930 – além do gaúcho –, se não houvesse uma expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro e pela diversificação industrial dos anos 20. Com a política cambial dos anos 20, ora valorizado ora desvalorizado, o setor foi beneficiado pelo dois lados, com o encarecimento das exportações e com a facilidade de importar novas máquinas para repor o velho maquinário, desgastado durante o período do conflito mundial. O segundo salto veio com a industrialização restringida pós-30 e a integração do mercado nacional, em parte promovida pelo fim do imposto de importação entre os Estados, aumentando o fluxo de mercadorias nacionais entre as unidades federativas.

As exportações de produtos têxteis saltaram de 8.132.682\$000 em 1931 para 48.791.000\$000 em 1940, ou seja, aumentou em seis vezes. O terceiro e último salto do período analisado (1880-1945) veio com a Segunda Guerra, fazendo as exportações de têxteis chegarem a 108.898.000\$000 em 1943 (Anexo 3).

No final dos anos 60, o setor já era formado por grandes empresas, com uma grande inserção nacional, apresentando características de um oligopólio competitivo.

A origem da indústria têxtil em Santa Catarina pode ser explicada pelo desempenho da pequena produção mercantil e pela facilidade da cópia, mas as explicações da expansão e consolidação devem ser buscadas fora do seu meio, são elas: a) a queda das importações durante a Primeira Guerra; b) o crescimento urbano e a expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro; c) a política cambial dos anos 20; d) a integração do mercado interno pós-30; e, e) a queda das importações durante a Segunda Guerra. Portanto, foi uma indústria que se adaptou rapidamente às exigências da demanda interna e conquistou de forma duradoura mercados cativos. Ela nasceu voltada para o mercado regional e tornou-se nacional na primeira oportunidade de expansão.

Wilson Cano (1990), questiona a origem da indústria têxtil catarinense, levantando a hipótese de que sua origem deve estar associada à vinda de imigrantes com habilidades técnicas e capitais. “Como indício a essa hipótese, lembro que os registros oficiais de autorização para o funcionamento de sociedades mercantis no Brasil constataam a ocorrência de vários investimentos de capitais estrangeiros em Santa Catarina, entre 1890 e 1920, tanto em indústria como em bancos” (p. 113). Com relação aos bancos, a hipótese pode ser refutada porque os primeiros bancos a surgirem no Estado foram fundados por pequenos agricultores e comerciantes sem vínculos com o capital

externo. Em 1869, foi criada a Sociedade de Consumo da Colônia de Blumenau e em 1898 a Associação Comercial de Blumenau, que tinham uma atuação apenas na colônia, com poucos recursos e eram pouco atraentes economicamente. A partir do Sindicato Agrícola de Blumenau, foi fundada, em 1907, a Caixa Cooperativa do Sindicato Agrícola de Blumenau, por pequenos negociantes locais. Somente nos anos 30, começam a surgir outras cooperativas de créditos em outros municípios. No que tange à indústria, os únicos investimentos estrangeiros que se tem conhecimento até os anos 20 – baseado em fontes secundárias – foram a serraria *Lumber* no Contestado, a *Tubarão Brazilian Coal Mining Company Limited* no sul do Estado – que teve uma atuação efêmera –, as companhias colonizadoras e as firmas que construíram as ferrovias no oeste, sul e Vale do Itajaí. Em termos de empréstimos externos, o único apresentado pela literatura (Hering, 1987), foi o da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, contraído em 1900 junto à Cia. de Navegação de Hamburgo, que era intermediária do Bank für Deutschland para a compra de fios e máquinas. Após o longo período de crise financeira, o compromisso só foi saldado em 1917, com recursos gerados pela própria empresa. Outro indício de entrada de recursos externos é relatado por Colombi (1979), que disserta sobre a Gebrüder Hering. Segundo Colombi, até o final do século XIX, a Hering importava da Alemanha equipamentos financiados pelos próprios bancos alemães, “embora os livros [caixa] da empresa indiquem que sempre comprava à vista” (p. 20). Também há registros de entrada de recursos oriundos do Banco Alemão Transatlântico para financiar a compra da Empresa Força e Luz de Santa Catarina, em 1924, que estava nas mãos de empresários paulistas e que mais tarde foi adquirida por blumenauenses (Melro, 1980).

Os exemplos até agora pesquisados da Renaux e da Hering, não podem ser generalizados a ponto de atribuir a origem da indústria em Blumenau como sendo financiada por recursos externos.

c) Alimentos

Inicialmente, a produção de alimentos em Santa Catarina estava ligada às atividades agrícolas desenvolvidas pelos açorianos, o cultivo da cana de açúcar para a fabricação do aguardente e do melado, da mandioca para a fabricação da farinha e do polvilho, do arroz, do café e as atividades pesqueiras. Com a vinda da segunda leva de imigrantes nos meados do século XIX,

começam a surgir novos produtos alimentícios como a banha, manteiga, queijo e salame¹³. A explicação dessa diversificação deve ser buscada na tradição, trazida pelos imigrantes italianos, que eram pequenos camponeses. Com a vinda da terceira leva de imigrantes pós-1875, aumentou a diversidade e a oferta de alimentos, como derivados do suíno e do leite, o fabrico do vinho e também da farinha de mandioca.

No Censo Econômico de 1905, os produtos alimentares representavam 30,82% do valor da produção, sendo que a banha representava 12,1%, a manteiga e o queijo 7,5% e a moagem de cereais 6,6%. A banha era o segunda mercadoria mais beneficiada, perdendo apenas para a erva-mate. Na pauta de exportações, até os anos 20 a banha e a manteiga estavam entre os produtos mais comercializados ao lado da erva, da madeira e da farinha (Anexos 1 e 2).

No censo de 1920, os alimentos passam para 34,83% do valor da produção, bem acima da erva (19,45%), da madeira (17,32%) e do têxtil (14,28%). Até os anos 20, a distribuição espacial era a seguinte: a produção de farinha de mandioca, de polvilho e da aguardente concentravam-se mais no litoral; a produção de manteiga, queijo e banha, no Vale de Itajaí; e, a produção de vinho, no sul.

Dadas as características da colonização em Santa Catarina, as atividades agrícolas, que resultavam na produção de alimentos, eram todas praticadas por pequenos proprietários, que além de produzirem para a sua subsistência, comercializavam o excedente junto ao mercado local e com os centros comerciais mais próximos (Laguna, São Francisco, Joinville, Blumenau e Florianópolis). Segundo Milanez (1991, p. 29), nos primeiros tempos da colonização no sul do Estado “exportava-se banha, carne de porco salgada, feijão e outras mercadorias” até para o Rio de Janeiro. As mercadorias partiam de Cresciúma até Jaguaruna, e seguiam até Florianópolis, de onde eram embarcadas para Santos, Rio e o Norte. A produção de alimentos no sul do Estado ficou por longas décadas neste nível, pequenos produtores que comercializavam com algumas praças do Estado e nacionais. O desenvolvimento de um setor agrícola ativo, que desse condições para que se transformasse numa indústria alimentar dinâmica, foi abortado pelas atividades carboníferas que submeteram e comprometeram várias propriedades rurais com a lavra do carvão. Muitos colonos vendiam suas propriedades para serem mineradas por uma firma ou eles próprios mineravam. Quando a reserva de carvão esgotava, o terreno já estava todo comprometido com os mananciais hídricos contaminados, impossibilitando o cultivo da terra.

¹³ Esses produtos anteriormente eram pouco explorados pelos açorianos. Com a vinda dos imigrantes, os produtos derivados de suínos passam a fazer parte da pauta de exportação da província e em seguida do Estado.

O mesmo que aconteceu em Criciúma, de certa forma e em menor proporção aconteceu em Blumenau, onde grande parte da mão-de-obra, que poderia ser voltada para as atividades agrícolas, voltou-se para atividades fabris, em especial a têxtil. Devido à natureza diferenciada das atividades carboníferas e têxteis, principalmente do ponto de vista ambiental, o setor agrícola no Vale do Itajaí avançou mais do que no sul. Durante o período entre guerras, desenvolveu-se uma indústria de alimentos na região de Blumenau. Segundo Hering (1987):

Em Rodcio e Ascurra os colonos italianos plantaram o arroz, sob licença comunitária de Ermembergo Pellizzetti, beneficiando por Lorenz, em Timbó, e Feddesern, em Blumenau. A produção de laticínios se aperfeiçoou, surgindo leiteiras em Timbó, Indaial, Ibirama, Rio do Sul e Trombudo. Mas tarde, os "russo brancos" menonistas do vale do Rio Krauel, empenharam-se com sucesso graças a sua tradição cooperativista, que garantia continuidade em todas as etapas de beneficiamento do leite (p. 197-198)

Segue a autora:

No beneficiamento da mandioca o pioneiro foi Fritz Lorenz, com o estabelecimento de fecularia no lugar Encano, zona agrícola de Blumenau. Aipim, mandioca e raízes de araruta passaram a servir de matéria-prima para a produção de goma, sagu, tapioca, dextrina e farinha de araruta, em processo relativamente simples e pouco exigente quanto ao investimento (p. 198).

Essas atividades agrícolas mercantis formaram o primeiro núcleo gerador da acumulação capitalista. O sistema colônia-venda e a exploração da mão-de-obra de expropriados deram condições para a formação de um mercado interno que se desdobrava e ampliava. Mesmo num regime de pequenos proprietários, surgem pequenos capitalistas que acumulam mais e passam a subordinar os mais frágeis. Essa subordinação ocorreu em virtude da diferenciação social que se desenvolve dentro da pequena propriedade.

O comércio de cabotagem estadual, até 1920, era feito principalmente com o Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. Após essa data, aumentam as transações comerciais com São Paulo. Mesmo comercializando alimentos com vários Estados (RS, PR e RJ), São Paulo era o maior consumidor da farinha, da banha e da manteiga catarinense. O mate ia mais para o Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso e a madeira para o Rio de Janeiro (Anexo 5).

Mesmo com a produção de alimentos no sul, no Vale e no litoral, será com a colonização do oeste catarinense que o setor terá outros desdobramentos e definirá os rumos da indústria alimentar em Santa Catarina e, em boa medida, no Brasil a partir da consolidação de grandes empresas.

Como já foi discutido no item anterior, a ocupação do oeste catarinense deu-se paralelo à construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, por colonos ítalo e teuto-brasileiros, provenientes do Rio Grande Sul, estimulados pela abertura de fronteiras e pela possibilidade de se tornarem capitalistas. Além da pecuária, duas atividades econômicas desenvolveram-se no oeste; nas proximidades do Rio Uruguai a extração da madeira e na divisa com Paraná o cultivo da erva-mate. No entanto, foram as atividades madeireiras que comandaram o processo de acumulação capitalista até os anos 50, quando, segundo Campos (1987, p. 110), “a madeira funcionava como uma certa poupança aos colonos recém instalados. A venda desta dotava-os de uma pequena reserva financeira para enfrentar a dureza dos primeiros anos.” Paralelo as atividades madeireiras, era exercida, pelos pequenos proprietários que não estavam envolvidos com a madeira ou com a erva, a atividade agrícola. Relata Campos:

Nas pequenas propriedades haviam pequenas plantações de arroz, feijão, trigo e mandioca destinados ao consumo familiar. Em torno da casa era comum existirem um pequeno pomar e uma horta, bem como galinhas e outros animais. As plantações de milho destinavam-se a alimentação de suínos e do gado. Havia, portanto, um potreiro destinado à criação. Lá estavam presentes uma, talvez mais vacas de leite, e, quiçá, cabeças de gado, cavalos ou cargueiros. Na maioria dos casos o porco era criado solto em mangueiras (pequenos cercados) e em sua alimentação era utilizado, além do milho, a abóbora, o apim e outros alimentos disponíveis como resto da alimentação familiar. Praticava-se na época uma agricultura rudimentar e arcaica. A criação de porcos em pocilgas e chiqueirões, embora fosse praticada em algumas propriedades, só muito mais tarde se consolidou (p. 114)

Como muitos colonos eram provenientes da região fumageira de Santa Cruz do Sul (RG), a plantação de fumo no oeste barriga-verde predominou até os anos 40. “A substituição do fumo pelo suíno como principal atividade comercial dos pequenos produtores consolida-se no decorrer dos anos 40 e início dos anos 50.” (Campos, 1987, p. 123). Dada à integração ferroviária com centros urbanos maiores, a comercialização do excedente, além de atender a região, era voltada para o mercado nacional. “Desde logo surgiram comerciantes locais que compravam suínos junto aos lavradores e os comercializavam em Osasco e Itararé (SP), trazendo em seu retorno muitos produtos manufaturados.” (p. 134). Era muito comum na região o tropeirismo de suínos, uma prática herdada do período das grandes fazendas de criação. Com o fim do tropeirismo de muares e gado, muitos tropeiros são contratados por suinocultores do Vale do Rio do Peixe e do oeste.

No Campo de Palmas, a decomposição do complexo rural, que era formado pela grande fazenda de criação e pela pequena economia de subsistência, iniciou com a colonização e a construção da ferrovia, quando a região começa a ser partilhada em pequenas propriedades pelas

companhias colonizadoras, e vendidas aos colonos gaúchos. O regime de pequena propriedade, em oposição às grandes fazendas, fez aumentar a divisão social do trabalho e o poder local, que, de certa forma, foi pulverizada. Mesmo com a pulverização relativa do poder, os conflitos sociais adentraram por todo o século XX, que eclode no Contestado e se arrasta até os movimentos dos Sem Terra nos anos recentes. Nas áreas de colonização européia, seria um anacronismo chamá-las de complexo rural. Elas foram, simplesmente, a sua antítese: alta divisão social do trabalho, mercado interno desenvolvido, regime de pequena propriedade, a ausência de trabalho escravo e uma economia monetizada. Como esta colônia surge justamente no momento em que o complexo rural no país estava em decomposição, seria impossível adaptá-la àquela forma atrasada. Enquanto produtoras de bens assalariados, as regiões de colonização européia, em Santa Catarina, inicialmente desenvolveram seu mercado interno, e em seguida estreitaram os laços comerciais, não apenas com a sua *hinterland*, mas principalmente com praças maiores, como Rio de Janeiro e, depois de 1920, com São Paulo. Portanto, elas, de certa forma também estão inseridas num complexo maior que é o cafeeiro. Melhor seria enquadrá-las naquilo que Geraldo Müller (1986), chamou de “complexo agro-comercial”. Segundo Graziano da Silva, Kageyama (1998), 1930 a 1955 é considerado um período de transição para a agricultura industrializada, quando começa a implantação do D1 e a integração do mercado nacional. Com a industrialização e a urbanização, há uma diversificação agrícola mais equilibrada e um aumento da cultura de alimentos voltados para o mercado interno e o ritmo da agricultura passa a ser ditado pela dinâmica do capital industrial (p. 12-15).

Nos anos 40, começam a surgir os primeiros moinhos de trigo e processadores de suínos no Vale do Rio do Peixe, de proprietários locais que estavam comercialmente ligados ao mercado paulista. Ao contrário do cultivo do fumo,

o processamento industrial do suíno não era, naquela época, uma atividade oligopolizada em nível nacional, permitindo inicialmente a criação de diversos frigoríficos. A base econômica dos frigoríficos residia numa acumulação prévia calcada na pequena produção familiar. Se na fase meramente comercial a demanda por suínos extrapolou os limites do Vale do Rio do Peixe, a acumulação de capital agroindustrial elevou fortemente esta procura. O pólo comercial e agroindustrial do vale do Rio do peixe passou a interferir na economia de todo o oeste catarinense (Campos, 1987, p. 135-136)

Inicialmente, a pequena propriedade nivela econômica e socialmente os camponeses, pulverizando a acumulação. Com o desenvolvimento de atividades mercantis e a subordinação de proprietários que acumulam com o excedente sobre os despossuídos, começa a haver uma diferenciação social e a formação de um exército de reserva.

Nos anos 30, começam a surgir na região casas comerciais que revendem alimentos e cereais para o interior de São Paulo e para própria capital paulista e que, mais tarde, nos anos 40, transformaram-se em moinhos e em frigoríficos como a Ponzoni, Brandalise e Fritz Lorenz em Perdizes (atual Videira); Casimiro Tisian em Bom Retiro dos Campos Novos; Fuganti Fontana & Cia. em Cruzeiro (atual Joaçaba); Freitag, Assmann & Cia. em Piratuba; Ludovico J. Tozzo e Cia. em Chapecó; e Saulle Pagnoncelli em Herval do Oeste. Há casos de proprietários de moinhos ou de frigoríficos, que inicialmente acumularam capital por meio do corte e comércio da madeira, como o Moinho Santa Elisabeth, o moinho Bonato S.A. Indústria e Comércio e o Moinho Moageira S.A., todos em Cruzeiro; o Moinho Seara S.A. em Nova Milano (atual Seara); e a Frey & Kellermann em Butiá Verde (atual Fraiburgo). Portanto, a origem do capital acumulado, que se desdobrou nos atuais frigoríficos, deve ser buscada nas pequenas atividades comerciais e madeireiras e na forte integração comercial com os centros consumidores de São Paulo. Nessa época, as casas comerciais e os abatedouros do oeste catarinense já compravam os suínos de vários pequenos produtores, num verdadeiro processo de subordinação do médio capital comercial sobre os pequenos proprietários. Nesse momento, a diferenciação social dentro da pequena propriedade assume proporções maiores e aumenta a subordinação, agora não mais do homem sobre o homem, mas também do grande capital sobre a pequena propriedade.

Mesmo com a transformação de pequenas propriedades em casas comerciais e depois em frigoríficos, o padrão móvel da acumulação era o mercantil. Era na esfera da circulação que residia a fonte maior da acumulação. A lógica era a do comerciante “comprar barato para vender caro”. Somente com a subordinação das pequenas propriedades ao sistema de integrados, com a industrialização dos derivados de suínos e aves, com a nacionalização completa da economia regional e com a formação de um complexo que une a agricultura à indústria é que o padrão metamorfoseia-se para o industrial.

É possível acompanhar a trajetória da Perdigão e da Sadia e entender a metamorfose do capital e a mudança do padrão de crescimento no oeste. Ambas representam a síntese do todo. Scapin e Tassara (1996) relatam a trajetória da Perdigão: em 1923 a família Brandalise monta um pequeno comércio em Vila Perdizes (atual Videira). Nessa época, já funcionava na Vila um abatedouro de Max Wolff que atendia o consumo local. Em Rio Bonito (atual Tangará) os irmãos Ponzoni montaram uma pequena casa comercial e um abatedouro. Dez anos após, atuando como comerciantes, as famílias Brandalise e Ponzoni juntam seus capitais e formam a firma Ponzoni,

Brandalise & Cia. Enquanto isso, Max Wolff vende seu negócio para Fritz Lorenz, que em seguida vende para Frey & Kellermann. Desse abatedouro, a firma Frey & Kellermann monta um posto de venda de produtos suínos. Em 1939, a firma Frey & Kellermann associa-se à Ponzoni, Brandalise e Cia. e ambas formam a Sociedade de Banha Catarinense Ltda. e a Fábrica de Produtos Suínos & Cia., e, em 1940, é fundada a Perdigão S.A. A Perdigão amplia seu negócio, compra um curtume em 1943 e duas serrarias em 1947 para fazer as embalagens (Scapin, Tassara, 1996).

Em 1935, Attilio Fontana, um pequeno comerciante, associou-se à família Fuganti, fundando a casa comercial Fuganti, Fontana & Cia., que comercializava alfafa na região, em São Paulo e no Paraná. Em 1940, Attilio Fontana saiu da sociedade e assumiu o comando do Frigorífico Concórdia S.A., pertencente a Dogelo Goss, e em seguida montou o Moinho Concórdia. A partir desses dois empreendimentos, em 1944 nasceu a Sadia (Fontana, 1980; Teixeira, 1994). Naquela época, o oeste já estava se consolidando como um centro produtor agropecuário, com uma inserção local e nacional, sobretudo no comércio de suínos.

Nas suas encostas e vales [do município de Concórdia], de terrenos férteis, mas pedregosos e “dobrados”, os colonos vinham obtendo resultados animadores no cultivo de milho, trigo feijão, mandioca, fumo e batata. E o crescimento da criação de suínos – um rebanho de cerca de 100.000 animais em 1940 – confirmava o sucesso crescente dessa atividade, enraizada na cultura dos pioneiros gaúchos e perfeitamente ajustados ao meio físico ao regime minifundiário das colônias catarinenses (Teixeira, 1994, p. 20-21).

A Sadia, a Perdigão, a Seara e a Chapecó nascem voltadas para o mercado nacional, ou melhor, para o mercado paulista.

Os pioneiros da Sadia não ignoravam tal realidade. Com clareza de interesses e objetivos, há muito tinham definido São Paulo como seu principal mercado. Os pés e as mãos estavam firmemente plantados em Concórdia, na região do alto Uruguai, no meio oeste catarinense. Mas os olhos voltavam-se atentamente para a capital paulista, com seu enorme potencial de consumo e forte poder de irradiação para outros mercados (*Ibid.*, p. 33)

Para tanto, em 1948, a Sadia inaugurou um centro de distribuição em São Paulo, na rua Paula Souza, tradicional centro atacadista. Em seguida, expande para Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, chegando ao Rio de Janeiro e Londrina.

Em resumo, os frigoríficos do oeste catarinense até os meados dos anos 40 são resultados da concentração do capital comercial e madeireiro, que rapidamente integram-se à economia nacional, fornecendo suínos e derivados. Dentro do complexo agrocomercial, a região começava a definir sua

função na divisão nacional e territorial do trabalho, como produtora e fornecedora de alimentos derivados de suínos e aves.

4 – O tropeirismo e as atividades pastoris

Durante o século XVIII, visando definir o território na parte meridional da colônia e aproveitar o gado vacum, os muares e os cavalos que andavam soltos pelos campos e coxilhas para abastecer as regiões das Minas, a Coroa Portuguesa investiu na abertura de longos caminhos que partiam do centro da Colônia até a região do Prata. Inicialmente, o “Certão de Coritiba” foi ocupado por bandeirantes apresadores que saíam à caça de índios para escravizá-los. A região já era povoada por comunidades indígenas de botocudo, kaingang, gualacho, guaiana, guanaó e iratin. Parte da população indígena foi apreendida pelos bandeirantes e outra parte ficou trabalhando junto às fazendas de criação e miscegenou-se com a população branca, servindo de base para a formação étnica do caboclo.

O “Certão de Coritiba” ficou por mais de um século sem contato com as populações litorâneas da capitania de *Santa Catharina*. Os obstáculos naturais, a formação Serra Geral, tornavam o acesso quase que intransponível (Ehlke, 1973).

Enquanto o litoral já havia recebido apreciável concurso povoador, o planalto catarinense antigo “*Certão de Coritiba*”, até 1766 – ano da fundação de Lages –, haveria de permanecer oficialmente despovoado, muito embora penetrações já ali viessem sucedendo há mais de um século (p. 33).

Além dos bandeirantes, a região passou a ser desbravada pelos tropeiros, que se destinavam ao extremo sul da colônia de Sacramento à caça de gado vacum. O gado foi trazido por vicentistas e peruanos, que se multiplicaram nos campos platinos, e por mais de um século o gado se reproduziu, atingindo “os campos rio-grandense, e dali passaram aos de Lages, já no começo do século XVIII” (Costa, 1982, p. 1.450).

Havia basicamente dois caminhos que ligavam o Rio Grande até a feira de Sorocaba: um que saía de Vacarias e passava pelos atuais municípios de Lages, Curitibanos e Porto União e outro que saía de Cruz Alta e passava pelo Campo de Palmas (Chapecó e Palmas). Ambos se encontravam em Castro, no Paraná, e seguiam até Sorocaba. Ao longo do caminho, várias vilas foram sendo fundadas, como pontos de pouso para os tropeiros, como Lages, Curitibanos e Mafra. Por meio desse caminho, Lages se integrava aos pampas gaúchos e à feira de Sorocaba. Se as primeiras entradas em direção às terras no sul da colônia tinham o objetivo de aprender índios e definir território, na época do tropeirismo o objetivo era mais econômico, ou seja, o gado criado solto era uma fonte de acumulação.

A vila de Lages tornou-se um "centro" de onde partiam frentes pastoris em direção aos Campos de Palmas (oeste catarinense). "Encontrando campos naturais, o pastoreio desenvolveu-se na região e, em 1840, já possuía um número expressivo de fazenda de criação de gados" (Hübener, Piazza, 1997, p. 84). A base fundiária era a grande propriedade e a força de trabalho utilizada nos serviços domésticos era a escrava, e nas atividades pastoris o caboclo. No período que coincide com o auge da economia aurífera que se estende até os meados do século XIX, a região serrana viveu seus momentos de "prosperidade":

No apogeu do comércio de tropas, as fazendas e estâncias do sul nadavam em prosperidade. Os campos encontravam-se repletos de gado e a fartura alimentar reinava mesmo nos lares mais humildes. Multiplicavam-se as bodegas e as pequenas casas de comércio, nos pontos de paradas ou pousos obrigatórios (Ehlke, 1973, p. 187)

O tropeirismo seguiu até o final do século XIX como a principal atividade econômica do planalto serrano. Com a construção das ferrovias essa atividade foi praticamente extinta na região, restando, no oeste catarinense até os anos 30, alguns tropeiros de suínos. Também se manteve até os anos 60, as atividades tropeiras entre Laguna e o planalto serrano, tendo Tubarão como um entreposto comercial, onde existiam portos fluviais nas margens do Rio Tubarão. Os tropeiros desciam a serra a cavalo trazendo mercadorias como charque, queijo, marmelada e pinhão, até a localidade de Poço Grande, que depois seguia pelo rio até o centro de Tubarão.

O Rio Tubarão, desde o início do povoamento, desde o momento histórico que completou o caminho de Lages a Laguna, foi por mais de um século, o único caminho de saída para o mar, isto é, para o Porto de Laguna; a única forma de comunicação com outros centros consumidores do país. Por esta razão, Tubarão intermediava os produtores rurais e o grande empório atacadista daquela cidade

portuária, a qual, antes da construção da Estrada de Ferro, controlava todo o comércio do interior (Vettoretti, 1992, p. 65).

As mercadorias provenientes de Laguna com destino a Lages, “iam de barco pelo Rio Tubarão até o Poço Grande e depois seguiam com os animais de carga” que subiam a serra por estradas ou “picadas” (p. 41). Segundo Vettoretti (1992), “a abertura do caminho, ligando Lages a Laguna” é a “causa direta da origem de Tubarão” (p.40)¹⁴.

Os Campos de Lages e de Palmas se aproximam daquilo que Rangel (1990) denominou de “complexos rurais”. Lages situava-se no meio do caminho das tropas, sua vida comercial não dependia propriamente do mercado externo, mas sim do mercado paulista e mineiro, onde havia complexos rurais estruturados. Junto às fazendas de criação, giravam pequenas roças de caboclos que plantavam para sua subsistência, não havia grandes plantações, nem mesmo nas terras dos grandes fazendeiros. O trabalho escravo era mais utilizado nos serviços domésticos do que nas atividades pastoris. Esse sistema, ou complexo rural, se expande para os Campos de Palmas junto com as frentes pastoris que iam em busca do gado solto.

O fim do tropeirismo não significou o fim das atividades pastoris na região de Lages, ao contrário, foi justamente do final do século XIX até os anos 20 que a pecuária deu algum salto de qualidade. Segundo Costa (1982), no final do século XIX, a pecuária, em Lages, passou por uma prosperidade, em função do melhoramento genético, por meio da importação de reprodutores da raça Zebu, valorizando ainda mais o gado de corte. Entre 1900 e 1910, chegam as raças Holandesa, Simmenthal e Hereford, aumentando o porte e a qualidade do gado para o abate. Em 1912, foi criado o Posto Zootécnico Federal de Lages com objetivo de “realizar pesquisa sobre a aclimatização de diversas raças de bovinos, eqüinos, ovinos e porcinos, que deveria ser cruzado com o produto crioulo” (p. 1.493). Além de fazer toda a fiscalização e controle de doenças, o Posto exigia a construção de banheiros carrapaticidas, bretes e balanças. Nos anos 20, foi criada a União dos Criadores de Lages e foram realizadas duas feiras pastoris. No final dos anos 30 foi fundada a Associação Rural de Lages e nos anos 50 introduzido nova raças com a Charolesa, Normanda, Schwyz, Flamengo, Jeisey e Limousino-caracu (Arruda, 1960). Mesmo com os avanços nas atividades pastoris, a região serrana não conseguia dinamizar sua economia. Sempre esteve

¹⁴ Segundo Vettoretti (1992, p. 67), “durante a década de 1940, as atividades portuárias regrediram rapidamente. Persistiu, porém naquele local [onde hoje se localiza a Praça Orlando Francalacci], a famosa Banca do Pescado, desaparecendo em torno de 1965.”

mergulhada num atraso econômico, social e político. As atividades pastoris predominaram até os anos 40, quando se iniciam as atividades madeireiras, gerando um novo impulso à região.

Enquanto nas colônias de imigração européia havia uma presença maciça de pequenas atividades comerciais e industriais, no planalto serrano praticamente inexistiam atividades desse gênero. Segundo Costa (1982), até 1859, além das fazendas de criação, havia, em Lages, duas olarias, um curtume e um engenho para beneficiar erva-mate. Em 1905, havia duas fábricas de vinho, três olarias, quatro ferrarias, três cervejarias, sete madeireiras e três marcenarias. Essa realidade continuou na região até meados dos anos 40, quando começa o chamado “ciclo da madeira”. Num artigo publicado em 1944, após uma vasta pesquisa de campo em Lages, Peluso Jr. (1991) constata que nos anos 40, Lages era apenas uma “cidade residencial” dos fazendeiros do planalto (p. 113). Como “cidade de consumo, tudo importa” (p. 124). A função comercial de Lages é local, e o comércio “limita-se a adquirir artigos de outras regiões e vendê-los à população urbana” (p. 125). E enquanto “sede de indústrias, é medíocre” (*Ibid.*). Somente nas décadas seguintes é que surgem as primeiras indústrias de beneficiamento de lã, de leite e o primeiro frigorífico, a partir de iniciativas locais: a Cooperativa de Lãs do Planalto Catarinense Ltda. em 1964, a Lactoplasa Indústria de Laticínios do Planalto Ltda. em 1970 e o Frigoplan (Companhia Planalto Frigoríficos) em 1973.

A pecuária, baseada na grande propriedade e numa relação de mandonismo entre os senhores de fazendas e a pobre população cabocla, foi incapaz de criar em Lages um centro dinâmico irradiador para toda a região de novas relações econômicas. A transformação econômica iria de encontro às relações de produção arcaica. Afinal, criar um novo ambiente sócio-econômico significava romper com o mandonismo. Mesmo com as atividades madeireiras pós-45, não ocorreu a metamorfose do capital mercantil para o industrial, a base ainda era o extrativismo predatório e primitivo. Essa “herança” continua presente na atual estrutura econômica da região serrana, que ainda depende de capital de fora para alavancar novos investimentos.

5 – A origem da mão-de-obra: caboclos, colonos e pescadores

A formação de uma classe operária está condicionada ao desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Só há classe operária se houver relação de assalariamento, ou melhor, produção de mais valia, condição necessária para acumulação capitalista. Sem capitalismo não há proletário. Sem proletário não há capitalismo. Somente com o fim da escravidão é que podemos falar de capitalismo no Brasil. Até 1880, o que tínhamos no Brasil era uma economia mercantil-escravista cafeeira nacional (Cardoso de Mello, 1987). A emergência do trabalho assalariado deu-se com a expansão do complexo cafeeiro e com o fim da escravidão. A vinda dos imigrantes para as plantações de café veio resolver, em boa medida, o problema da oferta de mão-de-obra, pressionando os salários para baixo. Para o Brasil meridional, a imigração atendeu aos apelos para “povoar” e demarcar terras.

O número de escravos na província de Santa Catarina nunca foi muito expressivo. Se tomarmos o período de 1803 a 1850, a população escrava representava cerca de 22,4%; de 1855 a 1873 esta média cai para 14,3%; de 1873 a 1886 a população escrava reduziu em 55,0% (de 14.984 habitantes para 8.240 habitantes) (Piazza, 1999).

Não se pode comparar a escravidão negra no contexto da agricultura de exploração das áreas açucareiras, mineradoras ou cafeeiras, com aquela do contexto das pequenas lavouras de subsistência, ou ainda, referente à escravidão urbana, não só aquela dedicada aos serviços domésticos e, também, aos serviços de utilidade pública ou, aos de marinharia (Piazza, 1999, p. 19).

As vilas que mais concentravam escravos eram as situadas no litoral, onde eram absorvidos nos serviços domésticos e de utilidade pública. O período que se utilizou escravo na pesca foi durante o auge da pesca da baleia. No planalto serrano, os escravos também eram mais utilizados nas tarefas domésticas do que nas atividades pastoris. Dada a sua natureza, sempre foi uma característica, no Brasil, a não utilização intensiva de mão-de-obra escrava na pecuária. O que não quer dizer que o negro não teve uma forte presença na sociedade serrana, ao contrário, Marcon (1999) questiona justamente a invisibilidade e as resistências dos negros em Lages, afirmando que

no final do século XIX os pardos, negros e caboclos “representavam quase a metade dos habitantes do planalto serrano [45,2%]” (p. 20).

Havia, na província de Santa Catarina, a escravidão e não o escravismo. A escravidão entendida enquanto uma relação de trabalho e o escravismo enquanto sistema, um regime de trabalho que era retroalimentado pelo tráfico: “é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário” (Novais, 1995, p. 105).

Para entendermos a origem e a formação da classe operária em Santa Catarina, vamos dividi-la em sete categorias, distribuídas espacialmente em seis regiões: os mineiros no sul, os trabalhadores da indústria da madeira no planalto serrano, os balseiros do Rio Uruguai e os trabalhadores da indústria de alimentos no oeste, os tecelões e as costureiras no Vale do Itajaí, os ervateiros no planalto norte e os metalúrgicos em Joinville.

Inicialmente, o litoral sul catarinense já estava esparçadamente ocupado por açorianos. Paralelo à abertura das primeiras minas e à construção da ferrovia, chegaram as primeiras levas de imigrantes europeus, na sua maioria italianos. Os imigrantes, ao contrário dos açorianos, plantavam para sua subsistência e comercializam o excedente. Eram artesãos, ferreiros, marceneiros, cervejeiros e beneficiavam vários tipos de alimentos. Até 1914, havia uma divisão bem clara: os açorianos eram pescadores e praticavam agricultura de subsistência e os colonos eram agricultores e comerciantes. Com os adventos da Primeira Guerra e a queda na importação de carvão, o Brasil viu-se obrigado a explorar suas reservas para atender a demanda interna. A partir desse momento, começava efetivamente a exploração do carvão em Santa Catarina, nos moldes propriamente capitalista. Surgem as primeiras mineradoras e a produção aumenta de forma vertiginosa. Estavam dadas as condições materiais para a formação de uma classe trabalhadora baseada na mineração: o mineiro. Pescadores e colonos tornaram-se os primeiros mineiros em Santa Catarina. A origem étnica da mão-de-obra, inicialmente, era diferenciada por empresas. Segundo Volpato (1989):

A mão-de-obra recrutada [pela CBCA] em sua grande maioria eram de luso-brasileiros e negros, filhos ou netos de negros de antigos escravos. A população da faixa litorânea catarinense na quase totalidade vivia pobremente dos recursos da terra e do mar, trabalhando para atender as necessidades essenciais de alimentação e agasalho (...). O assalariamento representava um avanço ao permanente Estado de carência em que viviam (p. 151-152).

Novas mineradoras foram surgindo e novos pescadores foram sendo recrutados para frentes de trabalho, como a União Metropolitana, em 1930, e a Carbonífera Criciúma, em 1940 (p. 152). A vinda de pescadores para trabalhar nas minas se estendeu até os anos 50. Segundo Costa (1999):

As pessoas que vieram trabalhar na Carbonífera Próspera, em sua maioria, eram do litoral. No livro de registro de casamentos, dos matrimônios realizados entre moradores da Próspera, encontrei os seguintes dados: das 189 pessoas que contraíram enlace matrimonial de 1945 a 1958, cujos nomes ficam registrados na paróquia São José de Criciúma, 126 pessoas eram da região litorânea próxima, a saber, Jaguaruna, Imaruí, Laguna, Tubarão e Araranguá, etc. (p. 120).

Além dos registros de casamento, podemos observar o quadro abaixo que mostra a procedência da mão-de-obra para as décadas de 30, 40 e 50 nas principais carboníferas da região.

Tabela 6: Municípios de origem dos mineiros das carboníferas sul-catarinenses

Município de origem	Década de 30	Década de 40	Década de 50	Total em %
Tubarão	251	76	26	25,7
Orleans	143	41	12	14,2
Urussanga	115	24	10	10,8
Laguna	93	40	8	10,2
Criciúma	65	54	16	9,8
Jaguaruna	68	32	2	7,4
Araranguá	26	39	10	5,4
Imaruí	41	15	3	4,3
São Joaquim	14	2	2	1,3
Imbituba	16			1,1
Outros	77	35	17	9,3

Fonte: Elaborado a partir de dados pesquisados e não publicados por Carlos Renato Carola (1997) para as décadas de 40 e 50; para a década de 30 elaborado a partir de pesquisas feitas dentro do projeto "Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina" realizada pela Programa de Iniciação Científica da UNESC, 2000. Ambos pesquisados nas fichas funcionais junto às companhias carboníferas.

De acordo com a tabela acima podemos observar é uma forte presença de pessoas provenientes do litoral (Laguna, Imaruí, Imbituba e Jaguaruna), 23,0% do total, e da zona agrícola, que engloba Orleans, Criciúma, Urussanga e parte de Tubarão e Araranguá. Entre 1940 e 1950, a população de Criciúma aumentou 83,2%, passando de 27.753 habitantes para 50.854 habitantes. Entre os maiores municípios catarinenses, este foi o segundo maior crescimento no período, perdendo apenas para Chapecó, que na época fazia parte da fronteira agrícola. Em compensação, a população de Tubarão, para o mesmo período, aumentou 24,8%, vindo a cair nos anos 60 em 6,6%.

Como nos anos 30 não havia iniciado o chamado “ciclo da madeira” no planalto serrano, as minas também atraíam caboclos. Já nos anos 40 e 50, a migração de caboclos para as minas caem acentuadamente. Segundo Costa (2000b), “trabalhavam na mina tanto as pessoas que viviam do litoral e arredores do município quanto os colonos que já moravam no lugar” (p. 67). Antes de chegar o ramal ferroviário em Criciúma, em 1919, muitos colonos que possuíam “uma junta de boi, levavam carvão até o Pontão, município de Jaguaruna” (p. 64). É o colono transformando-se em mineiro.

Segundo a memória dos filhos e netos dos primeiros carregadores de carvão, imigrantes italianos e seus filhos, seus pais, embora sendo donos da terra pouco receberam financeiramente com a exploração do mineral. Muitos deles, mais tarde, tiveram seus filhos fichados na mineradora, trabalhando como mineiros na extração do carvão (p. 65).

Havia uma certa divisão étnica entre o pescador mineiro e o colono mineiro. Mesmo contratando pescadores e colonos, havia companhia que dava preferência aos colonos. Segundo Volpato (1989):

Os grupos de mineiros das Carboníferas Metropolitana e Criciúma, formados principalmente por descendentes italianos, apresentavam características culturais diferenciadas dos primeiros grupos de mineiros. Pertenciam à famílias de colonos que trabalhavam de “sol a sol” no cultivo da terra e na criação de animais e aves domésticas para dali obterem o sustento das numerosas famílias, em que o número de 8 e 12 filhos era comum. A medida que as terras já não podiam ser subdivididas para prover a subsistência das novas famílias que se formava, a saída da agricultura para a mina apresentava a única alternativa viável (p. 155).

A profissão de mineiro servia como um complemento da renda familiar, já que muitos colonos continuaram com sua pequena propriedade, plantando e comercializando o excedente. Com a abertura de inúmeras minas nos anos 40 e 50, os pequenos proprietários viram-se obrigados a vender suas propriedades para as companhias mineradoras que buscavam novas áreas para minerar. As minas de Criciúma repetiram a mesma trajetória das minas inglesas no século XVIII e XIX: trabalho árduo e degradante para homens, mulheres e crianças.

Nas minas, as funções das trabalhadoras estavam formalmente limitadas à tarefa condizente com a suposta “natureza feminina”, embora o cotidiano do trabalho nem sempre fosse cumpridas as formalidades. Nesse tempo [1937-1964], a maioria das minas não era mecanizada, sendo os trabalhos realizados apenas com auxílio de instrumentos rudimentares, tais como pás e picaretas. A principal atividade feminina nas minas era a seleção ou escolha manual do carvão, daí serem conhecidas popularmente como “escolhedeiras” ou “catadoras” de carvão (Carola, 1997, p. 26).

O trabalho feminino nas minas de carvão em Santa Catarina perdurou até o início dos anos 60, quando foi introduzido o sistema mecânico de escolha de carvão. O trabalho infantil também era muito comum: “muitas mulheres, assim como os homens, iniciavam suas vidas de trabalhadoras assalariadas ainda na fase infantil” (p. 43). Era comum a presença de crianças com 10 ou 12 anos de idade sendo contratadas pelas mineradoras: “Acompanhando a mãe, o pai ou irmãos/ãs na condição de pequeno ‘ajudante’, muitas aprendiam as ‘mazelas’ do cotidiano de trabalho antes mesmo da idade considerada mínima de obter o ‘passaporte ‘legal’ para entrar no mundo das minas” (p. 44). Os trabalhos executados pelas crianças eram os de levar almoço para os mineiros, os chamados “almoceiros”, e “encontrar pedras de carvão aproveitáveis que escapavam da escolha” (Costa, 1999, p. 165).

A formação da classe operária no planalto serrano teve na sua base a figura do caboclo. O caboclo, em geral, é resultado da miscigenação do branco com o índio. No planalto serrano ele é resultado da miscigenação dos índios guarani e kaingang com indivíduos brancos e mamelucos, provenientes de São Vicente e São Paulo, na época das entradas. Acrescenta-se a presença dos açorianos do litoral, dos tropeiros gaúchos e dos mineiros, que paravam nos pousos ao longo dos caminhos das tropas, além dos negros trazidos por fazendeiros para executarem tarefas domésticas (Locks, 1998). Os caboclos passaram a viver nas fazendas sob os ditames dos senhores ou ficavam embrenhados na mata junto com índios e forasteiros, em condições precárias, num ambiente hostil. As condições materiais contribuíam para formar um indivíduo mais próximo da natureza e afastado da lógica mecanicista da cidade. O seu ritmo de vida era ditado pelo tempo natural e não pelo tempo racional. Com isso, foi se criando em torno da figura do caboclo um estigma de vadio, violento, atrasado, relaxado, desconfiado, entre outros.

Segundo Martendal (1980), podem ser identificados, basicamente, dois tipos de caboclo: o caboclo-roceiro e o caboclo-peão. O roceiro praticava uma economia de subsistência “cultivando precariamente sua terra” (p.66). O excedente era comercializado com o objetivo de comprar os bens que ele não produzia: “Na maioria das vezes, a unidade monetária era apenas referência para os valores de troca, já que a finalidade de seu comércio não era a obtenção de moeda” (*Ibid.*). Já o peão não era proprietário das terras que morava e sua produção era destinada ao fazendeiro, “apesar de muitas vezes possuir roças e até mesmo seus animais. Em troca de seu trabalho, recebia os produtos necessários à sua subsistência. Era empregado, mas não assalariado. Com facilidade trocava de

patrão, principalmente se não fosse agregado” (p. 66-67). Nas fazendas, o caboclo tornou-se peão de boiadeiro e fazia as pequenas tarefas para o fazendeiro.

No espaço das fazendas, nos Campos de Lages, a hierarquia social era constituída do fazendeiro, dono da terra; o peão, ocupado com a criação de gado; e o agregado, que morava no interior da fazenda, cultivava uma agricultura de subsistência e, eventualmente, podia até lidar com o gado. Associados em torno da mesma atividade, formaram uma unidade sócio-econômica regional que somente perderia gradativamente sua força econômica e visibilidade social com o início do Estado Novo (Locks, 1998, p. 31).

A grande fazenda nos Campos de Lages foi o espaço social e concreto, onde formou-se o *ethos* cultural do caboclo, “*locus* onde se articulou o poder econômico, político e se engendraram as relações sociais” (p. 32). Criou-se na região uma relação distante e de mandonismo e medo. Esta relação distante era aproximada apenas com o sacramento do batismo, que, segundo Serpa (1997, p. 68), “trazia para o caboclo pobre a possibilidade de se tornar compadre de um rico fazendeiro, na relação de compadrio interclasse, em que poderia receber, em troca, proteção e ajuda, pois numa terra uns tinham tudo e a maioria nada, tornar-se compadre ou amigo de um chefe político local, parecia-lhes a oportunidade de granjear respeito entre a vizinhança e assegurar sobrevivência, dando, muitas vezes, em troca, a sua liberdade de escolha.”

Com a derrubada da mata, pelos madeireiros, que a compravam dos fazendeiros, muitos caboclos foram expulsos da terra e tornaram-se mão-de-obra assalariada nas serrarias.

A expropriação dos caboclos roceiros que trabalhavam por conta própria em suas pequenas lavouras e o divórcio entre eles e o seu meio de produção fundamental (a terra) corresponde à sua incorporação a outros tipos de ofício, bem como à transformação de muitos em marginais (Ribeiro de Jesus, 1991, p. 110.)

O estilo de vida do caboclo sofre profundas alterações com a introdução da indústria madeireira em Lages nos anos 40. A indústria madeireira fez de Campos de Lages um dos maiores pólos atrativos de migrantes, vindos tanto do oeste catarinense, onde as reservas madeireiras estavam se esgotando, quanto do Rio Grande do Sul, de onde vinham madeireiros quase falidos. As serrarias foram de fato as primeiras indústrias na região serrana.

As mudanças no modo de extração da madeira tornaram necessária, não apenas transformações nas condições gerais do processo social de produção, mas também, nas condições específicas do processo de formação da população trabalhadora local, formada basicamente por caboclo, ex-peões nas fazendas de gado e ex-roceiro, ocupados nas plantações de subsistência (Ribeiro de Jesus, 1991, p. 106-107)

Estavam dadas as condições materiais para a formação de uma classe operária nos Campos de Lages. A vinda das serrarias significou, para o caboclo, uma possibilidade de tornar-se um trabalhador “livre”, com uma remuneração mensal e fixa, longe da precariedade financeira da fazenda, onde as relações eram poucas monetizadas.

O caboclo-peão que até então só fazia cuidar dos bois do fazendeiro, por soldo irrisório, e o caboclo das pequenas roças sentiam-se agora atraídos por um trabalho que não exigia qualificação e que lhes dava muitas vantagens comparativas: salários fixos mensais e em dinheiro vivo, casa nova para morar e uma “vila operária” e, ainda, oportunidade para criar pequenos animais e cultivar pequenas lavouras (Munarin, 1999, p. 96).

A classe trabalhadora do planalto serrano, em parte, foi formada por caboclos que viviam nas fazendas ou em pequenas roças, sob a égide de uma relação de mandonismo. Os caboclos abandonaram as fazendas, mas não romperam com o senhor da fazenda, que ainda continuou o “seu senhor”, “bom e protetor” (Munarin, 1999).

Com a fundação da Colônia Militar de Chapecó e com a migração gaúcha para o Campo de Palmas, em função da Revolução Federalista, somando-se aos posseiros que já havia na região e que gravitavam em torno das fazendas de criação, formou-se no oeste uma população relativa e esparsa de caboclos posseiros que praticavam economia de subsistência, além de caçarem e pescarem. De acordo com Poli (1995), no final do século, os colonos que chegaram para ocupar a região da Colônia Militar de Chapecó tornaram-se posseiros, que cultivam a terra apenas para a subsistência da família. Com a chegada da ferrovia, das companhias colonizadoras, dos colonos gaúchos e das madeireiras, a situação social e material dos caboclos posseiros mudou radicalmente: de caboclos posseiros passaram para caboclos assalariados e sem terra. Os caboclos que não conseguiam se manter como pequenos proprietários, com a chegada das companhias colonizadoras e das madeireiras, tornaram-se mãos-de-obra assalariadas.

Muitos deles [caboclos] foram se interiorizando, à procura de uma terra que ainda não tivesse sob controle de algum madeireiro ou colonizador, que pudesse ocupar sem que ninguém o perturbasse. Na realidade, o colono da Colônia Militar, apareceu na região, para a formação de uma população de despossuídos que gravitavam ao redor das grandes empresas exploradoras de madeira ou colonizadoras (Poli, 1995, p. 87)

A colonização capitalista no oeste, organizada pelas companhias colonizadoras a partir do início do século, tinha o objetivo econômico de explorar dois recursos: a terra e a madeira, fonte de

acumulação rápida e disponível. A araucária começou a ser explorada na faixa que fica no centro da região oeste e próxima à divisa com o Rio Grande do Sul. Como o maior mercado consumidor era a Argentina, a única via de transporte disponível na época era a fluvial, por meio do Rio Uruguai.

Devido à inexistência de opções de transporte para o escoamento de sua produção madeireira, os produtores regionais incrementaram o aproveitamento de via aquática do Rio Uruguai, utilizando a balsa, como meio de transporte. Esse tipo de transporte não se constituía numa alternativa no período intensivo da colonização que se desenvolveu no oeste de Santa Catarina, pois era o único existente (p. 201)

Madeira e rio – estavam dadas as condições para o surgimento dos balseiros. Também havia, na extração da madeira no oeste, uma hierarquia de dominação que ligava o madeireiro ao balseiro. Segundo Bellani (1991):

Da extração da madeira nas matas até a entrega do produto, há que se distinguir diferentes categorias de pessoal: o empresário-madeireiro ou o serrador, e no outro lado aparecem aqueles que realizam o corte, serravam a madeira no mato ou nas serrarias, os artesãos que construíam as balsas, e, principalmente o “piloto-balseiro” que as conduzia, navegando pelo rio (p. 202).

Juntos aos balseiros, também trabalhavam os peões, que ajudavam nas tarefas de manejo e manutenção da balsa. Os balseiros foram “responsáveis pelo aparecimento de uma classe trabalhadora na região” (p. 203). Tanto balseiro como peões têm a mesma formação étnica, ambos são de origem cabocla, ou melhor, são eles o próprio caboclo. Para transportar a madeira pelo Rio Uruguai até a Argentina, num percurso aproximado de 500km, era necessário esperar a época das cheias que davam a vazão necessária para o escoamento das toras. Sem serviço de meteorologia, a previsão de chuva e de possíveis cheias ficava a cargo dos balseiros, que se baseavam na sua relação com o meio ambiente. Conhecer o rio era condição necessária para a sobrevivência, por isso o balseiro tinha uma relação de respeito ao rio, não ousava enfrentá-lo em situações de dúvida ou inoportunas. O ritmo de seu trabalho era ditado pela dinâmica das cheias, “se a enchente fosse mais branda, tinham de ganhar tempo, pois baixando as águas do rio, aumentavam os riscos do manejo” (p. 219).

No período das cheias a população, nas margens dos rios próximos aos portos de embarque, aumentava e se colocava à disposição para trabalhar junto às madeireiras ou para ajudar os balseiros. Essa população era formada por pequenos agricultores e caboclos que buscavam um emprego para o

sustento familiar. A relação de trabalho era nos moldes capitalistas, os balseiros e peões eram pagos após o retorno da Argentina.

Quanto à modalidade da remuneração dos balseiros, pode-se afirmar que os empresários-madeireiros davam preferência ao pagamento por dúzia de madeira trabalhada ou transportada, como uma forma de responsabilizar mais os encarregados da entrega da madeira. Outros preferiam pagar por viagem realizada. De uma forma ou de outra tudo dependia dos contratos havidos anteriormente entre as partes (p. 245-246).

Não havia um contrato de trabalho assinado entre balseiro e madeireiro, mesmo depois de criada a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Como consequência, também não havia nenhum tipo de proteção social aos balseiros, aos peões, aos artesãos que construíam as balsas e aos cortadores de madeira. A criação de um sindicato dos balseiros foi apenas cogitado, porém ficou apenas na intenção. O balseiro geralmente trabalhava para o mesmo madeireiro e buscava manter o mesmo sistema de prestação de serviço. Já o peão não tinha uma empresa fixa e nem paradeiro, procurava morar junto aos portos de embarque (p. 244).

Com o esgotamento das reservas florestais e sem o devido replantio, a figura do balseiro foi extinta e uma leva considerável de homens e mulheres foi jogada nas cidades, criando um farto exército de reserva. Em razão da desqualificação profissional para os serviços urbanos, muitos ex-balseiros tomaram-se trabalhadores da construção civil ou foram relegados ao subemprego. Outros ficaram morando junto ao rio, praticando a pesca e a agricultura de subsistência, penando em condições degradantes.

No oeste barriga-verde, ao longo da divisa com o Paraná e na região do Contestado, a erva-mate produziu duas categorias sociais de trabalhadores distintas. Ambas eram exploradas, mas as condições sociais e a formação étnica os diferenciavam: os colonos de origem européia e os brasileiros, ou melhor, os caboclos (Renk, 1997).

A pequena lavoura cabocla, que produzia alimentos para a subsistência e criava animais domésticos, era tolerada pelos fazendeiros, até porque, parte da produção era destinada ao consumo das fazendas (*Ibid.*). Com a chegada das companhias colonizadoras, ocorrendo uma ruptura no modo de vida das famílias caboclas, os colonos passaram a ocupar as terras que até então pertenciam aos caboclos. Para as companhias e para os colonos, a população nativa era considerada “intrusa” e violenta e deveria ser feita uma “limpeza do terreno”, com o intuito de expulsá-la, já que eram incompatíveis os dois modos de vida. “De modo geral, os italianos entenderam como legítima a ação

da companhia na retirada dos intrusos nela estabelecidos” (p. 109). Os caboclos são marginalizados e “reduzidos à condição de minoria” (p. 138).

Como a erva-mate era, no momento, a atividade econômica mais rentável e havia um mercado consumidor garantido, rapidamente os colonos passaram a comandar o processo de beneficiamento do vegetal. Os italianos introduziram um sistema mais moderno de beneficiamento da erva, o barbaquás, que era desconhecido pelos caboclos. Segundo Renk, aos colonos migrantes coube a colônia, a lavoura, o comércio e a indústria. Os italianos passaram a ocupar uma posição dominante no espaço social. Com a exclusão social promovida pela colonização, os caboclos, que eram profundos conhecedores da mata, tornaram-se mão-de-obra barata e de fácil exploração para as firmas dos gringos (italianos). “Os donos de firmas são italianos; os produtores colonos ou fazendeiros e os extratores, invariavelmente, os caboclos (...) O corte da erva é ‘só com ele’. ‘Eles só fazem isso e só sabem fazer isso’, afirmam os italianos” (p. 173). Os caboclos, ou brasileiros para os colonos, transformaram-se no tarefeiro, no ervateiro e no peão. O trabalho mais difícil, arriscado e degradante ficou com os caboclos, já a organização da produção, com os colonos.

Via de regra, [o caboclo] vai só ao erval, ou acompanhado de empregados se os possui [a empresa]. A mulher permanece guardando as terras cultivadas. Ao redor dos grandes ervais, comumente, se estabelece uma rede de ranchos ou tendas, onde os ervateiros passam os meses indispensáveis à colheita das folhas [junho a outubro], pecíolos e pendúculos e ao processamento das operações de secagem e cancheamento da *illex* (Oliveira, 1985, p. 37).

Segundo Renk (1997), “no encadeamento de mando é o peão, cujo patrão é o capataz, que, por sua vez, tem outro patrão, o dono da firma” (p.182). O caboclo que não se metamorfoseou em operário da erva foi expulso da terra e ajudou a formar um exército de reserva nas cidades, disponível para a indústria madeireira, construção civil e outros subempregos.

Na região de São Bento do Sul, também produtora de erva-mate, o colono dedicou-se mais às atividades de artesão-marceneiro, carpinteiro, cervejeiro, serralheiro e funileiro. “Isto é, uma grande riqueza artesanal que teve notável contribuição na formação de mão-de-obra para a indústria moveleira, juntamente com a mão-de-obra excedente da agricultura” (Kaesemodel, 1990, p. 52-53). Dentro do “complexo ervateiro”, o colono imigrante dedicou-se mais à fabricação de barrica, carroças, prensa e fazia o transporte, beneficiava e administrava a produção.

Durante a construção do trecho catarinense da ferrovia São Paulo-Rio Grande de 1908 a 1910, a *Brazil Railway Company* trouxe, para o oeste do Estado aproximadamente 8.000

trabalhadores provenientes de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná e Pernambuco (Thomé, 1983). Eram trabalhadores desqualificados que não se conheciam, tinham diferentes crenças, origens e etnias. Como o ritmo de construção era muito rápido, a *Company* tratava de contratar novos operários, independentemente da posição social. Quando terminou a obra, segundo Thomé (1983):

Parte deles regressou aos pontos de origem, parte foi chamada pela Companhia para o prosseguimento dos serviços em outras linhas, enquanto que muitos optaram por ficar na região, instalando-se nas proximidades dos trilhos, onde construíram seus ranchos em meio a mata virgem (p. 155).

Quando a Companhia iniciou o processo de colonização às margens da ferrovia, tratou de expulsar seus ex-trabalhadores, que já haviam construído ali pequenos ranchos. Muitos se juntaram aos caboclos, sem terra e sem proteção, e formaram uma irmandade cabocla que enfrentou os latifundiários e a *Lumber* durante a Guerra do Contestado (Auras, 1995). Os combatentes da Guerra do Contestado que sobreviveram juntaram-se aos caboclos da madeira no planalto serrano e oeste, aos ervateiros no planalto norte e aos balseiros no Rio Uruguai.

Para entender a formação de um exército de reserva para a indústria alimentar, têxtil e metal-mecânica, faz-se necessário entender o processo de diferenciação social que vai se constituindo dentro da pequena produção. O pequeno proprietário não produz apenas para sua subsistência, mas sim também excedente com o intuito de comercializar. O mesmo acontece com os artesãos que entram na esfera mercantil, comercializando o resultado do seu trabalho. Muitos pequenos produtores, com o passar dos anos, arruinam-se, e outros oscilam em épocas de crise, porém inicialmente garantem uma base fundiária pulverizada. Num universo de vários pequenos produtores, há aqueles que se proletarizam, os que acumulam e os que permanecem como médios proprietários, oscilando sempre em época de crise. Os pequenos produtores que se arruinam perdem seus meios de produção, tornam-se operários assalariados, convertendo-se em mercadoria nas mãos dos novos capitalistas. Também existem aqueles que acumulam e serão os “prósperos capitalistas”, que surgem em detrimento dos produtores médios, adquirindo as propriedades falidas dos arruinados, tornando-os proletários. Os arruinados começam a formar um exército de reserva disponível para a indústria emergente, dando ao capitalista o essencial para ampliar seu capital, o capital variável (Lênin, 1985).

Com a formação dos frigoríficos nos anos 40 e 50 e a subordinação do grande capital ao pequeno agricultor que criava suínos, altera-se profundamente as relações sociais no oeste barriga-

verde. Inúmeros pequenos proprietários perdem suas propriedades e aumenta a diferenciação social dentro de um regime de propriedade parcelada. Surge a figura do proprietário abastado, dono dos frigoríficos, e os expropriados começam a formar um exército de reserva. Segundo Espíndola (1999):

Esses ex-pequenos produtores mercantis deslocaram-se para as cidades e passaram a integrar uma nova classe social, que se caracterizava por dispor somente de sua força de trabalho. Isso sugere, portanto, que essa nova classe social constituiu, desde a década de 40, a mão-de-obra necessária às atividades agroindustriais no oeste catarinense (p. 132).

Os colonos novos que chegavam nos anos 40 e 50 já eram classificados e incorporados pelas casas comerciais. De acordo com a habilidade dos recém-chegados, eles eram alocados em funções condizentes com a sua capacidade física ou com seus conhecimentos. Era assim que a Sadia recrutava os operários nos anos 40. Em 1945, a Sadia empregava 145 funcionários, passando para 210 em 1950 e 665 em 1960. Nessa mesma época, a Perdigão empregavam 500 funcionários. Havia também a Pagnoncelli, Chapecó e Seara, que geravam aproximadamente 550 funcionários. Ao todo, no final dos anos 50, os cinco frigoríficos empregavam aproximadamente 1.680 funcionários, a grande maioria proveniente da colônia. Os colonos tomaram-se mão-de-obra para os frigoríficos ou passaram a criar suínos¹⁵.

Escrevendo em 1991, sobre o mercado de trabalho no oeste e a relação com o complexo agroindustrial, Renk fazia a seguinte afirmação:

No oeste catarinense os ex-colonos jovens encontram relativamente facilidade de colocação no mercado de trabalho, principalmente nas agroindústrias locais, para atividades braçais. Há preferência pelos trabalhadores vindos diretos da área rural, sem passagem por outra experiência profissional. Um dos fatores que concorrem para isso é a representação de trabalhador obediente dado a subordinação já inculcada de condição de colono e a subordinação à autoridade paterna que, de certa forma, não mecanicamente reproduzirá na empresa, em relação à chefia (p. 10)

As empresas preferem os ex-colonos porque, além da facilidade da subordinação, são mão-de-obra mais dócil, “sem vícios” e sem “malandrags”, ao contrário dos trabalhadores urbanos, que estão acostumados a “matar tempo” e “faltar no serviço” (Renk, 1991).

¹⁵ Além de a indústria alimentar ser representativa no oeste barriga-verde, até os anos 50 a extração da madeira também ocupava posição de destaque. Neste momento, estamos apenas analisando a indústria alimentar e a transformação do colono em mão-de-obra para os frigoríficos.

O mesmo processo de diferenciação social, ocorrido no oeste barriga-verde, também aconteceu no Vale do Itajaí, onde pequenos produtores arruinados tornaram-se mão-de-obra qualificada para a nascente indústria têxtil pertencente aos proprietários abastados. A indústria têxtil em Blumenau começou em 1880, com uma abrangência regional chegando até Florianópolis. Com a Primeira Guerra, os têxteis catarinenses chegam ao mercado paulista e carioca e ampliam sua participação nas décadas seguintes. O aumento da produção exigia um número crescente de mão-de-obra qualificada e não qualificada.

Segundo Mamigonian (1966), a mão-de-obra especializada era proveniente de imigrantes alemães, já a não qualificada, “dos excedentes da população agrícola, sobretudo dos arredores, como consequência normal das condições de propriedade e de exploração” (p. 84). A agricultura liberava mão-de-obra devido ao sistema de rodízio e ao empobrecimento do solo em certas localidades. Com o aumento da produção têxtil nos anos 30 e 40, aumentou a demanda por mão-de-obra, e foram sendo recrutados para as fábricas têxteis colonos de toda a região e de várias etnias, inclusive pescadores. De acordo com Mamigonian (1966):

As operárias e os operários eram, no início, quase que exclusivamente de Blumenau e dos arredores, porém as necessidades de mão-de-obra durante e após a Segunda Guerra permitiram a chegada de inúmeras famílias das regiões litorâneas luso-brasileiras. Assim, aos nomes alemães predominantes, Engelhardt, Schweigert, Grossebacker, Pofahl, também eslavos, Lubawski, Nowasky e italianos Viviani, Voltolini, juntaram-se os nomes de origem portuguesa, como Souza, Gonçalves, Soares (p. 85).

Pouco importava a origem étnica, bastava estar disponível para a o trabalho que seria contratado pelas indústrias que estavam em franca expansão. É bom lembrar que, quando o capital demanda mais trabalho para a sua valorização, independe do sexo, idade, origem e opção sexual, basta contribuir para a valorização máxima do capital.

Analisando o “desenvolvimento econômico em Brusque e o início da industrialização”, Seyferth (1973) divide sua análise em duas fases: a primeira vai de 1892 a 1930 e a segunda pós-30. Na primeira fase, as atividades agrícolas têm uma predominância sobre a industrial e como consequência o número de agricultores é bem maior em relação ao de operários, mesmo assim já se fazem presentes nas fábricas os operários-colonos. Na maioria são colonos pobres que dedicam pouco tempo à lavoura, porém não se proletarizaram totalmente. Eles empobreceram por causa da má qualidade do solo e das proibições legais para evitar a partilha excessiva dos lotes, tornando a fábrica na única alternativa de renda garantida. É o início da diferenciação social dentro da pequena

propriedade. Nesse período, o colono ainda “não se proletariza totalmente e nem se transfere para perto da fábrica; ele apenas trabalha na fábrica” (p. 140). Mesmo trabalhando na fábrica, ele dedica algumas horas para o cultivo da terra.

Na segunda fase, com o aumento veloz da produção e da demanda por mão-de-obra, “ocorre a saída de muitos colonos da zona rural para os subúrbios mais próximos à cidade [Brusque]” (p.146). As famílias que tinham mais membros dedicados à atividade fabril foram as que, em geral, “abandonaram totalmente a atividade agrícola” (*Ibid.*). A exemplo de Blumenau, nessa fase de crescimento da indústria têxtil em Brusque são contratados indivíduos de toda a região, inclusive luso-brasileiros.

Recrutar mulheres agricultoras da “roça” para trabalharem na indústria de confecção do vestuário continua sendo uma constante em Santa Catarina. Nos anos 70 e 80, a Hering, a Teka, a Marisol e a Malwee montaram unidades de confecção nos municípios do interior do Vale do Itajaí, para aproveitar a mão-de-obra feminina liberada pela agricultura empobrecida. Moser (1985), relata o caso da instalação de uma unidade da Hering no pequeno município de Rodeio em 1978. O empobrecimento da pequena produção agrícola liberou um exército de reserva feminino, apto para o trabalho na indústria do vestuário, uma vez que os homens buscavam emprego em outros municípios e as mulheres ficavam sem opção. As autoridades locais viam nas novas indústrias que se instalavam a “única solução para o problema da geração de renda” (p. 119). Na verdade, a Hering foi buscar “novas” formas de valorizar seu capital, explorando com mais facilidade as mulheres agricultoras que se colocavam à disposição da empresa.

O mesmo ocorreu no sul do Estado nos anos 90, na indústria de facção do vestuário, quando alguns faccionistas saíram da região de Criciúma na busca de mão-de-obra mais dócil e barata. Para enfrentar a concorrência dos faccionistas de Cianorte (PR) e do sul de Minas Gerais, que atendiam etiquetas paulistas, alguns faccionistas de Criciúma e Içara deslocaram-se para as cidades do interior colonial de Tubarão – Pedras Grandes, Armazém, Rio Fortuna e Grão-Pará. Como nessa região não havia uma forte atuação do sindicato e o piso era de um salário mínimo, os faccionistas catarinenses poderiam competir com os paranaenses e mineiros, que também pagavam o mesmo piso. Na região de Criciúma, devido ao empenho dos sindicatos dos trabalhadores, o piso era de dois salários mínimos (Goulart Filho, 1995). Nesses pequenos municípios do interior colonial de Tubarão, a mão-de-obra feminina também foi liberada pela pequena agricultura decadente. Segundo as novas

operárias, o trabalho na fábrica era mais atrativo do que na “roça”, porque havia renda mensal garantida, ou seja, um salário mínimo (*Ibid.*).

Em Joinville, para a indústria metal-mecânica e têxtil, a mão-de-obra foi de origem agrícola, seja dos arredores ou do Paraná. Segundo Rocha (1997):

No período da colonização, a mão-de-obra consistia nos imigrantes que chegavam com poucos recursos para comprar terras e abrir alguns negócios e, assim, empregavam-se nas obras de infraestrutura e nos empreendimentos (serrarias, fazendas e engenhos de mate) que iam surgindo (p. 77).

Colonos arruinados tomam-se serralheiros, mecânicos e soldadores. Com a expansão da indústria joinvillense, começam a chegar à cidade indivíduos de todo o litoral catarinense, do Vale do Itajaí e de outros Estados, principalmente do Paraná. O salto populacional de Joinville ocorreu nos anos 60, quando a população aumentou em 80,9%. Foi quando se expandiu aceleradamente a indústria metal-mecânica, demandando mais mão-de-obra.

Em Jaraguá, antes da rápida expansão da indústria alimentícia, eletro-metal-mecânica e têxtil-vestuário ocorrida pós-70, a mão-de-obra recrutada para trabalhar na indústria local eram os colonos da região do Vale do Itapocú. Com o rápido crescimento da WEG, da Kohlbach, da Marisol, da Malwee e da Duas Rodas, a cidade transformou-se num centro atrativo de mão-de-obra, vindo migrantes principalmente do Paraná. Segundo Schörner (2000), com a expansão da indústria de Jaraguá nos anos 70, começou a faltar mão-de-obra, “o que levou as empresas a fazerem propaganda em várias cidades do Paraná, como meio de atrair mão-de-obra para a cidade” (p. 87). Com a migração, criou-se na cidade uma divisão entre os “de fora”, como eram chamados os paranaenses, e os colonos-operários, “os daqui”. Esta divisão, ao mesmo tempo que reforçava o preconceito, criou um estigma que os trabalhadores paranaenses eram mesmo desqualificados que os trabalhadores de origem local (Schörner, 2000).

O que se observa na formação da classe operária em Santa Catarina é uma trajetória de exclusão, preconceito, exploração e de submissão. O mineiro do sul, por um longo período, foi exaltado como um homem valente e destemido, um “herói”, esquecendo o papel das mulheres que trabalharam na escolha do carvão por mais de quatro décadas. Foi criada uma falsa ilusão para justificar as condições subumanas a que homens e mulheres estavam relegados (Carola, 1997). O trabalho degradante para muitos representou o enriquecimento para poucos. Formou-se no sul do Estado uma casta de homens ricos, conhecida como os “Barões do Carvão”, os reais responsáveis

pela degradação ambiental do sul catarinense. Paisagens lunares, chuvas ácidas, 2/3 dos recursos hídricos comprometidos, pneumoconiose e faunas extintas é o resultado da busca desenfreada pela valorização máxima do capital dos “Barões do Carvão”.

No planalto serrano e no oeste, foram os pobres caboclos que se tornaram presas fáceis para os capitalistas da madeira. Os madeireiros enriqueceram em cima de uma dádiva divina e não distribuíram os frutos da riqueza. Na sua ânsia de valorizar ao máximo o seu capital, do ponto de vista sócio-ambiental, destruíram todo o planalto serrano, levando à extinção de aves raras e de matas nativas. O mesmo aconteceu com os caboclos da erva-mate, com os balseiros do Rio Uruguai e com os peões. A eles ficou reservado o trabalho mais degradante e arriscado. Muitos que perderam suas propriedades se juntaram aos sem terra e ainda continuam na busca de uma posição social mais justa.

Os trabalhadores da indústria têxtil e mecânica agüentaram, e ainda agüentam, longas jornadas de trabalho, repressão sindical e baixa remuneração. O ritmo acelerado e enlouquecedor da indústria têxtil, as doenças causadas pela postura das mulheres em frente à máquina de costura e o constante risco de queimadura a que ficam expostos os trabalhadores de uma fundição, são alguns exemplos de que a exploração de um trabalhador numa fábrica não difere em muito daquele que está embaixo da mina ou embrenhado na mata. Sem contar o trabalho infantil das meninas tecendo malha e escolhendo carvão e dos meninos colhendo erva e cortando madeira.

Os benefícios ficaram para poucos, que até hoje deles desfrutam. Esta não é apenas a história do trabalhador e da trabalhadora catarinense. Esta é na verdade um pouco da história do trabalhador e da trabalhadora brasileira: explorados, reprimidos e mal remunerados.

6 – Positivistas, liberais e coronéis no Palácio Rosado

Durante a Primeira República (1889-1930), a política catarinense foi controlada por duas grandes forças políticas, a primeira ligada a Lauro Müller, que seguia uma linha mais austera, e a segunda ligada a Hercílio Luz, que tinha uma postura mais liberal. Após a Proclamação da República, Lauro Müller foi indicado, por Benjamin Constant, para ser o primeiro governador de

Santa Catarina, que na época tinha apenas 25 anos. Foi na Escola Militar que Müller tornou-se um positivista e um republicano convicto, ideais repassados por Constant, de quem era um dos pupilos. Até sua morte, em 1926, Lauro Müller assumiu o governo catarinense por quatro vezes, mas ao todo não ficou mais do que seis meses, pois sempre deixava o cargo para assumir funções na capital federal, onde foi ministro em três governos. Mesmo não estando ligado diretamente ao governo local, sua influência nas tomadas de decisões era decisiva, pois era Chefe Supremo do Partido Republicano Catarinense (PRC). O qual ajudou a fundar, juntamente com Hercílio Luz (Konder, 1982). Hercílio Luz tinha curso de Humanidades, feito no Rio de Janeiro, e de engenharia das artes e da manufatura, cursado na Bélgica. Foi governador por três vezes, dedicando-se integralmente ao cargo (Pauli, 1976).

A primeira cisão que ocorreu na política barriga-verde foi durante a Revolução Federalista em 1893¹⁶, quando o interventor catarinense, Manuel Joaquim Machado, após romper com o governo golpista de Floriano Peixoto, aliou-se aos federalistas do Rio Grande do Sul, ligados a Silveira Martins, e aos revoltosos do Rio de Janeiro (Revolta da Armada), ligados ao almirante Custódio de Melo. Para combater os federalistas, formou-se a tropa dos legalistas comandada por Hercílio Luz e Lauro Müller, que apoiavam Floriano. Luz aliou-se aos legalistas, mas não concordava com as atitudes autoritárias de Floriano, queria a volta à normalidade. O seu engajamento deu-se mais pelos ideais republicanos, ao contrário de Müller, que era aliado de Floriano (Meirinho, 1982; Pereira, 1976).

Com a vitória dos legalistas, Hercílio Luz assume o governo do Estado, com o apoio de Lauro Müller. Em 1902, no governo Campos Sales, foi feita a fusão entre federalistas e republicanos e inaugurada a Política dos Governadores. A segunda cisão na política catarinense ocorreu durante a campanha do Civilismo, comandada por Rui Barbosa, em 1909, que combatia o Militarismo de Hermes da Fonseca. Hercílio Luz, Victor Konder e Adolpho Konder ficaram com Rui; e Lauro Müller, Felipe Schmidt e Gustavo Richard ficaram com Hermes: estava declarado o antagonismo entre estes dois grupos políticos. Segundo Pauli (1976), Luz seguia uma “linha aberta” e Müller uma “linha dura”.

¹⁶ Essa primeira cisão foi a mais branda e as arestas foram aparadas nas eleições de 1894, quando Hercílio foi apoiado por Müller.

Quadro 3 :Divisões dentro do Partido Republicano Catarinense durante a Primeira República

Positivistas conservadores	Liberais	Coronéis
Lauro Müller 1889	Hercílio Luz 1894-1898	Família Ramos
1890	1918-1922	Vidal Ramos 1902-1906
1891	1922-1924	1910-1914
1902	Adolpho Konder 1926-1930	Nereu Ramos
Felipe Schmidt 1898-1902	Fulvio Aducci 1930	Aristiliano Ramos
1914-1918		
Gustavo Richard 1906-1910		Família Costa
		Otacílio Costa
		Caetano Costa

Fonte: Elaborada pelo autor.

Podemos dividir a Primeira República em Santa Catarina em dois períodos: o primeiro vai de 1898 a 1918, quando predominou a influência de Lauro Müller sobre os governadores Felipe Schmidt, Vidal Ramos (por duas vezes) e Gustavo Richard. Schmidt também era formado pelo Colégio Militar e também tinha uma postura mais austera; Richard era formado pela *L'École Supérieure du Commerce* de Paris, e também tinha uma sólida formação humanista, literária e científica¹⁷; Ramos era o único que não tinha uma formação acadêmica e será no seu mandato que os Ramos vão despontar como uma oligarquia forte e constituída. Nesse período, foi assinado o Acordo de Limites, massacrados os caboclos na Guerra do Contestado, iniciada a colonização no oeste, construídas as ferrovias no oeste, no Vale e o ramal norte, construídas estradas carroçáveis ligando à capital a várias cidades do interior e construídos os sistemas de esgoto, água e iluminação elétrica na capital. A vinda da *Lumber* para Santa Catarina foi articulada por Lauro Müller, que era amigo de Percival Farquhar e Alexandre Mackenzie, que também trouxeram para o Brasil a *Ligth and Power*¹⁸ (Corrêa, 1984; Konder, 1982; Lenzi, 1983; Cunha, 1995).

¹⁷ Gustavo Richard era crítico do liberalismo econômico, defendia uma intervenções “enérgicas, promptas e reparadoras” do Estado. Também era um defensor do protecionismo. Segundo Richard, “O nosso Estado encerra em si poderosos elementos de vida, é preciso sem demora envidar todos os nossos esforços para colloca-lo em situação prospera, desenvolvendo a sua produção de modo que esta possa concorrer com os produtos de outras procedencias nos centros consumidores” (*Mensagem*, 1906, p. 4).

¹⁸ Segundo Konder (1982, p. 44), “em 1913, Farquhar, como maior americano no Brasil, convidou o já Ministro do Exterior, Lauro Müller, ao grande almoço no Jockey Club do Rio de Janeiro oferecido por Farquhar ao ex-presidente

A influência do positivismo em Santa Catarina não foi tão forte como no Rio Grande do Sul, com a presença de Júlio de Castilho, Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Os positivistas catarinenses formados no Colégio Militar eram mais conservadores e não eram industrialistas. Lauro Müller era o mais convicto, porém, a sua ausência constante nas tomadas de decisões cotidianas na política local, enfraquecia o projeto da “ordem e progresso”. Além do mais, seu envolvimento com a política “café com leite” fez abandonar seus ideais de formação.

O segundo período vai de 1918 a 1930, quando predominou o grupo ligado a Hercílio Luz¹⁹, que tinha uma postura mais liberal. Nessa fase, Luz foi governador de 1918 até 1924, quando não conclui o mandato em virtude do seu falecimento. Os que sucederam foram Antonio Pereira Oliveira, Adolpho Konder e Fulvio Aducci²⁰. Konder era formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, do Largo São Francisco, e já era ligado a Hercílio Luz desde o movimento Civilista. Os Konder eram de Itajaí e tinham uma forte ligação com os Curt, Deeke e Hering de Blumenau, onde Hercílio foi engenheiro-chefe da Comissão de Terra (Pauli, 1976; Corrêa, 1984).

Dentro do movimento nacional sanitarista dos anos 10 e 20 e com apoio da Fundação Rockefeller, Hercílio Luz fez de Florianópolis um canteiro de obras, construiu canais de saneamento e abastecimento d'água, ajardinou a cidade, proibiu a mendicância e criou a Diretoria de Higiene (Araújo, 1999); abriu várias estradas carroçáveis no interior, principalmente no norte, a ligação entre Desterro e Lages e a entre Tubarão e Braço do Norte; ampliou as ligações telegráficas passando por todo litoral chegando até o norte e planalto serrano; estendeu a ferrovia Tereza Cristina até Cresciúma, Urussanga e Araranguá; e promoveu a colonização no oeste. No seu primeiro governo (1894-1898) fez a concessão de terras para a Companhia Colonizadora Hanseática no Vale do Itajaí e a Companhia Metropolitana no sul do Estado. Uma das obras que mais marcou seu governo, e que virou cartão postal de Florianópolis, foi a ponte pênsil Hercílio Luz ligando a capital ao continente, inaugurada após a sua morte. Em 1918, Luz fez uma reforma tributária que mexeu na espinha dorsal do orçamento do Estado, quando foi criado o imposto sobre a terra, já que sua postura liberal impedia de aumentar os impostos sobre a renda. Naquele momento, a terra era um ativo que estava em crescente valorização, devido aos projetos de colonização no oeste. Além do imposto territorial,

Theodoro Roosevelt, chegado ao Brasil a convite de Lauro Müller para caçar e explorar, na Amazônia, com o famoso amigo dos índios, o general Rondon. A sugestão de Müller, foi batizado o Rio das Selvas, com o nome de Theodoro Roosevelt”.

¹⁹ Apesar de ter falecido em 1924, durante o seu terceiro mandato, os governadores que o sucederam faziam parte do seu grupo político.

²⁰ O governador Fulvio Aducci, eleito em 1929, foi deposto pela Revolução de 1930.

aboluiu em 50,0% o imposto sobre exportação e isentou do imposto de capital todas as benfeitorias rurais (Pauli, 1976). Luz também concedeu benefícios para a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, que pertencia a José Rupp e Francisco de Souza Mello Filho, da qual também participavam como sócios os deputados do PRC Henrique Rupp Júnior e Aberlado Luz (filho do governador Hercílio Luz). Em 1921, a Empresa Oeste Catarinense entrou em conflito com a *Brazil Development* por conta das terras desapropriadas para a construção da ferrovia. Ambas contavam com fortes aliados políticos: a Oeste tinha Hercílio Luz no governo do Estado, além do deputado Henrique Rupp Júnior, e a *Brazil*, contava com o apoio de Lauro Müller, em âmbito federal, e do advogado Nereu Ramos. Ramos obteve junto ao governo federal “um mandato de posse em favor da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, depois que a Oeste Catarinense já tinha iniciado suas atividades na região” (Werlang, 1992, p. 35). Anos mais tarde, esse ganho de causa a favor da *Brazil* iria repercutir na ruptura entre Ramos e Rupp.

Durante o governo de Adolpho Konder, a colonização na região oeste estava em franca expansão e para atrair mais colonos foram abertas mais estradas carroçáveis; no litoral foram feitas melhorias nos portos de Itajaí, São Francisco e Florianópolis. Os Konder eram ligados aos industriais blumenauenses e aos comerciantes do litoral que tinham uma formação liberal. A origem do liberalismo e do individualismo dos industriais de Blumenau deve ser entendida a partir da formação religiosa protestante, dos imigrantes alemães, que vêem a riqueza como um dom divino, consideram os ricos como os eleitos de Deus, acreditam na ética do trabalho e defendem que “cada um deve ganhar o pão com o suor de seu rosto”.

Em 1921, aconteceu uma terceira cisão no Partido Republicano Catarinense, quando foi criado o bloco de oposição, chamado Reação Republicana, para apoiar a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, que era apoiado pelos partidos republicanos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia. A Reação em Santa Catarina foi fundada por Nereu Ramos e Vidal Ramos; em oposição, Hercílio Luz, Adolpho Konder, Otacílio Costa e Caetano Costa apoiavam Arthur Bernardes²¹, que era apoiado pelo presidente Epiácio Pessoa e pelos partidos republicanos de Minas e São Paulo. Com a vitória de Bernardes, aumentou ainda mais o desgaste no PRC. Com o apoio dos Costa, de Lages, a candidatura de Bernardes criou uma fissura não apenas no PCR, mas na política lageana, criando duas oligarquias opostas: Ramos e Costa.

²¹ Lauro Müller e Felipe Schmidt ficaram com a Concentração Republicana, que assumia uma postura mais “neutra”.

Com a morte de Hercílio Luz em 1924, e de Lauro Müller em 1926, é aberto um espaço para novas lideranças no Estado, como os membros da família Konder-Bornhausen, do litoral e de Blumenau, e dos Ramos, de Lages. A quarta cisão no Partido veio com a criação da Aliança Liberal, em 1929, por Aristiliano Ramos, Nereu Ramos, Vidal Ramos, e Henrique Rupp Júnior, que fortaleceu ainda mais a cisão no PRC e fez aumentar o conflito político entre as famílias. Nas eleições de 1929, Adolpho Konder faz seu sucessor, elegendo Fulvio Aducci, que é deposto em seguida pelo movimento revolucionário. Após a Revolução, os Konder são afastados temporariamente da política catarinense e os Ramos se aliam às forças revolucionárias do Rio Grande do Sul assumindo o comando político. De 1930 a 1933, Santa Catarina foi governada por militares gaúchos – General Ptolomeu de Assis Brasil 10/1930-10/1932 e o Major Rui Zobarán 10/1932-03/1933 ligados aos tenentes – fato que desagradou muitas lideranças. Em 1932, Nereu Ramos apoiou o movimento constitucionalista de São Paulo e isolou-se de seus companheiros em Santa Catarina, ao contrário de Aristiliano e Henrique, que ficaram com a Legião Republicana Catarinense, defendendo Getúlio. Em 1933, Aristiliano é indicado por Getúlio como novo interventor do Estado. Nas eleições de 1935, ocorreram novas cisões, quando é formada uma aliança esdrúxula entre Aristiliano Ramos, Henrique Rupp, Fulvio Aducci e Adolpho Konder, formando a coligação “Por Santa Catarina”, no intuito de derrotar Nereu Ramos, do Partido Liberal Catarinense. Nereu vence as eleições e em 1937 é indicado interventor, ficando no poder até 1945 (Corrêa, 1984; Lenzi, 1983). Com a vitória de Nereu, estava declarada a clássica divisão na política catarinense, que se arrastou até o início dos anos 70: Ramos e Konder-Bornhausen. Havia representantes dos Ramos junto aos Konder-Bornhausen, mas aparentemente não havia Konder-Bornhausen junto aos Ramos.

Quadro 4: Cisões dentro da política catarinense e no Partido Republicano Catarinense durante a Primeira República

Primeira Cisão 1893	Contra Floriano Peixoto: Hercílio Luz
	A favor de Floriano Peixoto: Lauro Müller
Segunda Cisão 1909	Civilistas: Lauro Müller Felipe Schmidt Gustavo Richard
	Militaristas: Hercílio Luz Victor Konder Adolpho Konder
Terceira Cisão 1921	Reação Republicana: Nereu Ramos Vidal Ramos
	Concentração: Lauro Müller Felipe Schmidt
	Contra-reação: Hercílio Luz Victor Konder Adolpho Konder Otacilio Costa
Quarta Cisão 1929	Aliança Liberal: Nereu Ramos Vidal Ramos Aristiliano Ramos Henrique Rupp Júnior
	Republicanos: Fulvio Aducci Victor Konder Adolpho Konder

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nereu Ramos foi um dos políticos mais destacados, nos anos 50, no cenário nacional, chegando a assumir a Presidência da República em 1955, transmitindo a faixa presidencial a Juscelino Kubitschek. Liberal de formação, Nereu foi aluno de Joaquim Nabuco na Faculdade de Direito de São Paulo, da mesma turma de Victor e Adolpho Konder, mas de acordo com Camargo (1989, p. 125), “um liberal que se converteu em prócer do Estado Novo”. Segundo Mendes (1992), mesmo com uma formação liberal, “Nereu Ramos acabou configurando-se como a mutação necessária que a oligarquia precisava, para se modernizar e enfrentar o processo acelerado de

urbanização e industrialização, implementado pelo Estado” (p.123). Sua influência política no Estado estendeu-se até 1958, ano da sua morte. Em 1947, fez Aderbal Ramos da Silva governador e se elegeu para a Câmara e o Senado com grande facilidade.

Quadro 5: Cisões na política catarinense 1930-1935

Primeira Cisão 1932	Constitucionalistas: Nereu Ramos
	Legião Republicana: Aristiliano Ramos Henrique Rupp Júnior
Segunda Cisão 1935	Partido Liberal Catarinense: Nereu Ramos Vidal Ramos
	Por Santa Catarina: Aristiliano Ramos Henrique Rupp Júnior Adolpho Konder Victor Konder Fulvio Aducci

Fonte: Elaborada pelo autor.

A pergunta que poderíamos fazer seria: E a participação popular? É sabido que a Proclamação da República foi um acerto entre os “Homens de Casaca”, que mudaram o regime mas continuaram no poder. A população, assistia bestializada a “troca de guardas”. Todas as eleições, durante a Primeira República, simplesmente são desconsideradas, pois nunca foram pautadas minimamente num regime democrático, imperando o voto cabresto e a escolha dos candidatos sendo um mero acordo entre coronéis. O movimento anarco-sindicalista em São Paulo era reprimido e as greves proibidas. Durante o governo Bernardes, o país ficou em permanente Estado de sítio devido às agitações populares e Washington Luís considerava a questão social como “um caso de polícia”. A revolução de 1930 não mudou muito esse cenário de exclusão popular. Ela foi, na verdade, uma revolução passiva, de cima para baixo, afinal, segundo uma célebre frase da época, dita por um dos líderes do movimento: “Façamos a Revolução antes que o povo o faça”.

Durante a Primeira República em Santa Catarina, o movimento popular de maior expressão foi o do Contestado, que teve um saldo trágico para a população cabocla excluída. As greves

resumiram-se naquelas feitas na *Lumber*, em 1917, que segundo Zampronio (1999, p. 47), “decorrente das condições de trabalho e de salários, os trabalhadores da *Brazil Lumber* entram em greve, sendo a primeira resistência dos trabalhadores do Contestado contra o capital de forma organizada”; em Joinville, também em 1917, quando os trabalhadores de várias indústrias, reunidos em torno da Associação Operária de Joinville, pararam por 11 dias para exigir um aumento salarial de 20,0% (Almeida, 1981),²² em Cresciúma, na CBCA, em 1920, quando mais de trezentos mineiros pararam para exigir o pagamento de salários atrasados e um aumento de 25,0% (Belolli, 1998); em Tubarão, quando os ferroviários da Tereza Cristina pararam em março de 1891 devido aos baixos salários e as péssimas condições de trabalho (Vettoretti, 1992), em novembro de 1912 para exigir pagamento dos salários atrasados e aumento salarial (Zumblick, 1974) – os ferroviários voltam a parar em 1928, 1934 e 1939; e na Garcia, em Blumenau, em 1920, também para exigir aumento salarial (Simão, 1996²³). A região em que tinha um número mais expressivo de operários era a de Blumenau e Brusque, mas a crença da disciplina do trabalho difundida pelos industriais inibia movimentos operários mais agressivos.

O salto que a economia catarinense dá nos anos 30 e 40 só pode ser explicado pelo forte engajamento que o Estado teve com a economia nacional, principalmente a paulista, que estava num processo acelerado de formação de um parque industrial integrado. Os Estados que estavam mais próximos da economia paulista e que tinham estruturas sócio-econômicas mais avançadas do que as das antigas regiões produtoras, rapidamente se ajustaram às demandas paulistas pós-30. A urbanização e o aumento da classe operária fizeram aumentar a demanda por produtos básicos:

²² Na década de 20, em Joinville ocorreram novas greves: a dos padeiros, em 1920, e dos trabalhadores do Moinho Boa Vista, em 1927, que param por três dias. Ambas foram reprimidas e duramente criticadas pela imprensa local que acusava os trabalhadores de desordeiros e estarem abalando a “boa imagem” de Joinville, uma cidade “ordeira e pacífica” (Costa, 2000a).

²³ Antes do movimentos dos trabalhadores da Garcia em 1920, em Blumenau, ocorreram alguns movimentos como dos estivadores da Cia. Fluvial de Navegação em 1907, dos cocheiros em 1912 e dos operários das oficinas Estrada de Ferro Santa Catarina em 1918 (Simão, 1996).

alimentos e vestuário. Já o crescimento da indústria siderúrgica, associado ao transporte de cabotagem e ferroviário, fez aumentar a demanda por carvão mineral.

Ao mesmo tempo que a indústria paulista nascia e se consolidava, a catarinense caminhava paralelamente. Com a crise mundial de 1929, o rompimento do padrão monetário internacional e o aparecimento de novos atores sociais, rompe-se o velho padrão de acumulação na economia brasileira, que era conduzido pelo setor mercantil agroexportador. A diversificação industrial dos anos 20 exigia a continuidade do processo de crescimento, porém em outras bases materiais e institucionais. No entanto, as bases produtivas em Santa Catarina ainda continuavam as mesmas e somente a partir de 1945, começa a mudar a estrutura econômica do Estado barriga-verde com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica, em Joinville com o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto, e das cerâmicas, no sul. A participação no VTI da indústria dinâmica simplesmente passou de 18,76% em 1949 para 26,28% em 1959. A indústria catarinense estava se consolidando e começava partir para outra base produtiva que passava a comandar o processo de acumulação.

O pequeno proprietário, o colono, o caboclo e o pescador são as matrizes sociais dessas transformações. O capital-dinheiro, concentrado nas mãos, dos pequenos capitalistas, transformou-se rapidamente em capital-industrial. É a partir desse desdobramento que nasce o grande capital industrial em Santa Catarina. E é o capital industrial, juntamente com o mercantil, que será o móvel da acumulação no período de 1945 a 1962, um período transitório para a fase da integração e consolidação da indústria catarinense.

CAPÍTULO III: DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA BASE PRODUTIVA 1945 A 1962

“A batalha do desenvolvimento jamais será interrompida.”
Celso Ramos, 1962

No início dos anos 30, começou a se alterar o padrão de acumulação na economia brasileira, que passa a ser comandado pela industrialização – é o clássico “deslocamento do centro dinâmico” de Celso Furtado –, mais precisamente pelo D1. Esta, porém, sofre algumas restrições. Esse período se estende até 1955, quando a partir desse momento, com a implantação da indústria pesada, a dinâmica de acumulação e a retroalimentação dos ciclos de crescimento passam a ser ditados endogenamente. Essa mudança de padrão foi mais consistente nas regiões onde as forças produtivas estavam mais liberadas e avançadas.

Em Santa Catarina, devida à baixa capacidade de acumulação (excluindo os têxteis), a desintegração econômica e a falta de aporte financeiro, o período da ampliação e diversificação do capital industrial inicia-se somente na segunda metade dos anos 40. Até então o destaque ficava por conta da indústria madeireira, ervateira, carbonífera, de alimentos e têxtil, ou seja, setores tradicionais, com pouca capacidade de difusão tecnológica a jusante e a montante, sendo que os três primeiros estão ligados à disponibilidade de recursos naturais. O núcleo mais dinâmico concentrava-se em Joinville – que surge antes de 1945 – estava em fase de consolidação e era composto por pequenas oficinas mecânicas e funilarias, portanto incapaz de imprimir um ritmo acelerado à economia catarinense.

No período 1945-1962, assiste-se, na economia catarinense, a uma verdadeira diversificação e ampliação da base produtiva. Há uma diversificação porque surgem novos setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte. Há uma ampliação porque: a) os setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, móveis e metal-mecânico, que nasceram antes ou nos anos 30, aumentam a

produção com o surgimento de novas indústrias; b) os setores carbonífero e têxtil ampliaram a capacidade produtiva; c) e a agricultura começou a se industrializar, transitando do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial. Esse período é uma fase transitória, em que ainda perduram traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil e ao mesmo tempo começam a surgir elementos de um novo padrão, baseado no médio e grande capital industrial. Os setores com potencialidades mais dinâmicas, o metal-mecânico, o cerâmico e a produção de papel e pasta mecânica, nascem da pequena produção e voltam-se para o mercado nacional, expandindo-se rapidamente, num momento em que a industrialização pesada estava num processo acelerado de expansão e consolidação.

1 – Ampliação da base produtiva

Enquanto economia complementar que se ajustava à dinâmica nacional, até o início dos anos 60 Santa Catarina caracterizava-se nacionalmente como fornecedora de bens de consumo leve à economia nacional, primeiramente às economias carioca, gaúcha, paranaense e, pós-20, paulista (Anexo 5). Se utilizarmos os dados do IBGE, divulgados nos anuários estatísticos, que mostram o fluxo comercial interestadual nos anos 40, há uma alteração no fluxo comercial de 1942 a 1949, quando 40,0% do comércio interestadual catarinense era feito com São Paulo, em segundo lugar vinha o Rio de Janeiro 22,8%. Se compararmos com os dados das exportações internas, divulgados pelo governo estadual nos anos 10 e 30²⁴, mesmo sendo difícil unificar e dar continuidade às informações, podemos observar o início de reversão do fluxo comercial. Nos anos 10, o Rio de Janeiro era responsável por 51,6% das exportações catarinenses e São Paulo 13,3%. Nos anos 30, o Rio cai para 36,7% e São Paulo aumenta para 24,6%, ultrapassando o Rio Grande do Sul e Paraná. Esses dados apontam para a forte ligação comercial que Santa Catarina começou a ter com São Paulo, respondendo positivamente às exigências da economia paulista, que demandava por alimentos, têxtil, carvão e madeira. Mas, ao mesmo tempo observa-se uma ligação comercial

²⁴ Não foi possível encontrar as exportações catarinenses por destino no período de 1920 a 1934.

considerável com o Rio Grande do Sul e o Paraná, em razão das proximidades. Esse movimento faz parte da integração comercial entre as unidades federativas, que se acentuou pós-30 e se estendeu até 1962, quando deu início a integração produtiva.

Tabela 7: Participação dos Estados selecionados no comércio interestadual catarinense 1942-1949 (em %)

Estados	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1949
São Paulo	34,5	39,4	38,9	40,2	41,2	47,5	38,4
Distrito Federal e Rio de Janeiro	26,3	23,0	25,8	27,3	25,6	22,3	9,8
Paraná	24,5	21,9	20,9	18,6	18,4	15,6	27,8
Rio Grande do Sul	12,5	14,4	11,4	10,5	12,2	12,3	21,1
Outros	2,2	1,3	3,0	3,4	2,6	2,3	2,9

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos.

Os dados do comércio exterior e de cabotagem de 1945 a 1960, mostram que a economia catarinense continuava a se integrar fortemente no mercado nacional por meio da exportação de produtos básicos (Anexo 6). Entre os itens exportados, a exemplo dos anos 20 e 30, continuam se destacando, ainda, a madeira e os alimentos (farinha de mandioca e banha). Praticamente até o final dos anos 60, a madeira representava em torno de 70,0% das exportações catarinenses; a erva-mate caiu para aproximadamente 2,5%.

Com relação à renda interna, os resultados também apresentaram profundas alterações no período 1947-1960. A tabela abaixo mostra que a indústria, em 1947, representava apenas 16,5% da renda interna do Estado. Em compensação, a agricultura representava 52,2% e os serviços 31,3%. Em 1960, os resultados eram 50,4% para a agricultura, 20,7% para a indústria e 28,9% para os serviços. Em termos nacionais, para os mesmos anos, os índices foram de 26,9% para a agricultura, 21,4% para a indústria e 51,7% para os serviços, passando para 28,2%, 25,8% e 46,0%, respectivamente. Em Santa Catarina, a participação da indústria tem um aumento de 25,4%, um pouco acima do resultado nacional, que foi de 20,5%.

Tabela 8: Renda interna do Brasil e Santa Catarina 1947-1960 (em %)

Anos	Agricultura		Indústria		Serviços	
	BR	SC	BR	SC	BR	SC
1947	26,9	52,2	21,4	16,5	51,7	31,3
1950	28,7	46,7	23,8	20,8	47,5	32,5
1955	29,7	53,7	24,6	20,2	45,7	26,1
1960	28,2	50,4	25,8	20,7	46,0	28,9

Fonte: Mattos, 1968.

Com relação ao VTI nos Censos Industriais de 1949 e 1959, pode-se constatar um considerável aumento de 195,1% no setor de papel e celulose, 56,5% no metal-mecânico e 60,5% no minerais não-metálicos. Os setores líderes continuaram com a mesma participação no VTI estadual (Anexos 1 e 2). Analisando as taxas médias de crescimento real da indústria de transformação, no longo período de 1919 a 1970, elaboradas por Wilson Cano (1985 p. 84-85), pode-se constatar que praticamente todos os Estados tiveram bom crescimento – cerca de 7,2% ao ano. A média catarinense foi de 7,8%, perdendo apenas para São Paulo, que foi de 8,4%. Quando os dados são desagregados em três setores em relação à média nacional, Santa Catarina tem resultados mais positivos em bens de consumo não duráveis, com 7,0%, idênticos aos de São Paulo e acima da nacional, 5,8%, e em bens de capital e de duráveis, 15,2% para Santa Catarina e 12,5% para a nacional, perdendo apenas para São Paulo, 18,7%. No setor de bens intermediários Santa Catarina esteve próximo da média nacional, 8,2% e 8,5%, respectivamente.

2 – A expansão dos setores consolidados

Durante o período 1945-1962, há uma expansão dos setores tradicionais que originaram no período anterior. Ao mesmo tempo que se expande, há uma diversificação a partir do próprio setor: o madeireiro diversifica-se para a produção de papel, papelão e pasta mecânica e dos alimentos nasce a agroindústria.

) Madeira

Nos anos 40, o setor madeireiro continuou se expandindo fortemente em todo o Vale do Rio do Peixe e planalto norte catarinense, chegando até a região serrana. No oeste do Estado, com a queda das exportações e o esgotamento das reservas, sem o devido reflorestamento, as atividades madeireiras entram em declínio a partir dos anos 50. O declínio no oeste não significou uma queda na produção estadual, pois foi justamente nessa época que o planalto serrano começa a viver sua fase áurea. O "ciclo da madeira" nos Campos de Lages não começou quando se esgotou o "ciclo da pecuária". Há na verdade, uma sobreposição de ciclo, visto que em determinado momento o da madeira se destacou mais do que o da pecuária, e esse momento foi durante as décadas de 50 e 60. Segundo Arruda (1994),

a partir de 1940 a indústria madeireira ganha impulso, superando a pecuária em importância econômica. Nesta fase, várias serrarias se instalam em Lages, São José do Cerrito e Ponte Alta. Eram serrarias a vapor, um novo sistema que vem propiciar uma maior produção, o que desperta e incentiva investimentos no setor madeireiro (p. 17).

A viabilização da exploração da madeira foi propiciada pela vinda de madeireiros gaúchos que instalaram algumas serrarias na região de Lages, e pela transformação do caboclo em trabalhador assalariado. Segundo Belaver *et al* (1990), os migrantes, na sua maioria, eram "pessoas pobres", que se aventuravam na busca de sobrevivência. Entre os migrantes, havia uma pequena burguesia, "constituída de proprietários de serrarias, que migravam com capital e toda uma infraestrutura capaz de fazer funcionar uma serraria extraíndo a madeira para comercializá-la" (p. 28).

Com a maturação do ciclo da madeira nos anos 50, a região passa a ser a grande fornecedora de madeira para a construção civil nos grandes centros urbanos, sobretudo para a construção de Brasília. Para os grandes proprietários de terras e pecuaristas, as atividades madeireiras surgiram como uma "nova fonte de renda, sem muito custo e com grande rentabilidade" (Peixer, 1996, p. 54). Segundo Peixer, "os fazendeiros vendiam o pinheiro e as serrarias se encarregavam das derrubadas e transporte até as serrarias, ficando o proprietário da terra com grande extensão de 'terra limpa' para aumentar a criação de gado" (*Ibid.*). Os grandes proprietários pecuaristas subordinaram-se à lógica do capital industrial.

Tabela 9: Participação da madeira sobre o total das exportações catarinenses 1945-1970 (em %)

Ano	Participação	Ano	Participação
1945	67,5	1958	67,0
1946	54,3	1959	77,2
1947	49,1	1960	68,4
1948	61,6	1961	72,2
1949	59,3	1962	75,1
1950	60,0	1963	88,0
1951	60,7	1964	77,3
1952	60,6	1965	79,0
1953	74,3	1966	79,0
1954	66,8	1967	83,4
1955	64,0	1968	81,7
1956	62,0	1969	71,0
1957	78,1	1970	52,6

Fonte: Griggs, 1974.

A indústria madeireira gerou uma série de atividades urbanas que movimentaram a economia serrana, destacando-se o comércio das autopeças para caminhões. Isso deu-se em função das grandes frotas de carretas que partiam de Lages, via BR-2, para todo o país, transportando toras de madeira. Na região de Caçador, a década de 40 começou apresentando algumas mudanças na indústria madeireira. Nessa década, destacava-se a Indústria Busato S.A., que tinha o maior complexo madeireiro no Estado, e a Madeireira Douat S.A., que se instalou em Caçador e financiava pequenos empresários para a aquisição de pinhais e construção de serrarias. Muitas firmas exportadoras, com sede em Joinville, São Francisco e Itajaí, adquiriram madeiras das serrarias de Caçador: "Era comum o fato de serrarias menores venderem sua produção a outras serrarias maiores, que então a comercializavam como se fosse sua" (Thomé, 1995, p. 107).

No entanto, a maior mudança foi o surgimento de várias atividades ligadas à extração da madeira como: fábrica de caixas, esquadrias, marcenarias, laminados e compensados e, principalmente, papel, papelão e pasta mecânica. Além das novas atividades derivadas da madeira, surgem pequenas oficinas mecânicas que davam suporte às madeireiras, como por exemplo a Fezer S.A. Indústria Mecânica (fundada em 1948) e a Cia. Olsen de Tratores (fundada em 1951). É o capital metamorfoseando-se e ao mesmo tempo subordinando propriedades menores e atrasadas.

b) Carvão

O setor carbonífero continuou se expandindo durante todo o período ora analisado. A crise maior que o setor passou foi imediatamente após o final da Segunda Guerra, quando o governo federal parou de garantir a compra de toda a produção. A crise, na verdade, foi de superprodução, as mineradoras continuaram no mesmo ritmo de produção anterior a 45. Como forma de pressionar o governo para voltar a garantir a compra de toda produção, durante os meses de fevereiro de 1947 e maio e junho de 1949, foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, uma Mesa Redonda, conhecida como a Batalha do Carvão, para debater os problemas do carvão nacional. O apelo que vinha dos empresários e dos políticos que representavam os interesses do setor era um só: a garantia de compra de toda produção pela CSN, sem a qual seria impossível sobreviver o carvão nacional. No final da Mesa, foi elaborado um documento que enumerava 30 medidas necessárias para manter o setor em pleno funcionamento. Além da proteção e das cotas, os mineradores reivindicavam a volta do regime de trabalho de oito horas, e para incentivar “a formação de bons mineiros” exigiam a permissão para que menores de idade pudessem ingressar “nas galerias do subsolo, por períodos não superiores a 4 horas diárias” (Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Carvão, 1950, p. 222).

É bom lembrar que o carvão catarinense apresenta baixa qualidade, sendo que 75,0% do total do carvão bruto extraído é considerado rejeito e apenas 25,0% é energético; e do total do energético, apenas 15,0% é o metalúrgico, além de apresentar um alto teor de enxofre, em torno de 5,0%, que compromete os mananciais hídricos da região.

A crise se arrastou até 1954, quando a produção caiu em 26,0%, voltando a crescer nos anos seguintes, e se manteve num ritmo crescente até 1986, quando começa a queda vertiginosa da produção (Anexo 4). Mesmo num ritmo crescente de produção, o discurso da crise do carvão tornou-se uma constante entre os mineradores. Segundo Carola (1997),

no discurso oficial dos mineradores, disseminado em toda a trajetória histórica, percebe-se pelo menos duas ênfases: a importância do “ouro negro” para o “engrandecimento” e a garantia de “soberania” do país, e uma constante exaltação dos problemas que afetavam a indústria do carvão, surgindo uma crise endêmica, principalmente em função da falta de apoio governamental e de uma política estável em relação ao mercado interno e externo. Com isto, pretendia-se “conscientizar” a população e as autoridades de que o carvão era uma questão de segurança nacional e, portanto, responsabilidade do Estado (p. 170).

Tanto a “ideologia da crise” como a “ideologia do progresso” eram as duas faces da mesma moeda, segundo Carola. Com a exploração desenfreada do mineral, uma pequena burguesia

enriqueceu facilmente e passou a dominar o poder político e material na região de Criciúma até o final dos anos 80.

A crise pós-45 só foi amenizada nos meados dos anos 50, quando foram criados o Plano Nacional do Carvão e a CEPCAN (Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional), que tinham por objetivo conjugar as atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão. Em julho de 1953, o governo editou o Decreto 33.233, que abria crédito junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas para 15 mineradores catarinenses, no valor de 13,7 milhões de cruzeiros; em dezembro de 1956, estabeleceu a cota mensal de transporte de carvão de 120.000 toneladas a ser consumida pela CSN; em abril de 1960, esta cota aumentou para 324.000 toneladas (Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão, 1961).

A solução mais duradoura não veio apenas com as medidas protecionistas e sim com o crescimento acelerado da indústria pesada na segunda metade dos anos 50, com a construção de grandes siderurgias estatais (complexo SIDERBRAS) e com a construção da Usina Termelétrica SOTELCA (Sociedade Termelétrica de Capivari), em Tubarão, iniciada em 1957, a partir da UTEC e inaugurada em 1965. Como sempre, dependeu basicamente do apoio governamental. Quaisquer mudanças nas políticas regulatórias imediatamente refletiam no carvão. De 1945 a 1960, surgiram, na região, aproximadamente 40 pequenas mineradoras que atuavam de forma artesanal, todas de proprietários locais. Grande parte dessas pequenas mineradoras vendia sua produção às mineradoras de maior porte, como a CBCA, Cia. Próspera, Barro Branco e Carbonífera Criciúma.

Com o início do processo de mecanização da escolha e do transporte externo, caiu violentamente o número de pequenas mineradoras, dando início a um processo de concentração, que resultará em doze mineradoras no início dos anos 70. A maior mineradora, na época, era a estatal Companhia Próspera, subsidiária da CSN, fundada em 1921 por pequenos proprietários locais, transformada em companhia mista em 1941 e repassada ao Estado em 1953. Entre as 25 companhias carboníferas devidamente registradas no sul-catarinense em 1956, cinco eram responsáveis por 58,3% do total da produção estadual, e muitas das pequenas mineradoras estavam subordinadas às grandes companhias.

Tabela 10: Área de concessão (em 1945) e produção bruta de carvão (em 1956) por empresa

Empresas mineradoras	Área de concessão (ha) - 1945	Produção bruta (t) - 1956
Criciúma		
Companhia Siderúrgica Nacional	8.000	198.373
Sociedade Carbonífera Próspera S.A.	2.500	167.326
Companhia Carbonífera Metropolitana	2.570	154.087
Carbonífera Treviso S.A.		96.628
Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá	2.000	95.305
Companhia Carbonífera Catarinense S.A.	943	55.828
Sociedade Carbonífera Boa Vista Ltda.	120	47.856
Carbonífera União Ltda.	1.215	37.298
Companhia Carbonífera São Marcos S.A.	346	36.513
Sociedade Carbonífera Rio Mania Ltda.	31	20.841
Sociedade Carbonífera Monte Negro Ltda.	30,2	11.338
Carbonífera Pinheirinho Ltda.		8.162
Carbonífera Santa Bárbara Ltda.		5.231
Sociedade Brasileira Carbonífera Progresso Ltda.	9,7	4.531
Companhia Carbonífera Brasil Ltda.		1.764
Carbonífera Criciúma	1.000	
Urussanga		
Mineração Geral do Brasil Ltda.	2.266	103.298
Carbonífera Cocal Ltda.		55.963
Companhia Carbonífera de Urussanga	3.500	36.139
Carbonífera Caeté Ltda.	60	25.461
Sociedade Carbonífera Rio Salto Ltda.		4.229
Companhia Indústria de Mineração Rio Carvão S.A.	5	2.754
Lauro Müller		
Companhia Nacional Mineração Barro Branco	10.500	150.745
Companhia Mineração Rio Carlota		5.877
Companhia Brasileira de Indústrias S.A.		705
Total	58.225,9	1.326.452

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão, 1950 e 1961.

Verificam-se dois movimentos de acumulação no setor carbonífero nos anos 50 e 60: a subordinação do pequeno ao grande capital e a aquisição/concentração de capital.

Quanto ao número de empregos, de acordo com os dados dos Censos Demográficos, no ano de 1940 havia 3.200 mineiros em Santa Catarina, em 1950 passou para 5.500; e em 1960 para 5.700. A Barro Branco, em Lauro Müller, chegou a empregar cerca de 2.500 mineiros na época do conflito mundial (Dall'Alba, 1986). O início da mecanização das minas, a desaceleração da economia nacional no período 1962-1967 e a estabilização do ritmo da exploração no final dos anos 60 explicam o baixo crescimento no número de empregos até 1970.

c) Alimentos

Nos anos 50, no setor de alimentos ocorre a expansão acelerada dos frigoríficos catarinenses em direção ao mercado nacional, com a abertura de unidades fora do oeste e com o início do sistema de integrados, aumentando a subordinação do grande capital à pequena propriedade. Segundo Graziano da Silva, Kageyama (1998), a partir dos anos 50, já não é mais possível pensar a agricultura isoladamente, ela torna-se um ramo da indústria. Começa a industrialização da agricultura com a introdução de novos tratores, implementos, fertilizantes e defensivos, todos ligados à indústria metal-mecânica e química. A industrialização do campo segue “sobre uma base suficientemente ampla, com efeitos qualitativamente mais complexos sobre o processo de produção agrícola” (p. 23).

No oeste catarinense, essa é a fase que Campos (1987) classificou de “surgimento do grande capital agroindustrial e mercantilização de produção camponesa” (p. 145). É mister lembrar que a origem do grande capital está no período anterior a 1945 e que, apesar de toda expansão, os frigoríficos passam a se constituir efetivamente como grandes empresas somente nos anos 60. Na periodização por nós elaborada, o surgimento da agroindústria se constitui uma diversificação frente à tradicional indústria alimentar, anterior a 1945, que se concentrava basicamente nos produtos agrícolas. Podemos observar no oeste a forte presença do capital mercantil, da extração da madeira e da erva e o aparecimento do capital industrial. A subordinação dos pequenos criadores de suínos aos frigoríficos faz parte desse novo padrão de crescimento industrial emergente. Utilizando os argumentos de Campos (1987), vemos que nessa fase “o grande capital subordina crescentemente a pequena produção, sem, no entanto, prescindir desta forma de produção” (p. 147).

Nesse período surge a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (1952), a Frigorífico Seara (1956) e a S.A. Frigorífico Itapiranga, Safrita, (1962). A origem da Chapecó está vinculada à acumulação da firma colonizadora Bertaso, Maia & Cia. e da extração da madeira da Madeireira Itaoeste, em Faxinal dos Guedes, de propriedade de Plínio De Nes, que já era comerciante desde o início dos anos 40. Em 1952, De Nes foi convidado por membros da família Bertaso a gerenciar um frigorífico que seria construído em Chapecó. O convite foi aceito e em seguida foi iniciada a construção. Em setembro de 1955, começou a produção, abatendo 40 suínos por dia e empregando 28 trabalhadores (Expressão Pioneiros, 1992). A história do Frigorífico Seara está ligada à família Paludo em Nova Milano (atual município de Seara). Em 1935, Biagio Aurélio Paludo, que trabalhava com seu pai no corte e transporte de madeira desde 1925, comprou a casa comercial de Ricardo Bortolini – nessa

época havia, na vila, outras casas comerciais como a de Antonio Possan, Theodoro Barbieiri e Barnadi & Cia. No ano de 1951, foi inaugurado o moinho Seara S.A. Indústria e Comércio, com equipamentos importados da Suíça, o sistema *Buhler*, com capacidade de moer 15.600 quilos por dia, e com motor próprio de geração de energia. A produção era destinada a todo o país, com destaque para Salvador, norte do Paraná e São Paulo. Com o aumento da produção, foram construídos novos silos e dois armazéns, um descascador de arroz e uma fábrica de ração. Com o desdobramento da acumulação do capital, em 1956, foi formada uma nova sociedade, dirigida por Biagio Aurélio Paludo, Theodoro Barbieiri e Artemio Paludo, no intuito de fundar um frigorífico. No final de 1959, foi inaugurado o Frigorífico Seara, com uma capacidade de abate de 300 suínos por dia. No ano seguinte, foram inauguradas bases comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (Paludo, 1985). Mais tarde, em 1980, com a venda da Seara para a Ceval, a família Paludo, que tanto se vangloriava da sua identidade com Seara, simplesmente abandonou a cidade, mostrando que o interesse econômico sempre esteve acima dos laços de amizade com a população local. O frigorífico Safrita foi fundado em 1962, no município de Itapiranga, extremo oeste, por iniciativa de 800 sócios, e começou a produzir somente em 1967. No ano em que foi inaugurado, foram abatidas 31 mil cabeças de suínos, empregados 85 funcionários. No ano seguinte o abate passou para 54 mil cabeças. Junto com a inauguração, foram abertas, concomitantemente, duas filiais, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro, para onde eram destinadas 95,5% da produção (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 1969).

Somente no município de Joaçaba, nos anos 50, havia oito moinhos, sendo que alguns tinham frigoríficos em anexo, tais como: o Moinho Santa Elisabeth, da firma Romano Moissonon S.A., que iniciou suas atividades no setor madeireiro, começou nos anos 50 com um moinho e se expandiu para o Rio de Janeiro, Curitiba e todo oeste catarinense; o Bonato S.A., fundado em 1946, que além de moer farinha, beneficiava a banha de porco; a Indústria Brunetta S.A., de 1948; o Moinho Cruzeiro, de Luiz Specht Filho Ltda., que também beneficiava a banha; o Moinho Trigoflor, de 1953, que também comercializava suínos; o Moinho Marafon Pedrini; e o Moinho Idovino Bortolanze (Queiroz, 1967). Também se destacava em Joaçaba o frigorífico Saule Pagnoncelli, que na época contava com filiais em Marcelino Ramos (RS), Getúlio Vargas (RS) e em São Paulo. Em Xaxim havia o Moinho e Frigorífico Irmãos Lunardi e em Caçador, o Moinho Santo André S.A. (Silva, 1950). No município de Capinzal, em 1937, foi fundada a Indústrias Reunidas Ouro, que começou com uma madeireira e nos anos 60 diversificou para o comércio de alimentos, diversos e

olaria. No anos 60, a Reunida Ouro já contava com uma filial do frigorífico em São Paulo (Brancher, 1994).

Em Chapecó, além do Frigorífico Chapecó, também se destacavam o frigorífico Marafon, fundado em 1954 e com filial em São Paulo; a casa comercial de Ludovico Tozzo, de 1940, que comercializava cereais; e a SIPAL (Sociedade Industrial de Produtos Agropecuários Ltda.), de 1962 (Prefeitura Municipal de Chapecó, 1967).

Não podemos esquecer que junto com essas quatro gigantes do complexo agroindustrial (Sadia, Perdigão, Chapecó e Seara), surgiu e se expandiu, por um certo período, uma série de frigoríficos e moinhos, que foram absorvidos pelas maiores ou simplesmente faliram. Os anos 50 e 60 representaram para a Sadia e Perdigão a conquista e a consolidação segura do mercado nacional, por meio da inovação nos transportes, novas técnicas de criação de suínos, construção de plantas fora de Santa Catarina, abertura de centros de distribuição e a entrada na avicultura. Em 1951, a Sadia criou a Associação Rural de Criados, para fomentar a produção de suínos. Em 1956, foi a vez da Perdigão começar um programa de melhoramento genético na suinocultura. Começa a ser difundido, na região, o sistema de fomento na criação de suínos, que em seguida passa a ser também utilizado, por ambas, na criação de aves para abate.

A integração nos anos 50 não foi apenas comercial estendendo-se para o campo produtivo, com a construção de unidades fabris fora do oeste barriga-verde. Em 1953, a Sadia construiu o Moinho da Lapa em São Paulo e adquiriu o Moinho Marciliense Ltda. no Rio Grande do Sul; em 1961, começou a construção da Frigobrás, também em São Paulo; além de abrir centros de distribuição em São Paulo, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Londrina e Rio de Janeiro. A Perdigão, no final dos anos 50, já apresentava características de um grupo empresarial:

Além de seus principais empreendimentos, todos inter-relacionados dentro de um sistema produtivo – granja, abatedouro, fábrica de banha e frigorífico, curtume, moinho, fábrica de ração, madeireira, fábrica de caixa, além de entrepostos, depósitos, postos de venda, lojas e filiais em várias cidades na região produtora, em São Paulo (Bauru e Santos) e no Rio de Janeiro (capital) – a empresa foi diversificando ainda mais sua gama de negócios (Scapin, Tassara, 1996, p. 63).

A Perdigão chegou ao final dos anos 50 com 400 funcionários e tinha participação societária em duas madeireiras, uma vinícola, uma firma importadora e uma companhia de força e luz. O complexo agro-comercial começa a se industrializar.

d) Têxtil

Na produção de têxteis, o setor já estava consolidado em Santa Catarina, com grandes e médias empresas e uma produção nacionalizada. A tônica na indústria têxtil, no período de 1945 a 1962, foi a expansão e verticalização da produção por meio da ampliação da capacidade instalada e alargamento das bases comerciais, com abertura de novos centros de distribuição, principalmente nas maiores capitais. Para ilustrar essa afirmação vejamos o exemplo da expansão de algumas empresas em Blumenau e Brusque.

Em Brusque, a Schlösser instalou uma moderna tinturaria, com novas caldeiras e uma nova tecelagem (Schlösser, 1986). A Renaux abriu depósitos em Blumenau e Porto Alegre, escritório no Rio de Janeiro e representantes nas grandes capitais (Mamigonian, 1966). Em Blumenau, a Hering importou modernas cardas, maçarqueiras, fiandeiras e outras unidades auxiliares, passando para 12.000 fusos, e ampliou a produção na filial de São Paulo²⁵ e do GEITEX (Grupo Executivo da Indústria Têxtil) (Revista Paulista de Indústria, 1955; Figueira, 1980). A Cremer instalou, em São Paulo, um escritório de vendas e um depósito, ampliou a produção na área de gases medicinais, ataduras, fraldas e absorventes higiênicos, comprou teares de fabricantes brasileiros e entrou na linha de felpudos, produzindo toalhas (Cremer, 1985). A Teka montou a sua fiação por meio da compra de máquinas têxteis usadas, de uma firma paulista, comprou os primeiros teares para felpudos com maquinetas, entrou na linha plana, fabricando toalhas de mesa adamascadas, brancas e mercerizadas; e nos anos 50 investiu no setor de tinturaria, com aquisição de aparelhos para tingimento e mesas de secagem (Kuehnrich, 1995). A Etiquetas Haco ampliou a sua produção com a aquisição da firma Fernandes, em Joinville, e com a compra de novos teares. A Sulfabril adquiriu novos teares circulares e construiu uma nova planta em 1953. A Garcia chegou em 1950 empregando 1.400 funcionários, constituindo-se na maior fábrica têxtil de Santa Catarina, ao lado da Hering.

Em Joinville, surgiram as malharias Malhas Arp, Campeã Indústria Têxtil, Malharia Princesa e Malharia Iracema, colocando o setor têxtil ao lado do metal-mecânico, entre os mais importantes (Rocha, 1997). Em Jaraguá do Sul surgiram a Indústria Têxtil Jarita, Tecelagem Bauer, Tecelagem Gunitex, Têxtil Cirus, Jaraguá Fabril e a Tricotagem e Malharia Jaraguá (IBGE, 1967).

²⁵ A filial de São Paulo era uma malharia adquirida em 1943 e que em 1955 contava com 200 funcionários (Revista Paulista de Indústria, 1955).

Nos anos 50 a indústria têxtil, no Vale do Itajaí, já apresentava uma forte integração vertical, produzindo desde a fiação, passando pela tecelagem, malharia, beneficiamento (tinturaria e tingimento) e confecção de vestuários. Mamigonian (1966) faz o seguinte relato do setor em Blumenau, no período:

Os quatro estabelecimentos têxteis de mais de 500 operários têm além da tecelagem ou uma malharia, suas próprias fiações e tinturarias, e outros anexos como marcenarias e oficinas mecânicas capazes de construir os teares de que necessitam. Kuehnrich [atual TEKA], com 319 operários, pode ser assimilada a este grupo. Os outros estabelecimentos têxteis que têm entre 100 e 500 operários, como Haco, Sulfabril, Malharia Blumenau [Mafisa] e Karsten, não possuem fiações, mas a Malharia Blumenau recebia antigamente o fio de algodão da fiação Hering, do mesmo grupo familiar, Sulfabril é muito recente e Haco tem não somente sua tecelagem e sua tinturaria, mas fábrica também, na sua oficina mecânica, seus próprios teares e, na sua marcenaria, suas próprias lançadeiras (p. 101).

Segundo o próprio autor, essa integração técnica, sobretudo com a fabricação dos próprios teares e lançadeiras, foi, ao mesmo tempo, uma resposta da indústria local à falta de máquinas e equipamentos no mercado nacional e uma forma para enfrentar a concorrência (p. 104).

Somente em Blumenau, em 1958, a indústria têxtil empregava 66,6% de toda mão-de-obra da cidade, e em Brusque 84,5% (Mamigonian, 1966). No início dos anos 60, o setor já começa a apresentar características de um oligopólio competitivo, ultrapassando – em mil toneladas de fio de algodão processado – velhos centros industriais têxteis, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Paraíba, Ceará e Maranhão, colocando Santa Catarina ao lado de Minas Gerais e perdendo apenas para São Paulo e Guanabara²⁶.

3 – As novas indústrias

Dentro de uma perspectiva nacional, a industrialização, a urbanização e a integração nacional são três processos que se fundem num só: o crescimento articulado entre as unidades federativas, formando um “sistema nacional de economia”; um sistema que tem comandos bem definidos: do

²⁶ Ver em Mamigonian (1966), o Quadro 2 da página 104, onde o autor faz uma comparação da produção de têxteis em metros quadrados e do consumo de algodão entre os Estados brasileiros nos anos de 1930 e de 1956.

ponto de vista político o Estado-Nação, do industrial o DI e do espacial o Estado de São Paulo. Com a industrialização pesada, são aprofundadas as trocas comerciais entre as unidades subnacionais, beneficiando toda a Nação. As exigências de novas mercadorias, demandadas pela urbanização e pela industrialização, geraram uma onda de novos investimentos em todo o território nacional. Dependendo da estrutura fundiária ou da disponibilidade de recursos, muitos Estados aprofundaram suas especialidades e outros se diversificaram. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina se enquadram no segundo grupo.

A diversificação e a ampliação da estrutura industrial catarinense, iniciada nos anos 40, primeiramente deve ser entendida dentro desse contexto mais amplo, e em seguida vem a capacidade interna dos agentes locais – leia-se, principalmente, o Estado – em dinamizar a economia, enganchando-a no movimento geral de acumulação. Esse dinamismo interno tem a ver com a estrutura da propriedade, que permitiu uma acumulação pulverizada, gerando condições internas para iniciar um processo de diversificação produtiva. Mesmo com uma acumulação mais lenta – comum nas estruturas pulverizadas – a pequena propriedade ganhou dimensão de grande empresa, formando grupos econômicos fortes e capazes de anular concorrentes tradicionais.

Nesse período transitório de diversificação e ampliação que se inicia nos meados dos anos 40 e se estende até início dos anos 60, surgem três novos setores que serão responsáveis, em boa medida, pela mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina: o metal-mecânico, o cerâmico e o papel e pasta mecânica.

a) Cerâmica

A história da indústria cerâmica em Santa Catarina começou em 1919, quando Henrique Lage montou, na cidade de Imbituba, uma fábrica de louças, para abastecer os seus próprios navios que faziam a linha Rio-Imbituba-Porto Alegre. Lage era um admirador da cerâmica italiana e tinha laços pessoais e afetivos com a cidade Civita Castellana, famosa por seus trabalhos cerâmicos. Da Itália, Lage trouxe técnicos para auxiliá-lo no desenvolvimento de novos produtos, entre eles destacavam-se Francesco Arrigoni, Carlos Fiora e Alfredo Del Priore. Em 1925, a cerâmica pára de produzir louças e começa a fabricar azulejos.

Com a morte de Henrique Lage, em 1941, a empresa quase foi à falência, chegando a ser encampada pelo governo federal por alguns meses, mesmo contando com apenas 42 funcionários. Em 1942, assumiu a administração João Rimsa que, anos mais tarde, adquire a própria empresa. No início dos anos 50, foram feitos novos investimentos, adquirindo equipamentos alemães e italianos; a empresa já contava com 300 funcionários (Martins, 1973). Atualmente, a empresa chama-se Indústria Cerâmica Imbituba S.A. – ICISA.

A segunda cerâmica a surgir em Santa Catarina foi a Cerâmica Santa Catarina Ltda. - CESACA, em outubro de 1947. Era uma sociedade formada por 16 sócios. Excluindo Del Priore, todos eram de família tradicional de Criciúma, que tinham experiências no comércio ou em pequenas fábricas. Entre os sócios majoritários estavam Júlio Gaidzinski, José Tarquini Balsani (ambos com 16,1%), José Pedro Fellipe (9,7%), Mansueto Costa e Alfredo Del Priore (ambos com 6,4%). Os demais tinham apenas 3,2% das cotas. A viabilidade técnica da empresa só foi possível devido à participação de Del Priore, que havia adquirido experiência na cerâmica Henrique Lage de Imbituba.

Inicialmente, a CESACA produzia apenas louças de mesa, passando a fabricar azulejos (marca *Prior*) e louças sanitárias no começo dos anos 50, quando abandonou a produção de louças de mesa. A produção, em 1950, foi de 80.136m² de azulejos, 900 mil metros de calhas, 360 mil de terminais e 84 mil de caixas refratárias, numa área construída de 3.814 m², empregando 140 operários (89 homens e 51 mulheres). As vendas eram todas destinadas aos três Estados do sul. Em 1957, acaba a sociedade e Jorge Cechinel, sócio minoritário, assume o controle da empresa. No início dos anos 70, a CCU (Cia. Carbonífera Urussanga) passou a fazer parte da empresa, e em 1985 foi vendida ao Grupo Cecrisa e completamente desativada em 1995 (CESACA, 1951; 1981; 1989).

A terceira empresa a ser fundada foi a CEUSA (Cerâmica Urussanga S.A. Indústria e Comércio), em junho de 1953. A empresa nasceu a partir da associação de diversos pequenos proprietários da comunidade de Urussanga, que compraram uma antiga olaria. Inicialmente produzia 10 mil m²/mês de pisos sextavados de base vermelha e empregava 23 operários, numa área construída de 3 mil/m². Em 1974, quando Manuel Francisco de Oliveira adquire 36,0% do controle acionário, a produção já era de 30 mil m²/mês. Em 1980, a família Oliveira passa a ter o controle acionário da empresa (CEUSA, 1999).

A Cerâmica Cocal Ltda. Indústria e Comércio, fundada em março de 1954, foi a quarta empresa a surgir – futura Cerâmica Eliane. Idealizada pelo técnico italiano Alfredo Del Priore,

juntamente com quatro auxiliares (pequenos comerciantes locais), a empresa foi constituída a partir de uma cooperativa formada por 215 sócios. Del Priore detinha 15 cotas; Paulo Carneiro, Alfredo Savi Mondo, Cia. Carbonífera Catarinense, Otavio Búrigo & Cia., R. Lunardi & Cia. Ltda. e Irmão Manfro detinham 10 cotas; e as cotas restantes eram distribuídas aos demais. Havia sócios de diversas cidades de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais (Búrigo, 1988). A empresa estava situada em Cocal, localidade de Urussanga, em função da descoberta de argila de boa qualidade: o caulim, calcário, quartzo, feldspato e talco. Tanto a Cerâmica Henrique Lage como a CESACA utilizavam a matéria-prima minerada em Cocal, que estava nas terras da Sociedade Colonial de Cocal Ltda.. Na época, Cocal era conhecida na região como a “capital do caolim” (Machado, 2000).

Além de produzir azulejos, a Cerâmica Cocal também começou a produzir louças de mesa. Logo em seguida a produção de louça foi abandonada e a empresa dedicou-se apenas à produção de azulejos. Devido à problemas de ordem financeira e administrativa, em maio de 1959, foi decretada a insolvência da empresa. Maximiliano Gaidzinski, também sócio da CESACA, adquire a empresa no mesmo ano, após um acordo judicial e benevolências financeiras, voltando, a empresa, a produzir. Em janeiro de 1960, o nível de produção foi de 9 mil m²/mês, com 74 funcionários, e em 1965 a produção já era de 35,5 mil m²/mês, representando 3,2% da produção nacional de azulejos, empregando 209 funcionários (Eliane, 1999).

No início dos anos 60, também havia na região sul pequenas fábricas de ladrilhos, como as de João Cardoso de Medeiros, Osvaldo Dulcioni e Pedro Paulo Machado em Criciúma; Abel Maccari e Demício Joaquim Mendes, em Morro da Fumaça; e Tarcilia Réus Zanironi, em Içara (IBGE, 1967).

As condições materiais para a consolidação e expansão da indústria cerâmica em Santa Catarina estavam dadas, faltava apenas um novo arranjo institucional e financeiro para alavancar a produção e colocar as empresas no cenário nacional. A resposta veio com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), que se constituíram em verdadeiras alavancas de acumulação para o setor da construção civil no país.

A exemplo de outros setores da economia catarinense, o cerâmico teve origem na pequena propriedade. Esse modelo de acumulação pulverizada durou até os meados dos anos 60.

b) Papel, papelão e pasta mecânica

A primeira fábrica de papel a surgir no Brasil foi no período colonial, em 1809, na cidade do Rio de Janeiro e pertencia a Henrique Nunes Cardoso e Joaquim José da Silva. No ano de 1837, surgiu a fábrica de André Gaillard, em 1841 a de Zeferino Ferrez, e em 1852 a fábrica de Oviana, que fornecia papel jornal e que fechou em 1874 (Motta, Salgado, 1971). No final do século XIX, surgiram a Fábrica de Papel Paulista Salto (1886), dos irmãos Melchart, que ficava na cidade de Itú, e a Companhia de Melhoramentos (1890), em São Paulo. Até os anos 30 do século XX, foram fundadas em São Paulo a Companhia Fábrica de Papel, atual Klabin (1909), a Companhia Fabril Cubatão (1916) – que mais tarde foi adquirida pela Ripasa –, Papelão Limense S.A. (1923), que em 1958 passou a denominar-se Ripasa e a Fábrica de Papelão Simão e Cia. (1925); e no Rio de Janeiro, a Fábrica de Papel Pirahy (1925). Em 1919, foi fundado em São Paulo o Centro de Fabricante de Papel. Nos anos 40 e 50, surgiu a Companhia Suzano, em 1941, que começou com o nome de Papel Leon Feffer S.A., e trocou após a aquisição da Papel Euclides Damiani, em 1956; a Rigesa, em 1942, que nasce a partir da Gerin & Cia. de Campinas, sendo adquirida pela *West Virginia*, em 1953; e a Olinkraft, que chegou ao Brasil adquirindo a Cia. Fábrica de Papel Itajaí, em 1958. Nesse período, a Klabin começou o processo de fabricação de celulose de fibra longa, extraída do *Pinus*, e a Cia. Suzano de fibra, curta extraída do *eucalyptus*, ambas de áreas reflorestadas (Ferraz, 1996).

A primeira fábrica de papel em Santa Catarina foi a Cia. Fábrica de Papel Itajaí, de propriedade de Curt Hering e José Deeke²⁷, fundada em Itajaí no ano de 1912. No ano de 1950, a empresa abriu uma unidade em Lages, nas margens do Rio Canoas, onde comprou uma serraria, duas fazendas para fornecer a madeira e a fábrica Pasta Mecânica de Perimbó. Em março de 1958, a unidade da Papel Itajaí de Lages foi vendida para o grupo norte-americano Olin, e a empresa passou a se chamar Olinkraft Celulose e Papel S.A.²⁸. Em 1928 é fundada a S.A. Fábrica de Papelão Timbó, no município de Timbó, que era especializada em papelão hidráulico, cartolina em cores, papelão pardo para modelos e outras variedades.

No início dos anos 40, surgiram mais duas fábricas de papelão, a Botollo & Dal Pigol e a Pelaes e Hartmann, ambas na região de Caçador. Em 1943, foram abertas mais cinco e em 1944 mais uma (Thomé, 1995). Primo Tedesco é outro nome que está ligado à história do setor em Santa Catarina. De origem ítalo-brasileira, Primo Tedesco chega a Caçador em 1935, onde montou uma

²⁷ Anos mais tarde entraram na sociedade as famílias Schrader, Mueller, Rabe, Steinbach e Bornhausen.

²⁸ No início dos anos 80 a razão social da Olinkraft mudou para Manville e no início dos 90 para Igaras.

pequena fábrica de pasta mecânica; no final dos anos 40, a Tedesco começou a produzir papelão e cartão-couro. Somente na região de Caçador, no ano de 1944, já havia 21 fábricas de pasta mecânica. Em 1951, este número passou para 16, em 1955 para 20 e em 1961 para 16 (*Ibid.*).

Das atuais empresas que ainda estão no setor, a grande maioria surgiu de madeiras que instalaram suas unidades nos anos 30 e 40 e que diversificaram nos anos 40, 50 e início dos 60. Vejamos alguns exemplos: em 1940, surgiu a Indústria Salto Grande S.A., em Rio do Sul, atual Águas Negras S.A. Indústrias de Papel; em 1941, nasceu a Celulose Irani S.A., em Joaçaba; em 1943, a Induma Indústria de Madeiras S.A., em Rio do Sul; em 1944, a Indústria de Pasta Mecânica Pinheira, em Porto União, atual Indústria Novacki Ltda.; em 1945, a Fábrica de Papelão Ibicuí, em Campos Novos, atual Iguazú Celulose e Papel S.A.; em 1951, a Indústria e Comércio Luiz Olsen S.A., em Rio Negrinho, atual Cia. Volta Grande de Papel; em 1952, a Papelão Santa Cecília S.A., em Timbó Grande, atual Indústria Bonet S.A.; em 1954, a Adami S.A. Madeira, em Caçador; em 1958, a Polpa de Madeiras Ltda., em Lages; em 1962, a Papelose Industrial Ltda., em Fraiburgo, atual Trombini Papel e Embalagens S.A.; e em 1963, a Avelino Bragagnolo S.A. Ind. e Comércio, em Faxinal dos Guedes.

São empresas fundadas por pequenos madeiros, que colonizaram o planalto norte e oeste barriga-verde. A acumulação gerada com a extração e beneficiamento da madeira desdobrou-se na fabricação de pasta mecânica. A participação do item papel e celulose no VTI estadual passou de 1,65% em 1939, para 5,99% em 1959, colocando Santa Catarina ao lado do Paraná e de São Paulo (Anexo 1). Tomando como base a produção da Itajaí e da Irani, em 1945 a participação catarinense na produção nacional de papel era de 3,5%; com a entrada em operação da Olinkraft, a participação em 1961 passou para 5,3% (Anexo 7). A exportação de papel para o mercado interno até o ano de 1943 era feito basicamente pela Cia. Itajaí, já a de pasta mecânica, por várias pequenas empresas.

Tabela 11: Exportações catarinenses de papel para o mercado interno 1914-1959

Ano	Exportação de papel (em kg)	Ano	Exportação de papel (em kg)
1914	313.626	1938	2.132.000
1915	239.439	1939	1.789.000
1917	284.434	1940	1.789.000
1922	558.368	1941	2.214.000
1923	674.123	1942	2.170.000
1924	799.000	1943	2.211.000
1925	836.000	1947	3.518.000
1926	494.000	1948	4.500.000
1927	665.000	1951	4.291.000
1928	1.072.000	1952	5.030.000
1929	1.000.000	1953	5.541.000
1930	642.190	1954	5.456.000
1931	1.048.884	1955	13.459.000
1932	1.075.592	1956	13.651.000
1933	1.146.430	1957	15.230.000
1934	916.047	1958	9.781.000
1935	1.006.757	1959	9.804.000
1936	1.037.322		

Fonte: Mensagem dos governadores de 1915 a 1944; Comércio de Cabotagem do Brasil, 1947 a 1959.

A partir do final dos anos 30, começaram as exportações de pasta mecânica das indústrias catarinenses para o mercado nacional. Em 1939, Santa Catarina exportou apenas 90 toneladas de pasta mecânica. Nos anos seguintes, as exportações aumentaram exponencialmente, alcançando 2.444 toneladas em 1947.

Tabela 12: Exportações catarinenses de pasta mecânica para o mercado interno 1939-1947

Ano	Exportações de pasta mecânica (em kg)
1939	90.000
1940	254.000
1941	999.000
1942	2.783.000
1943	4.211.000
1944	4.273.000
1945	3.920.000
1946	959.000
1947	2.444.000

Fonte: Mensagem do Governador Aderbal Ramos da Silva, 1948

Em 1960, Santa Catarina já participava com 7,7% da produção nacional de celulose, destacando-se a Olinkraft, a Irani e a Itajaí, que respectivamente tinham 404, 400 e 350 funcionários. Na produção de pasta mecânica, em 1953, o Estado representava 39,4% da produção nacional (Capes, 1958)

Tabela 13: Produção catarinense de celulose (em t) e a participação nacional 1953-1962

Empresa	1953	1956	1958	1959	1960	1961	1962
Olinkraft			7.600	10.670	12.600	13.000	26.400
Cia. Itajaí					3.000	3.240	5.000
Celulose Irani					4.000	4.000	4.000
Total do Estado	8.457	16.854			19.600	20.240	35.400
SC/BR (em %)	2,9	4,4			7,7	4,9	6,3

Fonte: Anuário da Indústria de Papel e Celulose, 1961
 Obs.: Os dados de 1962 foram projetados pela ANFPC.

Esse seria o primeiro momento em que o setor era formado, sobretudo, por pequenos produtores locais. A partir do final dos anos 60, começa a mudar o perfil empresarial do setor em favor de grupos de fora do Estado.

c) Metal-mecânica

Há basicamente duas teses sobre a origem da indústria joinvillense: a primeira defendida por Almeida (1979), Temes (1984) e CEAG/SC (1980) e a segunda por Rocha (1997). Para Almeida (1979), a indústria de Joinville, e por extensão de todo o norte catarinense, é fruto da expansão das atividades ervateiras. Além da erva-mate fomentar o início da indústria, ela contribuiu para fixar os colonos na região. “Da exportação ao engenho para a industrialização do mate foi um passo rápido e Joinville tornou-se o maior centro de comercialização, industrialização e exportação de mate e desta forma reagiu contra o êxodo dos colonos para o planalto” (p. 14). Segue o autor: “o mate chegara a ser um produto mola de uma colônia de europeus recém chegados ao litoral catarinense” (*Ibid.*).

Além disso, completa Almeida, foram os luso-brasileiros que comandaram a “industrialização” do mate, utilizando mão-de-obra teuto-brasileira.

Em torno do beneficiamento da erva surgiram pequenas oficinas de reparos dos carroções (os sãobentowagen que transportavam a erva) e pequenas serrarias e marcenarias, que confeccionavam as barricas onde era armazenada a erva. Também surgiram atividades ligadas à construção e manutenção da estrada Dona Francisca e, em seguida, do ramal ferroviário. Segundo Almeida, podemos afirmar que a origem da indústria joinvillense é uma consequência da formação e da expansão do “complexo ervateiro”. Nesta mesma linha de raciocínio concordam Ternes (1984) e CEAG/SC (1980). Segundo Ternes, “indiscutivelmente, foi a erva-mate (...) o fator fundamental de formação de capital, que, mais adiante, será aplicado efetivamente numa industrialização diversificada e altamente produtiva e rentável” (209-210). Para CEAG/SC “a industrialização em Joinville ocorreu paralelamente à expansão do comércio ervateiro e em simbiose com o mesmo” (p. 88).

A segunda tese é defendida por Rocha (1997), para quem a origem da indústria joinvillense deve ser buscada em outros elementos: na presença da pequena produção mercantil. Segundo a autora, em Joinville as atividades comerciais do século XIX até a primeira década do XX, podem ser divididas em duas fases: a primeira, caracterizada “pelo sistema ‘colônia-venda’”, e a segunda que, além do comércio de produtos coloniais, cuidou do beneficiamento e exportação da erva-mate” (p. 26). Segue a autora:

O comércio, desde a fundação da colônia (1851) até a instalação dos primeiros engenhos de erva-mate em Joinville (1877), era, de um modo geral, o mesmo de outros núcleos coloniais da época, ou seja, a venda do produto não produzido pelos agricultores, como sal, ferramentas, tecidos, louças, e outros produtos importados e a aquisição de produtos coloniais como manteiga, banha, açúcar, madeira, etc., dos colonos (p. 26).

O pequeno comércio local foi estimulado pela expansão da renda, promovida pelas atividades ervateiras. Vários pequenos produtores e comerciantes, segundo Rocha, que nada tinham a ver com o “complexo ervateiro”, também entraram no ramo, beneficiando – por meio de engenhos – ou comercializando – por meio de firmas exportadoras – a erva-mate. A decadência das atividades ervateiras não causou muitos danos à economia joinvillense, porque as atividades urbanas e industriais estavam se multiplicando de forma exponencial como pequenas funilarias, oficinas de reparos, metalúrgicas, malharias e confecções, como a Metalúrgica Wetzel (1932), a Fábrica de

Máquinas Raimann (1933), a Fundação Tupy (1938), a Metalúrgica Douat (1948); e as malharias e confecções Bozler (1925), Vogelsanger (1926), Arp (1945), Campeã (1950), Princesa (1951) e Iracema (1958). Das que se originaram do comércio, da erva-mate e em geral, e diversificaram para a indústria, destacam-se a Cia. Fabril Lepper, que começou com comércio em 1852 e passou para indústria em 1907; a Cia. Comercial Carlos Schneider, fundada em 1881 e que passou a fabricar parafusos em 1959; Douat, Rosa e Cia., uma casa comercial que em 1948 fundou uma metalúrgica; e a Buschle & Lepper fundada em 1943, que começou comercializando especiarias e produtos químicos, e em 1954 começou a produzir produtos químicos, fertilizantes, herbicidas, inseticidas e outros. Portanto, para Rocha, a origem da indústria de Joinville deve ser buscada no dinamismo da pequena produção mercantil.

Entendemos que a origem de um parque industrial deve ser buscada em múltiplas determinações. No caso de Joinville, não pode ser desconsiderado o papel impulsionador que teve o “complexo ervateiro” e, ao mesmo tempo, nem o dinamismo da pequena produção em se interagir na sua expansão. Também devem ser destacados o impulso inicial dado pela construção da Estrada Dona Francisca e depois pelo ramal ferroviário e companhias colonizadoras, e a importância do Porto de São Francisco, que transformaram Joinville em um centro comercial regional, abaixo de Curitiba.

Nos dois casos, pequena produção e expansão das atividades ervateiras, predominava a acumulação mercantil, e era esta forma de acumulação que definia os rumos da economia regional. A origem pode ser explicada pelos dois casos, mas a expansão e a consolidação da indústria do litoral norte catarinense pós-45 só podem ser entendidas a partir do processo de industrialização brasileira, de urbanização e de integração do mercado nacional. E nesse processo, foi fundamental a participação do Estado, tanto em nível nacional como estadual, sobretudo, no segundo nível, pós-62. Ou seja, a constituição de um parque industrial dinâmico no litoral norte barriga-verde faz parte do movimento geral da industrialização brasileira.

Ressalta-se que a consolidação do setor metal-mecânico, na região, foi crucial para a mudança de padrão na economia catarinense, do mercantil para o industrial. O paradigma da formação sócio-espacial consegue explicar a origem da indústria na região até meados dos anos 40, quando o padrão de crescimento ainda era a pequena produção mercantil. Depois de 1945, quando começa a mudar o padrão de crescimento no Estado, a origem do parque industrial do litoral norte catarinense deve ser entendido dentro de um novo padrão de acumulação. Agora, as novas indústrias

não estão mais voltadas para o comércio local e sim para o nacional. Resumindo: apesar da sua importância, não é mais a pequena produção o *determinante maior* e sim a industrialização nacional.

Apesar da indústria metal-mecânica do litoral norte barriga-verde, em boa medida, ter se originado nas primeiras décadas do século XX, vamos deter-nos na sua expansão, que se deu pós-45. Destacaremos algumas indústrias de médio e grande porte, que ainda sobrevivem e têm uma inserção nacional e internacional. A exemplo de muitas que se originaram antes de 1945, várias começaram no “fundo do quintal” e tomaram dimensão nacional em menos de dez anos, mérito alcançado somente num contexto de industrialização nacional. O exemplo mais citado e conhecido nacionalmente é o da Fundação Tupy. A Tupy nasceu em 1930, quando três sócios, Albano Schmidt, Hermann Metz e Arno Schwarz, montaram uma pequena fundição e começaram a pesquisar a fórmula do ferro maleável, fato que ocorreu somente em 1938, ano da fundação da Tupy, tornando a primeira da América Latina detentora desta fórmula. Inicialmente, eram 60 empregados e uma produção de três toneladas por mês. No ano seguinte, já eram 150 funcionários e 20 toneladas/mês. Em 1941, a Tupy ganhou o Certificado de Similaridade Nacional na produção de conexão, igualando-se aos importados da Europa e EUA. As conexões da Tupy passaram a ser utilizadas na construção civil nos grandes centros urbanos. Em 1950, já eram 500 funcionários em uma produção mensal de 167 toneladas, atuando com escritórios em Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Durante a execução do Plano de Metas, a Tupy participou do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística) e começou a fornecer peças (tambores de freios) para a Volkswagen. Num processo de expansão e diversificação, adquiriu a Fiação Otto Hertz, em Amparo (SP), e instalou a Aço Granalha e a Plásticos Tupiniqum, ambas em Joinville. No início dos anos 60, já eram 1.930 funcionários (Fundição Tupy, 1963; Ternes, 1988).

A Wetzel iniciou suas atividades em 1932, fabricando torneiras e registros, por meio de fundição de metais não ferrosos, pelo processo de injeção sob pressão, pioneiro na América Latina. Nos anos 50, a Wetzel começou a produzir produtos de alumínio composto e componentes para instalação elétrica; e nos anos 60, ingressou no mercado de componentes para concessionária de energia elétrica (Faust, 1998; Wetzel, 1998). A Indústria Schneider S.A., fabricante de moto-bombas, surgiu a partir de uma pequena oficina que consertava máquinas e motores importados, em 1946. Os primeiros modelos de bombas hidráulicas produzidos eram manuais e posteriormente acoplados a motores elétricos, tornando-se a pioneira do Estado (Schneider, 1999). A Metalúrgica Schulz foi fundada por um ex-funcionário da Tupy, Heinz Schulz, em 1946, que começou

produzindo painéis e tachos de alumínio. Em 1963, entraram novos sócios na empresa e foi dobrada a capacidade de produção, começando a produzir produtos agrícolas e domésticos, como moinho de quirera, debulhadores de milho, chapas para fogão e painéis (Ternes, 1986). A Metalúrgica Duque foi fundada em 1955, produzindo fornos elétricos esmaltados e bombas hidráulicas. No ano seguinte, começou a produzir peças e acessórios para bicicletas, visando substituir as peças importadas. Nos anos 60, entra na linha de perfis, painéis, frisos de alumínio impresso e prateleiras para eletrodomésticos da linha branca em geral, ferragens eletrotécnicas para linhas de transmissão de eletricidade e peças para indústria automobilística (Duque, 1999). No final dos anos 50, a Monark era a única fabricante de pedal forjado a quente. No entanto, a partir de uma associação com a alemã Thun, a Duque começou a produzir pedais forjados a frio e passou a monopolizar esse segmento. A Docol nasce em 1956, em Jaraguá do Sul, a partir de uma pequena tornearia, e conserto de torneiras e três anos depois transfere-se para Joinville. Proveniente do capital comercial também foi a Ciser – Cia. Industrial H. Carlos Schneider – fabricante de fixadores (porcas e parafusos), constituída em 1959, para atender a Casa do Aço, uma loja de ferragens e ferramentas que atendia toda região, pertencente à própria família. A Metalúrgica Douat surge em 1948 como um desdobramento da casa comercial H. Douat & Cia.

No ramo de bens de consumo duráveis, em 1950 foi fundada em Joinville a Consul Refrigeradores. A CÔNSUL nasceu a partir da iniciativa de Rodolfo Stulzer e Guilherme Holderegger, que fabricavam anzóis em Brusque e que mais tarde associaram-se ao comerciante Wittich Freitag, para produzir geladeiras à querosene. Nesse mesmo ano, a produção foi de 22 unidades e no ano seguinte de 230. Seis anos após sua fundação, inauguram uma moderna fábrica e lançam os primeiros refrigeradores elétricos no mercado nacional, com 209 funcionários, produzindo 3,2 mil unidades, quase todas vendidas para o Rio de Janeiro. De 1957 a 1958, o nível de produção simplesmente passou de 4,2 mil unidades para 11,4 mil unidades. Em 1960, já eram 21 mil refrigeradores, empregando 400 funcionários e com filiais comerciais em Porto Alegre e Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, a produção foi aumentando vertiginosamente, a linha de produção foi sendo diversificada e a participação no mercado nacional ampliada, além disso, a empresa começa a exportar (Joaquim, 1989; Teixeira, 1996).

Fora de Joinville, merecem destaques três empresas: a Altona (em Blumenau), a Kohlbach e a WEG (ambas em Jaraguá do Sul). A história da Electro Aço Altona S.A. começa quando Richard Paul Werner, um ex-funcionário da companhia telefônica de Blumenau, montou uma pequena

oficina de reparos em motores e aparelhos elétricos. Em 1924, a pequena oficina passou a fundir ferro e anos mais tarde a trabalhar com aço, sendo uma das pioneiras no Brasil em produzir aço (Altona, 1999). A Kohlbach foi constituída em 1945 a partir de uma pequena oficina de conserto de aparelhos elétricos. Em 1950, começou a fabricar dinamos e em 1955 alternadores. Somente em 1960, foi que a empresa começou a produzir motores elétricos, numa pequena fábrica com 30 funcionários (Kohlbach, 1998). A WEG Motores S.A. nasceu em 1961, a partir de uma pequena fábrica de motores elétricos, fundada por três sócios: o eletricista Werner Ricardo Voigt, o administrador Eggon João da Silva e o mecânico Geraldo Werninghaus. No primeiro ano de atividade a produção foi de 146 motores, empregando nove funcionários; no ano seguinte foram 4.085 motores e 29 empregados. Em meados dos anos 60 já eram quase 4,5 mil motores para 81 funcionários (Ternes, 1997).

Mesmo não pertencendo ao setor de metal-mecânico, a Busscar S.A., fabricante de carroçarias para ônibus, merece destaque por fazer parte de um complexo maior que é a indústria dinâmica em Joinville. Em 1947, a Nielson & Irmão iniciou com uma pequena marcenaria, reformando carroçarias de ônibus. Em seguida, passou a fabricar carroçarias para caminhões e caminhonetes. Em 1956, começou a fabricar carroçarias metálicas para ônibus e em seguida, 1961, lançou o modelo Diplomata, primeiro ônibus brasileiro com dois planos – numa pequena fábrica com menos de 70 funcionários. Com o lançamento do Diplomata, a empresa passou a dedicar-se somente à produção de carroçarias de ônibus no segmento rodoviário.

Também ligada ao setor de transporte, em 1947 surge em Jaraguá a Metalúrgica João Wiest, atual Wiest S.A., fabricando silenciosos e escapamentos para veículos automotores. A metalúrgica surge a partir das experiências adquiridas durante o período da guerra, quando seu proprietário tinha uma pequena fábrica de gasogênio, que supria a falta de combustível.

A consolidação do setor metal-mecânico, ou melhor, do eletro-metal-mecânico, e de transportes, não pode ser entendida como resultado de iniciativas individuais. O fato de se originar de pequenas oficinas não explica a consolidação do setor. Essas pequenas oficinas jamais poderiam se tornar empresas nacionalmente consolidadas fora de um “projeto nacional de industrialização”. Este é movimento mais geral, e é nele que reside, em boa medida, os elementos que explicam a consolidação e a expansão deste setor. Devemos associar a esses elementos a participação do Estado, financiando e investindo em infra-estrutura. Sem crédito, sem energia e sem transportes não tem indústria.

O setor metal-mecânico em Santa Catarina surge num período de transição, portanto, apresentando características do antigo padrão de crescimento – pequena produção – e do novo baseado na média e grande indústria. A Tupy e a Consul são exemplos de grandes indústrias que se consolidaram nos anos 50 e tornaram-se responsáveis por parte considerável da expansão da renda nas décadas seguintes em Joinville.

4 – Metamorfose do capital: do mercantil para o industrial

Com a industrialização acelerada pós-30, São Paulo tornou-se o centro dinâmico da economia brasileira, o Estado com maior capacidade de ditar o ritmo da acumulação nacional. Dependendo da forma como a região se articulava com São Paulo, incorporava ganhos substanciais ou suas estruturas comerciais e industriais eram destruídas com a entrada de mercadorias ou de indústrias paulistas. Até os anos 70, podemos dividir a periferia em dois grupos: a) Estados que continuaram com suas estruturas econômicas e sociais imóveis e que mudaram com uma intervenção externa; e b) Estados que expandiram nos setores que tinham alguma especialidade e, num segundo momento, diversificaram suas economias.

No primeiro grupo se concentram parte dos Estados nordestinos, cuja estrutura agrária pouco mudou, nem no sentido da modernização técnica. Nem mesmo o capital comercial regional foi capaz de “metamorfosar-se em capital industrial e participar, decisivamente, daquele processo de acumulação mais avançado” (Cano, 1985, p. 258). A manutenção das estruturas débeis e de relações capitalistas de produção precárias, de certa forma, inibiram a penetração de capitais vindos do centro-sul e nas áreas em que ele entrou a concorrência foi predatória. Apesar das oportunidades de investimentos que apareceram para o capital comercial local, ele “não teve ‘fôlego’ suficiente para usufruí-las” (*Ibid.*). Nas áreas que necessitavam de investimentos industriais, esta foi coberta marginalmente pelo Estado seja de forma direta ou indireta. Conclui Cano:

Sendo assim, o capital industrial maiormente originado do pólo (São Paulo) pode conviver “pacificamente” na periferia nacional, com o capital mercantil, pois havia “espaço” institucionalmente chancelado pelo Estado e suficiente para ambos. Contudo, à medida que o potencial de acumulação do capital industrial força-o ainda mais, rumo à periferia, e que, assim sendo, tenha que “invadir o espaço do outro”, ai sim, a centralização e concentração do capital forçará a expulsão do capital mercantil, em direção à sua específica órbita (p. 259)

Somente com a liberação desses espaços ao capital industrial foi que o “processo de modernização da periferia” começou a caminhar. Cano afirma que é justamente nesta não metamorfose do capital mercantil para o industrial que reside “a questão básica do atraso periférico” (p. 259). A metamorfose implicaria na modernização das relações sociais de produção, que entraria em choque com as relações vigentes na agricultura tradicional.

No segundo grupo, encontram-se os Estados que tinham fortes relações comerciais com São Paulo e que aproveitaram o potencial que tinham em alguns produtos, para fortalecer suas indústrias. É o caso do Rio Grande do Sul no setor de alimentos, calçados, bebidas e vestuário e de Santa Catarina no de alimentos, têxteis e madeira. Ao mesmo tempo que esses Estados faziam parte desse segundo grupo, passaram a diversificar e modernizar suas estruturas para setores mais dinâmicos.

Como se deu o processo de metamorfose do capital em Santa Catarina? O processo foi uniforme em todas as regiões do Estado? Mesmo onde predominavam atividades extrativas (madeira e carvão) houve essa metamorfose para o capital industrial? Quem comandou esse processo? Para melhor responder a estas perguntas vamos fazer uma análise por setores e mesorregiões.

A origem da indústria têxtil em Blumenau está na pequena propriedade, seja do pequeno comércio local ou de pequenas fábricas, pequenos artesãos. O comércio local, proveniente do sistema colônia-venda, era responsável pelo abastecimento da vila e de localidades próximas. A expansão do comércio extrapolou as fronteiras da *hinterland* e alcançou a capital da província. Em Blumenau, do comércio também surgem as casas de beneficiamento de produtos rurais, como a manteiga e o queijo. Além do comércio, a origem de muitas indústrias em Blumenau está na pequena produção (Mamigonian, 1965; Hering, 1987). Seja proveniente do capital comercial, do sistema colônia-venda (que dava a base financeira), da pequena atividade industrial ou do pequeno artesanato, a origem do capital industrial em Blumenau e, por extensão Brusque, é diversa. O que unifica é a base: a pequena produção mercantil. A metamorfose do capital no Vale do Itajaí, de mercantil para industrial, deu-se praticamente na origem ou a própria origem foi do pequeno capital industrial.

Em São Bento do Sul, segundo Kaesemodel (1990), a origem da indústria moveleira deve ser buscada na “presença significativa de imigrantes-artesãos, ligados ao trabalho da madeira” (p. 34).

Segue a autora:

nas três primeiras décadas do século XX, pode-se contar com o elemento que caracterizaram fortes mudanças no desenvolvimento econômico da economia regional [imigrante-artesão]. A produção artesanal desenvolvida em marcenaria de fundo de quintal foi transformando-se em manufatura, tal foi o caso da Móveis Cimo (1921), Indústria Zipperer (1923) e Móveis Weihermann (1925) (p. 35).

São Bento do Sul beneficiou-se da exploração e do comércio madeireiro durante o período 1896-1921 para aumentar a produção de móveis e outros manufaturados e para atender o mercado local e regional (p. 36). De acordo com estudos de Kaesemodel, todas as marcenarias que se consolidaram nos anos 60 e 70 tiveram origem na pequena atividade madeireira.

No sul de Santa Catarina podemos observar essa metamorfose em dois setores: carbonífero e cerâmico. Nos anos 30 e 40, várias pequenas minas são abertas na região e quase todas de pequenos comerciantes ou agricultores (Zanette, Martinello, Scott, Milanez, Pizette, entre outros). No final dos anos 60, sobraram apenas 11 minas, sendo uma estatal (Companhia Próspera, subsidiária da CSN), três dos empresários cariocas (CBCA, a Barão do Rio Branco e a Ibracoque) e as demais de capital local. As primeiras cerâmicas – Cesaca, Ceusa e Cerâmica Cocal – começaram como sociedade entre pequenos comerciantes locais. Apenas a Cecrisa foi um desdobramento da indústria carbonífera.

A forma de ocupação do oeste barriga-verde, baseada na pequena propriedade, gerou uma forte economia mercantil. O excedente da produção era comercializado localmente e com frigoríficos paulistas. Esse sistema propiciou a acumulação de capital nas mãos de alguns comerciantes que diversificaram para a indústria alimentar. Mesmo numa região onde predominam as atividades agrícolas e pecuárias, o capital comercial metamorfoseou-se para o beneficiamento dos produtos agrícolas e pecuários.

Podemos concluir que a metamorfose do capital em Santa Catarina cumpriu sua função dinâmica. Da pequena produção mercantil, do sistema colônia-venda, dobrou-se para o capital industrial ou agroindustrial. Sendo assim, a lacuna para investimentos de fora no intuito de romper com o atraso, como se deu em alguns Estados brasileiros, não foi necessário em Santa Catarina, pelo

menos até o final dos anos 60²⁹. O espaço foi preenchido pelo capital local que se integrou ao mercado regional e nacional.

5 – As deficiências estruturais e institucionais

Durante o período de 1945 a 1962, ocorreu um verdadeiro alargamento da divisão social do trabalho em Santa Catarina. Por um lado, com o surgimento de novos setores, como o cerâmico, a consolidação e a expansão acelerada do metal-mecânico e a diversificação do complexo madeireiro para papel e pasta mecânica. Por outro lado, com a ampliação do têxtil e carbonífero e o início da transformação do alimentar para o agroindustrial. O surgimento dessas novas indústrias, internamente, é resultado da metamorfose do capital mercantil para o industrial. O capital-dinheiro acumulado na esfera mercantil transformou-se em capital industrial, mesmo num processo lento de acumulação. Pelo lado exógeno, a lenta acumulação da pequena produção mercantil foi acelerada quando o capital se engajou no “projeto nacional de industrialização” e no planejamento estadual, surgindo as grandes indústrias catarinenses. A grande empresa passou a subordinar o pequeno capital, seja num processo de complementaridade ou de “aprisionamento”³⁰. É a pequena produção gerando as condições para a sua própria negação. Com base no número de funcionários, podemos afirmar que o setor têxtil era o único que se constituía como oligopólio competitivo, com forte inserção nacional. Há uma rápida expansão das indústrias metal-mecânica, com destaque para a Tupy que apresentava elementos de uma grande indústria, e a indústria alimentar. No entanto, este movimento de ampliação e diversificação da base produtiva sofria constantes limites: falta de energia, recursos financeiros e infra-estrutura viária e portuária. Esses limites reforçavam ainda mais a desintegração econômica do Estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões.

²⁹ Com exceção do setor de papel e celulose, em que a maior parte dos grandes investimentos foi feita por capitais de fora.

³⁰ Como é o caso do sistema de integrados no complexo agroindustrial.

Santa Catarina apresentava uma base industrial “quase implantada”. As condições materiais exigiam novas formas superiores de organização capitalista, organizadas a partir do Estado para liberar as forças produtivas que entravavam o processo de acumulação.

Pode ser observado, no quadro a seguir, que nessa fase transitória já se faziam presentes muitas indústrias, com mais de 100 funcionários³¹, nos mais diversos setores.

Quadro 6: Número de funcionários de algumas empresas catarinenses nos anos 40 a 60

Empresas	Ano	Número de funcionários
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux	1945	1.785
	1948	1.854
	1955	2.109
Indústria Têxtil Cia. Hering	1961	1.820
Indústria Têxtil Garcia	1961	1.618
Artefato Têxteis Artex	1961	749
Cia. Têxtil Karsten	1961	334
Malhas Sul Fabril	1961	333
Tecelagem Kuehnrich – Teka	1961	319
Companhia Carbonífera Urussanga	1945	334
	1950	229
	1954	289
Cia. Hansen Industrial – Tigre	1952	208
	1958	400
Fundição Tupy	1945	520
	1950	550
	1955	870
	1960	1.930
Cerâmica Imbituba S.A.	1951	300
Cerâmica Santa Catarina – Cesaca	1951	140
Cerâmica Cocal Ltda. (futura Eliane)	1959	74
Refrigeração Consul	1950	20
	1955	161
	1960	398
S.A. Indústria e Comércio Concoórdia – Sadia	1945	145
	1950	210
	1955	315
	1960	665
Ponzoni Brandalise S.A. – Perdigão	1958	400
Fábrica de Cristais Hering S.A.	1961	749
Indústrias Augusto Klimmek S.A. – Escovas Condor	1945	257
	1950	292
	1959	500
Cia. Itajaí da Papel	1959	350
Celulose Irani	1959	400
Olinkraft Papel e Celulose	1959	404

Fonte: Cesaca, 1951; Anuário Estatístico de Papel e Celulose, 1961; Fundação Tupy, 1963; Mamigonian, 1960, 1965; Martins, 1973; Heidemann, 1981; Ternes, 1988; Hering, 1987; Joaquim, 1989; Scapin, Tassara, 1996; Assis, 1997; Relatórios de Atividades da Sadia, vários anos.

³¹ Excluindo a Cerâmica Cocal Ltda..

a) O estrangulamento de energia elétrica

Nos anos 40 e 50, era constante a falta de energia elétrica no país. O crescimento acelerado da indústria nacional exigia novos investimentos em infra-estrutura, para tanto foram construídas grandes hidroelétricas. Como exemplos poderíamos citar a constituição, em 1945, da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), que construiu a usina hidroelétrica de Paulo Afonso em 1955, para atender a demanda de oito Estados nordestinos; a fundação da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) em 1952, que encampou pequenas geradoras e distribuidoras de energia em Minas Gerais e passou a atender a demanda mineira de energia; e a criação da Centrais Elétricas de Fumas em 1957, para produzir energia a partir da construção de grandes hidroelétricas para a região Sudeste (Lima, 1995). Um dos tripés que sustentavam o Plano de Metas eram os investimentos em energia. Somente para esse setor foram destinados, durante o período de execução do Plano, 24,8% das operações em moedas estrangeiras e 44,9% em moedas nacionais (BNDE). Excluindo a construção de Brasília, o setor de energia absorveu 43,4% de todos os recursos canalizados para o Plano (Lessa, 1982).

O sistema de geração e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, antes da criação da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.), em 1955, não se diferenciava de muitos Estados brasileiros, ou seja, um sistema fragmentado sendo alimentado por pequenas iniciativas privadas locais ou por multinacionais. As primeiras iniciativas na geração e distribuição de energia em Santa Catarina foram sociedades de pequenos proprietários locais, que com recursos próprios construíram pequenas hidroelétricas. Em Joinville, operava desde 1907 a Empresa Joinville de Eletricidade Luz e Força; em Blumenau, foi construída a Hidroelétrica Busch em Gaspar Alto, em 1915 a Hidroelétrica Salto e somente em 1920 foi constituída a Empresa Força e Luz de Santa Catarina³², incorporando as duas hidroelétricas; em Jaraguá do Sul a Empresa de Eletricidade de Jaraguá Ltda., é de 1923; em Mafra-Rio Negro-Itaiópolis, a Empresa de Eletricidade, Luz e Telefone foi fundada em 1909; em São Bento do Sul a Empresa Luz e Força de São Bento Henrique Moeller & Cia. é de 1912; e, mais próximo a Florianópolis, em Tijucas e Nova Trento, a Empresa de Eletricidade Tijuquense Ltda., foi fundada em 1928. No ano de 1929, no governo de Adolpho Konder, todas essas empresas foram incorporadas pela empresa alemã AEG (*Algemeinde Eletricitaets Gessolchaft*), unificando numa só empresa chamada Empresa Sul Brasileira de

³² Inicialmente a Empresa Força e Luz de Santa Catarina pertencia a empresários paulistas, mas em seguida, 1924, a empresa foi adquirida por empresários blumenauenses.

Eletricidade S.A., a EMPRESUL. Como parte de indenização da Segunda Guerra Mundial, a EMPRESUL foi incorporada ao patrimônio nacional em novembro de 1945 e suas ações foram doadas ao Estado de Santa Catarina (Almeida, Schmitz, 1995; Raulino, 1997).

Em Florianópolis e região, a energia elétrica chegou em 1910, no governo Gustavo Richard, a partir da iniciativa estatal, com a construção da Usina Hidroelétrica Maroim. De 1910 a 1938, a responsabilidade sobre o sistema de energia para a região passou por vários arrendatários, entre eles o próprio Estado, de 1918 a 1924, quando Hercílio Luz criou a Cia. de Luz e Força. No ano de 1938, sob o comando de Nereu Ramos, finalmente o Estado assume a direção da empresa. No planalto de Lages, a geração de energia iniciou em 1916, e em 1938 é fundada a Empresa Força Luz de Lages, responsável pela distribuição, e mais tarde, em 1944, foi criada a Cia. Catarinense de Força e Luz S.A. – COSEL; em Videira a geração de energia iniciou nos anos 30 e somente em 1940 foi fundada a Empresa Força e Luz Perdizes, que transformou-se na Força e Luz Videira S.A. – VIDELUZ; em Concórdia a geração de energia ficou por conta da companhia colonizadora Sociedade Territorial Mosele, em 1925; em Criciúma a energia chegou em 1920 e logo em seguida é fundada a Empresa Força e Luz Júlio Gaidzinski Ltda., que atuou até 1943, quando foi adquirida pela Cia. Carbonífera Próspera S.A; e em Tubarão a geração de energia ficou sob responsabilidade da CBCA, que iniciou em 1923, ficando até 1963, quando foi incorporada pela CELESC. (Zumblick, 1974; Milanez, 1991; Almeida, Schmitz, 1995;).

O panorama energético em Santa Catarina, até final dos anos 50, era composto por uma série de empresas que ao mesmo tempo eram responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia em todas as cidades do Estado. Segundo o POE (Plano de Obras e Equipamentos), “a deficiência de produção de energia elétrica é sentida em todo o Estado de Santa Catarina. Mesmo nas regiões em que é mais abundante, o racionamento é freqüente. É um dos pontos de estrangulamento da economia catarinense que urge corrigir” (1955, p. 6). Com o crescimento industrial e populacional, faziam-se necessários novos investimentos, algo quase que impossível para as empresas geradoras, pois elas não tinham recursos disponíveis para tal investimento. A falta de energia dificultava a execução de novos investimentos:

No transcorrer da Segunda Guerra, os projetos de ampliação das usinas forma suspensos. Apresentado uma economia em forte expansão, a região de Joinville chegava a sofrer um racionamento de 1.020 kwh no ano de 1949. (...) No ano de 1950, devido à sua baixa produção, a Usina Maroim, a primeira do Estado, não apresentava mais condições de atender a demanda da Grande Florianópolis (Almeida, Schmitz, 1995, p. 144).

Em 1956, o governador Jorge Lacerda “pretendia aumentar a potência instalada de energia elétrica de 56.527KW para cerca de 248.000KW, pois a potência existente não atendia em absoluto as exigências ‘verdadeiramente dramáticas’, na fala do governador, para a sociedade catarinense” (p. 35). Pouco se fez até meados da década de 50.

Estado eminentemente agrícola, na década de 50, Santa Catarina vinha impondo em prática uma política de estímulo à implantação de indústrias. Porém, o principal entrave era o abastecimento de energia elétrica. Isso se revelava mais acentuadamente porque toda a energia instalada em Santa Catarina, em torno de 100.000KW, era insuficiente. Pequenos motores a diesel abasteciam praticamente toda indústria catarinense, enquanto o racionamento era a permanente preocupação das cidades (p. 37).

Segue o estudo afirmando que em 1960 o quadro continuava ainda caótico e “novas empresas não podiam se instalar e as antigas tinham seus planos de expansão limitados em função da falta de energia elétrica” (p.44). Segundo Lago (1968), mesmo com os investimentos feitos nos anos 50, o racionamento continuava e se estendia para todas as regiões do Estado:

o racionamento no consumo, por parte de indústrias instaladas no centro dinâmico da bacia do Itajaí, tornou-se circunstância freqüente, forçando a utilização de geradores próprios (diesel-elétricos), entre as unidades fabris, que sabidamente oneram o custo da produção, embora vitais para a manutenção do ritmo das atividades. Em outras áreas, como o Planalto Campestre [região de Lages], Vale do Peixe e Oeste, a carência crônica dificultava melhorias tecnológicas nas atividades madeireiras. Os esforços particulares conseguiram implantação de numerosas mas pequenas obras, visando atenuar a insuficiência de energia elétrica e possibilitar a integração econômica nos níveis da industrialização (p. 238).

Havia no Estado vários exemplos de iniciativas empresariais para solucionar o problema específico do racionamento de energia. Nos anos 40, em Concórdia, a Sadia montou uma pequena usina para atender a sua demanda; nos anos 50, em Blumenau, a Electro Aço Altona e em Caçador, a Primo Tedesco, tinham os seus próprios geradores. Em Lages, várias madeireiras também dispunham de pequenos motores (locomóvel) para fornecer-lhes energia. Mesmo com todo o problema no abastecimento, somente as regiões com mais indústrias e urbanizadas do Estado, em torno de Joinville e Blumenau, juntamente com a área da capital do Estado e litoral sul, tinham um suprimento de energia satisfatório.

Com a insuficiência de energia elétrica produzida pelas empresas privadas e o vertiginoso aumento da demanda, pressionado pela expansão industrial, justificavam-se as intervenções feitas pelo Estado na produção e distribuição de energia, a partir do final dos anos 50. Em 1955, no final

do governo Irineu Bornhausen, foi criada a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) e em 1957, no governo Lacerda, iniciada a construção da Sociedade Termelétrica de Capivarí S.A. (SOTELCA), sob responsabilidade da CSN, que incorporou a UTEC. No entanto, ambas começaram a apresentar resultados concretos somente nas décadas seguintes.

b) A deficiência nos transportes rodoviários

No processo de formação da economia brasileira, o problema da integração regional era uma constante. Getúlio Vargas afirmava que o Brasil era um verdadeiro “arquipélago” com interesses regionalizados. Apenas um forte processo de integração comercial e produtiva, comandado a partir dos interesses do Estado, é que poderia reduzir o federalismo fratricida no país.

Segundo Barat (1996), as deficiências das ferrovias e da navegação de cabotagem "fizeram com que o transporte rodoviário começasse a ser visto, já nos anos 30, como uma alternativa mais adequada para suplementação de capacidade e maior abrangência espacial da malha rodoviária" (p. 203). A industrialização e o aumento do fluxo de mercadoria entre as regiões acelerou o processo de integração. Além da integração, segue Barat:

o aumento e a diversificação da produção industrial passaram a gerar fluxos de cargas fracionadas com altos valores por unidade e peso, que justificavam a suplementação da oferta de transporte por meio das rodovias. O transporte rodoviário deixava de ser visto como uma modalidade com funções locais ou regionais para se tornar uma prioridade nacional (p. 205).

A partir de 1937, foi implementada uma série de medidas para gerar uma base fiscal e institucional sólida, para criar uma nova política de transporte no país. Entre elas a aprovação do Plano Nacional de Viação, a criação do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) e a criação de novas contribuições vinculadas. A deterioração do sistema ferroviário e portuário, associada "à incapacidade relativa de promover, por meio das ferrovias, a unificação do mercado interno para suporte da industrialização, em virtude do isolamento dos sistemas ferroviários regionais" (p. 205), tornou o transporte rodoviário a alternativa mais adequada para integrar o mercado nacional. Entre os anos 40 e 60, houve "um grande surto de pavimentação que alterou significativamente a qualidade do sistema rodoviário pela ampliação, em mais de oito vezes, da extensão da malha rodoviária" (p. 207). A tendência para pavimentar as rodovias continuou nos anos

70, "quando as rodovias pavimentadas quadruplicaram e passaram a representar cerca de 27,0% da extensão total" (*Ibid.*)

Durante o Plano de Metas, o DNER transformou-se numa poderosa agência manipuladora de política econômica. Dos investimentos requeridos pelo Plano, 29,6% estavam destinados ao transporte. Das operações em moedas estrangeiras, 24,8% foram destinadas aos transportes e 15,3% das operações em moeda nacional. A malha rodoviária federal pavimentada saltou de 2.376km em 1955 para 9.591 em 1961 e a malha estadual pavimentada de 757km para 4.542km, respectivamente. A "Caravana da Integração Nacional", capitaneada por JK, pelo menos nos últimos quilômetros próximos de Brasília, inaugurou as rodovias Goiânia-Brasília (200km), Belo Horizonte-Brasília (700km), Fortaleza-Brasília (1.500km), Belém-Brasília (2.000km) e Rio Branco-Brasília (2.500km) (Lessa, 1982).

Em Santa Catarina, o sistema de transporte rodoviário até os anos 40 era ainda muito precário. O Estado era todo recortado com estradas de cargueiros e com poucas estradas de rodagem. Em 1936, foi traçado o primeiro Plano Rodoviário Estadual, destacando as ligações entre Itajaí e Lages, passando por Blumenau e Rio do Sul; entre Florianópolis e Xanxerê passando por Lages – futura BR-282; entre Porto União e Joinville; entre Joinville e Blumenau; e a ligação entre Florianópolis e Tubarão (Silva, 1978). No Plano de 1939, havia 2.688 km de estradas de primeira classe e 1.721 km de estradas de segunda classe (Mensagem Nereu Ramos, 1939). Nos anos 50, já estava traçada a futura BR-2 (BR-116), antigo caminho dos tropeiros, que corta todo planalto barriga-verde.

Como Santa Catarina teve uma formação desintegrada interestadual e uma forte ligação com a economia nacional, poucos investimentos foram feitos em rodovias. O oeste, o planalto norte, o Vale do Itajaí e o sul estavam sendo supridos com as ferrovias. Porém, excluindo o ramal entre São Francisco e a EFSPRG, não havia uma ligação ferroviária entre as três ferrovias catarinenses e um ponto de convergência. Em função da opção nacional, feita nos anos 50, pelo transporte rodoviário, não foram feitos novos investimentos nas ferrovias, tornando o sistema de transporte caótico. Em 1955, dos 458km de rodovias federais em Santa Catarina apenas 22km eram pavimentados e dos 5.002km de estaduais apenas 12km eram pavimentados. Em 1960, a situação se altera um pouco em relação à rodovia federal, com a pavimentação da BR-2, passando para 330km (num total de 769km). Nas estaduais, pavimentou-se mais 61km (num total de 5.042km), somando 73km de

rodovias estaduais pavimentadas (Anexo 14). Nesse período, o transporte rodoviário constituía-se num verdadeiro nó de estrangulamento para a economia catarinense. Segundo o POE (1955):

O transporte de bens, no Estado de Santa Catarina, é caro e vagaroso. Desde os velhos caminhos de cargueiros à ferrovias, o sistema de transporte tem ficado continuamente aquém das necessidades das populações a que serve. As picadas evoluíram para as estradas atuais, sem, contudo, atingirem às condições que a economia catarinense requer; as estradas de ferro também não acompanham a evolução econômica, mantendo-se, atualmente, incapazes de atenderem ao volume de trocas que se verifica nas regiões de sua influência (p. 35).

Para se ter uma idéia do grave problema que a falta de investimento em rodovias estava causando para a economia catarinense nos anos 50, podemos citar os dois exemplos de empresas que buscaram novas alternativas de transportes para se integrarem mais rapidamente aos centros consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro: a Sadia e a Perdigão, que optaram pelo transporte aéreo. Segundo Teixeira (1994), para a Sadia

Um dos maiores problemas nos primeiros tempos era levar os produtos de Concórdia até São Paulo, ou mesmo Bauru ou Rio de Janeiro. As limitações técnicas de resfriamento e congelamento dos produtos nos frigoríficos e nos depósitos das filiais ou dos representantes, somada à longa duração das viagens, comprometiam a qualidade geral dos produtos e podiam causar prejuízos significativos. No início dos anos cinquenta, as condições do transporte melhoraram um pouco. A distância diminuiu com a abertura da atual BR-116 entre Lages e Curitiba – eliminando grande volta pelo litoral catarinense – e começaram a circular os caminhões isotérmicos (p. 38).

Eram 900 km de rodovias precárias entre Concórdia e São Paulo. “Tal situação ameaçava estrangular a atividade industrial da Sadia na área de suínos. A solução para romper esse gargalo veio por sugestão de Omar Fontana: levar o produto de avião” (p. 39). Em 1952 foi adquirido um DC-3 da Panair.

O mesmo ocorreu com a Perdigão, que segundo Scapin, Tassara (1996), “apesar de precárias, as estradas do sul do Brasil eram a melhor opção para o transporte e para o escoamento da produção, uma vez que os trens eram ainda demorados e as ferrovias poucas” (p. 67). A solução encontrada assemelha-se a da Sadia. Em 1957 a Perdigão comprou um avião Douglas DC-3, com capacidade para 3 mil kg de carga. O percurso entre Videira e São Paulo ficou reduzido a duas horas. Com a pavimentação da BR-116 e com o advento da câmara frigorífera, o transporte aéreo de carga foi abandonado pelas duas empresas, ficando somente a Sadia Transporte Aéreos até 1972, vindo a ser, a Transbrasil S.A. Linhas Aéreas, totalmente independente do Grupo Sadia.

c) A falta de linha de crédito

Nos anos 30, a capacidade de expansão da indústria brasileira estava limitada pelas frágeis bases técnicas e financeiras. A base financeira limitava o crescimento porque havia inúmeras casas bancárias e nenhuma tinha capital suficiente para financiar os vultosos projetos de infra-estrutura, exigidos pelas indústrias. A solução seria a incorporação de formas capitalistas avançadas via concentração forçada do sistema financeiro nacional, formando a simbiose banco-indústria (capital financeiro), comandada a partir dos interesses nacionais. Além da concentração, fazia-se necessária a implantação de uma radical política tributária que fosse capaz de dar suporte aos recursos preconizados. Para tal feito, parcela da burguesia nacional teria que abrir mão dos ganhos fáceis e parar de imitar os estilos de vida europeu e norte-americano. A solução encontrada, como sempre, foi “a fuga para frente”, acomodando os interesses por meio de duas frentes: primeiro criou-se, em 1952, um sistema estatal de financiamento centrado na BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), e segundo, optou-se pela tomada de recursos externos.

O sistema bancário em Santa Catarina, até o início dos anos 60, era constituído por uma série de pequenas casas bancárias, que tinham abrangência local e financiavam apenas a pequena propriedade rural para investimentos de curto prazo. No início do século XX, começaram a surgir várias cooperativas de crédito agrícola no Brasil, sobretudo em Minas Gerais. Com o avanço das cooperativas, em 1907 o então presidente Affonso Penna regulamentou o sistema de sindicatos e cooperativas, além de abrir um crédito pelo Ministério da Viação (Pellizetti, 1985).

Podemos dividir em três períodos a história bancária de Santa Catarina: de 1907 a 1935, quando predominavam as pequenas cooperativas de crédito agrícola; de 1935 a 1962, quando surgem e se expandem em todo o Estado os bancos catarinenses; e pós-1962, com o surgimento dos bancos oficiais de fomento e a incorporação dos bancos locais por grandes bancos nacionais.

O primeiro estabelecimento de crédito agrícola em Santa Catarina foi a Caixa Cooperativa do Sindicato Agrícola de Blumenau, fundada por pequenos proprietários em 1907, que os auxiliava emprestando dinheiro sobre a hipoteca de imóveis. A Caixa foi incorporada em 1927 pela Caixa Agrícola de Blumenau S.A. Em 1916, o Banco do Brasil se instalou em Florianópolis, em 1918 expandiu-se para Joinville e no final dos anos 50 já totalizava onze agências. O apoio oficial ao cooperativismo teve início na segunda metade dos anos 20. Até meados dos anos 30, o sistema bancário em Santa Catarina era formado basicamente pelas cooperativas de crédito agrícola, os chamados modelos Luzzatti e Raiffeisen. As cooperativas prestavam assistência financeira aos

agricultores, fundamentando-se na responsabilidade solidária e ilimitada, e tinham uma área de abrangência limitada e um caráter ético e cristão. No sistema Luzzatti, o banco que mais se destacou em Santa Catarina foi o Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança (atual Rio do Sul), fundado em 1928, e incorporado pelo INCO (Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.) em 1936 (Pellizetti, 1985).

Além desse exemplo, podemos citar outros como o Banco Popular e Agrícola de Santa Catarina, fundado em 1927, e sediado em Florianópolis, o Banco de Crédito Popular e Agrícola do Vale do Itajaí, fundado em 1929, e liquidado em 1949. São Joaquim (1929), Concórdia (1929), Porto União (1931), Chapecó (1936) e Timbó (1949) também tiveram suas cooperativas de crédito. Todas as cooperativas de crédito em Santa Catarina foram incorporadas basicamente pelo INCO (Schmitz, 1991). Essas cooperativas tinham uma atuação restrita, portanto Santa Catarina “prescindia de uma organização bancária de caráter estadual” (p. 104). Até meados dos anos 30, não existiam bancos privados catarinenses, somente bancos com matrizes em outras praças e as cooperativas. Em 1935, foi fundado pelas famílias Bornhausen e Renaux o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., o INCO, com sede em Itajaí. Em poucos anos, o INCO já estava com agências nas principais cidades do Estado e se expandindo para outros Estados da federação. Em 1956, já eram 55 agências em Santa Catarina, sete no Paraná e uma na Guanabara. No ano seguinte, o INCO incorporou o Banco Nacional da Cidade de São Paulo ampliando para 101 agências, sendo que 34 em São Paulo. Durante a gestão de Irineu Bornhausen, de 1951 a 1955, o INCO praticamente transformou-se no banco oficial do Estado, sendo depositário do Tesouro. Para se ter uma idéia, em 1950 o INCO era responsável por apenas 2,1% dos depósitos do Tesouro, passando para 69,0% em 1955. Mesmo sendo um banco de abrangência estadual, o INCO “abstinha-se, sistematicamente, de operar a ‘prazo longo’ e empréstimos hipotecários” (*Ibid.*, p. 122). Segundo Schmitz (1999):

A característica desses bancos consistia em que os créditos que concediam eram liquidáveis a curto prazo e em dia determinado, o que era decorrência da circunstância de se subordinarem os depósitos que recebiam às mesmas condições. Essas operações de crédito pertenciam, especialmente, a desconto de duplicatas, crédito à base de duplicatas caucionadas a adiantamentos de importação e exportação (p. 4).

Incluindo as agências de capital local e nacional, em 1940 havia no Estado 32 agências bancárias. Em 1950 passa para 63, em 1960 para 120 e em 1970 para 218. A diversificação e a

ampliação da indústria exigia a monetização da economia e o surgimento das novas agências respondia a esta crescente demanda. Desde que seja nacional, independe da procedência do banco. A questão central era a urgente monetização da economia e a geração de crédito a longo prazo, já que os bancos locais não conseguiam suprir a demanda por moeda. Dada a forte expansão da economia, abria-se uma lacuna para ser ocupada por bancos nacionais. Todos os cinco bancos catarinenses foram incorporados no final dos anos 60 e início dos 70, por grandes bancos nacionais (Anexo 9). Os bancos locais não suportaram a concorrência e a expansão dos grandes bancos paulistas, gaúchos e paranaenses e aos poucos foram incorporados. A maior incorporação foi, sem dúvida, a do INCO, feita pelo Bradesco em 1968.

Com relação ao crédito de longo prazo, nos anos 50 limitava-se apenas aos recursos ofertados pelo BNDE, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Do montante de crédito liberado para a Região Sul, Santa Catarina foi o Estado que menos se beneficiou. Afinal, perto da economia gaúcha e paranaense, a catarinense ainda era pouco representativa. Do total liberado pelo Banco do Brasil para os três Estados sulinos, entre os anos de 1947 a 1960, apenas 9,6% foram destinados à Santa Catarina. O mesmo pode ser dito do BNDE, entre 1952 e 1960 somente 6,7% foram destinados ao Estado barriga-verde (IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil, vários anos) (Anexos 10 e 11).

A economia catarinense estava sendo monetizada aos poucos, com o aumento de casas bancárias, porém a falta de crédito de longo prazo estava se tornando um entrave para a execução de novos investimentos ou a ampliação da capacidade instalada do parque industrial. A solução viria pós-1962, com a criação do BDE (Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina S.A.), do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento de Extremo Sul) – juntamente com Paraná e Rio Grande do Sul –, do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) ligado ao BDE, substituído pelo PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas) em 1975, e mais tarde pelo PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) em 1988.

6 – Oligarquias brancas e capitães de indústrias

Após a segunda cisão na política catarinense, em 1935, entre os integrantes da Legião Republicana Catarinense e do Partido Liberal Catarinense, que criaram a Aliança Liberal em 1929, formaram-se claramente duas facções políticas antagônicas em Santa Catarina, antagonismo que, num primeiro momento, não deve ser analisado do ponto de vista ideológico, mas apenas como busca do poder pelo poder. Em 1935, para combater a candidatura de Nereu Ramos ao governo do Estado, Aristiliano Ramos, Henrique Rupp Júnior, Adolpho Konder, Victor Konder e Fulvio Aducci formaram a coligação “Por Santa Catarina”. A vitória de Nereu e a sua posterior indicação como interventor, em 1937, acirrou os conflitos políticos entre Ramos e Konder-Bornhausen, e dentro da própria oligarquia Ramos.

Durante a Campanha da Nacionalização do Estado Novo, as cidades de Blumenau e Joinville foram duramente castigadas, com perseguições a membros que, suspeitosamente, ou realmente, faziam parte de grupos de apoio político ao Partido Nazista. Foram fechados os jornais em língua alemã, ficou proibido ensinar outra língua nas escolas a não ser o português, vários executivos de empresas foram afastados por constarem seus nomes na famosa “Lista Negra”³³ e foram fechados todos os clubes esportivos, teatros, sociedade musical e jornais que resgatavam as tradições alemã, austríaca, polonesa ou italiana (Bruhns, 1997; Campos, 1999). No sul do Estado, os italianos também sofreram as mesmas perseguições, principalmente no tocante à questão da língua e ao ensino nas escolas. Para evitar a propagação do italiano, ou de alguns dialetos como o bergamasco, ficou proibido falar em locais públicos a língua materna, e os filhos de imigrantes deveriam apenas aprender em casa o português. A Campanha de Nacionalização fez aumentar ainda mais a rivalidade entre Ramos e Konder, saindo do campo político para entrar em questões étnicas.

A origem econômica das duas facções são distintas: os Konder-Bornhausen são de Itajaí e tinham o apoio dos comerciantes e industriais do Vale do Itajaí e de Joinville, eram sócios da Cia.

³³ Em Blumenau, foram incluídas na Lista Negra a Hering e a Teka, seus proprietários foram afastados e substituídos por nomes indicados pelo interventor estadual (*Revista Paulista de Indústria*, 1955; Kuehnrich, 1995); em São Bento do Sul, a Indústria Augusto Klimmek S.A., fabricante da marca Condor, também foi incluída na Lista (Ternes, 1989); em

Fábrica de Papel Itajaí (em sociedade com os Hering e Deeke), da Companhia Carbonífera Próspera, da Fábrica de Máquinas Raimann e proprietários do Banco INCO (em sociedade com os Renaux); e os Ramos são de Lages, de origem essencialmente pecuarista e latifundiária. Do ponto de vista econômico, inicialmente os Konder-Bornhausen representavam o “progresso”, apesar da tendência liberal, e os Ramos o atraso.....

Com o fim do Estado Novo e o início do processo de redemocratização pós-45, todos os interventores estaduais foram afastados e criados novos partidos políticos. Nereu Ramos, habilmente, indicou Udo Deeck, um blumenauense, para ocupar seu cargo. A intenção era neutralizar seu desgaste junto aos empresários de Blumenau e Joinville. Entre os partidos mais importantes, destacavam-se os seguintes: Partido Social Democrático (PSD), comandado por Nereu Ramos; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por Saulo Ramos; União Democrática Nacional (UDN), por Aristiliano Ramos e pela família Konder-Bornhausen; e Partido Comunista Brasileiro (PCB), comandado por Oscar Ammon. “Mais uma vez a família Ramos articulava o jogo político”, com representantes nos três maiores partidos (Lenzi, 1983).

Nas eleições de 1947, a Aliança Social Trabalhista (PSD-PTB) saiu vitoriosa em Santa Catarina, elegendo Aderbal Ramos da Silva para governador. Porém, seu mandato foi muito desgastado, dada a sua ausência durante um ano e quatro meses para tratamento de saúde. No pleito de 1950, a UDN ganhou as eleições para governador, elegendo Irineu Bornhausen. A economia catarinense estava passando por transformações, com a diversificação produtiva liderada pelo setor metal-mecânico, papel e pasta mecânica e cerâmico, além da ampliação dos setores já consolidados. As demandas sociais dos anos 50 eram diferentes das décadas anteriores e a intervenção estatal para liberar as forças produtivas, investindo nos setores básicos da economia, exigia dos governantes um novo rearranjo institucional. Irineu não respondeu a essas exigências feitas pelo capital industrial. Os investimentos em infra-estrutura foram insuficientes, resumindo-se na criação da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC), no apagar das luzes de seu mandato. Mesmo assim, a UDN conseguiu fazer o sucessor de Irineu no pleito de 1955.

Apesar de todo o empenho político de Nereu Ramos, não foi possível manter a Aliança Social Trabalhista, fortalecendo ainda mais a UDN, que elegeu Jorge Lacerda, integralista do PRP, para governador, e Heriberto Hülse, para vice. A candidatura de Lacerda saiu vitoriosa em cidades

Brusque, a Schlösser teve que atualizar o quadro administrativo (Schlösser, 1986); e, em Joinville, a Fundação Tupy, não foi incluída na Lista, mas teve de fazer uma reestruturação gerencial para evitar descontentamentos (Ternes, 1988).

importantes como Blumenau, Brusque, Joinville, Joaçaba, São Bento do Sul e São Joaquim, demonstrando o fortalecimento da UDN e da oligarquia Konder-Bornhausen, colocando em xeque o poder dos Ramos (Pasold, 1998).

A UDN, novamente, devido ao seu caráter profundamente liberal, não deu respostas às novas e mais densas exigências vindas dos empresários, que clamavam por mais investimentos em infraestrutura, principalmente energia e transporte. No segundo governo da UDN, praticamente não se fez nenhum investimento na CELESC, e as rodovias pavimentadas foram quase todas de responsabilidade do governo federal. Com a morte de Jorge Lacerda, num acidente aéreo em 1958, em que também estava presente Nereu Ramos, Hülse assume o comando e dá continuidade ao governo medíocre iniciado pela UDN, em 1950. A única iniciativa feita para atender aos reclames do capital industrial que crescia geometricamente foi o início da construção da Usina Termelétrica de Capivari, na cidade de Tubarão, em que a maior parte dos recursos era proveniente da União. Será justamente nesta lacuna aberta e não preenchida pela UDN, que o PSD vai investir na campanha de 1960: investimentos em infra-estrutura social básica.

Nereu Ramos não era nem positivista, nem intervencionista nos anos 30, e sim um liberal da Faculdade de Direito de São Paulo, aluno de Joaquim Nabuco; ele tornou-se um defensor do Estado Novo, dada à contingência histórica e às exigências do seu mandatário maior. O mesmo aconteceu com Celso Ramos, seu irmão. As novas exigências econômico-industriais transformaram-no num adepto do intervencionismo estatal produtivo. Além do mais, esse seria o único caminho concreto para enfrentar a poderosa máquina eleitoral da UDN. O resultado eleitoral de 1950 demonstrava claramente o grupo de interesse que os Ramos e os Konder-Bornhausen representavam: a UDN saiu vitoriosa no litoral de São Francisco, Vale do Itajaí, planalto norte, Rio do Peixe e oeste, ou seja, nas regiões com mais indústrias e urbanizadas; o PSD apenas ganhou na região de Lages, mesmo sendo Udo Deeck, candidato do PSD, natural de Blumenau. As eleições de 1955 demonstrou-se mais equilibrada, mas a UDN repetiu o mesmo sucesso nas regiões industriais e urbanizadas.

Em Criciúma, a UDN era composta mais por mineradores, com Heriberto Hülse – que era funcionário da CBCA –, Diomício Freitas, Álvaro Catão e Sebastião Neto Campos, e o PSD por comerciantes, como Elias Angeloni, Mario Diomário Rosa e Júlio Gaidzinski, e por funcionários públicos como Aldo Faraco e Moacir Jardim de Menezes. Já o PTB, principalmente por mineiros e sindicalistas. Faraco foi prefeito de Criciúma de 1945 a 1951 e de 1956 a 1961 (Triches, 1994). Em Tubarão, o PSD era formado por “grandes e médios proprietários rurais, os dirigentes de estatais e

prefeitos nomeados³⁴ e a UDN iniciou com “fraco respaldo superior”, além de não ter uma “organização partidária eficiente” (Vettoretti, 1992, p. 103-105). Somente no período de 1951 a 1955, que a UDN elegeu um prefeito em Tubarão, Arnaldo Bittencourt, os demais foram da coligação PSD-PTB. Em Chapecó, os madeireiros e os proprietários das companhias colonizadoras se reuniam em torno do PSD. Na UDN concentravam-se os “estratos médios de caráter urbano/liberal/burocrático”, além de ser forte nos distritos de colonização alemã, e o PTB tinha uma origem diversificada (Hass, 1997, p. 12). O resultado das eleições para governador em Chapecó deu vitória para a UDN em 1947, 1950 e 1955, e em 1960 houve praticamente um empate; e para as eleições municipais, UDN a elegeu um prefeito apenas em 1950 numa coligação com o PTB³⁵ (*Ibid.*). Em Blumenau, todos os prefeitos eleitos entre 1947 e 1966 eram da UDN. O resultado também se repetiu para governador; somente com a eleição de Carlos Curt Zadrozny³⁶, no pleito de 1966, o PSD finalmente chegou ao executivo blumenauense (Simão, 2000). Em Itajaí, terra dos Konder-Bornhausen, de 1951 até os anos 60, sempre foi controlada pela UDN³⁷ (Silva, 1973). Em Jaraguá do Sul, a UDN só elegeu Arthur Müller em 1951, as demais eleições foram vencidas pelo PSD, com destaque os dois mandatos de Waldemar Grubba. Em Joinville, durante o período de 1943 a 1961, a Associação Comercial e Industrial ficou sob o comando do empresário madeireiro Ademar Garcia, ligado ao PSD, mas o poder econômico da cidade estava nas mãos da família Schmidt, da Fundação Tupy, que era ligada à UDN (Ternes, 1986). De 1947 a 1960 a prefeitura de Joinville foi administrada pela UDN nas pessoas de João Colin e de Rolf Colin. Em 1960, Helmut Fallgatter, do PSD, derrota o forte candidato da UDN Paulo Konder Bornhausen. Em 1966, volta ao poder a UDN com Nilson Wilson Bender, gerente da Fundação Tupy (Bornhausen, 1999). Mesmo em Lages, reduto eleitoral dos Ramos, havia uma clara divisão espacial dos votos. Segundo Farias da Silva (1994), até os anos 60 o PSD de Lages tinha uma inserção maior na zona rural, onde se concentrava o maior número de eleitores, ocorrendo duas exceções nos distritos de Capão Alto e Painel, que

³⁴ De 1945 a 1947, Tubarão teve quatro prefeitos nomeados (Vettoretti, 1992).

³⁵ Entre os colonizadores em Chapecó, destacava-se a figura do filho do coronel Ernesto Bertaso, o engenheiro civil Serafim Bertaso, que veio a ser o primeiro secretário de Negócios do Oeste. A trajetória dos Bertaso resume um pouco a história de algumas famílias tradicionais no país que transitaram do coronelismo e do mandonismo para o bacharelado, para o mandonismo de toga e gravata: o pai era chamado de coronel, o filho de doutor. Porém, segundo Hass (1997), “comparando com o coronelismo nordestino, constata-se que enquanto no Nordeste o coronel era preponderantemente um latifundiário, ocasionando uma relação de dependência entre ele e os que trabalhavam em sua propriedade; no oeste catarinense, o coronel Bertaso era um colonizador, que utilizava a maior parte de suas terras para comercialização, existindo uma relação de paternalismo entre eles e os migrantes que incentivou a explorarem a região” (p.54).

³⁶ A família Zadrozny da Artex, foi praticamente o único grupo empresarial de Blumenau a apoiar Celso Ramos nas eleições de 1961. Durante o mandato de Celso Ramos Júlio Horst Zadrozny foi presidente da CELESC.

eram dominados pela UDN. Os votos da UDN estavam “concentrados dentro da cidade de Lages; nos bairros periféricos a divisão dos votos ficava entre PTB e PSD, sendo que o PTB angariava os votos dos operários em sua grande maioria” (p. 34).

Quadro 7: Governadores catarinenses e a divisão oligárquica 1935-1960

Ligado aos Ramos	Ligado aos Konder-Bornhausen
Nereu Ramos: 1935-1945	Irineu Bornhausen: 1951-1955
Udo Deeck: 1946-1947	Jorge Lacerda/Heriberto Hülse: 1956-1960
Aderbal Ramos da Silva: 1947-1950	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nos anos 50, a indústria madeireira estava em franca ascensão no planalto serrano, a região concentrava aproximadamente 20,0% da mão-de-obra de toda a indústria de transformação do Estado. Com isso, aumentava a demanda por energia e por novas rodovias pavimentadas. A pecuária deixou de ser a maior fonte de renda e muitos fazendeiros deixaram de ser pecuaristas para tornarem-se madeireiros ou vendedores de araucária para as serrarias. Em 1950, Lages era o segundo município mais populoso do Estado com 77.234 habitantes, perdendo apenas para Chapecó, que na época era o maior município do oeste em extensão territorial. Em 1960, Lages já era o município mais populoso, com 120.821 habitantes, bem à frente do segundo colocando, que era Florianópolis com 97.827 habitantes. De uma região pecuarista, Lages começou a apresentar características de uma “região industrial”, apesar de ser uma indústria extrativista, atrasada e predadora. Finalmente, os lageanos começaram a participar dos ciclos de debates, das reuniões festivas e dos acordos políticos articulados pelos industriais catarinenses do setor carbonífero, metal-mecânico, têxtil e alimentar. Os novos industriais madeireiros de Lages eram na sua grande maioria provenientes do Rio Grande do Sul, portanto, não tinham nenhuma ligação histórica com a família Ramos, e passaram a ser “os ‘ricos’ da cidade, em substituição aos fazendeiros, cobiçando permanentemente o poder para desbancar os políticos tradicionais” (Martendal, 1980, p. 44). O

³⁷ Somente de 1945 a 1947 o prefeito foi do PSD, pelo fato de ser indicado pelo governador Udo Deeck.

domínio político dos Ramos deixava os madeireiros irritados, “que não se conformavam com a inoperância, especialmente naqueles setores que lhes diziam respeito: setores viário e fiscal. Conseqüentemente, estavam sempre a fazer oposição ao poder político local” (*Ibid.*). Essa oposição à oligarquia local inoperante, em boa medida, explica por que a UDN em Lages sempre teve melhores resultados do que o PSD.

Em 1950, é fundada a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), e Celso Ramos foi indicado como primeiro presidente, ficando, até a sua posse, no governo do Estado. Celso foi escolhido em função do seu forte vínculo com a política estadual e nacional, que era arquitetada pelo seu irmão Nereu Ramos, e do apoio que recebeu de Euvaldo Lodi, presidente nacional da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Dos seis sindicatos patronais que participaram da fundação da entidade dois eram da indústria madeireira, um era da panificação de Florianópolis, um da construção civil de Joinville, um da indústria ervateira e um da fiação e tecelagem de Brusque (Baumgarten, 2000). As eleições para o senado de 1958 serviram como uma prévia para as eleições de 1960, que iria eleger o novo governador. Novamente não saiu a Aliança Social Trabalhista, e cada partido lançou seu candidato ao senado: Celso Ramos pelo PSD, Irineu Bornhausen pela UDN e Carlos Oliveira Gomes pelo PTB. Irineu é eleito senador, dando início à corrida ao Palácio Rosado. A cada eleição que passava, a oligarquia Ramos sofria novas derrotas. Para as eleições de 1960, havia apenas uma saída para o PSD: ou se coligava com o PTB e apresentava um plano de governo que fosse ao encontro dos anseios da classe industrial catarinense, que se fortalecia a cada ano, ou estava fadado a perder as eleições novamente. Dois fatos contribuíram para a consolidação da candidatura de Celso Ramos: o fraco desempenho de Hülse para atender aos reclames dos empresários por investimentos em infra-estrutura e o resultado positivo do Seminário Sócio-Econômico, realizado pela FIESC nas principais cidades do Estado e coordenado pelo próprio Celso Ramos, nos anos de 1959 a 1960. No final do Seminário, elaborou-se um Documento Final, que se transformou no plano de governo para o candidato Celso Ramos.

Ao contrário de Celso Ramos, Irineu apresentou um plano muito tímido e sem grandes comprometimentos com investimentos em infra-estrutura. Segundo Lenzi (1983), “pessoalmente, Bornhausen não acreditava muito em estratégias planificadas. (...) Mesmo assim, aceito um roteiro de programa de governo, para contrapor-se à proposição econômica-social do Seminário organizado por Celso Ramos” (p. 282). O plano denominava-se Esquema do Plano de Trabalho do Governo do Estado de Santa Catarina. Segundo o Esquema, o planejamento deve estar “diretamente ligado nos

preceitos constitucionais”. Além disso, deixava claro que era fundamental “expor a impossibilidade de orçamento, como plano de trabalho do governo, ser suficiente para dirigir o Estado. Os problemas exigem comumente, diversos anos para sua solução” (*Ibid.*). Enquanto Irineu afirmava que eram necessários “diversos anos” para solucionar os graves problemas estruturais por que passava a indústria catarinense, Celso Ramos apresentava um plano mais objetivo que buscava reverter a situação deficitária a curto prazo. A exemplo de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Santa Catarina necessitava urgentemente de um Estado planejador. Os empresários sabiam disso e a opção, em 1960, foi pelo planejamento. Ou o planejamento ou mais cinco anos de estruturas deficientes.

Na verdade, a opção dos Ramos pelo planejamento foi fruto de um movimento mais geral na economia brasileira, iniciado após o Plano de Metas de JK. Mais do que isso, a opção pelo planejamento também foi fruto de um novo padrão de crescimento que emergia no seio da economia catarinense. Os Ramos souberam capitalizar a necessidade do planejamento primeiro e melhor que os Bornhausen.

Ao contrário da oligarquia broca de Itajaí, a oligarquia bronca de Lages tornou-se esclarecida e aliou-se aos capitães de indústrias de Joinville, Blumenau, Chapecó e Criciúma.

As mudanças na base concreta da economia catarinense, iniciadas a partir dos meados dos anos 40, exigiam novos arcabouços institucionais, financeiros e novos investimentos em infraestrutura social. As condições concretas não se adaptavam mais às necessidades de expansão do capital, diminuindo, com isso, o seu ritmo de acumulação. O livre desenvolvimento das forças produtivas estava sendo barrado pela falta de infra-estrutura e de capital financeiro. Para entrar numa nova fase de crescimento e mudar o seu padrão eram necessários investimentos vultosos. Dada a acumulação horizontal e a falta de comando, somente o Estado, tanto em âmbito nacional como estadual, dispunha de capital suficiente e capacidade de articulação para comandar os investimentos perseguidos pelo capital industrial.

Dadas as condições nacionais favoráveis e as novas iniciativas estaduais, a partir de 1962, a reprodução do capital em Santa Catarina começa a se ampliar com maior liberdade e intensidade. A barreira começa a ser transposta.

CAPÍTULO IV: INTEGRAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL 1962 A 1990

“Produzir, hoje, aço, alumínio ou papel não é muito diferente de fabricar tecidos, em 1930. (...) nosso papel é o de exportadores de produtos de industriais tradicionais e o de importadores de produtos e serviços de alta tecnologia”.
João Manuel Cardoso de Mello, 1992

O padrão de crescimento da indústria catarinense até meados dos anos 40 era baseado na pequena propriedade e nos setores tradicionais da economia, ficando por um longo período (1880 a 1945) alterando apenas a quantidade produzida. A partir dos meados da década de 40, a indústria catarinense começa a ampliar e diversificar a sua base produtiva com o surgimento de setores dinâmicos. A infra-estrutura social básica e os arranjos institucionais não estavam preparados para tal processo de diversificação, obrigando o Estado a intervir na economia para facilitar o processo de acumulação. O padrão de crescimento altera-se a partir de 1962, com o novo sistema de crédito, com os investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias. Mesmo nos setores tradicionais, várias firmas se consolidaram, incorporaram outras marcas, tornando-se líderes nacionais. Internamente, o movimento geral da indústria catarinense passa a ser conduzido por grandes e médias empresas nos setores de alimentos (Sadia, Perdigão, Chapecó, Coopercentral, Seara e Duas Rodas), eletro-metal-mecânico (Tupy, Consul, Embraco, WEG, Kohlbach, Busscar e Duque), cerâmico (Eliane, Cecrisa, Icisa, Portobello e Cesaca), têxtil-vestuário (Hering, Artex, Karsten, Teka, Sulfábril, Malwee, Renaux, Buettner, Cremer, Marisol, Malwee e Döhler), papel e celulose (Klabin, Igaras, Irani, Trombini e Rigesa), madeireiro (Sincol, Adami, Battistella e Fuck), carbonífero (CBCA, CCU, Metropolitana, Criciúma, Catarinense e Próspera), moveleiro (Cimo, Artefama, Rudnick e

Leopoldo), plástico (Hansen - Tigre e Cipla -, Canguru, e Akros) e porcelanas e cristais (Oxford, Schmitz, Ceramarte, Blumenau e Hering).

A mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional (a perna fraca). Na maioria das unidades federativas periféricas, a diversificação e a integração produtiva deu-se com a presença do capital estatal, que financiava e isentava projetos privados ou investia diretamente. Já em outras unidades federativas que tiveram uma formação sócio-espacial diferenciada, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a diversificação e integração produtiva foi comandada pelo capital de origem local e pelo Estado.

Acompanhando o movimento geral da industrialização brasileira, o padrão de crescimento em Santa Catarina sofreu profundas alterações a partir de 1962, quando a economia passou a ser pensada por órgãos governamentais. Apesar de a primeira experiência em planejamento ter sido o POE (Plano de Obras e Equipamentos, 1956-1960), foi somente com o PLAMEG (Plano de Metas do Governo 1961-1965), que efetivamente o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infra-estrutura social básica e para financiar o capital privado local. A mesma proposta do Plano é repassada para o PLAMEG II (1966-1970) e para o PCD (Projeto Catarinense de Desenvolvimento 1971-1974) e em menor proporção ao PG (Plano de Governo 1975-1979). Destacamos quatro grandes áreas de atuação dos Planos: a) financeira: dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; b) transporte: integrar as mesorregiões produtoras ao mercado nacional e estadual; c) energia: ampliar a área de atuação da CELESC, distribuindo e gerando mais energia; e, d) telecomunicações: aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas. É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas.

A partir de novas bases econômicas pós-62, montadas pelo Estado, começam a despontar nacional e internacionalmente os grupos catarinenses que passam a comandar e internalizar com maior intensidade o crescimento industrial no Estado. Portanto, a integração regional catarinense só pode ser entendida a partir das políticas estaduais de desenvolvimento e da articulação nacional e intra-estadual entre os grandes grupos econômicos, o que nos leva a concluir que a integração e a consolidação da indústria catarinense só pode ser pensada depois de 1962.

No último parágrafo de **Raízes da concentração industrial em São Paulo** (1990), Wilson Cano, discorrendo sobre os motivos da concentração industrial em São Paulo, em comparação com a fraca estrutura industrial nos outros Estados, conclui que até os anos 30 a periferia jamais conseguiu ativar suas forças endógenas, “isto é, aquelas inerentes à sua própria dinâmica. Tal ruptura somente poderia se dar através de uma ação maior do Estado” (p. 256). Duas observações: primeiro, para complementar, não podemos desconsiderar o dinamismo engendrado pela pequena produção mercantil, gênese de muitos grupos econômicos em Santa Catarina; segundo, apenas corroborando a afirmação de Cano, a alocação dos gastos públicos feita nos anos 60 e posteriormente nos 70, obteve resultados mais favoráveis, que rapidamente liberaram as forças produtivas que estavam entravadas no seio da indústria catarinense, que necessitaram, por um lado, de mais energia, telefonia e estrutura rodoviária e portuária; e por outro lado, de recursos financeiros.

1 – O planejamento estadual

A primeira experiência de planejamento centralizado no Brasil teve início no governo primeiro de Vargas (1930-1945), quando foi elaborado, em 1943, o POE (Plano Federal de Obras e Equipamentos) e a segunda no governo Dutra (1946-1951), com o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Educação). É sabido que, mesmo com o acelerado crescimento industrial, os resultados desses planos foram abaixo do esperado. Segundo Lessa (1982), nesse momento, a continuação da industrialização se dava de forma “não coordenada - fruto dos estímulos não intencionais” (p. 15). O único instrumento de política econômica manipulado era, basicamente, o câmbio e os demais instrumentos “seguiram desempenhando rotineiramente as funções que tradicionalmente lhes eram imputadas sem que se vislumbre em seu manejo o desejo de mudança intencional de qualquer comportamento econômico” (p. 15-16). Já no segundo governo Vargas, há uma primeira aproximação à política de desenvolvimento:

No início da década de 50, com a mudança processada nos comandos políticos, observa-se uma sucessão de medidas de políticas econômicas visando à modificação da estrutura econômica nacional,

que, em seu conjunto, consubstanciam uma formulação inicial de política de desenvolvimento (Lessa, 1982, p. 20).

É nesse momento que surge a Petrobrás, a Cia. Vale do Rio Doce, a FNM (Fábrica Nacional de Motores) e a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco). Foi o momento em que o país viu-se numa encruzilhada: ou se optava pelo desenvolvimento com fortes bases nacionais ou integrava-se ao movimento da internacionalização capitalista. A primeira opção implicaria em algumas perdas, sobretudo para as oligarquias toscas, e obrigaria o Estado a assumir formas superiores, tornando-se o verdadeiro condutor do processo de industrialização nacional. A opção foi pela segunda. No entanto, a internacionalização caminhou paralelo ao alargamento truncado das funções do Estado. O Plano de Metas foi o protótipo mais acabado.

Segundo Lessa (1982), o Plano de Metas (1956-1962) se constituiu num projeto ousado que visava implantar as bases da industrialização brasileira. Configurou-se na “mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país.” (p. 27) Comparando-o com os projetos industriais da década de 40, o Plano de Metas foi algo intencionalmente induzido, com objetivos claros: implantar a indústria de bens de produção, o D1. O Plano “conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura” (*ibid.*). E ainda, mais precisamente, o Plano de Metas, segundo Lessa:

postulava investimentos diretos do governo no setor de energia-transporte e em algumas atividades industriais básicas, notadamente siderurgia e refino de petróleo, bem como favores e estímulos ampliados à expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamento e insumos com funções de produção de alta intensidade de capital (p. 28).

A participação estatal se explicava pelo crescente aumento das demandas sociais, pela inércia empresarial e pela incapacidade do setor privado de fazer certos investimentos que demandavam recursos vultosos, exigindo, assim, a presença estatal. Lessa conclui que o Plano de Metas coincidiu com o fim de um longo processo de diversificação da base industrial brasileira no bojo do chamado “modelo de substituição de importações”. Segundo Tavares (1998), no que tange à montagem de um parque industrial integrado e com capacidade de criar sua própria demanda, a economia brasileira apresentou resultados favoráveis, principalmente, a partir da segunda metade dos anos 50 até o final dos anos 70. Com a geração de forças especificamente capitalistas, a economia brasileira passou a engendrar ciclos internos de crescimento, determinados a partir das suas bases materiais.

a) Aproximação à política de desenvolvimento

Ao contrário do período 1956-1962, os anos posteriores, até 1967, foram recessivos para a economia brasileira, com crescimento médio do PIB em torno de 3,2% ao ano. A economia brasileira estava mostrando claras tendências de desaquecimento com crise na realização da demanda efetiva. Era o resultado da endogenização dos ciclos de crescimento. Segundo Tavares (1998), "a elevação do ritmo de crescimento que se inicia por volta de 1957 e se acelera a partir de 1962, para recuperar-se a partir de 1967, tem que levar em conta algumas características que lhe dão a sua especificidade histórica" (p. 150-151). Tavares sublinha os seguintes pontos de vista: a) o bloco de investimentos não criou de imediato sua própria demanda; b) os investimentos no período 1957-1961 concentraram-se em alguns setores de base, cuja estrutura industrial era inexistente; c) apesar de todo investimento e mudança na estrutura industrial, o Plano de Metas foi ineficaz no que se refere à concentração vertical de capital nas mãos do empresariado nacional.

A primeira experiência de planejamento em Santa Catarina foi no governo de Irineu Bornhausen, quando, em março de 1955, o governador enviou para a Assembléia o POE (Plano de Obras e Equipamentos). Como estratégia política, o Plano foi elaborado para um período de 10 anos, amarrando a continuidade de Irineu nas eleições de 1960. Como o Plano foi elaborado apenas no último ano do seu governo, ficou a cargo de Lacerda e Hülse a continuação das metas propostas no POE, e estes não sentiam-se na obrigação de cumpri-las, pois haviam sido elaboradas e assumidas como promessa do governo anterior, apesar de terem sido apoiados por Irineu. Segundo Mattos (1973), "embora não significasse mais do que um orçamento paralelo de investimentos submetido a tratamento especial, não se pode titulá-lo como um plano global, representou a primeira tentativa, no Estado, de vinculação de recursos a um programa plurianual de investimentos em obras pré-definidas" (p. 295). A sustentação financeira seria dada pelo aumento de 20,0% no IVC (Imposto Sobre Vendas e Consignações). Os recursos deveriam ser destinados aos seguintes programas: estrada de rodagem 45,0%, com a construção das rodovias São Francisco-Porto União, Itajaí-Curitiba, Florianópolis-Lages e Laguna-Tubarão-São Joaquim, ao todo 832km; energia elétrica 35,0%, que deveria passar a potência geradora de 56.527KW para 193.770KW, investindo nas usinas Chapecozinho, Estrito do Rio Uruguai, Canoas, Cubatão, Rio Garcia e em linhas de transmissão; agricultura 10,0%, criar 67 "casas de colonos", uma oficina mecânica em Florianópolis e dar assistência por meio da criação de quatro Institutos de Química Agrícola e Industrial e de duas

escolas de prática agrícola (Canoinhas e Lages); e saúde e educação 10,0%, na educação construir 160 jardins de infância e na saúde 48 novos postos de saúde (POE, 1955).

Tabela 14: Participação nos gastos totais previstos no POE para o período 1956-1965 (em %)

Áreas de investimento	Previsão de gastos
Estradas de rodagem	45,0
Energia elétrica	35,0
Agricultura	10,0
Saúde e educação	10,0

Fonte: POE, 1955.

Em termos de resultados, segundo Mattos, "reduzido a 5 anos, o Plano, *grosso modo*, já não poderia ter realizado mais de 50,0% das metas previstas" (p. 306). Segue o autor: "as realizações do POE, com relação aos programas rodoviários energéticos, parece que podem ser considerados bastante eficientes. Já no tocante à educação, saúde e agricultura, os resultados foram bastante desanimadores". Na verdade, o POE "pode ser definido como um esquema parcial de investimentos públicos" (*Ibid.*).

No final do governo Irineu, num estalo desenvolvimentista – seguindo o exemplo de outros Estados – e a despeito do liberalismo da oligarquia Konder-Bornhausen, foi constituída a CELESC. No entanto, essa não foi uma atitude isolada do governo catarinense. Em função da falta de investimento, o sistema energético brasileiro não comportava mais o crescimento do parque industrial brasileiro, pois o sistema privado de geração e distribuição de energia era fragmentado e insuficiente para atender a demanda crescente. Além dos exemplos já citados no capítulo anterior da CHESF, Furnas e CEMING, nos anos 50 e 60 foram criadas várias companhias estaduais de geração e distribuição de energia elétrica: a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) do Rio Grande do Sul, criada em 1961; a CPFL (Cia. Paulista de Força e Luz) estadualizada em 1964; a CEMAT (Centrais Elétricas Matogrossense S.A.) criada em 1958; a COPEL (Cia. Paranaense de Energia) em 1954; a COELBA (Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia) em 1960; a COSERN (Cia. Energética do Rio Grande do Norte) em 1960; a ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.) em 1956; e, a CELG (Centrais Elétricas de Goiás S.A.) em 1956. As companhias estaduais nasceram a partir da

incorporação de unidades isoladas, controladas pelo capital local ou externo. Portanto, a criação da CELESC faz parte do movimento geral da criação de companhias estaduais de energia, com o intuito de atender o aumento da demanda, fazendo novos investimentos.

Inicialmente a CELESC incorporou a ELFFA, a EMPRESUL e a VIDELUZ. Em seguida foram incorporadas a CIPEL, a CIAOESTE, a COSEL e a Força e Luz de Blumenau. Em 1956, a CELESC atendia 8,5% da área total do Estado (16 municípios, incluindo Joinville e Florianópolis), passando para apenas 9,9% em 1960 (20 municípios).

No governo Jorge Lacerda-Heriberto Hülse (1956-1960), não houve um arranjo político e institucional voltado para o planejamento, foram apenas parcialmente cumpridas algumas metas do POE. As ações do governo ficavam condicionadas às necessidades correntes, sem uma prévia programação. Destaca-se, nesse período, a pavimentação das rodovias São Francisco-Joinville, Blumenau-Itajaí, a reconstrução da Estrada Dona Francisca entre Joinville e Mafra e o início das obras da usina termelétrica de Capivari. Mesmo com a criação da CELESC, foram feitos poucos investimentos em energia elétrica. A potência geradora de energia passou de 59.837KW em 1955 para 95.155KW em 1961, e a área territorial do Estado atendida pela CELESC foi pouco ampliada (Anexo 12). O carvão catarinense sempre foi uma preocupação tanto de Lacerda, já enquanto deputado federal, quanto de Hülse, natural de Tubarão e funcionário da CBCA e da Companhia Docas de Imbituba.

No final dos anos 50, a economia catarinense apresentou avanços significativos, mas ao mesmo tempo estava impossibilitada de dar saltos qualitativos devido à deficiência na sua infraestrutura social: faltava uma integração rodoviária no Estado, os portos estavam mal aparelhados, o estrangulamento energético era constante, a rede de telefonia era desintegrada e não havia linhas de créditos de longo prazo. A necessidade de investimentos na infra-estrutura era urgente.

b) A política de desenvolvimento

Na contramão da recessão, no fim de um período de planejamento centralizado antes do golpe militar de 1964, o governo de Santa Catarina elaborou o seu plano de metas, cujo objetivo concentrava-se na formação do capital social básico, investindo em energia-transporte-educação. O planejamento enquanto uma vontade política para alterar a infra-estrutura começou efetivamente em

1961 com o PLAMEG (Plano de Metas do Governo), no governo Celso Ramos (1961-1965). Do ponto de vista documental, o PLAMEG foi resultado do Seminário Sócio-Econômico promovido pela FIESC, em colaboração com a CNI e CEPAL, nos anos de 1959 e 1960, sob a coordenação de Celso Ramos. Para a elaboração do Seminário, numa primeira etapa, foram feitas diversas reuniões de trabalhos, realizadas em 16 cidades catarinenses, as quais compareceram mais de duas mil pessoas. Em seguida, realizaram-se sete encontros regionais, em que foram elaborados 18 documentos setoriais, apontando as deficiências estruturais da economia catarinense. E por último, realizou-se o Seminário Sócio-Econômico, em Florianópolis quando foi elaborado o Documento Final, que se constituiu num dos melhores diagnósticos sobre a economia catarinense feitos até então (Schmitz, 1985). O Documento apontava a deficiência na infra-estrutura e fazia propostas para revertê-la, além de fazer críticas à “visão particularista dos problemas industriais” (Documento Básico, 1960, p. 1). Cabe ressaltar que o PLAMEG não é apenas resultado desse seminário ou de um empenho pessoal do governador Celso Ramos. Ele é fruto de um novo padrão de crescimento gestado nos anos anteriores, que estava prestes a se romper por inteiro. Ou seja, o movimento de acumulação capitalista orquestrou mudanças institucionais para liberar as forças produtivas. Afinal, segundo Marx (1983, p. 24), as “formas de Estado” devem ser entendidas nas “condições materiais de existência”. É a ordem econômica moldando o Estado.

Com a eleição de Celso Ramos, o Documento Básico transformou-se no PLAMEG. Segundo Schmitz (1985), os objetivos do PLAMEG, “resumiam-se na execução, aperfeiçoamento e autorização de obras e serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado” (p. 63-64). Do total previsto para o quinquênio 1961-1965, 28,3% eram destinados à rodovias; 26,6% à energia; 11,6% à educação; 6,6% à saúde; 5,7% à participação em empreendimentos pioneiros; 4,7% à agropecuária; e 1,7% ao crédito do Banco do Estado. As obras eram executadas “pelas entidades da administração tradicional ou mediante contrato com firmas especializadas” (p. 77). Além das secretarias estaduais, o Plano era auxiliado pelo: a) BDE (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), que financiava a agricultura, a indústria e os projetos do setor público; b) CELESC, que executava os planos energéticos; e c) DER (Departamento de Estradas e Rodagem), que coordenava os planos de expansão e pavimentação da malha rodoviária.

Os recursos eram provenientes de seis fundos, criados especificamente para cada área de interesse. Boa parte dos fundos estavam vinculados ao IVC e à criação de novas contribuições

vinculadas. Dos 17,5 milhões de cruzeiros previstos no início do Plano, somente no ano de 1965 foram gastos 16,5 milhões, sendo que 63,5% foram destinados às rodovias e obras, 15,0% à energia e 14,3% à educação e cultura. Ao todo, no período 1961-1965, foram gastos 54,9 milhões de cruzeiros³⁸. Na área de transporte foram implantadas as rodovias Porto União-São Francisco (SC-21), Curitiba-Itajaí (SC-23), São Bento do Sul-Corupá (SC-36) e Criciúma-Urussanga-Orleans (SC-55). Foram pavimentadas as rodovias SC-23, ligando o litoral ao planalto norte, e a SC-21, ligando o litoral ao planalto serrano, que se constituíram nas principais artérias rodoviárias pavimentadas no PLAMEG. Também foram feitas melhorias e conservação em 6.000km de rodovias (Schmitz, 1985).

No setor elétrico, devido à inauguração da SOTELCA, a potência geradora passou de 95.155KW para 196.743KW. A CELESC ampliou a área de abrangência de 9,9% do território estadual, com 46.369 consumidores, em 1960 para 32,0% (71 municípios, incluindo Blumenau, Itajaí e Lages) do território, com 114.453 consumidores; um aumento de 146,8% no número de consumidores (Anexo 13)³⁹. Sob a coordenação da CELESC, foram construídas a Usina Hidroelétrica Celso Ramos, em Faxinal dos Guedes, oeste do Estado, com potência instalada de 5.400KW; a Usina Hidroelétrica Pery, em Curitiba, planalto serrano, com 4.840KW; a Usina Hidroelétrica Palmeiras, em Rio do Cedros, no Vale do Itajaí, com 17.600KW; a Usina Garcia, em Angelina, Grande Florianópolis, com 9.600KW; e ampliada a Usina Rio do Peixe em Videira, no meio oeste. Parte dos recursos utilizados, 7,3 milhões de dólares, foram provenientes de empréstimos externos captados junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), sendo 3,6 milhões foram destinados à SOTELCA e 3,7 milhões à CELESC e outra parte do BDRE e do próprio Tesouro (Lago, 1968; Almeida, Schmitz, 1995; IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos).

A CELESC gerava, inicialmente, em torno de 70,0% da energia que distribuía. Com a construção da Jorge Lacerda, a formação da ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.) e a construção da Itaipu – a binacional passa a fornecer 30,0% da energia requerida - a geração atual de energia própria caiu para 3,8%. Atualmente, as sete usinas hidroelétricas da CELESC geram somente 429.934MWh dos 10.356.553MWh requeridos. Até 1964, a CELESC "operava sob forma de *holding*, mantendo subsidiárias e associadas em todo Estado. A partir de então, iniciou-se o

³⁸ Em valores atuais, seria em torno de 1 bilhão de dólares.

³⁹ No governo anterior o aumento no número de consumidores foi de 32,0%.

processo de expansão e de formação de um único e próprio sistema, unificando a operação que era caracterizada isoladamente pelas diversas empresas que incorporou ou cujo acervo adquiriu" (Almeida, Schmitz, 1995, p. 98). O potencial energético do Estado aumentou após a inauguração da Usina Termelétrica Jorge Lacerda em 1965, elevando de 84.552KW em 1960 para 195.959KW em 1965. Em 1970, o potencial energético do Estado alcançava 250.458KW, sendo que 62,4% era proveniente da Termelétrica, que passou a ser controlada pelo sistema ELETROSUL (Anexo 12).

No sistema de crédito foram criados o BDE, abrindo 22 agências, e, juntamente com os Estados vizinhos, o BRDE. Para dar assistência financeira e técnica ao agricultor, foram instalados 47 novos escritórios locais e 8 regionais da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina - criada em 1956).

Com o objetivo de buscar uma melhor integração intra-regional, de auxiliar nas tomadas de decisões e de atender os reclames dos proprietários de frigoríficos do oeste do Estado, foi criada a Secretaria dos Negócios do Oeste, tendo como secretário Serafim Bertaso, filho do coronel Bertaso e proprietário da companhia colonizadora que demarcou e vendeu as terras na região de Chapecó.

Tabela 15: Participação nos gastos totais previstos no PLAMEG (em %)

Áreas de investimentos	Previsão de gastos
Rodovias	28,3
Energia	26,6
Educação e cultura	11,6
Saúde e assistência social	6,6
Participação em crédito industrial	5,7
Justiça e segurança pública	5,6
Expansão e fomento agropecuário	4,7
Obras e artes	3,4
Sistema de água e esgoto	2,9
Banco do Estado	1,7
Armazenagem e ensilagem	1,5
Abastecimento industrial	1,4

Fonte: Schmitz, 1985.

Segundo Schmitz (1985), "o PLAMEG deu sua contribuição e influenciou para o surgimento de um consenso estável de aceitação da idéia de planejamento para as demais experiências intentadas no Estado" (p. 123). Não há dúvidas de que o PLAMEG inaugurou uma nova fase da economia catarinense. A partir desse momento, a presença dos grandes industriais na esfera política

catarinense passa a ser mais decisiva. A indústria catarinense, que estava num acelerado processo de diversificação e ampliação, agora passa a ser pensada pelo Estado. No bojo do ideário desenvolvimentista e diante do crescimento da indústria dinâmica, o Estado passa a ser o verdadeiro ente na condução política do processo de integração e consolidação do capital industrial, fazendo investimentos em infra-estrutura e ofertando linhas de crédito de longo prazo. A inércia empresarial nas áreas de infra-estrutura foi sendo preenchida pelo Estado. Esse movimento seguiu orientações federais e também pode ser presenciado em outros Estados da federação, onde a indústria se expandia.

Na seqüência, no governo de Ivo Silveira (1966-1970), foi elaborado o PLAMEG II. O PLAMEG II foi uma fiel continuação do seu antecessor. O pré-candidato preferencial de Celso Ramos pelo PSD era Alcides Abreu, que representava a ala de *Sorbonne*⁴⁰, com características mais tecnocráticas e que pretendia dar continuidade ao PLAMEG. Dentro do PSD, Silveira representava a ala dos *paraguaios*, que “era composta de pessedistas históricos e que tinham expressão partidária” (Lenzi, 1997, p. 96). Silveira foi eleito pelo PSD em 1965, conservando a aliança com o PTB, mantendo inicialmente os Bornhausen aliados do poder central do Palácio Rosado, situação que se reverteu em seguida com a extinção dos partidos políticos e a criação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A criação da ARENA aparou as arestas que existiam entre as oligarquias, com Celso Ramos ocupando a presidência da agremiação e Irineu Bornhausen a vice. A cassação do mandato do Vice-governador Francisco Dall’Igna, filiado ao PTB, abriu espaço para o retorno dos Bornhausen ao poder central. Numa manobra política comandada a partir de Brasília e de Florianópolis, Jorge Konder Bornhausen foi eleito indiretamente vice-governador (Pereira, 1998). A indicação/eleição de Jorge Bornhausen para vice marcou o retorno da oligarquia Bornhausen ao poder central do Estado e que se estende até os dias atuais.

Segundo Mattos (1973), “para a execução do PLAMEG II permaneceu intacta a estrutura institucional criada em 1961” (p. 319). O Plano estava orçado em 216 milhões de cruzeiros, destinando 62,0% à expansão econômica com destaque para energia, transporte e industrialização; 17,0% à melhoria das condições sociais; 15,0% à valorização dos recursos humanos; e 6,0% à melhoria dos meios administrativos. Segundo Mattos (1973), o Plano “apresentou resultados

⁴⁰ A ala de *Sorbonne* era composta por tecnocratas que elaboraram e coordenaram o PLAMEG, formados na Universidade de Sorbonne, na França.

bastantes expressivos no tocante aos auxílios à expansão industrial” (p. 321). Do percentual previsto inicialmente, 77,0% dos recursos foram destinados à expansão econômica e 23,0% aos programas sociais.

Tabela 16: Participação nos gastos totais previstos no PLAMEG II (em %)

Áreas de investimentos	Previsão de gastos
Expansão econômica: energia, transporte e indústria	62,0
Condições sociais: saúde, educação e cultura	17,0
Valorização dos recursos humanos	15,0
Melhoria dos meios administrativos	6,0

Fonte: Mattos, 1973.

No final do Plano, 55,08% foram destinados aos transportes, 11,37% à educação, 11,16% à energia, 6,05% às comunicações, 5,45% à administração e 4,86% à agricultura (Mensagem do Governador Ivo Silveira, 1970). Na área de energia elétrica foi inaugurada a Usina Hidroelétrica Ivo Silveira (a última a ser construída pela CELESC) em Campos Novos e concluída a rede de transmissão entre Tubarão e Lages, interligando o sistema SOTELCA/CELESC, que em seguida é duplicada, integrando a Usina Pery ao sistema. As transmissões mais importantes construídas foram: Tubarão-Florianópolis-Joinville, Lages-Joaçaba-São Miguel do Oeste, Joinville-São Bento do Sul, Usina Santa Cruz-Joaçaba e Mafra-Canoinhas, ao todo foram 892km. Com a entrada em operação das novas usinas e da SOTELCA, a potência geradora do Estado passou de 195.959KW em 1965 para 250.458KW em 1970. Em 1970, a área total atendida pela CELESC chegou a 75,2% do território, com 205.200 consumidores (Anexos 12 e 13).

Nos transportes foram pavimentadas as ligações entre São Francisco-Porto União, Caçador-BR-116, Chapecó-BR-116, Rio Negrinho-Mafra, Seara-Chapecó, Lauro Müller-Urussanga e Joaçaba-Volta Grande. Foram pavimentados mais 121km de rodovias estaduais e implantados mais 785km (estavam previstos 264km de pavimentação e 1.278km de implantação). No que tange às rodovias federais, num prazo de cinco anos, a extensão de rodovias pavimentadas aumentou em 146%, saltando de 369km para 907km (Anexo 14).

No setor financeiro, destaca-se a atuação do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), que tinha como objetivo ampliar o parque industrial catarinense, e a

criação da Caixa Econômica Estadual. Nesse período, o BDE iniciou o processo de interiorização do Banco, com a abertura de 19 novas agências (Alves Filho *et al*, 1997).

A história da telefonia em Santa Catarina, inicialmente está ligada às firmas Grossembacher & Trinks, que atuava na região de Joinville e Blumenau, e Trinks, Ehlke & Cia., que atuava em Florianópolis. A ineficiência das duas firmas para atender o restante do Estado, levou o governador Adolpho Konder a transferir a concessão dos serviços à CTC (Companhia Telefônica Catarinense) no ano de 1927 (Albuquerque, 1986). Mesmo com os investimentos feitos pela Companhia, constantemente o sistema entrava em colapso pela falta de redes e de novas linhas. Com o acelerado crescimento econômico nos anos 50 e 60, a CTC passou a "representar um entrave ao desenvolvimento de Santa Catarina, e o Governo do Estado, consciente da importância da telefonia para a nova realidade catarinense, tomou a decisão de comprar a Companhia" (p. 25). Em 20 anos, a CTC ampliou a rede para apenas 20 novos municípios, num período em que a população crescia em média 3,0% ao ano. A CTC atuou até o ano de 1969, quando, seguindo as orientações do governo federal, foi encampada pela COTESC (Companhia Catarinense de Telecomunicações), criada justamente para esse fim. Em 1970, somente 30,0% dos municípios catarinenses eram atendidos com serviços telefônicos. Com a entrada em operação da COTESC, em apenas cinco anos o percentual passou para 70,1% e em 1980 já atingia todo o território estadual (Anexo 15).

Das previsões iniciais do PLAMEG II, foram investidos NCr\$ 148,9 milhões, distribuídos da seguinte forma: transporte 55,1%, educação 11,4%, energia 11,1%, comunicação 6,0%, administração 5,4%, agropecuária 4,9%, saúde e saneamento 3,4% e outros 2,7%.

Para os anos de 1971-1974, a ditadura escolheu Colombo Machado Salles para ser o governador de Santa Catarina. A escolha de Salles pelos militares era com o propósito de dar um caráter mais tecnocrático à administração. Mesmo assim o novo governador manteve-se afinado com os interesses dos Konder-Bornhausen. A opção dos militares foi pelo afastamento dos Ramos do poder, segundo Mendes:

ao contrário do que ocorrera com Getúlio Vargas, que beneficiou a oligarquia Ramos, o movimento militar de 1964 no país, mesmo que contasse com as duas famílias na mesma agremiação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), prestigiou a oligarquia Konder-Bornhausen, do litoral catarinense, alijando a oligarquia Ramos, do planalto serrano, numa clara opção pelo poder industrial (1992, p. 128).

Três situações políticas corroboram essa afirmação de Mendes: a derrota de Otto Jordan Sobrinho, candidato de Celso Ramos para a presidência da FIESC em 1968, a inclusão de Celso Ramos Filho na lista dos vetados para a presidência da Assembléia Legislativa, emitida em Brasília, e a prisão de Newton Ramos por agentes da repressão em 1971. O último membro da família Ramos, eleito para um cargo executivo, foi Áureo Vidal Ramos, eleito em 1968 para ser prefeito de Lages pela ARENA. Era o fim de uma dinastia que iniciou com o coronel Laureano José de Oliveira Ramos, nos meados do século XIX, passou para o coronel Vidal José de Oliveira, continuou com Vidal Ramos, seguiu com Nereu Ramos, passou por Aderbal Ramos e se encerrou com Celso Ramos.

Durante o governo de Salles, foi elaborado o PCD (Projeto Catarinense de Desenvolvimento). Na introdução do documento do PCD, o governa afirma: "Há o Projeto Brasileiro de Desenvolvimento. Tem que haver um Projeto Catarinense". O Projeto estava afinado com os propósitos do "Modelo de Desenvolvimento" apresentado pelo governo Médice. O PCD essencialmente seguia a mesma linha dos dois planos antecessores. Afinal, Colombo Salles tinha sido Secretário Executivo do PLAMEG.

Com objetivo de integrar as regiões ainda isoladas do Estado, o PCD tinha um claro propósito de integração regional, que se constituía na síntese do Projeto. Segundo o próprio governador:

A integração catarinense será resultado da síntese deste plano, para ser realizado pelo Governo do Estado. (...) Os catarinenses que olham para o mar precisam descobrir a realidade vibrante do planalto, do meio e extremo oeste. Os catarinenses do sul devem sentir como suas, as escarpas da serra e querer mergulhar nas coxilhas dos Campos de Lages. Imbuído da certeza de uma unidade só, todos os catarinenses devem palmilhar a vasta extensão do Estado. Os catarinenses que até hoje se voltarem para o sul ou para o norte, devem se identificar com o Vale do Itajaí industrial, com Joinville das 600 fábricas e os de serra acima devem ter como seu o extraordinário potencial de riqueza da costa atlântica (Salles, 1971, p. 9-10).

Era a busca concreta da unidade econômica catarinense. Dentro dos objetivos do IBGE, com o intuito de descentralizar as políticas econômicas, o Estado foi subdividido em 13 microrregiões. Dos 5,6 bilhões de cruzeiros previstos para o PCD, 71,1% deveriam provir de fontes de terceiros e 28,9% do Tesouro. Do total dos recursos, 22,7% eram destinados à agricultura, 21,8% ao desenvolvimento expansão e modernização industrial, 20,9% aos transportes, 14,9% ao saneamento e apenas 5,6% à energia (Salles, 1971).

Tabela 17: Participação nos gastos totais previstos no PCD (em %)

Areas de investimentos	Previsão de gastos
Agricultura	22,7
Indústria	21,9
Transporte	21,0
Recursos humanos	6,2
Energia	5,6
Telecomunicações	3,8
Modernização administrativa	0,2

Fonte: Salles, 1971

No setor elétrico, praticamente toda energia gerada passou a ser controlada pelo governo federal, com a criação da ELETROSUL, em 1971, que incorporou a SOTELCA. A CELESC passou a adquirir 72,0% da energia consumida, abrangendo 82,7% do Estado e o número de consumidor aumentou em 36,1%. Na área de transmissão foi feita a rede entre Herval do Oeste-Caçador-Porto e União-Canoinhas (292km). Em 1973, dentro do I Programa Nacional de Eletrificação Rural de Cooperativas, e com recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), foi criada a ERUSC (Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina) (Anexo 13).

Foram pavimentadas as ligações entre Chapecó-São Lourenço, Chapecó-Joaçaba, Canoinhas-Mafra, Videira-BR-116 e feitas melhorias na Chapecó-Itapiranga. Ao todo, foram construídos 565km de estradas e pavimentados 159km. Também foi construída uma nova ligação entre Florianópolis e o continente. Sob responsabilidade do DNER, no início dos anos 70 finalmente foi completado no sul do Estado o último trecho da BR-101 em Santa Catarina, que faltava para fazer a ligação de Porto Alegre a Curitiba. Nos anos 80, praticamente todas as rodovias federais no Estado já estavam asfaltadas: BR-153, que corta o oeste, a BR-470 que liga Itajaí a Campos Novos e a BR-280 que liga São Francisco a Dionísio Cerqueira, faltando apenas completar trechos da BR-282, que liga Florianópolis a São Miguel do Oeste. Apesar de ser de responsabilidade federal, o trecho entre Florianópolis e Lages foi financiado e executado pelo governo estadual. A partir de 1975, aumentam em média 180km de rodovias estaduais pavimentadas por ano, concentrando-se nas ligações municipais de curta distância, chegando em 1995, com 3.148 km de pavimentação. Em 1975, somente 5,5% das rodovias estaduais eram asfaltadas. Num prazo de 10 anos esse índice subiu para 47,6% e em 1994 já era 58,8% (Anexo 14).

Uns dos setores que teve grandes avanços no PCD foi a telefonia. Com a criação da TELEBRAS e a formação de uma rede de subsidiárias em nível nacional, em 1974 a COTESC foi

transformada em TELESC (Telecomunicações de Santa Catarina). Dados os investimentos federais e estaduais, o número de assinantes saltou de 13.449 em 1969 para 31.963 em 1975. Em 1970, dos 199 municípios catarinenses somente 59 eram atendidos pelo sistema de telefonia; no final do PCD já eram 139 municípios (Anexo 15).

No setor financeiro, após a Reforma Bancária do governo federal, que obrigou os bancos estaduais conjugados (comercial e fomento) a optarem apenas pela linha comercial, o FUNDESC passou a atuar ativamente, emprestando mais de 168 milhões de cruzeiros à indústria. Na continuação do processo de interiorização do BESC, segundo Alves Filho *et al* (1997), foram abertas mais 13 novas agências.

Em 1974, sem muitos problemas entre as oligarquias, até porque a ditadura já havia feito a opção pelos Konder-Bornhausen, foi indicado para governador Antônio Carlos Konder Reis, e para vice o empresário Atilio Fontana, proprietário da Sadia. No seu governo (1975-1979), foi elaborado o PG (Plano de Governo) que ia ao encontro dos objetivos do II PND. A tendência liberal dos Bornhausen impediu de elaborar um plano nos moldes dos PLAMEGs ou do PCD. Se não fossem as diretrizes do II PND, seguramente o PG seguiria um caminho menos intervencionista. O governo não estruturou um plano com programas e recursos pré-definidos, apenas apresentou um orçamento plurianual 1976-1978, na ordem de 12.151 milhões de cruzeiros, distribuídos da seguinte forma: transporte 24,7%, educação 17,0%, administração e planejamento 11,3%, saúde 3,8%, indústria 2,0% e agricultura 1,7%. Os programas setoriais foram apresentados e a liberação dos recursos respeitava o orçamento de cada ano.

Tabela 18: Participação nos gastos totais previstos do orçamento plurianual do PG (em %)

Áreas de investimentos	Previsão de gastos
Transporte	24,7
Educação e Cultura	17,0
Administração e Planejamento	11,3
Saúde	3,8
Indústria	2,0
Agricultura	1,7
Outros	39,5

Fonte: Plano de Governo e orçamento plurianual de investimentos, 1975.

O Plano estava pautado em duas áreas básicas: Econômica e Social. O primeiro concentrava esforços em telecomunicações, transportes, estabelecimento de uma política de estoques reguladores, extensão e assistência técnica rural, políticas regionais e distribuição de energia elétrica. O segundo centrava-se na ampliação da eletrificação rural, na criação de Conselhos Comunitários, na medicina preventiva e outros. Foi criado – nos moldes do Conselho de Desenvolvimento Estadual do PLAMEG – o Conselho Estadual de Desenvolvimento, que estava ligado diretamente ao governador, que comandava a formulação e execução do Plano (Plano de Governo, 1974). Para execução do Plano de Governo, foram utilizados recursos externos na ordem de 200 milhões de dólares.

Em consonância com o II PND, foram feitos investimentos no reaparelhamento do Porto de Imbituba para receber navios de maior calado, foi iniciada a construção da ICC para aproveitar o rejeito do carvão e ampliada a Termelétrica Jorge Lacerda para 450MW (Senado Federal, 1975). A área de abrangência da CELESC passou para 85,9% do Estado e, com a atuação da ERUSC, o consumo rural de energia elétrica passou de 42GWh em 1975 para 77GWh em 1978. Na telefonia, os serviços foram expandidos para todo o território estadual, atingindo os 199 municípios. No setor de transporte, foram pavimentados 608km de rodovias estaduais, 5,3km de pontes viadutos e 671km de terraplanagem complementar. Foram pavimentados os trechos Jaraguá-BR 101, Chapecó-São Lourenço, Caçador-Santa Cecília (BR-116), Brusque-Gaspar, Mafra-Canoinhas entre outros (DER/SC, 1999)

Foi durante a execução do Plano de Governo que foi criado o BADESC (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) e o FUNDESC foi substituído pelo PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas). Dez por cento dos recursos do BADESC foram destinados ao setor público. Com relação ao BESC, foram abertas mais 56 novas agências.

c) A continuação de uma época

Após um longo período de crescimento econômico e de um projeto de industrialização apoiado e protegido pelo Estado, fundamental para a formação de um mercado interno integrado, a economia brasileira começou os anos 80 apresentando taxas negativas de crescimento. O

esgotamento do padrão de financiamento – baseado em recursos externos e na expansão do crédito interno –, o aumento da fragilidade fiscal e financeira do Estado – proveniente do endividamento externo e seu desdobramento interno –, engessaram o aparelho estatal, impedindo-o de formular uma política industrial com bases nacionais (Bauer, 1993). A ruptura do padrão de financiamento atingiu diretamente as unidades federativas, reduzindo a margem de manobra para manipularem os recursos de seus bancos locais, via expansão do crédito, além de acumularem débitos enormes junto à União e aos bancos internacionais. Além das dificuldades de acesso às tradicionais fontes de financiamento, os Estados viram suas receitas fiscais sendo rapidamente encolhidas em função do longo período recessivo. Segundo Lopreato (1992):

a década de oitenta caracterizou-se pela crise dos Estados e pelo conflito com a esfera federal na disputa em torno da definição dos parâmetros de acesso a novos empréstimos, de rolagem das dívidas, de repartição da receita tributária e de liberdade na adoção de uma política tributária própria, cujos avanços e recuos foram dados pelo encaminhamento da crise econômica e pelos passos da agenda política (p. 33-34).

Quanto mais aumentava a crise fiscal e financeira, mais se reduzia a autonomia dos Estados em manipularem o sistema tributário, colocando-os num beco sem saída. “A União, pressionada politicamente, viu-se obrigada a intervir e passou a determinar, em última instância, as condições de financiamento dos governos estaduais por meio de assunção de dívidas de administração direta, das empresas e com o socorro financeiro aos bancos estaduais” (p. 51). Como consequência da deterioração financeira, os Estados reduziram suas atividades institucionais e econômicas, com sérios prejuízos para a infra-estrutura e as questões sociais.

Em 1979, assume o governo, em Santa Catarina, Jorge Konder Bornhausen (1979-1982), com propósitos políticos e econômicos diferentes de seus antecessores. Seguindo uma linha mais liberal, Bornhausen defendia menor participação do Estado nas atividades econômicas. No seu governo foi elaborado o Plano de Ação (PA), que estava dividido em três programas: Campo Psicossocial, Campo Econômico e Organização Administrativa e Planejamento (Plano de Ação, 1979). Tanto quanto o PG, o PA não tinha programas específicos com previsão de gastos.

O PROCAPE e o BADESC foram os principais canais utilizados pelo PA para financiar projetos à indústria catarinense. Do total dos recursos do BADESC, 39,6% foram destinados a financiar o setor público. Durante a execução do PA, foram inauguradas 101 agências do BESC, atingindo a totalidade dos municípios catarinenses (Alves Filho *et al*, 1997). No setor energético, a

expansão se deu mais na eletrificação rural, com um aumento de 96,0% no consumo de energia (SEPLAN, 1990). No setor de transporte, o PA apresentou resultados muito positivos, com 1.024km de rodovias pavimentadas, 5,6km de pontes e viadutos e 591km de terraplanagem complementar (DER/SC, 1999).

Com a volta das eleições para governador, em 1982, foi eleito Esperidião Amin pelo PDS (Partido Democrático Social) e para vice Victor Fontana, ligado ao grupo Sadia, para o período 1983-1987. Amin teve uma vitória apertada sobre Jaison Barreto do PMDB, de apenas 0,69% dos votos. Para o senado a diferença foi ainda menor, de apenas 0,08%, em favor de Jorge Konder Bornhausen. Na época, a vitória apertada de Amin e de Jorge levantou várias suspeitas de fraude, como a manipulação de resultado e a introdução de votos marcados, falsos e comprados. Havia uma clara diferença ideológica entre os dois candidatos mais votados para governador: Amin, que tinha sido secretário do governo Antonio Carlos e prefeito de Florianópolis, indicado pela ditadura, representava a continuação da oligarquia Konder-Bornhausen; Jaison tinha um discurso mais nacionalista e fazia parte do grupo dos “Autênticos” do antigo MDB, ou seja, estava mais à esquerda, tanto que, entre os grandes empresários catarinenses, Jaison obteve apoio apenas de Plínio De Nes (Frigorífico Chapecó) e Santo Guglielmi (Carbonífera Metropolitana) (Auras, 1991; Aguiar, 1995). As divergências entre Amin e Jaison foram contemporizadas em 1985 nas eleições para a prefeitura da capital⁴¹.

O plano de governo de Amin estava pautado na “Carta dos Catarinenses”, que pretendia dar “prioridade aos pequenos, participação comunitária, integração estadual e qualidade de vida”. A Carta tinha uma clara tendência liberal e estava baseada nos escritos de Alcides Abreu, que vinha dando assessoria aos planos desde o governo Celso Ramos, que defendia a sociedade do Ser em oposição a do Ter. No entanto, visava reduzir cada vez mais a participação do Estado na economia. Segundo a Carta, “é preciso que o Estado retome a sua posição de súdito do homem e não de seu soberano” e a verdadeira origem do Estado é servir aos pequenos. A pergunta é a seguinte: como servir aos pequenos num governo comandado pelo grande capital, pela grande oligarquia que sempre fez do Estado uma extensão da casa e que sempre foi plutocrático, ora liberal, ora autoritário? Na verdade, a Carta foi uma “carta” de boas intenções sem programa prévio de gastos e estava dividida em três setores: Setor Administrativo, Setor Social e Setor Econômico e de Infra-

estrutura. No Setor Econômico, no item Empresa Catarinense, a Carta previa “estabelecer linhas de crédito específicas à capitalização da empresa e à implantação de pequenos negócios”; “ampliar os serviços de assistência gerencial”; e “descentralizar as decisões administrativas do Estado que digam respeito à empresa”. Tais metas seriam alcançadas com a transformação do PROCAPE em um agente de fomento aos pequenos negócios e com a criação de linha de crédito para capitalizar as empresas (Carta dos Catarinenses, 1982). A Carta dos Catarinenses, com suas “prioridades aos pequenos”, encobria uma realidade concreta, visava ouvir o apelo dos pequenos e executar apenas para os grandes. Afinal, esta é a lógica de todo Estado burguês, a inversão das prioridades implicaria na sua reformulação, na decomposição da burguesia e na própria superação do Estado.

Na área de transportes, durante os quatro anos do governo Amin, foi feito o “fechamento das grandes linhas da malha viária do Estado. BRs como 163, 158, 477, 280, 283, 285 e 282 foram executadas com recursos do Governo do Estado” (Santa Catarina, 1987, p. 231). Na área de energia, foram feitos 321km de transmissão, construídas quatro novas subestações e ampliadas 41, e feitos 7.095km de redes de eletrificação rural. Durante o governo Amin, foi denunciada a fraude do PROCAPE, que estava destinando verbas ilícitas à construção da SIDESC (Siderúrgica Santa Catarina S.A.) pela empreiteira Santinvest. Com o fim do PROCAPE, o BADESC voltou-se mais para o financiamento do setor privado; e no final do seu mandato, o BESC sofreu uma intervenção do governo federal, dado os enormes descontroles com os recursos do banco.

No embalo do sucesso do Plano Cruzado, nas eleições de 1986, o PMDB também saiu vitorioso em Santa Catarina, elegendo Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner. Pedro Ivo fazia parte da ala mais conservadora do PMDB e Maldaner identificava-se com a ala mais histórica e progressista do partido. A opção pelo nome de Pedro Ivo deu-se porque seu nome tinha uma boa aceitação junto aos empresários de Joinville, onde havia sido prefeito, e também o partido não queria repetir o “erro”, escolhendo um candidato crítico e nacionalista, como foi o caso de Jaison Barreto. A escolha de Maldaner equilibrava a disputa entre conservadores e históricos.

Para o período 1987-1990, o PMDB elaborou o Plano de Governo Rumo à Nova Sociedade Catarinense, construído a partir de 17 Seminários Regionais Permanentes, realizados em várias cidades do Estado, dos quais participaram mais de 6.000 pessoas. O Plano estava dividido em quatro grandes áreas: político-institucional, social, econômica e infra-estrutura e ambiental. Segundo o

⁴¹ Logo após as eleições, Jaison Barreto saiu do PMDB fazendo críticas à postura conservadora do partido, filiou-se ao PDT e, para espanto de seus correligionários, em 1985 apoiou o candidato do PDS Francisco de Assis Cordeiro para a

Plano, o Estado deveria “assumir o seu papel de agente indutor do desenvolvimento, valendo-se dos avançados processos educacionais de massa, dos recursos de divulgação de informação e da informática, como meios de dinamização e de transformação da sociedade” (Campos, Maldaner, 1987, p. 9). Segue o Plano: “a edificação da nova sociedade catarinense requer um governo ativo e eficiente, que ao invés de apenas testemunhar a evolução espontânea do modelo estadual, saiba conduzi-lo aos destinos conscientemente escolhidos pelo povo” (*Ibid.*). Do ponto de vista político e social, até então a proposta de Pedro Ivo era a mais avançada para a sociedade catarinense: planejamento participativo e participação permanente de todos. Já do ponto de vista econômico, mesmo reconhecendo a importância do Estado como indutor, contraditoriamente advogava em favor da austeridade fiscal e o saneamento do Estado. A moralização do Estado não pode ser confundida com austeridade fiscal, argumento liberal, que visa a redução da sua atuação na esfera econômica. Dentro da proposta de austeridade, reduziu 1.706 cargos comissionados na área da educação, além de desativar frotas de veículos e contratar menos de 50,0% de novos funcionários em relação aos três governos anteriores⁴². Tais medidas seriam, talvez, necessárias para moralizar o Estado e não para reduzir a sua atuação como um orientador e condutor do desenvolvimento econômico.

De início, Pedro Ivo teve de administrar a intervenção federal do BESC, que havia acumulado um prejuízo de 14,6 milhões de dólares, resultado da “política de terra arrasada”, praticada durante o último ano do governo Amin. O Regime de Administração Especial durou até o início de 1989, “quando o Conselho Diretor do banco passou a ser compartilhado por administradores indicados pelo Governo do Estado” (Alves Filho *et al*, 1997, p. 91). Em dezembro de 1989, o BESC já acumulava um lucro de 176 milhões de dólares. Extinguido em 1982, O PROCAPE foi substituído pelo PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) em 1988, que tem por objetivo estimular a implantação e expansão de novos investimentos, postergando o recolhimento de parcela do ICMS gerado pelo novo projeto, do qual a própria empresa retém o valor do incentivo.

Em fevereiro de 1990, em função da morte do governador, Casildo Maldaner assume o governo e leva adiante a proposta inicial do partido. Durante os 13 meses de governo, Maldaner se aproximou mais da ala histórica do partido e fomentou o debate popular nas questões ambiental, com a aprovação da Lei Ambiental, criação da Polícia de Proteção Ambiental, ambas dentro do

prefeitura da capital, que saiu derrotado, vencendo o candidato do PMDB Edson Andrino.

Projeto Mata Atlântica; e educacional, sobretudo com a elaboração da “Proposta Curricular de Santa Catarina”, que se fundamenta em marcos filosóficos críticos e propositivos. Nos dois primeiros anos de governo, foram destinados 11,0% das despesas programáticas para o setor de transportes, caindo para 5,0% no segundo período; para o de energia 3,0%, caindo para 0,1%; nas comunicações os investimentos foram insignificantes nos dois primeiros anos, tendo um aumento considerável nos dois últimos; e na área industrial o gasto foi em torno de 3,0% das despesas por função para os primeiros anos, caindo para menos de 1,0% nos dois últimos. No geral, houve mais investimentos em infra-estrutura nos anos de 1987 e 1988 e uma redução considerável nos anos de 1989 e 1990 (Secretaria da Fazenda, 1991).

O governo Pedro Ivo-Maldaner representou a primeira ruptura na estrutura oligárquica na história republicana em Santa Catarina. Durante a Primeira República, o comando político ficou dividido entre Lauro Müller e Hercílio Luz; os anos que seguem pós-30 até 1970 ficaram dominados pela oligarquia Ramos e Konder-Bornhausen; e no pós-70 até 1986 somente pela plutocracia Konder-Bornhausen. Pela primeira vez, após cinco mandatos consecutivos, os Bornhausen afastaram-se do governo, mas continuaram ocupando algumas funções dentro do Estado, do qual legalmente eram impedidos de ser arrancados. Maldaner tentou radicalizar ainda mais essa ruptura, mas foi atrapalhado pela vitória de Fernando Collor de Mello para Presidente da República em 1989, que tinha sido apoiado pelos Bornhausen.

Com os investimentos necessários para superar as deficiências estruturais da economia catarinense nos anos 40 e 50, os problemas fundamentais já estavam em boa medida solucionados no início dos anos 80: 2.864km de rodovias pavimentadas; 689.000Kw de potência geradora e a CELESC atingindo quase a totalidade do Estado; 97.841 assinantes da TELESC; três portos aparelhados (Imbituba, Itajaí e São Francisco) para atender as exportações (Anexos 12, 13, 14, 15 e 16); e dois bancos de fomentos bem consolidados, BADESC e BRDE. Do ponto de vista da infra-estrutura, a função do Estado nos anos 80 foi de manter e modernizar a estrutura existente, já nos anos 90, foi de desmontá-la com a venda do patrimônio público.

As bases necessárias que o capital exigia para se reproduzir e ampliar já estavam dadas. Os entraves que impediam o livre desenvolvimento das forças produtivas aos poucos foram sendo

⁴² Durante o governo Konder Reis foram contratados 11.381 novos funcionários, no governo Jorge Bornhausen 19.699, no Amin 12.227 e no Pedro Ivo/Casildo Maldaner reduziu para 5.864 (Diário Catarinense, 25/11/1993).

removidos pelo Estado, que assumiu formas superiores de organização capitalista. As barreiras foram transpostas.

2 – O novo sistema de crédito

A criação do BDE e do BRDE, ambos em 1962, inaugura uma nova fase no sistema de crédito no Estado. O eixo central do sistema financeiro deslocou-se do crédito ao consumo para o crédito ao investimento, de longo prazo. Após o reordenamento do BDE, no final dos anos 60, foram criados outros mecanismos de fomento, como o FUNDESC, o PROCAPE e o PRODEC, além da criação do BADESC, todos com um propósito claro: fomentar e incentivar a indústria e a agroindústria catarinense. Neste item, veremos a atuação do sistema de crédito em Santa Catarina pós-1962 até os anos recentes, abrangendo os anos noventa, mesmo fazendo parte do capítulo cinco.

a) As agências de fomento

São três as agências de fomento em Santa Catarina: BDE – criado em 1962 e transformado em BESC em 1969, perdendo o caráter de fomento, BRDE e BADESC.

i) BDE: 1962-1969

Na segunda metade dos anos 60, o sistema financeiro brasileiro passou por uma profunda transformação. No bojo do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), além das reformas fiscais e trabalhistas, foram criadas a ORTN, a correção monetária e o Banco Central. Este novo arranjo financeiro, associado à desaceleração 1962-1967, criou uma nova configuração no sistema financeiro brasileiro, do tipo: novos ativos financeiros, modernização operativa, grau de especialização de funções e endividamento extrabancário. Porém, o financiamento de longo prazo continuou dependente dos recursos públicos ou externos (Tavares, 1983, 213-214). Segundo

Tavares, esse novo arranjo "foi seguido de um agudo processo de competição por recursos e clientes", gerando um "processo de concentração do sistema bancário" (p. 225-226). De 336 bancos comerciais em 1964, em 1970 havia somente 195. E foi justamente nesse violento processo de concentração bancária que o Banco INCO foi incorporado pelo Bradesco em 1969. Deve-se levar em conta também que, depois de 1961, o BDE passou a ser o depositário oficial do Tesouro. Portanto, foram as condições econômico-financeiras que levaram à incorporação do INCO e não uma jogada política da oligarquia Ramos para enfraquecer a oligarquia Bornhausen, como afirma Schmitz:

A institucionalização do BDE foi também uma estratégia do governo, agora do PSD, para diminuir o poder econômico e político do INCO (UDN). Além disso, é óbvio, instalava suas agências nas praças onde já havia dependências do INCO. Ademais, as autoridades governamentais estaduais, diante de uma indiferença, não viam com receio o processo de incorporação de bancos regionais (p. 244).

Carreirão (1990) chegou a essa mesma conclusão, afirmando que, ao criar o BDE, parecia "clara estratégia do novo governo estadual [Celso Ramos] de reduzir o poder econômico do Banco INCO e de deter o controle direto sobre uma agência financeira própria do governo" (p. 138). Ora, numa atitude óbvia, foram instaladas agências do BDE nas principais cidades catarinenses onde coincidentemente havia agências do INCO e de outros bancos. O BDE foi fundado num momento propício para a criação de bancos estaduais de fomento e comerciais. A diversificação industrial dos anos 50 exigia um banco de fomento e o BDE veio para consolidar o novo padrão de crescimento, algo impossível para o INCO. Durante o governo Celso Ramos, foram abertas 22 agências do BDE, e o INCO contava com 55 agências. A oligarquia Bornhausen ficou afastada do poder somente num curto período de tempo; em 1966 já fazia parte da cúpula central da ARENA catarinense e em 1968 Jorge Bornhausen foi indicado para ser vice-governador no lugar de Francisco Dall'Igna, que tinha sido afastado pela ditadura. Se houvesse uma intenção de impedir o avanço do BDE para evitar a venda do INCO, os Bornhausen a teriam feito em seguida após o golpe de 64, já que os militares sempre demonstraram uma preferência pró-Bornhausen.

Segundo Coelho (1997):

os bancos comerciais estaduais surgem basicamente a partir da década de 50, período em que ganha força o projeto desenvolvimentista. (...) Tal projeto pressupunha a existência de instrumentos financeiros que lhes dessem sustentação, fundamentalmente a partir das políticas seletivas de crédito. Além disso, o projeto desenvolvimentista, seja sob governos mais democratizantes ou mais autoritários, fará com que o Estado aumente a participação direta nos diversos setores da economia, aí

levando-se em conta o sistema financeiro. Portanto, não parece coincidência, e sim consequência de um modelo de desenvolvimento, que tais instituições surjam nesse período (p. 39)

Dos bancos estaduais que surgiram nesse período podemos citar o Banco do Nordeste do Brasil, criado em 1952 pelo governo federal; o BANFESE (Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe), criado em 1961 e transformado em BANESE (Banco do Estado de Sergipe) em 1967; o BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo S.A.) e o BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo), ambos de 1969; o BDMG (Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais) em 1962; o BEMGE (Banco do Estado de Minas Gérias) em 1967; o BADESUL (Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul) em 1974; o BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná) em 1968; e em 1962 os três Estados do sul criaram o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul). Sem contar que muitos Estados já tinham seus bancos desde os anos 30. Portanto, a criação do BDE não faz parte de iniciativas locais ou pessoais, e sim desse movimento geral de criação de bancos estaduais de fomento, quando os Estados passam a financiar os investimentos regionalizados, ou melhor, fazia parte do novo padrão de crescimento que emergia na economia catarinense.

Antes da criação do BDE, os bancos sediados em Santa Catarina ofertavam apenas linhas de crédito de curto prazo para pequenos e médios produtores, sobretudo agrícolas. O surgimento de novas e grandes empresas exigia a criação de novas linhas de crédito e de longo prazo⁴³. Segundo Schmitz (1991), o BDE transformou-se na espinha dorsal do PLAMEG e PLAMEG II, "quer financiando ou fiançando diretamente, quer operando com Letras e Obrigações do Tesouro, quer concedendo avais, quer prestando fianças ou antecipando receitas, pelo que possibilitou a realização de programação de investimentos à infra-estrutura de serviços públicos, traçados pelos planos quinquenais" (p. 392).

⁴³ Além de banco de fomento o BDE também era um banco comercial, ou seja, um banco conjugado.

Tabela 19: Aplicações globais do BDE no período 1962-1969 (a preço constante de 1969)

Ano	Aplicação global em NCr\$	Índice
1962	56.456,28	100
1963	111.488,71	197
1964	87.076,08	154
1965	155.342,80	275
1966	166.751,36	295
1967	273.981,68	485
1968	508.300,49	900
1969	822.556,77	1.456

Fonte: Schmitz, 1991.

Do total de crédito de longo prazo, liberado pelo BDE para o período de 1962 a 1969, em média, foram destinados 54,0% às indústrias, 32,0% à agricultura e 14,0% ao comércio. O comércio destaca-se apenas no último ano, quando foram destinados 45,1% dos recursos. Quanto à participação por setores industriais, para o período, a indústria alimentar foi beneficiada com 70,0% dos recursos, a madeireira com 10,0% e a metalúrgica com 9,0% (Schmitz, 1991, p. 416) (Anexo 17).

Com a reforma bancária do PAEG, em 1968, o BDE perdeu o caráter de banco de investimento e tornou-se apenas um banco comercial, passando a se chamar BESC (Banco do Estado de Santa Catarina). O BESC começou a atender o pequeno e micro empresário, fornecendo crédito de curto prazo, capital de giro⁴⁴.

ii) BRDE: pós-1962

Em 1962, foi criado o BRDE pelos três governadores sulistas: Leonel Brizola (RS), Celso Ramos (SC) e Ney Braga (PR). Segundo o governo gaúcho, o Banco foi criado com o propósito de combater as disparidades regionais entre o Sudeste e o Sul e impedir que o Sul se tornasse um "novo Nordeste"⁴⁵. Na verdade, o BRDE veio no embalo do desenvolvimentismo, da necessidade de criar novos arranjos financeiros para alavancar a indústria que se consolidava no Brasil meridional, já que

⁴⁴ Atualmente, dos 293 municípios catarinenses, 136 têm apenas os serviços do BESC. Seguramente, com a privatização do Banco as agências não lucrativas e que cumprem basicamente função social irão fechar e os micro e pequenos empresários serão os mais prejudicados.

⁴⁵ A propósito da tese que a Região Sul estava se tornando um "novo Nordeste" devido à centralização dos recursos federais e dos investimentos no Sudeste, já foi criticada por Cano (1985).

os bancos locais não dispunham de capital suficiente, pois o grau de concentração ainda era baixo. Segundo Fonseca (1988), "a criação do BRDE foi vista como materialização das propostas desenvolvimentistas que vigiam à época, as quais em condições específicas e com suas peculiaridades, encontramos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná na década de 50" (p. 83)

O Banco operou, inicialmente, com recursos próprios. A partir de 1965, começaram a entrar os recursos do BNDE. Ao contrário da atuação do BDE e do FUNDESC/PROCAPE, o BRDE diluiu um pouco mais seus recursos. Observando o período 1963-1980, as indústrias têxtil e alimentar foram as mais beneficiadas, com 19,7% e 18,0% das operações contratadas. Em seguida vêm a dos minerais não-metálicos e metalúrgicos, com 12,3% e 11,7%, respectivamente. O complexo eletro-metal-mecânica, no período, participou com 24,2%. No período de 1984 a 1986, a participação dos setores foi a seguinte: eletro-metal-mecânico e alimentar, ambos com 16,6%, têxtil, 4,0% e minerais não-metálicos 3,4% (Anexo 18).

Entre 1988 e 1990, o banco ficou sob intervenção extrajudicial. Com isso, para períodos mais recentes, temos apenas os dados do total das liberações distribuídas para os três Estados membros. Os dados mostram que no período 1992-1996, foram liberados para Santa Catarina 287 milhões de dólares, 36,1%, sendo o Estado mais beneficiado com recursos do BRDE no período. Com a transformação de BDE em banco comercial, Santa Catarina ficou carente de uma agência de fomento gerenciada a partir dos interesses estaduais. Em parte, o BRDE cumpria essa função, porém seus recursos eram gerenciados também pelos Estados vizinhos. Apesar da importância dos programas de incentivos fiscais, com base no ICM, FUNDESC e PROCAPE, eles eram carentes de capital próprio e de terceiros. Em 1973, o governo gaúcho iniciou um movimento para extinguir o BRDE e distribuir seu capital entre os três Estados membros. Para preencher essa lacuna e proteger-se da possível extinção do BRDE, além de seguir as determinações do BNDE, em 1975 entrou em operação o BADESC.

Tabela 20: Liberações do BRDE realizadas aos Estados membros 1980-1996 (em US\$ milhões e em %)

Ano	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
1980		18,3		16,3		65,4
1981		22,1		14,3		63,6
1982		17,5		18,7		63,8
1983		18,3		19,0		62,7
1984		19,3		20,5		60,2
1985		20,2		23,9		55,9
1986		20,6		27,8		51,6
1992	7	58,3	4	33,3	1	8,3
1993	19	43,2	14	31,8	11	25,0
1994	36	25,9	56	40,3	47	33,8
1995	82	36,8	72	32,3	69	30,9
1996	100	26,5	141	37,4	136	36,1

Fonte: BRDE, Relatório Anual de Atividade, vários anos

iii) BADESC: pós-1975

Segundo o primeiro Relatório de Atividade (1976) do BADESC, foram levados em conta dois pressupostos básicos para organizar o banco:

- 1) Adequação aos Modelos Básicos de Banco de Desenvolvimento, instituídos pela Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
- 2) Ajustamento desses modelos à realidade catarinense (p. 5).

Estava em marcha no país o II PND. Segue o Relatório:

O fortalecimento gradual do Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento pressupõe o arraigamento da filosofia central básica de desenvolvimento econômico, preconizada pelo II PND, nos Estados, que consolidará os objetivos do Governo Federal. A Reforma Administrativa levada a efeito pelo governador Antônio Carlos Konder Reis, em seu plano governamental, caracteriza o perfeito entrosamento do governo de Santa Catarina com o federal, pois que, aliada ao fato de ser o BADESC um organismo novo, emergente dessa reforma, permitiu sua adequação aos postulados dos Modelos de Bancos de Desenvolvimento (*Ibid.*)

Até meados dos anos 80, o banco tinha uma forte atuação na Área Pública, liberando recursos para energia, armazenagem e outros, chegando ao índice de 51,8% em 1980 e 62,9% em 1982. No setor secundário, o Banco nunca teve uma tendência a se concentrar em um ou dois setores, seus recursos sempre foram bem pulverizados.

Analisando por períodos, nos anos de 1975 a 1979, as contratações liberadas foram da seguinte ordem, em porcentagem: agricultura, 12,0%; pecuária, 8,0%; indústria dinâmica, 33,0%; indústria tradicional, 27,0%; comércio, 10,0%; e governo, 10,0%. Nos anos 80, o complexo têxtil-vestuário e a indústria de minerais não-metálicos (especificamente a indústria cerâmica) foram os mais beneficiados. No ano de 1989, simplesmente os minerais não-metálicos absorveram 69,5% dos recursos do Banco. Já nos anos 90, ficaram distribuídos entre alimentos com 20,8%, minerais não-metálicos com 15,5%, têxtil-vestuário com 13,6% e eletro-metal-mecânico com 9,7%. Com o crescimento da indústria de produtos plásticos no Estado, paulatinamente a sua participação nas contratações do Banco vai aumentando. Nos anos 80, estabilizou em 1,3% e saltou para 4,5% na década seguinte. O mesmo ocorreu com o complexo eletro-metal-mecânico, que praticamente dobra a sua participação, com destaque para a metalurgia. As indústrias moveleiras e madeireiras tiveram uma participação muito instável, com queda no segundo período (de 6,5% para 1,4%), uma recuperação no seguinte (5,6%) e novamente queda no último período (2,8%) (Anexo 19).

Tabela 21: Contratações do BADESC em valor 1991-1999 (em US\$ mil)

Ano	US\$ mil
1991	45.496
1992	79.838
1993	67.475
1994	132.613
1995	74.938
1996	40.840
1997	177.364
1998	69.512
1999	38.939

Fonte: Relatórios de Atividades do BADESC, vários anos.

Analisando a participação por setores nas liberações totais do BADESC, no período de 1975 a 1999, podemos perceber que a agroindústria, a indústria têxtil e a cerâmica foram as mais beneficiadas, com 17,0%, 17,0% e 13,0% do recursos, respectivamente.

Tabela 22: Empréstimo do BADESC por setores 1975-1999 (em %)

Setores	Participação
Têxtil	17,0
Agroindústria	17,0
Comércio/serviços/turismo	15,0
Cerâmico	13,0
Bebidas	11,0
Infra-estrutura	10,0
Eletro-metal-mecânico	10,0
Outros	7,0
Total	100,0

Fonte: Relatórios de Atividades do BADESC, vários anos

A região de Florianópolis foi a mais contemplada em função dos investimentos na área pública, mas se abrimos a pauta dos recursos, Blumenau (têxtil) e Criciúma (revestimentos cerâmicos) tiveram uma participação expressiva na distribuição dos recursos do BADESC, por mesorregião. Para a região oeste, foram destinados basicamente recursos ao complexo agroindustrial.

Tabela 23: Participação no total das aplicações do BADESC por mesorregião no período 1975-1999 (em %)

Região	Participação
Florianópolis	24,0
Blumenau	22,0
Lages/Caçador	17,0
Criciúma	16,0
Joinville	12,0
Chapecó	9,0

Fonte: Relatórios de Atividades do BADESC, vários anos

b) Os programas de incentivos

Foram criados três programas de incentivo com base no ICM, mais tarde transformado em ICMS: FUNDESC – extinto em 1975, PROCAPE – extinto em 1982, e PRODEC.

i) FUNDESC: 1970-1975

O FUNDESC foi criado em 1963 para servir de fonte de recursos ao BDE, que financiava o PLAMEG. Porém, o Fundo ficou sem ação até 1968, quando entrou em operação o Regime de Incentivos Fiscais do ICM. Pode-se afirmar, também, que o Fundo preencheu uma lacuna deixada pelo BDE pós-69, fomentando o crescimento econômico. Segundo Geise (1991), o esquema do Fundo era o seguinte:

Todas as empresas podiam descontar 10% do ICM devido, na aplicação em projetos industriais encaminhados e aprovados pelo Fundo, comprando ações preferenciais do empreendimento a ser financiado. O FUNDESC agiu como órgão administrador destes projetos, liberando recursos advindos destas parcelas do ICM, em que o contribuinte optante deste incentivo tinha liberdade de escolha de investimento entre os projetos aprovados (p. 81-82)

Para o projeto ser aprovado, o FUNDESC exigia 20,0% de capital próprio, 40,0% a ser financiado por algum banco de fomento e o restante ficava a cargo do Fundo. Os agentes financeiros do Fundo eram o BESC e BRDE, que somavam os outros recursos repassados pelo BNDE. Dos incentivos liberados pelo FUNDESC durante a sua existência, 43,2% foram destinados primeiramente à indústria alimentar, sendo que no ano de 1972, foi 74,8%; em seguida veio o setor têxtil-vestuário com 18,0%. No setor dinâmico, as indústrias eletro-metal-mecânica e plástica foram as mais beneficiadas, com 18,4% e 10,5%, respectivamente. As indústrias moveleira e de papel e celulose simplesmente não foram beneficiadas. Como o Fundo deixou de ter autonomia a partir de 1976, os incentivos disponíveis tiveram uma forte queda nos anos de 1977 e 1978 (Anexo 20).

ii) PROCAPE: 1975-1982

O FUNDESC foi extinto em 1975 quando, por meio de Lei Federal, ficou proibido a manutenção ou criação de incentivos com base no ICM. No seu lugar foi criado o PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresa), que gerenciou e garantiu os recursos do Fundo às empresas até a conclusão dos projetos. Na verdade, não há separação nítida entre os dois programas de incentivos. O esquema do PROCAPE era o seguinte: uma parcela provinha do orçamento estadual (10,0% do ICM) e outra da recompra das ações pelas empresas beneficiadas, dividendos e bonificações (PROCAPE, 1978).

Ao contrário do Fundo, o PROCAPE beneficiou a indústria, o comércio e os serviços – principalmente os hotéis. No setor industrial, o PROCAPE continuou seguindo a mesma linha do FUNDESC, beneficiando a indústria alimentar, 20,0% dos incentivos liberados de 1976 a 1980. O complexo eletro-metal-mecânico ficou com 24,3% e a indústria de minerais não-metálicos com 14,4%. O setor têxtil-vestuário teve uma queda em relação ao Fundo de 18,0% para 12,1%.

Em 1983, o PROCAPE passou por um desgaste político, em função de denúncias de fraudes e desvios de verbas. Para investigar as denúncias foi aberta uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). O maior rombo do Programa foram os recursos destinados à Santinvest, empreiteira responsável em construir a SIDESC, obra jamais executada (Geise, 1991) (Anexo 21).

iii) PRODEC: pós-1988

Após a extinção do PROCAPE, em 1982, somente em 1988 foi criado um novo programa de incentivos, com base no ICMS o PRODEC. O PRODEC foi criado com base na Lei 7.320, de junho de 1988, e regulamentado pelo Decreto 3.305, de maio de 1989, e tem como propósito oferecer apoio financeiro, sob forma de empréstimo, tendo como base o aumento do ICMS a ser gerado pelo novo projeto. O incentivo inicial é de 75,0% do valor do ICMS, recolhido no primeiro ano, terminado no décimo ano, com 40,0% do valor. O PRODEC incentiva a implantação de novas empresas, a expansão de empresas já estabelecidas, a reativação de unidades industriais paralisadas há mais de dois anos, instalação de unidades de armazenagem de produtos agrícolas e importação de máquinas e equipamentos.

Tabela 24: Percentuais do ICMS recolhido a partir da entrada em operação do empreendimento implantado

Ano	Incentivo máximo
Primeiro ano	75% do valor do ICMS recolhido
Segundo ano	70% do valor do ICMS recolhido
Terceiro ano	60% do valor do ICMS recolhido
Quarto ano	50% do valor do ICMS recolhido
Quinto ano até décimo ano	40% do valor do ICMS recolhido

Fonte: PRODEC

Durante os nove primeiros anos de atuação do Programa (1988-1996), foram beneficiados 66 novos projetos industriais, sendo que em alguns anos a média ficava em torno de três a cinco projetos anuais. Nesse período, foram liberados 350,3 milhões de reais (184,7 milhões de dólares) e as empresas mais beneficiadas foram a Brahma, de Lages, com 12,4% dos recursos, a Klabin, de Correia Pinto, com 11,4%, a Perdigão, 10,2%, e a Sadia, 9,1% (Anexo 22).

Em 1997, o PRODEC passou por uma readequação e teve modificado a escala de liberação e os projetos prioritários. Com as novas medidas, o número de projetos saltou para 114 somente no ano de 1998, quase o dobro do acumulado de 1988 a 1996. Nessa nova fase, foram liberados 1,42 bilhões de reais (789 milhões de dólares), distribuindo 12,2% para a WEG, 11,0% para Perdigão, 10,2% para a Antarctica e 6,6% para a Portobello. Somente duas companhias de cerveja receberam em torno de 104 milhões de dólares de incentivos. Durante toda a existência do Programa, a Perdigão recebeu 10,8% dos incentivos liberados, a WEG 9,8% e a Sadia 5,1%.

Tabela 25: Maiores incentivos do PRODEC destinados às empresas nos períodos 1988-1996 e 1998-1999 (em reais, março de 1999) e a participação em cada período sobre o total liberado (em %)

1988-1996			1998-1999		
Empresa	Valor	%	Empresa	Valor	%
Brahma	43.400.000	12,4	WEG	173.706.692	12,2
Klabin	40.119.100	11,4	Perdigão	157.024.000	11,0
Perdigão	35.769.306	10,2	Antarctica	145.000.000	10,2
Sadia	31.861.109	9,1	Portobello	94.147.000	6,6
Bandag	19.744.132	5,6	Hering	67.883.000	4,8
Tec-cer	14.854.784	4,2	Marisol	67.161.000	4,7
Indústria Têxtil Renaux	14.823.299	4,2	Sadia	58.720.679	4,1
Rexroth	13.600.00	3,9	Indústria Têxtil Renaux	38.895.987	2,7
De Lucca	13.211.261	3,8	GCD Alimentos	33.658.135	2,3
Coopercentral	10.520.231	3,0	Akros	32.225.000	2,2

Fonte: PRODEC, Relatório de Atividades, 1999.

Ao contrário do BADESC, as regiões mais beneficiadas com o PRODEC foram a norte, com 36,0% dos incentivos, e a oeste, com 21,8%, ficando a Grande Florianópolis e a região serrana

respectivamente com 9,0% e 7,3% dos incentivos. Tal distribuição deu-se em função dos investimentos feitos pela WEG, Perdigão e Sadia.

Tabela 26: Participação nos incentivos do PRODEC por mesorregião (em reais, março de 1999)

Mesorregião	Valor	Participação (em %)
Norte	764.826.868	36,0
Oeste	464.223.377	21,8
Vale do Itajaí	354.690.228	16,6
Sul	197.736.468	9,3
Grande Florianópolis	192.782.564	9,0
Planalto Serrano	154.780.792	7,3

Fonte: PRODEC, Relatório de Atividades, 1999

Acumulados para o período de 1988 a 1999, o complexo agroindustrial captou 25,0% dos incentivos, os têxteis e vestuários 20,0% e o complexo eletro-metal-mecânico 18,1%.

Fazendo uma análise de todos os recursos liberados pelo BDE, FUNDESC, PROCAPE, BRDE, BADESC e PRODEC, é fácil entender porque o complexo agroindustrial deu um salto quantitativo e qualitativo, por que o complexo eletro-metal-mecânico tornou-se tão dinâmico, porque a indústria de revestimentos cerâmicos rapidamente integrou-se na economia nacional e internacional e porque o Vale do Itajaí consolidou-se como o segundo pólo têxtil do país. Buscar explicação na figura do empresário inovador para entender o dinamismo da indústria catarinense, no mínimo torna a análise descontextualizada. Não existe empresário inovador sem um arranjo institucional e financeiro propício à realização de novos investimentos, sem um estado de confiança, sem expectativas favoráveis e com retorno garantido. Esse aparato financeiro, que promove as finanças industrializantes, faz parte de um movimento geral da industrialização brasileira. A industrialização brasileira, e por extensão a ampliação e integração produtiva em Santa Catarina, é um imperativo político e não obra do mercado, da mão invisível ou da capacidade inovadora de um indivíduo.

Se fôssemos fazer uma média geral simples, o setor de alimentos (complexo agroindustrial) captou 32,9% de todos os recursos públicos em Santa Catarina, desde 1962; e o complexo eletro-metal-mecânico 16,3%. Dos recursos públicos liberados a partir do FUNDESC, o setor têxtil-vestuário captou 16,1%, os de minerais não-metálicos (essencialmente as cerâmicas de

revestimentos) 9,6% e o de matérias plásticas 4,5%; e a partir do PROCAPE o de papel e celulose absorver 6,3% dos recursos. Resumindo: em boa medida, reside nas finanças industrializantes a resposta do sucesso de muitas empresas catarinenses.

Tabela 27: Distribuição dos recursos liberados pelos programas de incentivos e agências de fomento em Santa Catarina por setores (em %)

Setores	BDE	FUNDESC	PROCAPE	BRDE(1)	BADESC	PRODEC	Média
	1962-1969	1970-1978	1975-1980	1965-1986	1975-1999	1988-1999	
Alimentos	70,0	43,2	20,0	22,4	17,0	25,0	32,9
Eleto-metal-mecânico	9,0	21,1	22,3	17,2	10,0	18,1	16,3
Têxtil-vestuário		15,8	5,5	22,2	17,0	20,0	16,1(3)
Minerais não-metálicos		2,8	14,4	8,7	13,0	9,3	9,6(3)
Matérias plásticas		10,5	1,0	2,5	3,2(2)	5,2	4,5(3)
Papel e celulose			14,4	4,1	4,0 (2)	2,8	6,3(4)

Fonte: Schmitz, 1991; FUNDESC; PROCAPE; BRDE; BADESC; PRODEC

Obs.: (1) Exclui o período de 1981 a 1983;

(2) De 1980 a 1999;

(3) Somente a partir do FUNDESC;

(4) Somente a partir do PROCAPE

3 – O desempenho recente: uma análise setorial e espacial

Passaremos a analisar o desempenho recente da indústria catarinense pós-1970, destacando os setores mais importantes que têm expressão nacional. Em alguns casos, para melhor entender a integração e consolidação dos setores, a análise irá abranger também os anos noventa. Ao mesmo tempo que a análise é setorial, ela é também espacial, pelo fato de que cada setor concentra-se mais numa região específica. Além dos dados secundários e agregados setoriais, divulgados pelo IBGE, como o VTI até 1985 e as estimativas elaboradas por Cunha (1992; 1997), vamos analisar em cada setor o desempenho de empresas mais significativas, as exportações, a evolução da oferta de

emprego e da produção, o processo de concentração e aquisições e a formação de “economias de aglomeração”.

a) Revestimentos cerâmicos

Os anos 70 foram marcados pela rápida expansão da produção nas três maiores cerâmicas sul-catarinenses – Eliane, Cesaca e Cecrisa – e pelo aparecimento de novas unidades. Desde os anos 40, Criciúma era conhecida como a “Capital Nacional do Carvão”. A partir de 1974 passa a ser também conhecida como a “Capital do Azulejo”. Ainda nos anos 60, foram fundadas a Cecrisa (Cerâmica Criciúma S.A., 1966) e a Incocesa (Indústria e Comércio de Cerâmica S.A., 1969), ambas entram em operação na década seguinte. Numa monografia publicada em 1971, pela SAC (Sociedade Amigos de Criciúma), sobre o potencial carbonífero da região, já era possível verificar a emergência da indústria cerâmica como um novo setor em franca expansão. Entre as novas indústrias de Criciúma, segundo o estudo:

um caso bem significativo é o dos produtos cerâmicos, dinamizados enormemente a partir de uma política governamental de incentivo à construção civil, através de financiamento maciço dos bancos estatais. Criciúma, com quatro estabelecimentos do gênero, prepara-se para assumir a curto prazo, posição de destaque no setor, tão logo conclua a fase de expansão ora verificada em todas as empresas ligadas ao ramo (SAC, 1971, p. 21)

Um suplemento especial, publicado pela revista Manchete em 1975, sobre a economia de Criciúma, afirmava que a indústria cerâmica vinha “trabalhando silenciosamente” ao lado da indústria carbonífera:

Criciúma notabilizou-se nacionalmente como a Capital do Carvão, pelas exuberantes jazidas que possui, principalmente agora quando a crise do petróleo traz conseqüências graves para a economia. Mas, além do carvão, a grande impulsionadora econômica da cidade e da região, como que trabalhando silenciosamente, é a indústria do azulejo. Essa sua importância fará com que a cidade carvoeira, em pouco tempo, segundo as previsões, seja transformada em importante pólo de investimentos em Santa Catarina (Manchete, 1975)

Essas previsões confirmaram-se nos anos seguintes, com a abertura de novas unidades fabris no embalo da expansão acelerada da construção civil, financiada pelo BNH. Na primeira metade dos

anos 70, surgiram a Cerâmica Naspolini (atual Moliza), a Inpisa (Indústria de Piso S.A.), a Incopiso (Indústria e Comércio de Piso S.A.), a Incede (Indústria de Cerâmicos e Decorados) e a Cerâmica Sartor. Na segunda metade, a Cemaco (Cerâmica de Material de Construção, atual Vectra), a Recel (Revestimento Cerâmico Ltda, atual Cooperceram), a Cerâmica Solar, a Ceramisa (Cerâmica Minérios S.A., que passou a denominar-se Cerâmica Veneza em 1985, que atualmente é a Pisoforte) e a Refraza (Refratários Zandavalle, que depois transforma-se na Pisos Tubarão, atual Itagres). Nesta época, a Icisa de Imbituba, já produzia 150 padrões de azulejos decorados e 14 de pisos coloridos. No final dos anos 70, o sul de Santa Catarina já se constituía como um verdadeiro “pólo nacional da cerâmica”, formado pelos municípios de Criciúma, Içara, Morro da Fumaça, Urussanga e Tubarão. Fora do “pólo”, surgiram apenas a Cerâmica Portobello, em Tijucas, e a Celma Indústria de Pisos Refratários (atual Casagrande), em Mafra. Fato curioso foram as iniciativas do empresário tubaronense Leocliides Zandavalle, que montou três cerâmicas na região nos anos 70, a Incocesa, a Inpisa e a Refraza. No entanto, todas foram vendidas a outros grupos, ficando o empresário fora do setor.

Nos anos 80, são fundadas as Cerâmica Metropol (atual Eldorado), De Lucca Revestimentos Cerâmicos (fundada a partir de ex-sócios da Cesaca) e a Cerâmica Gabriella. Fora do “pólo”, as cerâmicas Aurora, de Canelinha, e a Rainha, de Rio do Sul (antigas olarias), começam a produzir cerâmica extrudada. E nos anos 90, também fora do pólo, em São José, surge a Tec-cer Revestimentos Cerâmicos. A Tec-cer é a única empresa do setor em que a maioria do capital pertence a uma multinacional, 65,0% é do Grupo Victory Investment de Hong Kong e o restante de um empresário local, um ex-funcionário da Portobello. Recentemente, a Tec-cer foi adquirida por uma multinacional francesa.

A origem das empresas é diversa. Da sociedade entre pequenos comerciantes surgiram Cesaca, Ceusa e Cocal. Outras são provenientes de pequenas olarias que produziam lajotas e refratários, que ampliam a produção e passam a produzir pisos e/ou azulejos, como é o caso da Vectra, Moliza, Itagres, Casagrande e Gabriella. Algumas começaram como olarias e passam a produzir pisos extrudados e lajotas glazuradas como a Aurora, Rainha e Solar. Outras têm origem na acumulação comercial, ou seja, comerciante que entra no ramo cerâmico, como a Incocesa, Inpisa, Incopiso, Sartor e Ceramisa. Como desdobramento do setor carbonífero, destacam-se apenas a Cecrisa, do Grupo Freitas, e a Eldorado, formada por ex-membro do próprio Grupo.

A expansão do setor cerâmico só foi possível devido ao crescimento acelerado da construção civil nos anos 70: de 1967 a 1973 o setor cresceu 10,9%, de 1973 a 1976 12,1% e de 1976 a 1980, 6,2% (Serra, 1984, p. 58). As raízes desse crescimento estão nas reformas implementadas durante a execução do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). O PAEG tinha como principal objetivo a eliminação dos gargalos econômicos que emperravam a retomada do crescimento. De imediato, implementou-se uma reforma bancária, criando-se o Banco Central do Brasil, o Conselho Monetário Nacional e a Lei das Sociedades Anônimas. Em seguida, foram adotadas medidas no sentido de cortar gastos, aumentar a receita via aumento e concentração de tributos na esfera federal, contenção do crédito e dos salários, que passaram a ter reajustes anuais. Para resolver o problema das contas públicas, foram lançados títulos indexados pela ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), associados à recém-criada correção monetária. No que tange ao lado externo da economia, foram criadas medidas institucionais que regulamentaram a Lei de Remessa de Lucros ao Exterior, que liberaram a importação de vários itens antes protegidos e que facilitaram a captação de recursos no exterior pelas transnacionais (Belluzzo, Cardoso de Mello, 1984). Os principais resultados do PAEG foram: a) o Estado restabeleceu a capacidade de financiamento; b) os canais de financiamentos externos foram abertos; c) e formou-se uma demanda diferenciada composta por segmentos da classe média.

Todo o aparato financeiro institucional foi remodelado durante o PAEG, para ser posto em prática no período seguinte. Os bancos estatais, liderados pelo BNDE, financiavam os projetos de longo prazo, o Banco do Brasil financiava a agricultura, as transnacionais captavam recursos no exterior e os bancos privados nacionais financiavam o capital de giro e o consumo de duráveis (curto prazo). Nesse período, foram criados mecanismos de financiamento privado, que permitiram o aumento da capacidade de endividamento das famílias de classe média via ampliação do crédito. A novidade estava no crédito ao consumo e na captação direta de recursos do exterior, já que o BNDE era uma herança dos anos 50. Associado a esse aparato, em 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Nacional de Habitação, que captavam recursos do FGTS e repassavam às empreiteiras. No entanto, o BNH e o SFH foram efetivamente postos em prática como bancos de fomento à construção civil somente em 1968 (Serra, 1984).

Pelo lado do financiamento estadual é bom lembrar que o setor cerâmico absorveu 9,6% de todos os recursos públicos destinados à indústria catarinense desde 1962. A Cecrisa e a Incocesa foram, respectivamente, a segunda e a quarta empresa mais beneficiadas com recursos do

FUNDESC. Portanto, é impossível pensar o setor cerâmico fora do crédito estatal. O circuito foi: FGTS-BHN-construção civil-agências de fomento-cerâmicas. O objetivo inicial do FGTS era financiar a casa própria para o trabalhador, mas como é sabido, os recursos foram desviados para financiar a construção de condomínios de luxo e casas à classe média alta, persistindo, até hoje, um déficit habitacional de 5 milhões de moradias.

Ao mesmo tempo em que as cerâmicas começaram a se consolidar, iniciou-se um processo de concentração e aquisições, liderado pela Eliane e pela Cecrisa, tanto em nível local como nacional. O Grupo Eliane adquiriu a Inpisa, em 1975; a Incopiso, em 1978; a Ornato S.A. em de Serra (ES), em 1983; a Palmasa em Várzea da Palma (MG), em 1984; e a Florâmica em Londrina (PR), em 1989⁴⁶. Em 1997, a Eliane comprou a IASA em Salvador e a Céramus em Camaçari (BA). Além das aquisições, o Grupo ampliou enormemente a capacidade produtiva, passando de 6,9% da produção nacional de azulejos em 1970 para 14,8% em 1980, 16,2% em 1990 e 35,9% em 1998. Somando a produção de pisos, a participação em 1980 era de 12,1%, em 1990 de 13,7% e em 1998 de 10,0%. Em 1980, o Grupo já representava 15,5% das exportações nacionais de azulejos, em 1990 26,6% e em 1998 31,4%.

As aquisições do Grupo Cecrisa começaram em 1974, quando foi comprada a Incocesa; em seguida, em 1978, o grupo montou a Cemina em Anitápolis (GO) e depois, nos meados dos anos 80, comprou a Cesaca, a Eldorado, a Brilhocerâmica (SP), a Klace (RJ) e a Cemisa em Santa Luzia (MG) – as duas últimas do Grupo Klabin. Em 1988, entrou em atividade a Portinari, uma das mais modernas empresas do ramo no país, montada a partir de um projeto da Cesaca, a Cebrasul. Em 1989, o Grupo Cecrisa tinha oito unidades industriais e representava 24,4% da produção nacional de pisos e azulejos. Com o pedido de concordata, em 1991, foram fechadas quatro unidades. Entre 1989 e 1991, a produção simplesmente caiu 46,1%. Atualmente, a participação do Grupo na produção nacional é de 8,5%.

Os períodos recessivos de 1981-1983 e de 1990-1992 também foram os mais críticos para o setor. No segundo período, soma-se ao desmonte completo do sistema nacional de habitação que vinha se arrastando desde 1986.

⁴⁶ Foram empresas que não resistiram à recessão de 1981 a 1983, principalmente a Ornato e a Palmasa.

Tabela 28: Produção e exportações sobre o total produzido dos grupos Eliane e Cecrisa 1985-1999

Ano	Grupo Eliane		Grupo Cecrisa	
	Produção mil/m ²	Exportação %	Produção mil/m ²	Exportação %
1985	18.960	6,8	12.726	
1986	22.938	16,9	14.539	
1987	24.922	21,1	32.985	
1988	23.787	22,9	50.224	
1989	32.962	28,9	52.153	
1990	23.757	23,4	36.638	
1991	25.540	22,9	28.081	
1992	27.480	22,2	33.277	22,4
1993	27.588	19,3	43.163	25,0
1994	26.395	21,3	40.036	23,0
1995	30.702	23,6	31.826	22,0
1996	31.436	22,3	32.376	21,0
1997	35.625	21,5	34.107	22,0
1998	40.191	25,3	34.292	21,0
1999	37.502	30,3	35.204	17,5

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas.

Os Grupos Eliane e Cecrisa se constituem nos dois maiores grupos do setor no país, concorrendo com a catarinense Portobello e com a francesa Incepa, situada no Paraná, colocando a Cecrisa e a Eliane entre as maiores do mundo. A De Lucca também ampliou sua área de abrangência com a aquisição da Inca S.A. em Ananindeua (PA), no ano de 1994, e desativada recentemente. A mais recente ampliação produtiva em nível nacional foi feita pela Moliza, que abriu uma unidade em Candeias, na Bahia.

Quadro 8: Processo de aquisições no setor cerâmico

Grupo	Empresas adquiridas	Ano	Localidade
Eliane	Inpisa	1975	Criciúma
	Incopiso	1978	Urussanga
	Ornato	1983	Serra (ES)
	Palmasa	1984	Várzea da Palma (MG)
	Florâmica	1989	Londrina (PR)
	IASA	1997	Salvador
	Céramus	1997	Camaçari (BA)
Cecrisa	Incocesa	1978	Tubarão
	Cesaca	1985	Criciúma
	Eldorado	1986	Criciúma
	Brilhocerâmica	1987	São Paulo
	Klace	1987	Rio de Janeiro
	Cemisa	1987	Santa Luzia (MG)
De Lucca	Inca	1994	Ananindeua (PA)

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas.

O crescimento vertiginoso do setor em Santa Catarina pode ser acompanhado no crescimento anual da produção e na participação nacional. Já em 1965, o Estado representava 16,1% da produção nacional de azulejos, chegando a 46,2% em 1979. A partir da segunda metade dos anos 70, começou a produção de pisos no Estado, portanto, até 1979 a análise é baseada somente na produção de azulejos. O Estado já chegou a representar 43,6% da produção nacional de revestimentos. Atualmente a participação caiu para 25,8%, devido ao aumento vertiginoso da produção no interior paulista, colocando Santa Catarina na segunda posição (Anexo 24).

Tabela 29: Exportações catarinenses de pisos e azulejos (em mil US\$) e a participação nacional (em %) 1979-1999

Ano	Santa Catarina	Santa Catarina/Brasil
1983	4.966	9,0
1984	9.545	12,4
1985	9.282	11,3
1986	12.767	12,5
1987	27.413	24,9
1988	41.395	27,5
1989	48.817	28,7
1990	36.210	25,9
1991	43.715	31,2
1992	68.207	39,2
1993	97.832	41,8
1994	97.428	40,3
1995	89.284	35,3
1996	88.143	36,3
1997	104.273	41,2
1998	106.165	43,8
1999	103.641	

Fonte: Cacex; Sistema Alice/Secex/SED-SC

A diversificação da produção industrial na região sul de Santa Catarina, liderada pelo setor cerâmico, engendrada tardiamente nas décadas de 70 e aprofundada nos anos 80, constituiu-se num grande indutor da renda, além do carvão, o que evitou um abalo maior na economia regional, com a queda brusca do setor carbonífero, iniciada no último lustro da década de 80. A partir do momento em que a indústria cerâmica sul-catarinense se engajou no mercado nacional, houve um processo concomitante, em que as articulações internas foram capazes de conquistar novos mercados, trazendo ao Estado uma dinâmica considerável a partir das estratégias competitivas das grandes empresas. Essa competitividade do setor garantiu uma conquista segura do mercado externo, em que

25% da produção foi exportada. Expor-se no mercado internacional incondicionalmente exige bom preço e qualidade, que foram conquistados paulatinamente com as constantes inovações tecnológicas forjadas pelas cerâmicas sul-catarinenses (Goularti Filho, 1997).

O outro pólo cerâmico do país está no Estado de São Paulo, distribuído em três regiões: a capital, abrangendo Diadema, São Caetano do Sul, Suzano e Jundiaí; Mogi Guaçu; e a região de Rio Claro, incluindo Cordeirópolis e Santa Gertrudes, que é responsável por mais de 70,0% da produção do interior paulista. A diferença entre os dois Estados é que as cerâmicas paulistas se especializaram mais no processo via seco e as catarinenses no via úmido. A qualidade é a mesma, a diferença está no processo produtivo. Dada a rápida expansão do setor no interior paulista, a região vem sendo alvo de investimentos de empresas catarinenses ligadas ao setor. Na área de peças e equipamentos, a ICON tem uma unidade em Rio Claro, prestando serviços para estamparias e atendendo encomendas; e na área de compostos, a Colorminas tem uma unidade em Santa Gertude, a Caravaggio em Cordeirópolis e João Pessoa (PB) e a Manchester em Itatiba.

A região sul também se destaca nacionalmente na produção de cerâmica vermelha (olarias que fabricam tijolos e telhas), com forte inserção nacional. Os municípios de Jaguaruna, Morro da Fumaça e Sangão, juntamente com outros municípios da região colonial da Grande Florianópolis, concentram o maior número de cerâmicas vermelhas do Brasil. Mas, ao contrário das cerâmicas de revestimentos, somente nos últimos anos que as olarias vêm passando por uma modernização tecnológica com a introdução de novos fornos, rolamentos, redutores, motoredutores, cortadores automáticos, além de novos produtos químicos, como granalhas e fritas e a utilização do gás natural. Este novo arranjo tecnológico permitiu as cerâmicas ofertarem uma linha mais diversificada e moderna de telhas e tijolos como: telhas esmaltas, glasureadas e de concreto; tijolos maciço de vários modelos e tamanho. Recentemente, uma cerâmica no município de Içara (Del Castenhel), que fabricava telhas de concreto, foi adquirida por uma multinacional francesa que pretende entrar no Mercosul. Este fato demonstrando a importância que o setor vem tendo em nível nacional e internacional.

Porém, esta modernização não representou uma nova gestão das relações trabalhistas. Ainda perdura no setor, formas arcaicas de relação de trabalho. É muito comum o trabalho de crianças e adolescentes que abandonam a escola para auxiliarem na renda familiar. Muitos proprietários de olarias, cedem aos funcionários casas para morar, criando uma relação de dependência e subserviência. Como as casas ficam próximas às olarias é comum o que seus ocupantes trabalhem

além das 44 horas semanais, envolvendo mulheres e filhos. O ambiente fabril nas olarias é degradante e muitas não demonstram nenhuma preocupação com a alteração ambiental, utilizando fornos a lenha e minerando em áreas proibidas.

b) Carbonífero

O setor carbonífero no sul catarinense seguiu, por alguns momentos, uma marcha contrária às crises da economia nacional. O primeiro *boom* do setor foi durante a Primeira Guerra. Enquanto a economia nacional passava por privações de algumas mercadorias, a região viu um pequeno surto de crescimento. O segundo foi durante a Segunda Guerra, quando todas as minas foram encampadas e a produção aumentou mais de 300%. Com o fim da Guerra o governo acabou com as cotas e o setor entrou numa crise. Foi o início da “Batalha do Carvão”, uma série de reuniões realizadas no Rio de Janeiro para pressionar o governo a criar medidas protecionistas e garantir uma cota mínima de compra. A resposta veio com a criação da CEPCAM e com a volta das cotas. Concretamente, o setor foi ainda mais beneficiado com a construção da do Lavador de Capivari, da UTEC (usina termelétrica que fornecia energia ao Lavador) e da SOTELCA, e com a industrialização pesada pós-55.

Essas mudanças estimularam ainda mais a abertura de pequenas minas. Bastava ter um pequeno lote com carvão no subsolo, independentemente da quantidade de reserva, para abrir uma “boca de mina”. Colonos, agricultores e comerciantes tornaram-se mineradores. Das inúmeras minas que existiam na região, muitas fecharam em função do esgotamento das reservas ou foram compradas por mineradoras maiores, que tinham mais recursos técnicos para extrair o mineral. Somente a Cia. Carbonífera Urussanga comprou as seguintes minas: Rio Carvão, Mineração Geral do Brasil, Rio Salto, Rio Mania, Sete Irmãs, Boa Vista, Santa Augusta, Santa Bárbara, Monte Negro e Rio Carlota. Santo Guglielmi e Diomício Freitas criaram a Carbonífera Caeté em 1949 e a Criciúma em 1958. Depois adquiriram a Cocal, São Marcos, União, Pinheirinho e Metropolitana. Após uma cisão no final dos anos 60, a Metropolitana ficou com Guglielmi e a Criciúma com Freitas.

Até 1973, o setor segue um caminho de crescimento lento e contínuo. Com a crise do petróleo, entrou em cena o último, e maior, *boom* do carvão em Santa Catarina. Apesar de o carvão

representar menos de 5,0% da matriz energética brasileira, dentro do II PND foi criada a Política Nacional de Derivados de Energético, cuja intenção era substituir 170 mil barris de petróleo/dia por cinco milhões de toneladas de carvão nacional. Para alcançar esse objetivo, o governo se comprometia em fixar o preço e a cota que ia consumir, obrigando as siderúrgicas a comprarem uma quantia mínima de carvão metalúrgico. Com isso, o governo tornou-se o único comprador, tornando dispensável os departamentos de vendas das mineradoras. Enquanto a economia nacional entrava numa desaceleração, o sul-catarinense começava a viver mais uma fase áurea (Goularti Filho, 1996).

Dentro das metas do II PND, estabelecidas para a Região Sul, o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina absorvia 55,1% do total dos recursos. A construção da ICC (Indústria Carboquímica Catarinense⁴⁷, do Grupo PETROFERTIL) – cuja função era produzir ácido sulfúrico e ácido fosfórico e seus derivados, a partir do rejeito do carvão destinados à indústria de fertilizantes –, e a ampliação da Usina Termelétrica Jorge Lacerda foram os projetos mais beneficiados (Senado Federal, 1975). É nesse período que, sob determinação do Conselho Nacional do Petróleo, as minas começam a ser mecanizadas, elevando enormemente a capacidade produtiva.

Mecanizar as minas é a voz de comando do Conselho Nacional do Petróleo. As companhias carboníferas foram conclamadas a modernizarem tecnologicamente o seu sistema produtivo, desde 1970. De 1970 até 1975 “ninguém fez nada”, diz o Diretor Administrativo da Carbonífera Metropolitana. Os anos de 1975 a 1977 foram de implantação. Já em 1976 as Carboníferas Próspera e União Metropolitana estavam operando com equipamento mecanizado; em 1977 a Carbonífera Criciúma e, em seguida a CBCA as seguiram. As companhias carboníferas modernizaram inicialmente alguns setores; outros continuaram operando nos métodos tradicionais, da lavra manual, ou, quando muito, de lavra semi-mecanizada (Volpato, 1984, p. 42).

Em 1973, a produção do carvão ROM foi de 4,3 milhões de toneladas, em 1978 já era de 13,8 milhões e a produção do carvão metalúrgico passou de 787 mil/t para 1.130 mil/t, respectivamente (Anexo 4). Como é sabido, apenas 25,0% do carvão catarinense é vendável, e divide-se em energético e metalúrgico (o mais lucrativo), o restante é rejeito.

Em 1979, ocorreu o segundo choque do petróleo e novamente a região foi alvo de novos investimentos, com a ampliação da ICC e o reaparelhamento do Porto de Imbituba. A recessão de 1981-1983 foi pouco sentida na região. Mesmo com queda na produção de cerâmicos e de vestuários, a extração de carvão aumentava num ritmo frenético, gerando novos empregos e estimulando a abertura de novas atividades econômicas ligadas ao setor, principalmente metalurgias.

Em 1975, o setor gerava diretamente cerca de 7,5 mil empregos, passando para 9,3 em 1980 e para 10,8 mil empregos em 1984. A produção em 1985 de ROM chegou a 19,8 milhões de toneladas, sendo 1,4 de metalúrgico e 3,3 de energético. A partir de 1986, o esquema que protegia o setor começou a ser lentamente desmontado, aumentou a importação do carvão metalúrgico, foram retirados todos os subsídios do transporte e as cotas foram extintas. Essas mudanças estavam dentro de um movimento mais geral, que era a redução das atividades estatais e a emergência do discurso neoliberal. Até 1990, quando foi dado o golpe final, paulatinamente foram caindo a produção e a oferta de emprego, fazendo da “crise do carvão” uma crise anunciada (Goularti Filho, 1996).

Tabela 30: Número de trabalhadores na indústria carbonífera catarinense 1940-2000

Ano	Trabalhadores	Ano	Trabalhadores
1940	3.200	1988	9.129
1950	5.500	1989	7.910
1960	6.700	1990	4.530
1965	6.778	1991	4.412
1970	8.676	1992	3.862
1975	7.500	1993	3.558
1980	9.322	1994	3.344
1981	9.361	1995	3.210
1982	10.147	1996	3.198
1983	10.630	1997	3.034
1984	10.898	1998	2.460
1985	10.536	1999	2.500
1986	9.794	2000	2.600
1987	9.380		

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; IBGE, Censos Demográficos e Censos Econômicos, vários anos; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; DNPM, Informativo anual da indústria carbonífera, vários anos.

c) Complexo papel e celulose, mobiliário e madeireiro

Dentro do complexo madeireiro, vamos analisar o desempenho recente de quatro segmentos: papel, celulose, mobiliário e madeireiro.

⁴⁷ A ICC foi montada a partir do antigo projeto da Siderúrgica de Santa Catarina S.A., (SIDESC) criada em 1962.

i) Papel e celulose

A produção de papel surgiu no Brasil antes dos anos 30, mas a sua expansão e consolidação deu-se somente nos anos 50 e 60. Em Santa Catarina, nesse período, há um aumento no número de fábricas e na quantidade produzida, chegando a representar, em 1960, 7,7% da produção nacional de celulose e 4,6% da de papel. Excluindo-se a Irani, Cia. Itajaí e a Olinkraft, as demais eram todas fábricas de pequeno porte e funcionavam com equipamentos rudimentares, próximas às madeiras que aproveitavam os resíduos. Segundo Griggs (1974), em 1968 havia 142 fábricas de pasta mecânica em Santa Catarina. Em 1973, de acordo com a ANFPC (Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose), havia 16 fábricas de papel, 18 de pasta mecânica e sete de celulose.

O salto que o setor deu foi na quantidade produzida, propiciado pelos investimentos feitos no final dos anos 60 e início dos 70, por grandes grupos nacionais e estrangeiros. A primeira a instalar-se foi a Olinkraft, atual Igaras, em 1958; em seguida, 1966, veio a Papel e Celulose Catarinense Ltda., do Grupo Klabin, na época ambas em Lages. Em 1974, foi a vez da Rigesa, do Grupo Westvaco (EUA), que se instalou em Três Barras, que já havia adquirido, em 1956, as terras da antiga serraria *Lumber*, a preço subvalorizado. Em 1974, o grupo paranaense Trombini adquiriu a Papelose Industrial Fraiburgo, pertencente à família Frey. Em 1972, outro grupo paranaense, o Imaribo, comprou em Campos Novos a Fábrica de Papelão Ibicuí, que pertencia a proprietários locais e que mais tarde veio denominou-se Iguaçu Celulose e Papel S.A. E por último, a Celulose Irani S.A., fundada em 1941, em Joaçaba, por empresários gaúchos, e comprada em 1996 pelo Grupo Habitasul, também do Rio Grande do Sul. Com todos esses investimentos, a produção de papel no Estado passou de 35,5 mil toneladas em 1967, 4,3% da produção nacional, para 270,5 mil em 1977, 12,1% da produção nacional; e a de celulose, de 30 mil toneladas, 6,3%, para 264 mil, 17,6% da produção nacional (Anexos 25 e 26).

Entre as empresas de porte médio, que foram incorporadas por grupos de fora, está a Cia. Volta Grande de Papel, antiga Ind. e Com. Luiz Olsen, fundada em 1951 e incorporada em 1979 pela paulista Safelca S.A.. Atualmente a empresa funciona sem vínculos administrativos com a Safelca. Já a Indústria Salto Grande S.A., fundada em 1940, pelos mesmos proprietários da Papel Itajaí, foi adquirida pela família Purnhagen, de origem local, em 1976, e passou a denominar-se Águas Negras S.A..

As incorporações extrapolam o universo das fábricas catarinenses e começam a ser um movimento de concentração entre as grandes empresas. Com o intuito de verticalizar a produção da Klabin, em Santa Catarina, a Papel e Celulose Catarinense, em 1986, comprou 80,0% do capital de sua principal concorrente no segmento de sacos de papel, a Bates do Brasil, empresa controlada pela Champion. A Bates era um conglomerado fabril que produzia sacos de papel com plantas, em Contagem, Recife, São Paulo e Lages. Outra mudança entre as grandes empresas do setor foi a compra de 50,0% do capital da Igaras pela nacional Saragy, subsidiária da Cia. Suzano de Celulose e Papel. A outra parte continua ainda nas mãos da Riverwood International Corporation. Em junho de 2000, a Klabin adquiriu a Igaras, uma das maiores aquisições no setor no país.

A Igaras em Otacílio Costa, a Klabin em Correia Pinto e a Rigesa em Três Barras, além de fabricarem a celulose e o papel, têm unidades convertedoras em outros municípios do Estado. A Igaras tem uma unidade em Itajaí desde 1989, a Klabin tem duas em Lages e a Rigesa tem uma em Blumenau desde 1979.

Quadro 9: Processo de aquisições no setor de papel e celulose

Empresa	Fundação	Grupo que adquiriu	Ano da aquisição	Sede	Nome atual
Papel Itajaí (Lages)	1953	Olin, atual Riverwood	1958	EUA	Igaras
Ibicuí	1945	Imaribo	1972	PR	Iguaçu
Papelose	1962	Trombini	1974	PR	Trombini
Irani	1941	Habitasul	1996	RS	Irani
Salto Grande	1940	Família Purnhagen	1976	SC	Aguas Negras
Luiz Olsen	1951	Safelca	1979	SP	CVG
Igaras	1958	Klabin	2000	SP	

Fonte: Dados fornecido pelas empresas.

Percebe-se que entre as maiores empresas do setor, nenhuma pertence a empresários catarinenses. Essa é uma das características que diferencia o setor de papel e celulose dos demais setores aqui estudados. Entre as empresas catarinenses de médio porte, destacam-se apenas a Primo Tedesco S.A., Adami S.A. e Avelino Bragagnolo S.A..

Com base nos dados do SINPESC (Sindicato da Indústria de Celulose e Papel de Santa Catarina), combinados com os da FIESC, a atual classificação por porte é a seguinte: 7 grandes, 12 médias e 8 pequenas. Segundo dados da BRACELPA (Associação Brasileira de Celulose e Papel), em 1998, havia 26 fábricas de papel, 6 de pasta química e semiquímica e 18 de pasta de alto rendimento, embora que algumas produzam tanto a pasta como o papel e a celulose, representando respectivamente 14,6%, 18,2% e 34,6% do total nacional.

O segmento de papel divide-se em: imprensa, imprimir/escrever, embalagens, cartões/cartolinas, sanitários e outros especiais. O segmento de celulose divide-se em: pasta química (a própria celulose) e pasta mecânica. A produção em Santa Catarina concentra-se da seguinte forma: a produção de pasta química é feita apenas pelas empresas maiores; já a pasta mecânica é produzida pelas empresas de pequeno e médio porte, quase todas de capital local. Na produção de papel, as maiores e algumas de médio porte são responsáveis pela produção de papel para embalagens pesadas e sanitário (entre as grandes somente a Klabin produz papéis sanitários); as pequenas e médias, de papel para embalagens leves, embrulhos e sanitários. O segmento de celulose divide-se em fibra longa, proveniente do *pinus*, e fibra curta, proveniente do *eucalyptus*. Santa Catarina produz somente a celulose de fibra longa, sendo responsável, desde o início dos anos 70, por aproximadamente 50,0% da produção nacional.

Em termos de crescimento na produção e na participação nacional, Santa Catarina acompanhou o ritmo nacional, colocando-se ao lado de São Paulo, Paraná e Espírito Santo. A produção estadual de papel em 1970 era de 88.785t e representava 8,1% da produção nacional. Em 1980, chegou a 418.156t, ou seja, um aumento de 370% numa década, passando a representar 12,4% da produção nacional. Esse aumento é explicado não somente pela expansão da economia nacional, mas também pela reestruturação patrimonial, pelos novos investimentos – sobretudo com a entrada da Klabin e da Rigesa – e pelo crédito fornecido pelos bancos locais de fomento. Nos anos 80, a produção teve um crescimento contínuo, chegando a 731.146t em 1989; ocorrendo o mesmo nos anos 90, chegando em 1999 com a produção de 1.187.403t de papel (Anexo 25).

Na produção de celulose, no período 1970-98, o Estado aumentou a sua produção, mas continuou basicamente com os mesmos índices na participação nacional, 12,0%. No entanto, quando a produção da celulose é classificada entre fibra longa e curta, com já foi citado, Santa Catarina é responsável por aproximadamente 50,0% da produção nacional de celulose fibra longa (Anexo 26).

Tabela 31: Participação dos principais fabricantes de papel na produção estadual 1970-1999 (em %)

Empresa	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1999
Igaras	22,4	23,4	31,2	30,4	32,2	26,6	26,3
Rigesa		26,7	25,5	23,7	21,4	18,1	17,2
Klabin	41,5	28,9	14,7	13,1	8,9	14,2	12,4
Irani	10,3	6,7	6,9	6,5	4,1	6,6	6,3
Trombini	6,2	4,3	6,3	4,5	8,0	7,4	5,6
Tedesco				5,1	6,0	5,4	4,3
Iguaçu	3,1	1,8	4,2	5,2	4,5	3,7	3,6
Adami					4,1	3,3	3,3
Mili				1,4	1,2	2,0	2,4
Avelino	1,2	0,6	1,1	0,9	0,7	1,5	2,0
Bonet	3,7	2,2	1,7	2,2	1,4	2,1	1,5

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

Tabela 32: Participação dos principais fabricantes de celulose na produção estadual 1970-1998 (em %)

Empresa	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1998
Igaras	41,2	40,0	34,8	33,2	39,4	37,5	36,8
Rigesa			27,6	26,6	26,5	24,1	24,5
Klabin	43,2	48,2	24,5	21,2	18,5	21,2	19,3
Irani	6,7	8,2	7,2	6,6	4,6	5,6	8,6
Tedesco				4,2	5,6	6,3	6,1
Trombini	4,6	3,5	5,7	7,5	5,4	5,3	4,7

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

As exportações catarinenses de papel para o mercado externo começaram em 1975, exportando apenas 15 toneladas de papéis para embalagem, representando 0,5% das exportações nacionais. Até 1980, o ritmo continuou quase o mesmo, ora aumentando a quantidade exportada, ora reduzindo. O salto foi dado no início dos anos 80, quando a Manville (atual Igaras) começou a exportar papéis para embalagem, elevando a participação catarinense nas exportações de papéis para embalagem de 0,12% em 1980 para 19,27% em 1981 e 44,77% em 1982, mantendo-se nesse patamar até o final dos anos 90. A quantidade exportada saltou de 20 toneladas em 1980 para 14.457 em 1981 e em 1989 já eram 150.496 toneladas, fazendo de Santa Catarina o maior exportador

nacional de papéis para embalagem. Entre o conjunto da celulose, Santa Catarina exporta apenas a pasta mecânica, representando mais de 80,0% do total nacional exportado, o restante fica com o Paraná⁴⁸. A exportação de pasta mecânica também teve um aumento nos anos 90, dobrando a quantidade exportada, sendo responsáveis pelas vendas externas no país apenas quatro fabricantes, dois do Paraná e dois de Santa Catarina, Dal Pai S.A. e Papel Dall'Asta (Anexos 27 e 28).

Entre os setores industriais mais importantes de Santa Catarina, o de papel e celulose é o que menos tem um efeito de encadeamento dentro do próprio Estado. Excluído o reflorestamento, a compra de máquinas e equipamentos é feita basicamente no mercado externo ou em São Paulo. Alguns produtos químicos, pequenas peças de reposições e prestação de serviços são da própria região. Se tomarmos como exemplo as três maiores papeleiras de Santa Catarina, o efeito de encadeamento é quase nulo, utilizando apenas mão-de-obra e madeira. São justamente as empresas de menor porte e de capital local que utilizam mercadorias produzidas regionalmente.

Correia Pinto, Otacílio Costa e Três Barras são cidades monoindustriais, que apresentam baixo índice populacional e alto nível de produção industrial setORIZADA. Não há perspectiva de diversificação econômica nessas cidades. A renda do município, principalmente os tributos, são oriundos basicamente da grande fábrica. Três Barras passou por mais de 30 anos dependendo da *Lumber*, e atualmente depende da Rigesa. A Igaras e a Klabin parecem corpos estranhos no planalto serrano. Otacílio Costa e Correia Pinto são duas pacatas cidades com duas enormes empresas, atraídas pelo preço subvalorizado das terras, pela água abundante e pela disponibilidade inicial de madeira. Com a obrigação governamental do reflorestamento, elas encontram na região um clima favorável e um solo adaptável ao *pinus*, madeira da qual é extraída a fibra longa.

Com base no percentual de reflorestamento, promovido por incentivos fiscais e por recursos próprios feitos nos anos 80, podemos perceber que aproximadamente 80,0% do reflorestamento feito era com, base em incentivos fiscais, principalmente para o plantio de *pinus*. De acordo com a ANFPC, no ano de 1973 as empresas filiadas à entidade tinham uma área reflorestada de 56.550 hectares (95,9% de *pinus*), passando para 122.571 hectares em 1998 (86,2% de *pinus*). Ao todo, há no Estado, aproximadamente, 532.500 hectares de área reflorestada, sendo 483.000 de *pinus*, 32.000 de *eucalyptus* e 17.500 de araucária, ocupando a quarta posição em nível nacional, sendo que em *pinus* perde apenas para o Paraná, 22,5% do total nacional (BRACELPA, 1998) (Anexo 29).

⁴⁸ A produção de pasta mecânica em nível nacional vem reduzindo em função da substituição pela pasta química e semi-química.

ii) Mobiliário

O pólo moveleiro catarinense concentra-se no Alto Vale do Rio Negro, em três municípios: São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. A indústria moveleira em São Bento teve início ainda no final do século XIX e início do XX. A colonização da região está associada à construção da Estrada Dona Francisca, à extração da erva-mate e às iniciativas das companhias colonizadoras. Segundo Kaesemodel (1990), os imigrantes que colonizaram a região

eram dotados de habilidade técnica para trabalhar madeira, aliada à presença de recursos florestais abundantes (madeira) e ao acúmulo dos rejeitos de matérias-primas, que passam a ser aproveitadas pelas próprias serrarias e por pequenas oficinas de marcenarias de fundo de quintal. A atividade de extração e beneficiamento da madeira e da erva-mate, foi fator determinante na geração de uma infraestrutura e no aumento do poder aquisitivo da população trabalhadora braçal e no conseqüente aumento do consumo de manufaturado (p. 122).

A mercantilização promovida pela madeira e pela erva-mate desencadeou um “desenvolvimento precoce das atividades artesanais em detrimento das atividades agrícolas” (p. 27). A origem das marcenarias deve ser buscada nas iniciativas locais “com base nas transformações de pequenas oficinas de marcenarias de fundo de quintal, com estrutura fundamental na utilização de investimentos de capitais modestos” (p. 49). A proximidade da matéria-prima básica, como araucária, imbuía, canela e cedro, é outro fator determinante para a localização da indústria moveleira em São Bento.

Até os anos 40, as pequenas marcenarias atendiam apenas ao mercado regional, chegando até Joinville e Curitiba. No entanto, foi somente após a Segunda Guerra que a indústria moveleira deu grandes saltos, com o surgimento de várias pequenas e médias marcenarias, com destaque para a Zipperer, a Artefama e a Serraltense, que conquistaram o mercado nacional e internacional com o estilo colonial nos anos 60 e 70. Esse salto, segundo Kaesemodel, está associado à “disposição de mão-de-obra experiente, de se estabelecer por conta própria, ocorrendo a proliferação de estabelecimentos” (p. 48). No anos 70, a região já apresentava características de um pólo moveleiro com projeção nacional, quando a população de São Bento do Sul aumentou em 111,4%, saltando de 16.656 habitantes em 1970 para 35.205 em 1980, continuando num ritmo acelerado nos anos seguintes. Com a difusão do estilo colonial e com a expansão do consumo da classe média, o setor passou por intensas modificações estruturais, como a concentração e a proliferação de novas unidades. Com o reflorestamento, o setor teve de se adaptar às novas fontes de recursos e às normas vigentes do IBDF. Fato positivo foram as rigorosas exigências do mercado consumidor norte-

americano e europeu, que passou a importar somente móveis de madeira reflorestada. Atualmente, as moveleiras de médio e grande porte da região possuem reservas próprias, porém não são totalmente auto-suficientes.

O sucesso do setor também deve ser atribuído às iniciativas institucionais articuladas pelo setor. Podemos destacar duas: a) a atuação do SENAI, que desde 1965 vem ofertando cursos específicos para o setor; e b) a constituição da FETEP (Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa), criada em 1975, que desenvolve novas tecnologias e processos, presta assistência técnica a todas as empresas do setor, qualifica mão-de-obra nos três níveis (ensino fundamental, médio e graduação), além de possuir um laboratório físico-mecânico e outro físico-químico.

Três fatores contribuíram para a consolidação do setor nos anos 80: 1) a crise gerou um processo de concentração no setor – a Móveis Rudnick liderou esse processo, em 1977 comprou a Móveis Alpes, em 1980 a Móveis Araújo, em 1984 a Móveis Artessol e recentemente, 1997, a Móveis Vouge, uma das maiores do setor no Paraná; em seguida veio a Artefama, que adquiriu a Colina Móveis em 1980 e a Bavária Móveis em 1983; 2) assistiu-se, nesse período, à conquista do mercado externo. No início dos anos 80, Santa Catarina participava com 9,8% das exportações brasileiras de móveis, chegando no final da década a 23,2%. Na década seguinte, a participação dobrou, chegando em média a 50,0% das exportações nacionais; e 3) o *pinus* reflorestado, abundante na região, passou a ser a matéria-prima básica na confecção de móveis exportáveis.

Tabela 33: Exportações catarinenses de móveis (em US\$ 1.000) e a participação nas exportações nacionais 1979-1999 (em %)

Ano	US\$	SC/BR	Ano	US\$	SC/BR
1979	2.084	9,9	1990	16.833	35,1
1980	2.664	9,8	1991	24.533	51,1
1981	2.931	12,1	1992	64.078	91,5
1982	3.198	14,5	1993	130.793	49,2
1983	4.178	22,0	1994	140.064	47,6
1984	5.971	22,1	1995	173.617	51,7
1985	9.217	26,3	1996	178.990	38,8
1986	9.360	22,2	1997	197.000	50,5
1987	8.400	21,5	1998	167.534	46,3
1988	16.800	36,9	1999	199.085	48,8
1989	11.608	23,2			

Fonte: Cacex, Secex/Sistema Alice/SED-SC

São Bento responde por 70,0% das exportações de móveis do Estado e exporta mais de 80,0% da sua produção. As empresas de médio e grande porte exportam basicamente toda a produção: a Artefama exporta 100,0% da sua produção e a Zipperer exporta 70,0%. Entre as maiores, somente a Móveis Rudnick trabalha mais com o mercado interno, 85,0%. A produção para exportação alterou o estilo nos móveis fabricados, abandonando o estilo colonial passando para linha mais reta no intuito de se adaptar às novas exigências do mercado externo. Segundo Bercovich (1993), das 30 empresas da região que exportavam em 1992, 16 iniciaram as exportações na década de 80 e 12 entre os anos de 1991 e 1992. Os anos 90 são caracterizados por uma nova etapa em modernização tecnológica, expansão das exportações e conquista de novos mercados, como pode ser observado no salto das exportações no período 1991-1993, quando salta de 24,5 milhões de dólares para 130,8 milhões. Esse salto foi possível, em boa medida, devido aos problemas de ordem político-econômico nos países do Leste Europeu e de ordem político-militar nos Balcãs, região exportadora de móveis para a Europa, permitindo, assim, que novas regiões produtoras de móveis ocupassem essa lacuna.

Tabela 34: Participação dos Estados selecionados na exportação de móveis 1999 (em %)

Estados exportadores	Participação nacional
Santa Catarina	51,1
Rio Grande do Sul	29,9
São Paulo	7,9
Paraná	7,7
Minas Gerais	1,7

Fonte: Secex, 1999.

Entre os pólos moveleiros, Santa Catarina se diferencia por ser o maior exportador do país. Entre as empresas de médio porte, somente a Móveis Pérola, situada em Urussanga, está fora do pólo. Apesar de Santa Catarina ser o maior exportador, o maior pólo moveleiro concentra-se na serra gaúcha, principalmente em Bento Gonçalves. Os demais são em Araçongas (PR), Mirassol e Votuporanga (SP), Ubá (MG) e Linhares (ES).

O pólo é formado por um universo de micro, pequena e médias empresas. Há somente duas empresas de grande porte. Segundo Lanzer (1997),

as empresas menores apresentam menor verticalização (não fazem reflorestamento e muitas vezes nem a secagem) mas realizam quase todas as demais etapas. A falta de escala nas pequenas e microempresas em determinados processos ou etapas, fez surgir diversas microempresas especializadas em tarefas específicas como manutenção de equipamentos, tornearia, lustração e pintura (estima-se que existem mais de 20 empresas deste tipo na região), o que permite certa flexibilidade frente a mudanças bruscas na demanda (p. 31)

Além das empresas ligadas apenas a uma etapa da produção, há uma rede de fornecedores especializados em equipamentos, peças, máquinas e insumos em geral. Dos insumos, 77,4% da madeira, 93,2% das embalagens, 66,8% dos produtos químicos são adquiridos em Santa Catarina, e a maioria está disponível na própria região, por exemplo: a Madequímica que produz tintas e vernizes, a Rineplast, artigos de plásticos, a Tuper, tubos de aço, e a Metalurgia Multififer. Na produção de máquinas e equipamentos, destaca-se a Tecmatic, uma empresa de médio, porte que produz lixadeiras de banda larga e seccionadores, atendendo às marcenarias de médio e grande porte. São máquinas de alta tecnologia e que concorrem com as produzidas na Alemanha. A Lampe também produz máquinas, atendendo às marcenarias de pequeno porte. No entanto, parte dos maquinários e dos equipamentos de alta tecnologia são importados principalmente da Alemanha e outra parte é adquirida no mercado nacional de empresas multinacionais.

Tabela 35: Origem das máquinas, equipamentos e principais matérias-primas utilizadas na indústria moveleira catarinense (em %)

Tipo de produto	Região	Santa Catarina	Outros Estados	Exterior
Madeira e derivados	33,1	44,3	18,9	3,7
Máquinas e equipamentos	11,4	15,3	46,3	27,1
Embalagens	46,3	46,9	6,8	
Componentes	35,3	40,2	24,3	1,4
Produtos químicos	46,8	20,0	31,8	1,0
Outros insumos básicos	11,4	45,2	32,9	10,5

Fonte: Lanzer, 1997.

iii) Madeira

Durante a década de 60, a região de Lages foi a maior produtora de madeira de Santa Catarina e uma das maiores do país, um verdadeiro eldorado. A extração da araucária foi um

“milagre” que tirou a região serrana do abismo, em que estava mergulhada desde o fim do tropeirismo. No auge da madeira no planalto serrano, Lages chegou a responder por 12,0% do ICM arrecadado no Estado. Foi uma euforia que durou pouco. O esgotamento das reservas florestais de araucária e a proibição do corte fizeram a região serrana mergulhar numa profunda regressão que até o momento espera por um novo “milagre”. De maior pólo atrativo de migrantes nos anos 50 e 60, a região tornou-se a maior expulsadora nas décadas seguintes. De 1950 a 1960, a população de Lages aumentou 56,4%. Em 1960, Lages era a maior cidade catarinense com 120.821 habitantes (a única com mais de 100 mil habitantes), 80,9% a mais que Blumenau, 73,4% que Joinville e 23,5% que Florianópolis. Em compensação, nos anos 60 a população de Lages aumentou em apenas 6,5%, enquanto que a de Joinville aumentou em 80,9% e a de Blumenau em 50,1%.

Em função do esgotamento das reservas, das restrições do IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – incorporado pelo IBAMA em 1989) e do não reflorestamento paralelo, o período pós-70 é marcado pela decadência das atividades madeireiras e, conseqüentemente, da economia serrana na sua totalidade. Lages entra numa profunda regressão econômica. Muitas serrarias oriundas do Rio Grande do Sul transferiram-se para a Região Norte (Gethal, Pisani e Novo Sul) ou para Mato Grosso (Mapil, Giroto e Dal Pisol). Outras trocaram de ramo, indo para o setor de alimentos ou simplesmente fecharam. Para agravar ainda mais o quadro recessivo, em 1970 o 2º Batalhão Rodoviário, que estava sediado em Lages desde 1934, transferiu-se para Santarém, no Pará, dispensando mais de 1.800 civis.

Após a queda das atividades madeireiras não houve uma diversificação industrial capaz de manter e expandir a renda regional. Na época do auge da madeira, muitos madeireiros aplicavam seus lucros na compra de novas reservas de pinheiros, sempre renovando o estoque. Não houve uma preocupação da burguesia local em diversificar dentro do próprio setor madeireiro (móveis, compensados, papel e celulose). Essa diversificação exigia investimentos em reflorestamento. Ao contrário do Alto Vale do Rio do Peixe e do planalto norte, na região serrana o reflorestamento iniciou-se somente no início dos anos 70, com resultados positivos na segunda metade dos anos 90. Os novos investimentos feitos na região, no setor, foram de procedência externa: a Igaras e a Klabin. Muitos fazendeiros falidos que não dispunham mais de reservas florestais, encontraram no turismo rural a solução individual para a manutenção da renda familiar.

Nos anos 90, veio a crença de que os investimentos externos pudessem tirar a região da regressão. Em Lages instalaram-se a Brahma, na busca de água de qualidade, a Alcoa, para atender a

papeleiras, a Perdigão, para aproveitar o potencial pecuarista, a Parmalat, para beneficiar a maçã e a Karsten para aproveitar o exército de reserva feminino. São empresas que vêm de fora para aproveitar um recurso abundante disponível, como foi no passado o caso da Igaras e da Klabin, na busca por água e árvores. Ainda não há, na região, comando e forças endógenas que engendrem um movimento capaz de romper o ciclo vicioso da dependência de investimentos de fora. Há exemplos no Estado que forças endógenas geraram a diversificação produtiva, fazendo romper com a dependência de uma atividade econômica, é o caso de Criciúma, que dependia do carvão e diversificou para o cerâmico, o plástico e o vestuário; e de Caçador, que dependia da madeira e qualificou as atividades extrativas e diversificou para calçados, metalurgia e plástico.

Apesar de Lages ter uma pequena indústria metalúrgica um pouco desenvolvida, que surgiu a partir do final dos anos 60, ela é incapaz de, sozinha, engendrar esse movimento de diversificação. A Minusa, SKP Escapamentos, a Lampauto e a Molas Piccoli, que atuam no setor de autopeças, mesmo tendo uma inserção nacional, propagam um efeito multiplicador com pouca abrangência. Ao todo, o setor gera em torno de 620 empregos, distribuídos em 60 pequenas oficinas e metalurgias. As maiores são a Minusa, fundada em 1967, com 300 funcionários, a SKP, de 1971, com apenas 95 funcionários, e a Lampauto, de 1986, com 52 funcionários. A mais antiga é a Molas Piccoli, de 1953, porém ainda é uma pequena empresa e conta somente com 23 funcionários. Não há em Lages uma grande indústria no setor que possa comandar mudanças quantitativas e qualitativas, como a Tupy, a Consul, a WEG, a Tigre e a Busscar comandaram no norte, como a Cecrisa, a Eliane e a Zanatta comandaram no sul, como a Adami, a Sincol e a Tedesco comandaram em Caçador ou como a Sadia, a Perdigão e a Chapecó comandaram no oeste. As maiores empresas na região de Lages são a Igaras e a Klabin, e como já foi citado, o interesse de ambas em promover um encadeamento industrial em nível regional é praticamente nulo. O único laço produtivo que ambas têm com a região é a demanda por *pinus* reflorestado e água. Elas terceirizam o plantio ou arrendam terras para elas próprias replantarem. Em torno de 70,0% de toda área replantada na região pertence às duas empresas.

A diferença fundamental entre o planalto norte e a região serrana está na sua formação sócio-espacial, onde predominam a grande propriedade no planalto serrano e a pequena propriedade no planalto norte. Em Lages, o corte da araucária seguiu um ritmo altamente predador, sem a menor preocupação com o esgotamento das reservas. O *ethos* desse ritmo predador está associado ao espírito aventureiro dos madeireiros e dos grandes fazendeiros que vendiam as árvores para serem

derrubadas. As condições físico-espaciais hostis e a grande propriedade contribuíram para a formação de um espírito aventureiro, numa região colonizada e desbravada pelos tropeiros e bandeirantes paulistas. Os novos migrantes que chegaram pós-40 assentaram-se sobre uma base sócio-cultural formada há quase duzentos anos e pouco alteraram as relações sociais já constituídas. A indústria madeireira não acabou com o mandonismo e com a longa distância que separa os fazendeiros dos caboclos.

Em resumo, na região serrana o capital mercantil não se metamorfoseou para industrial. A sua metamorfose implicaria romper com as arcaicas relações de mandonismo, típicas de uma região onde a base fundiária é a grande propriedade, portanto, implicaria em perdas para o poder oligárquico.

Entre as madeireiras mais importantes, em Lages sempre destacou-se a Battistella Indústria e Comércio, que nos anos 50 já tinha três serrarias na região, com 250 funcionários. Nos anos 60 diversificou para a revenda de caminhões e no final da década iniciou o reflorestamento na região, que visava a auto-suficiência em matéria-prima. Nos anos 70 e 80, reforçou os investimentos nas áreas de reflorestamento e comercialização de madeiras, além da expansão dos negócios, abrangendo também os setores financeiro, hoteleiro, agropecuário, de transporte, peças e serviços distribuídos em São Paulo e nos três Estados do Sul. Em 1985, inaugurou uma nova planta no município de Rio Negrinho. Atualmente, as duas unidades produtivas empregam 1.220 funcionários, produzindo 280.000 m³/ano, exportando 60,0% da produção como: madeira beneficiada, painéis, compensados *blockboard* e *popiplac*.

No planalto serrano, entre as madeireiras de médio porte, poderíamos citar a Madepar (286 funcionários), a Germano Pisani (250), a Cia. Novo Sul (177), a Pandolfo (170), a Coesa (130) e a Sofia (102). Na produção de móveis há aproximadamente 20 empresas, todas de micro e pequeno porte. Ao todo, na região de Lages, há aproximadamente 140 empresas ligadas à atividade madeireira, gerando 3.010 empregos diretos.

A região do Contestado, tendo Caçador como centro, teve um processo parecido com Lages, mas que resultou em desdobramentos diferenciados. Mesmo com o esgotamento da araucária no final dos anos 50, as madeireiras não pararam com o corte, pois partiram para o reflorestamento do *pinus* ou da própria araucária. Empresas que atuavam no período áureo da araucária continuam até hoje cortando, beneficiando e exportando a madeira; Primo Tedesco que se instalou em 1935, Adami e Sincol, ambas de 1942, Salomoni de 1944, Baú Madeiras de 1951, Poletto de 1953 – que

depois diversificou para beneficiamento de curtume – e a Madecal de 1965. No município de Mafra estão sediadas a Madeiras EK, fundada em 1940, e a União, em 1950; e em Canoinhas a Fuck em 1943. Algumas diversificaram para a produção de pasta mecânica, papel, móveis e abertura. Já em Lages, empresas de médio e grande porte, que surgiram no período áureo e continuam atuando na cidade, é a Bastistella, de 1949, e a Coesa, de 1962. Há outras que surgiram também nessa época e ainda continuam em Lages, porém são todas de micro e pequeno porte.

Atualmente, em Caçador, destaca-se a Adami S.A. Madeiras, de 1942, que em 1952 iniciou o reflorestamento, em 1955 diversificou para a produção de pasta mecânica, em 1975 começou a produzir papel e em 1982 a fazer embalagens. Em 1960, eram apenas 150 funcionários e em 1999 eram 1.200. A poupança interna da Adami permite auto-suficiência desde a matéria-prima até o produto final, por meio de reflorestamentos em Santa Catarina e em Mato Grosso. Na produção de aberturas e esquadrias, destaca-se a Sincol S.A. Indústria e Comércio, que também é auto-suficiente em matéria-prima proveniente dos 8 milhões de hectares de área reflorestada. A Sincol, que iniciou com 70 funcionários e atualmente possui 1.850, é a maior produtora e exportadora de aberturas do país. Somente no ano de 1999 foram 25 milhões de dólares exportados, 26,8% do total estadual. A integração produtiva da empresa começou em 1952, quando abriu uma filial em Jacarezinho (PR) e outra em São Paulo, em 1961. Além destas unidades, atualmente a empresa possui quatro serrarias fora do Estado, duas em Mato Grosso e duas em Rondônia. Também destaca-se a Frame, fundada em 1979, que iniciou suas atividades fabricando artefatos simples e componentes de madeiras. No início dos anos 80, começou a construir casas pré-fabricadas, em seguida a fabricar compensados e aberturas, todas destinadas à exportação. No início da década de 90, partiu para a fabricação de móveis. A Frame possui uma área plantada de 2.800há, atendendo à sua própria demanda.

Na cidade de Caçador, além das empresas citadas, também se destacam a Madeiras Madepinus, Móveis Rotta, Madecal Agro-industrial e Faquibrás. Em Mafra e Canoinhas, predomina a produção de laminados e compensados, destacando-se a Madeireira Fuck S.A. (com capacidade de produção de 30.000m³/ano), a Madeireira EK (24.000m³/ano), a Compensados Evasi (14.000m³/ano), Compensados Santa Catarina (12.000m³/ano), Madeireira Coplanat (7.800m³/ano) e Madeireira Três Estados (6.000m³/ano). A maior está localizada em Rio Negrinho, a Madeireira Battistella, com capacidade de produzir 100.000m³/ano, empregando 670 funcionários. Não há ainda no Estado nenhuma fábrica de painéis Mdf (*medium density fiberboard*). No Brasil, há somente duas empresas que produzem Mdf, a Duratex, que começou a operar em 1997, e a portuguesa Tafisa, que

abriu uma unidade em 1998 no município de Pien, sul do Paraná. Dada a sua resistência, homogeneidade (sem nós ou veios) e a facilidade em trabalhar, o mercado de Mdf vem crescendo velozmente, atendendo à indústria moveleira e à construção civil, colocando em risco as fábricas catarinenses de compensados.

O planalto norte e o Vale do Rio do Peixe tiveram uma formação sócio-espacial distinta da região serrana, em que a presença da pequena produção mercantil garantiu uma acumulação pulverizada e a consolidação de vários ramos industriais. Além disso, o reflorestamento iniciou ainda nos anos 50 e 60 (no início dos anos 50 a Móveis Cimo S.A. e a Adami S.A. já tinham áreas reflorestadas). O esgotamento das reservas florestais no planalto norte não levou à queda das atividades madeireiras. Na década de 70 e 80, enquanto a região de Lages estava regredindo economicamente, Caçador, Mafra e São Bento do Sul já estavam fazendo o corte do *pinus elliottiis*. Apesar das iniciativas privadas de algumas madeireiras e fábricas de papel e celulose, somente com regras e punições governamentais, por meio do IBDF, foi que surgiram projetos de reflorestamento. Mesmo assim, o reflorestamento não conseguiu recuperar a antiga paisagem natural, algo impossível. A espécie replantada foi, sobretudo, o *pinus elliottiis*, uma árvore exótica de origem canadense, que se adaptou muito bem ao clima da região.

Analisando o Valor da Transformação Industrial do item madeira em Santa Catarina, pode-se constatar que houve uma tendência de crescimento de 1905 até 1959, passando de 5,64% para 23,27%, ocorrendo um processo contrário de 1970 até 1985, caindo de 18,36% para 6,32% (Anexo 1). Mesmo com todo incentivo do IBDF, a indústria da madeira, no geral, sofreu uma forte queda pós-70. A queda das exportações do item madeira serrada, derivada do pinheiro, contribuiu decisivamente para o encolhimento do setor madeireiro. Essa queda torna-se mais acentuada a partir de 1973. Em apenas quatro anos (1973 a 1976), a participação nas exportações caiu de 55,3% para 4,5% e em dólares houve uma queda vertiginosa de 78,5% (Anexo 36). A situação começou a melhorar, porém não mais nos moldes das décadas áureas da madeira, somente no início dos anos 90, quando passou de 53,6 milhões de dólares em 1990 para 293,3 milhões em 1999. Foi excluída das exportações, em razão das rígidas e positivas regras do IBAMA, a madeira de pinho serrada. Atualmente são exportados painéis e tábuas de *pinus* beneficiadas. O produto “porta e respectivos caixilhos” (abertura) quase dobrou a sua participação no total exportado, passando de 1,1% em 1987 para 2,2% em 1999, e em dólares aumentou nos anos 90 em 191,4%.

Além do dinamismo do setor madeireiro e moveleiro, o planalto norte conseguiu engendrar uma diversificação produtiva, rompendo com a dependência da renda proveniente apenas do complexo madeireiro. Em Caçador, a economia diversificou-se para a indústria plástica, que inicialmente estava voltada para a indústria moveleira e que em seguida passou a fabricar tubos e conexões em PVC e embalagens; para a indústria metalúrgica, como a Fezer, que fabrica máquinas para a indústria madeireira, tipo tornos desfolheadores, juntadeiras e secadores de lâminas, como a Cia. Olsen de Tratores, que fabrica guinchos e carregadores florestais; para a indústria calçadista, como a Viposa, que emprega mais de 550 funcionários e possui em torno de dez *ateliers* na cidade; ou até mesmo para a indústria do vestuário. Mesmo com toda diversificação, é bom lembrar que é ainda o setor madeireiro que comanda, em grande medida, o processo de acumulação no planalto norte. A diversificação produtiva em Caçador contribuiu apenas para reduzir a total dependência que a expansão da renda tinha do complexo madeireiro.

Tabela 36: Exportações de madeira, cortiça e suas obras em Santa Catarina 1970-1999 (em US\$ 1.000 FOB)

Ano	US\$	%	Toneladas	Ano	US\$	%	Toneladas
1970	20.444	61,6	210.254	1985	32.903	3,3	45.012
1971	25.995	56,8	207.637	1986	39.758	4,2	13.143
1972	12.962	45,8	235.459	1987	39.349	3,9	14.357
1973	49.071	55,3	205.644	1988	53.599	4,0	25.721
1974	33.735	26,5	93.109	1989	44.124	3,1	22.272
1975	31.220	17,5	95.521	1990	53.581	3,7	82.032
1976	10.557	4,5	31.479	1991	61.079	4,0	93.511
1977	14.855	5,2	46.352	1992	80.435	4,5	123.170
1978	43.556	5,3	79.888	1993	133.424	6,1	201.401
1979	41.932	7,9	80.771	1994	177.930	7,4	324.470
1980	39.325	5,1	68.055	1995	202.879	7,6	330.933
1981	32.956	4,1	27.164	1996	207.341	7,8	319.554
1982	26.588	3,1	24.095	1997	240.221	8,5	314.429
1983	29.506	3,3	39.299	1998	223.979	8,6	323.191
1984	33.129	2,9	44.789	1999	293.332	11,43	422.398

Fonte: Cacex, Secex/Sistema Alice/SED-SC

A produção de papel e celulose demanda basicamente dois produtos essenciais: água e madeira, acrescidos de alguns produtos químicos. A produção de móveis exige principalmente madeira, ferragens, cola, tintas e vernizes; a produção de abertura demanda madeira, cola e ferragens; e a de compensados exige madeira e cola. Ou seja, a madeira é a base, motivo que

explica, em boa medida, a presença desses setores no planalto norte e serrano e Alto Vale do Rio do Peixe. Todas têm efeitos encadeamentos de abrangência local e não estimularam a abertura e o crescimento de empresas na região, que passassem a atender o mercado nacional de papel, celulose, compensados e móveis. As que se lançaram no mercado nacional têm uma participação irrisória.

Tabela 37: Exportações de portas e respectivos caixilhos (aberturas) em Santa Catarina 1987-1999 (em US\$ 1.000 FOB)

Ano	US\$	Participação (em %)
1987	11.511	1,1
1988	15.513	1,1
1989	15.344	1,1
1990	19.313	1,3
1991	23.280	1,5
1992	35.182	1,9
1993	35.170	1,6
1994	46.144	1,9
1995	42.493	1,6
1996	48.940	1,8
1997	49.875	1,8
1998	47.962	1,8
1999	56.288	2,2

Fonte: Cacex; Secex/Sistema Alice/SED-SC

Para produzir alguns insumos plásticos, químicos, ferramentas e peças de reposição de ferro fundido, não há inicialmente muitas barreiras tecnológicas, o que permite o surgimento de várias empresas de capital local para atender ao complexo madeireiro da região. No entanto, para produzir máquinas e equipamentos de comando numéricos e automáticos, o acesso a essas tecnologias está reservado apenas às empresas sediadas na Alemanha, Itália, Noruega, Suécia, Canadá e EUA. A Tecmatic (São Bento), a Lampe (Rio Negrinho) e a Fezer (Caçador) ainda são empresas de pequeno porte, incapazes de gerar um comando que desencadeie um processo cumulativo de investimentos no setor de máquinas e equipamentos para móveis e madeira.

A recessão dos anos 80 e a antipolítica industrial dos anos 90 abortaram qualquer possibilidade de criar um parque industrial de máquinas e equipamentos para atender à demanda interna.

d) Eletro-metal-mecânico

Os municípios de Joinville e Jaraguá do Sul formam o pólo eletro-metal-mecânico de Santa Catarina. Enquanto que nos anos 40 o maior salto populacional do Estado foi dado por Criciúma (carvão) e nos anos 50 por Lages (madeira), nos anos 60 a vez foi de Joinville, que passou de 69.677 habitantes em 1960, para 126.058 em 1970. Em 1980, já era a maior cidade catarinense, a única com mais de 200 mil habitantes (235.812 habitantes). Nos anos 80, Jaraguá do Sul também entrou num ritmo acelerado de crescimento populacional, ao lado de Blumenau, Criciúma e Chapecó. Segundo dados do Censo Econômico de 1985, Joinville representava no Estado 64,3% da indústria metalúrgica e 63,8% da mecânica. Seguramente, essas cifras sofreram poucas alterações nos últimos 15 anos, porque as demais regiões do Estado aprofundaram suas especializações, e as microrregiões, que diversificaram sua estrutura industrial para o metal-mecânico, ainda são incipientes e não têm comando diante de Joinville e Jaraguá. É o caso de Lages, Caçador e Criciúma.

Se acompanharmos a evolução do VTI estadual do complexo eletro-metal-mecânico, em 1970 o mesmo participava com 11,47%, passando para 30,62% em 1995. O metalúrgico de 4,74% para 6,55%, o mecânico de 5,55% para 14,78% e o elétrico de 1,18% para 9,29%. Ou seja, no conjunto, um aumento de 167%, dados apenas comparados com os Estados mais industrializados da federação (Anexo 1).

A indústria metal-mecânica em Joinville surgiu nos anos 20 e 30 e rapidamente se expandiu na primeira etapa da industrialização pesada nacional (1955-1962). Em Jaraguá, a indústria metal-mecânica nasceu pós-40 e somente a partir do início dos anos 70 que ela dá um salto e se insere de forma mais consistente no mercado nacional. Como exemplo, podemos citar a Metalúrgica Erwino Menegotti de 1940, a Motores Kohlbach de 1945, a Metalúrgica João Wiest de 1947, a Fábrica de Máquinas Famac de 1953, a Metalúrgica Trapp de 1953, a WEG de 1961, Indústria de Máquinas Kreis (Indumak) de 1963 e a Metalúrgica Lombardi de 1970. Excluindo a Kohlbach e a WEG, a demais são empresas consolidadas de médio porte e que têm uma forte presença no mercado nacional; como a Wiest, que é líder nacional na fabricação de escapamentos para o setor automobilístico; a Trapp, que é líder na produção de equipamentos e ferramentas de jardinagem; a Erwino Menegotti, que é maior fabricante de ferramentas e equipamentos para a construção civil; e a Indumak, que fabrica máquinas empacotadeiras para vários segmentos industriais.

Podemos identificar basicamente duas análises sobre a origem e expansão da indústria jaraguense, porém ambas não se excluem, sobretudo no tocante a origem. Silva (1975), destaca o

empenho dos imigrantes de origem europeia em inicialmente impulsionaram a indústria local, começando com pequenas atividades artesanais e manufatureiras como: Guilherme Weege, o patriarca da família Weege, proprietária das Malhas Malwee, abriu em 1906 um pequeno comércio que revendia produtos suínos e laticínios, que eram beneficiados pelo próprio Guilherme; Max Wilhelm, que em 1923 começou a trabalhar numa fábrica de gasosa, adquirindo a mesma em seguida, formando uma das mais famosas fábricas de refrigerantes de Santa Catarina até os anos 70; Gustavo Gumz, um ex-funcionário de uma casa comercial em Blumenau, montou em 1923 um pequeno frigorífico, que exportava banha e lingüiça para o Rio de Janeiro e Curitiba, além de produzir queijo; Rudolf Hufenüssler, um químico e farmacêutico diplomado, que veio da Alemanha em 1925, e montou em Jaraguá uma fábrica para produzir óleos essenciais, extraindo essências da hortelã e da laranja, que eram fornecidas à fábrica de Max Wilhelm e exportadas; João Marcatto, que montou uma pequena fábrica de chapéus em 1934; e Henrique e Walter Marquardt, que em 1935 abriram a primeira malharia de Jaraguá, que até o início dos anos 70 era a maior da cidade.

Moretti (1988), qualifica um pouco mais a análise sobre a origem da indústria em Jaraguá, mas na conclusão geral de seu trabalho cai no reducionismo do “espírito de iniciativa” e do empresário inovador. Para dissertar sobre a origem da indústria em Jaraguá, Moretti utiliza como fonte bibliográfica o livro de Emílio da Silva (1975) e acrescenta mais algumas histórias de iniciativas individuais com a de João Wiest, Erwino Menegotti, Heinz Kohlbach, Eugênio Trapp e a história dos três sócios fundadores da WEG (Eggon João da Silva, Wener Voigt e Geraldo Werninghaus). Segundo Moretti, até os anos 60, o crescimento de Jaraguá era “sufocado” por Blumenau e Joinville, dada a sua proximidade: “a relação de dependência deste dois ‘pólos’, ao que tudo indica imprimiu o ritmo de desenvolvimento industrial da região. Em parte atrasou, em virtude da facilidade de fornecimento de certos produtos, como tecidos, calçados, ferragens e muitos outros, não criando necessidade premente dos referidos produtos” (p. 64). Somente a partir dos anos 60 e 70, a proximidade com Joinville e Blumenau começa a trazer resultados positivos para Jaraguá. Utilizando a teoria do campo aglomerativo para explicar o desempenho industrial, Moretti afirma que “Jaraguá é fruto das influências recebidas de Joinville e Blumenau, formando com estes dois centros, na medida de sua evolução, um pólo de alto potencial atrativo, de novos investimentos, portanto potencialmente aglomerativo” (p. 77). Porém, em seguida, o autor coloca que: “apesar da importância da colocação apresentada, isto não nada vale, sem o espírito empreendedor e o *feeling* dos empresários” (*Ibid.*). E para concluir Moretti afirma:

Chegamos a este estágio evolutivo graças ao espírito de iniciativa de um grupo de *entrepreneurs* que no momento certo, na época propícia e em local adequado, iniciaram os seus estabelecimentos industriais. E com o trabalho árduo acrescido de suas habilidades empresariais, num 'jeitinho bem brasileiro', aproveitando as oportunidades oferecidas, determinaram o grau de evolução alcançado. (p. 79)

Esta análise se aproximada da tese do empresário inovador catarinense de origem européia. Na verdade, a pequena produção mercantil e o sistema colônia-venda constituíram a base material da origem da indústria em Jaraguá. Também merece destaque o papel que exerceu a ramal ferroviário que ligava o porto de São Francisco a Porto União/EFSPRG, e colocava Jaraguá em contado direto com o porto e Curitiba, facilitando a exportação de produtos suínos, laticínios, óleos essenciais, chapéus e bebidas. A explicação para a sua diversificação, expansão e consolidação deve ser buscado em outros elementos. Não resta dúvidas que Joinville e Blumenau exerceram uma influência benigna sobre Jaraguá. De Blumenau vem a influência da indústria têxtil e do vestuário e de Joinville a metal-mecânica. Jaraguá mergulha neste entremeio e se engancha na expansão da indústria do Vale do Itajaí e do litoral norte. O país crescia, Santa Catarina crescia, Joinville e Blumenau cresciam, como conseqüência, Jaraguá também crescia.

No entanto, os rumos da economia de Jaraguá pós-70 seriam diferentes se não fosse o forte comando exercido pelas grandes empresas dos três setores de destaque. A Malwee e a Marisol ditaram os rumos da indústria do vestuário, a Kohlbach e a WEG da indústria eletro-metal-mecânico e a Duas Rodas da indústria de alimentos. É sobre elas que está assentada a economia de todo Vale do Itapocú (Jaraguá, Corupá, Massaranduba, Schroeder e Guarimirim). Em menor escala no setor eletro-metal-mecânico destaca-se a Wiest, Menegotti, Trapp, Lombardi e Famac; no de alimentos na Bretzke, Frigumz, Sasse e nas filiais da Seara, Nutrimental e Fleischmann Royal; e no têxtil-vestuário na Malhas Menegotti, Nanete e Zanotti.

Para entendermos o desempenho da indústria dinâmica do litoral norte catarinense pós-62, necessariamente temos que entender três movimentos: 1) o forte engajamento que a indústria local teve com o "projeto nacional de industrialização"; 2) a forte participação do Estado catarinense no suprimento de energia, transporte, crédito e telefonia; 3) e o comando exercido pelas empresas de médio e grande porte. Porém, nos anos noventa o setor passou por uma profunda reestruturação produtiva e patrimonial que imprimiu uma nova dinâmica na economia regional.

O primeiro movimento é explicado – além da expansão da economia nacional e a exigência de máquinas, peças e equipamentos para os Estados mais industrializados – pelo fato de que a indústria local nasce inicialmente voltada para o mercado local e na primeira expansão da sua capacidade produtiva volta-se para o mercado nacional. O segundo, concentra-se basicamente no aumento da oferta de energia elétrica pela CELESC-SOTELCA, na pavimentação de rodovias arteriais para o escoamento da produção, no reaparelhamento dos portos e na abertura de linhas de financiamento de longo prazo, oferecidas pelas agências de fomento e pelos fundos de incentivo. Os elementos do terceiro movimento residem no comando exercido pelas cinco gigantes do setor: Tupy, Consul, Embraco, WEG e Busscar, seguidos das empresas de médio a grande porte: Duque, Schneider, Ciser, Kohlbach, Wiest, Schulz, Wetzel, Docol, Altona, Erwino Menegotti, Metisa e Fischer. A Busscar, a Multibras, a Embraco e a Tupy representam juntas 67,4% de toda mão-de-obra do setor eletro-metal-mecânico em Joinville, e a Kohlbach e a WEG 79,0% em Jaraguá do Sul.

Durante a década de 60, a Tupy ampliou sua capacidade produtiva com a inauguração de novas unidades em Joinville, passando de uma área construída de 42 mil/m² para quase 100 mil/m², com capacidade para 15 mil toneladas/ano de ferro fundido. Em 1964, a Tupy já atendia 60% do mercado nacional de conexões maleáveis. Nos anos 70 e 80, a empresa se internalizou, tomando-se a maior fundição privada da América Latina e a quinta do mundo, aumentando a sua capacidade produtiva de 19,2 mil toneladas/ano em 1970 para 80 mil em 1980. No milionésimo Volkswagen, produzido em 1970, a marca Tupy estava em 875.000 carros. Como estratégia de expansão no mercado nacional, foram adquiridas, em Joinville, a Fundição Jomar, em São Paulo, a Spai produtora de rami, e incorporadas três empresas na área plástica em Manaus. Em 1985, é criada a *holding* Tupy S.A., subdividida em dois grupos: metal-mecânico (Fundição Tupy e Granalha de Aço, ambas em Joinville) e químico-plástico (Tupy Nordeste em Recife, Tupy Tubos e Conexões em Joinville, Osasco Anápolis; Tupy Fios e Linhas em Amparo; Tupy Termotécnica em Joinville, Contagem e Manaus; e Tecnoplástica em São Bento do Sul, Manaus e São João do Meriti – RJ), gerando 12.000 empregos. A Fundição chegou ao final dos anos 80 produzindo 110 mil toneladas/ano e era a quarta maior consumidora de energia do Estado, perdendo apenas para os municípios de Joinville, Blumenau e Jaraguá (Relatórios Anuais da Tupy, vários anos) (Anexo 37).

A outra gigante do setor é a Refrigerações Consul, que no final dos anos 60 produzia 130 mil refrigeradores/ano, empregando 1,3 mil trabalhadores, com filiais comerciais em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife. Embalada pelos ventos do “milagre econômico”, que

beneficiou o consumo de bens duráveis, os anos 70 representaram para a Consul a conquista definitiva do mercado nacional de refrigeradores e ar condicionados, lançado em 1972, quando atinge a marca de 1 milhão de refrigeradores, produzidos nas duas unidades de Joinville (Fábrica I e II). Três anos após, essa cifra chega a 2 milhões, demonstrando a capacidade de alavancagem que a empresa tinha num mercado em forte expansão (Joaquim, 1989). Com o intuito de produzir compressores herméticos para o consumo próprio, em 1971, a Consul, a Springer e a Prosdócimo, com tecnologia da dinamarquesa Danfoss S.A., fundam a EMBRACO (Empresa Brasileira de Compressores S.A.), que entra em operação em 1974. Em 1976, a Consul e a Embraco foram adquiridas pelo grupo nacional Brasmotor (detentor da marca Brastemp), com a participação da norte-americana Whirlpool (Teixeira, 1996). A aquisição da Consul e da Embraco deu-se mais pelas suas virtudes do que pelos seus fracassos. A Consul simplesmente estava numa fase áurea de expansão. A Brasmotor comprou ambas para ampliar a sua participação no mercado nacional de eletrodomésticos na linha branca.

Em 1980, a Consul atingiu a marca de 5 milhões de refrigeradores, com uma capacidade de produzir 1,1 milhões de refrigeradores por ano. Essa capacidade produtiva manteve-se por toda a década de 80, devido ao desaquecimento do mercado nacional. No final da década, chegou a 1,5 milhões de unidades/ano, com um leque maior de opções de refrigeradores e condicionares de ar. Com a recessão do início dos anos 90, o nível de produção caiu para os patamares de 1984, ou seja, 1,05 milhões de unidades, apresentando uma forte recuperação nos anos seguintes, pela expansão do crédito ao consumo, promovida nos anos de 1994 e 1995 (Anexo 37).

Atualmente, o Grupo Brasmotor detém as marcas Consul, Brastemp e Semer, que formam junto com a Whirlpool a Multibras, controla 37,0% do mercado nacional na linha branca, 60,0% do mercado de refrigeradores e 47,0% do mercado de condicionadores de ar com unidades em Joinville, Manaus, Rio Claro, São Bernardo do Campo, São Paulo e San Luiz na Argentina, entre as quais a maior unidade é a Consul de Joinville. Também faz parte da Brasmotor a Embraco, que responde por 65,0% do mercado brasileiro de compressores herméticos e 21,0% do mercado internacional, com unidades na Itália, Eslováquia e China. Os compressores herméticos representavam, em 1983, apenas 1,8% das exportações catarinenses. No final da década já era aproximadamente 10,0%, continuando em torno dessa cifra ao longo dos anos 90, colocando-se em primeiro lugar na pauta de exportação do Estado, seguidos dos alimentos, têxteis e cerâmicos (Anexo 37).

A WEG é também outra gigante catarinense que domina o mercado nacional de motores elétricos. Quando a empresa completou 10 anos, atingiu a cifra de 63 mil motores, empregando 496 funcionários, com filiais comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte. Nos meados da década, inaugurou uma nova unidade fabril em Jaraguá, uma subsidiária comercial na Alemanha, exportando para 32 países, tornando-se a maior fábrica de motores da América Latina. No início dos anos 80, expandiu ainda mais a produção, alcançando a cifra de 993 mil motores, empregando 4 mil funcionários, possuindo o seu próprio centro de pesquisa. Nesse período, adquiriu a Ecemic Transformadores de Blumenau e as Tintas Michigan de Guaramirim (SC) e diversificou para a fabricação de máquinas elétricas de grande porte, transformadores e tintas e vernizes. Começou a década de 90 instalando subsidiárias comerciais nos EUA, Argentina, Bélgica e Alemanha. Em seguida abre no Japão, Austrália, Espanha, França e Inglaterra. A WEG conseguiu eliminar seus grandes concorrentes no mercado nacional com a Búfalo, a Eberle, Arno, Motores Elétrico do Brasil e a GE.

A produção atual da WEG chega a 6 milhões de motores/ano (Anexo 37), empregando 8 mil operários, exportando 131,6 milhões de dólares (5,0% das exportações catarinenses), com um faturamento de 970 milhões de reais (2000), fabricando motores, máquinas, acionamentos, transformadores, tintas, vernizes e reflorestamento. A WEG controla 79,0% do mercado nacional de motores elétricos trifásicos, 13,0% do mercado africano, 23,0% do sul-americano, 16,0% do europeu e 6,0% do australiano. Na região de Jaraguá, ao todo giram em torno da WEG, 26 micro e pequenas empresas que prestam serviços nas áreas de tornearia, usinagem, ferramentaria e modelagem. No país são 300 assistentes técnicos autorizados e 1.300 oficinas registradas, e no exterior são 10 empresas (duas unidades produtivas e 8 bases comerciais) e 38 distribuidores.

Recentemente foram adquiridas a Mesba Motores Elétricos em Guarulhos, líder nacional na produção de motores para eletrodomésticos, a Morbe em Córdoba (Argentina), também fabricante de motores para eletrodomésticos e uma filial da ABB no México que também produz motores monofásicos. A intenção da WEG até 2007 é “tornar-se a maior fabricante mundial de motores elétricos de baixa tensão e a empresa líder no Brasil e de referência internacional em motores de alta tensão, geradores, *drives* e motores para eletrodomésticos” (WEG, 2000).

A Busscar está entre as maiores fabricantes de carroçarias de ônibus da América Latina, empregando 2,3 mil operários e com capacidade para produzir 4.500 ônibus/ano, e participa com 41,0% do mercado nacional de rodoviários. Concorre com a Marcopolo (RS, a maior do país), a

Comil (RS), a Caio (SP) e a Ciferal (RJ). No início dos anos 70, a participação da Nielson (antigo nome da Busscar), na produção nacional de carroçarias, era de apenas 3,1%, passando para 8,6% em 1980 e para 13,3% em 1990 (Anexo 37). Em 1987, entra na linha de urbanos e recentemente na de micros. A unidade fabril fica em Joinville e possui três empresas coligadas: a Tecnofibras (com duas unidades), a Rovel e a HVR, que produzem peças em fibra e eixos. Com o intuito de entrar no mercado norte-americano, recentemente a Busscar comprou uma fábrica de ônibus no México (OISA Omnibus Integrales S.A., com 450 funcionários), onde já atuava em parceria com a estatal Masa. Em Cuba, assumiu a gestão da Indústria Automotiva Cubana, para montar 1.400 ônibus até 2004.

Tabela 38: Participação da Busscar na produção nacional de carroçarias para ônibus 1971-2000 (em %)

Ano	1971	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Participação	3,1	4,5	8,6	14,6	13,3	23,5	26,8

Fonte: Relatórios da Associação Nacional dos Fabricantes de Carroçarias para Ônibus

Estas cinco empresas (Tupy, Consul, Embraco, WEG e Busscar) exerceram e vêm exercendo um forte comando no complexo eletro-metal-mecânico (e de transporte) em Santa Catarina. São empresas internacionalizadas e responsáveis pela geração de mais de 18,4 mil empregos diretos e pela manutenção de uma série de pequenas e médias empresas, por meio de encomendas e prestação de serviços. Dentro de uma escala hierárquica há outras empresas de médio a grande porte, que também exerceram algum tipo de comando no setor, como por exemplo: Kohlbach, Duque, Wetzell, Schulz, Schneider, Douat, Ciser, Wiest e Altona.

A Kohlbach era líder nacional no segmento de motores monofásicos, participando, nos anos 80, em 80,0% do mercado nacional e liderava o mercado latino-americano. No final dos anos 80 e início dos 90, a Kohlbach passou por uma rápida aceleração, com planos de expansão para Minas Gerais (no quadrilátero do aço) e abertura da Kohlbach Condutores e da KWM.

A Duque, em Joinville, é responsável por 40,0% da produção nacional de peças para bicicleta e por 60,0% da de aramados de geladeiras (95,0% destinados à Multibras), tem uma empresa coligada na produção de grades para fogões, a OTEL, e emprega 950 operários.

Na produção de componentes eletrotécnicos, a Wetzol domina 40,0% do mercado nacional. Com três unidades fabris em Joinville, atua nas áreas de metalurgia – fundindo ferro e alumínio – e de eletrotécnica – iluminação, acoplamento e acessórios –, produzindo em torno de 2,7 mil toneladas/ano de alumínio e 9,6 de ferro, com 1,1 mil funcionários. Num plano de expansão, em 1989 adquiriu a Fundação Douat, em seguida abriu uma filial comercial nos EUA. Atende aos setores de autopeças, construção civil e energia. Exporta 60,0% da sua produção.

A Schulz, que começou produzindo painéis em 1963, em 1972 diversificou sua produção para a fabricação de compressores de ar e tornou-se líder do mercado, com 50,0% no segmento de compressores de parafuso. Em 1994, comprou, de um fabricante nacional, a franquia da Wayne e ampliou a sua participação no mercado externo, com uma filial comercial nos EUA. Também produz autopeças para veículos pesados, fundidos e usinagens. Ao todo, são 1,05 mil operários e é a maior da América Latina.

A Indústrias Schneider responde por 28,0% da produção nacional de motobombas, atuando nas áreas residencial, agroindústria e indústria em geral, produzindo em torno de 200 mil motobombas/ano. Conta com duas unidades fabris, uma em Joinville e outra em Araquari – onde foi adquirida a Cimebras em 1980 – trabalhando com 300 operários.

A Douat Cia. Metalmeccânica, que já existia desde os anos 40, entrou no segmento de pias de cozinha em aço inox em 1988. Em menos de cinco anos, a Douat já respondia por 40,0% da produção nacional, tornando-se líder, um mercado em que participam 26 fabricantes. Em 1998, a Douat foi vendida para a suíça Franke, maior fabricante mundial do setor, que visava entrar no Mercosul.

Na produção de escapamentos de reposição, a Wiest é líder nacional. Também atua na produção de tubos de aço e trefilados, com unidades em Jaraguá, Joinville, Guarulhos e Recife. A entrada no setor de tubos deu-se pela aquisição da Simesc de Joinville, em 1980, e da Intraferro de Guarulhos, em 1998. Em Santa Catarina as duas unidades empregam 390 funcionários.

Quadro 10: Processo de aquisições no setor eletro-metal-mecânico

Grupo	Empresa adquirida	Ano	Localidade
Tupy	Fundição Jomar	1974	Joinville
	Fundição Mauá	1992	São Paulo
	Fundição Sofunge	1998	São Paulo
WEG	Ecemic Transformadores	1981	Blumenau
	Tintas Michigan	1983	Guaramirim
	Químicaflora	1984	Joinville
	Motores Mebsa	1997	Guarulhos
	Motores Morbe	2000	Córdoba (Argentina)
	Unidade da Motores ABB	2001	México
Schulz	Franquia da Wayne/Wetzel	1994	São Paulo
Schneider	Cimebras	1980	Araquari
Wetzel	Fundição Douat	1988	Joinville
Wiest	Tubos Simesc	1980	Joinville
	Franquia da Midas	1997	São Paulo
	Tubos Intraferro	1998	Guarulhos (SP)
Brasmotor	Consul	1976	Joinville
	Embraco	1976	Joinville
Franke/Suíça	Metalúrgica Douat	1998	Joinville

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas.

Quadro 11: Participação no mercado nacional das empresas catarinenses do complexo eletro-metal-mecânico por produto (em %)

Empresa	Produto	Participação
Tupy	Peças e blocos fundidos	70
	Conexões	80
	Perfilados fundidos	85
WEG	Motores elétricos	79
Kohlbach	Geradores de energia	85
	Motores monofásicos	35
	Motores trifásicos	13
Schneider	Motobombas	28
Franke Douat	Pia de inox	40
Schulz	Compressor de parafuso	50
Wetzel	Eletrodutos (conduletzel)	40
Busscar	Rodoviário	41
	Urbano	33
	Micro	12
Wiest	Escapamentos	20
	Tubos	5
Docol	Metais sanitários	18
Duque	Peças para bicicletas	40
	Aramados para eletrodomésticos	60
Multibras	Refrigeradores	60
	Condicionador de ar	47
Embraco	Compressores herméticos	65

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas.

As aquisições se deram basicamente em favor das indústrias catarinenses. Excluem-se desse quadro as aquisições da Brasmotor em 1976, da Tupy, por fundos de pensões, em 1996, e da Franke em 1998. Ao mesmo tempo, as aquisições demonstram a capacidade da indústria catarinense de conquistar o mercado nacional não apenas pela via comercial mas pela produtiva, comprando empresas ou instalando novas unidades fabris. A integração comercial do setor ocorreu no primeiro surto de expansão, já que o mercado local era limitado em relação ao volume de produção. Em seguida iniciou a integração produtiva e a economia catarinense nacionalizou-se ainda mais.

O comando em menor escala também é exercido pela Electro Aço Altona, na fundição e usinagem de aço e ferro, pela Ciser, na produção de fixadores (parafusos e porcas), pela Docol, hidrometálicos, pela Fischer, eletrodomésticos, e pela Irmãos Zen, autopeças.

Em torno dessas empresas de grande e médio porte, gira um universo de micro e pequenas empresas que prestam serviços ou atendem a outros mercados. São ferramentarias, tornearias, funilarias, usinagens, modelagem e outras. Boa parte está subordinada à dinâmica das empresas de maior porte, seja local ou nacional, oscilando conforme o nível de produção, formando uma rede de produção e distribuição entre firmas. As que possuem mercado próprio fabricam autopeças, ferramentas e peças de reposições. É um conjunto de indústrias gerado e estimulado pela própria economia regional. No litoral norte, a indústria metal-mecânica extrapola as divisas de Joinville e Jaraguá, e vai formando um distrito industrial, integrando regional e nacionalmente. Timbó, Indaial, Brusque, Pomerode e Rio do Sul são municípios pequenos mas têm indústrias de médio porte na produção de autopeças, eletrodomésticos populares, ferramentas, parafusos, peças de reposição e metalúrgicas voltadas para o setor agrícola. São empresas que surgiram ainda nos anos 50 e 60 e que rapidamente se inseriram no mercado regional e lançaram-se no nacional, consolidando e ampliando suas plantas.

Além de as indústrias de grande porte atenderem as montadoras, há uma série de empresas de pequeno e médio porte que também fabricam autopeças e que estão fora da região de Joinville. Como a Irmãos Zen, a maior fabricante de impulsadores de partida do país, que fica em Brusque; a Minusa e SKP em Lages; e, a Conventos em Criciúma.

Se observarmos as exportações catarinenses de máquinas e materiais elétricos, em 1979 o setor representava 5,8% das exportações estaduais, saltando para 9,0% em 1986, para 18,6% em 1992 e 22,2% em 1999. Esse crescimento vertiginoso é explicado pela internalização de empresas como a WEG, a Embraco, a Consul e a Busscar.

f) Têxtil e vestuário

Se os anos 50 e 60, para a indústria têxtil no Vale do Itajaí, foram os da verticalização, os anos 70 podem ser considerados os da expansão (Nordeste, Paraná e São Paulo), os 80 da diversificação e ampliação para o mercado externo e os 90 da desverticalização e da retração.

Durante os anos da verticalização foram feitos novos investimentos na cadeia produtiva, como a plantação de algodão, fiação, tecelagem (tecidos planos), malharia e beneficiamento (tingimento e tinturaria). Como desdobramento dessa cadeia, surge a indústria de confecção do vestuário. O que se tem atualmente em Santa Catarina é um sistema integrado que começa na fiação e termina na confecção⁴⁹.

Especialmente a indústria do vestuário está concentrada no litoral norte do Estado – basicamente em Joinville e Jaraguá do Sul –, no Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e sul do Estado. A têxtil está concentrada apenas em Joinville, Jaraguá do Sul e no Vale do Itajaí, nas cidades de Blumenau e Brusque. É um eixo litorâneo que começa na divisa com Paraná e termina na divisa com Rio Grande do Sul. Neste sentido podemos falar que o segmento têxtil-vestuário em Santa Catarina é integrado espacial, comercial e produtivamente. A deficiência fica por conta da oferta de máquinas, equipamentos – em que uma pequena parte é adquirida em São Paulo e a outra, a maior, é importada – e insumos como algodão e sintéticos – cuja importação teve um aumento exponencial nos anos recentes.

O setor é muito sensível a qualquer variação na renda urbana, basta ter um pequeno aquecimento que rapidamente repercute no aumento na demanda. O inverso também é verdadeiro. Afinal, o vestuário é um bem de consumo que pode durar por algumas estações, tornando desnecessária a compra de novas peças. Portanto, a explicação do crescimento da produção nos anos 70 deve ser buscada no “milagre econômico” e na expansão promovida pelo II PND. Na recessão 81-83, o setor também foi duramente castigado, voltando a se recuperar nos anos seguintes, mantendo um nível elevado de produção até final de 1989, porém num ritmo inferior ao período passado.

A abertura de unidades fabris em outros Estados, pelas grandes marcas, está associada, em parte, aos benefícios concedidos pelo governo via subsídios, isenções e financiamento. Em 1966, a Artex, a Teka e a Hering, aproveitando recursos da SUDENE, formaram a Tecanor S.A. (Têxtil

⁴⁹ Na continuação da cadeia, vêm as lavanderias, serigrafias, estamparias e bordadeiras, porém estes segmentos concentram-se mais em torno da indústria do vestuário.

Catarinense do Nordeste S.A.), que mais tarde passou a ser controlada apenas pela Hering. Em 1976, novamente a Hering foi beneficiada pela SUDENE e montou a Hering do Nordeste S.A. em Paulista (PE). Com o intuito de verticalizar ainda mais a produção, em 1979 a Hering montou, na cidade de Campinas Grande (PB), uma usina de processamento de algodão, e em Santa Catarina abriu unidades fabris em Gaspar, Indaial, Rodeio, Presidente Getúlio, Benedito Novo e Ibirama – pequenas cidades que ficam na região do Vale. A intenção inicial era aproveitar a mão-de-obra feminina disponível, barata e dócil. Na área comercial, a Hering controlava a Comercial Joto no Rio de Janeiro, a Cia. Santa Catarina em São Paulo e a Garema no Rio Grande do Sul (Figueira, 1980).

Nos anos 70, a Teka também ampliou sua capacidade produtiva para outros Estados. O objetivo da Teka era verticalizar ainda mais a produção, partindo para a plantação e beneficiamento do algodão. As primeiras unidades beneficiadoras foram uma usina comprada em Juazeiro (BA)⁵⁰ e outra em Assaí (PR). Em 1974, a Teka fez um grande investimento em Artur Nogueira (SP), construindo uma fábrica têxtil na produção de tecidos planos (cama e mesa) e uma usina beneficiadora de algodão. Quando essa unidade entrou em operação, a oferta de algodão beneficiado era insuficiente, o que, para suprir a própria demanda, obrigou a Teka a comprar outra usina que ficava em Leme (SP). Em 1980, foram feitos mais investimentos no Nordeste, com a compra de uma usina em Nova Cruz (RN) e do projeto da Natécia, em Natal, financiado pela SUDENE. Em 1987, com recursos da SUDAM e do PRODEI, compraram uma propriedade em Cuiabá e Caxipó (MT) e passaram a plantar e beneficiar algodão dentro da unidade Teka Agroindustrial S.A. Em Santa Catarina, a expansão deu-se com a compra da Tecelagem e Malharia Indaial em 1983. Recentemente, foram adquiridas uma unidade em Sumaré (SP), a Texcolor, para fazer os serviços de acabamento da produção da unidade de Artur Nogueira, e outra em Passos (MG), além da unidade em Campo Nuevo, no Paraguai, recentemente fechada (Kuehnrich, 1995).

Em termos de expansão, nos anos 70 a Artex montou uma unidade de fiação em São José dos Pinhais (PR) e em São Paulo, adquiriu a Indústrias Garcia em Blumenau e ampliou a representação comercial em Curitiba e Belo Horizonte. Em 1980, também com benefícios da SUDENE, criou a Artex Nordeste em João Pessoa (PB), uma planta integrada e verticalizada, produzindo desde o fio até a confecção.

⁵⁰ A usina de Juazeiro ficava às margens do Rio São Francisco, região que produz duas safras de algodão diferentes por ano, o herbário e o abóricó.

A Sulfabril também recorreu à SUDENE e em 1979 abriu uma unidade em Natal. Em Santa Catarina adquiriu uma fiação em Joinville e construiu unidades em Apiúna e Gaspar.

A expansão da Cremer nos anos 70 e 80 deu-se pela ampliação da oferta de novos produtos como: adesivos, matérias plásticas e mais produtos na área médica. Também foi feito um acordo com uma empresa alemã para transferência de tecnologia na área de adesivos (Cremer, 1985). A Schlösser modernizou todo o seu parque fabril desde a fiação até a tecelagem (Schlösser, 1986).

Com a consolidação do setor na região, criou-se um ambiente favorável para o surgimento de novas marcas, com expectativas de rápida expansão. A mão-de-obra já estava qualificada, o arranjo institucional já estava montado – principalmente as linhas de crédito – e os produtos catarinenses já eram distribuídos e bem aceitos em todo o mercado nacional.

Em Jaraguá do Sul, a Marisol, fundada em 1964, passou por uma fase de rápida expansão nos anos 70, com abertura de unidade em Corupá e Massaranduba e aquisição da Malhas Marquardt. Na década seguinte, a expansão aumentou com a diversificação da linha de confecção e com abertura de novas plantas em Schroeder e Benedito Novo. Em 1999, a Marisol fez um grande investimento com a construção da unidade de Pacatuba, município da Região Metropolitana de Fortaleza, onde emprega, atualmente, 1.200 funcionários, além de comprar a Majú – uma empresa de malharia e confecção de grande porte localizada em Blumenau que passava por dificuldades financeiras. Em 2000, adquiriu duas fábricas de calçados na região de Nova Hamburgo (RS), a Baby Sul e Frasul, para entrar no ramo de artefatos de couros. Outro exemplo de rápida expansão é a Malwee, que começou em 1968 com uma pequena malharia e em 1978 já apresentava características de uma grande empresa, com 1.100 funcionários. Nos anos seguintes, a Malwee ampliou para Pomerode e Blumenau. Estas duas empresas representa 55,9% de toda mão-de-obra empregada no setor. A Menegotti Industrial, também vem se expandindo rapidamente, recentemente adquiriu a Colcci de Brusque, uma empresa de médio porte, e conta, ao todo, com 900 funcionários. Por outro lado, teve empresas que encolheram, como a Dalcellis e a Darpe.

Outras empresas renomadas como Karsten, Döhler, Renaux e Buettner também ampliam sua produção via modernização e abertura de novas unidades.

Quadro 12: Localização das unidades das indústrias têxteis e do vestuário de Blumenau e Jaraguá do Sul

Empresa	Localização
Hering	Blumenau, Rodeio e Indaial
Teka	Blumenau, Indaial, Artur Nogueira (SP), Sumaré (SP) e Passos (MG)
Sulfabril	Blumenau e Apiúna
Haco	Blumenau, Massaranduba e Covilhão (Portugal)
Marisol	Jaraguá do Sul, Blumenau, Corupá Massaranduba, Benedito Novo, Schroeder e Pacatuba (CE)
Malwee	Jaraguá do Sul, Pomerode e Blumenau

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas

Dentro do movimento de diversificação dos anos 80, os grupos econômicos do setor têxtil e vestuário começaram a diversificar seu foco de atuação, entrando em outros ramos como empreendimentos imobiliários, corretoras de seguro, reflorestamento, transportadora, revenda de veículos e hotelaria (Tomio, 1995). Faz-se mister destacar a diversificação feita pela Hering, que começou ainda na década anterior, e pela Teka, para o setor alimentício. Em 1973, a Hering implantou a Ceval Agroindustrial, uma unidade de beneficiamento de soja no município de Gaspar. A empresa teve um crescimento rápido e partiu em seguida para a exportação. Em 1980, a Ceval adquiriu o frigorífico Seara e entrou na produção de alimentos derivados de suínos e aves. No início dos anos 80, a Ceval já era a maior exportadora de Santa Catarina, posição que ainda ocupa, representando em torno de 14,0% das exportações totais do Estado. Recentemente, a empresa foi vendida para o grupo argentino Bunge Born.

Em 1987, a Teka entrou no setor de alimentos, com a construção de uma usina de esmagamento de soja e de extração do óleo do caroço do algodão e do babaçu, em Cuiabá (MT), com recursos da SUDAM. Também passou a fabricar azeite, margarina e derivados de soja. Em 1992, a empresa foi vendida para a Ceval e a Teka voltou-se apenas para o ramo têxtil de cama, mesa e banho (Kuehnrich, 1995).

Com relação a emprego, nos anos 80, a despeito das crises, a oferta apresentava uma curva ascendente. Se tomarmos como referência a oferta de emprego apenas das empresas maiores e algumas de médio porte do setor disponíveis no Anexo 55, em Santa Catarina, em 1980, havia 41.000 empregos diretos, passando para 58.700 em 1989, representando um aumento de 43,2%. A oferta aumentava devido à abertura de novas plantas das empresas maiores em outros municípios menores, em busca de mão-de-obra mais dócil e da descentralização da produção verticalizada. São unidades especializadas apenas na costura e acabamento, ficando, as partes de criação, modelagem e corte, concentradas nas matrizes, que ficam em Blumenau ou Jaraguá do Sul.

No início dos anos 70, a indústria do vestuário começa a se disseminar para outras regiões do Estado. Em Criciúma, destaca-se a confecção do *jeans* e em Florianópolis malha e tecidos em geral. A indústria do vestuário no sul do Estado inicialmente concentrava-se apenas na cidade de Criciúma e, em seguida, disseminou-se para toda a região carbonífera. A origem dessa indústria vem das casas comerciais que revendiam confecção, alimentos e equipamentos para minas nos anos 60. Eram os chamados “armazéns de secos e molhados”. Os comerciantes iam até São Paulo comprar peças de vestuários e tecidos para revender para toda a região, inclusive para outras casas comerciais de Porto Alegre. No final dos anos 60, esses comerciantes passaram a produzir suas próprias marcas, surgindo as primeiras confecções em Criciúma. Quando a indústria do vestuário começou a se consolidar, novas marcas foram aparecendo em função da expectativa favorável, promovida pela rápida expansão da produção. A origem de muitas marcas consolidadas na região também é proveniente de pequenas fábricas de “fundo de quintal” e de ex-funcionários de empresas do setor, que montaram sua própria confecção (Goularti Filho, Jenoveva, 1997). Outro motivo que facilitou a propagação do setor em Criciúma foi o exército de mão-de-obra feminina, disponível pelo fato de que pós-1964 – quando definitivamente foi extinta a função das escolhedeiras – as minas passaram a empregar somente mão-de-obra masculina (Carola, 1997).

Como o mercado gaúcho, da Grande Porto Alegre e Vale do Rio do Sino, já era conhecido de muitos comerciantes, tornou-se o maior centro consumidor dos vestuários sul-catarinenses, representando atualmente 60,0% da produção. O restante é dividido entre Santa Catarina, com 20,0%, e Paraná, com 10,0%. (*Ibid.*). Toda produção é voltada para o mercado interno e concentra-se no segmento social C e D, excluindo algumas empresas que atendem a classe B.

O segmento de vestuário que se consolidou no sul foi o do *jeans*, tornando a região um dos maiores pólos do *jeans* do país, ao lado do sul de Minas e norte do Paraná. Com relação ao seu

consumo, Santa Catarina ocupa a quarta posição nacional (Goularti Filho, Jenoveva Neto, 1997). Com relação à geração de emprego, o setor teve um crescimento exponencial nos anos 80 e uma estabilidade nos anos 90. Em 1986, a indústria do vestuário no sul gerava cerca de 4.500 empregos diretos. Isso representava 50,0% do setor carbonífero. Em 1990, passou para 6.000 e, devido à abertura comercial, se estabilizou em torno de 7.000 até 2000; enquanto que o setor carbonífero gera atualmente apenas 2.400 empregos diretos. O setor do vestuário é composto por um universo de micro e pequenas empresas, tendo apenas três empresas com mais de 500 funcionários (*Ibid.*).

A região também se especializou na facção, que representa uma etapa do processo produtivo. Inicialmente, anos 70 e início dos 80, as facções em Criciúma atendiam apenas marcas de São Paulo, Porto Alegre e Blumenau. Com a consolidação do setor, a maioria dos faccionistas passaram a atender as etiquetas locais. Além das facções industriais, também há as facções domiciliares onde trabalham todos os membros das famílias, em péssimas condições ambientais, havendo um misto de casa e trabalho, e sem nenhuma proteção social. Há uma ilusão de que ser dono dos próprios meios de produção é a condição necessária para sua liberdade. No entanto, esses faccionistas estão aprisionados a outras empresas, que limitam a sua possibilidade de ampliação, tornando-os meros funcionários fora do ambiente fabril, sem vínculos empregatícios, sem proteção social nem sindical.

Devido à expectativa favorável e à facilidade de entrada no mercado, a indústria do vestuário do sul do Estado, centralizada em Criciúma, disseminou-se para Tubarão e Imbituba. Formou-se no sul do Estado um grande eixo de compras, concentrado nos centros comerciais construídos ao longo da BR-101. Esse eixo se estende até Brusque, passando por Florianópolis, formando a “rota das sacoleiras”, ou também conhecido como “turismo de compra” (Goularti Filho, Jenoveva Neto, 1997).

A cidade de Brusque, além de concentrar uma forte indústria têxtil, com fiação e tecelagem, também se especializou na confecção de “pronta entrega”. A produção é distribuída por meio dos centros de compra, onde as próprias fábricas têm suas lojas.

Dentro dos programas de fomento às exportações de manufaturados, no final dos anos 60 e durante os anos posteriores, o setor têxtil e do vestuário brasileiro recebeu vários incentivos para aumentar a produção, voltando-se para o mercado externo. De modo geral, é justamente nesse período que começam as exportações catarinenses de têxtil e vestuário, participando todas as grandes marcas. Em 1970, Santa Catarina participava com 2,6% das exportações brasileiras de têxteis e vestuário (excluindo algodão), no final da década já era com 18,4% e em 1989 29,6%. O

mesmo ocorreu em relação às exportações catarinenses (incluindo fio de algodão) que representavam 1,5% do total exportado no Estado, em 1970, chegando a 19,1% no final da década. Essa média se manteve até o início dos anos 90. O aumento rápido na participação sobre o total exportado no Estado também é explicado pela queda acentuada da participação do item madeira.

Tabela 39: Desempenho da indústria do vestuário na Região Carbonífera 1970-2000

Ano	Produção (mil/peças)	Emprego	Número de empresas
1970	540	420	8
1972	650	500	10
1974	800	600	12
1976	910	700	15
1978	1.600	900	20
1980	2.500	1.200	60
1982	5.600	2.800	80
1984	9.000	3.500	120
1986	15.000	4.500	245
1988	24.000	5.000	295
1990	28.000	5.500	330
1992	35.000	6.200	380
1994	38.000	7.500	450
1996	38.000	7.000	450
1998	40.000	6.500	480
2000	44.000	6.300	480

Fonte: Reelaborada a partir de Goulart Filho, Jenoveva Neto, 1997.

g) Matérias plásticas

A origem da indústria de matérias plásticas em Santa Catarina começou em 1941, na cidade de Joinville, quando João Hansen Júnior, da Cia. Hansen, atual Tigre, comprou uma pequena fábrica de pentes de chifres, e em seguida passou a produzir cachimbos com a ponta do próprio chifre. Em 1952, a Cia. Hansen começa a produzir mangueiras de PVC flexíveis, em 1958, tubos de PVC roscáveis, e conexões para atender o crescente mercado urbano de água e saneamento. Dentro da própria Hansen, em 1963, surge a Cipla, destinada a fabricar mangueiras de polietileno e outros complementos básicos. No ano seguinte, no bojo dos incentivos da SUDENE, a Tigre abre uma unidade industrial em Recife, a Ciplanorte; em 1968, a Ciplacentro em São Paulo. Rapidamente a Tigre torna-se uma grande empresa e líder nacional no setor de matérias plásticas para a construção civil. Antes da cisão da Tigre-Cipla, a Cia. Hansen tinha unidades fabris em Recife (1964), São Paulo (1968), Rio Claro (1975), Camaçari (1982) e Sumaré (Assis, 1997; Silva, 1990). Em 1989, o

grupo foi dividido, ficando a Cipla com as unidades de Joinville e a unidade de Sumaré, sob o controle da HB Internacional, com sede em Curitiba⁵¹; e a Tigre, sob o controle da família Hansen, com as unidades de Joinville, Rio Claro e Camaçari, que são responsáveis por 60,0% do mercado nacional no segmento de PVC.

A terceira grande empresa a surgir no setor plástico foi a Plásticos Tupiniquim, empresa ligada ao Grupo Tupy, em 1961, para fabricar tubos e conexões em PVC. Com a Tupiniquim, a Tupy promove uma rápida expansão no setor de plástico para construção civil, com a compra e a implantação de várias unidades fabris fora de Santa Catarina: Tubos Guararapes em Recife (1967), Plástico Styrofama em Manaus (1983), Plástico Burmat em São Paulo (1986) e Madef em Manaus (1986); além de abrir unidades em Contagem (MG) e Sumaré (SP). Com a compra da Fundação Tupy, por um *pool* de fundos de pensão, algumas unidades do setor plástico ficaram para a família Schmidt e outras foram vendidas. A família ficou com a Termotécnica (antiga Tupiniquim) de Joinville, e as unidades de Contagem, Sumaré e Manaus, que atuam no ramo da construção civil e embalagens industriais, sendo líder no mercado nacional em embalagens em polietileno expandido, conhecido mais como “isopor”.

Segundo o Registro Industrial de Santa Catarina, em 1965, havia as seguintes fábricas de matérias plásticas em Joinville: Hansen (com 591 empregados), Ambalit (com 80), Cipla (com 55), Tupiniquim (com 39), Plasvile (com 16) e Príncipe de Beno Fant (com 4).

Quadro 13: Aquisições da Tupy no setor de plástico

Ano	Empresa adquirida	Localidade
1967	Tubos Guararapes	Recife
1983	Plástico Styrofama	Manaus
1984	Plástico Plasbe	São Bento do Sul
1986	Plástico Burmat	São Paulo
1986	Madef Plástico	Manaus

Fonte: Relatórios Anuais da Tupy, vários anos.

⁵¹ As empresas coligadas da HBI são as seguintes: Cipla, Interfibras e Profiplast de Joinville, e Flasko de Sumaré, atuando nas áreas de construção civil, acessórios para campo, setor automobilístico e utilidades domésticas.

Outra empresa de grande porte a surgir foi a Embalagens Canguru, que começou com uma pequena fábrica em 1970, na cidade de Criciúma; em 1974, surge a Inza, fabricando copos descartáveis, ambas do Grupo Zanatta. A Canguru e a Inza, juntamente com a ITW, uma *joint venture*, são responsáveis por quase 30,0% da mão-de-obra empregada no setor de plásticos e descartáveis, no sul do Estado, e 55,0% do valor adicionado. O Grupo também conta com unidades em Pelotas, Chapecó (que atende a indústria frigorífica) e Três Corações (MG) (Gastaldon, 2000).

A Akros também é outra grande empresa que surgiu em 1974, quando um ex-funcionário da Tigre a montou. Começou como uma pequena empresa, empregando 25 funcionários em 1979. Nos anos 80, a Akros conquistou o mercado nacional e passou a disputar espaço com a Tigre. Recentemente a empresa foi vendida para o grupo suíço Fortilit.

Segundo o Diagnóstico da Competitividade das Indústrias de Produtos de Matérias Plásticas de Santa Catarina, elaborado em 1995, das 146 pesquisadas, apenas 2,7% têm mais do que 500 empregados, representando 47,7% do valor da produção setorial. Esse resultado nos leva a concluir que a Tigre, a Cipla e a Akros, em Joinville, e as empresas do Grupo Zanatta, em Criciúma, representam quase 50,0% do valor da produção e empregam mais de 35,0% da força de trabalho no setor.

Representando 9,8% do valor da produção industrial do setor no país, o setor de matérias plásticas em Santa Catarina está bem definido por segmento e espacialmente: 41,8% é para construção civil, 32,5% embalagens e 9,9% descartáveis. A região de Joinville concentra 35,6% das indústrias, sendo que do total 93,8% atende a construção civil; a região de Criciúma responde por 25,6%, dos quais 90,2% de descartáveis e 31,5% de embalagens (Rosa, 1997). Somente 2,0% da produção catarinense é destinada ao mercado externo, mesmo assim, representou no ano de 1999 somente 0,69% do total das exportações do Estado.

Em Joinville, o setor de matérias plásticas representa, em 1990, 17,0% do parque industrial da cidade, passando para 37,0% em 1998 (Prefeitura Municipal de Joinville, 1992; Sindimec, 1999). Além das três grandes do setor (Cipla, Tigre e Akros), ainda se destacam a Termotécnica, a Tecnofibras (coligadas à Busscar), a Uniplast e a Dânica, empresas de médio porte. Dos 7.174 operários empregados nas 31 empresas filiadas ao Sindicato da Indústria de Material Plástico no Estado de Santa Catarina, em setembro de 2000, 45,6% estão concentrados nas três maiores.

No sul do Estado, das 47 empresas pesquisadas por Gastaldon (2000), distribuídas em São Ludgero, Orleans, Siderópolis, Urussanga, Criciúma e Içara, apenas 6 empresas⁵² têm mais de 300 funcionários e representam 73,0% num total de 4.580 operários. A região sul é responsável por mais de 85,0% da produção nacional de pratos, bandejas e copos plásticos e a Inza é a maior fabricante do país. O setor teve um rápido crescimento nos anos 90 com a proliferação de várias micro e pequenas empresas na produção de mangueiras flexíveis, garrafas plásticas e embalagens. Nos meados dos anos 80, havia na região apenas 15 empresas, chegando a 58 em 1998⁵³.

Tabela 40: Desempenho da indústria de matérias plásticas no sul de Santa Catarina 1965-2000

Ano	Número de trabalhadores	Número de empresas
1965	10	1
1970	23	3
1975	220	5
1980	900	9
1985	1.400	15
1987	1.800	20
1989	2.000	25
1992	2.500	35
1994	2.800	43
1996	3.600	47
1998	4.600	58
2000	4.700	

Fonte: Reelaborada a partir de Goularti Filho, Jenoveva Neto, 1997 e Gastaldon, 2000.

Nos anos mais recentes, poderíamos destacar a atuação no sul do Estado, na produção de copos descartáveis, da Copobras, em São Ludgero; da Plaszom, em Orleans; da Coposul e da Copaza, ambas em Içara. No ramo de embalagens e acessórios para indústria moveleira, o setor se expandiu até a região de Caçador e Florianópolis.

⁵² São as seguintes: Grupo Zanatta (Inza-Canguru-ITW) em Criciúma, Copobras em São Ludgero, Plaszom em Orleans, Coposul e Copaza em Içara.

⁵³ Os dados de 1998 é da Gerência de Estatística e Informação da Secretaria de Estado da Fazenda, ver Gastaldon (2000, p 75).

4 – A modernização conservadora da agricultura catarinense

Os problemas gerados pela concentração fundiária no Brasil são por demais conhecidos. Durante mais de quatro séculos a especialidade da aristocracia rural brasileira foi concentrar terras por meio da expulsão, apropriação e grilagem. O coronelismo, o mandonismo, o voto cabresto e a submissão de milhares de homens e mulheres, sob o julgo de Senhores de Engenho e Barões do Café são o resultado e o resultante dessa concentração fundiária. Começamos um projeto de industrialização nos anos 30, sem mexer na estrutura da terra. A industrialização e a urbanização se encarregaram de modernizar a agricultura, e não houve uma vontade nacional para reverter as estruturas sociais no Brasil. A fronteira agrícola e o crescimento econômico dos anos 50, 60 e 70 amorteciam os problemas sociais e agrários. Como havia crescimento, a indústria e a construção civil absorviam o excedente de homens e mulheres expulsos do campo e forçavam os salários para baixo. Os que não eram proletarizados, empilhavam-se nas encostas de morros ou nos mangues das grandes cidades. Ao contrário do que advogava a CEPAL, que o crescimento econômico no Brasil estava comprometido devido à falta de uma reforma agrária, em função do dualismo urbano-moderno/rural-atrasado, o que se assistiu, na verdade, foi um a crescimento econômico veloz e a uma industrialização da agricultura. A industrialização pesada pós-1955 e as políticas de crédito e de subsídios liberadas pelo Estado, encarregaram-se de modernizar a agricultura brasileira, tomando-a um ramo da indústria. Evitou-se a reforma agrária para acomodar os interesses de industriais e de oligarquias. É a famosa “fuga para frente”: SUDENE e INCRA são resultados desse arquétipo. É comum grandes industriais e grandes banqueiros serem proprietários de grandes propriedades agrárias. No Brasil, o banqueiro e o industrial ainda têm saudade da roça. Oligarquias brancas e a burguesia industrial comandaram (e ainda comandam, só que agora aliados ao capital especulativo) a política econômica nacional durante o período de industrialização acelerada, coordenada pelo Estado planejador. Mudaram as estruturas com limites claros e definidos, ou seja, o que ocorreu realmente foi uma modernização conservadora (Graziano da Silva, 1982).

Como resultado dessa política deliberada, temos 32 milhões de indigentes, 12 milhões de sem terra e 8 milhões de menores abandonados. Além desses números gritantes, 45,0% de todas as propriedades rurais estão nas mãos de 1,0% dos proprietários e 75,0% nas mãos de 5,0%; e na

participação nos rendimentos, os 50,0% mais pobres detêm 8,4% da renda nacional e os 10,0% mais ricos detêm 53,2% da renda. E a matriz dessas desigualdades reside no agrário e foi produzida e reproduzia pelo alto grau de concentração fundiária e pelo processo de modernização conservadora. Segundo Graziano da Silva, Kageyama (1998), podemos entender a modernização da agricultura brasileira a partir da seguinte periodização:

De 1850 a 1890 tem-se o período da decomposição do complexo rural: dentro do complexo rural a dinâmica era muito simples, pois havia apenas um produto de valor comercial, que era destinado ao mercado externo, e as atividades para a formação do mercado interno estavam internalizadas dentro do próprio complexo (Rangel, 1990; Graziano da Silva, Kageyama, 1998).

De 1890 a 1930, viu-se o auge do complexo cafeeiro: ampliavam-se as atividades urbanas, com o nascimento e a consolidação do capital industrial. O setor de produção de alimentos separou-se da fazenda e quebrou a rígida estrutura autárquica, estabelecendo as primeiras agroindústrias de óleos vegetais, açúcar e álcool (p. 11-12).

Durante a industrialização restringida, ocorreu um processo de diversificação da agricultura, com o aumento de cultura de alimentos voltados para o mercado interno, formando-se complexos agrocomerciais (Müller, 1986). Após a implantação do D1, a agricultura brasileira passou a sofrer impactos profundos de modernização, com a introdução de implementos, tratores, fertilizantes e defensivos, ligados ao complexo eletro-metal-mecânico e químico. A agricultura industrializada e financiada pelo banco torna-se um ramo da indústria (Graziano da Silva, Kageyama, 1998).

De 1965 em diante o D1 é internalizado, por completo, na agricultura. A dinâmica passa a ser determinada pelo novo padrão de acumulação industrial, centrado nos complexos agroindustriais e na ação do Estado, liberando créditos e subsídios. Surge um novo padrão agrícola. Com a formação dos complexos agroindustriais (CAIs), a partir do início dos anos 70, ocorreu a integração e a fusão do capital industrial, bancário e agrário. Os complexos agroindustriais apresentam elevado grau de relação interindustrial e passam a ser “os novos determinantes da dinâmica da agricultura”, dentro de uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada (p. 23-32).

As mudanças recentes na biotecnologia têm alterado composição dos complexos agroindustriais abrindo novos campos de valorização do capital:

Qualquer que seja a tendência final é certo que os complexos agroindustriais já estão se convertendo em *complexos bio-industriais*. Ou seja, as indústrias de base tecnológica não apenas têm um lugar garantido na indústrias alimentar do futuro, como também devem ampliar o seu espaço no chamado D1

da agricultura (indústria de sementes e matrizes, vacinas, defensivos e fertilizantes, etc.) (Graziano da Silva, 1992, p. 167).

A modernização da agricultura brasileira deve ser entendida dentro desse longo período de mudanças. A modernização na sua essência:

Consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio da mudança tecnológica e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60 (Graziano da Silva, Kageyama, 1998, p. 30).

O conceito de modernização conservadora é mais amplo do que a industrialização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais. Os CAIs começaram a se constituir e se consolidar somente nos anos 70:

A partir da integração *técnica* intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, *integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura* (Graziano da Silva, Kageyama, 1998, p. 31).

Além da integração técnica, o capital financeiro constituiu-se na verdadeira alavanca necessária para a consolidação dos CAIs. O processo de modernização conservadora deu-se com a introdução de modernos elementos técnicos e financeiros, sem mexer na concentrada estrutura agrária. Paralelamente à modernização, caminhava a expulsão, a exclusão social, a proletarização e a subordinação da pequena propriedade ao grande capital. Sem a devida reforma agrária, a modernização, além de ser conservadora, foi dolorosa. Segundo Graziano da Silva (1982):

O que se pode ver no campo brasileiro é uma 'modernização conservadora' que privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (média e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado (p. 40).

A modernização conservadora engloba a industrialização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais. Essa modernização faz parte do "modelo econômico brasileiro", que também contou com a modernização dos padrões de consumo e o acesso restrito a uma classe média conservadora, com a intervenção estatal beneficiando grupos estrangeiros e grandes blocos nacionais e com a exclusão social. Esse "modelo" foi, e continua sendo, coordenado por homens públicos com

interesses privados, por oligarquias brancas, por industriais entreguistas, por uma burguesia que imita estilos de vida do Primeiro Mundo e por uma plutocracia liberal, todo sem sentimento nacional.

a) A pequena propriedade e a safra agrícola

Como é sabido, Santa Catarina apresenta uma estrutura fundiária bastante diferenciada da maior parte do país. Excluindo os Campos de Lages, a base fundiária catarinense é a pequena propriedade, explicações que devem ser buscadas na sua colonização minifundiária. A estrutura não apresenta um “tipo ideal” de propriedade, mas é melhor distribuída em relação às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e parte do Sudeste. Por um lado, se observarmos a evolução fundiária catarinense desde 1920 até 1995, é perceptível que a maioria dos estabelecimentos está nos estrados de 10 a 100 hectares, e que concentram quase a metade da área rural e, ao todo, em torno de 80,0% dos estabelecimentos, o ocupante é o proprietário. Por outro lado, também podemos pensar que aproximadamente 0,2% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que correspondem aproximadamente a 500 propriedades, detêm 15,0% da área rural, concentrando-se, a maioria, no planalto serrano (45,0%), na região de Canoinhas (11,0%) e na região de Joaçaba (11,0%). Se compararmos com os números nacionais, em que 1,4% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentram 50,0% da área rural, a diferença é considerável⁵⁴. No entanto, esses dados positivos, em favor de Santa Catarina, não podem encobrir ou mitigar uma série de problemas enfrentados pela população empobrecida residente no campo, e por extensão nas cidades.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

⁵⁴ Atualmente, o índice de Gini para Santa Catarina é de 0,65 e para o Brasil de 0,86.

Quadro 14: Evolução da estrutura fundiária em Santa Catarina 1920-1996 (em %)

Estrato	1920		1940		1950		1960	
	Estab	Área	Estab	Área	Estab	Área	Estab	Área
Menos 10 há			22,1	2,0	18,8	2,0	30,6	3,9
10 a 100 há	82,4	25,2	69,3	39,1	73,1	43,2	64,3	48,4
100 a 1000 há	11,1	31,0	7,9	34,5	6,5	30,1	4,7	28,7
1.000 há a mais	1,5	43,7	0,6	24,3	0,5	24,6	0,3	18,8
Estrato	1970		1980		1985		1995-1996	
	Estab	Área	Estab	Área	Estab	Área	Estab	Área
Menos 10 há	31,9	4,8	35,0	5,0	39,1	6,1	35,6	5,5
10 a 100 há	63,8	51,2	60,5	46,8	56,8	46,5	60,0	47,3
100 a 1000 há	4,1	29,3	4,1	30,0	3,8	30,4	4,0	31,4
1.000 há a mais	0,2	14,4	0,3	18,1	0,2	17,0	0,2	15,8

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, vários anos.

Com relação à produção agrícola, atualmente a safra de grãos (soja, milho, trigo, arroz e feijão) catarinense representa 5,2% da safra nacional, cifra significativa se levarmos em proporção que o Estado ocupa 1,13% do território nacional, e do total da sua área rural, 6,6 milhões de hectares, apenas 1,7 milhões são destinados à lavoura⁵⁵ (Censo Agropecuário 1995-1996, Anexo 38). O Estado é o maior produtor nacional de cebola e maçã, o segundo de alho e fumo, o terceiro de arroz e banana, o quarto de trigo, na produção de soja destaca-se como o nono produtor, e de milho como o sexto. Participa com 20,6% da produção de carnes de aves e 29,1% da de carnes de suínos, representando, ambos 82,0%, das exportações nacionais.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995-1996, o oeste barriga-verde (que inclui o Vale do Rio do Peixe) é responsável por 56,9% da safra catarinense de grãos, com 69,7% da produção de trigo, 67,8% da de milho, 62,3% da de soja, 51,5% da de feijão e apenas 3,0% da produção de arroz. Além disso, o oeste representa 91,2% da produção de uva, 66,9% da de maçã e 59,0% da produção de tomate. No setor de carne, representa 81,7% da criação de suínos, 42,9% do rebanho de bovinos para corte e 46,3% do efetivo de aves. Toda a produção de milho e soja na região está diretamente vinculada aos complexos agroindustriais de carne, que reúnem em torno de

⁵⁵ Lavouras permanentes 126 mil hectares, lavouras temporárias 1.443 mil e temporária em descanso 154 mil. Também há no total da área aberta 560 mil hectares para pastagens plantadas, 561 mil para matas e florestas plantadas e 140 mil para produtivas não utilizadas (Censo Agropecuário 1995-1996).

si mais de 24 mil pequenos criadores de suínos e aves. Destaca-se também o complexo fumageiro, que representa 19,2% da produção estadual (Anexo 39).

A região oeste perde apenas na produção de arroz e fumo, que se concentram no sul do Estado com, respectivamente, 57,2% e 32,7%; de batata, para o planalto serrano, com 49,5%; e de cebola, para o Vale, com 73,4% da produção. O restante da safra de grãos é distribuído da seguinte forma: planalto norte e litoral norte, com 12,9%; sul, com 11,4%; planalto serrano, com 9,7%; e Vale do Itajaí, com 7,8%. Ao longo dos anos 70, 80 e 90, observa-se que o Vale de Itajaí e a região de Florianópolis reduziram suas participações na produção agrícola do Estado; o sul e o planalto norte (mais o litoral norte) mantiveram-se na mesma; e o planalto serrano e o oeste aumentaram.

No planalto norte e litoral norte (ou nordeste, que inclui a região de Joinville e Jaraguá do Sul), destaca-se a produção de banana com 49,5%. Na verdade, a produção de banana concentra-se mais na região de Jaraguá do Sul, onde vem fomentando uma indústria de doces e alimentos. Na região de Canoinhas, destacam-se a produção de soja, com 21,3%, e de batata com 20,5% (ao todo a região representa 21,8%). A produção agrícola de Joinville é medíocre, concentra-se apenas na produção de arroz e cana-de-açúcar.

No Vale do Itajaí, sobressai a produção de cebola, na região de Itoporanga, que representa aproximadamente 15,0% da produção nacional. Em seguida, vem o fumo, a banana e o arroz. Segundo Mattei (1998):

Nas regiões do Vale do Itajaí (Blumenau e Itajaí) e Litoral Norte (Joinville e Jaraguá do Sul), prevalece uma agricultura familiar de subsistência não integrada aos grandes complexos agroindustriais. (...) Essas duas regiões apresentam uma característica muito peculiar no Estado, porque possibilitam a combinação das atividades agrícolas com as atividades industriais (p. 3).

O planalto serrano se destaca nacionalmente na produção de alho (58,8%) e maçã (32,2%). A região de Curitiba é responsável por 15,0% da produção nacional de alho. Também é grande produtor de batata (44,9%) e de trigo (25,6%). A pecuária de corte está fortemente ligada à sua formação histórica. No entanto, é interessante observar o quanto a região vem perdendo de posição, ao longo dos últimos 20 anos, para o oeste, no efetivo de gado para corte. Em 1970, a região representava 62,6% do efetivo de gado e o oeste apenas 20,2%, e em 1985 já era respectivamente 24,7% e 37,6%. Atualmente (1995-1996), a região serrana representa 21,6% e o oeste 42,9% do efetivo de gado. Já o sul, é líder no cultivo de arroz irrigado (57,2%) e de fumo (32,7%) (Anexo 39). O fumo forma o maior complexo agroindustrial da região sul do Estado, em que grandes empresas

fumageiras multinacionais dominam, por completo, a produção local, funcionando no sistema de integrados, subordinando inúmeros pequenos agricultores, que ficam atrelados técnica e financeiramente às empresas (Paulilo, 1990).

Inicialmente, a produção de leite em Santa Catarina concentrava-se basicamente no Vale do Itajaí, região onde surgiram as primeiras cooperativas e indústrias de laticínios⁵⁶ (Moreira, 1994). Com o aumento da produção leiteira no oeste catarinense, nos anos mais recentes, a região passou a ser a maior produtora do Estado, apresentando algumas características de um complexo agroindustrial. Com a brutal redução da suinocultura praticada por pequenos agricultores, a produção de leite surgiu como uma possibilidade de manutenção da renda para muitas famílias em todo o oeste catarinense (Mello, 1998). Com a implantação de algumas usinas de beneficiamento, vindas de outras regiões (Batavo, Fleischmann Royal-Nabisco e Tirol), muitos pequenos produtores passaram a produzir o leite no sistema de integrados, ou seja, os pequenos agricultores deixaram de ser dependentes e explorados pelos grandes frigoríficos, para o ser dependentes das grandes usinas de beneficiamento de leite.

b) Formação dos complexos agroindustriais

A formação dos CAIs em Santa Catarina está dentro desse movimento geral de constituição dos complexos em nível nacional e só pode ser entendida a partir da modernização conservadora e da industrialização da agricultura no Brasil. A industrialização pesada pós-55, a criação de vários centros públicos de pesquisas básicas, a implantação dos complexos petroquímicos ligados à Petrobrás e a consolidação de uma política nacional de crédito rural, ou seja, a forte atuação do Estado, permitiram a formação dos complexos agroindustriais em todo o país. Esses são os sustentáculos da modernização conservadora e dolorosa.

Embora Santa Catarina tenha uma estrutura fundiária menos concentrada do que muitos Estados brasileiros, os setores mais beneficiados com créditos, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico foram as grandes empresas. O bom desempenho da Sadia, Perdigão, Ceval, Coopercentral, Chapecó e Macedo não pode ser explicado a partir da visão preconceituosa do

⁵⁶ A Cooperativa Central Catarinense de Laticínios, da marca Do Vale, de 1974, a Laticínios Tirol, de 1974 e a Gumz, da marca Chocolateite, de 1923, são as maiores do Vale do Itajaí. Em Lages destaca-se Lactoplasa, de 1970 (Moreira, 1994).

empresário inovador e da forte ideologia do trabalho dos Fontana, Brandalise, De Nes, Hering ou Macedo. Em boa medida, a explicação para o “sucesso” dessas empresas reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberados pelo Estado.

Em 1962, começa um novo período em Santa Catarina, quando o capital industrial passa a ser o móvel da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agrocomercial – dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos quase que *in natura* – para o complexo agroindustrial de carne, reforça e consolida o novo padrão de crescimento em Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias. Vejamos o desempenho recente do complexo de carne e a formação do complexo de maçã.

i) Carne

Nos meados dos anos 70, havia em Santa Catarina cerca de 16 frigoríficos⁵⁷, sendo cinco de grande portes – Sadia, Perdigão, Seara, Chapecó e Saulle Pagnoncelli – e os demais de médio e pequeno porte. Entre os de médio e pequeno porte, podemos destacar o Safrita, localizado no município de Itapiranga, no extremo oeste, fundado em 1962; o Fricasa (Frigorífico Canoinhas S.A.), em Canoinhas, fundado em 1962; o Unifrico (União Velosense de Frigoríficos), em Salto Veloso, no meio oeste, fundado por um grupo de agricultores e de suinocultores em 1963; a Indústria Reunidas Ouro, em Ouro, fundada nos anos 60; e o Frisulca (Frigorífico Sul Catarinense), em Criciúma, fundado em 1963. Nos anos 70, surgem a Macedo Koerich, em Florianópolis, em 1973; a Agro Eliane em Criciúma, do Grupo Gaidzinski, em 1973; o Frigorífico Rio Sulense, em Rio do Sul, no Vale do Itajaí, em 1973; o Frigoplan (Companhia Planalto Frigoríficos) em Lages, em 1973; e o Friscar (Frigorífico São Carlos), em São Carlos, no oeste, em 1975.

Vale a pena destacar a fundação, em abril de 1969, da Coopercentral (Cooperativa Central do Oeste Catarinense) e do frigorífico Aurora. No final dos anos 60, havia várias cooperativas no oeste catarinense⁵⁸, que agregavam a produção de grãos e de suínos de inúmeros pequenos produtores, e que negociavam com os grandes frigoríficos e armazéns. A Coopercentral surgiu a partir da união de

⁵⁷ Os frigoríficos relacionados compreendem apenas os mais destacados em nível estadual e que tinham uma inserção regional/nacional.

⁵⁸ No final dos anos 60, havia em Santa Catarina 47 cooperativas, que representavam 40,2% do total das cooperativas existentes no país.

oito cooperativas: Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó, Cooperativa Mista Xaxiense, Cooperativa Agrícola Mista Xanxerê, Cooperativa Mista Lajeado Grande, Cooperativa Mista Palmitos, Cooperativa Agropecuária de São Carlos, Cooperativa de Laticínios Chapecó e a Cooperativa Mista Modelense. Com a união das cooperativas, os agricultores e suinocultores visavam sair da dependência dos grandes frigoríficos, que ditavam o preço dos suínos. Logo após a fundação da Coopercentral, os cooperativados enfrentaram uma enorme batalha política e econômica para montar um frigorífico. Houve resistência principalmente da Sadia e do Frigorífico Chapecó, que se viram ameaçados com a possibilidade de cair a oferta de suínos para o abate. No campo financeiro, nos primeiros anos a Aurora teve algumas dificuldades de obter recursos financeiros junto às agências de fomento estaduais, afinal Atílio Fontana era o vice-governador e Plínio De Nes o secretário dos Negócios do Oeste. No mesmo ano de fundação da Coopercentral, é fundado o Frigorífico Aurora, a partir da compra, em Chapecó, do Frigorífico Marafon, que estava desativado. Em seguida foram adquiridos o Frigorífico Peperi, em São Miguel do Oeste, e a indústria de ração Sipal, em Chapecó. Apesar de ter sido fundado em 1969, foi somente em 1973 que o Frigorífico Aurora efetivamente começou o abate de suínos. No ano seguinte, a partir da junção da Cooperativa Mista Agrícola Xaxiense e da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó, foi fundada a Cooperalfa, a maior cooperativa de grãos filiada à Coopercentral (Silvestrin, 1999). Atualmente, a Coopercentral reúne 15 cooperativas, num total de 41.000 associados, com 6.120 suinocultores, 5.274 citricultores, 1.453 avicultores, 8.700 funcionários, e abrange 108 municípios do oeste catarinense e noroeste do Rio Grande do Sul.

Tabela 41: Participação dos frigoríficos no abate estadual de suínos 1968 e 1984 (em %)

Região e frigorífico	Município	Participação 1968	Participação 1984
Oeste		23,8	28,0
Frigorífico Chapecó	Chapecó	13,4	11,9
Frigorífico Chapecó	Xaxim	3,0	
Safrita	Itapiranga	7,1	
Indústria de Suínos Ltda.	Chapecó	0,3	
Aurora	Chapecó		16,1
Rio do Peixe		62,7	62,8
Sadia	Concórdia	22,7	21,4
Perdigão	Videira	18,2	28,2
Scara	Scara	9,3	13,2
Saule Pagnocelli	Joaçaba	7,7	
Reunida Ouro	Capinzal	4,8	
Vale do Itajaí		13,1	
Fritz Lorenz	Timbó	5,2	
Cia. Jensen	Blumenau	4,5	
Hermann Weege	Pomerode	2,2	
Carlos Schroeder	Indaial	1,2	
Sul			
Frisulca	Criciúma	0,4	
Outras			9,2

Fonte: FUNDESC, 1971; Campos 1987.

Ao mesmo tempo em que há um aumento no abate de suínos em Santa Catarina nos anos 60 – passando de 617 mil cabeças, em 1960, para 1.261 mil em, 1970, e 3.882 mil cabeças em 1980 (Anexo 42) – inicia-se nos anos 80 um forte processo de concentração em favor das cinco maiores marcas. Em 1968, os quatro maiores frigoríficos eram responsáveis por 66,6% do abate total de suínos no Estado e em 1978 aumentou para 70,5%, e em 1984 para 90,8%. Além do aumento no abate de suínos, nesse mesmo período o abate de aves ganhou proporções gigantescas, passando de 72 mil cabeças, em 1960, para 3.322 mil, em 1970, 49.686 mil, em 1975 e 136.025 mil cabeças, em 1980. O aumento exponencial dos anos 70, em boa medida, é explicado pelas exportações destinadas ao Oriente Médio e pela rápida difusão do sistema de integrados. Para se ter uma idéia, em 1971 a Perdigão tinha apenas seis integrados na avicultura, em 1979 já eram 329 integrados (Informativo “O Perdigão”, 1980) (Anexo 44). Em todo o Estado, havia 134 avicultores integrados em 1970; em 1978 já eram 1.130 (CEAG/SC, 1979). As exportações da Sadia saltaram de um patamar de 6,5 milhões de dólares em 1975 para 105,9 milhões em 1980, e as carnes e miudezas,

que representavam 1,3% da pauta de exportações catarinenses em 1975, passaram para 11,6% em 1980⁵⁹. Segundo Campos:

Na década de 70, assistimos, por um lado, o crescimento vertiginoso dos grandes conglomerados econômicos como os grupos Sadia e Perdigão, e em menor escala o grupo SAICC [Chapecó], bem como uma forte expansão da Coopercentral. É a fase de diversificação de atividades, como a avicultura, o processamento de soja, milho, fabrico de ração, etc. Por outro lado, assistimos a um pequeno crescimento, estabilização e até início de estagnação econômica de certos frigoríficos menores não ligados a grandes conglomerados econômicos, como o frigorífico Seara, Pagnocelli, Safrita e Unifrico (p. 169).

Acompanhando a tendência nacional, a safra de grãos em Santa Catarina também teve um aumento considerável, principalmente de soja e milho, que estão ligados diretamente ao complexo agroindustrial de carne. Os problemas derivados da peste suína e o fraco desempenho que alguns frigoríficos menores enfrentaram, propiciaram uma forte virada no setor em favor das grandes empresas, mediante o processo de concentração, com a compra de vários frigoríficos. A crise no setor veio para limpar e concentrar. Além disso, é importante lembrar que somente os frigoríficos maiores eram beneficiados com recursos financeiros, provenientes das agências de fomento estaduais e regionais. Vale frisar que Atilio Fontana foi prefeito de Concórdia de 1950 a 1955, secretário da Agricultura de 1960 a 1961, Senador de 1963 a 1970, vice-governador de 1971 a 1974; Plínio De Nes foi prefeito de Chapecó de 1955 a 1960, deputado estadual de 1963 a 1966, secretário de Negócios do Oeste de 1969 a 1975 e presidente do BADESC de 1976 a 1979; e Vitor Fontana foi secretário da Agricultura de 1975 a 1978 e vice-governador de 1983 a 1986.

No setor de esmagamento de soja e de armazéns, a Ceval ampliou para o Rio Grande do Sul (25 cidades), Mato Grosso (nove cidades), Mato Grosso do Sul (seis cidades), Goiás (quatro cidades), Santa Catarina (quatro cidades), Bahia (três cidades), São Paulo (três cidades), Paraná (três cidades), Maranhão (uma cidade), Ceará (uma cidade), Minas Gerais (uma cidade), Rio de Janeiro (uma cidade) e Brasília. No total a Ceval tem 160 silos, com capacidade de armazenar 5,4 milhões de toneladas de soja, e 16 plantas industriais (Ceval Notícias, 1999). A Sadia também foi para o Centro-Oeste, implantando unidades esmagadoras de soja e armazéns (Relatórios da Sadia). A Aurora foi para o Centro-Oeste, com a inauguração da unidade de abate de suínos em São Gabriel do Oeste (MS), já em Santa Catarina conta com unidades em Chapecó, São Miguel do Oeste e

⁵⁹ É mister lembrar que, nesse período, a madeira já não era mais tão representativa na pauta de exportação de Santa Catarina, portanto, o aumento na porcentagem se deu mais pelo aumento na produção do que pela queda das exportações

Joaçaba, de aves em Maravilha e Quilombo e de sucos concentrados em Pinhalzinho, além de duas fábricas de ração em Chapecó e parcerias com Cooperjacuí em Sarandi (RS), para processar embutidos de suínos, com o Frigorífico Betin em Lins (SP), para abater bovinos e com a Hildebrand Alimentos em São Carlos (SP) para processar sucos (Silvestrin, 1999). A Perdigão ampliou em direção ao Sul, com a compra da Batavia, controlada pela Parmalat, e para o Centro-Oeste, com a recente inauguração do Projeto Buriti, na cidade goiana de Rio Verde, que aumentou em 50,0% a capacidade instalada do grupo no abate de aves (Relatório Anual Perdigão, 1999). Já a Chapecó ficou restrita apenas ao segmento de carne, concentrando-se nas regiões Sul e Sudeste, com unidades em Monte Alegre do Sul (SP), Cascavel (PR), São Carlos e Xaxim (Perfil Empresarial Chapecó, 1999). Para entender a formação do complexo agroindustrial catarinense, faz-se necessário entender como foi se desenvolvendo o processo de subordinação da pequena propriedade ao grande capital agroindustrial. Segundo Campos, o período que se inicia em 1965 é marcado pelo processo de monopolização do capital agroindustrial e pela modernização seletiva da pequena produção mercantilizada.

Esta fase, aponta transformações profundas na pequena produção familiar, não só na base técnica do processo produtivo, mas na própria organização da unidade familiar e suas relações com o capital agroindustrial. O grande capital subordina crescentemente a pequena produção, sem, no entanto, prescindir desta forma de produção, tendo nela sua determinação última. Como grande catalisador deste processo temos a interferência do Estado, propiciando a expansão da capacidade produtiva de todo o sistema (1987, p. 147).

Até os anos 60, as pequenas propriedades apenas forneciam os suínos aos frigoríficos para o abate. Não havia uma relação de total dependência em relação aos frigoríficos, o grau de autonomia da pequena propriedade era maior com possibilidade de diversificação produtiva. Com o surgimento do sistema de fomento e de integrados, aumentou o grau de dominação do grande capital. O sistema de integrados funciona da seguinte forma: a empresa faz um contrato com o agricultor para criar os suínos ou as aves, mediante o fornecimento dos leitõezinhos e dos pintinhos, dá assistência técnica e revende a ração necessária para o rápido crescimento do animal, ficando a cargo do integrado entregar num período determinado. O agricultor fica engessado, obrigando-se a atender às rígidas regras impostas pelo grande capital. Na verdade cria-se uma relação de “aprisionamento”, nos dizeres de Mamigonian (1996, p. 105).

Quadro 15: Processo de aquisições no complexo agroindustrial de carne

Grupo	Empresa adquirida	Área	Ano	Localidade
Sadia	Marcelense	Farinha de trigo	1953	Marcelino Ramos (RS)
	Toledo	Suínos/ração	1964	Toledo (PR)
	Várzea Grande	Bovinos	1976	Várzea Grande (MT)
	Incobrasa	Soja	1979	Joaçaba
	Damo	Industrializados	1980	Duque de Caxias (RJ)
		Suínos	1989	Frederico Westphalen (RS)
	Três Passos	Suínos	1985	Três Passos (RS)
	Corcovado	Ração/soja	1985	Três Passos (RS)
	Sudanisa	Bovinos	1985	Barra do Garça (MT)
	Mouran	Bovinos	1989	Andradina (SP)
		Bovinos	1989	Araçatuba (SP)
	Chapecó	Aves	1989	Francisco Beltrão (PR)
	Wilson	Suínos	1992	Ponta Grossa (PR)
		Bovinos	1992	Maringá (PR)
	Copaza	Soja	1991	Campo Grande (MS)
Comabras	Suínos	1992	Ponta Grossa (PR)	
	Industrializados		São Paulo	
	Rezende	Aves/suínos	1999	Uberlândia (MG)
Perdigão	Unifrico	Suínos	1977	Salto Veloso
	Armazém Medianeira	Ração	1979	Medianeira (PR)
	Catanduva	Ração	1979	Catanduva
	Sauße Pagnocelli	Suínos	1980	Herval do Oeste
	Reunidas Ouro	Suínos	1980	Capinzal
	Sucly	Ração	1984	Orleans
				Içara
				Jaguaruna
				Taió
	Canja Galo	Aves	1984	Criciúma
	Cooperativa Taparese	Grãos	1985	Gaurama (RS)
				Severiano de Almeida (RS)
				Aratuba (RS)
	Borela	Aves/grãos	1985	Marau (RS)
	Frigoplan	Bovinos	1986	Lages
Ideal	Aves	1988	Serafina Corrêa (RS)	
Utinga (Swift)	Industrializados	1989	Santo André (SP)	
Avisco	Aves	1989	Ipê (SP)	
			Rio Claro (SP)	
Batavia	Aves	1999	Carambei (PR)	
Ceval	Extrafino	Óleo vegetal	1974	Chapecó
	Barriga-verde	Ração	1976	Chapecó
	Seara	Suínos	1980	Seara
	Frill	Aves	1980	Joaçaba
	Safrita	Aves/suínos	1981	Itapiranga (RS)
	Rio da Luz	Suínos	1983	Jaraguá do Sul
	Germani	Industrializados	1988	Paraná
	La Vilette	Suínos	1988	São Paulo
	Mogiana	Aves	1989	Nuporanga (SP)
	Contibrasil	Aves	1989	Paraná
	Swift	Suínos/ração	1989	Marechal Cândido Rondon (MT)
	Bordon	Suínos/aves/bovinos	1990	Dourados (MS)
	Guipeba	Soja	1995	Argentina
	Eliane	Suínos/aves	1995	Criciúma
	Chapecó	Fricar	Suínos	1982
Amparo		Aves	1989	Monte Alegre do Sul (SP)
Diplomata		Aves	1995	Cascavel (PR)
Aurora	Prenda	Suínos	2000	Santa Rosa (RS)
	Marafon	Suínos	1969	Chapecó
	Pepery	Suínos	1982	São Miguel do Oeste
	São Gabriel	Suínos	1996	São Gabriel do Oeste (MS)

Fonte: Teixeira, 1994; Scapin, Tassara, 1996; Carvalho Júnior, 1997; Espindola, 1999; Perfil Empresarial Chapecó, 1999; Relatórios Administrativos da Perdigão, vários anos; Relatório Anual da Perdigão, 1999; Relatórios da Sadia, vários anos; Silvestrin, 1999.

Após a consolidação das grandes marcas, o sistema de integrados começou a se disseminar em larga escala. Segue Campos (1987):

A partir de meados da década de 60 alteram-se as condições de reprodução da pequena produção do oeste catarinense, alterando-se também as condições de reprodução ampliada dos capitais agroindustriais organicamente a ela vinculada. Nesta década já havia se consolidado grandes frigoríficos de expressão regional, reunindo capitais suficientes para uma acumulação ainda maior. Todavia a expansão horizontal, foram ocorridas nas três décadas anteriores, começava a dar sinais de exaustão (p. 150).

O fechamento da fronteira agrícola no oeste do Estado coloca fim à entrada de novos colonos e à distribuição de novas pequenas propriedades.

A pequena produção familiar, ao se mercantilizar, passou a ter sua reprodução cada vez mais determinada por suas relações externas. Claro está que os grandes frigoríficos regionais logo se tornaram os pólos dominantes desta relação, manipulando-as em prol de suas necessidades de acumulação de capital. Assim, a interferência no processo produtivo camponês é um pressuposto já implícito na dominação comercial precedente. Isto se coloca menos como uma contingência econômica do que como corolário lógico da dinâmica da economia do oeste catarinense (p. 150-151).

Conclui Campos:

A grande expansão dos conglomerados agroindustriais do oeste deu-se concomitantemente com as mudanças ocorridas em suas relações com a pequena produção familiar, provocando transformações nesta última. A colocação da necessidade histórica destas alterações para o prosseguimento da acumulação em escala ampliada do grande capital agroindustrial e sua devida efetivação tem raiz no processo de mercantilização da pequena produção familiar (p. 177)

A entrada do pequeno produtor no circuito mercantil, saindo do isolamento, torna a produção familiar “socialmente determinada”. O pequeno produtor passa a ser explorado como um trabalhador qualquer, pois o excedente gerado é expropriado pelo grande capital. É uma subordinação real. Na verdade, os integrados tornaram-se operários indiretos. A única coisa que os diferencia dos operários que estão dentro da fábrica é a intermediação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Da mesma forma que é explorado um operário que está na linha de produção da Sadia, ela também é explorado um integrado que cria em série frangos ou suínos. Nos dois casos, o excedente é apropriado pelo capital. O fato de possuir a propriedade, cria uma ilusão, no integrado, de ser ele o dono do seu próprio negócio. Esta é a mesma ilusão que o trabalhador tem de ser livre, de estar num mercado de trabalho livre. Ledo engano, pois ambos estão subordinados ao capital e as

relações de produção entre o frigorífico e os integrados estão sendo cada vez mais proletarizados. Não seria exagero afirmar que os avicultores e os suinocultores integrados são um tipo de “operário piorado”.

No início do sistema, havia uma relação mais próxima com o frigorífico. O acerto das contas era feito na própria empresa, aumentando o poder de barganha dos integrados. No início do sistema, havia uma relação menos distante dos integrados com a promoção de festas, eventos esportivos, premiações e distribuição de brindes. Com a reestruturação e o aumento da oferta de produtos, todos esses benefícios foram extintos e as relações tornaram-se cada vez mais distantes e precárias, chegando ao ponto de a cota de pagamento ser debitada automaticamente em conta bancária, sem o conhecimento do produtor do cálculo feito pela empresa, reduzindo a zero o poder de barganha. Com o processo de reestruturação que o setor passou depois de 1994, os integrados foram altamente prejudicados pela a modernização do sistema e redução de suinocultures. Segundo Testa *et al* (1996), em 1980, havia 67.000 suinocultores no oeste catarinense, sendo apenas 3.860 integrados; em 1985, esse número foi reduzido para 45.000, e o número de integrados aumentou para 18.232; e em 1990 já eram 30.000 suinocultores e 24.000 integrados.

Paralelamente as cinco grandes frigoríficos (Sadia, Perdigão, Chapecó, Seara e Aurora), também se destacam alguns frigoríficos de médio porte, como a Macedo, Koerich, com sede em São José, onde também estão sediados o frigorífico e a fábrica de ração, além de contar com um armazém de grãos em Guarapuava (PR). Ao todo, a empresa conta com 800 funcionários e tem uma capacidade para abater 1.500 mil frangos/mês (Macedo, 1997). A Fricasa é outro frigorífico de porte médio, situado em Canoinhas, e atua apenas no segmento de suínos e derivados; em Rio do Sul, destaca-se o Frigorífico Riosulense; e em Nova Veneza, a Agroavícola Veneto, que atua no segmento de aves. São todas empresas catarinenses de origem modesta, que disputam um mercado altamente concentrado, dominado pelas grandes empresas.

Também fazendo parte do setor de alimentos, a Duas Rodas Industrial de Jaraguá do Sul, é líder nacional na produção de aromas, produtos para sorvetes, soluções integradas, condimentos e aditivos. Na divisão de aromas a Duas Rodas detém 30,0% do mercado nacional, concorrendo com grandes empresas multinacionais como a IFF, Firmennich, Sanafi e H&R; entre os clientes da Duas Rodas estão Sadia, Perdigão, Nestlé e Parmalat. Na divisão de produtos para sorvetes ela controla 75,0% do mercado nacional, também concorrendo com multinacionais (Siber e Marve). Na divisão de condimentos aditivos é responsável por 35,0% da produção nacional e ocupa a segunda

colocação. Na divisão de soluções integradas é líder absoluto no mercado brasileiro. No geral, a empresa é a maior produtora de matérias-primas para a indústria alimentícia da América Latina, com duas filiais produtivas, uma em Rosário (Argentina) e outra em Santiago (Chile, onde se instalou a partir da compra de uma concorrente), e duas bases comerciais, em Recife e Contagem (MG).

ii) Maçã

A origem da plantação de maçã em Santa Catarina remonta ao início dos anos 60, na cidade de Fraiburgo. Segundo Burke (1994):

Em 27 de março de 1962, constitui-se uma sociedade entre os grupos Frey e Evrard/Mahler, fruticultores da França e da Argélia interessados em vir para o Brasil para se dedicarem à fruticultura de clima temperado e produção de vinho (...). Em 1963, o grupo resolveu fazer uma experiência com muitas outras frutas européias, importando 10.000 mudas de macieiras da França. (...) Dai para frente, Fraiburgo transformou-se num grande campo experimental e de observação (p. 88-89).

Cinco anos após o início das experiências com várias frutas, a maçã apresentou maior grau de adaptabilidade ao solo e às condições climáticas da região. No início dos anos 70, a Secretaria de Agricultura do Estado criou o PROFIT (Programa de Fruticultura de Clima Temperado), gerenciado pela ACARESC, para financiar e dar assistência técnica ao plantio da maçã. Na segunda metade da década, começaram a ser constituídas empresas voltadas para o cultivo, colheita, armazenagem e distribuição da maçã: Renar, Agropel, Pomifrai, Frutícula Fraiburgo e Agrícola Fraiburgo. Foram introduzidas no Brasil as maçãs do tipo Gala (originária da Nova Zelândia) e a Fuji (originária do Japão), além da Golden Delicious. “Em pouco tempo, o êxito pioneiro da pomicultura fraiburguense foi se irradiando para outras regiões, onde as condições de clima e solo eram favoráveis, como São Joaquim, Vacarias e Guarapuava” (p. 90-91). Em 1970, havia apenas seis produtores em Fraiburgo, passando para 23 em 1975, 48 em 1980 e de 1985 em diante variou entre 76 e 82 produtores (Mello, 1994, p. 49).

Em 1974, A Renar importou dos EUA uma classificadora automática de maçã e em 1982, importou quatro câmaras de atmosfera controlada, modernizando o processo de armazenagem que garante a maçã fresca o ano todo. Em seguida, a Portobello, a Fischer, a Fraiburgo e outras empresas de médio porte também introduziram esse moderno sistema de armazenagem (Burke, 1994).

Santa Catarina é o maior produtor de maçã do país, representando 51,2% da produção nacional. Em seguida vem o Rio Grande do Sul, com 43,1%, Paraná com 4,2% e São Paulo com 1,4%. Entre os municípios catarinenses que mais se destacam na produção da maçã, estão Fraiburgo com 56,2%, São Joaquim com 20,9%, Bom Jardim da Serra com 3,6%, Urubici com 2,9% e Água Doce com 2,2%. Do total produzido no Estado, apenas 3,5% é destinado ao mercado externo. Da produção voltada para o mercado nacional, 80,0% é consumida *in natura* e 20,0% é destinada à industrialização. O índice de industrialização aumentou nos anos 90, que passou de 8,0% em 1989 para 20,0% em 1998, concentrando-se na produção de sucos, sidra, papas, vinagre, geléia, doces e coberturas (Hentschke, 1994; Boneti *et al*, 1999).

Entre os maiores produtores do Estado, destacam-se a Fischer, Agrícola Fraiburgo, Renar e Agropel, todas de Fraiburgo. No planalto serrano destacam-se mais as cooperativas Sanjo (Cooperativa Agrícola São Joaquim Ltda.), Cooperserra (Cooperativa Regional Serrana Ltda.) e a Associação de Fruticultores de Urubici.

Quadro 16: Posição dos maiores produtores de maçã em Santa Catarina 1999

Empresa	Cidade	Produção toneladas	Ranking nacional
Fischer	Fraiburgo	132.000	1º
Agrícola Fraiburgo	Fraiburgo	57.681	2º
Renar	Fraiburgo	33.163	4º
Sanjo	São Joaquim	24.596	7º
Agropel	Fraiburgo	18.109	9º
Fruticultores de Urubici	Urubici	12.507	11º

Fonte: Associação Nacional de Produtores de Maçã.

Entre os 30 maiores produtores do país, 17 são catarinenses, e dos 2.220 produtores⁶⁰, 1.523 são catarinenses. Somente a Fischer é responsável por 26,0% da produção estadual de maçã e 13,0% da nacional, além de representar 13,0% das exportações brasileiras. A Fischer também industrializa a maçã, produzindo sucos numa fábrica adquirida em Videira. A Renar também atua no

⁶⁰ Incluindo os pequenos produtores e as cooperativas.

processamento da fruta, produzindo doces, geléias e recheios. A Yakult, da Parmalat, tem plantação em São Joaquim e unidade processadora em Lages.

Os maiores produtores diversificaram sua produção, plantando frutas de clima temperado como o kiwi, ameixa, nectarina, pêssego, thompson e uva, além de beneficiar a ameixa, a uva e a maçã. Já os pequenos produtores são mais descapitalizados, não dispõem de câmaras frigoríficas, de atmosfera controlada e se vêem obrigados a se associar a uma cooperativa para a compra da safra garantida. Segundo Boneti *et al* (1999), esta situação é mais comum entre os produtores do planalto serrano.

5 – A atuação dos sindicatos e os movimentos sociais

A história recente do movimento operário em Santa Catarina segue a trajetória do movimento operário no Brasil. Com o surgimento no Novo Sindicalismo no final dos anos 70, após uma década de pesada repressão, o movimento operário e os sindicatos tomam um novo rumo. Com a fundação da CUT (Central Única do Trabalhadores), a luta sindical deixa de ser apenas de resultado e assume uma dimensão política e social. Além de salários e empregos, a luta é também pela reforma agrária, contra o FMI (Fundo Monetário Internacional), pela distribuição da renda, entre outras bandeiras tradicionais do campo da esquerda.

Em Santa Catarina, os sindicatos mais representativos são filiados à CUT. No entanto, há sindicatos importantes que não têm nenhuma filiação – como os do Têxteis em Blumenau e dos Mineiros em Criciúma –, ou são filiados à Força Sindical, que tem uma postura mais conservadora e de resultado. Ao todo, a CUT tem 110 entidades sindicais filiadas, com uma base de 468 mil trabalhadores, sendo 190 mil filiados; já a Força Sindical tem 78 sindicatos filiados.

Entre os sindicatos mais representativos, filiados à Força, destacam-se o dos trabalhadores na indústria da madeira, de Lages, e o da indústria de carne e derivados, de Chapecó. O movimento sindical, em Lages, apresenta, de certa forma, um perfil mais conservador, já que os dois sindicatos mais representativos não são combativos. Vale a pena destacar que as duas maiores empresas de

papel e celulose de Santa Catarina, a Klabin e a Igaras, fazem parte da base territorial do sindicato de Lages. Os sindicatos filiados à CUT são ligados aos serviços públicos.

Entre as inúmeras lutas do movimento operário de Santa Catarina, vamos destacar duas: a dos têxteis de Blumenau e de Brusque e a dos mineiros de Criciúma. Entre os movimentos sociais, destacaremos os movimentos ligados a questão da terra no oeste.

Quadro 17: Situação dos sindicatos dos trabalhadores nas indústrias (STI) mais representativos de Santa Catarina 2000

Sindicatos	Fundação	Entidade filiada	Filiados
STI de Fiação e Tecelagem de Blumenau	1941	Independente moderado	20.000
STI do Vestuário de Jaraguá do Sul	1966	CGT	8.900
STI Metalúrgica, Mecânica e do Material Elétrico de Jaraguá do Sul	1967	CUT	5.000
STI Metalúrgica de Joinville e Região	1931	CUT	4.300
STI da Alimentação, Carnes e Derivados de Concórdia	1979	CUT	3.200
STI e Oficinas Mecânicas de Joinville e Região	1959	CUT	2.750
STI Construção e Mobiliário de São Bento do Sul	1959	CUT	2.580
STI da Construção e do Mobiliário de Lages	1953	Força Sindical	2.500
STI Metal e do Material Elétrico de Blumenau	1950	CUT	1.900
STI do Vestuário e Calçados de Criciúma e Região	1979	CUT	1.900
STI da Construção e Mobiliário de Caçador	1945	CUT	1.340
SIT da Alimentação de Jaraguá do Sul	1969	CUT	1.300
STI de Papel e Celulose de Lages	1973	Independente conservador	1.300
STI da Construção e Mobiliários de Criciúma	1956	Independente conservador	800
STI de Carnes e Derivados de Chapecó	1988	Força Sindical	650
STI da Alimentação, Carnes e Derivados de São Miguel	1988	CUT	500
STI de Extração do Carvão de Criciúma	1945	Independente autêntico	400

Fonte: Informações cedidas pelos sindicatos

a) Tecelões e mineiros

O trabalhador de Blumenau sempre teve um estigma de ser de uma classe ordeira, disciplinada e voltada para o trabalho. Essa falsa ideologia era reforçada não apenas pelo sindicato patronal e pela elite local, mas principalmente pelo sindicato dos trabalhadores. Desde quando foi

fundado o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, em 1941, a categoria passou por efêmeros momentos de mobilização. O atrelamento ao sindicato patronal sempre foi muito forte. No início, as greves da categoria eram restritas apenas a algumas empresas. A primeira, em 1920, e a segunda, em 1945, ocorreram apenas na Garcia; e, a terceira, em 1949, apenas na Cremer. Em 1950, ocorreu um movimento mais forte na categoria, que assustou a “pacífica e ordeira Blumenau”. Essa greve ocorreu à revelia do sindicato, participando quatro empresas durante 26 dias (Dias, 1985). A categoria ficou durante 39 anos sem qualquer tipo de movimento que viesse ferir a “imagem do operário ordeiro blumenauense”. Durante essas quatro décadas, as eleições do sindicato eram decididas pelos patrões. O atrelamento era tão grande que os trabalhadores eram automaticamente filiados ao sindicato quando preenchiam a ficha de admissão nas empresas. Com isso, o sindicato garantia um índice de 95,0% de filiados e significativos recursos financeiros. O sindicato de Blumenau é o maior de Santa Catarina, com quatro sub-sedes, duas colônias de férias e um forte assistencialismo; e na área têxtil é o maior sindicato da América Latina.

Essa passividade foi parcialmente rompida com a greve de 1989, quando a cidade de Blumenau literalmente parou durante 12 dias. A greve começou no setor têxtil e disseminou-se para outras categorias como os metalúrgicos, motoristas, cobradores e os trabalhadores das fábricas de cristal e brinquedos. No dia 13 de março, 70,0% do comércio estava fechado, quase a totalidade das indústrias têxteis também estavam fechadas, os bancos fecharam as portas e as escolas da rede municipal e estadual, além da universidade, também paralisaram. Foi o maior movimento operário em Santa Catarina (Krzizanawski, 1992). Após esse enfrentamento, a relação com o sindicato patronal ficou um pouco abalada, mas aos poucos foi sendo contemporizada. Segundo Simão (1996):

Com esta greve surgiu um sindicato combativo expresso pelas diretorias de alguns sindicatos, entre os quais se filiaram à Central Única dos Trabalhadores: Sindicato dos Trabalhadores na Educação da Rede Municipal de Ensino em 1990; Sindicato dos Vidros C. P. de Blumenau, em 1993; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Blumenau, em 1990; Sindicato dos Bancários de Blumenau, em março de 1992; Sindicato dos Trabalhadores na Educação, em 1990 (p. 136).

No município de Brusque, os operários tinham o mesmo estigma dos de Blumenau: ordeiros, disciplinados e passivos. A disciplina foi quebrada na greve que ocorreu na cidade de Brusque, entre 19 de dezembro de 1952 e 6 de fevereiro de 1953, quando aproximadamente 4.000 trabalhadores

têxteis cruzaram os braços, exigindo um reajuste salarial de 60,0%. As três maiores fábricas da cidade, Buettner, Renaux e Schlösser, pararam por completo. Dado o caráter conservador do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque, fundado em 1933, a greve começou fora do sindicato, assumindo um caráter mais autônomo, mas em seguida o sindicato assumiu o comando. Do ponto de vista econômico, o movimento saiu derrotado – os operários ganhando um aumento de apenas 7,1% –, mas do ponto de vista político, foi vitorioso, pois rompeu com a velha tradição da passividade e da disciplina do operário de Brusque (Neibuhr, 1999).

Ao contrário de Blumenau e Brusque, o movimento operário em Criciúma sempre foi intenso e combativo. A primeira greve que ocorreu na categoria foi em 1920, quando os operários da CBCA pararam por causa do atraso no pagamento dos salários (Belolli, 1998). Em 1928, os ferroviários pararam com o transporte do carvão na Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, para exigir melhores salários.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão de Criciúma foi fundado em 1945, e passou por várias fases, com orientações políticas diferenciadas. Fernandes (1992) divide a história política do Sindicato em quatro fases. A primeira é a fase do peleguismo, quando o Sindicato era controlado pelo PSD (Partido Social Democrático) e pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e compreende desde a sua fundação até 1957. A segunda é a fase da combatividade, que vai de 1957 a 1964, quando o PCB (Partido Comunista Brasileiro) passa a ter grande influência na orientação política do Sindicato. Durante a fase combativa, ocorreram várias greves na categoria e “será um período fértil para o movimento sindical mineiro” (p. 68). As intervenções marcam a terceira fase. Por conta do golpe de 1964, o Sindicato sofreu uma forte intervenção e é dissolvida toda sua direção. De 1966 a 1971, o Sindicato atuou de forma mais recuada, devido à repressão política da ditadura. Em 1971, o Sindicato sofreu nova intervenção e ficou sob o controle de uma Junta até 1976, quando assumiu a liderança chapa mais moderada. A quarta fase iniciou em 1986, quando uma chapa mais combativa, ligada aos movimentos populares, ganhou as eleições e passou a comandar o Sindicato até o momento (Fernandes, 1992; Tavares, 1993).

O resultado das eleições no Sindicato, em 1986, é fruto de um amadurecimento político, que brotará no início dos anos 80 em Criciúma, no seio dos movimentos populares. Segundo Fantin (1992):

No início dos anos 80, na cidade [Criciúma] se articulava o movimento pastoral popular, de orientação progressista, em defesa dos direitos humanos e de justiça social. Os grupos organizados na pastoral da juventude, pastoral operária, comunidades eclesiais de base, incentivavam a organização direta nos bairros para a luta e conquista dos direitos como a educação, saúde e saneamento básico (24-25).

Os anos de 1985 e 1986 foram marcados por viradas políticas em sindicatos importantes em Criciúma, como o dos vestuários e calçados, dos bancários, dos professores e servidores municipais, além dos mineiros (p. 30). Esse conjunto de forças foi fundamental para sustentar os movimentos dos mineiros nos anos que vão de 1987 a 1992. Destacaremos dois: o da CBCA em 1987 e o da Próspera de 1990 a 1992.

Em 1987, a CBCA atrasou os salários dos operários por três meses e entrou num processo falimentar em função de sonegação de impostos⁶¹. Em seguida, foi deflagrado um movimento que resultou num violento enfrentamento entre mineiros e policiais. Após inúmeras negociações, a empresa acabou sendo repassada aos funcionários, que a transformaram numa cooperativa (Fantin, 1992; Teixeira, 1996).

Em virtude do desmonte parcial do aparato que sustentava o setor carbonífero e da crise nacional, em maio de 1990 a Cia. Próspera desativou a produção e deu aviso para 1.500 mineiros, dando início a um longo movimento de resistência à privatização, que se arrastaria por quase dois anos (Rabelo, 1992). Em 1992, a empresa foi repassada para um grupo local (Grupo Guglielmi) que a administrou temporariamente por três anos. Em 1995, devido à impossibilidade de minerar numa área de preservação ambiental, a Cia. Próspera foi completamente desativada e o seu patrimônio entregue à recém privatizada CSN. Com as demissões generalizadas no setor carbonífero, o sindicato dos mineiros perdeu a força política que tinha na cidade. A categoria foi reduzida de 11.000 mineiros em 1985 para 2.400 em 2000.

Quando foi decretado o processo de falência da Sulfabril, o sindicato dos trabalhadores de Blumenau perdeu uma oportunidade histórica de comandar um movimento em favor da autogestão. O mesmo ocorreu com a Malhasoft, quando os funcionários assumiram a empresa após a sua falência, sanaram suas finanças e a venderam para outro grupo. A falta de um trabalho de consciência política, por parte do sindicato, trouxe e trará perdas para os operários do setor têxtil em Blumenau.

⁶¹ Durante 12 anos a CBCA não repassou o Imposto Único Sobre Minerais, o FGTS, o IAPAS e o IR dos proprietários (Fantin, 1992, p. 23).

Se selecionarmos os sindicatos mais representativos de Blumenau e Criciúma, percebemos nitidamente uma postura mais conservadora em Blumenau e uma postura mais progressista em Criciúma. Enquanto a mudança na composição ideológica dos sindicatos em Criciúma ocorreu entre 1985 e 1986, em Blumenau foi entre 1989 a 1993.

b) Sem terra e excluídos

A história das lutas sociais no século XX em Santa Catarina começou com a luta dos caboclos na guerra do Contestado. Na essência do Contestado, estava a luta pela terra, a luta por melhores condições de vida uma massa de homens e mulheres excluídos. Os caboclos foram expulsos de suas terras para dar passagem ao trem, para permitir a derrubada da mata pela *Lumber* e para dar espaço aos novos ocupantes das terras.

A estrutura agrária menos concentrada em Santa Catarina, em relação a alguns Estados brasileiros, não impediu o conflito agrário, fruto da concentração de renda e da modernização da agricultura. Para desgosto dos ufanistas do “modelo catarinense de desenvolvimento”, a luta pela terra nos anos 80 mostrou a verdadeira face da modernização conservadora da agricultura catarinense: a exclusão social. O oeste foi a região do Estado onde foram introduzidas políticas modernizadoras com mais intensidade e ao mesmo tempo foi palco dos maiores conflitos pela terra nos anos recentes. Além do movimento dos sem terra, também se destacaram o Movimento dos Atingidos pela Barragem e o Movimento das Mulheres Agricultoras.

Em maio de 1980, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina, que fez a primeira ocupação na Fazenda Buraco Branco, no município de Campo Erê, por mais de 300 famílias. A vitória do movimento, com a desapropriação da fazenda pelo governo e a implantação do sistema comunitário de plantação, mostrou que a luta e a pressão política eram os únicos caminhos para se ter a posse da terra (Lisboa, 1988). No dia 25 de maio de 1985, ocorreu a maior ocupação feita em conjunto, em Santa Catarina, por mais de 1.600 famílias, oriundas de 18 municípios do oeste, ocupando 13 fazendas em sete municípios, conhecida como a “Operação Integrada de Ocupação Simultânea”. No ano seguinte, sete fazendas foram desapropriadas e os trabalhadores foram assentados, ao mesmo tempo em que novas ocupações eram feitas, totalizando aproximadamente 40 localidades, todas organizadas pelo MST (*Ibid.*). Segundo Poli, muitos dos

sem terra eram “oriundos de famílias proprietárias, mas que, no curso do processo de modernização da agricultura e de desestruturação da produção agrícola familiar tradicional, não mais conseguiram reproduzir-se enquanto tal” (1999, p. 107-108). Além dos excluídos do processo de modernização, muitas famílias “eram remanescentes de caboclos que continuaram habitando a região, mas que possuíam pouca ou nenhuma terra” (p. 108). Em 1996, o número de assentamentos no Estado era em torno de 60 (Strapazzon, 1998). Outro movimento social que também lutou pela terra foi o dos desapropriados/herdeiros, em Papanduva, no planalto norte, entre 1985 e 1987. O movimento era composto por 89 famílias, que haviam perdido suas propriedades em 1956 e sido expulsas em 1963, pelo exército brasileiro, que construiu um campo de manobra (Schiochet, 1993). O problema se arrasta até o momento sem uma solução decente em favor dos desapropriados.

O Movimento das Mulheres Agricultoras tinha como bandeira “a luta contra a dominação, enquanto membros de classes subalternas e enquanto mulher, submissa no interior da unidade familiar de produção” (Poli, 1999, p. 122). Do seio desse movimento, foi eleita Luci Choinacki, a primeira deputada estadual catarinense do Partido dos Trabalhadores em 1986. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai surgiu “como reação ao Projeto Uruguai que previa a construção de 25 barragens na bacia do Rio Uruguai pela ELETROSUL” (*Ibid.*, p. 145), que abrangia o noroeste gaúcho e o oeste catarinense; em Santa Catarina o município atingido foi Itá. O Movimento garantiu a indenização e o assentamento dos moradores em terras adquiridas pela ELETROSUL, com a construção de uma nova cidade (Strapazzon, Uczai, 1995).

As lutas sociais em Santa Catarina são as mesmas lutas sociais no Brasil: é a luta pela terra, pela moradia, por salários mais justos e pela dignidade humana. Como é possível ver, o tal “modelo catarinense de desenvolvimento” apresenta um tecido social esgarçado e violento. Ao lado da Sadia, da Chapecó, da Seara, da Aurora e da Perdígão, surge o MST. É o movimento contraditório.

Sobre o modelo catarinense de desenvolvimento, Lenzi (1997) faz uma crítica consistente dentro de uma perspectiva sócio-ambiental. Segundo Lenzi, a idéia de um modelo para Santa Catarina é duplamente equivocada:

Primeiro, pelo fato de ver o processo de industrialização no Estado enquanto “modelo”, e, segundo, de ver na influência industrial da região o símbolo do desenvolvimento, fazendo com que os indicadores industriais e de crescimento econômico sejam o sinônimo de qualidade de vida de região, possibilitando com que alguns afirmem que o “primeiro mundo é aqui mesmo” (p. 15).

Ao contrário dessa visão primeiro mundista para Santa Catarina, Lenzi completa afirmando que “talvez possamos também mostrar que o ‘terceiro mundo é aqui mesmo’ “ (p. 15). Mais adiante, o autor completa: “aqui se reproduziu as mesmas injustiças que reproduziram no Brasil, e que hoje parecem atingir cada vez mais todos os países. Porém, a especialização e compartimentação científica, muitas vezes, falam mais alto, existem aqueles que acreditam ser essa uma economia ‘dinâmica’ e ‘exitosa’ “ (p. 86). Como podemos falar de “modelo”, com a degradação ambiental presente em todo o Estado: a mineração no sul, o desmatamento no planalto serrano e norte, os resíduos sólidos de esterco no oeste e a ocupação desenfreada do litoral florianopolitano?

Armando de Melo Lisboa (1987) desmistifica “Santa” Catarina, mostrando alguns dados relativos à distribuição da renda, à propriedade fundiária e à habitação. Em 1984, 22,2% da população economicamente ativa de Santa Catarina não tinha rendimentos – na agricultura esse número aumentava para 51,1%; 30,8% dos empregados não tinham carteira assinada; segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, havia 136 mil famílias sem terra, ou seja, 680 mil pessoas, mostrando claramente um processo de concentração fundiária; segundo a COHAB/SC, o déficit de moradia em 1987 era de 158.388 residências e aproximadamente 719 mil pessoas moravam em condições precárias. Atualmente, este déficit é de 103.651 moradias, dos quais 47,0% são habitações inadequadas e 53,0% referem-se à ausência de edificação. Somente 6,5% dos domicílios urbanos são atendidos com rede de esgoto; 18,0% da população, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada), é considerada miserável e há 127.000 menores de 14 anos trabalhando, sendo 21.315 entre 5 e 9 anos.

CAPÍTULO V: DESARTICULAÇÃO POLÍTICA E REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA PÓS-1990

*O capitalismo nunca se associou de forma exclusiva
a nenhuma ideologia, e, por isso, no campo político
ou das idéias econômicas, o protecionismo e
o livre-cambismo se sucederam e alternaram*
José Luís Fiori, 1995

Os anos noventa inauguraram uma nova fase na economia latino-americana. Durante um longo período, que iniciou em 1930 e se estendeu até o final dos anos setenta, os governos latino-americanos tiveram uma ampla margem de manobra para manipularem políticas econômicas em prol da industrialização de seus respectivos países. O Acordo de Bretton Woods regulou a violência da moeda e inibiu a mobilidade de capitais, reduzindo a vulnerabilidade dos mercados financeiros, com isto o mando sobre as moedas nacionais dos países periféricos estava nas mãos dos Estados-Nações, permitindo-lhes uma maior autonomia na condução das políticas econômicas industrializantes. Segundo Fiori (1995), o Estado brasileiro foi forte “enquanto arbitrou com certa autonomia o valor interno do dinheiro e dos créditos” (p. xix). A reunião em Camp David em agosto de 1971 nos EUA colocou fim no longo ciclo virtuoso de crescimento pós-guerra. O fim da paridade ouro-dólar, que na verdade já estava comprometido desde o laxismo monetário causado pelo eurodólar e pelos déficits no Balanço de Pagamentos norte-americano, deu início a uma nova etapa nas finanças internacionais e na forma de condução das políticas econômicas comandadas pelo Estado: os mercados financeiros entram numa instabilidade crônica e o poder de intervenção dos Estados-Nações é reduzindo dando passagem ao Mercado para que ele seja o novo condutor da ordem econômica (Moffitt, 1985). É o fascismo de mercado.

Mesmo assim, o crescente endividamento nos anos 70 permitiu que muitos países latino-americanos continuassem seus projetos de industrialização. A disponibilidade de liquidez

internacional proporcionada pelo petrodólar reduziu bruscamente as taxas de juros internacionais, tornando atrativo a tomada de recursos externos. Dada a atrofiado do capital financeiro no Brasil, em boa medida, o II PND foi financiado por recursos externos. A manobra conduzida por Paul Volcker, presidente do FED (*Federal Reserve*) em 1982, de elevar as taxas de juros norte-americanas e de sobrevalorizar o dólar, jogou na lona muitos países periféricos que haviam contraídos débitos nos anos anteriores. A partir deste momento o endividamento externo, que rebatia na dívida interna, tornou-se no maior entreve para os Estados periféricos formularem novas políticas de desenvolvimento.

A quebra do padrão de financiamento, a crise fiscal do Estado e o seu enfraquecimento enquanto poder de comando começa a desenhar uma nova ontologia das relações na economia brasileira. Quando se altera a relação entre o poder público e a dinâmica interdepartamental e o grande capital nacional, também se altera o padrão de acumulação. Com a desarticulação política do Estado na condução do processo de acumulação, investindo na infra-estrutura social básica e na regulação econômica e financeira, o grande capital multinacional, principalmente o financeiro, passa de fato a comandar o processo de acumulação. As privatizações e as desnacionalizações suicidas, associado ao novo ciclo de endividamento especulativo externo dos anos 90, ao mesmo tempo enfraqueceu e fortaleceu o Estado: enfraqueceu no sentido de formular novas políticas de desenvolvimento em bases nacionais; e fortaleceu para conduzir os ganhos especulativos do mercado financeiro, que se encontra completamente desregulado.

É dentro deste movimento mais amplo que devemos entender as mudanças estruturais na economia catarinense pós-1990 como a redução das atividades estatais, reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial.

1 – Desarticulação política: o regresso liberal e a quebra do comando

Nos anos noventa, a falta de uma diretriz nacional isolou as unidades subnacionais na elaboração de seus planos. A prática do planejamento já começou a entrar em crise no Brasil ainda

nos anos oitenta, quando o Estado começou a enfrentar o problema do endividamento externo e seus desdobramentos internos. O Estado ficou engessado na dívida externa e na crise fiscal e financeira, sem condições de elaborar novos planos com objetivos nacionais. A cada plano que passava reduzia-se a atuação do Estado-Nação e aumentava a crença no mercado. Esta lógica perversa está associada a um movimento mais geral da história recente que é o neoliberalismo e a cosmopolização das finanças.

Em 1991, novamente a plutocracia Konder-Bornhausen volta a ocupar o comando central do Palácio Santa Catarina, com a eleição de Vilson Kleinübing para governador e Antônio Carlos Konder Reis para vice, na chapa PFL-PDS. Como plataforma de governo, foi lançado o Plano SIM (Saúde, Instrução e Moradia), que marca a volta de um plano com previsão de gastos para os quatro anos de governo e com metas mais detalhadas⁶². Do total dos gastos para o período 1991-1994, 11,0% seriam destinados a novos investimentos, mediante a criação de fundos específicos distribuídos da seguinte forma: saúde e educação, 13,6% para cada área; habitação e agricultura, 18,2% para cada; indústria, rodovia e saneamento, 9,1%, idem; segurança pública 4,6%; e turismo, 4,5% (Kleinübing, Konder Reis, 1990, p. 2). O Plano SIM almejava o pleno emprego e uma taxa média de crescimento para o período 1991-1994, de 6,0% ao ano, mas ao mesmo tempo era contraditório, pois preconizava uma redução do Estado nas atividades econômicas e a redução no número de funcionários:

Serão reordenados e reduzidos órgãos públicos (...). Serão, também, identificadas as atividades que, embora não compatíveis com a gestão dos negócios públicos, estão sendo executadas pelo Estado, com vistas à verificação da viabilidade de sua transferência para a iniciativa privada. (...) A estrutura organizacional do Estado será reduzida (Kleinübing, Konder Reis, 1990, p. 1).

Fazendo parte do PFL, Kleinübing seguia as orientações do movimento geral, impostas pela onda neoliberal que elegia o Estado como o anátema da crise, o que tornava impossível a realização de muitas metas propostas no Plano SIM, como: a restauração de 981km de rodovias e a pavimentação de outros 207km, além de começar a duplicação da BR-101, concluir a BR-282 e a BR-470; no setor energético previa a construção de mais 400km de linhas de transmissão, a ampliação de 45 subestações e a construção de mais 20 novas subestações; no setor de telecomunicação previa a ampliação de 59,4%, com a instalação de 136.176 novos terminais

⁶² O último plano que apresentou uma previsão de gastos e com metas mais específicas tinha sido o PCD no governo Salles.

telefônicos; e para fomentar a indústria, defendia a reformulação do PRODEC para novos investimentos produtivos nos setores já consolidados da indústria catarinense e a criação de indústrias de tecnologia de ponta.

Tabela 42: Participação dos gastos totais previstos no item investimentos do Plano SIM(em%)

Áreas de investimentos	Gastos previstos
Construção de moradias populares	18,2
Desenvolvimento agrícola	18,2
Modernização da saúde	13,6
Modernização da instrução	13,6
Desenvolvimento industrial	9,1
Recuperação das rodovias	9,1
Obras e saneamento	9,1
Melhoria da segurança pública	4,6
Desenvolvimento do turismo e da cultura	4,5

Fonte: Plano SIM, 1990

Mesmo em meio à forte recessão do início dos anos 90, algumas metas propostas pelo plano foram atingidas, como: a pavimentação de 660km de rodovias estaduais e a instalação de 172.420 novos terminais telefônicos, porém o setor de energia ampliou em apenas 19,0% da proposta inicial de construir 400km de linhas de transmissão. Para apoiar a indústria de alta tecnologia, foi criado o Parque Tecnológico Alfa, em Florianópolis, em parceria com várias instituições públicas e privadas.

Quadro 18: Governadores catarinenses e a divisão oligárquica 1961-2002

Ligados aos Ramos	Ligados aos Konder-Bornhausen
Celso Ramos: 1961-1965	Colombo Machado Salles: 1971-1974
Ivo Silveira: 1966-1970	Antônio Carlos Konder Reis: 1975-1978
	Jorge Konder Bornhausen: 1979-1982
	Esperidião Amin: 1983-1986/1999-2002
	Vilson Kleinübing: 1991-1994
	Paulo Afonso Vieira (apoio): 1995-1998

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em 1995, o PMDB volta novamente a comandar a política catarinense, com a eleição de Paulo Afonso para governador – representando a ala mais conservadora do partido – e José Augusto Hülse para vice-governador – representando a ala histórica –, com a coligação Viva Santa Catarina. Ao contrário do período anterior, desta vez o PMDB chegou ao Palácio Santa Catarina com o apoio dos Konder-Bornhausen, completando o seu décimo mandato no poder⁶³. Em seu Plano de Governo Viva Santa Catarina, Paulo Afonso defendia uma gestão democrática e descentralizada, como condição necessária para o desenvolvimento autosustentado. As ações do governo deveriam ser no sentido de estabelecer acordos com ONGs, prefeituras e empresas privadas. Com relação ao papel do Estado, defendia a modernização, sem a qual seria “impossível a implantação das características de gestão desejada” (Vieira, Hülse, 1994, p. 1). O Plano era dividido em quatro áreas: a cidadania, geração de novas oportunidades de trabalho e de renda; o campo, valorização do homem e do seu trabalho; a criança, a construção do futuro; e, a modernização do Estado. As quatro áreas subdividiam-se, somando ao todo quinze projetos.

Embora estivesse dentro de um contexto maior, o projeto neoliberal, fundado na abertura econômica, nas privatizações, no ajuste fiscal e na precarização das condições sociais, o governo de Paulo Afonso conseguiu, de certa forma, barrar o rolo compressor privatista, tanto que fez mais investimentos em energia e telefonia que o governo anterior. Em seu Plano de Governo está claro que não se poderia dar mais continuidade ao “modelo tradicional de Estado, responsável exclusivo pela execução de todos os serviços demandados pela sociedade”. O Plano preconizava a “implantação de um Governo mais eficiente e eficaz”, por meio de parcerias e sem defender a sua diminuição ou a privatização de alguns serviços (p. 2). Durante seu governo, apesar de todo escândalo envolvendo a emissão de Letras para pagar precatórios, a CELESC e o BESC ficaram longe do debate da privatização; fato que se reverteu no segundo governo Amin, com a federalização do BESC. No entanto, a manutenção da CELESC e do BESC, nas mãos da sociedade catarinense, não isentou o caráter liberal do governo Paulo Afonso.

No segundo governo Amin (1999-2002), foi elaborado o Plano de Governo: Santa Catarina Estado Vencedor. Na introdução do Plano é reforçado a idéia do Modelo Catarinense de Desenvolvimento afirmando: “Neste século, as gerações que nos antecederam construíram um

⁶³ Se desconsiderarmos os dois governos de Hercílio Luz, de 1918 a 1924, e o de Fulvio Aducci, de 1930, deposto pela Revolução de 30, a oligarquia Konder-Bornhausen participou ativamente dos seguintes governos: Victor Konder, Irineu Bornhausen, Lacerda-Hülse, Colombo Sales, Konder Reis, Jorge Bornhausen, Amin, Kleintübing e Amin, além de indicarem o vice em 1968 quando Francisco Dall’Igna foi cassado e de apoiarem o governo Paulo Afonso.

Estado que honra o Brasil e que dignifica o seu povo” (p. 3). Como na Cartas dos Catarinense, o atual Plano do governo Amin, está pautado em fundamentos subjetivos sem nenhuma articulação com a realidade concreta com objetivo de transformá-la. Afinal, o Plano foi elaborado por liberais para ser executado por um Estado liberal. Podemos destacar duas ações que corroboram nosso argumento da mudança de padrão de crescimento na economia catarinense nos anos 90: a privatização do BESC e a partilha da CELESC.

Para Schmitz a análise retrospectiva dos planos elaborados entre 1965 e 1979 mostra três fases organizacionais do processo de planejamento: 1) a motivação, a descoberta do planejamento com o POE; 2) a explicitação do planejamento com os PLAMEGs, em que “o processo era encarado exclusivamente como um meio rápido de promover o crescimento econômico” (p. 27); 3) e a institucionalização, quando o “planejamento passa a ser visto como diretamente ligado à coordenação não apenas das relações setor público versus setor privado” (*Ibid.*). Schmitz argumenta que o PLAMEG foi influenciado “pela noção desenvolvimentista-industrialista que se constituía das bases ideológicas preconizadas dos anos 60 no Brasil, acrescida da realidade econômica de Santa Catarina” (p. 125). Podemos estender essa base ideológica ao PLAMEG II e ao PCD.

Esse movimento não foi uma realidade apenas em Santa Catarina. Após o Plano de Metas do governo federal, vários Estados brasileiros passaram a implementar o planejamento estadual como bússola do desenvolvimento. Tanto o Rio Grande do Sul como o Paraná também tiveram governadores com propósitos desenvolvimentistas. No Paraná podemos destacar o governo de Ney Braga (1961-1965), que implementou um ousado projeto de diversificação da agricultura, que até então estava centrada no café, associada à indústria, por meio do beneficiamento dos grãos plantados. No Rio Grande do Sul, a presença de governadores desenvolvimentistas no Palácio Piratini foi ainda mais forte. Em 1951, assumiu Ernesto Domeles, que estreitou os laços com o governo Vargas; em 1955 Maneghetti levou adiante o projeto de Vargas no Estado; e em 1961 Brizola assumiu o governo gaúcho, executando um projeto nacionalista que teve repercussões não apenas no governo local, mas para a história da Nação (Fonseca, 1988).

Os planos executados em Santa Catarina, desde 1955, podem ser classificados em quatro grupos, de acordo com seus objetivos e resultados práticos. O POE foi uma *aproximação ao planejamento econômico* em Santa Catarina, tinha várias metas, porém poucas foram cumpridas, pela falta de experiência em planejamento e pela falta de um aparato institucional. O PLAMEG, o PLAMEG II, o PDC e o PG de 1961 a 1979 podem ser classificados como *planos com objetivos e*

resultados concretos afinados com os objetivos nacionais. O Estado é um dos atores principais. Durante esse período, a infra-estrutura social básica catarinense foi profundamente alterada, removendo os pontos de estrangulamento, sobretudo no tocante à energia e transporte. Dada a crise fiscal e financeira do Estado, o PA inaugura uma nova fase: *planos com boas intenções, porém sem programas bem definidos e sem uma ação efetiva do Estado, ou seja, houve plano mas não planejamento.* São planos com um perfil globalizante e simbólico e que rapidamente eram desatualizados, pois não havia uma amarração funcional. O Estado começa atuar como coadjuvante. Mesmo assim, durante os governos Jorge Bornhausen, Amin e Pedro Ivo-Maldaner foram executados uma série de investimentos na infra-estrutura social básica, não perdendo o Estado por completo a capacidade de investimento e regulação. Com a entrada do Brasil no modelo neoliberal ajustando-se às políticas do Consenso de Washington o Estado-Nação e os Estados nas unidades subnacionais inauguram uma nova etapa: *o regresso liberal.* Agora o Estado começa atuar como mero figurante no processo de ordenamento econômico. Há uma mudança na ontologia das relações e na ossatura material do Estado. O desmonte do aparelho estatal desarticulou os nexos que uniam o Estado à dinâmica interdepartamental e à formação da infra-estrutura básica, mudando o padrão de acumulação em nível nacional e o padrão de crescimento em nível estadual. Assim foram os governos Kleinübing, Paulo Afonso e Amin.

2 – Reestruturação produtiva e patrimonial

Neste item destacaremos as mudanças estruturais nos seguintes setores: revestimentos cerâmicos, carbonífero, eletro-metal-mecânico, têxtil-vestuário e agroindustrial. Em certos setores, tomaremos como exemplo as mudanças mais relevantes em algumas empresas.

a) A reestruturação da indústria cerâmica

Uma das características que sempre marcou o desempenho do setor de revestimentos cerâmicos, no sul de Santa Catarina, foi a sua forma agressiva de atuar no comércio internacional. Em função da retração do mercado interno, durante a década de 80, a conquista do mercado externo tornou-se condição *sine qua non* para a manutenção e a reprodução da capacidade instalada das cerâmicas, obrigando as cerâmicas a introduzirem prematuramente – comparado com a inserção de outros setores – os novos métodos de produção e gestão. (Goularti Filho, 1997). No início dos anos 80, as exportações de pisos e azulejos em Santa Catarina eram de aproximadamente 5 milhões de dólares, representando 9,0% das exportações nacionais, chegando, no final da década, próximo dos 50 milhões de dólares, 28,7% das exportações nacionais. No final dos anos 90, as exportações já ultrapassavam os 100 milhões de dólares, representando 43,8% das exportações nacionais.

Quando a abertura do mercado começou a ser uma dura realidade para a economia brasileira, muitos setores foram profundamente abalados e outros simplesmente excluídos do mercado. Como as indústrias cerâmicas do sul catarinense, no que tange à incorporação de novas tecnologias, estavam, de certa forma, adaptadas para uma nova etapa de concorrência internacional, evitou-se um desmantelamento do setor. Quando os novos equipamentos, máquinas ou insumos eram difundidos na Europa, rapidamente eram alocados nas cerâmicas catarinenses (*Ibid.*).

O Brasil posicionava-se como o terceiro maior fabricante mundial de revestimentos cerâmicos, perdendo apenas para a Itália e a Espanha. Em meados da década de 90, a China passou a produzir internamente toda produção que consumia, colocando-se como a maior fabricante do gênero do mundo. Se a China entrar no mercado externo, há temores de que ela passe a dominar os mercados cativos do Brasil, Itália e Espanha, dada a sua enorme capacidade de comando. A Itália, além de ser a maior exportadora, domina também a fabricação e a exportação de máquinas e equipamentos. A Espanha, além da cerâmica, também se especializou na produção de insumos e matérias-primas de alto conteúdo tecnológico, ao contrário do Brasil, que se especializou apenas na produção dos revestimentos. Não há no Brasil um parque industrial completo e integrado que atenda às nossas cerâmicas. Somos ainda dependentes da importação de máquinas italianas e compostos cerâmicos espanhóis e italianos. Ou seja, eles dominam a tecnologia como um todo, nós dominamos apenas parte. Sabemos que o D1 tem um efeito multiplicador muito mais dinâmico do que certos setores do D2 (Departamento de bens de consumo duráveis).

Em função da consolidação da indústria cerâmica, e sua importância em nível mundial, e das políticas macroeconômicas facilitadoras ao capital externo, nos anos 90 Santa Catarina foi alvo de vários investimentos correlatos ao setor. Na produção de compostos cerâmicos (granilhas, esmaltes e fritas) havia apenas a Ferro Enamel e a Colorobbia, que se instalaram em Criciúma ainda nos anos 70. Recentemente se instalaram as espanholas Esmalglass, Torre Cid e Vidres – com unidades fabris – e filiais comerciais da Fritas SL, as italianas Colorobbia⁶⁴ e Smalteceram e a Sibeldo Mineração, que extrai areia industrial branca e farinha de sílica (quartzo moído). As únicas de capital de origem local são a Masterglass (montada por ex-funcionários da Ferro Enamel), a Manchester Química (montada por um ex-funcionário da Eliane), a Colorminas (uma fusão da antiga Fritas Sul e da Cominas do Grupo Cecrisa) e a Caravaggio (montado por um ex-sócio da Fritas Sul) e têm uma capacidade de produção abaixo das espanholas.

Na produção de máquinas e equipamentos, o maior destaque é a Industrial Conventos S.A., uma empresa que surgiu dentro da própria Cecrisa, como um departamento de manutenção. Já em meados dos anos 70, a empresa passou a fornecer máquinas às recentes cerâmicas instaladas, que tinham dificuldades em importar equipamentos. Especializando-se na fabricação de prensas a partir da cópia de máquinas importadas da Itália, a ICON rapidamente conquistou o mercado nacional e externo – começando a exportar em 1976 para países sul-americanos. Após a divisão do Grupo Freitas, em 1980, a empresa teve uma trajetória própria. Por meio da cópia, diversificou sua produção e começou a ofertar além das prensas, estampos, secadores, fornos, moinhos, automatismos, atomizadores, britadores e outros equipamentos auxiliares, todos por meio de encomendas. A ICON simplesmente tem condições de montar uma cerâmica completa, tanto para o sistema via seco como para o via úmido. Até o final dos anos 80, a ICON tinha um mercado garantido e se expandia rapidamente, chegando a ter 700 funcionários em 1989. Também fornecia equipamentos para as cimenteiras, mineração e automobilística (estruturas de aço e fios). Empresas como Portobello, Itagres, Ceusa, Moliza, Portinari e Vectra foram praticamente montadas pela ICON. Com a abertura comercial, a empresa perdeu fatias consideráveis de mercados, demitiu (atualmente a empresa tem 300 funcionários) e se especializou na produção de estampos e prestação de serviços, recondicionando os estampos, tornando-se a maior fabricante de estampo da América, com unidades em Tubarão e em Rio Claro, interior de São Paulo. Com a redução das grandes

⁶⁴ A Colorobbia fechou a unidade fabril em Criciúma, mantendo a unidade comercial.

encomendas, as marcas italianas SITL, SACMI, ENAPLIC e WEMA passaram a dominar o mercado.

Fornecendo outros equipamentos menos complexos, encontram-se a Inducel – Industrial Cerâmico Especiais, fabricante de isolamentos térmicos; a Mepil – Metalúrgica Pierini, fabricante de estamparias, rolamentos, redutores e motoredutores; a Metalúrgica Souza, que fabrica cortadores automáticos e maromba a vácuo; além de uma série de prestadoras de serviços como: transportadoras, serigrafias, *desing*, laboratórios e mineradoras. Com relação às mineradoras, praticamente todas as cerâmicas de médio e grande porte têm a sua própria mineradora. Elas mineram argila no planalto serrano e norte, litoral e sul do Estado e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do país. Essas atividades paralelas não atendem somente as indústrias de pisos e azulejos, mas também a inúmeras fábricas de tijolos e telhas esmaltadas e de concreto (olarias), que se proliferam na região sul do Estado.

A indústria cerâmica no sul do Estado teve um efeito de encadeamento a jusante e a montante de maior proporção do que a carbonífera e a do vestuário, fazendo com que fossem internalizadas na região indústrias mais dinâmicas. Com isso, assistiu-se, na região, a um desenvolvimento tecnológico desigual entre o setor cerâmico em relação ao carbonífero e de vestuário, em que as cerâmicas davam passos à frente, forçando um novo rearranjo industrial e uma nova organização espacial (Goularti Filho, 1997).

Tabela 43: Produtividade do setor cerâmico em Santa Catarina 1965-1998

Ano	Mil m ² /homem	Ano	Mil m ² /homem
1965	2,9	1986	5,8
1970	3,12	1989	8,19
1974	3,49	1992	11,09
1978	3,76	1994	12,58
1980	3,07	1996	13,25
1982	4,73	1998	14,85
1984	6,15		

Fonte: Elaborado com base nos Anexos 24 e 49

Em termos de mão-de-obra, houve um crescimento acelerado na segunda metade dos anos 70, passando de 1.528 empregos diretos em 1970 para 7.230 em 1978. O auge do setor, com relação

à geração de empregos foi no final da década de 80, com 11.055 empregos diretos. Com a recessão do início dos anos 90, o setor foi duramente castigado com pedidos de concordatas, redução na produção e fechamento de empresas, estabilizando-se em torno de 7.700 empregos diretos. Com a modernização do parque fabril cerâmico e o curto crescimento industrial nos anos de 1993 e 1994, houve uma melhora na produção e na produtividade, porém não foi acompanhada na mesma proporção no número de emprego. A produtividade praticamente se manteve a mesma nos anos 70, em torno de 3,5 mil m² ano/homem, passando para 4,73 em 1982 e para 8,19 em 1989. O acelerado ritmo de modernização elevou a produtividade para 14,85 mil m² ano/homem, chegando a mais de 20 mil em algumas empresas. Em 1980, com 8.000 trabalhadores as cerâmicas catarinenses produziram 24.551 mil/m² de revestimentos cerâmicos, em 1998, com 7.827 trabalhadores a produção saltou para 116.262 mil/m², quase cinco vezes a mais do que em 1980. Em compensação, os ganhos de produtividade não foram repassados aos salários, como prevê as abordagens neoclássicas. Na segunda metade dos anos 90 a produtividade passou de 12,58 mil m²/homem para 14,85 mil m²/homem e o piso salarial da categoria dos ceramistas na região carbonífera, em dólares, caiu de US\$ 303,83, em 1995, para US\$ 213,10, em 2000.

Tabela 44: Perdas salariais da categoria dos ceramistas na região carbonífera 1995-2000

Ano	Salário atual	Salário reajustado pela inflação	Salário em dólares
1995	R\$ 257,34	R\$ 257,34	US\$ 303,83
2000	R\$ 384,36	R\$ 431,84	US\$ 213,10

Fonte: Machado, 2000

O crescimento no número de empregos nos anos 90 deu-se pela expansão das cerâmicas de pequeno e médio porte e pelo surgimento de mais unidades. Empresas como a Moliza, Gabriella, Solar, Pisoforte e Aurora ampliaram a capacidade produtiva e o número de funcionários, impedindo uma queda mais acentuada na oferta de emprego.

Tabela 45: Produtividade das empresas de revestimentos cerâmicos selecionadas 1983-1999 (em mil m²/homem)

Ano	Eliane	De Lucca	Cecrisa
1983	5,04		
1984	5,42		
1985	4,40		
1986	4,62		
1987	4,41		
1988	4,64		
1989	5,86	7,92	
1990	5,39	13,36	
1991	5,94	13,34	
1992	8,74	18,58	
1993	9,56	21,78	
1994	10,78	26,3	11,74
1995	13,93	18,75	15,87
1996	14,48	20,46	16,95
1997	12,48	16,23	20,63
1998	15,85	15,97	18,47
1999	17,21	17,42	19,24

Fonte: Dados da De Lucca e Cecrisa: elaborada a partir de dados da produção e do número de funcionários fornecidos pelas empresas; Dados da Eliane: Machado, 2000.

b) O desmonte do setor carbonífero

O ano de 1990 marcou o fim do longo ciclo expansivo e acelerado do carvão, iniciado durante a Primeira Guerra, em que havia uma forte presença estatal no setor. O governo Collor simplesmente liberou a importação do carvão metalúrgico, desobrigou as siderúrgicas estatais a comprarem o carvão nacional, acabou totalmente com as cotas e fechou o Lavador de Capivari e as unidades da ICC em Imbituba e Criciúma. Associado a essas medidas, iniciou o processo de privatização, que atingiu diretamente a Cia. Próspera, subsidiária da CSN, demitindo mais de 1.500 trabalhadores. Os trabalhadores da Próspera ficaram quase dois anos num movimento de resistência à privatização da empresa, aguardando uma reversão da política econômica em prol da estatal (Rabelo, 1992). A solução imediata veio com a venda da estatal para a Metropolitana, que cria a Nova Próspera. Como a nova empresa não cumpriu os prazos estabelecidos e ficou impossibilitada de minerar numa área de preservação ambiental, a Próspera novamente voltou às mãos da CSN, agora privatizada, que a fechou por definitivo em 1995.

A crise no setor carbonífero também teve um forte impacto na cidade de Imbituba, onde funcionava o porto e a ICC. O fechamento definitivo da ICC, em 1993, o fim do transporte de carvão para outros Estados brasileiros (gerando uma enorme capacidade ociosa no porto) e o

processo de modernização da maior empresa da cidade, a fábrica de revestimentos cerâmicos Icisa, demitindo em torno de 500 funcionários num curto intervalo de tempo, fizeram a cidade de Imbituba mergulhar numa crise (Neu, 1999). O comando exercido inicialmente pelo porto e, em seguida, pela ICC não dinamizou a economia regional devido à ausência de pequenos capitais industriais de origem local.

Tabela 46: Transporte de carvão pelo Porto de Imbituba 1970-1996 (em t)

Ano	Carvão transportado	Ano	Carvão transportado	Ano	Carvão transportado
1970	835.640	1979	1.621.256	1988	2.042.846
1971	948.220	1980	2.180.383	1989	1.284.995
1972	677.950	1981	2.676.433	1990	795.439
1973	823.720	1982	2.240.585	1991	649.018
1974	963.365	1983	3.140.043	1992	193.461
1975	829.850	1984	2.749.128	1993	16.156
1976	940.590	1985	2.647.612	1994	0
1977	1.016.317	1986	2.971.291	1995	0
1978	1.238.584	1987	2.955.000	1996	0

Fonte: Neu, 1999; Secretaria de Estado dos Transporte e Obras, 1997.

A crise no setor, que já vinha sendo anunciada desde 1986, pode ser visualizada na queda acentuada da produção e da oferta de emprego. Em 1989, foram extraídos 13,9 milhões de toneladas de ROM, em 1991 caiu para 6,7 milhões e a oferta de emprego caiu de 7,9 mil para 4,4 mil, respectivamente (Anexo 4). Os níveis de produção e emprego voltaram ao período pré-73; gerando menos emprego do que a indústria calçadista de Araranguá e Sombrio. E para completar a crise, o governo ficou 16 meses sem pagar as cotas já adquiridas.

É mister esclarecer que, ao contrário do que muitas lideranças sul-catarinenses afirmavam, de que a crise na região era atípica, na verdade a crise que a região passou nos primeiros anos da década de 90 foi nacional. Não podemos classificá-la como uma crise atípica, afinal de contas ocorreu queda na produção em todo o parque industrial brasileiro. As indústrias sul-catarinenses de cerâmica, vestuário e plástico também foram duramente castigadas com a recessão de 1990-1992. Ou seja, a crise não foi algo exclusivo do carvão, ela apenas associou-se à crise regional e nacional (Goularti Filho, 1996).

A região não entrou numa crise mais profunda em virtude do alto grau de diversificação produtiva, iniciado nos anos 70 e consolidado nos 80: indústria cerâmica, do vestuário, de plásticos e

descartáveis e de calçados, fazendo com que a expansão da renda passasse a ser também conduzida pelos novos setores consolidados. Se o setor carbonífero fosse desmontado no final dos anos 60, seguramente a região levaria mais de dez anos para encontrar saídas. Como o desmonte aconteceu num período em que a diversificação já estava consolidada, rapidamente a região saiu da crise, acompanhando a curta recuperação da economia nacional de 1993 e 1994.

Com o fim da produção do carvão metalúrgico nacional, a única saída para o carvão catarinense foi o energético destinado à Jorge Lacerda. Após sucessivos acordos entre mineradores e governo, a ELETROSUL se responsabilizou pela compra do carvão energético, garantindo a manutenção da extração até o momento. Além do fornecimento à ELETROSUL/GERASUL, recentemente vem sendo cogitada a possibilidade de ser construída uma nova usina termelétrica que, além de queimar todo o carvão ROM, também irá utilizar todo o rejeito (pirita) depositado a céu aberto ao longo dos cem anos de exploração. Será uma associação entre mineradores (Metropolitana e Criciúma), governo do Estado, ELETROSUL/GERASUL e firmas norte-americanas. Segundo Menezes (1999), em termos de geração de emprego, a oferta será mínima, por causa do alto grau de automação. A promessa concentra-se na possibilidade de recuperar as áreas degradadas, algo que vem sendo muito questionado por pesquisadores da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense). Tanto mineradores como mineiros apostam nessa saída para que a indústria carbonífera definitivamente volte a crescer.

O maior legado deixado pela extração do carvão ao longo desses cem anos, sem sombra de dúvidas, foi também uma das maiores degradações ambientais ocorridas no país: 2/3 dos mananciais hídricos estão contaminados com metais pesados, dado o alto teor de enxofre (que vai de 5,0% a 12,0%), 6,3 mil/há de área estão completamente degradados por rejeitos, e a pneumoconiose – ou doença do pulmão entupido pelo pó do carvão, que aflige em torno de 3.200 ex-mineiros. Além do comprometimento da fauna e da flora, chuvas ácidas, precárias condições de moradias nos bairros operários e estresse do mineiro, causado pelo ambiente de trabalho insalubre e de alto risco. “E por ironia da história, em Criciúma, a cidade que sustentou durante várias décadas o ‘nobre’ título de Capital Nacional do Carvão, atualmente as atividades extrativas estão totalmente desativadas, pois a última mina em funcionamento foi fechada em 1996” (Goularti Filho, Jenoveva Neto, p. 35, 1997).

c) A reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico

Após enfrentar o longo período de crise financeira associada à abertura comercial, em especial no setor de autopeças, os anos 90 representaram para a Tupy uma total reestruturação patrimonial e física, com a venda das unidades do setor de perfis para a Tigre, de termotécnica isolamentos para a Sabroe e de tubos e conexões em PVC para Fortilit. A Granalha foi incorporada pela própria empresa. Em 1995, a empresa saiu das mãos da família Schmidt e passou a ser controlada por *pool* de fundos de pensão e bancos (30,0% Previ, 22,6% Telos, 18,5% Aeros, 16,9% BNDESpar, 7,2% Bradesco, 1,5% Ceres e 2,8% outros), que faziam parte do controle acionário de forma minoritária. Somente as unidades de fios e termotécnica ficaram com a família Schmidt. A empresa concentrou-se apenas nas áreas de fundição para o setor de autopeças (que representa 75,0% da produção, das quais a metade é exportada), e de conexões (que representa o restante de 25,0%). Atualmente, a única unidade fora de Joinville é a Fundição Mauá em São Paulo. A Sofunge, também de São Paulo, que fornecia peças à Mercedes, foi adquirida e incorporada à unidade de Joinville. Com a venda do grupo, praticamente todos os membros da família Schmidt saíram da cidade. Os Schmidt sempre faziam questão de se apresentar como uma família preocupada com o “progresso” do município e o bem-estar de seus cidadãos, e usufruíram das benesses e das homenagens oferecidas pela elite local. Mas no momento em que a crise financeira se abateu sobre a família, todos os laços fraternos e o tal do “compromisso com o progresso” que tinha com a cidade de Joinville desmancharam-se no ar e a família refugiou-se em outras cidades.

A Tupy, atualmente, responde por 70,0% do mercado nacional de peças para os sistemas de motor (blocos, cabeçotes, virabrequins, bielas, coletores de escape, capas de mancal, volantes de motor e eixos-comando de válvulas) e de freio (discos, tambores, suporte de freios a disco, caliper de freio e cilindro de rodas), além de atuar com marca própria na produção de conexões, granalhas e perfis. A redução no número de funcionários representou um forte impacto na economia regional. Em 1988 eram 7,6 mil trabalhadores na unidade de Joinville, passando para 4,3 em 1999. Acompanhando a recessão nacional, nos anos de 1990 a 1992, a produção caiu de 106 mil/toneladas para 97,7 mil em 1992, recuperando nos anos seguintes, chegando a 288,5 mil/toneladas em 1999.

Ao mesmo tempo que a Kohlbach se expandia no início dos anos noventa com a implantação de uma unidade fabril em Minas Gerais, iniciou a abertura comercial no país, penalizando principalmente o setor máquinas e equipamentos, com isto a empresa perdeu mercado e paulatinamente reduzia a produção, em torno de 45 mil motores/mês eram deixados de ser

fabricados. Em 1996, com a sobrevalorização, a dívida chegou no limite e a empresa foi adquirida por um empresário paranaense, Hamilton Coitinho. Sob uma nova gestão a Kohlbach passou por uma profunda reestruturação com demissões, redução de níveis hierárquicos e terceirização de parte do processo produtivo. Com esta terceirização, a empresa passou a contratar serviços 15 micro e pequenas empresas da região nas áreas de usinagem e ferramentaria; algumas montadas por ex-funcionários e outras atuando dentro do próprio pavilhão da empresa.

Em 2000, pela primeira vez, após 10 anos de prejuízo, a Kohlbach apresentou um resultado positivo. Mesmo com toda crise e reestruturação, atualmente a empresa detém 13,0% do mercado nacional de motores elétricos trifásicos, 35,0% do mercado de motores monofásicos e 85,0% do mercado de geradores elétricos e exporta para mais de 30 países.

O parque industrial do litoral norte catarinense é muito destacado, por ser considerado o mais dinâmico do Estado, pelo fato de concentrar as indústrias do departamento de bens de produção. Sem dúvida, essas indústrias imprimiram um ritmo diferenciado para o conjunto da economia catarinense pós-62, primeiro com a nacionalização de empresas locais nos anos 60 e 70, embaladas pelo “milagre econômico” e pelos adventos do II PND, que concentrou esforços na indústria de produção e intermediários; segundo com a internacionalização nos anos 80 e 90, devido à recessão interna, ao câmbio favorável e à busca de novos mercados para garantir taxas de retorno.

A indústria brasileira entrou na “década perdida” sem avanços significativos. Apenas manteve o parque industrial montado e herdado das políticas industriais do passado. Os anos 90 significaram verdadeiros retrocessos para segmentos representativos da indústria nacional. Em Joinville, pode-se observar a reestruturação patrimonial da Tupy, desfazendo-se de parte de suas unidades em prol do capital externo (setor de tubos e conexões em PVC), a aquisição da Douat pela Franke e da Akros pela Fortilit, e a perda de 30,0% do mercado nacional de peças para bicicletas pela Duque, em favor das importadas. A crise social só não foi maior porque foi amortecida pelo surgimento de inúmeras micro e pequenas empresas, que ficam na franja das médias e grandes. Segundo o Sindimec (1999), das 58 empresas filiadas ao Sindicato Patronal da Indústria Mecânica de Joinville e Região, 21 surgiram nos anos 90.

d) A desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário

O segmento têxtil-vestuário foi o setor mais atingido em Santa Catarina com o processo de abertura comercial e sobrevalorização. Com a abertura comercial, reduzindo as alíquotas de importação de 105% em 1990 para 20,0% em 1993 (Schulz, 1999, p. 74), e a recente sobrevalorização cambial, ocorreu uma maciça importação de produtos acabados nos ramos têxtil e vestuário, fazendo com que as exportações catarinenses no ramo têxtil caíssem de 423,6 milhões de dólares em 1993 para 258,7 milhões em 1999, uma queda de 63,7%, reduzindo a participação do total exportado no Estado para 10,1%, ou seja, uma queda de 50,0%. Dentro do segmento, o item mais prejudicado foi o de confecção em geral, uma queda de 132,2% no período de 1993 a 1998. Uma empresa como a Hering, que em 1992 chegou a exportar 100 milhões de dólares, em 1998 exportou apenas 18 milhões. Do total exportado pela Hering, 50,0% era destinado aos EUA e Canadá, este índice caiu para zero em 1998.

Tabela 47: Participação dos têxteis e vestuários nas exportações catarinenses e nacionais 1970-1999 (em %)

Ano	SC	SC/BR*	Ano	SC	SC/BR*
1970	1,5	2,6	1985	14,5	16,8
1971	2,8	1,5	1986	18,0	26,9
1972	8,1	4,8	1987	20,1	26,7
1973	10,9	3,8	1988	20,1	25,7
1974	20,2	6,0	1989	19,3	29,6
1975	15,5	9,9	1990	19,6	
1976	19,6	14,9	1991	22,4	35,5
1977	15,4	11,9	1992	20,6	32,6
1978	20,3	9,5	1993	19,3	36,5
1979	19,1	18,4	1994	15,7	32,7
1980	13,8	16,6	1995	13,6	32,7
1981	12,8	20,0	1996	12,3	30,2
1982	11,8	23,5	1997	11,1	28,7
1983	11,1	18,6	1998	10,3	28,6
1984	13,0	20,4	1999	10,1	30,6

Fonte: Cacex, Secex/Sistema Alice/SED-SC

Obs.: * SC/BR exclui o item algodão.

A abertura econômica inaugurou uma nova fase do setor têxtil e vestuário em Santa Catarina, a fase da retração, sendo as cidades de Blumenau e Joinville as mais castigadas. Houve uma queda das exportações e do número de emprego e uma estabilização relativa da produção. Se observarmos o VTI catarinense de 1985, somando os segmentos têxtil, vestuário e calçados, em 1985

representava 24,7%, em 1995 caiu para 18,1%. O índice da produção industrial (tendo como base o ano anterior) na indústria têxtil caiu de 100,7 em 1990 para 96,2 em 1998, enquanto que o do vestuário teve um pequeno aumento de 93,5 para 96,8. Na tabela abaixo, podemos acompanhar o encolhimento e a estabilização do setor no Vale do Itajaí (excluindo Brusque) nos anos 90.

Tabela 48: Desempenho da indústria têxtil e do vestuário no Vale do Itajaí 1990-1998

Ano	Exportações (mil dólares)	Produção (toneladas)	Emprego
1990	218.410	102.000	51.000
1991	252.843	94.000	48.000
1992	282.138	93.190	48.000
1993	287.229	96.000	48.000
1994	321.000	120.000	48.000
1995	269.000	120.000	41.000
1996	239.000	123.000	41.000
1997	242.000	107.000	38.000
1998	240.000	112.000	45.000

Fonte: Sindicato das Indústrias Têxteis de Blumenau.

A retração foi mais sentida nas grandes empresas. A Hering, que em 1986 empregava 12.500 funcionários, atualmente emprega apenas 4.000; a Artex, no mesmo período, passou de 5.000 para 1.700; a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, de 1.400 para 900; a Cremer, de 2.400 para 1.200; e a Sulfabril, de 4.700 funcionários em 1986, passou para 1.300 em 2000. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, no período de 1992 a 1999 foram demitidos, sem novas contratações, 11.348 funcionários.

Como estratégia de redução dos custos, as grandes marcas desverticalizaram sua produção, terceirizando partes do processo produtivo, distribuindo entre micro e pequenas empresas recém criadas, amortizando o impacto social da crise. Em 1985, havia em Blumenau, 47 empresas de médio porte e 639 micro. Em 1993, esse número passou para 75 e 1.625 empresas respectivamente. Em 1998, já eram 2.099 micro e 153 pequenas (Prefeitura Municipal de Blumenau 1996; 1999). Os dados não estão desagregados, mas é notório na região o surgimento de novas pequenas confecções e facções industriais. Além das facções industriais, que atendem às empresas de médio e grande porte, disseminaram-se as facções domiciliares sobre-exploradas, que atendem às marcas de médio e pequeno porte.

Além da desverticalização, houve falências e aquisições de empresas consolidadas. A Hering vendeu a unidade em Pernambuco para a Vicunha e fechou unidades em Ibirama, Gaspar e Blumenau – as de Presidente Getúlio e Benedito Novo já tinham sido desativadas na recessão do início dos anos 80 –, além de desativar a recém filial espanhola e vender a Ceval. A Teka desativou as usinas na Bahia, Paraná, São Paulo e as unidades fabris no Rio Grande do Norte e Paraguai. A Artex foi inicialmente adquirida pelo Grupo Garantia e a unidade em João Pessoa pela Coteminas. Recentemente, a Artex foi totalmente adquirida pela Coteminas e passou a denominar-se Toália. A unidade do Paraná foi completamente desativada. A Cremer desativou a parte de felpudos e vendeu a seção de fraldas e cosméticos infantis para um grupo norte-americano e mexicano. A Sulfabril entrou em processo falimentar e desativou as unidades do Rio Grande do Norte, Gaspar e Joinville. A família foi afastada do comando da empresa, que passou a ser administrada pelo maior credor, a Quimisa de Brusque. A Maju foi outra grande marca que quase entrou em falência, mas foi saneada pela Marisol por meio da sua aquisição.

Em Joinville, o movimento de retração da indústria têxtil e de confecção do vestuário iniciou-se ainda nos anos 80, com o fechamento de várias empresas de grande e médio porte e tradicionais na cidade. Empresas como a Centauro S.A. Meias e Malhas, fundada em 1910, a Tricotagem Alfredo Marquardt, de 1911 (antiga Martric); a Cassemiro Silveira, de 1924 (antiga Sulmalhas e Lumiere); Bozler & Cia., de 1925; a Têxtil A. M. Schmalz (antiga Nylonsul), de 1926; Arp Confecções de 1945; e a Malharia Nerize, de 1965. Outras empresas como a Vogelsanger (atual Campeã), de 1926, e a Malharia Iracema, de 1958, reduziram consideravelmente a capacidade instalada. Em 1970, a Arp empregava 672 funcionários, a Cassemiro Silveira 687, a Schmalz 174 e a Marquardt 406 e contava com uma filial em Jaraguá do Sul com 102 funcionários, ou seja, eram empresas relativamente consolidadas. Das empresas mais históricas, atualmente estão em operação somente a Döhler, de 1881 (a maior da cidade), a Fabril Lepper, de 1907, e a Malharia Manz, de 1929. Ao contrário de Blumenau e Brusque, que mantiveram suas empresas quase centenárias em pleno funcionamento, mesmo com alguns percalços durante toda a fase de retração, as de Joinville fecharam ou reduziram a produção.

Nos anos 90, em Joinville, o processo de retração se acelerou ainda mais. Em 1990 o setor representava 15,7% da estrutura industrial do município, passando para 9,6% em 1999. Em 1994, havia 10 empresas com mais de 300 funcionários. Em 1999 esse número caiu para seis (Prefeitura Municipal de Joinville, 1992; Associação Comercial e Industrial de Joinville, 1999). Segundo o

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis de Joinville, em 1985 o setor gerava 13.000 empregos diretos, passando para 10.500 em 1990, para 8.000 em 1995 e 6.000 em 2000. Ou seja, em quinze anos houve uma redução de 117%. As duas maiores empresas, a Döhler e a Lepper, são responsáveis por 57,6% de toda mão-de-obra empregada pelo setor em Joinville.

Em Jaraguá ocorreu um processo contrário, onde o setor se manteve durante a retração. Nesse município, o setor é comandado por duas grandes marcas: a Malwee e a Marisol, que representam 62,2% de toda mão-de-obra empregada pelo setor na cidade. A expansão e modernização dessas duas empresas, no final dos anos 90, garantiram uma certa estabilidade no setor em Jaraguá.

e) A desnacionalização no complexo agroindustrial

Com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada do capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense foi duramente castigado com uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais. Associado a esta desnacionalização assistimos nos anos 90 uma redução brutal no número suinocultores e uma readaptação dos avicultores. Em 1990, Aurora, Sadia, Perdigão e Chapecó tinham uma rede nacional de 36.050 integrados (suínos e aves), passando para 22.198 em 1999, representando uma queda geral de 38,4% na década. Com as novas exigências impostas pelos frigoríficos, como ganho de escala, novos sistemas de iluminação e ventilação e salas para as matrizes melhor adaptadas, além da estratégia de trabalharem com integrados que ficaram dentro de um raio de abrangência mais próximo da empresa, o número de suinocultores teve uma queda considerável. No final de 1999, havia apenas 16.000 suinocultores, na sua grande maioria integrados. A redução de integrados na suinocultura pode ser acompanhada pelos dados fornecidos pela Sadia e Aurora (Anexos 45 e 46). Percebe-se que até o início do anos 90 o número de integrados aumentava constantemente: a Sadia chegou a ter, em nível nacional, 14.500 integrados de suínos, reduzindo para 4.890 em 1999, e a Aurora reduziu de 8.910 para 5.947. Em compensação, dado o aumento de escala, o ganho de produtividade da Aurora passou de 6,5 matrizes por propriedade para 14,34⁶⁵.

⁶⁵ O exemplo da Aurora, em boa medida, ilustra como vêm aumentando os ganhos de produtividade em todo setor.

No setor de avicultura, ocorreu o mesmo processo de modernização, mas o número de integrados não reduziu. Os aviários foram modernizados com a introdução de novos bebedouros e comedouros, ventilação, aquecimento, iluminação e cama de forração, além de novos promotores de crescimento, antibióticos e para aumentar a escala de produção dos aviários, o lote de pintinhos de um dia passou de 12 para 13, 14 e até 15.000 pintinhos. O tempo para o abate foi sendo paulatinamente reduzido, passando de 70 dias em 1950, para 49 em 1970 e atualmente, dada a enorme quantidade de hormônios e aceleradores de crescimento, o que tem um efeito maléfico para a saúde do animal e humana, estão abatendo frangos com até 35 dias e alguns, que são destinados à exportação, chegam a 25 dias.

Ao contrário de muitos setores, que foram duramente penalizados com a crise dos anos 80, sobretudo o de bens de capital e os investimentos em infra-estrutura social básica feitos pelo Estado, o setor de bens de consumo não duráveis teve um crescimento de 10,5%, sendo, em boa medida, representado pelos alimentos (Suzigan, 1992). O aumento das exportações, a ampliação para o Centro-Oeste, a diversificação para produtos industrializados e a onda de aquisições mantiveram um ritmo de crescimento capaz de proteger o oeste catarinense dos impactos da estagnação dos anos 80. Na verdade, esse ritmo se estendeu até o início dos anos 90, quando o setor começou a apresentar sinais de reversão. Na segunda metade dos anos 90, com a sobrevalorização e a abertura econômica, ocorreu uma grande reestruturação patrimonial e produtiva, atingindo a Sadia, Perdigão, Ceval-Seara, Eliane e Chapecó.

A primeira grande mudança patrimonial ocorreu na Perdigão. Em setembro de 1994, a Perdigão saiu definitivamente das mãos da família Brandalise para ser administrada por fundos de pensões, pelo Bradesco, pela WEG e por outras instituições⁶⁶. Algumas unidades foram temporariamente desativadas, como as fábricas de ração da antiga Suely, outras fechadas por definitivo e outras vendidas, como a Perdigão Amazonas S.A., Utinga em Santo André (SP), Itapevi Agrícola – que atuava no plantio de maçã –, Hotel Videira e a fazenda em Catanduva. A unidade de abate de suínos em Lages já havia sido desativada em 1993, e foi readequada para produzir alimentos congelados, entrando em operação em 1997. Com a venda da Perdigão, a tão homenageada e cortejada família Brandalise abandonou completamente a cidade de Videira,

⁶⁶ Em agosto de 2000, a composição acionária da Perdigão era a seguinte: Previ BB 15,3%, Petros 9,5%; Sistel 9,0%, Fapes 7,5%, WEG 7,5%, Real Grandeza 5,1%, Bradesco 5,0%, Valia 4,1%, Telos 1,5%, Previ Banerj 1,5% e outros 33,9%.

demonstrando o real interesse e sentimento pela cidade, ou seja, exclusivamente econômico, sem nenhum laço de identidade local.

Em 1995, foi a vez da Avícola Eliane ser adquirida pela Seara. Para saldar a dívida da Eliane Revestimentos Cerâmicos, o Grupo Gaidzinski optou por se desfazer da unidade de alimentos para concentrar-se apenas no segmento de revestimentos cerâmicos.

A Sadia também passou por uma parcial reestruturação patrimonial no ano de 1997, desfazendo-se do segmento de carne e grãos e derivados, mesmo sendo a segunda maior abatedora de bovinos do país, que representava 4,0% da sua receita total, e a terceira na produção de soja, que representava 21,0% da sua receita total. Foram vendidas as unidades de abate de bovinos de Várzea Grande (MT), Barra do Garça (MT) e Andradina (SP); as unidades de grãos e derivados de Campo Grande (MS), Três Passos (RS), Uberlândia (MG), Paranaguá (PR), Rondonópolis (MT) e Joaçaba foram vendidas para a multinacional norte-americana ADM (Archer Daniel Midlands). Atualmente, os segmentos de grãos e derivados representa apenas 3,0% da receita total da Sadia.

A Chapecó vinha acumulando prejuízos desde o início dos anos 90. Em 1997, foi assinado o Acordo de Credores com o BNDES, Banco do Brasil, Bozano Simonsen e BNDESpar que concordaram em manter a linha de crédito, alongando o prazo para cinco anos e reduzindo a taxa de juro. Foi desativada a unidade de abate de suínos em São Carlos e foram arrendadas as unidades de Cascavel (PR) e Monte Alegre do Sul (SP), permanecendo apenas em atividade as unidades de Chapecó e Xaxim. A redução das atividades da Chapecó teve um forte impacto no oeste do Estado, com a redução do número de suinocultores integrados e de funcionários, além da queda na arrecadação (Anexo 47). Para se ter uma noção, em 1996 a Chapecó representava 12,0% da arrecadação do ICMS no município de Chapecó, caindo para 2,5% em 1999. Finalmente, em novembro de 1999, a Chapecó foi adquirida pela Alimbra S.A., empresa do Grupo Macri, da Argentina.

No entanto, a maior perda para a indústria nacional de alimentos foi a venda da Ceval-Seara para o Grupo Bunge Internacional⁶⁷. Para manter o segmento do setor têxtil e do vestuário, a Cia. Hering resolveu se desfazer da Ceval-Seara, pois a Cia. vinha acumulando queda na receita desde a abertura comercial. Com a venda, a Ceval desligou-se da Seara e passou a atuar independente, porém sob o controle da Bunge. A Seara desativou o abatedouro de suínos em Forquilha, que foi

⁶⁷ A composição acionária é a seguinte: Bunge 50,37%, sócios estrangeiros 13,5% e outros 36,13%.

transferido para Seara, e em Jundiá (SP), que foi absorvido pelas unidades de Nuporanga (SP) e Jacarezinho (PR).

Os cinco grandes frigoríficos representam boa parte do complexo de carne do Brasil: a Perdigão detém 31,0% do mercado de carnes e 23,0% do de industrializados de carnes; a Sadia é a maior fabricante de congelados (59,0%) e resfriados (31,0%), e é a primeira no abate de frangos (14,0%) e suínos (13,0%); a Seara representa 10,0% do mercado de carne e derivados; a Aurora é a segunda no abate de suínos no país, a nona no abate de aves e a quarta maior cooperativa; a Ceval é a maior processadora de soja da América Latina e em 1998 processou 6,8 milhões de toneladas, que representa 4,5% da safra mundial de soja, e é a maior exportadora de farelo e óleo de soja do mundo, além de ser líder nacional no mercado de ingredientes funcionais (gorduras hidrogenadas, lecitinas de soja e proteínas de soja) e de óleos refinados vegetais (34,0% do mercado nacional).

3 – Partidos e sindicatos: avanços e recuos

Não resta dúvidas que, com o aumento exponencial do desemprego nos anos noventa os sindicatos brasileiros tiveram que se readaptar, mudando os discursos e as formas de atuação. O aumento do desemprego fragilizou as bases sindicais fazendo-os recuarem no que se refere as greves, piquetes e mobilizações de fábrica. A estabilização dos preços, a ilusão monetária de que os salários estão acompanhando a inflação e o medo do desemprego vêm deixando inúmeras categorias apáticas e acoadas; por exemplos o funcionalismo público federal e estadual que estão a mais de sete anos sem aumento.

Um dos sindicatos mais forte e combativo em Santa Catarina era o dos mineiros em Criciúma. Durante os anos entre 1987 a 1992, além das greves, ocorreram vários movimentos na categoria como a luta para transformar a CBCA numa cooperativa e o movimento contra a privatização da Cia Próspera. Era uma categoria respeitada, forte, ágil e com considerável poder de mobilização, afinal eram mais de 10 mil homens. Com o desmonte do setor carbonífero o número de mineiro na ativa foi reduzida a 2.400. A última manifestação coletiva ocorreu em 1995, quando foi negado à Cia Nova Próspera uma licença ambiental para minerar numa área de preservação ambiental. Houve um confronto entre ambientalistas, pequenos agricultores e moradores da

localidade de Morro Albino (área requerida para minerar), que eram contra a mineradora, e os mineiros, que eram a favor da mineradora. Em outros momentos, em nome do emprego e do “progresso”, as mineradoras teriam todo aval da sociedade, que não questionava a forma como elas mineravam e muito menos com as conseqüências sócio-ambientais futuras.

Em Blumenau, a greve geral de 1989 serviu como grande alerta para os empresários do setor têxtil que sempre apostaram na passividade de seus funcionários. Porém, ao longo dos anos noventa, não ocorreu mais nenhuma greve na categoria dos tecelões e vestuaristas. O mesmo aconteceu com os metalúrgicos em Jaraguá do Sul, que após a greve de 1987, impuseram respeito na cidade e entre os empresários do setor eletro-metal-mecânico. No entanto, nos anos noventa também não houve mais nenhum movimento de greve na categoria.

Em resumo, o que se assiste, principalmente pós-1994, é um recuo das atividades sindicais e um avanço do desemprego. Os sindicatos passaram a se preocupar mais com a manutenção dos empregos e com a não redução dos salários do que com greves. As sedes sindicais, inclusive dos mais combativos, transformaram-se em salas de aula para cursos de qualificação profissional, informática e línguas.

Na contramão do recuo das atividades sindicais, os anos noventa representaram um enorme avanço dos partidos de esquerda em todo país. A vitória do PT (Partido dos Trabalhadores), que lidera as composições nas Frentes Populares, nas eleições de 1988 e 1992 nas capitais e nas cidades de médio porte associada a uma prática política baseada em princípios democrático, participativo e transparente imprimiu um novo ritmo na política nacional. Nas eleições para governadores em 1998 e nas municipais em 1996 e 2000, a população reforçou a confiança nas administrações populares, principalmente com reeleição de alguns prefeitos petistas e a eleição novos mandatários municipais com tendência de esquerda.

O movimento dos trabalhadores em Criciúma e Blumenau e os movimentos ligados às questões da terra em Chapecó foram a resistência social no Estado nos anos 80 e parte dos 90 ao modelo de ajuste neoliberal. Estes movimentos criaram condições favoráveis para a consolidação do Partido dos Trabalhadores nas respectivas cidades. Talvez isto explique um pouco a vitória do PT nas eleições municipais de 1996 em Blumenau e Chapecó e nas eleições de 2000 em Criciúma, além da reeleição em Blumenau e Chapecó. O resultado extremamente positivo para o PT nas eleições municipais de 2000 coloca-o em pé de igualdade para os próximos pleitos frente à oligarquia Konder-Bornhausen, ao carisma de Esperidião Amin e à máquina partidária do PMDB.

CAPÍTULO VI: DINÂMICA REGIONAL RECENTE

“A competitividade em larga medida independe de ‘fatores’ e de recursos naturais e tende a ser cada vez mais um resultado deliberado de estratégias privadas e/ou públicas de investimento com inovação. Em outras palavras, as vantagens comparativas, além de serem essencialmente dinâmicas, tendem a ser vantagens construídas, exercitadas e dependem de um esforço continuado para serem mantidas.”
Luciano Coutinho, 1992

1 – Aspectos gerais

Mesmo fazendo parte de apenas 1,13% do território nacional e com uma população de 5,3 milhões de habitantes, o PIB catarinense ocupa a sétima posição em nível nacional e, se acompanharmos a sua evolução, podemos perceber que nos últimos 60 anos a sua participação nacional aumentou em quase 70,0%. Em relação ao VTI, a participação catarinense saltou de 2,6% em 1970 para 4,6% em 1997, um aumento de 56,5%.

Tabela 49: Participação de Santa Catarina no PIB nacional 1939-1998 (em %)

Ano	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995	1998
Total	2,2	2,5	2,4	2,8	3,3	3,3	3,7	3,6	3,7
Agropecuário	3,7	3,9	4,1	5,4	5,2	4,3	4,1	4,1	
Industrial	2,0	2,6	2,4	2,6	3,9	3,6	3,3	4,0	4,4
Terciário	1,5	1,8	1,8	2,1	2,2	2,8	2,8	2,7	

Fonte: Cano, 1997; IPEA; IBGE

Tabela 50: Participação de Santa Catarina no VTI nacional 1970-1997 (em %)

1970	1975	1980	1985	1989	1993	1997
2,6	3,3	3,9	3,9	4,1	4,3	4,6

Fonte: Pacheco, 1999.

Se observarmos a taxa anual de crescimento do PIB, percebemos que desde 1971, Santa Catarina sempre apresentou resultados acima da média nacional. Enquanto no período 1971 a 1979 a média nacional foi 8,6%, a catarinense foi de 11,5%. Durante a chamada “década perdida”, a diferença foi ainda maior: 2,0% para a nacional e 5,3% para a catarinense. E nos anos 90 (1990 a 1997), a média nacional foi de 1,9% e a catarinense 3,5%.

Tabela 51: Índice de produção industrial acumulado no ano Santa Catarina e Brasil 1982-1990 (Base: ano anterior=100)

Ano	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1990-81
Santa Catarina	102,5	98,2	105,4	107,2	112,1	103,1	94,4	104,4	92,3	119,7
Brasil	100,0	94,8	107,1	108,5	110,9	100,9	97,7	102,9	91,2	111,8

Fonte: IBGE/DPE/DEIND

O índice da produção industrial acumulado de Santa Catarina no período de 1981-1990 foi de 119,7%, superior ao do Brasil, que foi de 111,8%.

Tabela 52: Variação anual do Produto Interno Bruto de Santa Catarina 1971-1998

Ano	PIB %	Ano	PIB %
1971	12,7	1985	11,0
1972	13,9	1986	9,3
1973	9,6	1987	4,3
1974	14,3	1988	-0,7
1975	11,3	1989	4,6
1976	13,9	1990	-2,4
1977	7,4	1991	2,8
1978	7,2	1992	3,5
1979	13,0	1993	5,6
1980	15,4	1994	3,3
1981	2,5	1995	5,8
1982	6,8	1996	4,1
1983	-3,8	1997	5,2
1984	3,9	1998	-2,3 (Industrial)

Fonte: SEPLAN/SC e IBGE, Contas Regionais.

No início dos anos 70, a renda *per capita* catarinense ainda estava abaixo da média nacional, mas no início dos anos 80 começou a ultrapassar a média nacional. Atualmente a renda *per capita* catarinense é de 5,7 mil dólares e a nacional de 5,0 mil dólares.

Tabela 53: Evolução do PIB *per capita* brasileiro e catarinense 1970-1997 (em dólares)

Ano	1970	1975	1980	1985	1990	1997
SC	2.247	3.334	4.879	4.787	4.914	5.767
BR	2.613	3.738	4.678	4.498	4.514	5.053

Fonte: In: Santa Catarina em Exame, 1998.

Mesmo com a queda das exportações da madeira, a participação barriga-verde na balança comercial brasileira, durante a década de 70, mais que dobrou, impulsionada principalmente pelas exportações de produtos têxteis e de alimentos. Nos anos seguintes, a participação seguiu um ritmo crescente, chegando, em 1999, a representar 5,3% das exportações nacionais. Dos 2,567 bilhões de dólares exportados, 67,4% são produtos manufaturados.

Entre as 500 maiores empresas classificadas pela revista Visão, em 1974, somente nove eram catarinenses; em 1989 já eram 20. Na classificação feita pela revista Exame, em 1998, entre as 500 maiores, 15 têm sede em Santa Catarina, dez 10 catarinenses, três de capital externo (Ceval e Chapecó) e duas têm sede em outro Estado (Embraco e Igaras). As empresas são na seguinte ordem: Ceval, Sadia, Embraco, Aurora, Igaras, WEG, Hering, Supermercados Angeloni, Teka, Supermercados Vitória, Tigre, Chapecó, Cooperalfa, Portobello e Busscar.

Tabela 54: Exportações catarinenses por fatores agregados e a participação nacional 1970-1999 (em %)

Ano	Total em mil dólares	Básico	Seminanufaturado	Manufaturado	SC/BR
1970	38.626				1,4
1971	44.543				1,5
1972	77.286				1,9
1973	88.670	26,3	37,0	36,7	1,8
1974	130.727	25,7	21,1	53,2	2,0
1975	156.263	29,2	18,4	52,3	2,4
1976	203.216	42,5	10,7	46,7	2,7
1977	240.857	42,6	11,0	46,3	2,8
1978	220.223				3,1
1979	319.902				3,5
1980	858.105	40,5	7,7	51,8	4,2
1981	946.061	44,8	7,2	48,0	4,0
1982	848.905	55,5	2,7	41,8	4,2
1983	885.831	56,3	4,3	39,4	4,0
1984	1.154.242	44,1	11,4	44,5	4,3
1985	1.001.260	48,6	1,1	50,3	3,9
1986	947.461	39,6	1,3	59,1	4,2
1987	1.011.863	36,6	1,3	62,1	3,8
1988	1.342.998	35,6	1,8	62,6	4,0
1989	1.433.673	39,6	4,1	56,4	4,2
1990	1.457.349	38,8	2,9	58,3	4,6
1991	1.509.784	34,6	1,5	63,9	4,8
1992	1.789.864	32,5	1,9	65,0	5,0
1993	2.198.136	29,5	2,5	68,0	5,7
1994	2.404.689	30,4	6,1	63,5	5,5
1995	2.652.025	29,7	5,9	64,4	5,7
1996	2.637.308	34,6	4,5	60,9	5,5
1997	2.805.718	31,7	5,0	63,3	5,3
1998	2.605.306	29,6	5,3	65,1	5,1
1999	2.567.364	26,6	5,9	67,4	5,3

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos; Cacex/Sistema Alice/SED-SC

2 – Anos 80: na contramão da recessão

Os anos 80 representaram, para a economia latino-americana, um longo período de baixo crescimento econômico, ocasionado pela crise da dívida externa e pelo enfraquecimento dos Estados Nacionais, em formularem políticas de desenvolvimento voltadas para os interesses nacionais. No Brasil, a situação não foi diferente. Durante toda a década de 80, ficamos mergulhados numa crise fiscal e financeira que se originava na dívida externa e na interna. O longo período de crescimento que se iniciou no anos trinta, com taxa média de 7,5% ano, esgotou-se em 1981. Dada a atrofia do sistema bancário nacional, que ainda não havia formado um capital financeiro forte (banco + indústria), durante todo esse longo período de crescimento, o padrão de financiamento foi baseado

essencialmente em recursos externos e em fundos públicos. Com a crise da dívida, voltamos a encontrar o nosso velho problema: o financiamento, ou seja, como financiar o crescimento sem a constituição de um forte capital financeiro nacional. O problema do financiamento é um espectro que ronda a economia brasileira, desde quando mergulhou num “projeto de industrialização acelerada”. A década de 80 foi considerada, por alguns ideólogos da CEPAL, a “década perdida”, porém é mister destacar que foi menos infame do que a de 90.

A média de crescimento do PIB brasileiro, nos anos 80, girou em torno de 2,0% ao ano. Contudo, se formos analisar o desempenho de algumas unidades federativas, vamos perceber que a década não foi perdida para todos. Alguns Estados tiveram um desempenho bem acima da média nacional, como foi o caso de Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Os que tiveram um desempenho próximo à média nacional foram São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Vejamos os múltiplos determinantes que mantiveram o crescimento econômico em Santa Catarina em torno de 5,3% ao ano em dois níveis: o microrregional e o estadual.

Na região sul, o crescimento foi basicamente estimulado pelo grande salto quantitativo da produção de carvão, iniciada pós-73, quando a produção saltou de 4,3 milhões de toneladas em 1973 para 19,7 em 1985. Mesmo com o início do desmonte do aparato estatal pró-carvão, em 1986, podemos afirmar que a segunda metade dos anos 80 testemunhou a continuidade de uma política de proteção, a continuidade de um “modelo”. O setor cerâmico continuou ancorado ao BNH até a sua extinção, em 1986, e o ritmo da produção manteve-se acelerado com abertura de novas unidades fabris. Os grupos Cecrisa e Eliane mantiveram um ritmo constante de inovação tecnológica, além de se integrarem nacionalmente. Em termos de exportação, em 1983 os azulejos e pisos catarinenses participavam com 9,0% das exportações nacionais, saltando para 28,7% em 1989. Ao lado da consolidação das cerâmicas, surgiram a indústria de calçados, de matéria plástica e do vestuário, que se mantiveram num ritmo contínuo de crescimento, sobretudo na geração de emprego. O setor calçadista foi um grande gerador de emprego, nos meados da década chegou a ofertar 5.000 empregos diretos, perdendo apenas para o carbonífero. O último *boom* da indústria carbonífera, pautado no forte apoio estatal e na diversificação produtiva, explica o bom desempenho da economia sul catarinense nos anos 80.

No oeste, a continuidade do crescimento foi garantida pela forte expansão dos cinco grandes frigoríficos, tanto em nível nacional como estadual. A despeito de toda a crise, o setor de alimentos

manteve-se em ritmo constante de crescimento. As exportações de carnes, que iniciaram na segunda metade dos anos 70, passaram a ser responsáveis por mais de 13,0% das exportações catarinenses no final dos anos 80. O número de integrados na suinocultura começa a reduzir drasticamente somente no início dos anos 90. Em termos de diversificação, somente Joaçaba, que conseguiu sair da dependência exclusiva do complexo agroindustrial de carne, com o desenvolvimento de um setor metalúrgico de abrangência regional, voltado para o setor agrícola, que se originou nos anos 40 e foi lentamente se modernizando.

No planalto norte e Alto Vale do Rio do Peixe, o *pinus* reflorestado nos anos 60 e 70 já começa a ser cortado nos meados dos anos 70, expandindo-se por toda década. Na região de Caçador, Canoinhas e Mafra, ocorreu uma diversificação da produção dentro do próprio complexo madeireiro, com o início da produção de compensados, laminados, painéis, aberturas e perfilados de madeira. Essa diversificação estimulou o surgimento de novas atividades prestadoras de serviços e fornecedoras de peças, equipamentos e produtos químicos. Nos municípios de Rio Negrinho, Campo Alegre e São Bento do Sul, o setor moveleiro ganhou novos impulsos com a produção mais voltada para o mercado externo, que estava se adaptando aos novos estilos de móveis, com base em madeira replantada. A cidade de Rio Negrinho passou por uma crise com o fechamento da Móveis Cimo no início da década, mas rapidamente se recompôs com o surgimento de pequenas marcenarias, que foram abertas pelos ex-funcionários da Cimo.

Na produção de papel e celulose, o Brasil tornou-se alvo de investimentos de grandes grupos estrangeiros, que saíram dos EUA e da Europa em função de rigorosas leis ambientais. A expansão da Rigesa, Klabin, Igaras e Trombini ditaram os rumos do setor em Santa Catarina. A produção de papel e celulose quase que dobrou na década e as exportações de papel kraft saltaram de 14,4 mil toneladas em 1981 para 150 mil em 1989. Com o reflorestamento, as firmas tornaram-se mais verticalizadas, expandindo a produção por todo Alto Vale do Rio do Peixe, planalto norte e serrano.

Também merece destaque, no planalto, a formação do complexo agroindustrial da maçã, localizado em Fraiburgo e que se estende até São Joaquim.

No Vale do Itajaí, os grupos econômicos ligados ao setor têxtil partiram para a diversificação de seus investimentos, entrando no ramo alimentício, comercial e financeiro. A indústria têxtil ampliou a cadeia produtiva e disseminou, na região, uma rede de pequenas e médias indústrias dos vestuários, com a formação de um aglomerado de serigrafias, bordadeiras, estamparias e facções domiciliares e industriais. A cidade de Brusque começou a se adaptar para tornar-se, nos anos 90,

um grande centro de vendas da indústria têxtil e do vestuário, voltado para pequenos e médios comerciantes. As exportações de têxteis tiveram um aumento contínuo na década, praticamente dobrando a sua participação na pauta de exportação estadual e aumentando em mais de 50,0% na nacional. A diversificação para outros ramos industriais não foi tão acentuada em Blumenau, como foi em Criciúma e Jaraguá do Sul, destacando-se algumas indústrias de materiais elétricos de médio porte e os investimentos da WEG e Kohlbach.

O setor de bens de capital foi o mais prejudicado durante a crise dos anos 80, com uma retração nacional de 26,0%. A indústria do norte catarinense não passou ao largo dessa crise, amargando resultados não muito positivos. A Fundação Tupy, que sempre exerceu um forte comando na indústria regional, enfrentou sérias dificuldades financeiras, mantendo praticamente estável a oferta de emprego, prejudicando várias pequenas e médias empresas, prestadoras de serviços e coligadas. No entanto, temos exemplos de empresas que expandiram fortemente a produção, como é o caso da Busscar, da Consul e da Embraco. A Embraco voltou-se para a exportação, conquistando uma fatia considerável no mercado internacional e tornando-se a terceira maior exportadora do Estado. A Busscar aumentou em mais de 60,0% a sua participação no mercado nacional de carroçarias. O impacto da crise em Joinville também foi amenizado pela expansão de algumas metalurgias de médio porte, como a Duque, Ciser, Wetzel e Schulz, e sobretudo pelo dinamismo espraiado pelos maciços investimentos da WEG em toda região. No setor têxtil, Joinville viu seu parque fabril encolher, com o fechamento de antigas marcas. Apenas a Döhler continuou expandindo a sua produção e consolidou-se como uma das maiores em Santa Catarina. Em Jaraguá do Sul, a forte diversificação em três segmentos consolidados na área de eletro-metal-mecânico, alimentos e vestuário, liderados por grandes empresas, garantiram a expansão da renda, não apenas no município, mas em toda a região. Portanto, o que se assistiu no norte do Estado, centrado nas cidades de Joinville e Jaraguá do Sul, foi a retração de algumas empresas e a expansão de outras. No geral, pode-se dizer que, além da manutenção feita do parque industrial eletro-metal-mecânico, a região teve avanços via exportação.

Observando o desempenho da economia catarinense, na década de 80, podemos concluir que o crescimento acima da média nacional foi permitido basicamente por motivos como: 1) ainda havia espaço para a integração produtiva intra-estadual; 2) os setores menos atingidos pela crise eram justamente aqueles em que Santa Catarina se especializou; 3) boa parte da produção foi deslocada para o mercado externo; 4) os investimentos em infra-estrutura promovidos pelo setor público

dentro dos planos estaduais foram amadurecendo ao longo da década; 5) as finanças industrializantes, promovidas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos, garantiam a continuidade dos investimentos; 6) ocorreu uma diversificação produtiva em municípios pólos em cada região, no caso de Criciúma, Jaraguá do Sul e Caçador; 7) e alguns setores mantiveram taxas constantes de incremento tecnológico, como no setor alimentício, cerâmico e papel e celulose.

Contudo, esse crescimento jamais teria sido possível se não fossem garantidas algumas condições mínimas, geradas a partir das políticas nacionais, sobretudo no que diz respeito à política cambial e protecionista. Além dessas políticas, poderíamos citar o movimento de desconcentração regional, iniciado em 1970, sobretudo as formuladas dentro do II PND, que se estenderam até meados dos anos 80.

3 – A integração comercial e produtiva ativa

Dentro do movimento geral da industrialização tardia brasileira e seus desdobramentos regionais, podemos observar dois movimentos de integração comandados por São Paulo: a comercial, que se inicia em 1890 e se estende até 1960; e a produtiva, pós-60 (Cano, 1985; Guimarães Neto, 1989). Essa periodização assume formas claras, quando se relaciona a economia paulista ao complexo nordestino e à Amazônia. Na primeira fase, há um intenso fluxo de mercadorias produzidas em São Paulo e comercializadas em todo o território nacional. Essa integração comercial comandada por São Paulo causou efeitos destrutivos nas estruturas produtivas do Nordeste e do Norte, nos setores que tinham baixa inovação tecnológica e fraca capacidade de alavancagem. Com a industrialização pesada pós-55, a conquista do mercado nacional, pela economia bandeirante, intensifica-se ainda mais. Na desaceleração de 1962 a 1967, para manter as mesmas taxas de retorno diante do ciclo recessivo, várias indústrias paulistas instalam-se no Nordeste e Norte, dentro do bojo dos incentivos fiscais e financeiros, patrocinados pela SUDENE e pela SUDAM.

Mesmo estando dentro dessa lógica maior, essa dinâmica assume formas diferenciadas em Santa Catarina. Durante o período da integração produtiva, a economia barriga-verde, representada pelos setores madeireiro, têxtil e alimentar, que tinham uma forte inserção nacional, não sofreu bloqueios ou destruição por parte da indústria paulista. Ao contrário, a urbanização e a industrialização no Sudeste fizeram aumentar ainda mais as trocas mercantis entre Santa Catarina e a economia nacional.

Entre os anos de 1945 a 1962, a economia catarinense alterou seu padrão de crescimento do mercantil para o industrial, passando a comandar, em menor escala, ao lado de São Paulo, o processo nacional de integração produtiva. Com a sua reprodução ampliada da indústria barriga-verde pós-62, os setores que já tinham uma relativa participação nacional (alimentar, têxtil e madeira) e os setores metal-mecânico, cerâmico e plástico passaram a ampliar suas bases produtivas, com abertura de novas unidades fora do território catarinense.

O comando do processo de integração produtiva sempre foi ditado pela economia cêntrica, porém as economias regionais, que tinham condições de se engajarem nesse processo, passaram a fazer parte desse comando nos setores em que detinham competitividade, obedecendo, é claro, a uma hierarquia: no caso de Santa Catarina, primeiramente, nos anos 50 e 60, os setores têxteis, de matérias plásticas e de alimento; em seguida, nos anos 70 e 80, no setor de revestimentos cerâmicos, e a ampliação dos alimentos e plásticos; e mais recentemente, o setor eletro-metal-mecânico.

A partir do momento em que a economia barriga-verde se consolidou nos setores que detinham certo grau de competitividade, rapidamente conquistou o mercado nacional, primeiramente com a instalação de bases comerciais e em seguida com a instalação de novas unidades fabris ou com a aquisição de plantas já instaladas.

Não podemos, no entanto, afirmar que Santa Catarina não esteve subordinada ao processo de integração produtiva. Nos setores de papel e celulose e carbonífero, parte dos investimentos foram provenientes de outros Estados ou até mesmo do exterior. No de papel e celulose, a primeira grande empresa a se instalar no planalto catarinense foi a Olinkraft, de capital estrangeiro, em 1958. Em seguida veio a Klabin (PCC) em 1966, e a norte-americana Rigesa, em 1974. Nos anos seguintes, o setor foi alvo de investimentos de grupos paranaenses – o Imaribo, com a compra da Ibicuí, atual Iguaçu, o Trombini, com a compra da Papelose Fraiburgo – e gaúchos – Habitasul, com a compra da Irani.

No setor carbonífero, inicialmente os investimentos foram feitos por firmas cariocas: a Firma Lage & Irmãos e a CBCA. No entanto, a maior empresa que explorava o carvão era a estatal Companhia Próspera, fundada em 1921, por pequenos proprietários locais, e encampada em 1953. No início dos anos 70, quando encerrou o processo de concentração, restaram apenas 12 companhias, sendo uma estatal, três do Rio de Janeiro e oito de capital local.

Quais foram os fatores determinantes que levaram a essa integração produtiva de forma ativa da economia catarinense? Em âmbito nacional seriam: o mercado nacional em franca expansão, causada pela integração do mercado e pela urbanização, que são dois movimentos que fazem parte da mesma dinâmica a industrialização, e as políticas de incentivos e linhas de crédito promovidas pelos órgãos de planejamento regional. Em âmbito estadual seriam: o mercado local pequeno diante do potencial das empresas de acumulação, os investimentos em infra-estrutura capitaneados pelo Estado, sobretudo durante a execução do PLAMEG, PLAMEG II e o PDC, e as finanças industrializantes liberadas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos.

4 – O esquema interdepartamental

Apesar da industrialização e da integração do mercado interno, não podemos considerar a economia nacional como um todo homogêneo. Ao mesmo tempo em que a economia nacional forma um todo, do ponto de vista industrial, ela é fragmentada entre vários departamentos, distribuídos nas várias regiões. É a unidade na diversidade. Dentro do esquema departamental, elaborado por Michal Kalecki (1990), temos três departamentos: o D1, que engloba os bens de produção; o D2, os bens de consumo duráveis; e o D3, os bens de consumo não duráveis. Cada departamento produz os seus próprios insumos. Quando há crescimento mais acelerado do D1 ou do D2, gera-se capacidade ociosa não planejada e problemas na realização da demanda efetiva. Mesmo funcionando de forma assimétrica, são os gastos capitalistas, no D1, que em primeira instância impulsionam o funcionamento dos demais departamentos. Os lucros gerados no D1 aumentam os investimentos no

D2 e D3, ao mesmo tempo em que geram renda para os capitalistas comprarem bens do D2. Os salários pagos aos trabalhadores no D1 e D2 fazem aumentar a demanda por bens no D3. Numa perspectiva macroeconômica, são os investimentos e o consumo capitalista, ou seja, os gastos, que determinam a renda nacional. Entre os departamentos há uma escala de hierarquia e de liderança e esta é assumida pelo D1. O grau de manobra independente do D2 é bem maior do que o do D3. Basicamente o D3 se ajusta à dinâmica da acumulação ditada pelo D1 e pelo D2. Sendo assim, o D1 tem capacidade de gerar efeitos multiplicadores em toda economia. Também pode gerar efeitos de bloqueio, de estímulo ou de destruição. O tipo de efeito gerado irá depender do grau de acumulação e da capacidade técnica (que tem profundas ligações sociais e políticas na região) dos departamentos que se articulam com o D1 e D2. Portanto, o grau de autonomia, especialmente do D3, é relativo e obedece a uma hierarquia. Ou seja, a lógica da expansão é hierarquizada apesar das lógicas internas próprias de cada região.

Distribuindo espacialmente o esquema departamental na economia brasileira, podemos perceber que cada região cumpre a sua função para a produção capitalista. São Paulo até 1970, sediava 58,1% do total das indústrias de transformação do país, sendo 52,7% das indústrias metalúrgicas, 68,5% das mecânicas, 78,9% das de materiais eletrônicos e de comunicação, 81,1% das de materiais de transporte e 54,1% da indústria química (Cano, 1985, p. 111). Esses dados mostram claramente o potencial da indústria paulista para ditar a dinâmica do processo de acumulação na economia nacional. Só que esse “ditar” não é unilateral, é articulado de forma integrada. O crescimento do D1 e do D2 impulsionam o crescimento do D3 nos demais Estados da federação, que funcionam de forma integrada, expandindo e diversificando suas estruturas produtivas.

O D1 e o D2 podem fazer parte da estrutura industrial das economias periféricas. O que os diferencia da economia central é o grau de concentração que gera, elevando o grau de capacidade técnica e de financiamento. O grau de concentração aumenta a capacidade de concorrência frente ao capital externo. O baixo grau de concentração na periferia, não apenas do D1 e D2, mas de determinados ramos do próprio D3, torna a estrutura industrial frágil frente ao capital externo e ao capital da região central.

Para que a economia periférica funcione, expandindo e diversificando a sua base produtiva, num primeiro momento, a integração intra-regional não é condição *sine qua non* para o processo de acumulação. No entanto, num segundo momento, com a articulação produtiva – seja com a

implantação de plantas provenientes da região cêntrica, seja com investimentos estatais em infraestrutura ou no setor de bens intermediários –, a interdependência aumenta entre os setores do próprio departamento no Estado periférico, gerando novos investimentos. Esses novos investimentos estimulam e fortalecem os ramos já consolidados e liberam as forças produtivas dos ramos que ainda eram embrionários ou estavam atravessando por gargalos técnicos e financeiros.

As economias periféricas não são apenas especializadas no D3, mas também em bens intermediários para o D1 e D2. No caso brasileiro, é sabido que a União fez investimentos pesados em vários Estados brasileiros, na área de petroquímica, refinaria de petróleo, extração de minerais, construção de hidroelétricas e ferrovias. Como São Paulo concentra mais da metade das indústrias de transformação do país, os demais Estados se articulam com o pólo dentro do esquema departamental, especializando e diversificando suas economias.

Dentro do movimento geral da economia regional brasileira, uma das funções do Estado pós-62 foi a de minimizar as disparidades regionais por meio de investimentos diretos, subsídios, incentivos fiscais ou regulamentações. Com a formação do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) e a fundação da SUDENE, a questão regional começou a ocupar destaque na agenda nacional. Apesar dos esforços, a concentração industrial no Sudeste perdurou até o início da década de 60, quando políticas mais pragmáticas foram tomadas para reduzir as disparidades regionais (Guimarães Neto, 1989). Sob as rédeas dos militares, a questão regional transformou-se em questão de segurança nacional. É daí que surgem a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste), SUDESUL (Superintendência para o Desenvolvimento do Sul) e a SUFRAMA (Superintendência para o Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus), órgãos fundados nos anos 60.

O fenômeno da desconcentração econômica regional deu-se de forma mais clara a partir de 1970, com os Planos Nacionais de Desenvolvimento – em especial o II PND – e as políticas de incentivos às exportações dos anos 70 e 80. Podemos citar, como exemplos, a aceleração da interiorização da indústria paulista; o desenvolvimento de mega-projetos exportadores, como o Complexo Carajás-Ferrovia do Aço no Pará e a Alumar no Maranhão; a consolidação da Zona Franca de Manaus; o avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste, com o desenvolvimento de uma agricultura moderna; os projetos de irrigação no Vale do São Francisco, na Bahia e no Sul do Maranhão e do Piauí; a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Grande Salvador, e do

Complexo Cloroquímico de Alagoas e Sergipe; a expansão da siderurgia em Minas Gerais e em Espírito Santo, além da indústria de papel e celulose; o desenvolvimento da indústria de calçados, metal-mecânico, no Rio Grande do Sul. *Grosso modo*, foram esses projetos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para reduzir as disparidades regionais, ainda que do ponto de vista estritamente industrial.

Dentro desse movimento de desconcentração produtiva é que se assiste à diversificação da economia catarinense. A indústria catarinense, que nasceu e cresceu de 1880 a 1945, especializou-se basicamente em três setores: alimentos, madeira e têxtil. Devido à dinamicidade da pequena produção mercantil e da industrialização brasileira, a partir de 1945 começa a haver uma diversificação para metal-mecânico, papel e pasta mecânica e cerâmica. Depois de 1962, esses setores mais dinâmicos ganharam mais dimensão e passaram a comandar o processo de integração intra-estadual, ao lado do Estado e dos setores já consolidados. Portanto, mesmo o Estado sendo especializado no D3, nada impediu que as forças endógenas colocassem a indústria catarinense em patamares mais elevados e começassem a produzir bens do D2 e, principalmente, parte do D1.

Nos anos 60 e 70, a produção catarinense de autopeças, ferramentas, motores elétricos, refrigeradores, condicionadores de ar, carroçarias para ônibus, máquinas para madeira e componentes elétricos já tinha uma abrangência nacional e era distribuída por inúmeras bases comerciais, espalhadas em todo território nacional. Nos anos seguintes, aumentou a produção de papel, pasta mecânica, celulose, matéria plástica para construção civil, revestimentos cerâmicos e de bens não duráveis, a indústria alimentar se modernizou, surgindo o complexo agroalimentar, e a têxtil se ampliou, formando novos grupos com inserção nacional. Ao lado da indústria têxtil, surge um forte segmento do vestuário, que se dissemina para o sul do Estado, além da indústria de calçados voltada para as exportações. Na produção de carvão, o ritmo foi dado pelas medidas protecionistas. Na produção de madeira, o reflorestamento permitiu que a produção voltasse a patamares mais elevados.

A especialização dentro do D3 não impediu que a economia barriga-verde engendrasse forças endógenas para diversificar sua base e partir para segmentos mais dinâmicos do D1 e D2. O dinamismo interno, aliado ao movimento geral da industrialização brasileira, formam um todo que explica a diversificação, a ampliação, a integração e a consolidação da indústria catarinense.

5 – Diversificação das estruturas produtivas microrregionais

Uma das características que marcam a economia de Santa Catarina é a especialização regional, sendo que cada microrregião é especializada num determinado segmento da indústria, com uma forte inserção nacional e internacional, sendo, em muitos casos, líder na produção nacional. No entanto, se observarmos mais de perto a dinâmica dessas economias microrregionais e das suas cidades pólos, é possível verificar que muitas partiram para um processo de diversificação produtiva, reduzindo o efeito do setor líder em multiplicar os investimentos e a renda. Ao mesmo tempo, há casos de cidades pólos que permaneceram dependentes do setor líder e atravessam períodos de crise e regressão nos momentos de revés de acumulação desse setor.

Na região de Lages, a madeira foi e continua sendo basicamente a maior fonte geradora de renda e investimentos. A diversificação feita para a indústria de papel e celulose ocorreu ainda nos anos 50 e 60, destacando-se apenas os investimentos da Olinkraft (Igaras) e da Papel e Celulose Catarinense (Klabin), ambas de capital de fora. Aliás, a grande maioria dos investimentos feitos na indústria madeireira, a partir da segunda metade dos anos 40, foi de empresários oriundos do Rio Grande do Sul. Com o esgotamento das reservas de araucária, a região serrana entrou num longo período de regressão econômica justamente nos anos em que a economia catarinense mais crescia. Somente nos anos 90, com o corte do *pinus* replantado, foi que a indústria madeireira voltou a ser aquecida. A pequena indústria metalúrgica e a de móveis são incapazes de engendrar um movimento pró-diversificação mais autônomo em relação à madeira.

Tabela 55: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais em Lages 1955-2000

Ano	Madeira	Papel e celulose	Metal-mecânico	Madeira/ind. de transformação
1955	2.072			84,9%
1965	2.105	480	11	69,0%
1970	3.163	580	109	61,2%
1975	3.559	1.685	440	52,6%
1980	3.843	2.145	801	42,0%
1985	3.144	350 (1)	602	49,3%
1990 (2)	3.198	425	628	48,5%
1995	3.253	501	655	47,9%
2000	2.445	925	617	41,1%

Fonte: IBGE, Produção Industrial de Santa Catarina, 1958; IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; IBGE, Censos Econômicos, vários anos; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos.

Obs.: (1) Em 1982, Correia Pinto, sede da Klabin, e em 1983, Otacilio Costa, sede da Igaras, desmembraram-se de Lages; (2) Estimativa.

Ao contrário de Lages, a cidade de Caçador partiu para uma diversificação dentro do próprio setor madeireiro, com investimentos no setor de papel e celulose, compensado, aberturas, laminados e painéis. Além disso, a proximidade de Caçador com o dinâmico complexo agroindustrial de frutas, principalmente o de maçã, em Fraiburgo, e da Perdigão, em Videira, ameniza a dependência regional da renda proveniente apenas do setor madeireiro. Com o fechamento da Sulca S.A. em 1991, uma das maiores exportadoras de calçados do país, dispensando mais de 1.800 funcionários, o setor de couro e calçados sofreu uma forte redução; mesmo assim, continua representativo com inúmeros pequenos ateliêres ligados à Curtume Viposa. Na cidade de Caçador, a indústria de matérias plásticas e a pequena indústria do vestuário vêm contribuindo para promover uma iniciante diversificação, que tem uma importância local.

Tabela 56: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais em Caçador 1955-2000

Ano	Madeira	Papel e pasta mecânica	Couro e calçados	Matérias plásticas	Total	Madeira/Total
1955	1.152				1.469	78,4%
1965	1.166	166	116		1.448	80,5%
1970	1.350	202	200		1.752	77,0%
1975	1.997	237	480		2.714	73,6%
1980	2.192	510	1.300	65	4.067	53,9%
1985	4.200	800	2.220	100	7.320	57,4%
1990	3.800	700	2.500	210	7.210	52,7%
1995	4.050	800	850	450	6.150	65,8%
2000	4.200	850	850	730	6.630	63,3%

Fonte: IBGE, Produção Industrial de Santa Catarina, 1958; IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; IBGE, Censos Econômicos, vários anos; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário de Caçador.

Mesmo com o dinamismo do complexo agroindustrial, que engloba o oeste catarinense, vejamos os processos de diversificação em Chapecó e Joaçaba. Em Chapecó, praticamente não ocorreu a diversificação necessária para mitigar a dependência em relação à indústria alimentar. Tanto que, com a quase falência do Frigorífico Chapecó e a demissão de mais de 2.500 funcionários e dispensa de mais de 1.500 integrados na suinocultura, os efeitos sobre a economia local foram danosos. O setor metalúrgico que atende os frigoríficos é incapaz de promover uma diversificação produtiva mais autônoma. As fábricas de câmaras frigoríficas e de equipamentos para a criação de aves e suínos se reduzem a pequenas e algumas médias unidades, que têm no máximo 50 funcionários. Esse é um setor que vem se expandindo rapidamente, abrindo possibilidades de novos

e alternativos investimentos, porém fortemente ligados aos frigoríficos. A saída seria atender outros setores mais dinâmicos fora de Chapecó e reduzir a dependência dos frigoríficos locais. A pequena indústria moveleira dá seus primeiros passos e restringe-se aos bairros próximos ao centro. O mesmo ocorre com a pequena indústria do vestuário.

Tabela 57: Número de trabalhadores nos complexos agroindustriais de carne e de frutas em Videira e Fraiburgo 1955-2000

Ano	Complexo agroindustrial de carne	Complexo agroindustrial de frutas
	Videira	Fraiburgo
1955	171	
1965	425	
1970	596	300
1975	1.520	950
1980	2.500	1.250
1985	2.590	1.300
1990	3.700	2.040
1995	3.500	2.200
2000	3.130	3.500

Fonte: Informativo "Perdigão", 1976-1982; Perdigão, Relatórios Anuais, vários anos; Boneti et al, 1999; Burke, 1994; Hentschke, 1994; Mello, 1994; IBGE, Produção Industrial de Santa Catarina, 1958; IBGE, IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967.

Em Joaçaba, ocorreu um processo de diversificação, mesmo fazendo parte de uma região onde predomina o complexo agroindustrial. O setor metal-mecânico, na fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas, teve origem ainda nos anos 40, quando atendia aos moinhos locais e às pequenas propriedades, que aos poucos iam sendo mecanizadas. A indústria madeireira e de papel e celulose também faz parte dessa diversificação. A diversificação de Joaçaba também tem uma abrangência apenas local, reduzindo a dependência em relação ao setor alimentício.

Apesar da retração produtiva ocorrida no anos 90, na indústria têxtil, em Blumenau, a diversificação para o setor eletro-metal-mecânico, concentrado em empresas de médio porte, e, sobretudo, para o setor de informática, na criação de novos *software* por um universo de pequenas e micros empresas, responsáveis pela geração de mais de 4.000 empregos diretos, não fez reduzir a importância do complexo têxtil-vestuário, que ainda movimentava 60,0% da economia regional. Brusque ampliou a renda, mas dentro do próprio setor, transformando a cidade num grande centro de compras do vestuário direto de fábrica.

Tabela 58: Participação da principal atividade industrial em Chapecó e Blumenau sobre o total da indústria de transformação em relação ao número de trabalhadores 1955-2000 (em %)

Ano	Têxtil-vestuário em Blumenau	Alimentos em Chapecó
1955	57,9	
1965	67,9	44,1
1970	61,1	40,2
1975	60,9	51,8
1980	65,7	51,8
1985	67,6	55,5
1990	71,4	59,5
1995	69,1	67,6
2000	67,1	80,4

Fonte: IBGE, Produção Industrial de Santa Catarina, 1958; IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; IBGE, Censos Econômicos, vários anos; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos, PIDSE, 1990.

Em São Bento do Sul, a diversificação se deu dentro do próprio setor moveleiro com o surgimento de fábricas de pequeno e médio porte de ferragens, produtos químicos (tinta, verniz, cola), estofados, máquinas e equipamento, que abastecem principalmente a indústria moveleira regional. A indústria de cerâmica de mesa (louças) também é forte na região, com destaque para Oxford de São Bento e a Ceramarte de Rio Negrinho, e estende até Pomerode, com a Porcelana Schmidt. Estas três cerâmicas estão entre as maiores do país e têm uma participação consolidada no mercado nacional e internacional. Também se destaca em São Bento a Indústria Augusto Klimmek, fabricante das escovas e pincéis da marca Condor, uma das maiores do Brasil.

Tabela 59: Número de trabalhadores na indústria moveleira no planalto norte 1965-2000

Ano	São Bento do Sul	Rio Negrinho
1965	354	975
1970	1.237	1.330
1975	3.190	1.431
1980	5.445	2.207
1985	7.230	1.100*
1990	5.950	2.800
1995	7.000	2.573
2000	5.326	1.534

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; IBGE, Censos Econômicos, vários anos; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; PIDSE, 1990; Bercovich, 1993; Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário de São Bento do Sul.

* Estimativa (queda em função do fechamento da Móveis Cimo em 1981, a maior de Santa Catarina na época)

A economia de Joinville, desde a sua origem, é diversificada no setor de metal-mecânico e têxtil e a partir dos anos 60 entrou no segmento de matérias plásticas. Mesmo com o encolhimento da indústria têxtil, o setor ainda é responsável por 16,0% da indústria local. A diversificação de Joinville é de abrangência nacional, com a presença da Tigre, Akros e Cipla (HBI). Recentemente, a indústria de informática vem ganhando espaço na economia local, com destaque para a Datasul, a maior empresa brasileira na área de *software* de pesquisa e planejamento empresarial.

Tabela 60: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais em Joinville 1955-2000

Ano	Eletro-metal-mecânico*	Têxtil-vestuário	Matérias plásticas
1955	2.229	1.979	200
1965	4.875	2.655	785
1970	6.485	4.404	1.515
1975	13.141	7.100	4.033
1980	20.024	10.306	5.590
1985	30.529	14.581	6.867
1990	29.871	9.448	5.608
1995	20.206	6.427	6.532
2000	27.050	7.980	6.331

Fonte: IBGE, Produção Industrial de Santa Catarina, 1958; IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; IBGE, Censos Econômicos, vários anos; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Prefeitura Municipal de Joinville, 1992.

Obs.: * Inclui a Busscar.

A forte diversificação, em Jaraguá do Sul, tem base na sua formação sócio-espacial com a presença da pequena produção mercantil, que se metamorfoseou para o pequeno e médio capital industrial, principalmente em três setores: metal-mecânico, alimentos industrializados e têxtil-vestuário. Em meados dos anos 60, no setor metal-mecânico destacavam-se a Kohlbach, a WEG, a Wiest, a Erwine Menegott e a Famac, todas empresas de pequeno porte. No setor têxtil a Marisol e a Malwee ainda eram microempresas, destacando-se apenas a Marcato Fábrica de Chapéu, que tinha uma filial em Joinville e a Malhas Marquardt. No setor de alimentos, inicialmente destacavam-se alguns pequenos frigoríficos e usinas de leite. Nos meados dos anos 60, a única fábrica de pequeno porte era a Max Wilhelm (fundada em 1923), fabricante de refrigerantes, a Irmãos Gumz (fundada em 1923) e a Indústrias Reunidas Jaraguá (atual Duas Rodas Industrial, fundada em 1925); a Sasse (fundada em 1953, entra no ramo de torrefação em 1964), a Urbano (1961) e a Bretzke (1964), estavam iniciando as suas atividades; além destas havia na cidade 15 engenho de arroz, seis fábricas de balas e cinco queijaria (IBGE, 1967). No início dos anos 90, os três setores estavam apoiados em grandes empresas com inserção internacional, dentro do complexo eletro-metal-mecânico com a

WEG, a Kohlbach e a Wiest; no têxtil-vestuário com a Malwee e Marisol; no de alimentos com a Duas Rodas, na produção de corantes, emulsificantes e estabilizantes para sorvetes; a Bretzke, na produção de alimentos derivados do cacau; e a Sasse, na torrefação e moagem de café e produção de doces; a Urbano Agroindustrial, na produção de arroz e torrefação de café; e uma unidade da Ceval Alimentos. Em resumo, a diversificação em Jaraguá foi comandada por grandes empresas de origem local e de setores diferentes com inserção nacional e internacional. Jaraguá soube aproveitar a vizinhança benigna de Joinville no ramo eletro-metal-mecânico e a vizinhança de Blumenau no ramo têxtil-vestuário.

Tabela 61: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais em Jaraguá do Sul 1965-2000

Ano	Eletro-metal-mecânico	Têxtil-vestuário	Alimentos
1965	370	401	293
1970	997	1.148	338
1975	1.987	2.411	546
1980	4.034	5.272	797
1985	8.570	6.750	930
1990	13.005	9.664	1.743
1995	12.500	11.113	3.222
2000	9.090	9.894	3.247

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; IBGE, Censos Econômicos, vários anos, FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; PIDSE, 1990; Sindicatos dos trabalhadores das respectivas categorias.

Mesmo sendo o segundo município em número de habitantes do sul catarinense, a cidade de Tubarão apresenta um baixíssimo desempenho industrial. Fundada em 1836, a vila de Tubarão não atraiu colonos na época da grande imigração; a cidade sempre serviu mais como um entreposto comercial das mercadorias provenientes das colônias mais ao sul e do planalto serrano em direção a Laguna. Quando as atividades carboníferas iniciaram elas se concentraram mais em Criciúma, Urussanga e Lauro Müller. Nas décadas de 30, 40 e 50 houve uma grande migração de mão-de-obra de Tubarão em direção às minas, enquanto a população de Tubarão passou de 53.717 habitantes em 1940 para 67.045 em 1950 (aumento de 24,8%), a de Criciúma passou de 27.753 para 50.854 habitantes (aumento de 83,2%), respectivamente. A despeito dos pequenos novos municípios que se desmembraram e dos empreendimentos estatais, de 1950 a 1970, o crescimento populacional de Tubarão praticamente estagnou, chegando a 66.876 habitantes em 1970. Enquanto que Criciúma

chegou em 1970 com 81.452 habitantes, mesmo com o desmembramento de Içara, em 1961, com 21.008 habitantes em 1970. Em 1945, dada a confluência dos rios Tubarão e Capivari, foi construído o Lavador de Capivari e a UTEC e, em 1957, iniciada a construção da SOTELCA. A opção em construir a SOTELCA em Tubarão, além da proximidade com o Lavador, deu-se mais por um fator político do que estratégico-econômico, afinal o então Vice-governador Heriberto Hülse era natural de Tubarão. Além do Lavador e da SOTELCA, também se localizavam em Tubarão o escritório central da EFDTC (desde 1906) e um entreposto de beneficiamento de fumo da Souza Cruz (construído em 1956). Estes três empreendimentos estatais e a Souza Cruz, constituíram-se na base econômica e os maiores indutores da renda em Tubarão até recentemente. O contingente de pessoas que chegavam em Tubarão nos anos 50 para trabalharem no Lavador e na SOTELTA apenas contrabalançou com o êxodo em direção às minas. O baixo desempenho dos pequenos proprietários locais e a forte dependência dos empreendimentos estatais não permitiram que o capital mercantil metamorfoseasse para o industrial, engendrando uma nova dinâmica regional. Mesmo sendo sede da oficina da EFDTC, as pequenas ferrarias e funilarias que prestavam algum tipo de serviço, não se tornaram empresas de porte considerável para formar um pequeno parque metal-mecânico na cidade. Nem mesmo as empreiteiras contratadas pela ELETROSUL não tinham sede em Tubarão. Ou seja, havia comando, mas não havia dinamismo no pequeno capital industrial local. As raízes do atraso industrial de Tubarão residem na sua formação sócio-espacial: uma fraca divisão social do trabalho e uma acumulação mercantil lenta e pulverizada. Esta formação é uma extensão da formação de Laguna.

O fechamento do Lavador de Capivari e da Souza Cruz, a privatização da EFDTC e a venda de parte da ELETROSUL fizeram a cidade mergulhar numa estagnação econômica nos anos 90; ao contrário de Criciúma que, nessa mesma época, aprofundou a diversificação industrial. Na oferta de emprego, a UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina) ocupou o lugar das estatais como a maior geradora de empregos da cidade. As atividades industriais mais dinâmicas que existem atualmente em Tubarão são decorrentes da expansão industrial de Criciúma, como, por exemplo, a indústria cerâmica (Itagres e Incocesa – sendo esta última de propriedade do Grupo Cecrisa com sede em Criciúma) e a do vestuário. Recentemente, a forte expansão da orizicultura vem substituindo, em parte, a condução da renda, antes gerada pelos investimentos estatais, com a formação de um incipiente complexo agroindustrial do arroz.

Tabela 62: Número de trabalhadores nas principais atividades industriais na Região Carbonífera e Vale do Araranguá 1960-2000

Ano	Carvão	Cerâmica	Vestuário	Calçados	Plástico	Total	Carvão/Total
1960	6.700	250	30	205		7.130	93,2%
1965	6.778	385	80	224	10	7.477	90,6%
1970	8.676	843	420	350	23	10.312	84,1%
1975	7.500	1.900	650	1.000	220	11.270	66,5%
1980	9.322	6.440	1.200	2.000	900	19.862	46,9%
1985	10.536	7.340	4.000	5.250	1.400	28.526	36,9%
1990	4.530	7.000	5.500	4.100	2.000	23.130	19,5%
1995	3.210	5.100	7.300	500	3.300	19.410	16,5%
2000	2.600	5.300	6.300	800	4.700	19.700	13,2%

Fonte: Tabelas 34, 44, 47 e Anexo 56; IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Sindicatos dos trabalhadores das respectivas categorias.

Entre as diversificações microrregionais em Santa Catarina nenhuma se iguala à engendrada na região de Criciúma, nos anos 70 e 80. O setor carbonífero cedeu espaço para a indústria de revestimentos cerâmicos, de plásticos e descartáveis, do vestuário e de calçados. Até meados dos anos 70, o maior indutor da renda regional era o carvão, que em seguida passou a dividir espaço com a indústria de azulejo e do vestuário. Nos anos 80, a indústria cerâmica já estava consolidada e com uma forte integração produtiva nacional. O mesmo ocorreu com o vestuário, plásticos e calçados. Os quatro setores dinamizaram toda a região e colocaram o setor carbonífero em quarto lugar na geração de emprego. Com a desvalorização cambial, as indústrias de calçados de Sombrio, Araranguá, Criciúma e Nova Veneza praticamente se extinguíram; empresas como a Calçados Terre Calçados, que em 1994 tinha quase 900 funcionários, decretou falência no ano seguinte. Com a correção do câmbio em janeiro de 1999, o setor vem apresentando uma lenta recuperação.

O quadro 21 ajuda a ilustrar o potencial econômico de cada cidade-pólo com base no número de funcionários⁶⁸. Percebe-se que Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul apresentam um parque industrial concentrado, com a presença de empresas gigantes. Já as cidades de Criciúma, Caçador, Brusque e São Bento têm um parque industrial menos concentrado. A indústria de Chapecó está

⁶⁸ Foram excluídos os pequenos municípios que têm apenas a sede de uma grande empresa, como Otacílio Costa, Correia Pinto, Cocal do Sul, Capinzal, Tijucas e outros, além dos que têm uma ou duas empresa acima de 300

restrita a um único setor que é altamente concentrado. Mesmo tendo cinco indústrias com mais de 300 funcionários, em Lages é importante lembrar que apenas uma tem sede no município, a Mínuma Tratorpeças. Em Tubarão, a única empresa com mais de 300 funcionários tem sede em Criciúma – a Incoresa.

Quadro 19: Relação de indústrias de 300 a 5.500 trabalhadores por municípios 2000

Municípios	De 5.500 a 3.001	De 3.000 a 1001	De 1.000 a 501	De 500 a 300
Joinville	3	5	12	3
Blumenau	2	4	6	8
Jaraguá do Sul	2	1	7	3
Chapecó	2	1		1
Caçador		2	3	2
São Bento do Sul		1	3	3
Fraiburgo		1	2	1
Brusque		1	2	4
Rio Negrinho		1	1	2
Criciúma			3	4
São José			3	
Canoinhas			2	3
Lages			1	5
Tubarão				1

Fonte: FIBSC, Cadastro Industrial, 2000.

Qual o elemento que diferencia a diversificação produtiva, em maior escala em Criciúma, Joinville e Jaraguá, em seguida em Blumenau, e em menor escala em Caçador, Joaçaba e a não diversificação em Lages e Chapecó? Um indicativo para responder essa questão pode ser buscado na formação sócio-espacial de cada região e na capacidade de comando que as indústrias locais têm em alavancarem novos investimentos. Lages teve uma formação baseada na grande propriedade, sem a presença do grande capital de origem local; ao contrário das demais regiões, onde os grandes grupos econômicos de origem local dinamizaram e impulsionaram novos investimentos na região. Em resumo, não houve uma diversificação produtiva em Lages que substituísse a madeira como maior fonte indutora dos investimentos e da renda. A falta de comando de um grande capital de origem

funcionários. Aproximadamente 22,2% dos municípios catarinenses sediam uma ou mais empresas com 300 funcionários.

local e a formação sócio-espacial, baseada na grande propriedade, pecuarista, impediram que a economia regional buscasse outras fontes de acumulação mais dinâmicas. O comando exercido pela Sincol, Adami e Tedesco e a formação sócio-espacial baseada na pequena propriedade diferenciam a região de Caçador da de Lages, apesar de ambas dependerem da madeira. O mesmo ocorreu em Criciúma, que, a exemplo de Lages, sempre dependeu da extração primitiva de um recurso natural, no entanto isso não impediu que a economia partisse para uma diversificação. Porém, é bom lembrar que a formação sócio-espacial da região de Chapecó pós-1917 também teve como base a pequena propriedade, o que nos leva a concluir que a presença da pequena produção de uma região não explica por completo a diversificação ou não das microrregiões em Santa Catarina.

CONCLUSÃO

Se observarmos a formação econômica do Brasil meridional, é possível identificar várias especificidades que fizeram parte tanto da formação econômica do Rio Grande do Sul como de Santa Catarina e do Paraná. Apesar de algumas diferenças, são formações que se sobrepõem e formam uma unidade com características espaciais e sócio-econômicas semelhantes.

A pecuária, no Campos de Lages, é resultado do tropeirismo, que se estendia desde o Rio Grande até as feiras de Sorocaba. O mesmo vai ocorrer no oeste do Estado, com o caminho das tropas que partiam de São Borja, passavam pela atual cidade de Chapecó e seguiam até Palmas no Paraná. A economia ervateira em Santa Catarina, ao longo da divisa com o Paraná, era parte integrante do complexo ervateiro que abrangia o sudeste do Mato Grosso do Sul, o centro-sul do Paraná e o norte de Santa Catarina. A extração predatória da madeira, principalmente da araucária, ocorreu da mesma forma nos três Estados do Sul. A pecuária, a erva e a madeira formavam três complexos que unificavam os três Estados meridionais.

O movimento migratório de colonos, da serra gaúcha para o noroeste do Rio Grande do Sul, que segue em marcha para todo o oeste catarinense e sudoeste paranaense, fazia parte de um mesmo movimento nacional, no qual também entraram paulistas e mineiros: são as frentes “pioneiras” na busca de terras, promovidas pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Portanto, o noroeste gaúcho, o oeste catarinense e o sudoeste paranaense, apesar das particularidades, têm a mesma formação e fazem parte de uma só totalidade.

O crescimento econômico no sul catarinense pós-1914 é um reflexo direto da necessidade de carvão, cerceado durante a Primeira Guerra e pela necessidade da indústria brasileira que começava a ensaiar uma diversificação produtiva. As atividades carboníferas se aceleram ainda mais a partir de 1930, com a política protecionista e a industrialização.

Talvez caberia fazer a seguinte pergunta: qual região, em Santa Catarina, que teve uma “formação própria”, sem estar diretamente ligada à expansão ditada fora de seu espaço ou que não é

um mero reflexo de processo gerado em outra região? Se desconsiderarmos as cidades de São Francisco, Florianópolis e Laguna, podemos identificar três formações com graus diferentes de “autonomia”. A primeira formação é Joinville, que durante as duas primeiras décadas do século vinte teve uma forte ligação com o complexo ervateiro, e nas décadas seguintes com a extração da madeira, ao mesmo tempo em que crescia paralelamente às pequenas atividades comerciais e artesanais. A segunda, nas colônias italianas no sul do Estado, que até o início da Primeira Guerra cresciam independentes das minas. Os núcleos de povoamento eram dinamizados pelas pequenas atividades comerciais e artesanais derivadas da agricultura. No entanto, depois de 1920, as atividades carboníferas se sobrepuseram à agricultura. Portanto, o grau de “autonomia” de Joinville e das colônias no sul era relativo. A terceira formação, e a que talvez tenha um grau de “autonomia” maior, foi a de Blumenau. Numa primeira fase, Blumenau tinha ligações com as atividades madeireiras da região circunvizinha, mas seguiu um “caminho próprio”, com o crescimento das atividades têxteis pós-1880. É sabido que os anos da guerra e a industrialização brasileira integraram os têxteis blumenauenses, mas se pensarmos as formações microrregionais em Santa Catarina dentro da totalidade do Brasil meridional, é possível dizer que Blumenau teve pouca influência da ervamate, do movimento migratório das fronteiras agrícolas do século XX e do corte da araucária. É possível chegar a essa conclusão, somente se analisarmos a formação dos três Estados sulinos no seu conjunto.

Com isso, não queremos cair no erro que incorreu Hering (1987, p. 11), afirmando que “o desenvolvimento da economia do Vale do Itajaí obedeceu à dinâmica interna própria”. Hering pensou apenas do ponto de vista microrregional, ao contrário de nós, que neste momento, estamos pensando a formação do Brasil meridional na sua totalidade.

Se compararmos as zonas de colonização no Brasil meridional com o restante do país, talvez poderíamos afirmar que as colônias catarinenses se assemelham naquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamava de “americanismo”, e que era “interiormente inexistente” no Brasil. Talvez poderíamos dizer que nas colônias catarinenses havia uma sociedade orgânica e com laços morais, ao contrário daquilo que Caio Prado Júnior observava em muitas regiões brasileiras. Talvez a habilidade técnica de muitos imigrantes tenha garantido o surgimento de muitas pequenas indústrias, ao contrário do regresso econômico nas regiões das minas no último quartel do século XVIII, quando, segundo Celso Furtado, a “incapacidade técnica dos imigrantes” anulou um desenvolvimento endógeno. Talvez as oligarquias broncas catarinenses tornaram-se esclarecidas

mais rapidamente que outras oligarquias brasileiras, porém sempre plutocráticas, como afirma Oliveira Vianna.

Uma das peculiaridades da formação econômica de Santa Catarina é a forte presença do capital de origem local. Talvez o que diferencia Santa Catarina em relação a outras regiões é justamente a palavra **forte**. Ademais, é bom lembrar que o capital local também se fez presente na formação econômica gaúcha, principalmente nas colônias. Em Minas Gerais, a indústria têxtil e a metalúrgica têm uma estreita ligação com empresários locais e em São Paulo a origem da indústria paulista deu-se a partir da expansão do complexo cafeeiro, portanto de origem local. Diante do dilúvio neoliberal e da desnacionalização suicida, a questão mais importante, hoje, talvez seria questionarmos se o capital instalado em Santa Catarina é nacional ou não.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1) FONTES

a) Mensagens de governadores

- SANTA CATARINA. Governador (1900-1943 : vários). **Mensagens dos governadores apresentadas ao Congresso Representativo/Assembléia Legislativa**. Florianópolis, 1900-1943.
- _____. Governador (1947-1951 : Silva). **Mensagem do governador Aderbal Ramos da Silva**. Florianópolis, 1948.
- _____. Governador (1951-1955 : Bornhausen). **Mensagem do governador Irineu Bornhausen**. Florianópolis, 1955.
- _____. Governador (1958-1960 : Hülse). **Mensagem do governador Heriberto Hülse**. Florianópolis, 1959.
- _____. Governador (1961-1965 : Ramos). **Mensagem do governador Celso Ramos**. Florianópolis, 1965.
- _____. Governador (1966-1970 : Silveira). **Mensagem do governador Ivo Silveira**. Florianópolis, 1970.
- _____. Governador (1975-1978 : Konder Reis). **Mensagem do governador Antônio Carlos Konder Reis**. Florianópolis, 1978.

b) Relatórios de secretarias

- SANTA CATARINA. Secretário (1911 : Costa). **Relatório da Secretaria Geral dos Negócios de Estado pelo secretário Tenente Coronel Caetano Vieira de Costa**. Florianópolis, 1911.
- _____. Secretário (1915 : Aducci). **Relatório da Secretaria Geral dos Negócios de Estado pelo secretário Fulvio Aducci**. Florianópolis, 1915.
- _____. Secretário (1914 : Regis). **Relatório da Secretaria Geral dos Negócios de Estado pelo secretário Gustavo Lebon Regis**. Florianópolis, 1914.
- _____. Secretário (1916 : Aducci). **Relatório da Secretaria Geral dos Negócios de Estado pelo secretário Fulvio Aducci**. Florianópolis, 1916.
- _____. Secretário (1918 : Aducci). **Relatório da Secretaria Geral dos Negócios de Estado pelo secretário Fulvio Aducci**. Florianópolis, 1918.
- _____. Secretário (1919 : Konder). **Relatório da Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura pelo secretário Adolpho Konder**. Florianópolis, 1919.
- _____. Secretário (1920 : Konder). **Relatório da Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura pelo secretário Adolpho Konder**. Florianópolis, 1920.
- _____. Secretaria do Desenvolvimento Econômico. **Análise da indústria de transformação de Santa Catarina**. Florianópolis, 1974.
- _____. Gabinete do Vice-governador. **Plano de Governo e orçamento plurianual de investimento**. Florianópolis, 1975.
- _____. Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral. **Números de Santa Catarina**. Florianópolis, 1982.
- _____. Secretaria de Educação. **Diagnóstico da realidade educacional do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1984.
- _____. Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Posição : a grandeza da empresa catarinense**. Florianópolis, 1985.
- _____. Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Sinopse de informação dos municípios catarinenses**. Florianópolis, 1985.
- _____. Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento. **Séries estatísticas de Santa Catarina**. Florianópolis, 1990.
- _____. Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral. **Números de Santa Catarina**. Florianópolis, 1985.
- _____. Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento. **Números de Santa Catarina**. Florianópolis, 1988.

- _____. Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Santa Catarina Estado onde investir.** Florianópolis, 1990.
- _____. Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento. **PIDSE - Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico** : vários municípios. Florianópolis : SEPLAN/SICT/CEAG, 1990.
- _____. Secretaria de Planejamento e Fazenda. **Plano plurianual 1992-1995.** Florianópolis, 1992.
- _____. Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. **Diagnóstico da educação.** Florianópolis, 1993.
- _____. Secretaria dos Transportes e Obras. **Estatística dos portos.** Florianópolis, 1997.
- _____. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul. **Síntese estatística de Santa Catarina.** Florianópolis, 1999.
- _____. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul. **Relatório de Atividades do PRODEC** : projetos aprovados e contratados. Florianópolis, 1999.

c) Planos de governo

- BORNHASUEN, Jorge Konder, CORDOVA, Henrique. **Plano de Ação.** Florianópolis, 1979. 55 p.
- BORNHAUSEN, Irineu. **Plano de Obras e Equipamento.** Florianópolis, 1955.
- CAMPOS, Pedro Ivo, MALDANER, Casildo. **Rumo à Nova Sociedade Catarinense** : plano de governo março/87 a março/91. Florianópolis, v. 1, 1987. 33 p.
- HELOU FILHO, Esperidião Amin, FONTANA, Victor. **Cartas dos Catarinenses.** Florianópolis : 1982. 15 p.
- _____. BAUER, Paulo. **Santa Catarina** : Estado vencedor. Florianópolis : 1999. 10 p.
- KLEINÜBING, Vilson, KONDER REIS, Antonio Carlos. **Plano SIM** : para viver melhor em Santa Catarina. Florianópolis, 1990. 130 p.
- KONDER REIS, Antonio Carlos, FONTANA, Atílio. **Plano de Governo 1975-1979** : governar é encurtar distância. Florianópolis : 1975. 56 p.
- SALLES, Colombo Machado. **Projeto Catarinense de Desenvolvimento.** Florianópolis : 1971. 87 p.
- VIERA, Paulo Afonso, HÜLSE, José Augusto. **Proposta de Governo** : Viva Santa Catarina. Florianópolis : 1994. 93 p.

d) Prestação de contas dos governadores

- SANTA CATARINA. **Síntese de quatro anos de governo 1951-1954.** Florianópolis, 1955.
- _____. **Plano de Metas do Governo Celso Ramos** : quatro anos de trabalho. Florianópolis, 1965.
- _____. **Ação catarinense de desenvolvimento** : quatro anos. Florianópolis, 1974.
- _____. **Santa Catarina** : síntese conjuntural. Florianópolis, 1974.
- _____. Gabinete do Governador. **Encurtando distâncias.** Florianópolis, 1979, v. 4.
- _____. Secretaria do Planejamento. **Resposta à Carta dos Catarinenses** : governo Esperidião Amin 4 anos. Florianópolis, 1987.
- _____. Secretaria da Fazenda. **Quatro anos de administração financeira 1987-1990.** Florianópolis, 1991.

e) Relatórios de empresas e de instituições

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL. **Relatórios anuais.** São Paulo, 1996-1999.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FABRICANTES DE PAPEL E CELULOSE. **Relatórios anuais.** São Paulo, 1967-1995.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE CARROÇARIAS PARA ÔNIBUS. **Relatório Anual.** São Paulo, 1971-1999.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE CERÂMICA PARA REVESTIMENTO. **Panorama da indústria cerâmica brasileira.** São Paulo, 1999.
- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE FABRICANTES DE PAPEL E CELULOSE. **Relatórios anuais.** São Paulo, 1936-1966.
- AURORA. **Relatório anual.** Chapecó, 1999.

- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatórios de atividades.** Florianópolis, 1975-1999.
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Vinte anos de contribuição ao desenvolvimento de Santa Catarina.** Florianópolis, 1982.
- _____. **Os reflexos da atuação de um banco de desenvolvimento : o caso da agência de Florianópolis.** Florianópolis, 1987.
- _____. **Relatórios anuais de atividades.** Porto Alegre, 1980-1985.
- _____. **Relatórios anuais de atividades.** Porto Alegre, 1994-1996.
- BUSSCAR. **Balço da Busscar.** Joinville, 1999.
- CECRISA. **Relatório Anual.** Criciúma, 1999.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.. **Boletins estatísticos.** Florianópolis, 1970-1999.
- CHAPECÓ. **Relatórios anuais.** Chapecó, 1994-1999.
- COMPANHIA CATARINENSE DE TELECOMUNICAÇÕES. **Relatório de atividade.** Florianópolis, 1970.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Informativo anual da indústria carbonífera.** Brasília : 1980-1999.
- ELIANE. **Relatório de atividade.** Cocal do Sul, 1998.
- FUNDAÇÃO TUPY. **Relatórios anuais.** Joinville, 1972-1986.
- _____. **Relatório anual.** Joinville, 1999.
- PERDIGÃO. **Relatórios administrativos.** Videira, 1982-1993.
- _____. **Relatórios anuais.** Videira, 1994-1999.
- PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO À CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS. **Relatório :** demonstrativos analíticos das aplicações do PROCAPE referentes ao período de 1975 a 1978. Florianópolis, 1978.
- SADIA. **Relatórios anuais.** Concórdia, 1970-1999.
- SEARA. **Demonstração financeira 1998-1999.** Itajaí, 2000.

f) Anuários

- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE FABRICANTES DE PAPEL E CELULOSE. **Anuário da indústria de papel e celulose.** São Paulo : Banas, 1961.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro.** Rio de Janeiro, 1972-1991.
- _____. **Perfil analítico do carvão.** Rio de Janeiro, boletim 6, 1987.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Cadastro industrial de Santa Catarina.** Florianópolis, 1970-2000.
- _____. **Santa Catarina em dados.** Florianópolis, 1990-1999.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina.** Florianópolis, 1976-1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro, 1934-1997.
- _____. **Censos Agropecuários.** Rio de Janeiro, 1980-1996.
- _____. **Censos Econômicos.** Rio de Janeiro, 1905-1985.
- _____. **Censos Demográficos.** Rio de Janeiro, 1940-2000.
- _____. **Produção industrial de Santa Catarina 1955.** Rio de Janeiro, 1958.
- _____. **Registro industrial de Santa Catarina.** Florianópolis, 1967.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. CAMPOS, Luiz F. G. de, MESSEDER, João C. de A., REGO, Fábio H. de M. **Estado de Santa Catharina.** Relatório apresentado ao Ministro Francisco Glicério. Rio de Janeiro, 1890.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912 :** território e população. Rio de Janeiro : Directoria Geral de Estatística, 1916.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. ROCHA, José Fiusa. Carvão de pedra no sul do Estado de Santa Catharina. In: **Boletim n. 35.** Rio de Janeiro, 1928.
- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Anuário estatístico de Santa Catarina.** Florianópolis, 1995.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA. **Comércio de cabotagem do Brasil**. Rio de Janeiro : Ministério da Fazenda, 1947-1959.

g) Revistas e jornais

BELOLLI, Mário. Mineiros organizam a primeira greve geral em 1920 na CBCA. In: **Jornal da Manhã**. Criciúma, 04/02/1998.

CEVAL NOTÍCIAS. Ano 16, n. 155, jun./1999.

DIÁRIO CATARINENSE. **Os governadores**. Florianópolis, 25/11/1993.

EXAME. **Melhores e maiores**. São Paulo: Abril, 1992-1999.

_____. **Santa Catarina em Exame**. São Paulo : Abril, 1998.

EXPRESSÃO ESPECIAL. **BADESC** : banco da ciranda produtiva. Florianópolis : Expressão Sul, 1995.

_____. **Santa Catarina América's largest tile center**. Florianópolis : Expressão Sul, 1993.

EXPRESSÃO. **Pioneiros**. Florianópolis : Expressão Sul, 1992.

_____. **Pioneiros**. Florianópolis : Expressão Sul, 1993.

_____. **Kohlbach 50 anos** : arrancada estratégica. Florianópolis : Expressão Sul, 1995.

ICISA. 80 anos. **Jornal Pólo Cerâmico**. Criciúma, 1999.

INFORMATIVO **"O Perdigão"**. Videira, vários anos

MANCHETE. **Criciúma**. Suplemento n. 1.184, 1975.

RELATÓRIO DA GAZETA MERCANTIL. **O sul catarinense**. São Paulo, 09/03/1988.

VISÃO. **Quem é quem na economia brasileira**. São Paulo : Editora Visão, 1974-1992.

h) Fontes impressas e folhetos

AGRÍCOLA FRAIBURGO. **Maçã com nome e endereço**. Expressão Especial. Florianópolis, 1999.

ALTONA. **Altona 75 anos**. Blumenau, 1998.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LAGES. **Plano de desenvolvimento da região serrana**. Lages, 1998.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MAFRA. **Planalto norte**. Mafra, 1999.

BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **O saldo positivo de 30 anos de trabalho**. Florianópolis, 1991.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Análise da competitividade do setor agroalimentar de Santa Catarina** : uma inferência a partir da região oeste do Estado. Florianópolis, 1998.

_____. **Santa Catarina** : indicadores da economia 96. Florianópolis, 1996.

_____. **Indicadores econômicos da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre, 1997.

BONET MADEIRAS E PAPEIS. **Conheça a nossa história**. Santa Cecília, 1998.

BURIGO, Venícius. **História da Cerâmica Cocal Limitada Indústria e Comércio**. Cocal, 1988.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. **Histórico da origem da Celesc**. Florianópolis, 1990.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A.. **Informações básicas**. Florianópolis, 1997.

CERÂMICA SANTA CATARINA. **Parecer e avaliação da Cesaca Ltda.**. Criciúma, 1951.

_____. **Cesaca nos seus 34 anos**. Criciúma, 1981.

_____. **Histórico**. Criciúma, 1989.

CERÂMICA CASAGRANDE. **Histórico**. Mafra, 1998.

CERÂMICA URUSSANGA S.A.. **Evolução histórica**. Urussanga, 1999.

CREMER. **Cremer 50 anos**. Blumenau, 1985.

DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM DE SANTA CATARINA. **Início da viação de rodagem**. Florianópolis, 1996.

_____. **Síntese das realizações físicas por ano civil e por períodos de governo**. Florianópolis, 1999.

DIAGNOSTICO DA COMPETITIVIDADE DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS DE SANTA CATARINA. **Plástico de Santa Catarina: padrão de competitividade e crescimento**. Florianópolis, 1995.

DÖHLER. **Uma empresa pronta para o século 21**. Joinville, 2000.

DUAS RODAS INDUSTRIAL. **Perfil institucional**. Jaraguá do Sul, 2000.

DUQUE. **Duque**. Joinville, 1999.

- EMPRESAS ELIANE. **Breve histórico.** Cocal do Sul, 1999.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Documento Básico.** Florianópolis : FIESC/CNI/CEPAL, 1960. 32 p.
- FUNDAÇÃO TUPY. **Tupy 25 anos.** Joinville, 1963.
- IGARAS PAPÉIS E EMBALAGES S.A.. **Igaras.** São Paulo, 1999.
- INDUSTRIAL CONVENTOS S.A.. **Catálogo de produtos.** Criciúma, 1999.
- ITAGRES. **Histórico da empresa.** Tubarão, 2000.
- KLABIN. **Breve histórico da Papel e Celulose Catarinense S.A.** São Paulo, 1998.
- KOHLBACH. **Kohlbach perfil da administração.** Jaraguá do Sul, 1998.
 _____ **Perfil institucional.** Jaraguá do Sul, 2000.
- MARISOL. **Marisol 35 anos.** Jaraguá do Sul, 1999.
 _____ **Centro de Memória Marisol.** Jaraguá do Sul, 2000.
- PORTOBELLO. **Breve histórico Portobello.** Tijucas, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Perfil do município de Blumenau.** Blumenau, 1996.
 _____ **Características de natureza sócio-econômica de Blumenau.** Blumenau, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR. **A capital industrial do oeste catarinense : um perfil aos 60 anos.** Caçador, 1994.
 _____ **Potencial Caçador : um perfil produtivo a beira do terceiro milênio.** Caçador, 1998.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Álbum do cinquentenário de Chapecó : documentos históricos.** Chapecó, 1967.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. **Criciúma, amor e trabalho.** Criciúma, 1979. 72 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL. **Jaraguá em dados.** Jaraguá do Sul, 1996. 200 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Joinville : vida e negócio.** Joinville, 1992. 172 p.
 _____ **Joinville : perfil sócio-econômico.** Joinville, 1999. 110 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA. **Itapiranga "município de fronteira".** Itapiranga : 1969. 47 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO. **Subsídio para tomada de decisão.** Rio Negrinho, 1999.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA CATARINENSE. **O que é o PRODEC.** Florianópolis, 1995.
- RIGESA. **25 anos : fábrica de papel de Três Barras 1974-1999.** Três Barras, 1999.
 _____ **Uma história com qualidade.** São Paulo, 1998.
- SCHNEIDER. **Histórico e relatório da Schneider.** Joinville, 1999.
- SCHLÖSSER. **1911-1986 75 anos.** Brusque, 1986.
- SCHULZ. **Linha de produtos.** Joinville, 2000.
- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Plano estratégico do setorial metal-mecânico de Lages.** Lages, 1998.
- SINCOL. **Sincol.** Caçador, 1999.
- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA E DE OLARIA DE CRICIÚMA. **Indústria cerâmica catarinense.** Criciúma, 1991.
- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE BLUMENAU. **Estatísticas.** Blumenau, 1990-1999.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE BLUMENAU. **Força operária 1989-1999 : lutas que modificaram a história.** Blumenau, 1999.
- SINDICATO PATRONAL DA INDÚSTRIA MECÂNICA DE JOINVILLE E REGIÃO. **Catálogo dos associados.** Joinville, 1999.
- TEKA. **Teka.** Blumenau, 2000.
- TROMBINI. **Histórico da Trombini.** Fraiburgo, 1998.
- UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Cadernos de informações sócio-econômicas do município de Chapecó.** Chapecó, 1999-2000.
- VECTRA. **Histórico.** Içara, 1999.
- WEG. **Perfil de la companhia.** Jaraguá do Sul, 2000.
 _____ **Transformando energia em soluções.** Jaraguá do Sul, 2000.
 _____ **Histórico das vendas físicas.** Jaraguá do Sul, 2000.
- WETZEL. **Dados estatísticos da Wetzel.** Joinville, 1998.

2) BIBLIOGRAFIA

- ABIMÓVEL. **O mercado norte-americano de móveis.** Curitiba : Alternativa, 1999. 189 p.
- AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral** : Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Blumenau : FURB, 1995. 187 p.
- ALBURQUERQUE, Cláudia Gomes de. **Subsídio para história da telefonia em Santa Catarina.** Florianópolis : UFSC/CCH, 1986. 48 p. (Monografia)
- ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. As razões materiais da posição periférica da indústria gaúcha na industrialização restringida brasileira. In : TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org.). **Gaúchos e paulistas** : dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre : FEE, 1996. 294 p.
- ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina** : a indústria ervateira – o estudo da Companhia Industrial. Florianópolis : UFSC/CCH, 1979. 239 p. (Dissertação de mestrado)
- _____. **O movimento operário em Santa Catarina** : a greve de 1917 em Joinville. Florianópolis : UFSC, 1981. 50 p.
- _____, SCHMITZ, Sergio. **CELESC 40 anos de luz** : uma visão social. Florianópolis : CELESC, 1995. 299 p. (Relatório de pesquisa – versão preliminar).
- ALVES, Márcio Moreira. **A força do povo** : democracia participativa em Lages. 8 ed. São Paulo : Brasiliense, 1988. 172 p.
- ALVES FILHO, Antonio, *et al.* **BESC** : uma idéia 35 anos depois. Florianópolis : Mares do Sul, 1997. 157 p.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas : urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In : BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina** : estudos contemporâneos. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1999. 214 p.
- ARNS, Otilia. **Criciúma 1880-1980** : a semente deu bons frutos. Florianópolis : Secretaria da Casa Civil, 1985. 260 p.
- ARRUDA, Indalécio. **Lages** : notas introdutórias... Lages : IOESC, 1960. 133 p.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial.** São Paulo : Ática, 1980. 710 p.
- _____. **Revolução industrial e capitalismo.** São Paulo : Brasiliense, 1984. 100 p.
- _____. Linhagens historiográficas contemporâneas por uma nova síntese histórica. **Economia e Sociedade.** Campinas : UNICAMP/IE, n. 10, junho 1998.
- ARRUDA, Marli Aparecida Goedert. **Ciclos econômicos de Lages** : algumas reflexões. Lages : UNIPLAC, 1994. 29 p. (Monografia).
- ASSIS, Célia de (Coord.). **A história da Tigre** : a força e o valor de uma marca. São Paulo : Prêmio, 1997. 128 p.
- ASSIS, José Carlos de & TAVARES, Maria da Conceição. **O grande salto para o caos.** 2ª ed., São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1986. 124 p.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado** : a organização da irmandade cabocla. 2. ed. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1995. 177 p.
- _____. **Poder oligárquico catarinense** : da Guerra aos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”. São Paulo : PUC/Educação, 1991. 416 p. (Tese de doutorado)
- BAER, Monica. **O rumo perdido** : a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro : 1993. 213 p.
- BARAT, Josef. O setor de transporte. In : AFFONSO, Rui de B. Álvares, SILVA, Pedro L. Barros (orgs.). **Empresas estatais e federação.** São Paulo : FUNDAP, 1996. 283 p.
- BARRETO, Maria T. Sobierajski. **Poloneses em Santa Catarina** : a colonização do Alto Vale do Rio Tijucas. Florianópolis : Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983. 143 p.
- BAUMGARTEN, Christina. **A reinvenção da economia catarinense** : a história da FIESC e seus líderes. Blumenau : HB Editora, 2000. 252 p.
- BELAVER, Nelba Salomão *et al.* **Migração dos descendentes de imigrantes italianos do nordeste do Rio Grande do Sul para Lages 1930-1960** : tentativa de contextualização. Lages : FACIP, 1990. 37 p. (Monografia de especialização).
- BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai** : o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950). Florianópolis : UFSC/CFH, 1991. 260 p. (Dissertação de mestrado)
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello., CARDOSO DE MELLO, João Manuel. Reflexões sobre a crise atual. In : BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renata (orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil** : ensaios sobre a crise. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1984. 228 p.

- BERCOVICH, Néstor. **Análisis de la internacionalización de la industria de mueble de São Bento do Sul (Santa Catarina, Brasil) a luz de la experiencia de los distritos industriales italianos.** Florianópolis : UFSC/NEPIL/Dep. de Economia, Mimeo, 1993.
- BONETTI, José Itamar da Silva *et al.* **Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina** : maçã. Florianópolis : EPAGRI, Boletim Técnico n. 105, 1999. 94 p.
- BORNHAUSEN, Paulo Konder. **Retrato político de uma época 1947-1960.** Florianópolis : Insular, 1999, v. 1. 319 p.
- BORTOLOTO, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza.** Nova Veneza : Prefeitura Municipal de Nova Veneza, 1992. 337 p.
- BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o desenvolvimento sul catarinense.** Florianópolis : Ed. da UFSC, 1981. 79 p.
- _____. **História da industrialização catarinense** : das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Florianópolis : CNP/FIESC, 1988. 155 p.
- BRANCHER, Holga Maria Siviero. **Capinzal fronteira sócio-econômica** : um diagnóstico municipal. Florianópolis : Paralelo 27, 1994. 158 p.
- BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história.** São Paulo : Martins Fontes, 1992. 400 p.
- BROCH, Walter *et al.* **A tendência dos ciclos econômicos em Joinville.** Joinville : UNIVILLE, 1992. 56 p. (Monografia)
- BRUHNS, Katiane. **Espaço de sociabilidade e o idioma** : a Campanha de Nacionalização em Joinville. Florianópolis : UFSC/CFH, 1997. 134 p. (Dissertação de mestrado)
- BURKE, Thomas Joseph. **Fraiburgo** : do machado ao computador. Fraiburgo : Vicentina, 1994. 173 p.
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** 4. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1994. 504 p.
- CAMARGO, Aspásia. Nereu Ramos : a ordem legal e o pacto institucional. In : ASSOCIAÇÃO PORTOBELLO CULTURAL. **Nereu Ramos** : homenagens a um estadista. Florianópolis : APC, 1989. 163 p.
- CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In : BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina** : estudos contemporâneos. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1999. 214 p.
- CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai** : relações entre pequena produção e agroindústrias no oeste catarinense. Campina Grande : UFPB, 1987. 370 p. (Dissertação de mestrado)
- CAMPOS, Maurílio, OLIVEIRA, J. C. **Focalizando Indaial, Timbó e Rodeio.** São Paulo : Paulista-Catarinense, 1957. (obs.: 1957 é a data provável de publicação)
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970.** São Paulo : Global; Campinas : Ed. da UNICAMP, 1985. 369 p.
- _____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo : Hucitec, 1990. 318 p.
- _____. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-95. **Economia e Sociedade.** Campinas: UNICAMP/IE, n. 8, junho/1997.
- CAPACITAÇÃO DE APOIO AO PESSOAL DO ENSINO SUPERIOR. **Estudos de desenvolvimento regional** : Santa Catarina. Rio de Janeiro : CAPES, 1958. (Série Levantamentos e Análises)
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio** : contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. 7 ed. São Paulo : Brasiliense, 1988. 182 p.
- _____. Conseqüências do neoliberalismo. **Economia e Sociedade.** Campinas : UNICAMP/IE, n. 1, agosto 1992.
- CARNEIRO, Ricardo. Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89. **Economia e Sociedade.** Campinas: UNICAMP/IE, n. 2, agosto/1993.
- CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história** : as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis : UFSC/CFH, 1997. 231 p. (Dissertação de mestrado)
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina 1945-1979.** Florianópolis : Ed. da UFSC, 1990. 151 p.
- CARVALHO JÚNIOR, Luiz Carlos de. **As estratégias de crescimento das empresas líderes e o padrão de concorrência das indústrias avícola e suínica brasileiras.** Florianópolis : UFSC/CTC, 1997. (Tese de doutorado).
- CASTRO, Antônio Barros de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira.** 3 ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, v. 2, 1980. 235 p.
- _____. Ajustamento x transformação : a economia brasileira de 1974 a 1984. In : CASTRO, Antonio Barros de, SOUZA, Francisco E. Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada.** 2. ed. São Paulo : Paz e Terra, 1988. 217 p.

- CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. **Diagnóstico da indústria de frigoríficos de carnes e derivados de Santa Catarina.** Florianópolis : CEAG-SC/CEBRAE/BRDE/SIC/CODESUL/FUNDESC, 1975a. 225 p.
- _____. **Diagnóstico da indústria do mobiliário de Santa Catarina.** Florianópolis : CEBRAE/CEAG-SC/CODESUL/BRDE/PROCAPE, 1975b. 190 p.
- _____. **Diagnóstico da indústria de papel e papelão de Santa Catarina.** Florianópolis : CEBRAE/CEAG-SC/CODESUL/SIC/CODESC/BADESC/PROCAPE, 1977a. 208 p.
- _____. **Diagnóstico da indústria de cerâmica de revestimento do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis : CEBRAE/CEAG-SC/CODESUL/CODESC/SIC/BADESC/BESC, 1977b. 105 p.
- _____. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina** : estudos das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis : CEBRAE/CEAG-SC/CODESUL/SIC/CODESC/BRDE/BADESC/BESC/ PROCAPE, 1980. 217 p.
- COELHO, Jaime Cesar. **Bancos comerciais estaduais e a organização de interesses** : a ASBACE, um estudo de caso. Brasília : ASBACE, 1997. 112 p.
- COLOMBI, Luiz Vendelino. **Industrialização de Blumenau** : o desenvolvimento da Gebrüder Hering – 1880-1915. Florianópolis : UFSC/CCH, 1979. 154 p. (Dissertação de mestrado)
- CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas repúblicas** : a Revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis : Ed. da UFSC; Assembléia Legislativa, 1984. 258 p.
- _____. (org.). **Nereu Ramos.** Florianópolis : FCC; APC, 1988. 163 p.
- COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem** : Joinville 1917-1943. In: GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo (org.). **Histórias de (i)migrantes** : o cotidiano de uma cidade. Joinville : Ed. da UNIVILLE, 2000a. 269 p.
- COSTA, Liturgio. **O continente de Lagens** : sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura, 1982. (4 volumes)
- COSTA, Marli de Oliveira. **“Artes de viver” recriando e reinventando espaços** : memórias das famílias da Vila Operária Mineira Próspera de Criciúma (1945-1961). Florianópolis : UFSC/CFH, 1999. 206 p. (Dissertação de mestrado)
- _____. **Tudo isso eles contavam...** : memórias dos moradores do bairro Santo Antônio – Criciúma SC – 1880/2000. Criciúma : Secretaria Municipal de Educação, 2000b. 130 p.
- COUTINHO, Luciano. **A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica** : as grandes tendências de mudanças. **Economia e Sociedade.** Campinas : UNICAMP/IE, v. 1, 1992.
- CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina.** Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 169 p.
- _____. **O salto da indústria catarinense** : um exemplo para o Brasil. Florianópolis : Paralelo 27, 1992. 295 p.
- _____. **A indústria catarinense rumo ao novo milênio** : desafios, evolução e oportunidades. Florianópolis : FIESC/SEBRAE-SC, 1997. 216 p.
- CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. **Gustavo Richard** : um republicano histórico em Santa Catarina. Brasília : Ed. do Senado, 1995. 165 p.
- DALL’ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina** : documentários. Caxias do Sul; Porto Alegre; Florianópolis : Ed. da UDUCS; EST; Lunardelli, 1983. 182 p.
- _____. **Colonos e mineiros no grande Orleans.** Orleans : Instituto São José, 1986. 406 p.
- DALLABRIDA, Norberto. **A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto.** **Revista Catarinense de História.** Florianópolis : Insular, n. 4, 1996.
- DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e Estado corporativista** : o caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau 1941-1950. Florianópolis : USFC/CCH, 1985. 123 p. (Dissertação de mestrado).
- DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica regional da indústria no Brasil**: início de desconcentração, risco de reconcentração. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991 (Tese professor titular).
- _____. **Desenvolvimento poligonal no Brasil** : nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, v. 3, n 1, set. 1993.
- EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense** : bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”. Florianópolis : Laudes, 1973. 193 p.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil** : o caso Sadia. Chapecó : Grifos, 1999. 263 p.
- FANTIN, Marcia. **Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma** : nas malhas das relações de poder. Florianópolis : UFSC/CFH, 1992. (Dissertação de mestrado)

- FARIAS DA SILVA, Elizabeth. **O fracasso da oposição no poder** : Lages 1972-1982. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1994. 134 p.
- FAUST, Delair. **Tecnologia como fator competitivo** : estudo de caso da Metalúrgica Wetzell S.A.. Joinville : UNIVILLE, 1998. 44 p. (Monografia)
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **FIESC 50 anos** : uma história voltada para a industrialização catarinense. Florianópolis : Expressão, 2000. 148 p.
- FERNANDES, Maria Luiza. **Partidos e sindicatos – um estudo de caso** : o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de Criciúma. Florianópolis : UFSC/CFH, 1992. 160 p. (Dissertação de mestrado)
- FERRAZ, Felipe Bueno Marcondes. **O setor de papel e celulose no Brasil**. Campinas : UNICAMP/FEM, 1996. 50 p. (Monografia).
- FIGUEIRA, Archibaldo. **Hering de Blumenau** : um século 1880-1980. Blumenau : Hering, 1980.
- FIORI, José Luis. **O voo da coruja** : uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro : Eduerj, 1995. 156 p.
- FONTANA, Atílio. **História da minha vida**. Petrópolis : Vozes, 1980. 278 p.
- FONTANELLA, Maria Bernadete. **A indústria cerâmica e a construção do espaço urbano de Cocal do Sul**. Florianópolis : CFH/UFSC, 1999. 45 p. (Projeto de dissertação).
- FONSECA, Pedro Dutra. **BRDE** : da hegemonia à crise de desenvolvimento. Porto Alegre : BRDE, 1988. 134 p.
- FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA. **Implantação do Centro de Tecnologia do mobiliário**. São Bento do Sul, 1997.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO TÉCNICO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. **Diagnóstico da economia catarinense**. Florianópolis, 1980, 4 volumes.
- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Análise setorial** : indústria de transformação alimentar no Médio Vale do Itajaí – frigoríficos. Florianópolis, 1971. 506 p.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo : Nacional, 1989. 248 p.
- GASTALDON, Murialdo Canto. **Segmento plástico no sul catarinense** : uma abordagem recente a luz de *cluster* e distritos industriais. Florianópolis : UFSC/CSE, 2000. 172 p. (Dissertação de mestrado)
- GEISE, Barbara. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial** : demandas e canais de influência (1970-1985). Florianópolis : UFSC/CFH, 1991. 149 p. (Dissertação de mestrado)
- GOULARTI FILHO, Alcides. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Florianópolis : UFSC/CFH, 1995. 176 p. (Dissertação de mestrado)
- _____. Setor carbonífero : uma crise anunciada. In : **Episteme**. Tubarão : UNISUL, v. 3, n. 7/8, 1995-1996.
- _____. As origens e a diversificação do parque industrial sul-catarinense. **Revista de Tecnologia e Ambiente**. Criciúma : UNESC, v. 2, n. 1, janeiro-julho/1996.
- _____. A indústria cerâmica do sul catarinense : participação estatal, rupturas tecnológicas e mercado externo. **Geosul**. Florianópolis : CFH/Dep. de Geociências, v. 12, n. 24, julho-dezembro/1997.
- _____, NETO, Roseli Jenoveva. **A indústria do vestuário** : economia, estética e tecnologia. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1997. 197 p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa** : estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1982. 192 p.
- _____. Fim do “agrobusiness” ou emergência da biotecnologia. **Economia e Sociedade**. Campinas : UNICAMP/IE, v. 1, 1992.
- _____, KAGEYAMA, Angela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In : GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas : UNICAMP/IE, 1998. 211 p.
- GRIGGS, Rosemari Pozzi Eduardo. **A madeira em Santa Catarina 1930-1970**. Curitiba : UFPR, 1974. 174 p. (Dissertação de mestrado)
- GUEDES JÚNIOR, Valmir. **Porto de Laguna** : a luta de um povo traído. Florianópolis : [s. e.], 1994. 119 p.
- GUIDI, Moisés Mangili. **Planejamento estadual e as políticas sociais em Santa Catarina 1955-1998**. Tubarão : UNISUL, 2000. 64 p. (Monografia de graduação)
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Massangana, 1989. 295 p.
- HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense** : um estudo de poder local 1945 a 1965. Chapecó : Grifos, 1997. 295 p.
- HEIDEMANN, Eugenia Exterkoetter. **O carvão catarinense 1918-1954**. Curitiba : UFPR, 1981. 115 p. (Dissertação de mestrado).

- HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale Rio do Peixe.** Joaçaba : UNOESC, 1996. 168 p.
- HENTSCHKE, Roque. **Maçã** : estudo da situação catarinense frente ao MERCOSUL. Florianópolis : EPAGRI, Documentos n. 148, 1994. 70 p.
- HERING, Maria Luiza Reunax. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí** : o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau : Ed. da FURB, 1987. 334 p.
- HILLESHEIM, Anselmo Antonio. **O crescimento do mercado interno numa colônia do Império** : o caso de Blumenau – 1850-1880. Florianópolis : UFSC/CCH, 1979. 86 p. (Dissertação de mestrado)
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. 220 p.
- HÜBENER, Laura Machado, PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina história da gente**. 4. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1997. 167 p.
- JOAQUIM, Edelson Dandolini. **Desenvolvimento sócio-econômico da indústria de refrigeração para a região de Joinville**. Joinville : FURJ, 1989. 54 p. (Monografia)
- KAESEMODEL, Maria Saete Munhoz. **A indústria moveleira em São Bento do Sul**. Florianópolis : CFH/UFSC, 1990. 129 p. (Dissertação de mestrado)
- KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo : Abril Cultural, 1980. 201 p. (Os pensadores)
- _____. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1990. 193 p.
- KLEIN, Roberto M. et al. **Madeiras do Brasil** : Santa Catarina. Florianópolis : Lunardelli, 1979. 316 p.
- KONDER, Marcos. **Lauro Müller**. Florianópolis : FCC, 1982. 63 p.
- KORMANN, José. **História da Estrada Dona Francisca** : de Joinville por Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho à Mafra. Florianópolis : Ed. do Autor, 1989. 29 p.
- KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro de Santa Catarina 1910-1960**. Curitiba : UFPR/Dep. de História, 1975. 140 p. (Dissertação de mestrado)
- KRZIZANAWSKI, Moacir. **As greves nas indústrias têxteis de Blumenau**. Blumenau : FURB, 1992. 99 p. (Monografia)
- KUEHNRIICH, Rolf. **Teka** : minhas recordações. Blumenau : Livraria Acadêmica, 1995. 80 p.
- LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina** : a terra, o homem e a economia. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1968. 378 p.
- _____. **Santa Catarina** : dimensões e perspectivas. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1978. 349 p.
- LANDES, David. S. **Prometeu desacorrentado** : transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994. 653 p.
- LANZER, Edgar. **Análise da competitividade sistêmica do setor de móveis em Santa Catarina**. Florianópolis : BRDE/FUNCITEC/FEESC/UFSC, 1998. 96 p.
- LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 2. ed., São Paulo : Nova Cultural, 1985. 402 p. (Os economistas)
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Poder político e mudança social** : estudo sobre o poder político oligárquico no município de Lages/SC. Florianópolis : UFSC/CSE, 1977. 145 p. (Dissertação de mestrado)
- _____. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983. 382 p.
- _____. **Celso Ramos** : um perfil político. Florianópolis : Terceiro Milênio, 1997. 192 p.
- LENZI, Cristiano Luis. **Do progresso ao “modelo catarinense”** : rupturas e continuidades na visão do desenvolvimento. Florianópolis : UFSC/CFH, 1997. 216 p. (Dissertação de mestrado)
- LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1982. 173 p.
- LIMA, José Luiz. **Políticas de governos e desenvolvimento do setor de energia elétrica** : do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro : Memória da Eletricidade, 1995. 188 p.
- LISBOA, Armando de Melo. **Desmistificando “Santa” Catarina**. Florianópolis : UFSC/Dep. de Economia, 1987. 14 p. (Mimeo)
- LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Florianópolis : Ed. da UFSC; MST, 1988. 178 p.
- LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito - SC**. Florianópolis : UFSC/CFH, 1998. 198 p. (Dissertação de mestrado)
- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **Crise de financiamento dos governos estaduais 1980-1988**. Campinas : IE/UNICAMP, 1992. 298 p. (Tese de doutorado)
- LOUREIRO JÚNIOR, Luiz. **Dados sobre a exportação do Brasil 1892-1920**. Rio de Janeiro : Papelaria Americana, 1922.
- MACEDO, José Ferreira de. **A alavanca para o sucesso** : a teoria e a prática para bem administrar o presente e o futuro – exemplo de um “case” de sucesso. 2. ed., Florianópolis : Terceiro Milênio, 1997. 170 p.

- MACHADO, Sidnei Ferreira. **O processo de concentração de capital e de renda na indústria de revestimento cerâmico no sul de Santa Catarina.** Tubarão : UNISUL, 2000. 53 p. (Monografia de graduação)
- MAFRA, Antonio Dias. **A história do desenvolvimento da indústria do mobiliário** : região do Alto Vale do Rio Negro - São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. Itajaí : UNIVALI, 1993. 88 p.
- MAMIGONIAN, Armen. Brusque : estudo de geografia urbana e econômica. In : SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. **Álbun do 1º centenário de Brusque.** Brusque : SAB, 1960. 41 p.
- _____. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro : IBGE/CNG, n. 3, v. 27, 389-481, julho-setembro/1965.
- _____. Indústria. In GAPLAN. **Atlas de Santa Catarina.** Florianópolis :, 1986. 173 p.
- MARCON, Frank Nilton. **Visibilidade e resistência negra em Lages.** São Leopoldo : UNISINOS, 1999. 180 p. (Dissertação de mestrado)
- MARTINS, Manuel de Oliveira. **Imbituba** : história e desenvolvimento. Criciúma : [s. e.], 1978.
- MARTENDAL, José Ari Celso. **Processo produtivo e trabalho-educação** : a incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira. Rio de Janeiro : FGV/IESAE, 1980. 92 p. (Dissertação de mestrado)
- MARTIGNAGO, Décio. **Análise institucional das experiências de planejamento governamental em Santa Catarina.** Florianópolis : UFSC/CSE, 1981. 134 p. (Dissertação de mestrado)
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo : Martins Fontes, 1983. 351 p.
- MATTEI, Lauro Francisco. A dinâmica da agropecuária catarinense : o que revelam os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996. **Idéias e ações.** Florianópolis : CEPAGRO, ano 2, n. 6, 1998.
- MATTOS, Fernando Marcondes de. **Industrialização catarinense** : análise e tendências. Florianópolis : UFSC, 1968. 152 p.
- _____. **Santa Catarina** : nova dimensão. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1973. 448 p.
- _____. **Santa Catarina** : tempos de angústia e esperança. 2 ed. Florianópolis : Lunardelli, 1986. 200 p.
- MEIRINHO, Jali. **A República em Santa Catarina 1889-1900.** Florianópolis : Ed. da UFSC; Lunardelli, 1982. 127 p.
- MELLO, Márcio Antonio de. **A trajetória da produção e transformação do leite no oeste catarinense e busca de vias alternativas.** Florianópolis : UFSC/CCA, 1998. 165 p. (Dissertação de mestrado)
- MELLO, Yone Maria. **A importância econômica da pomicultura para o município de Fraiburgo.** Videira : UNOESC, 1994. 68 p. (Monografia)
- MELRO, Luis de Freitas. A energia elétrica no rico Vale do Itajaí. In: FIGUEIRA, Archibaldo. **Hering de Blumenau** : um século 1880-1980. Blumenau : Hering, 1980.
- MENDES, Manoel. **Oligarquia Ramos de Santa Catarina** : dos coronéis aos doutores. Brasília : UnB/FESA, 1992. 159 p. (Dissertação de mestrado)
- MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de. **Energia e meio ambiente** : os novos projetos de usinas termoeletricas. Criciúma : UNESC/IPAT, 1999. 3 p. (Mimeo)
- MICHELIS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento** : do planejamento econômico -1956 - aos precatórios - 1997. Campo Grande : Ed. da UFMS, 1998. 242 p.
- MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma.** Florianópolis : Ed. do Autor, 1991. 312 p.
- MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo** : de Bretton Woods à beira da insolvência. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985. 279 p.
- MOREIRA, Janine. **A perspectiva do agricultor frente ao modelo modernizador** : o caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio/SC. Florianópolis : UFSC/CFH, 1994. 251 p. (Dissertação de mestrado)
- MOREIRA, Sônia Miriam Teixeira. **Porto de Itajaí** : da gênese aos dias atuais. Florianópolis : UFSC/CFH, 1995. 265 p. (Dissertação de mestrado)
- MORETTI, Gilmar Antônio. **Subsídios para a história econômica de Jaraguá do Sul.** Jaraguá do Sul : FERJ/ESAG, 1988. 86 p. (Monografia de especialização)
- MOSER, Anita. **A nova submissão** : mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre : Edipaz, 1985. 128 p.
- MOTTA, Edson, SALGADO, Maria Luiza Guimarães. **O papel** : problemas de conservação e restauração. Petrópolis : Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1971. p. 191.
- MÜLLER, Geraldo. A economia política do CAI. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** 26, Lavras, 1986.
- MUNARIM, Antonio. **Educação e esfera pública na serra catarinense** : a experiência política do plano regional de educação. São Paulo : PUC, 1999. 357 p. (Tese de doutorado)

- NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. 242 p.
- NEU, Marcia Fernandes Rosa. **Porto de Imbituba/SC** : de armação baleeira a porto carbonífero – da gênese à crise. Florianópolis : CFH/UFSC, 1999. 181 p. (Dissertação de mestrado)
- NIEBUHR, Marlus. **Ecoss e sombras** : memória operária em Brusque/SC na década de 50. Itajaí : Ed. da UNIVILLE, 1999. 239 p.
- NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo : Hucitec, 1995. 420 p.
- OLIVEIRA, Beneval de. **Planaltos de frio e de lama** : os fanáticos do Contestado – o meio, o homem e a guerra. Florianópolis : FCC, 1985. 195 p.
- OLIVEIRA DA SILVA, Antônio Braz de, MEDINA, Mérida Herasme. Produto Interno Bruto por unidade da federação 1985-1998. **Texto para Discussão**. Brasília : IPEA, 1999, n. 677. 21 p.
- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas : Instituto de Economia, 1998. 291 p.
- _____. Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção industrial. **Texto para Discussão**. Brasília : IPEA, n. 633, 1999. 40 p.
- PADIS, Pedro Calil. A fronteira agrícola. **Revista de Economia Política**. 2. ed., São Paulo : Brasiliense, v. 1, n. 1, janeiro-março/1981.
- _____. **A formação de uma economia periférica** : o caso do Paraná. São Paulo : Hucitec; Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. 235 p.
- PALUDO, Biagio Aurélio. **Álbum de família**. Seara : Ed. do Autor, 1985. 77 p.
- PASOLD, Cesar Luiz. **Jorge Lacerda** : uma vida muito especial. Florianópolis : OAB/SC, 1998. 263 p.
- PASSOLI JÚNIOR, Carlos. Panorama financeiro do Estado de Santa Catarina : agentes financeiros. In : ABREU, Alcides *et al.* **Ensaio sobre a economia catarinense**. Florianópolis : Edeme, 1970. 133 p.
- PAULI, Evaldo. **Herclício Luz** : governador inconfundível. Florianópolis : Secretária do Governo, 1976. 365 p.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria** : consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina. Florianópolis : Ed. da UFSC; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 182 p.
- PEIXER, Zilma Isabel. A Princesa da Serra : entre a cidade ideal, cidade memória, cidade vivenciada. **Revista da Memória**. Lages, n. 1, 1996.
- PELLIZETTI, Beatriz. **Um banco de imigrantes em Santa Catarina**. Blumenau : Gráfica 43; Casa Dr. Blumenau, 1985. 194 p.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. da UFSC; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991. 396 p.
- PEREIRA, Carlos da Costa. **A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis : Secretária do Governo, 1976. 140 p.
- PEREIRA, Moacir (org.). **Ivo Silveira** : um depoimento. Florianópolis : Insular, 1998. 183 p.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina** : sua história. Florianópolis : Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983. 748 p.
- _____. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1994. 372 p.
- _____. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis : Garapuvu, 1999. 144 p.
- POLI, Jaci. Caboclos : pioneirismo e marginalização. In : CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURA DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense** : 10 anos do CEOM. Chapecó : UNOESC, 1995. 331 p.
- POLI, Odilon Luiz. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó : Grifos, 1999. 190 p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo : Brasiliense, 1996. 390 p.
- QUEIROZ, Alexandre Muniz de (org.) **Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba**. Joaçaba : Prefeitura Municipal de Joaçaba, 1967. 250 p.
- RABELO, Giani. **A luta dos mineiros contra a privatização da CSN-Criciúma** : uma avaliação crítica. Florianópolis : UFSC/CED, 1992. 61 p. (Monografia de especialização)
- RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba : UNOESC, 1997. 172 p.
- RANGEL, Ignácio. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. São Paulo : Bienal, 1990. 134 p.
- RAULINO, Ivo. **Demanda de energia da indústria catarinense** : impacto da crise do petróleo sobre a matriz energética da indústria catarinense. Florianópolis : UFSC/CFH, 1997. 117 p. (Dissertação de mestrado)
- RENK, Arlene. **Questões sobre a imigração urbana e o êxodo rural em Chapecó**. Chapecó : FUNDESC/Dep. de História, 1991. 14 p. (Mimeo)
- _____. **A luta da erva** : um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó : Grifos, 1997. 226 p.

- REVISTA PAULISTA DE INDÚSTRIA. **Os 75 anos da Indústria Têxtil Cia. Hering.** São Paulo, n. 34, 1955.
- RIBEIRO DE JESUS, Samir. **Formação do trabalhador catarinense : o caso do caboclo do planalto serrano.** Florianópolis : UFSC/CFH, 1991. 176 p. (Dissertação de mestrado)
- RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau.** Blumenau; Florianópolis : Ed. da FURB/Ed. da UFSC, 1992. 88 p.
- ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC : da gênese às exportações.** Florianópolis : Ed. do Autor, 1997. 135 p.
- ROCHA, José Fiusa da, SCORZA, Evaristo Pena. **Boletim n. 104.** Rio de Janeiro : DNPM, 1940. 162 p.
- ROSA, Joal de Azambuja *et al.* **Diagnóstico da competitividade das indústrias de produtos de matérias plásticas de Santa Catarina.** Florianópolis : Paralelo 27, 1997. 117 p.
- SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e crise na região sul de Santa Catarina.** Florianópolis : Ed. da UDESC, 1997. 155 p.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço : a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo : AGB, n. 54, 1977.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina.** 4. ed. Florianópolis : Terceiro Milênio, 1998. 134 p.
- SCAPIN, Alzira, TASSARA, Helena. **Perdigão : uma trajetória para o futuro.** São Paulo : Empresa das Artes, 1996. 143 p.
- SCHIOCHET, Valmor. **Esta terra é minha terra : movimento dos desapropriados de Papanduva.** Blumenau : Ed. da FURB, 1993. 208 p.
- SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual : a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo – PLAMEG – 1961-1965.** Florianópolis : Ed. da UFSC/FESC/UDESC, 1985. 134 p.
- _____. **Bancos privados e públicos em Santa Catarina : a trajetória do BDE – contribuição à história bancária catarinense.** São Paulo : USP/FFLCH, 1991. 461 p. (Tese de doutorado)
- _____. **O sonho acabou : o caso INCO.** Florianópolis : UFSC/CFH, 1993. 250 p. (Tese de professor titular)
- _____. **Um território de caça : o desaparecimento dos bancos privados catarinenses.** In: III Congresso Brasileiro de História Econômica (1999 : Curitiba). **Anais...** Curitiba : Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 1999.
- SCHÖRNER, Anselmo. **O arco-íris encoberto : Jaraguá do Sul, o trabalho e a história – operários, colonos-operários e faccionistas.** Joinville : Oficina Comunicações, 2000. 248 p.
- SCHULZ, Arlindo. **Uma análise da causa da queda da competitividade externa da indústria têxtil do Vale do Itajaí.** Blumenau : FURB, 1999. 109 p.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro : Zahar, 1984.
- _____. **Teoria do desenvolvimento econômico : uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico.** 3. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1988. 169 p. (Os economistas)
- SENADO FEDERAL. **O II PND e os programas de desenvolvimento regional no Estado de Santa Catarina : estudos e debates V.** Brasília : Senado Federal/Comissão de Assuntos Regionais, 1975. 266 p.
- SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina.** Florianópolis : Ed. da UFSC, 1997. 245 p.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise.** 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984. 228 p.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim : um estudo de desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro : UFRJ/Museu Nacional, 1973. 161 p. (Dissertação de mestrado)
- SILVA, Afonso, Luiz da. **Itajaí de ontem e de hoje.** Busque : [s. e.], 1973. 65 p.
- SILVA, Carlos Alberto da. **A evolução do processo de sopro na Cipla-Joinville.** Joinville : FURJ, 1990. 33 p. (Monografia de graduação)
- SILVA, Emílio da. **O segundo livro de Jaraguá do Sul : um capítulo na povoação do Vale do Itapocú.** Jaraguá do Sul : PMJS, 1975. 380 p.
- SILVA, Etienne Luiz. **O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina.** Porto Alegre : UFRGS, 1978. 155 p. (Dissertação de mestrado)
- SILVA, Harrysson Luiz da. **A gestão do território pelo Grupo Sadia no município de Concórdia Santa Catarina.** Florianópolis : UFSC/CFH, 1991, 198 p. (Dissertação de mestrado)
- SILVA, Marcos Aurélio da. **A indústria de equipamentos elétricos do nordeste catarinense : um estudo de geografia industrial.** São Paulo : USP/FFLCH, 1997. 204 p. (Dissertação de mestrado)
- SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo : Alfa-Ômega, 1980. 120 p.
- SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste catarinense.** Rio de Janeiro : Laemmert, 1950. 347 p.

- SILVESTRIN, Alvirio. **Bodanese** : a geração de um pioneiro. 2. ed. Chapecó : Mércur, 1999. 445 p.
- SIMÃO, Vilma Margarete. As greves dos trabalhadores blumenauense : expressão da consciência econômico-corporativa e um caminho à individualização da classe. **Katalysis**. Florianópolis : Ed. da UFSC, n. 1, 1996.
- _____. Da hegemonia passiva à hegemonia ativa. In : MATTEDI, Marcos Antônio., THEIS, Ivo Marcos, TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. **Nosso passado (in)comum** : contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Ed. da FURB; Cultura em Movimento, 2000. 321 p.
- SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO. **A batalha do carvão** : subsídio para a história da indústria carvoeira no Brasil. Rio de Janeiro, 1950. 355 p.
- _____. **A legislação sobre o carvão nacional** : programa e planos governamentais. Rio de Janeiro, 1961. 198 p.
- SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana** : análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo : Nacional, 1977. 377 p.
- SOCIEDADE AMIGOS DE CRICIÚMA. **Criciúma a capital brasileira do carvão**. Criciúma : SAC, 1971. 43 p. (Monografia)
- STRAPAZZON, João Paulo, UCZAI, Pedro F. Formação de um sujeito coletivo : o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens. In: II Encontro de Cientistas Sociais. (Chapecó : 1994). **Anais...** Chapecó : UNOESC, 1995.
- STRAPAZZON, João Paulo. **E o verbo se fez terra** : Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/SC 1980-1990. Chapecó : Grifos, 1998. 113 p.
- SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira após uma década de estagnação : questão para política industrial. **Economia e Sociedade**. Campinas : UNICAMP/IE, v. 1, 1992.
- _____. Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo : Nobel, v. 16, n. 1 (61), janeiro-março/1996.
- TAVARES, Eliane. **Mineiros de Santa Catarina** : sua luta e sua história. Brasília : Câmara dos Deputados, 1993. 77 p.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1983. 263 p.
- _____. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas : UNICAMP/IE, 1998. 206 p.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. **Sadia** : 50 anos construindo uma história. São Paulo : Prêmio, 1994. 143 p.
- _____. **O futuro sem fronteiras** : a história dos primeiros 50 anos da Brasmotor. São Paulo : Prêmio Editorial, 1996. 128 p.
- TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis : Insular, 1996. 244 p.
- TERNES, Apolinário. **História de Joinville** : uma abordagem crítica. Joinville : Mayer, 1984. 296 p.
- _____. **História econômica de Joinville**. 2. ed. Joinville : Meyer, 1986. 279 p.
- _____. **A estratégia da confiança**. Joinville : [s. e.], 1988. 296 p.
- _____. **O voo do condor**. Joinville : [s. e.], 1989. 164 p.
- _____. **WEG** : 36 anos de história. Joinville : [s. e.], 1997. 206 p.
- TESTA, Vilson Marcos *et al.* **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense** : proposta para discussão. Florianópolis : EPAGRI, 1996. 247 p.
- THOMÉ, Nilson. **O trem de ferro** : a ferrovia do contestado. 2. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1983. 204 p.
- _____. **História da imigração italiana em Caçador**. 2. ed. Caçador : UnC, 1993. 79 p.
- _____. **Ciclo da madeira** : história da devastação da floresta araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira em Caçador e na região do contestado no século XX. Caçador : Imprensa Universal, 1995. 210 p.
- TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. **Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau-SC** : a atuação da ACIB e do SINTEX em um espaço político-institucional democrático 1985-1994. Florianópolis : UFSC/CFH, 1995. P. 241 p. (Dissertação de mestrado)
- _____. Breve história da burguesia industrial têxtil blumenauense : constituição, ação política e organização de classes. In: MATTEDI, Marcos Antônio., THEIS, Ivo Marcos, TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. **Nosso passado (in)comum** : contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Ed. da FURB; Cultura em Movimento, 2000. 321 p.
- TRICHES, Janete. **As oligarquias dos partidos** : Criciúma 1945-1992. Brasília : UnB/Ciência Política, 1994. 313 p. (Dissertação de mestrado)
- VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão** : das origens ao século XX. Tubarão : Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992. 426 p.
- VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Ed. da USP; Niterói : Ed. da UFF, v. 2, 1987. 199 p.
- VIDOR, Vilmar. **Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina**. Blumenau : Ed. da FURB, 1995. 248 p.

- VIEIRA FILHO, Ady. **As raízes da industrialização** : grupos empresarias – origem e evolução. Florianópolis : Ed. do Autor, 1986. 203 p.
- VIEIRA, Sheila. **Indústria de alta tecnologia** : reflexos da reserva de mercado e do neoliberalismo em Florianópolis. Florianópolis : [s. e.], 1996. 179 p.
- VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirlita humana** : os mineiros de Criciúma. Florianópolis : Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. 159 p.
- _____. **Os trabalhadores do carvão** : a vida e as lutas dos mineiros de Criciúma. São Paulo : FFLCH/USP, 1989. ? p. (Tese de doutorado)
- WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense** : a atuação da Cia. Territorial Sul Brasil 1925 a 1954. Florianópolis : UFSC/CFH, 1992. 222 p. (Dissertação de mestrado)
- _____. Colonização italo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no oeste de Santa Catarina : a atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. **Cadernos do CEOM**. Chapecó : Grifos, v. 13, n. 11, agosto/1999.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense : uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis : Terceiro Milênio, n. 2, 1994.
- ZAMPRONIO, Luiz Altair. **A atuação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Caçador no período de 1940 a 1983 e o movimento sindical brasileiro**. Videira : UNOESC, 1999. 84 p. (Monografia)
- ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão...!** Tubarão : Ed. do Autor, v. 1, 1974. 383 p.
- _____. **Teresa Cristina** : a ferrovia do carvão. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1987. 194 p.

ANEXOS

Anexo 1: Valor da Transformação Industrial segundo os principais gêneros 1905-1995 (em %)

Categoria e gênero	1905 (1)	1920 (1)	1939 (3)	1949 (3)	1959	1970	1975 (3)	1980	1985	1989 (5)	1995 (7)
Indústrias extrativas	26,62	19,45	10,69	12,78	9,13	6,03	3,36	3,62	3,22	1,91	0,76
Produtos minerais			5,48	12,46	9,13	6,03	3,36	3,62	3,22	1,91	0,76
Produtos vegetais	26,62	19,45	5,21	0,32							
Indústrias tradicionais	59,33	68,52	68,98	61,90	64,56	57,93	54,21	53,37	57,03	41,9	47,31
Madeira	5,64	17,32	18,08 (4)	22,13	23,27	18,36	16,15	11,55	6,32		
Mobiliário	2,42	1,09		1,59	2,75	2,81	3,36	3,55	3,19		
Têxtil	3,77	14,28	21,95	17,35	15,74	17,57	7,38	11,07	11,5	10,17	9,8
Vestuário e calçados	1,59	1,0	1,39	1,05	1,32	1,15	10,18	11,92	13,18	11,74	8,35
Produtos alimentares	30,82	34,83	22,45	16,22	16,99	14,26	14,06	12,09	18,93	16,8	26,95
Gráficas			0,95	0,96	0,93	0,73	0,76	0,65	0,56		
Bebidas	3,81		4,16	2,4	1,74	1,07	0,92	0,57	0,5	0,53	0,7
Outros	11,28			0,2	1,82	1,98	1,4	1,97	2,85	2,66	1,51
Indústrias dinâmicas	14,01	12,01	16,6	18,76	26,28	36,0	41,73	42,28	39,71	41,44	47,41
Grupo A		11,62	15,14	16,57	22,27	26,87	29,31	29,97	25,64	24,25	23,34
Minerais não-metálicos	1,76	1,65	2,66	2,94	4,72	4,81	7,44	7,68	5,74	6,54	4,8
Papel e celulose			1,65	2,03	5,99	6,89	5,17	3,88	4,93	4,88	6,08
Química	5,05	5,06	3,31	5,09	1,79	2,02	1,8	4,19	2,35	1,82	
Metalúrgica	7,24	3,21	3,47	3,18	5,32	4,74	6,68	6,17	5,55	5,8	6,55
Produtos de matéria plástica					0,77	5,77	6,37	5,6	5,07	5,21	5,91
Outros (2)		1,59	4,05	3,33	3,68	2,64	1,85	2,45	2,0	(6)	(8)
Grupo B		0,39	1,46	2,19	4,01	9,13	12,42	12,31	14,07	17,19	24,07
Mecânica			1,46	1,54	2,07	5,55	8,47	7,74	8,65	11,83	14,78
Material elétrico e de comunicação				0,21	1,39	1,18	2,17	2,14	3,77	5,36	9,29
Material de transporte		0,39		0,44	0,55	2,4	1,78	2,43	1,65		
Construção civil		0,11	1,53	4,07							

Fonte: IBGE, Censos Econômicos, vários anos

Obs.: (1) Os dados para 1905 e 1920 são do Valor da Produção

(2) Inclui "Diversas"

(3) Está excluído o item "Serviços industriais de utilidade pública"

(4) Inclui mobiliários

(5) Cunha (1992)

(6) O item "Diversas" não foi incluído: 14,75%

(7) Cunha (1997)

(8) O item "Diversas" não foi incluído: 4,52%

Anexo 2: Pessoal ocupado segundo os principais gêneros 1905-1985 (em %)

Categoria e gênero	1905	1920	1939 (1)	1949	1959	1970	1975 (3)	1980	1985
Indústrias extrativas	15,98	4,72	21,14	15,63	10,59	5,64	4,1	3,6	3,91
Produtos minerais			12,27	15,25	10,59	5,64	4,1	3,6	3,91
Produtos vegetais	15,98	4,72	8,87	0,38					
Indústrias tradicionais	70,65	78,9	60,61	60,69	64,05	64,35	62,31	60,57	61,14
Madeira	6,94	28,83	19,98	21,35	23,97	23,78	22,08	19,05	13,81
Mobiliário	3,38	3,77		2,79	5,04	5,26	5,06	5,38	5,71
Têxtil	19,74	25,37	19,37	18,63	17,84	18,27	9,63	12,63	9,05
Vestuário e calçados	3,38	5,26	2,02	1,4	1,74	2,27	11,4	10,46	17,0
Produtos alimentares	17,33	15,67	14,74	12,31	11,42	10,58	10,23	9,87	12,04
Gráficas			1,48	1,58	1,36	1,07	1,11	1,13	1,22
Bebidas	8,08		1,82	1,7	1,44	0,97	0,72	0,62	0,48
Outros	11,8		1,2	0,93	1,24	2,15	2,07	1,43	1,83
Indústrias dinâmicas	13,77	15,83	13,89	23,64	24,84	30,31	33,6	35,81	34,88
Grupo A									
Minerais não-metálicos	3,33	6,04	4,75	5,61	7,43	8,21	8,95	10,06	8,16
Papel e celulose			0,91	1,96	3,46	4,5	2,82	2,45	2,89
Química	3,0	5,55	1,43	3,1	1,81	1,68	1,24	1,29	1,25
Metalúrgica	7,04	3,45	3,1	2,79	4,61	4,36	5,7	5,96	5,8
Produtos de matéria plástica					0,45	2,03	2,64	2,21	2,71
Outros (2)			2,05	7,68	3,5	2,12	1,95	2,85	1,63
Grupo B									
Mecânica			1,65	1,62	2,26	4,87	6,78	7,37	7,59
Material elétrico e de comunicação				0,22	0,6	0,79	1,18	1,87	2,81
Material de transporte		0,79		0,66	0,73	1,72	2,34	1,75	2,04
Construção civil		0,53	1,48						

Fonte: IBGE, Censos Econômicos, vários anos.

Obs.: (1) Está excluído o item "Serviços industriais de utilidade pública" 2,5%

(2) Inclui "Diversas"

Anexo 3: Principais produtos exportados por Santa Catarina 1894-1943 (em mil réis)

Ano	Erva mate	Madeira	Mandioca	Banha	Aroz	Mandioca	Preço	Apúcar	Tecidos/fios/roupas/meias	Fumo	Feijão	Polvilho	Produtos rústicos	Trigo	Alfafa	Carvão	Gado	Queijo e laticínios	Total Geral	Ano	
1894	1.331.010	418.882	327.810	104.848	255.374	1.016.422		87.556		3.582	164.363	33.914	255.146						4.995.126	1894	
1895	1.513.245	442.616	368.123	95.732	279.901	818.472		96.070		6.625	208.263	57.259	346.920						5.367.777	1895	
1896	1.333.851	604.609	722.129	249.000	206.167	761.740		130.644	7.730	4.888	393.927	92.895	536.713						6.598.370	1896	
1897	2.045.601	500.312	517.810	215.338	195.401	1.099.231		251.560	941.728	3.695	17.865	817.380	51.657	561.588					8.978.978	1897	
1898	2.043.778	509.182	650.880	256.402	421.156	1.979.982		310.354	864.781	7.81	31.306	817.021	79.887	669.916					10.000.000	1898	
1899	2.188.761	507.665	785.040	228.579	370.693	1.826.154		350.289	822.961	820	54.061	361.755	118.921	524.405					10.224.107	1899	
1900	2.309.244	304.819	889.592	262.255	192.798	1.104.866		438.820	369.066	5.200	153.579	115.125	66.171	436.919					7.255.565	1900	
1901	1.922.074	294.369	814.159	399.500	103.555	299.466		242.902	473.901	8.000	213.054	449.256	36.751	571.825					6.171.000	1901	
1902	2.022.130	363.632	847.294	835.769	157.990	246.882		350.943	499.431		173.166	233.501	53.087	970.968					7.281.000	1902	
1903	1.428.257	373.885	785.040	705.444	190.490	313.713		348.550	698.552		140.156	351.103	20.186	787.547					6.861.315	1903	
1904	1.378.030	624.172	921.510	512.800	331.930	856.981		343.397	516.992		187.776	329.084	33.614	617.035					7.233.000	1904	
1905	1.338.722	503.715	525.671	268.093	263.081	242.973		324.740	227.965	128.000	188.059	263.514	35.896	372.858					5.450.000	1905	
1906	1.467.044	756.170	592.542	1.203.986	391.348	408.856		315.631	163.454		142.246	626.537	69.835	1.365.875					7.794.145	1906	
1907	1.444.401	876.025	1.256.982	1.622.317	582.532	625.081		259.505	989.540	74.070	244.589	622.961	99.763	1.740.673					5.233.636	1907	
1908	1.479.030	770.743	1.434.250	1.095.158	570.486	946.377		297.134	1.083.377	592.707	251.087	329.268	49.053	1.050.929					10.354.328	1908	
1909	1.567.960	701.044	1.176.980	935.261	391.462	581.808		404.991	179.640	133.213	129.688	55.073	1.050.929						8.191.434	1909	
1910	1.286.834	626.402	1.045.635	840.855	221.478	333.217		360.061	200.115		155.567	156.391	67.988	976.955					6.891.977	1910	
1911	1.287.784	688.858	996.825	1.154.989	411.801	319.241		461.169	75.944		152.300	301.403	82.269	8.212.552					9.114	1911	
1912	1.164.589	877.805	986.931	1.112.030	420.969	415.433		564.036	11.407	150.713	264.205	451.865	122.799	1.268.301					8.124.751	1912	
1913	982.739	854.511	1.326.956	1.807.789	462.786	560.848		481.555	75.065	142.536	312.926			9.231.043					8.979.267	1913	
1914	1.168.017	728.908	722.070	1.741.706	529.115	252.592		306.534	442.265	640.972	209.479			8.979.267					14.289.884	1914	
1915	985.222	333.151	765.487	2.027.500	1.161.772	1.656.987		395.499	1.771.160	888.019	240.290			15.180.991					20.127.919	1915	
1916	1.491.046	555.756	903.797	2.007.594	864.984	761.194		353.159	2.266.031	1.239.106	630.034			25.876.000					31.957.776	1916	
1917	4.042.542	1.138.934	1.223.261	2.604.704	1.536.158	1.647.582		702.073	635.619	1.074.287	382.200			1.772.425			611.300		20.127.919	1917	
1918	3.645.876	2.637.715	1.196.423	2.237.053	2.770.549	1.468.895		167.678	98.459	1.381.003	439.294	753.438		1.039.962			999.624		25.876.000	1918	
1919	9.420.967	3.152.336	1.748.911	4.584.433	1.658.002	1.778.787		602.450	599.710	2.850.347	1.241.056	497.225		229.899			570.611	134.588	34.795.557	1919	
1920	4.978.005	3.776.129	1.333.300	3.469.503	1.832.822	1.623.841		928.447	1.503.328	2.137.710	419.020			648.967			1.078.156		37.799.244	1920	
1921	6.860.339	3.954.357	2.195.047	3.832.963	2.473.722	1.468.895		1.032.547	3.057.125	3.358.000	2.045.104			719.267			1.490.575		31.957.776	1921	
1922	7.047.689	5.108.680	2.103.610	4.355.324	1.682.213	909.306		1.086.723	838.148	4.264.421	690.494	843.286	306.567	789.568			506.872		42.891.817	1922	
1923	7.553.696	6.535.987	2.825.253	5.358.439	2.199.582	670.167		822.463	4.075.167	6.426.979	397.415	801.865	367.647	782.796			1.858.223		57.762.372	1923	
1924	6.471.063	11.624.617	3.793.565	6.885.402	3.910.291	4.709.452		1.127.024	1.505.090	7.713.894	973.756	2.548.189	488.644	1.015.723			1.915.545		77.316.768	1924	
1925	7.291.178	11.922.388	4.259.481	9.830.463	4.456.022	4.928.595		640.068	442.530	8.315.705	574.932	7.156.676	844.644	1.012.318			1.293.790		87.832.630	1925	
1926	7.143.910	7.097.611	3.407.865	8.416.016	2.640.000	2.365.764		436.738	635.634	6.869.224	401.865	1.007.158	348.702	952.548			1.225.226		59.818.310	1926	
1927	8.184.258	8.509.254	4.300.116	7.952.248	3.080.262	1.366.825		517.057	717.116	10.389.599	1.136.169	2.091.287	313.645	1.019.561			1.421.369		76.617.094	1927	
1928	17.379.300	12.449.953	3.958.293	6.121.266	2.134.808	2.317.586		378.481	999.825	8.783.235	809.221	2.751.339	496.484	1.023.960			2.012.705		86.046.394	1928	
1929	13.456.788	12.541.387	3.436.196	9.735.875	2.890.973	1.881.013		731.877	454.093	7.041.001	810.701	4.563.572	341.785	1.145.637			1.367.483		83.071.417	1929	
1930	14.639.553	12.558.647	3.608.050	8.514.210	3.024.777			393.357	159.466	5.352.970	1.353.677			153.790			2.355.300		91.916.625	1930	
1931	15.496.797	8.003.449	3.177.400	8.111.090	2.009.604	1.940.957		422.030	155.922	8.132.682	1.134.915	697.308	181.693	1.640.801			1.858.678		75.166.749	1931	
1932	15.444.087	9.295.197	3.313.524	11.796.338	2.478.973	5.203.596		379.780	334.693	7.433.864	641.918	1.044.176	707.690	1.694.590			2.395.330		82.863.792	1932	
1933	10.507.180	11.688.900	4.297.980	8.226.514	3.823.465	4.333.802		263.935	1.455.265	9.672.154	823.215	2.254.099	1.362.519	1.157.798			2.298.458		85.179.210	1933	
1934	7.914.383	13.002.707	4.753.006	11.791.706	4.112.751	3.428.887		414.482	1.917.438	11.071.023	862.506	1.843.453	1.085.992	1.242.754			1.581.534		94.866.979	1934	
1935	4.126.008	15.892.456	4.295.422	14.676.727	3.269.518	1.903.608		349.358	2.047.982	11.239.146	1.159.616	1.835.394	954.970	1.366.623			1.730.009		99.152.127	1935	
1936	8.988.770	20.573.137	4.087.621	17.924.430	8.407.557	3.907.647		2.237.212	2.815.332	13.602.766	1.424.914	1.905.692	1.478.095	1.806.978			1.922.465		117.151.791	1936	
1937	9.859.612	32.346.209	5.068.342	22.587.122	15.442.791	5.699.057		3.535.996	7.691.000	14.791.000	4.111.000	1.849.095	4.111.000				2.483.341		151.791	1937	
1938	9.172.000	67.528.000		26.018.000	14.368.000	7.496.000		4.888.000	46.487.000	48.791.000	4.470.000	4.524.000					8.519.000		272.962.000	1938	
1939	9.843.000	78.759.000		23.645.000	11.860.000	7.564.000		4.448.000	48.791.000	48.791.000	5.037.000	6.258.000					8.990.000		289.816.000	1939	
1940	9.257.000	69.445.000		19.325.000	7.058.000	7.410.000		7.280.000	64.093.000	5.348.000	12.586.000						23.484.000		280.402.000	1940	
1941	11.888.000	112.513.000		25.791.000	18.459.000	8.959.000		10.075.000	84.015.000	5.887.000	6.097.000						33.922.000		8.347.000	1941	
1942	13.801.000	161.938.000		33.117.000	26.772.000	9.592.000		1.685.000	108.898.000	6.204.000	14.054.000						6.803.000		412.264.000	1942	
1943	13.659.000	177.742.000		43.003.000	25.833.000	15.209.000												6.803.000		546.901.000	1943

Fonte: Mensagens dos Governadores de 1903 a 1944, Loureiro Júnior, 1922, somente para os dados de "Tecidos" de 1896 a 1916

Anexo 4: Produção catarinense de carvão mineral 1915-1998

Ano	Carvão bruto (ROM, t)	SC/BR (%)	Pré-lavado (CPL/t)	Ano	Carvão bruto (ROM/t)	SC/BR (%)	Pré-lavado (CPL, t)	Energético (t)	Metalúrgico (t)
1915	188			1958	1.406.079	63,8	1.168.415		
1916	257			1959	1.436.398	66,8	1.306.804		
1917	2.730			1960	1.439.434	66,6	1.257.406		
1918	6.536			1961	1.461.554	65,2	1.244.926		
1919	20.000			1962	1.561.696	64,1	1.279.122		
1920	12.770			1963	1.581.052	61,5	1.163.211		
1921	3.578			1964	2.123.213	65,4	1.071.263		
1922	26.470			1965	2.240.140	66,4	1.069.966		
1923	28.183			1966	2.575.657	70,3	1.232.640		584.589
1924	53.477			1967	3.097.300	71,4	1.254.799		664.776
1925	48.420			1968	3.489.543	72,3	1.185.682		750.531
1926	68.050			1969	3.674.485	71,6	1.187.793		733.958
1927	53.216			1970	3.506.314	72,5	1.104.532		716.440
1928	13.859			1971	4.359.236	77,0	1.090.970		715.087
1929	37.564			1972	4.542.454	77,5	1.202.979		766.201
1930	56.000			1973	4.295.697	78,5	1.201.441		787.681
1931	67.352	13,6		1974	3.617.022	79,0	1.213.792		954.413
1932	57.118	10,5		1975	5.006.275	79,3	1.541.233		770.609
1933	100.516	15,5		1976	8.556.743	84,4	2.228.519	1.305.178	864.654
1934	134.378	18,4		1977	8.472.232	83,9	2.421.617	1.388.064	1.049.084
1935	150.888	17,9		1978	13.810.884	81,7	2.607.193	1.412.512	1.130.089
1936	137.167	20,7		1979	11.653.270	83,5	3.151.836	1.769.140	1.222.914
1937	106.078	13,9		1980	13.167.950	82,3	3.268.498	1.839.826	1.287.609
1938	171.010	18,8		1981	14.266.134	82,3	3.198.074	2.513.613	1.188.536
1939	204.181	19,5		1982	15.601.417	81,2	3.523.089	2.990.465	1.171.993
1940	265.638	19,9		1983	16.314.156	76,1	3.586.773	2.900.197	1.247.065
1941	334.962	23,8		1984	17.820.068	77,8	4.191.839	3.301.681	1.009.574
1942	432.594	24,4		1985	19.781.089	78,8	4.459.455	3.314.384	1.396.099
1943	678.451	32,6		1986	17.436.795	76,8	4.003.833	2.906.158	1.007.523
1944	638.788	33,5		1987	13.425.603	74,1	2.848.533	2.744.622	695.528
1945	815.678	39,3	219.282	1988	16.437.114	78,3	3.339.104	2.992.868	834.968
1946	914.300	48,2	784.852	1989	13.924.819	76,5	2.710.267	2.293.021	680.227
1947	953.118	47,7	827.435	1990	7.484.098	65,0	1.160.225	1.401.625	348.457
1948	1.040.884	51,4	712.529	1991	6.684.243	64,2		1.886.834	
1949	1.125.908	52,9	597.854	1992	5.531.404	59,7		1.712.990	
1950	1.005.174	51,3	621.855	1993	6.044.844	62,8		1.859.556	
1951	983.619	50,1	679.354	1994	5.699.924	58,4		1.976.451	
1952	982.821	45,6	713.257	1995	6.751.758	64,5		1.978.341	
1953	943.504	46,6	843.941	1996	3.547.697	45,8		1.678.558	
1954	996.013	48,5	777.809	1997	4.464.877	50,0		2.241.288	
1955	1.325.512	56,4	871.046	1998	4.464.689	51,8		2.311.501	
1956	1.326.452	58,0	946.375						
1957	1.245.791	58,9	970.826						

Fonte: Para os anos de 1915 a 1918, Kroetz, 1975; para os anos de 1919 a 1923, Bosle, 1988; para os anos de 1924 a 1945, Heidemann, 1981; Fernandes, 1992, demais dados: Informativo anual da indústria

carbonífera, vários anos; Anuário mineral brasileiro, 1991; Perfil analítico do carvão, 1973 e 1987.

Obs.: Dados da produção de CPL: Lavador de Capivari, CSN.

Anexo 5: Destino das exportações catarinenses por cabotagem por estado 1908-1941 (em %)

Estados/destino	1908	1910	1913	1914	1915	1917	1918	1919	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941
Alagoas	0,2	0,2	0,6	0,1	0,2	1,2	0,8	1,2	1,1	0,7	0,4	0,4	0,4	0,5	0,3
Amazonas	0,01	0,2		0,1	0,1	0,1	0,03	0,05	0,1	0,07	0,07	0,2	0,2	0,2	0,2
Bahia	2,8	2,0	2,2	1,2	1,3	1,5	1,6	1,2	1,7	1,2	1,3	1,8	1,5	1,4	1,4
Ceará	0,3	0,6	0,6	0,001	2,5	0,3	0,06	2,1	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,4
Espírito Santo	0,1	0,07	0,06	0,02	0,03	0,03	0,02	0,2	0,3		0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
Maranhão	0,06	0,3	0,3	0,002	0,1	0,2	0,1	0,05	0,3	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2
Mato Grosso	0,1	0,3	0,2	0,5		0,5	0,1	0,6	0,04	0,1	0,07	0,03	0,05	0,02	0,02
Minas Gerais						0,1	0,5	0,6	0,07	0,2	0,1	0,4	0,3	0,3	0,3
Paraíba	0,1	0,1	1,2	0,03	0,01	0,2	0,7	0,3	0,4	0,02	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	0,02	0,2	0,1	0,2	0,02	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,3	0,4	0,4	0,4
Paraná	14,3	0,3	5,2	9,4	12,8	11,2	7,9	14,3	20,3	25,2	24,4	15,6	13,2	13,3	11,6
Pernambuco	3,7	5,0	4,4	0,9	3,6	4,9	4,0	6,6	3,5	3,5	3,4	3,1	3,4	3,2	3,3
Piauí				0,01	0,03	0,02	0,01	0,02	0,06	0,02	0,04	0,2	0,4	0,1	0,1
Rio de Janeiro	53,9	60,7	55,3	62,1	49,0	49,1	44,5	40,5	36,7	33,1	34,8	39,0	40,2	42,9	45,9
Rio Grande do Norte	0,04		0,2		0,5	0,02	0,01	0,7	0,2	0,1	0,6	0,2	0,3	0,4	0,3
Rio Grande do Sul	10,5	16,2	18,0	11,9	17,7	16,6	22,8	17,8	8,3	9,8	9,4	12,5	12,8	11,8	11,8
São Paulo	11,9	13,6	11,2	13,4	11,6	13,5	16,6	13,2	25,7	24,1	23,9	24,6	25,0	23,6	22,7
Sergipe	1,8		0,3	0,04	0,1	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,2
Valor em mil réis	7.991.925	4.509.341	7.389.608	6.401.281	12.301.947	15.001.005	20.157.330	24.320.945	87.961.268	107.506.931	140.627.847	237.856.000	234.229.000	242.642.000	333.504.000

Fonte: Relatório da Secretaria Geral de Negócios, 1914-1915-1916-1918; Relatório da Secretária da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, 1919-1920; Mensagem do Governador Vidal Ramos, 1911; Mensagem do Interventor Nereu Ramos, 1938, 1942.

Anexo 6: Comércio exterior e de cabotagem em Santa Catarina 1945-1969 (a preço corrente em Cr\$)

Ano	Comércio exterior		Exportações SC/BR em %	Comércio cabotagem	
	Exportações	Importações		Exportações	Importações
1945	179.283	35.116	1,4	726.581	441.073
1946	335.038	14.042	1,5	834.441	567.021
1947	348.800	79.448	1,6	773.245	568.788
1948	378.109	70.766	1,7	781.853	603.914
1949	256.995	99.838	1,3	854.590	576.246
1950	321.286	93.255	1,3	981.639	491.448
1951	428.197	144.730	1,3	1.334.084	628.012
1952	341.241	218.398	1,3	1.326.299	561.669
1953	523.723	146.670	1,6	1.460.475	546.797
1954	652.802	379.304	1,5	1.868.246	845.590
1955	1.473.167	298.004	2,7	2.289.065	1.240.209
1956	1.009.443	246.836	1,7	2.570.466	1.285.808
1957	2.001.998	405.218	3,3	2.525.353	1.164.523
1958	2.253.652	516.437	3,5	2.997.624	1.396.856
1959	2.717.454	516.437	3,3	4.542.541	1.577.994
1960	4.734.654	653.188	3,2	4.910.301	2.040.394
1961	6.661.285	1.415.205	2,7		
1962	8.375.999	4.507.138	2,7		
1963	10.797.009	7.818.558	1,9		
1964	29.745.487	11.544.952	2,5		
1965	49.572.674	13.490.002	2,2		
1966	61.945.040	22.851.279	1,6		
1967	61.559.113	20.367.870	1,4		
1968	105.038.662	31.162.405	1,7		
1969	147.109.000	30.879.000	1,6		

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos.

Anexo 7: Produção catarinense de papel por empresa e a participação nacional 1937-1966 (em t)

Ano	Itajaí	Irani	Olinkraft	Total SC	SC/BR
1937	1.456			1.456	1,4
1938	2.099			2.099	1,9
1939	2.800			2.800	2,5
1940	2.437			2.437	2,0
1941	2.617			2.617	2,0
1942	2.215			2.215	1,6
1943	2.476			2.476	1,9
1944	2.753			2.753	2,0
1945	3.854	1.136		4.990	3,5
1946	4.933	1.254		6.187	3,9
1947	4.254	1.281		5.535	3,2
1948	3.443	875		4.318	2,3
1949	4.173	1.654		5.827	2,7
1950	5.688	2.101		7.789	3,6
1951	5.378	2.388		7.766	2,9
1952	5.527	2.713		8.240	3,1
1953	5.654	2.803		8.457	2,9
1954	6.073	2.826		8.899	2,8
1955	7.311	2.888		10.199	3,0
1956	14.068	2.785		16.853	4,4
1957	13.160	2.906		16.066	4,4
1958	9.725	4.216	5.569	19.510	4,7
1959	9.633	5.140	9.107	23.880	5,4
1960	6.579	5.309	10.200	22.088	4,6
1961	10.823	6.156	9.621	26.600	5,3
1962	6.158	6.260	12.091	24.509	4,4
1963	6.158	6.423	13.722	26.312	4,4
1964	6.158	6.496	15.958	28.612	4,4
1965	6.158	6.192	14.275	26.625	4,2
1966	6.158	6.766	17.278	30.202	4,2

Fonte: Mapas Anuais da Associação Paulista de Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos.

Anexo 8: População das cidades pólos microrregionais de Santa Catarina 1872-2000

Cidades	1872	1890	1900	1910	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Araranguá	5.442	14.069	16.291	18.864	40.108	59.273	38.923	24.461	26.211	33.685	48.415	50.668	54.647
Blumenau	8.922	27.752	35.421	48.223	72.213	41.178	48.108	66.778	100.275	157.258	212.025	231.401	261.868
Brusque		8.094	9.105	10.242	13.203	23.428	32.351	35.625	35.200	41.224	57.971	66.558	75.798
Caçador						25.307	23.723	22.620	32.892	39.268	52.684	58.620	63.113
Canoinhas					20.801	42.310	52.556	38.439	35.458	47.272	55.376	49.282	51.616
Chapecó					11.315	44.327	96.624	52.089	49.865	83.768	123.050	131.014	146.534
Concórdia						32.658	48.014	44.761	45.465	59.427	64.338	56.127	62.961
Criciúma					7.604 (1)	27.753	50.854	61.975	81.452	110.604	146.320	159.101	170.274
Florianópolis	25.619	30.687	32.229	38.585	41.338	46.771	67.630	97.827	138.337	187.871	255.390	271.281	331.784
Itajaí	9.018	13.876	15.817	21.671	33.327	44.204	52.057	54.996	63.139	86.460	119.631	134.942	147.463
Jaraguá do Sul					11.026 (2)	23.495	27.240	23.197	30.246	48.534	76.968	93.076	108.377
Joaçaba					13.335	36.174	48.299	34.088	20.794	24.717	28.139	22.982	24.030
Joinville	7.650	13.996	18.587	30.744	42.854	45.590	43.334	69.677	126.058	235.812	347.151	397.951	428.974
Lages	8.488	14.348	18.875	23.009	37.314	53.697	77.234	120.821	128.728	155.293	151.235	140.946	156.406
Mafra					10.845	22.172	25.472	29.656	36.021	40.638	47.042	49.479	50.039
Rio do Sul						49.548	57.152	40.008	27.538	36.240	45.679	47.822	51.650
São Bento Sul		9.356	4.728	6.876	8.062	12.194	15.204	12.793	16.656	35.205	50.328	57.098	65.388
Tubarão	7.608	15.540	30.508	28.151	36.657	53.717	67.045	62.588	66.876	75.237	95.062	83.728	89.341
Santa Catarina	159.802	283.769	320.289	441.309	668.743	1.178.340	1.560.502	2.129.252	2.901.734	3.627.93	4.541.99	4.875.24	5.333.28
										3	4	4	4

Fonte: Directoria Geral de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912, 1916, IBGE, Censos Demográficos, vários anos.

Obs.: (1) Em 1920, Criciúma ainda pertencia à Araranguá

(2) Em 1920, Jaraguá ainda pertencia à Joinville

Anexo 9: Processo de aquisições dos bancos catarinenses

Fundação	Banco	Sede	Número de agências	Ano da incorporação	Banco que incorporou
1935	Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.	Itajaí	105 (2)	1968	Bradesco S.A.
1943	Banco Mercantil e Industrial de Santa Catarina S.A	Florianópolis	21	1970	Bamerindus S.A.
1946	Casa Bancária Germano Stein S.A.	Joinville		1969	Banco Cidade de São Paulo S.A.
1947	Casa Bancária Hoepcke Ltda.	Florianópolis		1969	Banco Nacional da Lavoura e Comércio S.A.
1948	Banco Sul do Brasil S.A. (1)	Blumenau	5	1970	Banrisul S.A.

Fonte: In : Schmitz, 1991.

Obs.: (1) O Banco Sul do Brasil foi fundado em 1920 com sede no Rio de Janeiro, em 1948 a sua sede foi transferida para Blumenau

(2) Em Santa Catarina o INCO tinha 55 agências.

Anexo 10: Participação de Santa Catarina nos recursos liberados pelo BNDES 1965-1996 (em %)

Ano	Santa Catarina/Brasil	Santa Catarina/Região Sul	Anos	Santa Catarina/Brasil	Santa Catarina/Região Sul
1965	0,1	6,8	1981	1,9	9,1
1966	3,5	27,1	1982	1,4	8,6
1967	0,3	1,7	1983	2,8	6,5
1968	3,2	14,9	1984	2,3	15,1
1969	4,6	46,2	1985	2,4	16,8
1970	2,0	15,0	1986	2,5	19,1
1971	2,5	13,7	1987	5,7	25,4
1972	3,2	24,9	1988	5,0	30,7
1973	4,7	32,2	1989	4,3	22,0
1974	2,2	15,8	1990	5,6	26,7
1975	2,1	21,2	1991	5,5	24,5
1976	1,8	13,5	1992	6,3	30,2
1977	1,7	12,0	1993	5,2	24,0
1978	0,8	2,2	1994	8,3	25,2
1979	2,9	16,2	1995	7,0	28,3
1980	2,1	11,4	1996	5,7	22,9

Fonte: IBGE, Anuários Estatístico do Brasil, vários anos.

Anexo 11: Participação de Santa Catarina nos saldo dos empréstimos às atividades econômicas do Banco do Brasil 1947-1996 (em %)

Ano	SC/BR	SC/Sul	Ano	SC/BR	SC/Sul	Ano	SC/BR	SC/Sul
1947	0,51	5,03	1964	2,32	11,58	1981	3,73	11,06
1948	0,81	9,14	1965	2,63	8,59	1982	5,01	13,74
1949	0,97	10,25	1966	2,22	7,34	1983	4,97	11,79
1950	1,09	9,9	1967	2,44	7,58	1984		
1951	1,16	8,7	1968	2,84	9,12	1985	3,77	11,16
1952	1,53	12,63	1969	3,7	10,97	1986	5,22	15,17
1953	1,63	12,34	1970	3,98	10,25	1987	4,85	14,68
1954	1,73	11,66	1971	3,04	7,96	1988	6,6	17,16
1955	1,79	9,28	1972	3,17	7,93	1989	8,42	26,58
1956	2,05	10,42	1973	3,13	8,59	1990	5,18	13,18
1957	1,92	10,13	1974	3,94	10,87	1991	7,24	24,05
1958	1,69	8,02	1975	3,48	9,8	1992	7,05	16,25
1959	1,74	7,11	1976	3,11	9,39	1993	8,34	18,77
1960	1,93	10,76	1977	3,74	10,0	1994	5,12	15,16
1961	1,74	6,44	1978	4,42	11,71	1995	6,21	23,29
1962	1,82	7,27	1979	4,09	10,86	1996	7,63	23,98
1963	1,76	7,43	1980	3,75	11,19			

Fonte: IBGE, Anuários Estatístico do Brasil, vários anos.

Anexo 12: Potência das usinas geradoras em Santa Catarina 1930-1996 (em KW)

Ano	Total	Termo	Hidráulica	Ano	Total	Termo	Hidráulica
1930	9.270	1.315	7.955	1967	250.714	159.726	90.988
1935	18.775	1.133	17.642	1968	251.674	155.616	96.058
1936	14.758	1.267	13.491	1969	252.780	157.121	95.659
1937	14.758	1.267	13.491	1970	250.458	156.252	94.206
1938	14.642	1.216	13.426	1971	258.399	158.160	100.239
1939	15.092	1.260	13.832	1972	244.298	150.182	94.116
1940	16.705	2.477	14.228	1973	306.578	210.519	96.059
1941	16.582	2.039	14.543	1974	322.360	213.180	109.180
1942	16.582	2.039	14.543	1975	377.149	280.469	96.680
1943	16.777	2.205	14.502	1976	340.000	261.000	79.000
1947	19.494	2.267	17.227	1977	344.000	261.000	83.000
1948	29.955	14.472	15.483	1978	470.00	387.000	83.000
1949	31.365	14.472	16.893	1979	565.000	454.000	111.000
1950	39.043	14.472	24.571	1980	689.000	577.000	112.000
1951	38.401	13.860	24.541	1981	693.000	579.000	114.000
1952	41.810	16.949	24.861	1982	670.000	559.000	111.000
1953	50.325	15.196	35.127	1983	663.000	561.000	102.000
1954	58.837	13.444	45.393	1984	650.000	552.000	98.000
1955	59.405	13.544	45.861	1985	653.000	555.000	98.000
1956	62.330	13.444	48.886	1986	652.000	553.000	99.000
1957	65.255	13.344	51.911	1987	651.000	553.000	98.000
1958	65.255	13.344	51.911	1988	651.000	553.000	98.000
1959	74.903			1989	651.000	553.000	98.000
1960	84.552			1990	556.000	482.000	74.000
1961	95.155			1991	552.000	482.000	70.000
1962	98.514			1992	554.000	482.000	72.000
1963	118.466			1993	555.000	482.000	73.000
1964	142.764	55.516	87.248	1994	555.000	482.000	73.000
1965	195.959	109.223	86.736	1995	555.000	482.000	73.000
1966	196.743	108.948	87.795	1996	555.000	482.000	73.000

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos

Anexo 13: Balanço energético da CELESC 1955-1998

Ano	Área atendida Distribuição em %	Aquisição em %	Geração própria em MWh	Energia recebida em MWh	Consumidores	Linhas de transmissão em km	Empregados
1956	8,5				35.202		371
1957	9,2				37.040		389
1958	9,8				40.740		415
1959	9,8				42.593		442
1960	9,9				46.369		467
1961	9,9				50.135		581
1962	18,1				87.469		1.026
1963	18,3				89.462		1.081
1964	21,5				97.200		1.241
1965	32,0				114.453	820	1.454
1966	42,4	27,5	274.333	104.325	128.356	860	1.777
1967	49,3	26,9	307.177	113.478	144.052	1.440	2.420
1968	64,5	50,4	249.785	254.021	171.789	1.860	2.892
1969	71,8	31,3	399.838	182.593	187.951	2.260	2.950
1970	75,2	35,8	423.884	236.889	205.200	2.480	3.278
1971	77,5	41,7	431.019	308.576	220.441		3.310
1972	77,5	50,7	429.398	443.141	235.770		3.593
1973	78,2	56,6	491.974	641.298	263.803		3.952
1974	82,7	72,0	398.210	1.023.634	300.112		4.247
1975	84,7	76,2	398.881	1.276.783	332.833	4.371	3.999
1976	84,7	77,1	468.253	1.573.028	366.994	4.526	3.947
1977	84,7	81,5	443.518	1.952.134	402.787	4.641	3.949
1978	85,9	87,4	335.043	2.329.059	439.575	4.905	4.054
1979	85,9	87,9	367.561	2.692.794	477.930	5.067	4.077
1980	88,4	87,3	446.635	3.071.754	527.656	5.367	4.457
1981	88,9	89,2	407.319	3.350.406	589.448	5.603	4.650
1982	89,4	89,8	413.534	3.626.847	670.029	5.497	4.977
1983	89,4	88,9	482.337	3.877.355	735.064	5.467	4.985
1984	89,4	91,7	404.018	4.489.566	777.720	5.631	4.945
1985	89,4	93,8	332.552	5.079.090	819.911	5.633	5.256
1986	89,4	95,0	281.293	5.340.419	868.834	5.650	5.643
1987	89,5	93,3	411.467	5.766.990	910.792	5.456	5.476
1988	89,6	94,3	375.335	6.208.555	960.092	5.549	6.008
1989	90,6	94,5	385.750	6.680.449	1.013.717	5.920	6.215
1990	91,1	94,0	405.766	6.731.786	1.077.865	6.006	6.356
1991	91,4	96,0	309.023	7.256.007	1.131.821	5.956	6.065
1992	91,4	95,2	376.161	7.421.998	1.184.762	5.947	5.723
1993	91,4	95,2	397.116	7.961.540	1.258.081	5.947	5.796
1994	91,4	95,8	373.225	8.534.773	1.324.097	6.082	5.619
1995	91,6	96,2	362.380	9.305.651	1.387.658	6.278	5.604
1996	91,6	95,8	429.943	9.926.611	1.454.047	6.241	5.252
1997	91,6	96,2	423.789	10.792.887	1.515.843	6.344	4.968
1998	91,6	96,6	393.789	11.270.891	1.577.872	6.283	4.491

Fonte: CELESC, Boletim Estatístico, vários anos.

Anexo 14: Situação das rodovias federais e estaduais em Santa Catarina 1955-1998 (em km)

Ano	Rodovias federais		Rodovias estaduais	
	Pavimentadas	Não pavimentadas	Pavimentadas	Não pavimentadas
1955	22	458	12	5.002
1960	330	769	73	5.042
1965	369	596	166	5 176
1966	514	506		
1967	535	835		
1968	598	869		5 243
1969	702	804		5 414
1970	907	618	287	5 426
1971	1.122	686		5 359
1972	1.222	719		5 547
1973	1.355	589		5 553
1974	1.467	552		5 698
1975	1.641	431	446	2 964
1976	1.656	446	507	2 927
1977	1.724	426	629	3 268
1978	1.690	251	842	2 993
1979	1.754	198	1.024	2 762
1980	1.810	181	1.054	2 132
1981	1.811	181	1.251	1 974
1982	1.807	170	1.468	1 898
1983	1.886	112	1.685	2 559
1984	1.881	106	2.069	2 487
1985	1.889	106	2.254	2 475
1986	1.929	103	2.445	2 007
1987	1.995	103	2.467	2 089
1988	1.994	103	2.533	1 979
1989	2.016	134	2.633	2 208
1990	2.017	103	2.633	2 530
1991	2.047	102	2.826	2 435
1992	2.060	102	2.974	2 404
1993	2.070	102	3.030	2 420
1994		102	3.135	2 195
1995			3.148	
1996			3.223	
1997			3.299	
1998			3.450	

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos; DER/SC, 1999.

Anexo 15: Terminais telefônicos e municípios atendidos 1907-1997

Ano	Terminas telefônicos	Municípios atendidos
1907	106	Florianópolis
1913	425	8
1928		14
1940	2.350	31
1945	3.116	31
1950	4.863	39
1955	6.534	
1960	9.207	
1965	11.746	
1970	14.974	59 (30,0%)
1975	31.963	139 (70,1%)
1980	97.841	199 (100,0%)
1985	165.300	199
1990	255.455	199
1995	529.126	293
1997	885.387	293

Fonte: Albuquerque, 1986; IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos; COTESC, 1970; TELESC.

Anexo 16: Movimentação de carga dos portos catarinenses 1970-1999 (em mil t)

Ano	Porto de São Francisco	Porto de Itajaí	Porto de Imbituba
1970			915
1971		998	1.010
1972		731	739
1973	185	886	877
1974	176	1.413	1.070
1975	168	745	884
1976	1.339	869	995
1977	4.856	708	1.115
1978	6.738	593	1.303
1979	6.018	615	1.786
1980	6.919	783	2.568
1981	7.592	731	3.174
1982	7.019	977	2.951
1983	7.944	659	3.902
1984	8.639	868	3.843
1985	8.076	1.038	3.801
1986	8.775	1.290	4.112
1987	8.344	1.362	3.945
1988	9.023	1.220	2.954
1989	8.929	1.304	2.046
1990	8.708	1.307	1.541
1991	8.413	1.221	929
1992	8.277	1.529	630
1993	9.250	1.795	546
1994	10.779	1.974	850
1995	9.206	2.034	1.184
1996	11.114	2.109	348
1997	11.684	1.878	575
1998	12.094	1.829	974
1999		2.021	

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos; Secretaria de Transporte e Obras, 1997.

Anexo 17: Aplicações do BDE por setores da economia e total 1962-1969 (a preços deflacionados)

Ano	Agricultura (%)	Indústria (%)	Comércio (%)	Total (NCr\$)
1962	4,5	85,1	10,4	38.928,81
1963	28,3	58,9	12,7	71.372,88
1964	27,9	55,9	16,2	67.076,50
1965	26,1	62,2	11,6	103.200,92
1966	31,2	64,1	4,6	122.510,98
1967	37,3	58,1	4,6	135.801,81
1968	61,4	32,0	6,7	159.195,86
1969	39,3	15,6	45,1	191.809,49

Fonte: Schmitz, 1991.

Anexo 18: Operações contratadas pela agência do BRDE de Florianópolis por atividades econômicas 1963-1986 (em %)

Gênero de atividade	1963-64	1965-67	1968-70	1971-73	1974-76	1977-80	1984-86
Tradicional		72,8	60,9	70,0	37,3	41,1	29,9
Madeira		3,5	3,9	8,8	5,2	5,1	3,7
Têxtil		42,8	23,2	20,0	12,2	14,9	4,0
Alimentos		31,2	29,0	29,1	13,7	14,9	16,6
Mobiliária			4,3	6,8	2,1	4,3	1,8
Vestuário e calçados		0,7	0,5	5,3	4,1	1,9	3,8
Dinâmica	100,0	13,7	35,1	26,2	57,0	50,9	33,6
Minerais não metálicos		2,5	16,2	7,2	17,7	5,6	3,4
Metalúrgica		3,7	2,3	2,9	14,2	18,5	11,0
Papel e papelão	100,0	3,7	4,1	1,1	3,4	4,7	7,8
Química		2,7	0,9	0,6	2,5	5,2	0,3
Matéria plástica			1,3	3,3	2,7	2,8	5,1
Mecânica			1,0	4,5	9,8	5,7	3,3
Material elétrico e com.		1,1	7,5	5,3	4,0	6,4	2,3
Material de transporte			1,8	1,3	2,7	2,0	0,06
Diversos		8,1	4,0	2,1	4,7	8,0	36,5
1963-80 em mil cruzeiros (a preço de julho de 1981)	29.403	1.037.673	3.061.508	14.909.001	30.534.695	13.623.381	1.204.974
1984-86 em mil cruzados							

Fonte: BRDE, 1982; BRDE, 1987.

Anexo 19: Contratações do BADESC por ramos de atividade 1980-1999 (em %)

Sector/Ramo	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99
1 - Setor Primário	3,8	0,5			9,1	13,3	7,0	2,0	6,6	10,0	2,7	9,8	2,6	4,3	1,7	10,7	8,8	9,3	4,9	1,7
Pecuária	2,5	0,4								1,2	0,2	0,7	1,6					6,8	3,3	0,5
Agricultura	1,3	0,1			9,1			0,6	5,0	2,4	0,5	0,4		4,3	1,7	10,7	8,8	2,5	1,6	1,2
Outros								1,4	1,6	6,4	2,0	8,7	1,0							
2 - Setor secundário	33,9	51,4	17,0	61,8	66,7	77,3	74,0	67,8	80,8	85,2	93,4	84,0	67,4	82,0	90,3	74,3	61,8	80,8	71,3	66,8
2.1 - Tradicional	14,9	24,2	8,3	33,0	51,1	58,3	54,0	43,2	60,2	9,2	12,6	39,5	36,3	28,5	77,2	31,1	25,6	72,7	21,8	33,5
Madeira	1,7	3,2	0,4	4,3	2,3			1,0	0,7	0,2	1,3	1,8	3,0	4,7	4,0	3,4		0,5	1,3	3,1
Mobiliário	0,2	0,8	0,2	4,6	9,5			0,6	0,6	0,2	0,1	3,1	1,0	1,7	2,3	3,1	1,4	1,0	1,8	12,6
Couros/peles		0,4		0,8	3,0				0,1					0,5	0,1					0,03
Têxtil	0,6	2,2	2,4	5,3	7,3	12,7		33,8	53,8	2,4	3,2	6,7	11,2	5,0	4,5	10,0	19,4	15,5	9,7	3,3
Vestuário/calçados	1,3	1,0	0,7	4,4	8,6	9,5		2,3	1,1		0,1	7,2	2,5	2,8	1,9	3,2		4,5	3,4	2,2
Alimentos	14,0	16,1	1,5	4,6	3,1			3,4	0,8	5,2	7,8	11,8	16,0	11,7	15,1	10,0	4,8	48,4	3,2	6,1
Bebidas	0,8		1,0	1,7				0,1				4,3	1,3	1,0	44,7			2,4	1,0	4,0
Editorial gráfica	0,2	0,1		0,7	0,5			0,8		0,1		0,4	0,3		0,5	0,7				0,7
Construção civil	0,1		1,7	4,1	4,0			0,2	1,1	0,8		3,7	0,2		3,0	0,4			0,5	1,6
Extração mineral	0,2			2,3				0,6		0,2				0,2		0,3				0,1
Outros	0,3	0,4	0,4	2,1	10,1			0,3	1,6	0,3				0,5	1,1					0,2
2.2 - Dinâmico	14,3	27,2	8,6	28,9	15,6	18,9	20,0	24,6	20,6	76,0	80,8	44,7	31,1	54,4	13,1	43,3	36,2	8,1	49,5	33,2
Minerais não metálicos	3,1	7,5	4,9	7,0	4,0	7,0		16,6	13,5	69,5	38,8	14,5	7,7	5,3	4,1	22,6	7,1	1,7	5,2	9,9
Metalurgia	1,2	1,2	1,0	8,7	5,3	8,0		2,2	3,2	3,6	1,8	9,1	11,4	8,2	2,7	6,4	17,3	5,2	10,0	11,6
Mecânica	1,1	3,4	1,9	5,9	3,0			3,1	1,3			2,9	0,4	2,0	1,8	1,5	5,8	0,2	5,9	0,7
Material elétrico	0,3			0,1				0,6	0,7		1,1	1,1	0,4	0,7	0,7	1,0	0,7		0,3	2,6
Papel e papelão	0,5	1,6	0,4	3,2	0,5			0,1	0,3	0,8	35,5		1,3	27,8	0,1	2,4			4,3	0,1
Borracha				1,0	0,4			0,2	0,4	0,3		0,6			0,3					
Química	7,1	13,0	0,3	1,1	0,6			0,8	0,2		0,1	7,0	1,6	2,7	0,3	0,2			14,7	1,6
Plástico	0,9	0,3		2,6	1,8			0,8	0,8	1,7	2,3	8,1	8,2	5,8	2,7	5,8	5,2	1,0	7,7	6,6
Material de transporte											1,0	1,2	0,1	1,9	0,4	3,3			1,9	
3 - Setor terciário	62,3	48,1	83,0	38,2	24,2	9,7	19,0	30,2	12,5	4,8	3,8	6,0	30,0	12,7	8,0	15,0	29,4	9,9	23,7	31,5
3.1 - Área pública	51,8	28,5	62,9	14,9		1,7	6,0	16,6	7,2	2,8	2,6	2,6	17,1	4,6		7,5	23,1	0,6	1,7	
Saneamento													17,1	4,6		7,5	23,1	0,6	1,7	
Armazenagem	1,3																			
Transporte											0,2									
Energia	27,1	13,3	1,4																	
Outros	23,3	15,2	61,4	14,9				16,6	7,2	2,8	2,4	2,6	12,9							
3.2 - Área privada	10,4	19,6	20,1	23,3	24,2	8,0	13,0	13,6	5,2	2,0	1,2	3,4	2,4	8,1	8,0	7,5	6,3	9,2	22,0	31,5
Transportes	0,4	1,0		3,0	1,0			1,2	0,2	0,2	0,4		0,3				0,6	0,3		0,7
Comércio	1,8	1,0	1,6	12,8	15,7			4,5	1,6					1,7	1,0	0,4	5,1	4,8	13,0	8,8
Outros	8,2	17,6	18,5	7,5	7,5			7,9	3,4	1,8	0,8	3,4	10,2	6,4	7,0	7,1	0,6	4,1	9,0	22,0

Fonte: BADESC, Relatórios de Atividades, vários anos.

Anexo 20: Liberações de recursos do FUNDESC por atividades econômicas 1970-1978 (em %)

Gênero de atividade	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	Média
Tradicional	6,7	47,6	74,8	46,5	66,3	65,0	70,7	73,3	64,3	65,6
Madeira					4,2	6,2	2,7			2,9
Têxtil				4,9	11,7	16,7	19,9	27,8	14,9	15,8
Alimentos	6,7	47,6	74,8	40,6	44,6	39,7	40,0	44,8	49,4	43,2
Vestuário						7,7	7,6			2,2
Editorial e gráfica				1,0	5,8	1,3	0,5	0,6		1,5
Dinâmicas										34,4
Minais não metálicos	66,3		8,7	24,6						2,8
Metalúrgica					4,4	9,6	10,7	18,0	24,8	10,0
Mecânica	18,6	45,1	11,2	26,4	23,3	4,3	0,5	0,8		8,4
Materiais plásticos	8,3	7,3	5,2	24,7	5,3	14,1	14,5	7,9	10,9	10,5
Materiais elétricos					0,6	6,8	3,5			2,7
Total em mil cruzeiros (a preços constantes)	6.037	7.810	20.553	40.645	93.475	138.797	140.574	61.092	50.436	559.419

Fonte: Geise, 1991.

Anexo 21: Incentivos do PROCAPE por atividades econômicas 1975-1980

Gênero de atividade	1975	1976	1977	1978	1979	1980	Média
Tradicional		70,0	55,1	64,8	44,0	39,0	47,2
Madeira		28,3	24,5	9,8	2,4	7,1	9,5
Têxtil			3,4	7,0	0,5	7,0	5,5
Alimentos		41,7	23,1	40,5	39,3	5,8	20,0
Vestuário			0,8	3,8	0,1	11,1	6,6
Mobiliário			3,4	2,8	1,7	8,0	5,4
Editorial e gráfica				0,8			0,2
Dinâmicas	100,0	30,0	40,8	31,8	51,4	54,3	47,6
Minais não metálicos	100,0	14,8	10,9	11,5	10,1	16,9	14,4
Papel e papelão			3,7	1,3	1,9	2,6	2,3
Metalúrgica		0,8	5,9	9,2	8,4	27,1	17,8
Mecânica		14,3	13,9	6,5	1,7	5,7	6,5
Química			3,4	1,4	11,9	2,0	3,4
Materiais plásticos			2,9		4,3		1,0
Materiais elétricos				1,8	13,1		2,2
Serviços			4,0	3,3	4,3	6,4	5,1
Serviços			3,9	3,0	2,1	3,1	3,0
Atividades diversas			0,1	0,3	2,2	3,3	2,1
Total em mil cruzeiros (a preço constantes)	4.766	19.577	192.114	291.663	204.979	772.993	1.485.772

Fonte: Geise, 1991; Relatórios do PROCAPE.

Obs.: No ano de 1980 esta excluído a Santinvest S.A. - SC Empreendimentos e Participações, que foi responsável por 17,6% do total dos recursos liberados.

Anexo 22: Incentivos do PRODEC por atividades econômicas 1988-1999 (em reais, março de 1999)

Gênero de atividade	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1998	1999	Total	%
Alimentos		696.128	2.861.441	1.459.372		325.715	11.001.838	2.756.563	79.100.364	343.779.760		441.981.181	25,0
Empresas		2	5	2		1	3	1	6	26		46	
Têxtil e vestuário			117.554		341.102	1.187.234	1.932.048	3.362.545	31.621.512	314.020.270		352.582.265	20,0
Empresas			1		1	1	1	2	5	30		41	
Eletro e comunicação	1.675.980					13.600.000	217.000		5.715.066	187.955.320		209.163.366	11,8
Empresas	1					1	1		1	3		7	
Bebida				45.561.960				415.776	3.522.012	150.000.000		199.499.748	11,2
Empresas				2				1	2	2		7	
Cerâmica		13.211.261	11.156.944				3.459.954		23.022.773	113.343.110		164.194.042	9,3
Empresas		1	2				2		2	2		9	
Matéria plástica			7.008.435		205.596				5.326.277	73.429.670	5.820.410	91.790.388	5,2
Empresas			1		1				3	13	2	20	
Mecânica					925.981		173.723			63.641.440		64.741.144	3,6
Empresas					1		1			12		14	
Madeira			2.485.148							52.091.420		54.576.568	3,1
Empresas			2							3		5	
Papel e celulose				40.119.100						5.691.962	4.599.816	50.410.878	2,8
Empresas				1						1	1	3	
Metalúrgica					271.255		8.012.246		6.291.407	33.043.740		47.618.648	2,7
Empresas					2		1		2	5		10	
Química			394.839							21.456.220		21.851.059	1,2
Empresas			1							4		5	
Borracha									19.744.132			19.744.132	1,1
Empresas									1			1	
Construção							389.321			11.488.720		11.878.041	0,7
Empresas							1			2		3	
Mobiliário								697.439		1.221.050		1.918.489	0,1
Empresas								1		2		3	
Outros										37.343.020	1.302.341	38.645.361	2,2
Empresas										9	1	10	
Total em R\$	1.675.980	13.907.389	23.629.522	87.535.271	1.743.934	15.112.949	25.186.130	7.232.323	174.343.543	1.408.505.702	11.722.567	1.770.595.310	100,0
Total de empresas	1	3	11	6	5	3	10	5	22	114	4	184	

Fonte: PRODEC, Relatório de Atividades, 1999

Anexo 23: Realizações dos governos nas áreas de infra-estrutura, financeira e social 1951-1998

Governos	Planos	Rodovias estaduais pavimentadas (Km)	Transmissão da rede elétrica da CELESC (Km)	Terminais telefônicos da TELESC	Agências de fomento e programas de incentivos	Agências do BDE/BESC abertas	Educação	Saúde
Irineu Bornhausen 1951-1955/UDN	Elaboração do POE	12					Construídas 572 unidades escolares. O número de alunos matriculados na rede estadual aumentou em 32,9%	Construídas 63,0% de unidades sanitárias a mais do que o governo anterior
Lacerda-Hülse 1956-1960/PRP-UDN	POE	61					O número de alunos matriculados na rede estadual aumentou em 29,3%. No período Hülse foram construídas 156 unidades escolares	
Celso Ramos 1961-1965/PSD-PTB	PLAMEG	93	820		BDE/BRDE	22	Construídas 2.512 salas de aulas, criados o Instituto Estadual de Educação, a ESAG, a UDESC e interiorizado o ensino superior. O número de alunos matriculados na rede estadual aumentou em 27,9%	Criado o Instituto de Cancerologia e Cardiologia, construído o Hospital dos Servidores Públicos e acrescidos 605 novos leitos hospitalares
Ivo Silveira 1966-1970/PSD-PTB (Ingressa na Arena)	PLAMEG II	121	1.660		BDE/BRDE	19	Construído 3.000 salas de aulas. O número de alunos matriculados no 1º grau aumentou em 29,1%	Implantado o Hospital Celso Ramos e construído três novos hospitais
Colombo M. Salles 1971-1974/Arena	PCD	159	1.891	5.116	FUNDESC/BRDE	13	Construídas 2.432 salas de aulas e reformado 581 unidades escolares. O número de alunos matriculados no 1º grau aumentou em 14,9% e no 2º grau em 61,6%	Construídas unidades de emergência em três hospitais, 24 unidades sanitárias e acrescidos mais 500 novos leitos hospitalares
Antonio C. Konder Reis 1975-1978/Arena	Plano de Governo	608	534	65.878	FUNDES/PROCAPE/ BRDE	56	O número de alunos matriculados no 1º grau caiu em 0,48% e no 2º grau aumentou em 36,4%	Construídas 25 unidades sanitárias, três hospitais e ampliados 60 mil m² de área hospitalar
Jorge K. Bornhausen 1979-1982/Arena	Plano de Ação	1.024	562	28.369	PROCAPE/BADESC/ BRDE	101	O número de alunos matriculados no 1º grau aumentou em 0,03% e no 2º grau aumento em 37,0%	Construídas 30 unidades sanitárias e oito hospitais, sendo quatro regionais
Esperidião Amin 1983-1986/PDS	Carta dos Catarinense	1.105	136	44.999	BADESC/BRDE	11	Construído 338 unidades escolares. O número de alunos matriculados no 1º grau aumentou em 0,42% e no 2º grau em 31,8%	Construídas 83 unidades sanitárias e concluída a construção de quatro hospitais (740 leitos)
Pedro Ivo-Maldaner 1987-1990/PMDB	Ruma à Nova Sociedade Catarinense	388	550	84.246	BADESC/PRODEC/ BRDE	27	O número de alunos matriculados no 1º grau aumentou em 11,0% e no 2º grau em 33,8%	Ampliados 15 hospitais e reequipados mais sete e construídos 18 mini-hospitais.
Vilson Kleinübing 1991-1994/PFL	Plano SIM	606	76	172.420	BADESC/PRODEC/ BRDE	12	Construídas 1.700 salas de aula em 117 unidades escolares. O número de alunos matriculados no 1º grau aumentou em 6,4% e no 2º em 34,2%	Ampliados 120 mil m² de área hospitalar, acrescidos mais 270 leitos hospitalares e concluído um hospital regional
Paulo Afonso Vieira 1995-1998/PMDB	Plano de Governo Viva Santa Catarina	421	201	457.512	BADESC/PRODEC/ BRDE	2	Construído 460 salas de aula	Construídos três Hemocentros, um hospital e acrescidos mais 548 leitos hospitalares

Fonte: DER/SC, CELESC, TELESC e BESC; Secretaria de Educação; Prestação de Contas dos respectivos governos; SEPLAN, 1990; Guidi, 2000.

Anexo 24: Produção anual de revestimentos cerâmicos por empresa 1960-1999 (em mil/m²)

Ano	Eliane	Cesaca	Icisa	Cecrisa	Portobello	Ceusa	Itagres	De Lucca	Casagrande	Vectra	Tec-cer	Outras	Total SC	Total BR	SC/BR (%)
1960	108	600	900										1.608	9.406	17,1
1961	123	650	900										1.673	10.239	16,3
1962	175	670	920										1.765	11.084	15,9
1963	262	600	950										1.812	11.857	15,3
1964	389	680	950										2.019	12.627	16,0
1965	426	720	1.000										2.146	13.325	16,1
1966	427	700	1.000										2.127	14.670	14,5
1967	756	800	1.200										2.756	16.231	16,9
1968	928	900	1.500										3.328	17.959	18,5
1969	1.152	1.000	1.800										3.952	19.872	19,7
1970	1.513	1.200	1.600										4.313	21.819	19,7
1971	1.699	1.350	1.700	864									5.613	23.964	23,4
1972	3.342	1.310	1.700	1.368									7.720	29.955	25,7
1973	3.692	1.500	2.000	2.400									9.592	37.112	25,8
1974	3.562	1.800	2.200	4.320									11.882	40.823	29,1
1975	4.271	3.600	2.600	4.244								1.000	15.715	44.787	35,1
1976	5.824	4.000	3.000	4.729								1.000	18.553	48.075	38,6
1977	5.837	4.800	3.100	8.935								1.500	24.172	55.095	43,9
1978	7.731	5.100	3.300	9.052								2.000	27.183	60.249	45,1
1979	8.494	5.400	3.400	9.102	568							2.500	29.464	63.761	46,2
1980	12.385	4.800	3.800	9.246	600	720						3.000	24.551	129.753	18,9
1981	13.580	5.040	3.800	9.351	600	620						3.000	35.991	136.903	26,3
1982	14.796	5.000	4.500	7.886	3.000	620						3.000	38.802	122.744	31,6
1983	16.672	5.000	4.900	8.408	3.200	710	2.400					3.000	43.290	123.919	34,9
1984	16.021	4.800	4.850	10.927	3.348	720	2.400					3.000	49.918	118.547	42,1
1985	15.800	6.350	4.000	11.773	3.400	730	2.400					4.000	48.453	129.504	37,4
1986	18.350	6.850	4.700	13.070	3.500	1.820	2.400					4.000	54.690	144.525	37,8
1987	19.170	6.558	5.100	16.418	10.000	1.640	3.600					5.000	67.486	154.728	43,6
1988	18.297	6.091	5.080	21.693	11.000	2.784	3.600					5.000	73.545	173.968	42,3
1989	17.749	6.220	5.080	31.916	12.312	3.388	6.000	1.973				6.000	90.638	213.200	42,5
1990	13.807	4.745	5.080	17.840	9.000	3.276	6.000	3.206	1.200			5.000	69.154	172.800	40,0
1991	17.359	4.943	4.300	15.633	9.500	1.920	6.000	3.602	1.400			6.000	70.657	166.000	42,5
1992	18.506	6.174	4.000	18.045	10.912	2.307	8.040	3.958	1.440	3.000		7.000	84.796	202.700	41,8
1993	18.433	7.333	3.450	21.222	12.000	2.680	8.040	4.574	3.600	3.200		9.000	96.632	242.900	39,8
1994	18.835	6.243	4.450	20.089	13.816	3.255	8.040	5.471	3.600	3.500		10.000	98.899	283.500	34,9
1995	19.360	2.639	4.500	19.260	14.500	4.600	8.040	5.250	3.600	3.643		9.000	97.392	295.000	33,0
1996	19.136		4.450	23.827	15.800	4.800	8.040	5.177	3.600	3.806	335	9.000	103.211	336.400	30,7
1997	21.304		6.400	25.639	18.000	4.800	8.040	4.706	3.840	3.896	3.040	10.500	112.365	383.300	29,3
1998	22.202		6.300	25.574	17.300	4.800	8.040	5.526	3.800	3.850	3.570	12.500	116.262	400.700	29,0
1999	19.871		6.400	24.432	17.500	4.200	8.050	5.820	3.832	3.840	3.775	13.000	110.720	428.500	25,8

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas. Para a produção nacional dados fornecidos pela Anfacer (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento).

Obs.: De 1960 a 1979, somente a produção de azulejos, depois de 1979, pisos e azulejos.

A produção da Icisa, até 1982, foi baseada na produtividade média em cada período, a partir de 1982 com base em Neu, 1999. A Icisa apresentava baixa produtividade porque trocou os equipamentos de 1951 somente em 1990. A produção da Cesaca de 1960 a 1969 foi baseada na produtividade média na época. Para a Eliane e Cecrisa apenas a produção das unidades em Santa Catarina. A produção para as "Outras", inclui as cerâmicas citadas no Capítulo IV, item 3.a. Foi feita uma projeção.

Anexo 25: Produção catarinense de papel (em t) e a participação nacional (em %) 1969-1999

Ano	Produção	SC/BR	Ano	Produção	SC/BR
1967	35.523	4,3	1984	511.601	13,7
1968	38.103	4,3	1985	517.727	12,9
1969	44.494	4,7	1986	598.872	13,2
1970	88.785	8,1	1987	650.209	13,8
1971	113.822	9,2	1988	682.746	14,6
1972	124.015	9,2	1989	731.146	15,0
1973	148.261	9,3	1990	708.787	15,0
1974	155.788	8,4	1991	731.830	14,9
1975	137.118	8,1	1992	760.206	15,5
1976	258.105	12,6	1993	851.647	16,1
1977	270.523	12,1	1994	900.472	15,9
1978	318.760	12,5	1995	988.644	17,0
1979	371.562	12,5	1996	1.034.037	16,7
1980	418.156	12,4	1997	1.092.185	16,7
1981	388.326	12,5	1998	1.108.398	16,8
1982	430.404	12,9	1999	1.187.403	17,1
1983	449.554	13,2			

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

Anexo 26: Produção catarinense de celulose (em t) e a participação nacional (em %) 1969-1999

Ano	Produção	SC/BR	Ano	Produção	SC/BR
1967	30.048	6,3	1984	456.294	13,5
1968	31.577	6,1	1985	470.055	13,8
1969	45.054	7,9	1986	416.655	11,7
1970	103.866	15,6	1987	458.265	12,5
1971	122.114	16,9	1988	513.827	13,7
1972	138.223	15,4	1989	537.797	13,5
1973	149.395	15,4	1990	534.735	13,6
1974	147.810	13,1	1991	571.204	13,1
1975	134.117	11,3	1992	582.118	11,9
1976	253.128	20,2	1993	612.620	12,2
1977	264.109	17,6	1994	637.997	11,9
1978	296.140	16,3	1995	701.565	12,9
1979	319.663	13,1	1996	700.354	12,2
1980	330.071	11,5	1997	722.182	12,2
1981	323.812	11,6	1998	719.849	11,5
1982	340.032	11,7	1999	785.442	11,6
1983	378.366	12,4			

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

Anexo 27: Exportações catarinense de papel (em t) e a participação nacional (em %) 1975-1997

Ano	Embalagem	Tipo de papel (em t)		Cartões e Cartolinas	Total (em t)	SC/BR (em %)	SC/BR Embalagem (em %)
		Sanitário	Impressão				
1975	15				15	0,11	0,5
1976	43		60		103	0,32	1,43
1977	300				300	0,71	6,0
1978	30	80		60	170	0,16	1,83
1979	40		13		53	0,03	0,4
1980	20				20	0,01	0,12
1981	14.457				14.457	4,38	19,27
1982	19.880				19.880	7,79	45,18
1983	45.118		10		45.128	10,23	37,6
1984	72.459				72.459	10,31	27,34
1985	41.489	479			41.968	7,72	21,6
1986	60.948	1.382	10	10	62.350	9,85	27,60
1987	70.202		45		70.247	11,03	31,59
1988	174.366	81			174.447	16,88	37,48
1989	150.496				150.496	18,33	44,13
1990	176.242				176.142	18,31	45,08
1991	183.077		216	25	183.318	17,87	41,61
1992	230.673	215			230.888	18,14	43,79
1993	177.004	4.768	25		181.797	14,85	42,39
1994	197.149	20.492	22	885	218.548	15,25	43,89
1995	168.367	18.160	693	433	187.653	16,03	45,86
1996	169.828	14.550	214	409	185.001	15,65	44,51
1997	165.437	12.572	178	442	178.629	13,95	49,58

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

Anexo 28: Exportações catarinense de pasta mecânica e a participação nacional 1976-1997

Ano	Exportações (em t)	SC/BR (em %)
1976	72	26,47
1977	310	83,78
1978	680	100,0
1979	2.283	51,97
1980	1.005	52,84
1981	1.390	68,23
1982	2.414	53,59
1983	2.414	71,55
1984	2.325	35,43
1985	2.440	35,54
1986	2.845	28,16
1987	1.920	17,13
1988	1.861	25,01
1989	1.928	38,52
1990	4.326	58,1
1991	4.760	54,9
1992	5.495	73,54
1993	3.595	88,87
1994	3.055	66,95
1995	4.040	76,54
1996	4.423	77,95
1997	4.199	89,53

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

Anexo 29: Reflorestamentos executados em Santa Catarina pelos associados da ANFPC 1973-1998 (em ha)

Ano	Pinus	Eucalyptus	Araucária	Total*	Com incentivo fiscais	Com recursos próprios
1973	54.267	104	2.179	56.550		
1974	66.433	853	2.625	69.911		
1975	84.845	1.166	2.828	88.839		
1976	98.887	1.172	3.340	103.399		
1977	112.537	1.172	3.863	124.572		
1979	168.375	5.422	4.561	178.714	168.722	9.992
1980	165.560	5.913	4.640	176.275	158.694	17.581
1981	164.199	7.229	4.964	177.176	161.517	15.659
1983	126.095	7.725	4.512	139.192	117.887	21.305
1984	121.267	8.924	4.262	135.354	114.650	20.704
1985	122.509	10.558	4.460	138.561	111.872	26.689
1986	107.231	12.317	3.277	123.247	102.600	20.647
1987	121.296	13.652	4.216	139.525	115.033	24.492
1988	120.494	14.730	4.600*	139.824		
1989	101.009	14.455	3.753	119.271		
1991	119.829	16.041	3.387	139.539		
1993	125.645	17.515	3.832	147.031		
1995	107.771	14.910	3.108	126.058		
1997	109.224	14.424	3.168	127.058		
1998	105.730	13.644	2.963	122.571		

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

Obs.: *Inclui outros

Anexo 30: Produção catarinense de papel por empresas selecionadas 1967-1999 (em t)

Ano	Igaras	Itajaí	Iguaçu	Avelino	Irani	CGV	Trombini	Klabin	Bonet	Novacki	Rigesa	Tedesco	Mili	Adami	A. Negras	Canoinhas	Sopasta
1967	19.064	4.503	2.836	980	7.657												
1968	19.994	3.412	4.542	952	7.660	972											
1969	20.632	3.412	3.980	1.021	7.660	2.226	4.803										
1970	19.905	3.299	6.027	1.094	9.129	2.815	5.504	36.876	3.310								
1971	27.453	3.299	6.027	1.308	10.907	2.815	7.166	49.205	3.310	750							
1972	41.613			1.308	12.390	295	7.529	58.527		771							
1973	49.688	3.233		1.082	13.141		9.164	65.039	6.065	849							
1974	51.999	4.165		1.002	14.097	3.080	8.148	65.863	6.671	763							
1975	43.871	2.040	6.231	1.073	12.583	2.722	8.040	55.826	4.100	632							
1976	88.611	3.312	7.504	1.319	14.948	3.000	14.200	56.913	6.204	940	58.814						
1977	82.341	3.409	7.201	1.716	20.449	3.114	14.009	56.582	5.437	618	72.271						
1978	105.061	3.674	12.106	1.568	21.218	5.390	17.032	61.002	3.717	618	79.761						
1979	121.191	3.910	16.571	3.984	26.865	6.442	21.005	61.293	5.692	5.058	92.534						
1980	130.753	4.024	21.955	4.530	28.749	9.110	26.612	61.474	7.310	7.601	106.632						
1981	126.167	4.801	22.459	4.460	26.337	9.110	23.621	52.851	5.380	5.375	98.474						
1982	138.544	1.921	23.102	4.382	27.798	14.909	24.958	49.763	8.871	7.200	101.090	17.480					
1983	142.841	4.120	20.371	4.382	32.570	14.909	25.666	54.260	9.623	4.680	107.037	22.113					
1984	165.036	1.458	24.611	5.047	32.766	12.100	24.980	65.456	9.342	8.400	119.257	24.099	6.409				
1985	157.402	2.289	27.053	4.824	33.724	15.150	23.304	67.889	11.259	6.070	122.905	26.574	7.089				
1986	178.605	1.353	29.729	4.824	34.425	15.000	31.248	67.738	10.829	6.070	134.132	33.743	5.948	22.298	11.245	2.764	
1987	198.742	2.839	30.314	4.800	36.353	15.369	31.584	68.745	12.175	5.676	145.947	38.096	7.351	22.679	11.245	3.256	
1988	224.839	3.765	12.047	4.992	33.678	15.369	32.611	65.633	10.539	7.060	160.554	42.877	8.578	25.606	7.192	3.600	8.000
1989	228.750	5.046	34.983	5.100	37.780		38.527	67.626	10.539	10.204	155.143	45.954	8.630	29.180	11.964	3.500	11.030
1990	228.093	4.924	31.685	5.382	29.254		56.653	63.213		8.806	151.939	42.545	8.838	29.180	7.831	4.364	10.120
1991	246.039	4.500	30.856	5.592	35.231		58.009	70.918	9.742	11.220	139.208	48.303	11.952		9.737	10.966	11.763
1992	239.824	3.739	32.904	6.128	35.405	15.035	60.062	71.618	9.742	9.821	152.005	46.830	15.647		9.278	10.543	12.969
1993	237.774	4.312	32.556	6.304	42.773	15.035	65.652	95.941	18.069	9.319	168.725	40.652	17.164	36.055	10.476	10.440	13.202
1994	248.707	3.905	34.472	13.349	46.834		71.865	117.880	20.495	9.477	176.120	43.767	18.986	32.187	8.101	10.440	14.717
1995	263.318	3.524	36.530	15.284	65.456		73.499	140.354	21.271	12.548	179.531	53.008	19.620	33.050	9.605	13.260	15.182
1996	260.420	4.767	37.987	21.299	59.025		71.308	141.604	21.437	23.626	182.559	49.603	20.919	33.249	11.462	14.548	17.766
1997	272.716	4.050	38.280	24.047	60.457		71.766	152.502	22.470	29.759	195.997	50.353	20.925	36.915	12.602	15.381	17.299
1998	270.945	459	40.504	25.700	71.772		65.787	150.330	17.059	8.831	198.252	50.450	25.227	38.339	11.987	16.044	18.990
1999	312.847		42.976	24.647	74.673		67.123	148.162	18.003	10.453	204.780	51.605	28.411	39.304	13.442	17.233	20.510

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos (atual BRACELPA, Associação Brasileira de Celulose e Papel)

Anexo 31: Produção catarinense de celulose (pasta química e semiquímica de fibra longa) por empresas selecionadas 1967-1998 (em t)

Ano	Igaras	Irani	Trombini	Klabin	Rigesa	Tedesco	Bonet
1967	21.298	4.250	4.500				
1968	24.134	4.285	3.158				
1969	32.193	4.285	4.776	3.800			
1970	42.812	7.005	4.776	44.879			
1971	48.639	9.027	8.843	55.605			
1972	55.625	9.879	7.253	64.658			
1973	60.180	9.684	9.450	69.201			
1974	59.519	11.316	5.935	70.065			
1975	53.671	10.951	4.760	64.635			
1976	101.864	16.887	10.595	64.573	58.781		
1977	96.575	17.606	12.168	69.828	67.131		
1978	117.273	18.570	12.890	75.777	70.485		265
1979	121.224	21.931	18.188	78.262	79.192		866
1980	114.881	23.728	18.725	81.096	91.276		365
1981	108.529	21.474	19.078	74.904	96.047		3.780
1982	121.328	26.864	21.320	75.605	91.315		3.600
1983	128.705	31.055	24.965	76.941	96.337	16.563	3.800
1984	151.876	28.452	29.280	83.426	105.205	17.958	3.800
1985	137.135	27.427	31.072	87.847	109.958	17.504	2.148
1986	143.077	12.724	26.940	93.157	120.789	17.274	2.694
1987	156.981	26.809	26.490	90.675	133.867	19.952	3.491
1988	201.777	26.469	28.563	92.728	140.161	21.882	2.247
1989	210.043	31.332	29.610	93.588	142.865	28.112	2.247
1990	210.762	24.625	29.106	99.090	141.859	29.293	
1991	230.382	25.015	36.669	111.472	137.264	30.133	269
1992	237.471	29.242	33.392	104.237	147.396	30.111	269
1993	238.864	32.366	38.940	108.964	160.356	33.130	
1994	243.203	32.946	36.766	123.606	166.529	34.947	
1995	263.021	39.261	37.590	148.562	169.099	44.032	
1996	254.074	44.977	34.104	149.324	171.156	46.719	
1997	256.527	51.558	35.979	147.285	183.961	46.872	
1998	280.431	65.278	36.000	146.765	186.201	46.201	

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos (atual BRACELPA, Associação Brasileira de Celulose e Papel)

Anexo 32: Produção catarinense de pasta mecânica (mecânica e/ou mecânico-química alto rendimento) por empresas selecionadas 1967-1999 (em t)

Ano	Heidrich	Irani	Avelino	Polpa	Trombini	Rio Verde	Marombas	Iguaçu	Hachmann	Sopasta	Facrise	Adami
1967	483	3.808	1.050	1.467								
1968	526	3.635	1.025	1.093								
1969	728	3.161	1.100	1.026								
1970	808	3.365	1.180	1.818								
1971	1.567	3.278	1.465	2.488								
1972	1.800	3.144		2.377								
1973	1.935	3.193		2.039								
1974	2.129	3.800	1.053	2.200		685						
1975	1.970	2.033	1.053	1.288		670	2.400					
1976	2.720	2.736	1.519	1.793	1.687	959	2.400					
1977	2.919	1.857		833	510	959	2.400					
1978	3.195	210	570	173		959	2.400					
1979	3.650		4.116		1.631	778	2.400	2.880				
1980	3.790		4.640		1.490	1.657						
1981	3.790		4.400		1.195	1.992						
1982	2.980	4.006	4.382		1.387	2.400			2.632			
1983	2.980	5.553			2.768	2.4103			2.768			
1984	3.435	8.268			748			4.731	3.514			
1985	3.827	7.212	3.600		2.212			4.527	3.320			
1986	3.960	5.801	4.933	5.653	1.999			444	3.286			
1987	3.780	5.846	3.840	993	2.253			1.581	2.690			
1988	4.333	5.335	4.292	362	1.998			1.048	2.497	1.000	450	
1989	5.404	6.474	6.500	3.840	2.593		2.400		3.262	4.500	3.858	
1990												
1991	5.490	5.543	6.500	3.400	2.110	4.350	4.250	4.085	2.742	5.153	3.000	
1992	5.550	5.333	3.543	3.450	2.080	4.480	4.300	2.766	4.041	4.652	4.808	
1993	5.500	6.575	4.219	3.600	2.400	4.983	2.500	1.731	4.037	4.008	4.920	
1994	5.550	5.036	4.500	3.936	2.647	8.000	4.950	2.723	3.344	3.298	8.210	
1995	4.900	4.995	2.500	3.616	2.311	8.500	4.970	2.125		2.523	1.800	
1996	5.009	4.956	3.000	3.685	1.495	7.210	4.970	2.160		2.694	2.110	2.663
1997	4.643	2.542	2.950	4.311	930	7.210	4.980	2.300	2.275	1.768		3.533
1998	4.980	212	3.025	1.430		6.437	4.800	2.703	2.500	397	9.310	3.446
1999	5.855	57	3.500	1.020		7.733	5.000	2.075	2.533			4.478

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos (atual BRACELPA, Associação Brasileira de Celulose e Papel)

Anexo 33: Trabalhadores na indústria de papel e celulose (pasta química e semiquímica de fibra longa) em Santa Catarina e a participação nacional 1969-1999 (em %)

Ano	Empregos	SC/BR	Ano	Empregos	SC/BR
1969	1.941	6,7	1985	6.560	9,0
1970	3.277	10,5	1986	7.044	9,4
1971	3.364	9,4	1987	7.744	9,8
1972	3.333	8,9	1988	8.489	10,6
1973	5.263	10,7	1989	8.493	9,8
1974	4.041	8,0	1990	8.602	10,7
1975	3.679	7,1	1991	8.553	10,9
1976	5.145	9,0	1992	8.431	11,3
1977	5.197	8,6	1993	8.659	12,4
1978	5.658	8,8	1994	8.340	12,7
1979	6.313	9,0	1995	8.745	13,7
1980	6.423	8,4	1996	9.347	13,7
1981	6.193	8,7	1997	9.532	14,3
1982	6.748	9,6	1998	8.847	13,9
1983	6.134	9,0	1999	8.849	14,5
1984	5.755	8,0			

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

Anexo 34: Produção catarinense de celulose fibra longa (em t) e a participação nacional (em %) 1969-1999

Ano	Produção	SC/BR	Ano	Produção	SC/BR
1967	30.048	15,3	1984	419.997	44,8
1968	31.577	15,0	1985	413.091	39,0
1969	45.054	19,8	1986	416.655	37,2
1970	103.866	37,3	1987	458.265	39,4
1971	122.114	41,9	1988	513.827	41,3
1972	137.415	44,5	1989	537.797	43,8
1973	149.395	45,3	1990	534.735	45,5
1974	147.810	40,0	1991	571.204	47,1
1975	134.177	37,4	1992	582.118	46,1
1976	252.700	56,1	1993	612.620	45,1
1977	263.618	51,8	1994	637.997	46,8
1978	296.140	54,9	1995	683.517	48,4
1979	319.663	52,7	1996	674.117	50,1
1980	330.071	43,7	1997	693.221	54,1
1981	323.812	43,6	1998	688.330	55,2
1982	340.032	42,5	1999	740.318	52,7
1983	378.366	42,4			

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

Anexo 35: Produção catarinense de pasta mecânica (mecânica e/ou mecânica-química alto rendimento) (em t) e a participação nacional 1967-1999 (em %)

Ano	Produção (Rever tudo)	SC/BR	Ano	Produção	SC/BR
1967	8.657	11,1	1984	40.464	19,1
1968	7.966	12,3	1985	40.946	16,2
1969	7.843	11,1	1986	37.088	10,3
1970	9.225	12,6	1987	29.282	7,5
1971	11.092	12,0	1988	38.186	9,6
1972	12.972		1989	52.982	12,4
1973	14.984	14,5	1990	46.306	
1974	20.405	19,4	1991	62.278	18,7
1975	18.540	16,9	1992	67.864	21,2
1976	26.150	21,6	1993	69.558	21,4
1977	23.082	19,8	1994	72.179	23,0
1978	27.147	21,1	1995		
1979	39.293	21,5	1996		
1980	36.199	16,5	1997	63.423	
1981	31.331	15,9	1998	62.994	
1982	45.526	22,2	1999	47.281	
1983	36.088	18,7			

Fonte: Relatórios Anuais da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, vários anos

Anexo 36: Exportações de madeira em Santa Catarina 1925-1999 (em t)

Ano	Toneladas exportadas	Ano	T exportadas
1925	22.183	1965	365.178
1930	82.849	1970	210.254
1935	187.093	1975	95.521
1940	216.587	1980	68.055
1945	292.825	1985	45.012
1950	390.356	1990	82.032
1955	753.187	1995	330.933
1960	497.044	1999	422.398

Fonte: Para os anos de 1925 a 1960 In: Kroetz, 1975; demais anos Cacex e Sistema Alice/Secex

Anexo 37: Resultados da Consul, WEG, Tupy, Busscar, Embraco e Marisol 1950-1999

Ano	Consul (unidade refrigeradores)	WEG (unidade motores)	Tupy (t de ferro fundido)	Busscar (unidade carroçarias)	Ano	Consul (unidade refrigeradores)	WEG (unidade motores)	Tupy (t de ferro fundido)	Busscar (unidade carroçarias)	Embraco (exportação US\$ mil)	Marisol (t de tecidos)
1950	22		2.000		1976	493.884	386.798	43.000	441		
1951	239		1.900		1977	580.589	481.293	50.000	560		
1952	480		2.460		1978	647.528	655.860	55.000	668		
1953	1.242		2.500		1979	807.990	820.578	79.000	686		1.203
1954	1.890		2.600		1980	1.012.355	999.372	80.000	978		1.768
1955	2.700		3.000		1981	989.628	879.289	70.000	1.172	10.751	1.850
1956	3.240		3.300		1982	999.768	673.187	83.600	1.193	8.015	1.750
1957	4.270		2.550		1983	1.059.299	770.430	82.400	1.027	15.979	1.790
1958	11.424		3.900		1984	1.083.414	909.022	94.000	812	33.677	1.805
1959	14.664		4.900		1985	1.192.927	1.063.926	94.000	942	41.466	2.293
1960	21.120		5.800		1986	1.425.572	1.371.306	95.000	1.304	53.685	2.985
1961	22.836	146	7.700		1987	1.523.261	1.435.919	98.000	1.407	75.229	3.430
1962	24.589	4.085	11.250		1988	1.176.387	1.825.301	110.000	1.749	118.481	3.652
1963	30.091	6.465	11.000		1989	1.499.000	1.827.831	110.000	1.948	139.692	3.976
1964	40.914	7.968	11.500		1990	1.390.000	1.767.543	106.000	1.775	145.073	3.796
1965	39.117	9.451	12.700		1991	1.586.000	1.957.084	101.760	2.540	174.164	3.588
1966	56.273	12.987	12.000		1992	1.050.000	1.534.307	97.690	3.385	184.198	3.141
1967	66.672	16.595	16.000		1993	1.187.000	2.066.845	108.630	2.814	211.943	2.959
1968	99.074	25.475	9.600		1994	1.702.000	2.573.307	123.080	2.668	216.570	4.156
1969	130.506	33.503	15.000		1995	2.257.000	3.115.741	139.690	4.146	216.843	3.893
1970	143.696	48.661	19.200		1996	2.986.000	3.510.372	162.880	3.572	275.901	4.682
1971	199.228	63.027	20.000	136	1997	2.664.000	5.796.778	193.670	3.869	254.298	4.100
1972	261.269	106.998	39.900	203	1998	2.383.000	5.949.171	235.690	4.069	276.103	4.200
1973	316.524	166.996	40.000	251	1999		6.180.240	288.490	3.598	266.731	5.500
1974	367.562	275.935	41.200	307							
1975	382.326	292.627	42.000	363							

Fonte: Tupy: de 1950 a 1962 Fundação Tupy 25 anos; de 1972 a 1985 Relatórios de Atividades; de 1990 a 1999 Relatório de Atividade; demais anos projeção.

Consul (refrigeradores e condicionares de ar): de 1950 a 1988 Joaquim (1989); de 1989 a 1999, dados fornecidos pela empresa;

WEG: Histórico das Vendas Físicas, dados fornecidos pela empresa;

Busscar (rodoviários, urbanos e micros): Relatórios da FABUS (Associação Nacional dos Fabricantes de Carroçarias para Ônibus);

Embraco: de 1983 a 1989 Cacex; de 1990 a 1998 Secex.

Marisol: Perfil Institucional, 1979-1999.

Anexo 38: Safra catarinense de grãos 1947-1999 (em mil t)

Ano	Safra	Ano	Safra
1947	563,6	1973	2.097,8
1948	571,1	1974	2.584,8
1949	545,1	1975	2.870,4
1950	583,8	1976	2.985,3
1951	580,2	1977	3.096,3
1952	662,3	1978	2.104,2
1953	724,0	1979	2.356,8
1954	700,1	1980	3.301,8
1955	774,4	1981	3.486,0
1956	791,0	1982	3.497,0
1957	832,0	1983	2.662,6
1958	853,3	1984	3.695,8
1959	913,1	1985	3.491,8
1960	922,8	1986	3.132,6
1961	942,5	1987	3.767,6
1962	953,6	1988	3.868,1
1963	1.007,4	1989	4.234,3
1964	1.085,9	1990	4.166,0
1965	1.165,7	1991	2.669,0
1966	1.103,8	1992	4.793,0
1967	1.395,0	1993	4.661,0
1968	1.449,1	1994	4.849,1
1969	1.815,7	1995/96	3.479,5
1970	2.069,7	1998	4.915,2
1971	1.993,4	1999	4.832,8
1972	2.084,9		

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos; Instituto Cepa, Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, vários anos.

Anexo 39: Participação da produção agropecuária por mesorregião 1970-1995 (em %)

Produto	Oeste e meio oeste						Planalto norte e nordeste						Vale do Itajaí						Grande Florianópolis						Planalto serrano						Sul						
	70	75	80	85	90	95	70	75	80	85	90	95	70	75	80	85	90	95	70	75	80	85	90	95	70	75	80	85	90	95	70	75	80	85	90	95	
Alho			14,8	10,9	16,5	39,0			3,0	2,5	3,5			6,0	2,3	2,2			3,0	2,7	2,4			68,5	79,9	74,4	58,8			4,5	1,5	1,0					
Arroz	12,2	17,6	19,5	6,2	8,2	3,0	5,5	7,6	20,9	16,8	16,2	16,8	46,5	40,0	28,9	29,9	29,2	21,7	3,0	1,9	2,3	3,2	2,7	1,3			31,5	31,1	26,2	42,9	42,0	57,2					
Banana									46,4	48,8	45,5	49,5			10,0	11,8	14,2	23,5			8,3	7,7	7,6	2,1							35,2	31,7	32,6	23,4			
Batata	16,4	21,5	21,2	22,3	15,9	2,8	19,9	12,6	13,0	11,3	13,4	21,8	17,6	20,0	13,4	12,7	23,8	4,9	13,9	6,6	20,2	15,3	15,1	9,1	16,8	8,9	15,0	17,7	19,9	44,9	15,2	30,2	17,1	20,6	12,6	16,4	
Cana-de-açúcar		16,8	2,1	11,0	6,5	41,6			18,0	9,1	4,3	3,9			45,2	31,4	34,6	38,5	15,8			32,9	43,4	40,2	44,9	8,4							5,1	4,0	5,2	5,8	29,8
Cebola			2,4	3,7	3,4	1,3			1,7	1,1			57,8	58,0	64,9	73,4			31,2	31,9	24,7	21,1			3,7	3,3	5,3	3,3			3,0	1,7	1,0				
Feijão	59,6	66,5	51,7	52,7	52,0	51,5	9,1	9,8	17,8	7,6	10,2	10,8	4,4	4,7	8,9	13,4	5,7	2,6	4,2	1,8	1,5	2,7	2,1	1,0	10,9	8,4	12,8	10,9	21,3	25,3	11,6	8,7	7,1	12,6	8,6	8,6	
Fumo			5,1	9,1	13,1	19,2			10,8	9,7	11,2	17,3			38,0	31,2	28,3	24,8			6,5	7,3	5,5	3,8							37,7	40,9	39,2	32,7			
Maçã			57,5	54,4	54,1	66,9																					42,1	45,6	45,7	32,2							
Mandioca	32,9	27,9	15,5	18,2	3,2	31,4	2,9	7,0	10,9	6,5	8,5	4,9	27,3	33,0	34,9	27,6	38,3	17,9	6,5	5,1	7,4	8,3	8,0	6,6			29,5	25,8	30,0	39,0	41,6	28,5					
Milho	71,7	77,0	77,7	77,1	73,3	67,8	5,8	5,0	5,8	6,1	7,4	11,2	6,9	5,7	5,3	5,1	6,9	6,8	1,6	1,0	1,3	1,5	1,7	1,3	9,1	6,9	5,7	5,6	6,8	8,7	4,7	4,4	4,1	4,5	3,7	4,0	
Soja	94,7	89,3	76,3	78,2	78,3	62,3			4,0	10,0	11,5	11,6	21,3								1,5	5,1	13,4	9,9	9,8	16,0											
Tomate			8,8	6,4	23,6	59,0			9,2	8,5	3,4	4,6			5,2	12,1	7,1	2,3			28,3	46,4	50,8	23,0			32,5	13,1	9,0	5,1			16,0	13,4	6,5	6,0	
Trigo	75,4	65,4	58,7	81,0	73,8	69,7	6,6	10,6	8,7	8,3	10,9	4,6												17,3	21,3	32,3	10,5	15,0	25,6								
Uva			84,2	87,1	86,2	91,2			2,1	1,1	1,2			4,1	3,1	2,9	2,1			1,8	1,3	2,5	1,7							5,6	4,5	5,3	3,3				
Carne suína	64,0	70,0		80,5	68,2	81,7	7,0	5,0		4,4	7,9	2,3	12,0	10,0		5,3	8,0	3,7	3,0	3,0		1,0	2,1	7,0	6,0		2,4	4,6	1,6	6,0	6,0		6,1	8,7	10,3		
Carne bovina		20,2	23,6	37,6	37,5	42,9		7,8	7,5	7,6	8,4	8,4		4,0	12,4	13,4	13,0	12,2		2,3		5,0	5,5	4,2		62,6	46,7	24,7	23,8	21,6		2,1	9,8	11,4	11,3	10,3	
Aves				76,5	77,1	46,3				4,4	4,0	9,6				7,9	7,9	15,4				2,4	2,6	5,1				2,4	2,0	9,5				5,6	6,2	14,1	
Leite		16,6		44,8	42,1	55,8		3,7		9,7	9,6	8,5		59,2		23,1	22,0	17,2		4,8		4,2	8,7	3,2		7,9		7,8	8,4	5,8		7,8		10,3	8,3	9,3	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, vários anos; Instituto CEPA, Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, vários anos.

Anexo 40: Área plantada (em mil ha) e produção agrícola (em mil t) em Santa Catarina de 1947-1999

Ano	Arroz		Banana		Batata		Cana-de-açúcar		Cebola		Feijão		Fumo			
	ton	ha	ton	ha	ton	ha	ton	ha	ton	ha	ton	ha	ton	ha		
1947	0,7	0,5	79,5	31,1	29,8	4,4	28,9	6,8	858	37,6	2,1	1,1	53,7	44,0	7,9	9,6
1948	0,9	0,5	81,3	31,7	31,4	4,5	29,8	7,2	863	36,3	2,3	1,2	44,8	36,1	7,7	11,9
1949	0,9	0,5	72,6	29,4	69,9	6,4	35,0	8,6	976	39,9	3,4	1,4	48,1	38,7	8,1	14,5
1950	0,8	0,6	82,2	33,4	76,7	7,6	35,2	9,2	1.012	39,5	8,5	1,6	45,6	38,9	9,3	15,3
1951	1,1	0,6	82,7	34,5	60,8	4,4	36,6	9,3	1.148	34,0	8,2	2,0	47,7	47,4	10,4	17,8
1952	1,3	0,6	78,0	33,1	68,5	5,6	37,8	10,2	1.199	35,0	8,0	2,1	51,5	49,0	12,2	21,0
1953	1,5	0,7	85,0	33,9	65,5	6,3	40,9	11,2	1.172	35,8	9,9	2,2	55,0	52,2	20,3	27,3
1954	1,6	0,7	86,0	40,3	71,8	6,5	41,8	12,2	993	31,5	6,3	2,2	65,6	61,7	22,6	30,2
1955	1,5	0,8	99,4	41,8	53,0	6,8	40,7	12,3	760	30,9	7,6	2,2	73,3	65,1	23,8	32,4
1956	1,5	0,7	130	48,9	70,7	6,2	46,4	12,6	813	29,0	8,7	2,4	71,6	68,9	13,1	11,9
1957	1,5	0,8	157	73,2	75,5	6,9	48,1	13,9	942	29,8	9,9	2,7	71,3	67,8	15,8	13,2
1958	1,5	0,8	134	59,7	77,2	6,7	51,5	14,0	870	28,3	10,3	2,6	70,1	67,6	17,9	16,3
1959	1,6	0,8	154	54,7	84,5	7,2	51,7	14,8	1.086	32,7	10,7	2,7	74,4	70,4	19,6	16,4
1960	1,7	0,8	135	61,6	88,7	8,0	57,0	16,7	1.087	32,2	11,3	2,9	78,7	76,9	21,0	18,1
1961	1,7	0,9	156	56,0	89,5	8,2	60,6	17,9	890	28,6	11,3	3,2	84,9	80,9	24,2	20,7
1962	2,0	1,0	137	59,6	89,5	8,3	57,4	19,3	877	31,6	11,4	3,3	86,5	85,8	24,5	22,1
1963	2,4	1,0	160	60,0	97,1	9,4	66,8	19,8	1.039	33,7	11,8	3,4	91,7	92,0	30,4	26,9
1964	2,1	1,0	179	66,4	82,8	8,9	72,9	21,3	1.051	32,2	13,1	3,7	95,9	91,6	31,5	26,6
1965	2,1	1,0	178	70,0	85,4	8,7	84,1	23,3	1.277	38,6	18,9	3,9	102	95,8	37,7	32,2
1966	2,2	0,9	171	71,2	73,3	6,2	135	23,0	1.434	40,1	22,4	3,6	93,2	109	44,4	32,5
1967	2,0	0,9	212	78,2	78,8	6,9	144	22,2	1.473	40,3	20,3	3,3	119	113	47,9	31,5
1968	1,9	0,9	213	80,3	86,1	6,5	182	27,3	1.424	38,9	21,2	3,4	112	112	46,7	30,5
1969	1,8	0,8	210	81,2	90,2	6,7	182	27,6	1.450	39,1	18,9	3,2	104	111	50,3	31,9
1970	1,8	0,8	214	86,1	94,3	7,2	171	25,6	1.428	35,0	18,6	3,2	99,5	112	50,2	32,8
1971	1,7	0,8	207	97,2	111	7,8	122	18,5	1.408	33,3	18,4	3,1	93,3	159	54,0	34,9
1972	1,8	0,8	222	101	118	8,5	113	18,6	1.352	31,8	18,1	3,1	105	155	53,4	35,9
1973	1,3	0,8	231	107	134	12,9	117	17,3	949	25,3	17,7	3,5	91,6	126	47,8	34,7
1974	0,8	0,6	292	101	178	13,0	142	18,3	559	17,7	42,6	5,5	127	173	70,6	43,1
1975	0,5	0,4	318	124	164	11,7	176	24,0	620	21,0	38,0	5,0	169	185	78,6	49,0
1976	0,9	0,1	332	153	141	13,8	141	17,9	552	17,1	42,9	5,9	98	158	91,3	75,7
1977	0,9	0,2	279	148	164	14,9	128	15,9	796	19,6	49,7	6,8	134	188	119	80,5
1978	1,7	0,2	259	133	190	17,1	115	16,5	1.043	20,9	47,1	5,7	122	197	130	90,5
1979	4,7	0,5	428	156	226	18,3	172	19,9	1.084	20,1	94,0	10,7	189	227	139	76,1
1980	6,7	1,3	404	153	209	18,6	143	20,1	1.170	24,6	103	12,2	120	276	127	76,6
1981	7,9	3,5	374	148	241	21,4	152	18,3	1.002	19,8	152	16,8	246	291	100	61,2
1982	8,6	2,5	395	148	274	21,5	161	19,0	1.100	19,6	113	11,3	321	373	132	71,3
1983	9,7	2,6	453	144	258	21,5	115	17,1	831	18,5	125	12,3	162	422	132	89,3
1984	8,9	2,5	446	140	295	23,7	161	17,2	976	20,4	111	12,1	310	395	151	91,3
1985	13,4	2,1	451	144	315	25,0	162	16,9	1.082	23,0	148	14,3	312	414	160	90,0
1986	18,6	2,6	505	140	326	25,7	132	17,4	1.138	23,1	148	16,6	181	367	157	95,6
1987	24,3	3,5	553	154	331	26,9	180	19,7	1.175	19,7	261	23,7	224	337	156	98,3
1988	16,6	4,4	555	156	336	27,4	170	18,2	1.206	20,4	229	21,8	265	380	148	85,5
1989	19,7	3,2	567	154	330	28,8	163	17,8	969	16,4	207	24,2	268	354	156	93,7
1990	22,5	4,1	597	152	424	29,2	181	18,1			306	27,2	280	404	152	84,2
1991	23,8	4,5	689	130	366	30,5	162	18,2			288	26,9	197	374	145	84,9
1992	29,8	4,1	598	149	444	31,0	190	19,2			309	29,7	370	385	198	107
1993	24,3	4,7	667	146	490	31,8	209	19,0			231	22,1	293	353	226	125
1994		4,7	149	496	31,6	213	19,4				302	27,3	343	352	173	95,4
1995-96	10,7	2,4	497	111	23,7	106	10		518	24,7	225	24,0	223	254	163	101
1998	16,4	2,3	758	166	499	25,6	112,4	11,0			348	21,8	266	211	105	205
1999	17,3	2,5	795	135	532	26,3	125,4	10,4			456	24,2	216	220	97	188

Fonte: Instituto Cepa, Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, vários anos.

Anexo 41: Área plantada (em mil ha) e produção agrícola (em mil t) em Santa Catarina de 1947-1999

Ano	Maçã		Mandioca		Milho		Soja		Tomate		Trigo		Uva	
	ton	ha	ton	ha	ton	ha	ton	ha	ton	ha	ton	ha	Ton	ha
1947			1.250	83,0	353	205	0,05	0,04	0,2	0,08	77,4	73,4		
1948			1.203	80,8	360	199	0,06	0,04	0,3	0,1	84,9	88,9		
1949			1.356	86,4	321	194	4,1	2,2	0,3	0,1	99,3	96,7		
1950			1.331	80,7	345	179	4,0	2,7	0,4	0,1	107	101		
1951			1.422	84,3	375	200	2,6	2,0	0,5	0,2	72,2	105		
1952			1.518	91,1	398	218	2,8	2,1	0,6	0,2	132	135		
1953			1.617	95,7	442	233	4,0	3,1	0,7	0,2	138	150		
1954			1.598	97,8	434	246	3,5	2,2	0,6	0,2	111	146		
1955			1.716	105	457	245	3,7	2,2	0,6	0,2	141	139		
1956			1.543	95,2	494	259	3,9	2,3	1,1	0,3	91,5	91,4		
1957			1.530	95,4	506	262	4,1	2,4	1,7	0,3	93,6	110		
1958			1.701	104	548	283	4,3	2,8	2,5	0,4	96,9	116		
1959			1.694	99,9	571	295	4,7	3,0	3,7	0,5	109	113		
1960			1.735	106	596	319	5,1	3,4	3,3	0,7	108	111		
1961			1.837	113	615	322	7,5	5,7	3,4	0,7	79,1	100		
1962			1.866	121	616	341	9,1	7,3	3,6	0,8	105	104		
1963			2.017	124	670	374	14,8	11,5	4,1	0,8	70,9	102		
1964			2.02	131	684	384	31,6	32,0	4,7	0,8	95,4	102		
1965			2.226	138	748	407	52,9	65,9	6,4	0,7	84,8	98,6		
1966			2.438	129	699	427	77,3	101	9,0	0,6	63,3	77,9		
1967			2.553	119	897	488	99,4	115	11,8	0,6	67,6	77,4		
1968			2.832	130	792	474	260	202	12,1	0,6	72,1	81,0		
1969			2.936	138	989	537	431	364	18,1	0,9	81,7	96,6		
1970			3.017	142	1.197	672	467	361	17,9	0,9	92,2	119		
1971			3.065	155	1.206	693	409	339	16,7	0,8	78,1	116		
1972			2.869	152	1.225	692	476	350	24,1	1,2	61,9	121		
1973			2.297	161	1.375	705	354	408	17,5	0,8	55,2	71,9		
1974	1,5	1,3	2.128	142	1.713	723	433	504	14,3	0,6	80,8	99,1		
1975	5,0	1,9	995	80,5	1.661	728	718	520	17,5	0,7	30,4	67,6	39,8	3,9
1976	8,4	2,6	1.303	80,8	1.901	779	648	483	25,2	0,9	20,3	37,5	53,8	4,1
1977	12,3	3,8	1.239	82,9	2.076	825	534	445	22,9	0,9	20,3	37,5	59,8	4,2
1978	10,8	5,3	1.208	77,5	1.294	819	405	404	28,0	1,0	4,2	11,6	57,3	4,0
1979	21,4	6,3	1.120	66,8	1.327	837	578	420	32,9	1,0	3,8	4,5	65,1	4,9
1980	28,2	7,1	995	60,9	2.017	877	718	520	35,1	1,1	18,8	34,7	44,4	5,0
1981	39,1	8,0	1.274	76,0	2.264	905	563	483	41,0	1,3	9,0	19,2	75,7	5,2
1982	76,6	4,8	1.141	79,0	2.142	903	574	445	39,8	1,4	8,6	8,9	80,5	5,0
1983	57,3	5,6	1.022	78,5	1.687	901	405	359	33,7	1,5	13,6	26,8	57,0	5,3
1984	108	6,5	1.090	83,1	2.345	937	578	422	48,2	1,5	9,8	17,3	72,5	5,6
1985	138	7,6	1.182	88,4	2.159	932	563	420	42,2	1,3	11,8	15,1	75,5	5,7
1986	152	8,6	1.224	84,8	1.951	923	498	382	35,5	1,3	51,6	40,0	64,9	5,7
1987	104	9,3	1.221	75,7	2.440	1.015	455	361	52,5	1,5	143,6	116	60,0	5,8
1988	203	12,5	1.165	69,4	2.371	988	519	386	56,8	1,6	160,1	124	77,7	5,5
1989	236	12,7	1.125	64,4	2.662	994	660	436	63,1	1,6	89,3	100	74,3	5,4
1990	225	13,4	1.162	67,5	2.674	1.011	537	366	69,1	1,6	108	105	70,8	4,7
1991	217	13,4	1.099	63,3	1.523	962	249	261	68,9	1,7	103	80,1	44,1	4,3
1992	240	13,6	1.018	56,7	3.261	1.078	367	203	67,5	1,7	106	72,0	56,6	4,0
1993	300	14,0	1.017	56,4	3.235	1.030	435	220	91,3	1,9	100	79,1	60,7	4,1
1994	240	14,0	937	53,2	3.331	1.035	434	217	107	2,1	74,1	61,0	53,6	3,9
1995-96	277	13,3	431	40,4	2.305	755	409	167	78	2,8	44,7	29,9	27,3	2,9
1997	358	14,5												
1998	371	13,9		35,2	2.690	781	471	220	135	2,9	45,4	24,8		
1999	425	14,6		40,0	3.239	820	526	211	126	2,4	51,3	28,5		

Fonte: Instituto Cepa, Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, vários anos.

Anexo 43: Crédito agrícola liberado pelo Banco do Brasil para Santa Catarina 1970-1994

Ano	Total de contratos		Agricultura		Pecuária	
	Número	US\$	Número	US\$	Número	US\$
1970	74.254	157.635	49.813	94.641	24.441	62.993
1971	58.091	141.306	40.484	91.556	17.607	49.750
1972	68.101	191.019	43.767	119.642	24.334	71.376
1973	72.273	294.270	49.780	197.653	22.493	96.618
1974	87.817	466.958	59.847	307.639	27.970	159.019
1975	178.820	793.463	134.323	513.004	44.497	280.459
1976	172.627	853.381	131.713	501.666	40.914	351.715
1977	143.091	757.595	110.454	484.071	32.637	273.524
1978	164.464	855.768	125.141	573.443	39.323	282.324
1979	176.289	1.044.417	126.910	668.660	49.379	375.757
1980	202.814	1.011.223	150.556	674.296	52.258	336.926
1981	192.076	847.246	162.942	671.435	29.134	175.812
1982	202.751	1.068.851	172.753	912.573	29.998	156.279
1983	241.883	654.219	216.429	521.614	25.454	132.605
1984	131.856	417.567	122.679	357.851	9.177	59.716
1985	177.839	687.782	167.458	608.028	10.381	79.753
1986	258.566	987.075	241.880	782.178	16.686	204.897
1987	173.608	739.020	163.362	562.525	10.246	176.495
1988	148.003	664.982	141.720	516.798	6.283	148.184
1989	103.771	623.532	94.839	414.837	8.932	208.695
1990	94.911	440.088	90.183	346.253	4.728	93.835
1991	147.755	426.184	140.699	345.562	7.056	80.622
1992	127.972	470.355	119.901	386.517	8.071	83.838
1993	100.712	556.960	92.124	500.294	8.588	56.666
1994	104.425	401.486	97.276	354.566	7.149	46.920

Fonte: Banco Central do Brasil; Instituto CEPA, Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, vários anos.

Obs.: De 1970 a 1987, dólar de julho de 1989 (US\$ 1,00 = NCz\$ 1,898); de 1988 dólar de junho de 1988 (US\$ 1,00 = Cz\$ 177,88); 1989, dólar de julho de 1989 (US\$ 1,00 = NCr\$ 1,898); de 1990 a 1994, dólar corrente.

Anexo 44: Resultados da Perdigão 1970-2000

Ano	Abate aves Mil cabeças	Abate suínos Mil cabeças	Bovino Cabeças	Farelo soja Mil ton	Esm/soja Mil ton	Aves	Integrados Suínos	Total	Exportações Mil dólares	Trabalhadores*
1970						1				764
1971	252					6				820
1972	818					21				879
1973	1.825					51				1.127
1974	3.559					88				1.321
1975	6.302					118				1.522
1976	9.512	230				143			6.894	1.490
1977	13.619	240				181			7.431	1.588
1978	19.200	400				266				1.842
1979	27.600	550				283				2.328
1980	38.781	759		44	58	329				2.505
1981	58.018	762	10.321	49	66					3.600
1982	76.495	802	15.568	123	162				67.399	4.750
1983	79.252	938	15.253	201	254				74.505	4.853
1984	83.884	921	8.156	181	213				82.127	5.565
1985	107.100	1.040	4.731	274	346				86.874	6.300
1986	116.887	927	3.319	190	249				80.344	7.456
1987	113.514	1.137	16.122	121	158				65.952	8.200
1988	107.586	1.092	45.202	181	234				89.555	9.000
1989	123.128	1.139	51.839	201	262				101.166	16.712
1990	133.938	1.121	49.665	215	281				115.952	16.135
1991	144.762	1.180	52.204	207	266				131.137	15.100
1992	148.200	1.119	39.600	190	243				150.300	12.863
1993	148.400	1.113	6.600	56	79				143.000	11.735
1994	151.000	1.152		80	113	2.700	3.600	6.300	234.600	12.259
1995	156.000	1.142		273	359			6.268	204.700	12.515
1996	195.000	1.328			426			6.810	242.906	14.313
1997						3.429	3.183	6.612	304.702	14.353
1998						3.260	3.069	6.329	254.583	15.192
1999	286.000	1.752				3.365	2.814	6.179	280.603	16.649
2000								6.307		16.683

Fonte: Informativo "Perdigão", 1976-1982; Relatórios Anuais, vários anos.

* Número de trabalhadores de 1970 a 1988 apenas nas unidades em Santa Catarina, de 1989 em diante representa o total do grupo.

Anexo 45: Resultados da Sadia S.A. 1945-1999

Ano	Suínos		Aves	Operários	Ano	Suínos		Aves		Bovinos		Integrados		Exportações	Industrializados	Farelo	Operário	
	Mil cab.	Mil t				Mil cab.	Mil t	Milh cab.	Mil t	Mil Cab.	Mil t	Suínos	Aves					Total
1945	35	2,8		145	1973	601		10.635									3.654	
1946	45	3,7		160	1974	618		15.930									4.366	
1947	51	4,4		155	1975	724		30.412						6,5			5.163	
1948	49	4,3		150	1976	783		35.801						21,0			6.381	
1949	36	3,2		180	1977	818		39.862			1.020	712	1.732	24,0			8.312	
1950	48	4,3		210	1978	1.049		49.202		128		988	674	1.662	21,0		9.743	
1951	65	5,5		275	1979	1.158		66.141		135				42,3			10.820	
1952	76	7,7		275	1980	1.435	143	93.440	144	136	47			105,9		306	14.183	
1953	78	7,6		290	1981	1.376	133	133.756	182	138	46		5.500	173,3		356	16.020	
1954	92	8,9		340	1982	1.213	132	140.943	222	180	57		6.340	115,0		342	16.080	
1955	88	8,9		315	1983	1.372	148	159.320	243	239	89		8.256	204,0		553	18.313	
1956	96	9,9		400	1984	1.319	139	184.441	279	232	90	8.831	2.026	10.857	248,0	78.943	577	19.821
1957	110	11,2		575	1985	1.461	143	200.726	314	261	105	11.391	2.537	13.928	262,0	85.952	661	21.922
1958	130	11,3		625	1986	1.661	156	204.725	334	160	74	12.576	2.826	15.402	223,0	94.828	839	22.813
1959	145	12,2		635	1987	1.886	126	217.588	325	167	41	11.270	3.165	14.435	233,0	98.175	881	25.264
1960	158	14,3	78	665	1988	1.608	108	214.233	333	275	68	10.143	3.222	13.365	283,0	112.129	856	26.031
1961	172	16,2	119	720	1989	1.411	95	220.189	357	314	78	12.463	3.301	15.764	251,0	124.414	1.023	32.049
1962	180	14,6	135	755	1990	1.869	122	239.267	376	443	114	14.500	3.300	17.800	280,0	161.000	1.000	31.912
1963	167	14,5	170	735	1991	2.141	135	276.000	443	527	133	14.182	4.592	18.774	319,5	193.000	1.060	33.928
1964	145		241		1992	2.248	144	292.000	473	621	155	13.000	5.000	18.000	454,3	227.000	1.387	35.625
1965	157		325		1993		139		486		111	12.768	5.324	18.092	424,7	238.000	1.562	32.473
1966	184	24,3	526		1994		160	313.000	521	345	85	10.364	5.638	16.002	567,0	260.000	1.622	32.357
1967	185	26,6	811		1995		183	325.400	546		104	8.470	5.680	14.150	397,0	334.000	1.708	32.767
1968	183	37,3	1.023		1996		186	346.400	569	433	75	5.700	6.000	11.700	554,0	335.000	1.756	29.975
1969	192	39,9	1.620		1997		179		572			5.650	5.485	11.135	648,0	325.000	1.649	25.875
1970	198	50,2	2.698	947	1998		219		636			5.600	5.250	10.850	472,6	341.000		22.080
1971	254	72,1	4.731	1.206	1999							4.890	4.250	9.140	839,7			25.832
1972	266	103	6.784	1.369														

Fonte: Sadia, Relatórios Anuais, vários anos.

Anexo 46: Resultados da Aurora 1973-2000

Ano	Abate suínos Cabeças	Integrados Suínos	Matrizes	Ano	Abate suínos	Integrados Suínos	Matrizes	Média/prop
1973	7.593			1987	813.473	10.510	62.400	5,94
1974	60.108			1988	704.317	9.577	41.964	4,38
1975	72.108			1989	524.494	8.835	53.262	6,03
1976	92.603			1990	643.221	8.662	54.001	6,23
1977	122.733			1991	683.325	8.910	57.877	6,5
1978	180.876			1992	729.023	8.321	55.305	6,65
1979	212.925			1993	684.234	7.425	53.731	7,24
1980	313.796	215	5.400	1994	828.502	7.636	68.021	8,9
1981	327.550	541	10.969	1995	1.156.284	8.495	92.460	10,88
1982	423.474	915	14.411	1996	1.384.844	7.322	71.358	9,74
1983	534.745	3.168	28.402	1997	1.207.138	6.606	76.089	11,52
1984	526.434	4.307	30.104	1998	1.426.339	6.262	77.791	12,42
1985	578.032	7.090	43.248	1999	1.332.651	5.947	85.275	14,34
1986	639.434	9.570	56.517	2000		5.872	85.063	14,48

Fonte: Aurora, Relatório Anuais, vários anos.

Anexo 47: Resultados da Chapecó 1955-2000

Ano	Suínos Cabeças	Ano	Suínos Cabeças	Ano	Aves		Suínos Cabeças	Integrados		Trabalhadores
					Mil cab	Ton		Aves	Suínos	
1955	6.775	1971	184.510	1986			475.240	409		
1956	42.644	1792	169.238	1987			529.585	467		
1957	50.424	1973	169.667	1988			545.430	539		
1958	54.214	1974	151.819	1989			432.156	688	2.680	
1959	64.504	1975	160.181	1990			523.793	706	2.582	
1960	76.843	1976	223.686	1991	50.558	87.711	593.245	709	2.350	4.339
1961	92.808	1977	199.767	1992	57.635	105.747	748.342	669	1.865	4.531
1962	122.912	1978	231.679	1993	80.085	106.773	714.383	696	1.797	4.339
1963	106.285	1979	287.926	1994	86.465	124.596	738.882	734	1.588	4.730
1964	111.601	1980	391.026	1995	66.214	131.017	768.926	784	1.881	5.137
1965	116.195	1981	408.305	1996	99.219	195.873	766.654	867	1.789	5.049
1966	120.213	1982	387.001	1997	73.086	138.091	236.162	855	822	3.456
1967	115.886	1983	411.521	1998	37.374	73.643	149.385	858	323	2.523
1968	132.028	1984	389.844	1999	37.901	72.776	118.864	816	116	2.856
1969	164.141	1985	420.408	2000				840	229	
1970	174.336									

Fonte: Chapecó, Relatórios Anuais, vários anos.

Anexo 48: Indicadores da produção industrial por classes e gêneros Santa Catarina 1988/2000 (Base: ano anterior=100)

Classes e gêneros	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Indústria geral	94,4	104,4	92,3	101,8	96,0	107,4	105,4	105,7	102,5	106,8	97,6	101,8	104,3
Extrativa mineral	117,4	76,1	60,4	98,5	74,7	92,8	104,7	95,7	98,6	131,8	95,7	90,8	142,0
Indústria transformação	93,8	105,4	93,1	101,8	96,4	107,6	105,4	105,9	102,6	106,3	97,7	102,0	103,6
Minerais não metálicos	97,7	108,4	75,2	94,3	103,8	107,8	94,18	101,0	100,6	107,4	96,3	92,4	103,7
Metalúrgica	92,9	107,3	82,6	95,6	91,9	125,9	125,1	102,2	99,2	124,4	100,5	95,9	116,3
Mecânica	86,2	130,3	94,4	107,2	81,3	121,2	119,3	108,4	100,0	95,7	101,1	103,4	103,7
Material elétrico e comunicação	99,3	97,7	98,9	119,6	85,8	114,1	126,2	122,5	90,6	128,9	98,8	102,7	117,0
Material transporte							97,5	128,6	94,4	101,6	100,9	95,8	115,4
Madeira							104,8	99,8	99,9	119,4	98,3	109,4	96,0
Mobiliário							98,0	100,7	99,2	101,7	94,1	90,8	97,2
Papel e papelão	94,7	101,8	91,8	102,6	100,2	109,2	105,9	113,9	102,7	103,7	101,6	107,0	103,5
Couros e peles							74,33	53,7	94,0	75,7	91,0	87,8	113,0
Química	115,3	84,2	80,4	80,6	88,8	93,3	106,0	110,0	91,4	125,2	96,1	90,7	134,6
Produto matéria plástica	92,0	109,3	87,5	100,2	99,7	85,6	118,9	131,9	107,9	100,0	104,7	97,2	98,2
Têxtil	96,1	96,2	100,7	99,9	94,3	99,0	107,3	98,8	97,1	108,4	96,2	98,3	100,2
Vestuário e calçados	94,3	103,9	93,5	81,9	96,7	116,9	93,3	90,9	103,6	93,9	96,8	97,8	101,1
Produtos alimentares	85,4	100,7	109,5	114,0	108,8	102,3	108,6	109,0	109,4	103,1	97,1	108,4	101,2
Bebidas	100,2	108,3	103,4	100,5	92,1	100,6	91,3	156,1	135,1	102,9	99,8	76,9	121,8
Fumo	111,7	124,9	89,0	103,2	121,5	105,7	47,8	104,2	121,8	125,9	59,4	129,5	89,8

Fonte: IBGE/DPE/DEIND

Anexo 49: Número de trabalhadores no setor de revestimentos cerâmicos (empresas selecionadas) 1965-1998

Empresa	Fundação	Localização	1965	1970	1974	1978	1980	1982	1984	1986	1989	1992	1994	1996	1998
Cerâmica Imbituba S.A. - Icisa	1919	Imbituba	354	685	721	870	1.000	925	875	870	918	600	610	598	450
Cerâmica Santa Catarina S.A. - Cesaca	1946	Criciúma	144	228	495	1.230	1.200	1.022	1.037	797	680	721	425		
Cerâmica Urussanga S.A. - Ceusa	1952	Urussanga	32	57	206	377	385	371	357	388	511	163	188	179	195
Eliane Revestimentos Cerâmicos (em SC)	1954	Cocal do Sul	209	558	761	2.114	2.350	2.517	2.383	3.387	3.427	2.500	2.500	2.857	2.830
Cecrisa S.A. (em SC)	1971	Criciúma			517	2.409	2.250	1.905	2.031	2.160	2.619	1.505	1.389	1.218	1.213
Vectra Revestimentos Cerâmicos	1974	Içara				30	55	70	100	107	186	200	250	320	225
Itagres Revestimentos Cerâmicos	1975	Tubarão					210	310	250	248	650	240	280	350	350
Casagrande Pisos Cerâmicos S.A.	1975	Mafra					200	180	134	150	189	150	213	113	118
Cerâmica Portobello S.A.	1979	Tijucas					150	600	620	820	1.026	1.000	1.400	1.400	1.400
De Lucca Revestimentos Cerâmicos	1989	Criciúma									249	213	208	253	346
Outras						200	250	300	334	500	600	350	400	500	700
Total			739	1.528	2.700	7.230	8.000	8.200	8.121	9.427	11.055	7.642	7.863	7.788	7.827

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos.

Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 50: Número de trabalhadores no setor de papel e celulose (empresas selecionadas) 1965-1998

Empresa	Fundação	Localização	1965	1970	1974	1978	1980	1982	1984	1989	1992	1994	1996	1998
Fábrica de Papel Primo Tedesco	1935	Caçador	144	202	310	323	390	454	569	650	640	941	742	372
Celulose Irani Ltda	1941	Joaçaba	582	622	768	1.013	1.110	1.219	1.428	1.500	1.116	915	784	741
Igaras Papéis e Embalagens S.A.	1958	Otaclio Costa	480	580	656	1.124	1.190	1.003	1.768	1.800	1.295	1.156	1.098	1.056
Trombini Papel e Embalagens Ltda.	1962	Fraiburgo									700	707	517	406
Klabin S.A. (em SC)	1969	Correia Pinto			1.029	1.398	1.280	1.084	1.462	1.520	1.464	1.185	1.214	1.555
Rigesa Celulose Papel e Embalagens	1974	Três Barras			408	393	850	2.090	369	650	629	682	492	644

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos.

Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 51: Número de trabalhadores na setor mobiliário (empresas selecionadas) 1965-1998

Empresa	Fundação	Localização	1965	1970	1974	1979	1982	1984	1989	1992	1994	1996	1998
Móveis Rückel Ltda.	1914	Rio Negrinho	12	9	26	89	148	210	249	170	211	213	210
Indústrias Zipperer S.A.	1923	S. B. do Sul	86	135	129	198	271	294	250	243	235	200	168
Fábrica de Móveis Weiermann	1925	S. B. do Sul	84	127	181	213	216	260	330	306	325	287	266
Indústria Artefama S.A.	1945	S. B. do Sul	208	248	480	667	557	534	650	731	637	538	531
Móveis Serraltense Ltda.	1947	S. B. do Sul	17	120	170	132	170	150	148	145	181	211	182
Fábrica de Móveis Leopoldo S.A.	1948	S. B. do Sul	104	242	258	281	290	300	303	291	391	362	349
Móveis Rudnick S.A.	1959	S. B. do Sul	35	79	144	294	317	375	500	759	757	822	818
Fábrica de Móveis Rio Negrinho	1970	Rio Negrinho			75	240	305	340	305	258	349	282	216

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos.
Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 52: Número de trabalhadores no setor madeireiro (empresas selecionadas) 1960-1998

Empresa	Fundação	Localização	1960	1965	1970	1974	1979	1982	1984	1989	1992	1994	1996	1998
Adami S.A. Madeiras	1943	Caçador	150	160	230	408	393	495	680	800	990	1.963	1.127	974
Sincol S.A. Ind. e Com.	1943	Caçador	70	90	280	360	650	1.240	1.270	1.400	1.400	1.500	1.900	1.850
Empresa Ind. Com. Fuck S.A.	1943	Canoinhas				169	268	415	550	847	827	792	768	621
Ind. e Com. de Madeiras Battistella	1949	Lages/R. Negrinho	250	258	450	600	511	745	1.079	2.390	1.578	1.448	1.090	1.206
Coesa Comercial Exportadora S.A.	1962	Lages				470	418	247	350	554	274	289	300	121
Madecal Agro Industrial Ltda.	1965	Lages							151	200	284	324	338	472
Madepar Ind. Com. Madeiras Ltda.	1977	Caçador						88	120	250	368	401	254	280

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos.
Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 53: Número de trabalhadores no setor eletro-metal-mecânico (empresas selecionadas) 1960-1998

Empresa	Fundação	Localização	1960	1965	1970	1974	1979	1982	1984	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998
Metalúrgica Wetzel Ltda.	1932	Joinville		95	179	336	781	697	830	970	1.200	1.580	1.430	1.380	941	943
Fundição Tupy S.A. (em SC).	1938	Joinville	1.930	2.665	2.514	6.480	7.980	6.384	7.070	7.350	7.578	6.416	5.032	4.189	4.143	4.281
Electro Aço Altona S.A.	1938	Blumenau		544	585	753	1.142	851	775	854	955	890	741	768	484	540
Metalúrgica Erwino Menegotti	1940	Jaraguá do Sul		40	94	134	372	350	300	248	270	240	258	255	275	340
Metisa - Metalúrgica Timboense S.A.	1942	Timbó		145	138	320	592	954	789	907	917	920	957	936	837	866
Kohlbach S.A.	1945	Jaraguá do Sul	30	85	251	522	691	816	1.050	1.417	1.904	1.502	1.275	1.288	1.135	863
Indústria Schneider S.A.	1946	Joinville		165	177	276	370	295	148	185	210	220	154	250	274	210
Wiest S.A.	1947	Jaraguá do Sul		50	67	70	108	252	254	267	302	250	232	216	379	384
Metalúrgica Doudat S.A.	1950	Joinville		223	344	550	1.230	489	684	710	747	700	450	320	256	230
Indústria de Refrigeração Consul S.A.	1950	Joinville	398	633	1.479	2.789	4.457	4.421	5.661	7.757	6.139	6.076	5.701	5.474	5.747	3.731
Metalurgia Duque S.A.	1955	Joinville		160	204	788	1.121	1.592	1.428	1.435	1.850	700	1.122	1.151	1.071	725
Cia. Industrial H. Carlos Schneider - Ciser	1959	Joinville				280	380	448	604	722	1.110	775	638	715	767	870
WEG S.A. (em SC)	1961	Jaraguá do Sul		81	409	1.461	2.867	3.506	3.943	6.100	6.500	6.000	6.621	6.701	7.773	6.778
Metalúrgica Schulz S.A.	1963	Joinville		110	94	286	800	820	910	950	1.400	800	1.206	1.263	961	901
Embraco S.A.	1971	Joinville				400	1.600	1.849	2.896	3.021	5.450	4.769	5.551	6.714	6.006	4.928

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos.

Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 54: Número de trabalhadores no complexo agroindustrial de carne (empresas selecionadas) 1960-1998

Empresa	Fundação	Localização	1960	1965	1970	1974	1979	1982	1984	1989	1992	1994	1996	1998
Perdigão S.A. Indústria e Comércio (em SC)	1942	Videira	400	375	556	434	1.868	3.860	5.565	6.500	8.586	7.180	8.882	9.010
S.A. Ind. e Com. Concórdia - Sadia (em SC)	1944	Concórdia	670	744	752	1.524	3.739	3.866	4.582	7.350	8.355	8.181	8.065	7.205
S.A. Indústria e Comércio Chapecó	1952	Chapecó	144	219	300	380	1.009	2.113	2.946	3.250	3.345	3.800	3.605	2.170
Coopercentral - Aurora	1969	Chapecó					647	1.040	1.380	1.258	3.529	4.133	4.395	4.856
Ceval Alimentos S.A. (em SC)	1972	Gaspar						1.181	2.020	1.166	4.949	5.271	5.586	4.199
Macedo Koerich S.A.	1973	São José				36	64	206	309	305	545	703	747	542

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos; Macedo, 1997.

Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 55: Número de trabalhadores no setor têxtil-vestuário (empresas selecionadas) 1965-1998

Empresa	Fundação	Localização	1965	1970	1974	1979	1982	1984	1988	1990	1992	1994	1996	1998
Companhia Hering S.A.	1880	Blumenau	1.838	2.388	5.522	9.164	10.842	11.464	12.037	10.750	9.907	7.914	5.530	4.148
Döhler S.A. Comércio e Indústria	1881	Joinville	153	185	615	970	1.316	1.286	1.991	1.978	2.254	2.822	2.687	2.481
Companhia Têxtil Karsten S.A.	1882	Blumenau	381	395	595	902	1.107	1.242	1.695	1.850	1.751	1.900	2.003	1.864
Fábrica de tecidos Carlos Renaux Ltda.	1892	Brusque	1.605	1.693	1.652	1.961	1.380	1.378	1.394	1.570	1.055	886	906	913
Bütelner S.A. Indústria e Comércio	1898	Brusque	572	746	950	1.088	1.384	1.396	2.150	2.050	1.835	1.831	1.389	1.300
Companhia Fabril Lepper	1907	Joinville	207	231	368	396	411	356	144	350	728	766	837	793
Companhia Industrial Schlösser S.A.	1911	Brusque	609	750	871	1.216	1.300	1.388	1.740	1.690	1.438	1.367	533	481
Indústria Têxtil Carlos Renaux S.A.	1925	Brusque	693	709	750	694	721	750	1.015	980	775	893	737	693
Tecelagem Kuehnrich S.A. – TEKA	1935	Blumenau	563	593	981	2.228	3.242	3.928	4.443	6.172	4.139	4.505	3.007	3.163
Cremer S.A. Produtos Têxteis e Cirúrgico	1935	Blumenau	901	919	976	1.820	2.056	2.085	2.631	2.558	2.396	2.501	1.741	1.228
Artex S.A. Fábrica de Artefatos Têxteis	1936	Blumenau	1.226	1.552	1.741	5.754	4.220	4.379	4.819	4.463	3.328	2.983	3.263	1.777
Indústria de Linhas Leopoldo Schmalz S.A.	1938	Brusque	190	468	1.041	1.227	1.384	1.500	1.882	1.310	1.148	1.059	961	808
Sul Fabril S.A.	1945	Blumenau	382	579	1.177	2.346	3.481	4.106	6.103	5.424	5.249	5.006	2.932	2.275
Fábrica de Cadarço e Bordado Haco S.A.	1946	Blumenau	249	279	347	589	823	950	965	980	1.028	1.117	929	868
Fiação São Bento	1948	S. B. do Sul	263	295	280	412	410	450	474	480	500	495	471	450
Maju Indústria Têxtil S.A.	1953	Blumenau	35	52	240	750	981	1.442	1.557	1.470	1.207	842	722	576
Marisol S.A. Indústria do Vestuário	1964	Jaraguá do Sul	25	25	104	817	1.037	1.779	4.642	4.811	3.032	3.340	3.608	3.500
Ind. e Com. W. Weege S.A. (Malwee Malhas)	1968	Jaraguá do Sul		44	256	1.099	2.545	2.832	1.900	3.450	3.418	3.450	3.500	4.000

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos.

Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 56: Número de trabalhadores no setor carbonífero (empresas selecionadas) 1965-1998

Empresa	Fundação	Localização	1965	1970	1974	1978	1980	1982	1984	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998
Cia... Brasileira Carbonífera de Araranguá	1917	Criciúma	569	484	396	871	778	1.155	1.242	1.511	695	750	780	707	434	414
Cia. Carbonífera Urussanga	1918	Urussanga	325	659	462	1.140	2.296	2.303	2.000	1.534	1.865	950	811	612	508	500
Soc. Carbonífera Próspera S.A.	1921	Criciúma	1.559	2.047	1.454	1.564	2.021	2.274	2.209	2.165	2.454	450	405	422	491	0
Cia. Nac. Min. de Carvão Barro Branco	1922	Lauro Müller	1.151	1.084	1.118	766	666	664	753	603	539	430	339	167	95	04
Carbonífera Metropolitana S.A.	1941	Criciúma	580	604	650	660	609	651	1.822	1.168	621	490	487	438	477	626
Cia. Carbonífera Catarinense S.A.	1942	Criciúma	254	239	213	501	420	443	518	407	365	250	256	246	288	237
Carbonífera Treviso S.A.	1951	Siderópolis	371	489	418	292	310	313	308	293	287	180	151	66	182	180
Carbonífera Criciúma Ltda.	1958	Criciúma	661	610	424	1.145	1.220	1.520	1.893	1.735	1.726	750	633	686	723	499
Outras			1.308	2.456	2.058	1.150	1.002	824	153	378	577	280				
Total			6.778	8.676	7.129	8.089	9.322	10.147	10.898	9.794	9.129	4.530	3.862	3.344	3.198	2.460

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos; Informativo Anual da Indústria Carbonífera DNP, vários anos.

Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 57: Número de trabalhadores no setor de matérias plásticas (empresas selecionadas) 1960-1998

Empresa	Fundação	Localização	1960	1965	1970	1974	1979	1982	1984	1989	1992	1994	1996	1998
Cia. Hansen Industrial - Tigre	1941	Joinville	208	591	1.339	1.921	3.505	3.300	2.947	5.550	2.893	1.923	1.517	1.075
Cia. Industrial de Plástico - Cipla	1963	Joinville		55	176	448	1.514	1.770	1.786	1.800	1.035	1.150	937	1.263
Ind. de Embalagens Plásticas Canguru S.A.	1970	Criciúma			10	110	220	302	336	470	489	561	598	824
Akros Industrial de Plástico S.A.	1977	Joinville					25	213	256	380	864	926	1.060	1.111

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos.

Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 58: Número de trabalhadores de outras indústrias representativas em Santa Catarina (empresas selecionadas) 1960-1998

Empresa	Fundação	Localização	1960	1965	1970	1974	1979	1982	1984	1989	1992	1994	1996	1998
Duas Rodas Industrial (Alimentos)	1925	Jaraguá do Sul		59	98	183	351	395	612	594	845	1.013	906	900
Indústrias Augusto Klimmek – Escovas Condor	1929	São Bento do Sul	500	563	647	848	922	1.065	1.123	1.350	1.508	1.454	1.323	964
Busscar Ônibus S.A.	1946	Joinville		77	208	359	914	1.371	1.119	2.011	3.231	3.101	2.466	2.583
Porcelana Schmitz S.A. (louça de mesa)	1948	Pomerode		899	889	1.023	1.100	2.835	2.329	2.200	642	443	339	311
Cristais Hering S.A.	1953	Blumenau		499	489	549	632	731	777	790	732	394	352	223
Cerâmica Oxford Ltda. (louça de mesa)	1953	São Bento do Sul		148	156	205	751	820	1.160	1.600	1.499	1.357	1.136	1.053
Curtume Viposa S.A. Indústria e Comércio	1954	Caçador		57	195	261	189	345	400	450	554	608	571	516
Cerâmica Ceramarte Ltda. (louça de mesa)	1956	Rio Negrinho		288	362	351	842	950	1.010	1.200	1.669	1.133	1.273	1.065
Bretzke Alimentos Ltda.	1964	Jaraguá do Sul		2	12	29	88	91	110	215	261	441	365	344
Cristal Blumenau S.A.	1971	Blumenau					473	457	338	450	411	443	290	210
Imbralit Ltda (telhas de amianto)	1974	Criciúma					148	411	295	350	428	414	353	438

Fonte: IBGE, Registro Industrial de Santa Catarina, 1967; FIESC, Cadastro Industrial, vários anos; Secretária da Indústria e Comércio, 1985; Revista Visão, vários anos.

Obs.: Os dados que não estavam disponíveis nas fontes citadas, foram fornecidos pelas próprias empresas.

Anexo 59: Principais produtos exportados por Santa Catarina 1970-1980 (em %)

Produtos	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Madeira pinho serrada	57,5	49,9	42,6	31,3	20,6	14,6	3,9	4,3	5,3	7,9 (1)	5,0 (1)
Obras de carpintaria	4,1	6,9	3,2	5,6	4,1	3,6	3,6	3,1	3,0		
Fumo em folha	8,9	8,9	13,5	11,9	12,3	16,1	15,0	14,7	12,2	14,8	9,2
Farelo de soja	2,1	6,7		4,4	4,5	4,3	15,0	15,7	13,8	16,3 (2)	16,6 (2)
Soja em grão				4,8	4,4	4,1	3,2	2,2			
Óleo de soja						3,4	5,4	7,0	7,2	4,6 (3)	6,0 (3)
Carnes e miudezas						1,3	7,0	6,7	7,6	10,2	11,6
Camarão fresco	2,7	1,0	7,5	2,1	1,0					2,3	1,0
Fécula de mandioca	2,6	1,2			2,4						
Farinha de mandioca	2,9	0,8									
Óleo de sassafraz	3,0	1,6			5,1	1,8	1,6	2,0	1,5		
Açúcar refinado						15,5	9,3	10,2	9,1	5,4	18,4
Pasta mecânica/química	5,2	3,6								0,3	0,02
Têxtil e vestuário	1,5	2,8	8,1	10,9	20,2	16,5	19,6	14,8	15,7	19,1	13,8
Calçados							1,6	0,6		2,3	1,8
Fluorita	1,7			1,0	1,2	0,3					
Milho em grão								1,2			
Outros	7,8	16,6	25,1	28,0	24,2	18,5	14,8	17,5	27,6	16,8	16,6

Fonte: CACEX

Obs.: (1) Madeira e suas obras; (2) Resíduos das indústrias alimentares; (3) Gorduras e óleos vegetais ou animais.

Anexo 60: Principais produtos exportados por Santa Catarina 1983-1999 (em %)

Produtos	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Carne congelada	15,1	13,6	15,6	14,8	13,7	12,8	13,5	15,0	16,7	16,8	17,6	17,7	16,6	20,8	21,6	18,9	19,1
Motocompressores	1,8	2,9	4,1	5,6	7,4	8,8	9,7	9,5	11,5	10,2	9,6	9,0	9,2	8,4	9,0	10,6	10,3
Móveis	0,5	0,5	0,9	1,0	0,8	1,2	0,8	1,1	1,6	3,4	5,9	5,8	6,5	6,8	7,0	6,4	7,7
Pisos e azulejos	0,5	0,8	0,9	1,3	2,7	3,1	3,4	2,5	2,9	3,8	4,5	4,0	3,8	3,5	3,7	4,1	4,0
Fumo em folha	11,6	8,1	10,3	9,6	8,8	6,5	6,5	7,0	6,8	5,4	3,8	3,5	4,4	5,3	4,3	4,9	3,3
Motores elétricos						1,5	1,5	1,1	1,2	1,7	1,8	2,3	2,6	2,6	3,5	4,1	3,0
Papel kraft	1,4	2,3	1,3	1,9	2,7	5,4	4,3	2,1	2,8	3,3	2,4	2,7	3,4	2,4	2,1	2,2	2,6
Farelo de soja	25,7	15,0	13,4	11,8	11,6	14,0	14,7	13,5	9,1	8,0	6,3	6,3	6,9	6,2	4,2	4,5	2,2
Ferro fundido/conexões	2,3	2,6	2,4	1,6	1,3	1,2	1,2	1,3	1,4	1,9	1,8	1,5	1,5	1,5	1,7	1,8	2,0
Refrigeradores	0,8		0,6		0,8		1,5	1,6	1,7	1,4	1,6	1,1	1,0	0,8	0,7	0,8	1,3
Açúcar	5,5	6,5	4,0	7,0	4,9	2,1	0,6		0,3	0,9	1,5	0,8	1,8	1,4	1,4	1,3	0,9
Louça e utensílios	1,0	1,4	1,3		0,8	1,5	1,5			0,7	0,5	0,4	0,5	0,5	0,8	0,7	0,7
Calçados	3,4	3,8	5,0	4,4	4,9	3,2	2,9	1,6	2,3	2,0	2,0	1,7	0,9	0,7	0,6	0,5	0,6

Fonte: Cacex; Secex/Sistema Alice/SED-SC

Anexo 61: Exportações catarinenses por seções 1982-1999 (em %)

Seções da NCM	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Transações especiais	0,26	0,19	0,13	0,21	0,18	0,23	0,15	0,12	0,07	0,04	0,03	0,05	0,01	0,02	0,03	0,02	0,02	0,04
Animais vivos e produtos do reino animal	19,43	16,83	15,31	17,31	18,10	15,07	14,23	14,45	15,78	17,87	17,82	18,42	18,24	16,99	21,27	22,24	19,47	18,65
Produto do reino vegetal	0,71	2,26	5,68	7,56	1,28	1,21	0,88	3,89	1,77	0,81	1,41	0,96	1,21	1,39	1,78	0,85	0,85	1,42
Gordura, óleos e ceras, animais e vegetais	3,89	6,66	12,92	7,45	1,91	3,17	3,38	2,62	1,36	0,07	1,13	0,76	4,22	3,81	1,88	1,51	1,92	1,65
Produtos alimentícios, bebidas e fumos	45,44	43,31	30,06	28,41	27,88	26,11	23,32	22,63	23,28	17,01	15,14	12,84	12,83	14,31	14,63	11,66	12,25	8,37
Produtos minerais	0,01	0,02	0,03	0,08	0,18	0,02	0,01	0,00	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,02	0,03	0,04	0,04	0,04
Produtos da indústria química e conexa	0,36	0,47	1,00	0,86	0,71	0,64	0,54	0,35	0,34	0,39	0,41	0,80	0,39	0,46	0,68	0,78	0,70	0,86
Plásticos e borracha e suas obras	0,70	0,38	0,17	0,18	0,14	0,16	0,29	0,23	0,30	0,27	0,30	0,47	0,53	0,53	0,58	0,65	0,67	0,69
Pele, couros, peleterias e obras	0,32	0,76	0,53	0,36	0,38	0,54	0,92	0,52	0,49	0,49	0,48	0,27	0,33	0,35	0,42	0,54	0,48	0,55
Madeira, cortiça e suas obras	3,13	3,33	2,87	3,29	4,20	3,89	3,99	3,08	3,68	4,05	4,49	6,07	7,40	7,65	7,86	8,56	8,61	11,43
Pastas de madeira, papel e suas obras	0,80	1,58	2,49	1,44	2,02	2,80	5,55	4,38	4,19	4,68	4,43	3,03	3,90	4,77	3,90	3,40	3,24	3,66
Matérias têxteis e suas obras	11,87	11,12	13,04	14,49	18,00	20,16	20,15	19,31	19,67	22,40	20,61	19,27	15,75	13,59	12,34	11,10	10,28	11,08
Calçados, chapéu, etc.	3,02	3,43	3,79	4,99	7,09	4,93	3,29	2,89	2,47	2,27	2,06	2,07	1,68	0,96	0,72	0,64	0,56	0,61
Obras de pedras, cerâmica, vidro, etc.	1,68	1,73	2,08	2,35	3,66	4,56	4,83	5,19	4,34	4,89	5,48	5,89	5,55	4,81	4,82	5,01	5,43	5,43
Metais comuns e suas obras	1,74	2,69	2,81	2,53	3,12	2,68	2,64	2,56	2,82	2,91	2,34	2,19	1,92	1,99	1,93	2,14	2,35	2,54
Máquinas e aparelhos, materiais elétricos	5,23	4,35	5,96	6,53	9,06	11,35	13,44	15,35	17,07	18,62	18,35	18,41	17,35	18,94	17,2	20,10	22,93	22,22
Material de transporte	0,85	0,26	0,42	0,81	0,74	1,24	1,00	1,07	0,69	0,96	1,26	1,80	2,23	2,32	2,37	3,13	3,14	2,44
Instrumentos e aparelhos científicos	0,11	0,08	0,06	0,05	0,10	0,13	0,16	0,22	0,37	0,24	0,26	0,29	0,22	0,19	0,31	0,24	0,26	0,21
Mercadorias e produtos diversos	0,45	0,55	0,63	1,08	1,26	1,12	1,23	1,14	1,29	2,01	3,95	6,37	6,23	6,91	7,15	7,36	6,80	8,12
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

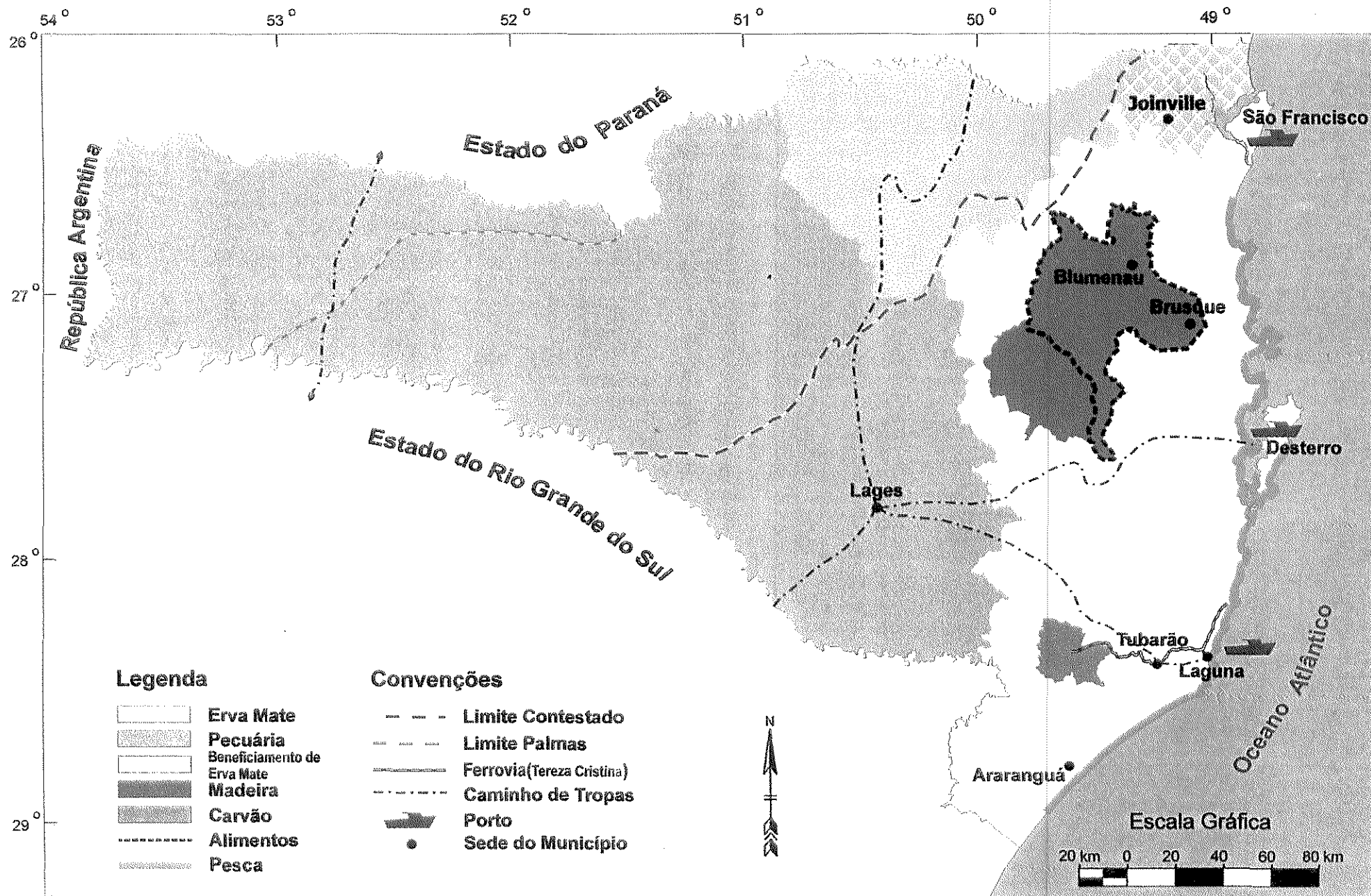
Fonte: Secex/Sistema Alice/SED-SC

Anexo 62: Participação de Santa Catarina no comércio interestadual brasileiro 1948-1988 (em %)

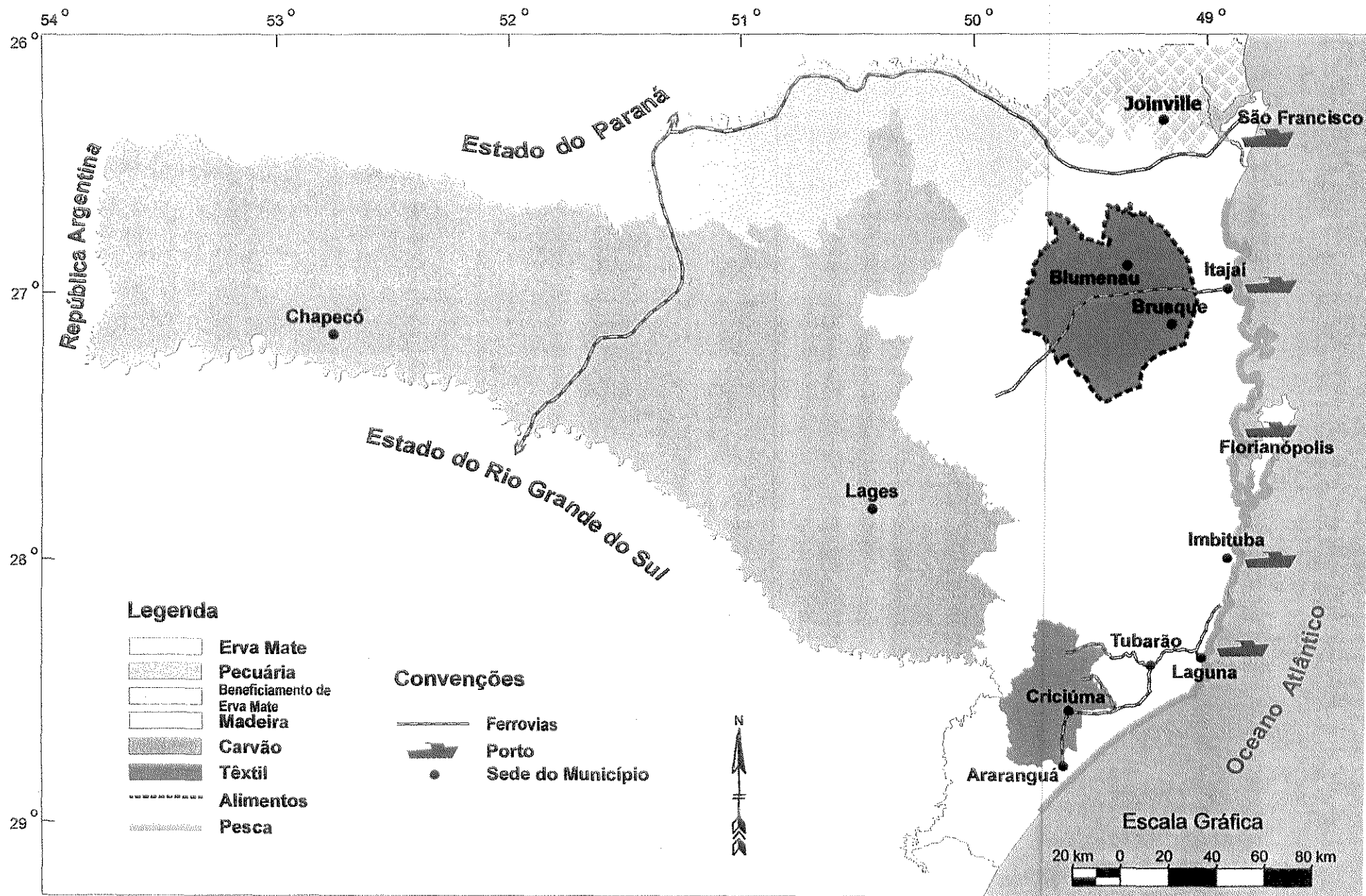
Ano	Participação	Ano	Participação	Ano	Participação
1948	4,3	1962	5,0	1976	5,8
1949	4,4	1963	4,8	1977	7,5
1950	4,7	1964	4,0	1978	6,3
1951	5,1	1965	4,2	1979	7,5
1952	5,3	1966	4,1	1980	13,0
1953	4,8	1967	4,0	1981	17,8
1954	4,7	1968	4,1	1982	12,0
1955	4,7	1969	4,3	1983	10,8
1956	3,9	1970	5,3	1985	8,5
1957	3,7	1971	4,4	1986	8,9
1958	4,2	1972	5,2	1987	7,9
1959	5,1	1973	6,0	1988	5,9
1960	5,0	1974	4,4		
1961	4,8	1975	4,7		

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos.

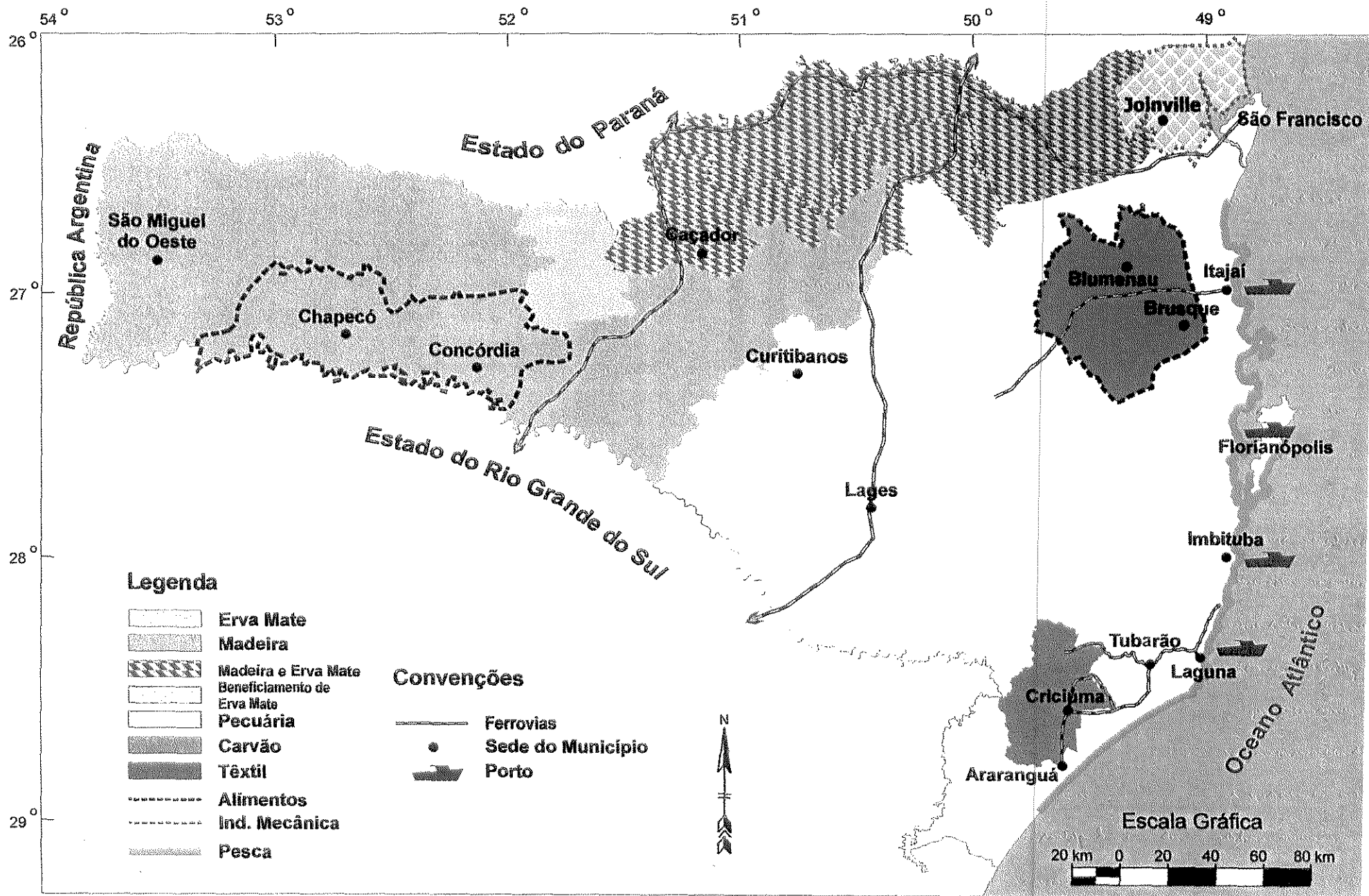
Anexo 63: Mapa Histórico-Econômico de Santa Catarina - Final do Séclo XIX



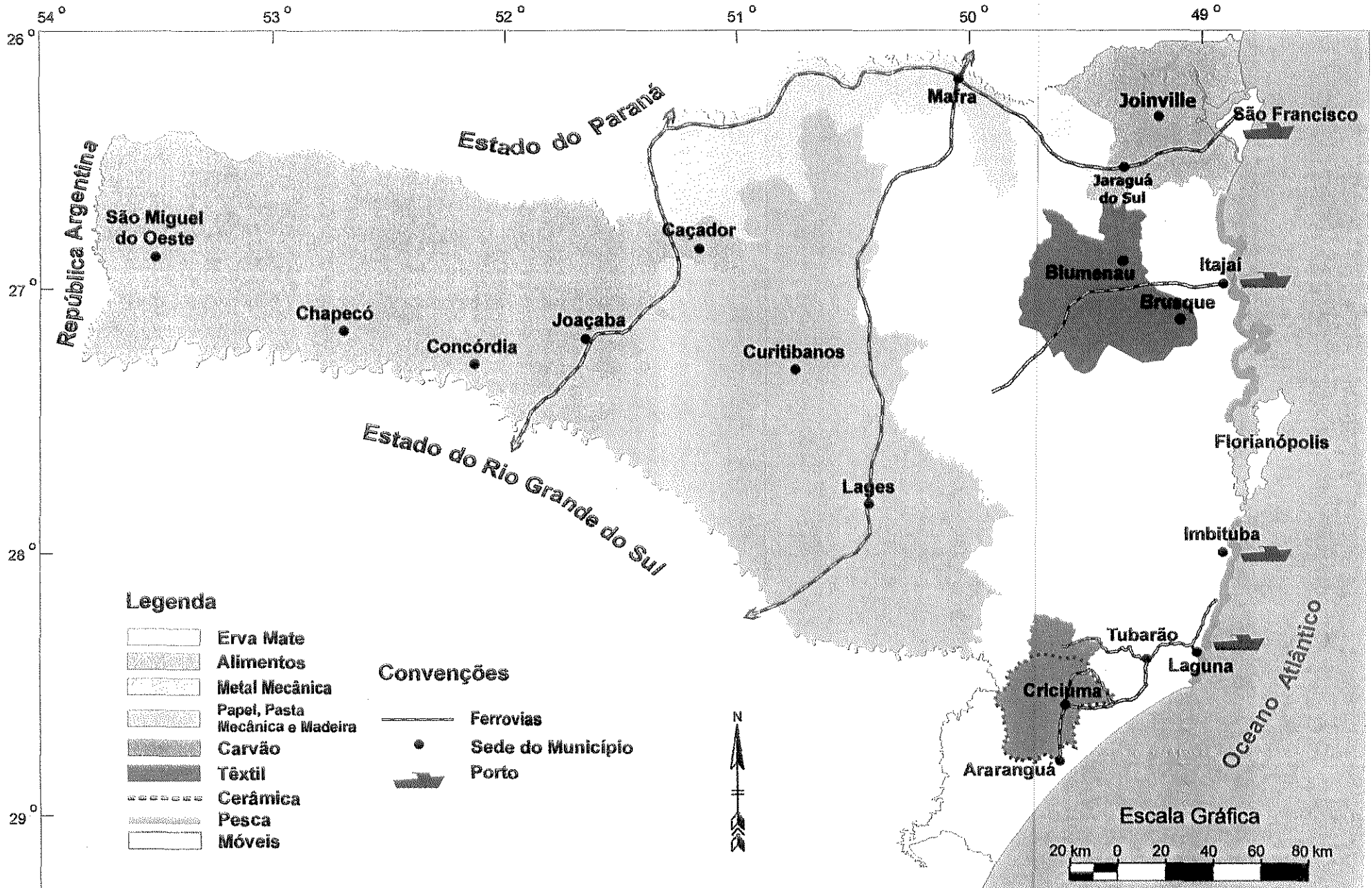
Anexo 64: Mapa Histórico-Econômico de Santa Catarina - Anos 20



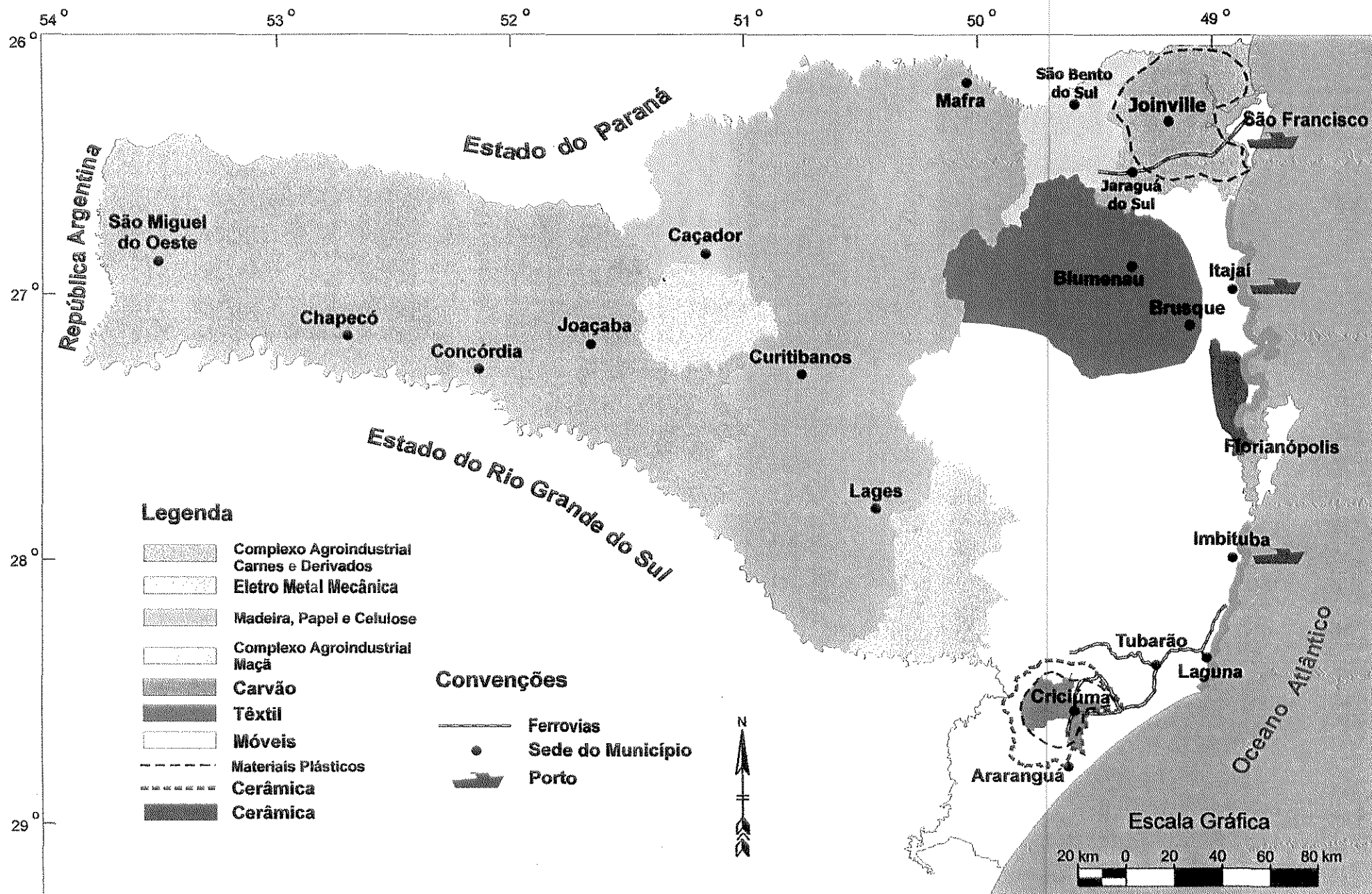
Anexo 65: Mapa Histórico-Econômico de Santa Catarina - Meados dos Anos 40



Anexo 66: Mapa Histórico-Econômico de Santa Catarina - Início dos Anos 60



Anexo 67: Mapa Histórico-Econômico de Santa Catarina - Final dos Anos 90



Anexo 68: Visitas, entrevistas e bibliotecas pesquisadas

1) ENTREVISTAS

Otacilio Costa: 26 de outubro de 1999

Carlos Alberto Procópio da Silva: Gerente de Relações Trabalhistas e Governamentais da Igaras Papéis e Embalagens S.A.

Correia Pinto: 27 de outubro de 1999

Luciano Trentin: Recursos Humanos da Klabin S.A.

Lages: 25 a 27 de outubro de 1999

Giovani Pereira Arruda: Secretário Executivo do Sindicato da Indústria de Serraria, Carpintaria e Tornearia de Lages

Neuza Franco: Secretária do Sindicato da Indústria de Papel e Celulose de Santa Catarina

Antonio Wiggris: Presidente do Sindicato da Indústria Metalúrgica de Lages

Luiz Carlos Pfleger: Secretário Municipal de Desenvolvimento

Cândido Maria Bampi e Cândido Bampi: Proprietários da Madeireira Lageana

Milton L. A. Malinverni: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Lages

Sergio Sartori: Professor do Departamento de História da UNIPLAC

Eliete Moraes Santana: Secretária Executiva da Associação Comercial e Industrial de Lages

Cocal do Sul: 18 de novembro de 1999

Silvio Gomes: Planejamento Estratégico da Eliane Revestimentos Cerâmicos

Colégio Maximiliano Gaidzinski

Urussanga: 18 de novembro de 1999

Gilson: Ceusa Revestimentos Cerâmicos

Içara: 26 de novembro de 1999

Ademir Lemos: Vice-presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos e proprietário da Vectra

Caçador: 13 a 15 de dezembro de 1999

João Elias Simoneto: Presidente do Sindicato da Indústria Madeireira de Caçador e Gerente da Sincol S.A.

Ademir Meireles da Silva: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Caçador

Nilson Thomé: Professor da Universidade do Contestado

Leonardo Vitto: Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Caçador

Victor Baptista Adami e Osmar Telck: Proprietários da Adami S.A.

Três Barras: 15 de dezembro de 1999

Antonio Tunoda: Rigesa S.A.

Mafra: 15 de dezembro de 1999

Emílio Evers: Gerente de qualidade da Compensados EK

José Henrique Silva Filho: Casagrande Pisos Cerâmico Ltda.

Ilgo F. Welp: Associação Comercial e Industrial de Mafra

Rio Negrinho: 16 de dezembro de 1999

Silvio Armando Brigoni: Secretário Municipal da Indústria, do Comércio e do Turismo

Aldemir Tavares: Secretário do Sindicato da Indústria do Mobiliário de Rio Negrinho

São Bento do Sul: 16 e 17 de dezembro de 1999

Tadeu do Nascimento: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de São Bento do Sul e Campo Alegre

Cláudio Schultz: Gerente Geral da Móveis Rudnick S.A.

Fábio Belmonte: Professor da FETEP

Criciúma: novembro de 1999 a março de 2000

Joice Quadros: Relações Externas da Cecrisa (11/11/99)

Geraldo Cechinel: Ex-diretor Administrativo da Cesaca (29/02/00)

Clémerson Ávila: Cerâmica De Lucca Revestimentos Cerâmicos S.A. (24/11/99)

José Carlos de Souza: Gerente Comercial da Industrial Conventos S.A. (08/03/00)

José Eduardo do Amaral: DNPM de Criciúma (03/11/99)

Ivan Roberto Westphal: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de Criciúma (23/03/00)

João Zanette: Proprietário da Companhia Carbonífera Urussanga (23/03/00)

Tubarão: 31 de março de 2000

Angela: Setor de Treinamentos da Itagres Revestimentos Cerâmicos S.A.

Joinville: 7 a 11 de maio de 2000

Jair Marques Júnior: Assessoria de Processamento de Dados da Metalúrgica Wetzel

Mário Brehm: Diretor Executivo do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Joinville

Osny do Amaral Filho: Gerente de Marketing da Franke-Douat

Sidney Araújo Galo: Coordenador de Vendas Industriais da Schneider Motobombas

Marcos Stolf: Presidente do Sindicato da Indústria Mecânica de Joinville e Região

Adolfo José Constâncio: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e na Indústria do Material Elétrico de Joinville

Horst Schroeder: Diretor Executivo da Associação Comercial e Industrial de Joinville

José Francisco Reitz: Desenvolvimento de Valores Humanos e Organizacionais da Tupy

Estácio Söthe: Recursos Humanos da Schulz Compressores

José Lenine Gonçalves: Sindicato da Indústria Plástica de Santa Catarina

Nelson Alves da Silva: Recursos Humanos da Metalúrgica Duque

Apolinário Temes: Jornal A Notícia

Livino Steffens: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tinturaria, Malharia, Tecelagem e Assemelhados de Joinville

João Bruggmann: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville e Região

Blumenau: 5 a 8 de Junho de 2000

João Baptista Krein: Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Blumenau

Jorge Sebastião Fernandes Pontara: Técnico de Ensino Industrial do SENAI

Charles Schwanke: Gerente Executivo da Blumenau Pólo de Software

Arlindo Schulz: Centro Internacional de Negócios

Gelásio Waldrich: Secretário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau

José Bucci: Gerente de Exportação da Artex

David C. M. Bilsland: Gerente de Exportações da Cia. Hering

Andréa Selfeld: Sindicato das Indústrias Têxteis de Blumenau

Ivo Marcos Theis: Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade Regional de Blumenau

Emardi Feijó Vieira: Pró-Reitor de Administração da Universidade Regional de Blumenau

Chapecó: 24 a 26 de julho de 2000

Genes da Fonseca Rosa: Coordenador Geral da Associação dos Pequenos Agricultores de Oeste Catarinense

Tanea Vedana: Assessora de Relações Comerciais e Industriais da Chapecó

Gilson Adolfo Schonell: Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétricos de Chapecó

Isabel C. T. Machado: Comunicação Social da Aurora

Nadir José Sevelin: Gerente produção Agropecuária da Sadia

Nelson Cortina: Chefe do Centro de Pesquisa da EPAGRI de Chapecó

Amélio Bedin: Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Edson Baldissera: Coordenador do Programa Comunidade Futura da Prefeitura Municipal de Chapecó

Luiz Carlos Borsuk: Diretor geral de Agricultura da Prefeitura Municipal de Chapecó

Ernesto Martinez: Departamento de Agricultura da Prefeitura Municipal de Chapecó

Carlos Eduardo Arns: Coordenador do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local da Prefeitura Municipal de Chapecó e professor da UNOESC

Seara: 27 de julho de 2000

Inês Grando Detoni: Coordenadora do Centro de Memória de Seara

Jaraguá do Sul: 29 a 31 de janeiro de 2001

Leodomar Luiz Lopes: gerente do Centro de Treinamento de Clientes da WEG

Paulo Meyer Proença: Coordenador Nacional de Vendas da Kohlbach

Adriano Colombo: Coordenador de Negócios da Kohlbach

Edson M. Scheuer: Coordenador Comercial da Assistência Técnica da Kohlbach

Rosane Persike: Recursos Humanos da Kohlbach

Otásio Weigmann: Gerente Recursos Humanos da Marisol

Lauri Chewinski: Gerente de Marketing da Duas Rodas

Valdir Stein: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação

Jair Mussinato: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico

Sérgio Luiz Homrich dos Santos Jornalista e dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário

Moacir Mancio Lawins: Diretos Executivo da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá

2) EMPRESAS VISITAS O PROCESSO PRODUTIVO

Igaras Papéis e Embalagens

Compensados EK

Móveis Rudnick

Fundação Tupy

Schneider Motobombas

Metalúrgica Franke-Douat

Cia. Hering

Cerâmica De Lucca

Industrial Conventos

Frigorífico Chapecó

Motores WEG

Motores Kohlbach

3) BIBLIOTECAS E ARQUIVOS

Bibliotecas universitárias

Universidade Estadual de Campinas: Central/IE/FE/FEA/IFCH

Universidade Federal de Santa Catarina/Fpolis

Universidade do Extremo Sul Catarinense/Criciúma

Universidade do Sul de Santa Catarina/Tubarão

Universidade Regional de Blumenau/Blumenau

Universidade do Oeste de Santa Catarina/Chapecó

Universidade do Oeste de Santa Catarina/Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina/Videira

Universidade do Contestado/Caçador

Universidade do Contestado/Mafra

Universidade de Joinville/São Bento do Sul

Universidade de Joinville/Joinville

Universidade do Planalto Catarinense/Lages

Universidade do Vale do Itajaí/Itajaí

Centro Universitário de Jaraguá do Sul

Arquivos históricos e centros de memória

Arquivo Público Estadual/Fpolis

Arquivo Municipal de Blumenau
Arquivo Municipal de Criciúma
Arquivo Municipal de Jaraguá do Sul
Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste/Chapecó
Centro de Memória e Cultura de Seara

Bibliotecas institucionais

BADESC/Fpolis
BRDE/Fpolis
FIESC/Fpolis
CELESC/Fpolis
ELETROSUL/Fpolis
TELESC/Fpolis
IBGE/Fpolis
IBGE/Criciúma
DER/Fpolis
Assembléia Legislativa/Fpolis
Secretaria da Administração/Fpolis
Secretaria de Desenvolvimento e Integração/Fpolis
Secretaria de Transporte e Obras/Fpolis
Secretaria das Finanças/Fpolis
Associação Brasileira de Fabricantes de Celulose e Papel/São Paulo
EPAGRI/Chapecó
EPAGRI/Urussanga
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Bibliotecas municipais

Chapecó
Rio Negrinho

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Blumenau

Criciúma

Seara

Jaraguá do Sul

Bibliotecas privadas

Sadia/Concórdia

Espaço Vip da Perdigão/Centro de Memória/Videira

Centro de Memória da Marisol/Jaraguá do Sul

Arquivo da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (atual Cooperminas)/Criciúma

Arquivo da Companhia Carbonífera Urussanga (atual Empresas Rio Deserto)/Criciúma